SECRETARIA DA CULTURA

Processo Administrativo Eletrônico

20/1100-0000368-1

Data de Abertura:	17/03/2020 15:40:04
Grupo de Origem:	IPHAE/INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Requerentes:	IPHAE SEDAC
Assunto:	Preservação e Controle do Patrimônio Cultural
Tipo:	Bens Culturais
Subtipo:	Inventário

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INFORMAÇÃO N° 057/2020/IPHAE Porto Alegre, 17 de março de 2020.

Conforme Aquino(2017*),* temos que *" Considerar os aspectos culturais e suas particularidades nos processos de formação de uma sociedade tornam-se fatores estimulantes de uma identidade coletiva e compartilhada daqueles que compõem uma realidade social. Contudo, as primeiras ideias apresentadas, no objetivo de descrever e definir cultura recai sobre o âmbito da antropologia, especificamente na pessoa de Edward Tylor1 (1832-1917) no livro Primitive Culture (1871), no qual o autor considerava a cultura como fenômeno natural que possui causas e fenômenos regulares que a partir do momento que se apresenta assertivo para a condução de um grupo ou tribo, tornam-se práticas a serem adotadas e consequentemente, disseminadas*."

Assim, sabe-se que a cultura fomenta preocupações tanto para a compreensão das sociedades modernas, quanto àquelas que perdem seus comportamentos, crenças e costumes com o passar do tempo.

Diante disso, bem como, se considerado que uma das manifestações culturais tidas como muito importante na maioria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, que possui junto ao seu processo de formação social, uma forte influência na exploração da erva-mate, transpassando uma fronteira física e ao mesmo tempo imaginaria junto as cidades que compõe nosso estado, demandamos que seja analisado em conjunto com o grupo de técnicos do IPHAN, o Sistema Cultural da Erva Mate no estado do Rio Grande do Sul, para que, se julgado procedente, seja encaminhado pedido de Registro como Patrimônio Imaterial Estadual, após esgotadas todas as avaliações necessárias.

Arq. Renato Savoldi
Diretor do IPHAE

Documento PROA Assinado

Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar Porto Alegre RS 90119-900 Fone: (51) 3288-5468
iphae@sedac.rs.gov.br www.iphae.rs.gov.br

Nome do documento: 057 2020.docx

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Carlos Renato Savoldi	SEDAC / IPHAE / 26582161	04/09/2020 14:40:21

Documento PROA Assinado

AS PAISAGENS DA ERVA-MATE: USO DAS FLORESTAS E CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL*

ANÉSIO DA CUNHA MARQUES[1]
MAURÍCIO SEDREZ DOS REIS[2]
VALDIR FRIGO DENARDIN[3]

1 A erva-mate: agricultores, florestas, manejos e paisagens

A cada dia aumentam os efeitos negativos e a preocupação com a degradação ambiental. As iniciativas conservacionistas, que visam conter essa degradação, baseiam-se, muitas vezes, na exclusão das populações humanas. No entanto, existem experiências e iniciativas que procuram conciliar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações locais. Neste texto, são discutidas as possibilidades e limitações do manejo da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St Hil.) – espécie arbórea nativa da Floresta com Araucárias, de significativa importância cultural e econômica – para a conservação de remanescentes florestais nativos, em uma perspectiva de conservação socioambiental, baseada no estudo das paisagens em que é manejada junto a agricultores familiares no Planalto Norte Catarinense, uma das principais regiões produtoras de erva-mate do Brasil.

Um dos aspectos mais visíveis e de grande impacto em relação à degradação ambiental é a derrubada de florestas. Nesse contexto, muitas vezes, a atividade agrícola e os habitantes do meio rural estão vinculados ao processo de desmatamento. No entanto, o uso das florestas não pressupõe, necessariamente, a sua derrubada, pois, ao longo da História, o ambiente florestal tem sido um espaço em que se introduzem práticas produtivas, aliando-se o uso dos recursos com a conservação do ambiente (STEENBOCK et al., 2013; LYNCH, 1990).

A conservação baseada na exclusão humana tem sido questionada devido a diversos fatores, não apenas de ordem social e econômica, mas também do ponto de vista ecológico, tendo em vista ser difícil a comprovação da existência de paisagens *pristinas*, ou seja, aquelas que não sofreram alteração por atividades humanas. Constata-se que mesmo paisagens florestais consideradas nativas resultam da interação entre os processos

* Artigo elaborado a partir da tese do primeiro autor junto ao curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

1. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Analista Ambiental do ICMBio. E-mail: anesio.marques@icmbio.gov.br. ORCID: 0000-0002-4414-4888.
2. Doutor em Genética e Melhoramento. Professor da UFSC. E-mail: msreis@cca.ufsc. ORCID: 0000-0003-1331-3367.
3. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor da UFPR. E-mail: valdirfd@ufpr.br. ORCID: 0000-0002-8074-6544.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 4

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

naturais e atividades humanas, conforme demonstram estudos sobre a influência das atividades de populações indígenas na formação atual da floresta amazônica (POSEY, 1987; CLEMENT, 1999; MAGALHÃES, 2011), ou na expansão das florestas com araucárias (BITTENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006; SCHMITZ, 2009; REIS; LADIO, 2012; REIS et al., 2000).

Dessa forma, faz-se necessária uma ampliação do que se entende por conservação, saindo de uma abordagem restrita ao "mundo natural", passando a incorporar também aspectos sociais, econômicos, culturais, ou seja, uma conservação socioambiental.

A erva-mate é uma espécie arbórea nativa da Floresta com Araucária (Floresta Ombrófila Mista) de significativa importância econômica e social para grande parte da região sul do Brasil, onde constitui o sistema agroflorestal predominante (COELHO, 2018). É o principal produto extrativista não madeireiro do Brasil em termos de quantidade produzida e o quarto em valor da produção (IBGE, 2013).

Assim, a erva-mate nativa pode ser um importante estímulo para a conservação ambiental, devido à sua ocorrência no sub-bosque da floresta e de seu significativo valor econômico, o que confere valor monetário para a floresta "em pé", contribuindo para a conservação dos remanescentes florestais e da biodiversidade por meio de manejos tradicionais desses ervais nativos. Vários estudos relacionam o manejo da erva-mate nativa com a conservação ambiental (SOUZA et al. 2005; HANISCH et al., 2008; LOPES, 2011; MATTOS, 2011; MARQUES et al., 2012; MARQUES, 2014; MATTOS, 2015; REIS, et al., 2018).

O Planalto Norte Catarinense (PNC), que é caracterizado como uma das principais regiões produtoras de erva-mate nativa, possui significativa cobertura florestal e grande concentração de agricultores familiares (MARQUES, 2014).

É possível destacar que, além do valor econômico e ambiental, a erva-mate apresenta um elevado significado cultural para as populações locais do PNC, já que se trata de uma atividade ligada às tradições locais e familiares (CORREIA et al., 2011; MARQUES et al., 2012).

Entretanto, os ervais associados à floresta nativa e manejados de forma tradicional pelos agricultores familiares estão sujeitos ao processo de modernização da agricultura, cuja lógica está centrada na simplificação dos agroecossistemas, com a abertura ou a derrubada das florestas e a implantação de monoculturas, motomecanização e uso de agrotóxicos e adubos, comprometendo o potencial de conservação socioambiental da atividade ervateira.

Nesta pesquisa, partiu-se da hipótese de que os ervais apresentam uma grande diversidade de situações frente aos diversos manejos, significados que possam ter aos agricultores e às influências sociais, políticas e econômicas a que estão submetidos, formando variadas paisagens e, consequentemente, diferentes capacidades de contribuição para a conservação socioambiental. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é estudar as diferentes paisagens de ervais do PNC e sua relação com a conservação socioambiental, no âmbito da agricultura familiar, de forma a contribuir para a gestão sustentável dos ervais e das florestas.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 5

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

2 Uso e conservação: construindo as paisagens do mate

O manejo de uma determinada espécie ou de seu espaço está relacionado ao "fazer a agricultura", que se dá por meio de práticas agrícolas e essas configuram a paisagem. No caso de uma espécie nativa, o manejo ocorre porque há intervenção humana sobre as populações da espécie e, consequentemente, na paisagem local. Não haveria manejo caso o produto desse manejo não tivesse importância econômica ou cultural para as comunidades que o praticam (REIS et al., 2000; VIEIRA; WEBER, 2000; STEENBOCK, 2009; ROBERTS et al., 2017). Destarte, para que o manejo seja avaliado de forma abrangente e integradora, além de aspectos ligados à agronomia e ecologia, é necessário que ele seja contextualizado e que sejam levados em conta os processos culturais, sociais e econômicos que o influenciam.

Tendo como pressuposto as considerações acima, na proposta de pesquisa de campo, as possibilidades e limitações dos diferentes tipos de ervais e do manejo da erva-mate para a conservação socioambiental são analisadas a partir das dimensões "social", abrangendo aspectos econômicos, políticos e culturais, e "ambiental", abarcando aspectos físicos e ecológicos.

Por sua vez, a conjunção do social com o ambiental configura as paisagens que se alteram em função das práticas de manejos e dos significados que a erva-mate possa ter para os agricultores, os quais podem, também, ser influenciados pelas políticas públicas voltadas ao setor.

Dessa forma, são essas as categorias gerais de análise trabalhadas na pesquisa: as paisagens dos ervais; os significados da erva-mate para os agricultores; as práticas de manejo; e as políticas públicas para o setor (categoria não abordada diretamente no presente texto).

A paisagem tende a ser formada por um mosaico de diferentes conformações em função de sua escala de análise, conformações essas que podem ser consideradas unidades de paisagem. Nesta pesquisa, a unidade de paisagem (DELPOUX, 1972; ZONNEVELD,1990; MONTEIRO, 2000; NUCCI et al., 2004;) representa uma parte da superfície da terra que possui certa homogeneidade, em função da ação das dinâmicas físicas, biológicas e sociais, e que se repete de forma semelhante, podendo ser identificada pelo olhar do observador a campo. Foi nessa perspectiva de unidade de paisagem (UPs) que se trabalhou neste estudo, ou seja, considerou-se que uma propriedade rural é formada por um mosaico de diferentes UPs, cada uma com suas particularidades e diferenciações. A pesquisa destacou as UPs que abarcam os diferentes tipos de ervais – as UPEs (Unidades de Paisagem dos Ervais).

A investigação teve como base a pesquisa qualitativa e recursos quantitativos como a estatística descritiva. Um grande desafio foi representar a diversidade de situações dos produtores de erva-mate existentes no PNC. Para isso, foram tomados como base os princípios preconizados por Minayo (2010). A autora considera que a amostra qualitativa deve levar em conta vários critérios que permitam a contemplação dos aspectos mais relevantes para a representação do universo a ser pesquisado, a fim de desenvolver uma amostragem orientada.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 6

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A orientação da amostragem buscou contemplar os diferentes perfis dos produtores de erva-mate, os quais foram identificados junto a quatro ervateiras dos municípios de Canoinhas e Três Barras, confirmados com técnicos da EPAGRI (instituição pública estadual responsável pela extensão rural em Santa Catarina) e sindicalistas locais, visando representar o perfil dos produtores de erva-mate na região.

Nesse sentido, a amostra foi orientada para abranger agricultores que se enquadrassem como familiares em três classes de produção anual de erva-mate (70% da amostra com até 10 t; 20% entre 10 e 20 t; 10% acima de 20 t) e que representassem os principais sistemas de produção dos agricultores familiares do PNC (fumo, leite e grãos). Os agricultores foram selecionados a partir de reuniões da EPAGRI e complementados com um sorteio proveniente de uma lista de fornecedores de erva-mate das ervateiras. Foram priorizados os sete municípios do PNC com maior produção de erva-mate, todos localizados na região oeste do PNC (Figura 1).

De acordo com Minayo (2010, p. 197), "o dimensionamento da quantidade de entrevistas deve seguir o critério de saturação", ou seja, quando o número de informantes permite a compreensão do que está sendo estudado. Essa saturação foi atingida a partir da 25ª entrevista, porém as entrevistas prosseguiram até o total de 40 propriedades.

Figura 1 – Região do Planalto Norte Catarinense com a localização das propriedades dos agricultores familiares entrevistados.

Fonte: elaboração dos autores.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 7

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Nas entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado, combinando perguntas fechadas e abertas, e composto de três partes: 1ª) caracterização geral da propriedade, da família e dos sistemas de produção; 2ª) relação da família com a atividade ervateira em geral, procurando abarcar aspectos econômicos, culturais e ambientais; 3ª) aspectos mais específicos da atividade ervateira e do seu manejo. Vale destacar que o "significado" da erva-mate/erval para os agricultores foi centrado no aspecto econômico (gerar renda/estabilidade) e no aspecto cultural/afetivo ligado às tradições familiares (gostar de trabalhar com a erva). O roteiro foi sendo adaptado até a 4ª entrevista. Optou-se por não gravar as entrevistas a fim de evitar constrangimento aos entrevistados. Contudo, foi solicitada autorização para a gravação de alguns depoimentos. O estudo dos dados teve como base a análise de conteúdo (BARDIN, 1977; MINAYO, 2010).

Nas 40 propriedades, foram avaliados 66 ervais, com base em roteiro específico de avaliação e percurso desses locais, complementados com informações dos roteiros de entrevistas. As paisagens dos ervais foram avaliadas e delimitadas em função de indicadores determinantes e descritivos.

Os *indicadores determinantes* – aqueles que classificam a paisagem – foram: a fisionomia vegetal (florestal ou não florestal); a origem das erveiras (nativa ou plantada); a presença de animais domésticos (com presença constante ou não); a associação com cultivos (associada ou não associada) e a conservação florestal (avaliada a partir dos subindicadores: área basal, estratos do dossel, cobertura do dossel e a presença de gramíneas).

A construção do indicador para a conservação florestal (ICF) levou em consideração a necessidade de uma avaliação rápida e de baixo custo. Assim, teve como base um indicador bastante utilizado nas ciências florestais, a escala de "Fournier" (FOURNIER, 1974), em que se conferem notas aos atributos, a partir de estimativas visuais. A cada subindicador, foram estabelecidos atributos distribuídos em cinco classes, pontuados de 1 a 5, em que os números mais altos representavam um melhor estado de conservação florestal.

As avaliações dos subindicadores foram visuais, porém a área basal foi determinada com o uso de relascópio de Bitterlich. A somatória dos subindicadores poderia variar entre 4 e 20 pontos; assim, uma floresta bem conservada teria 20 pontos. Conforme o Quadro 1, foram estabelecidos diversos intervalos para classificação das formações florestais.

Haja vista que o ICF tem forte correlação com a abertura do dossel, que é uma referência de fácil visualização nesse processo, foram utilizados para os intervalos termos que fazem menção a essa situação, ou seja, formação florestal "aberta", "muito aberta" e sem o uso de um termo específico quando se trata de uma formação mais conservada ou fechada. As formações florestais foram separadas em "Mata" e "Caívas".

Caíva é uma denominação local e refere-se a áreas florestais com diversos graus de abertura do dossel, associadas a pastagens e à criação de animais, na maioria das vezes bovinos.

Assim, baseado nesses critérios e indicadores, foram identificados 13 tipos de Unidades de Paisagem dos Ervais (UPEs), apresentados de forma resumida no Quadro 1. Vale destacar que foram consideradas como UPEs ervais com área mínima de 0,2 ha ou no mínimo 20% da produção total anual da propriedade, visando eliminar um número

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 8

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

muito elevado de situações. As produções das área eliminadas foram incluídas na UPE mais semelhante identificadas na propriedade.

Quadro 1 – Unidades de Paisagens dos ervais (UPEs) identificadas no Planalto Norte Catarinense.

Fisionomia	Origem das erveiras em produção (> 50%)	Presença animal constante	Associação com agricultura	Cobertura Florestal (ICF)	Denominação da Unidade de Paisagem (UPEs)
Florestal	Nativa	Não	Não	≥ 16, 00	1. Erval em Mata
				< 16,00 > 08,00	2. Erval em Mata Aberta
		Sim		≥ 10,00	3. Erval em Caíva
				< 10,00 ≥ 7,00	4. Erval em Caíva Aberta
				< 7,00 > 5,00	5. Erval em Caíva Muito Aberta
	Plantada	Não		< 16,00 > 08,00	6. Erval Plantado em Mata Aberta
		Sim		< 10,00 ≥ 7,00	7. Erval Plantado em Caíva Aberta
Não Florestal	Nativa	Sim	Não	(1)	8. Erval Nativo Aberto – Potreiro (2)
		Não		(1)	9. Erval Nativo Aberto – Desmatado
			Sim	(1)	10. Erval Nativo Aberto – Lavoura
	Plantada	Não	Não	(1)	11. Erval Plantado Sombreado
				(1)	12. Erval Plantado Aberto
			Sim	(1)	13. Erval Plantado Aberto com lavouras

Fonte: Marques (2014) (1) ICF não avaliada por não se tratar de fisionomia florestal
(2) Potreiro é uma denominação local para pastagens perenes utilizadas extensivamente

Os *indicadores descritivos* – que ajudam a descrever cada paisagem – foram: - o significado do erval para o agricultor; - as práticas de manejo e a aptidão agrícola, sendo que os dois primeiros foram avaliados a partir do roteiro de entrevistas. A aptidão agrícola foi determinada com base em Ramalho Filho e Pereira (1999).

3 As paisagens do mate

O Quadro 2 apresenta uma caracterização resumida das 13 UPEs identificadas.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 9

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Quadro 2 – Descrição geral das Unidades de Paisagem dos Ervais (UPEs) identificadas no Planalto Norte Catarinense.

UPEs	Descrição geral
1. Erval em Mata	Caracterizado pela cobertura florestal mais conservada, erval nativo, sem a presença constante de animais
2. Erval em Mata Aberta	Cobertura florestal mais aberta pela ação antrópica, erval nativo, sem a presença constante de animais.
3. Erval em Caíva	Cobertura florestal relativamente conservada, erval nativo, presença constante de animais, sub-bosque com presença de pastagens.
4. Erval em Caíva Aberta	Cobertura florestal mais aberta pela ação antrópica, erval nativo, presença constante de animais, sub-bosque dominado pelas pastagens na maior parte da área.
5. Erval em Caíva Muito Aberta	Cobertura florestal muito aberta pela ação antrópica, em transição para potreiro, erval nativo, presença constante de animais, as pastagens dominam toda a área.
6. Erval Plantado em Mata Aberta	Mata aberta com intenso adensamento de erveiras, com mais de 50% da produção oriunda de erveiras plantadas, sem a presença constante de animais.
7. Erval Plantado em Caíva Aberta	Caíva aberta com intenso adensamento de erveiras, com mais de 50% da produção oriunda de erveiras plantadas, presença constante de animais.
8. Erval Nativo Aberto – Potreiro	Pastagens perenes (Potreiro) com presença significativa de erva-mate, erval nativo, normalmente com árvores esparsas por toda a área, não ultrapassando, porém, o estágio inicial de regeneração.
9. Erval Nativo Aberto –Desmatado	Erval em que a maioria das árvores foram retiradas para priorizar o erval nativo, com presença de árvores remanescentes, mas perdendo a característica de formação florestal, sem presença constante de animais.
10. Erval Nativo Aberto – Lavoura	Áreas de lavouras anuais com presença significativa de erva-mate nativa.
11. Erval Plantado Sombreado	Plantio de erva-mate com presença de outras árvores em toda a área, sem caracterizar, no entanto, cobertura florestal.
12. Erval Plantado Aberto	Plantio de erva-mate em área aberta, em forma de monocultura ou pomar, podendo apresentar árvores esparsas, sem associação com a agricultura.
13. Erval Plantado Aberto com lavouras	Plantio de erva-mate em área aberta, em forma de monocultura ou pomar, associado com lavouras anuais.

Fonte: Marques (2014)

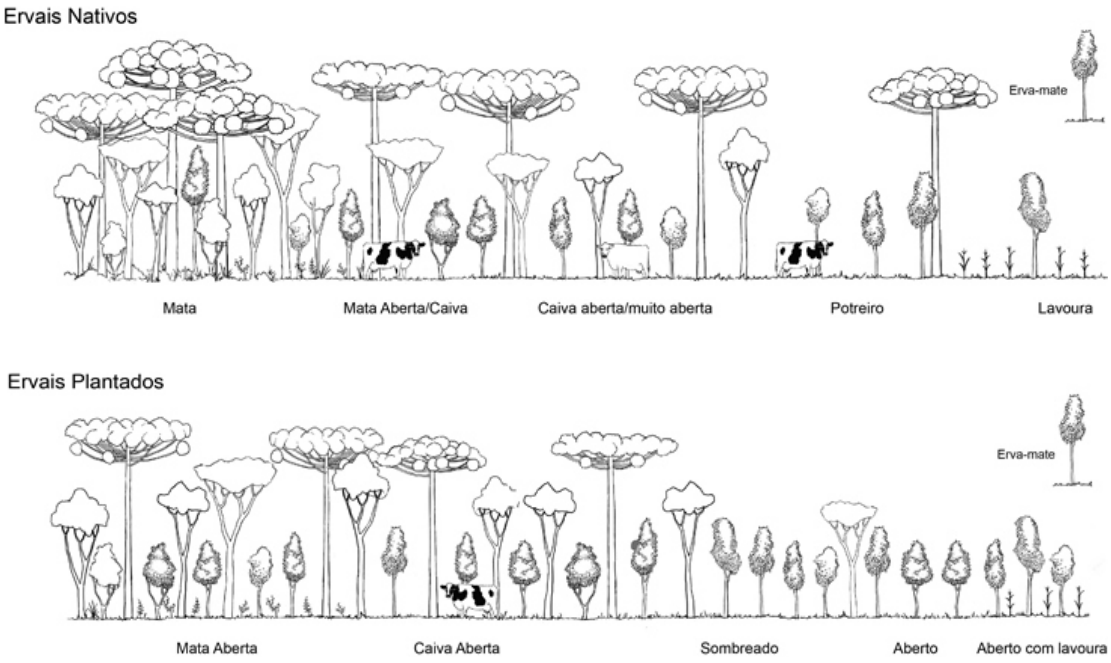
Uma das características mais importantes na classificação das paisagens dos ervais e que tem relação direta com a valorização do mate é, justamente, o fato de o erval constituir uma paisagem florestal ou não florestal e de ser nativo ou plantado. A Figura 2 representa

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 10

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

um perfil geral das UPEs de ervais nativos e plantados, à medida que a cobertura florestal vai diminuindo (da esquerda para a direita).

Figura 2 – Perfil das Unidades de Paisagem dos ervais nativos e plantados.



Fonte: Marques (2014).

A principal UPE encontrada são as Caívas, sendo que os três tipos nativos (UPEs 3, 4 e 5) totalizam 30 situações e representam 45,45% do número de UPEs, ocupando 64,11% das áreas e contribuindo com 45,29% da produção pesquisada. Somando-se a UPE 7 (Erval Plantado em Caíva), atinge-se uma contribuição de 48,48% do número de UPEs, 66,25% da área e 55,43% da produção. O resultado destaca a relevância desse tipo de paisagem para a produção de erva-mate no PNC e, consequentemente, a importância da presença da criação animal associada aos ervais.

As UPEs consideradas como florestais (UPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) totalizam 46 situações que representam 69,70% do número total de UPEs; ocupam 77,58% da área e contribuem com 69,38% da produção estudada, o que confirma a importância da produção da erva-mate em ambientes florestais no PNC.

As UPEs em que a erva-mate é nativa (1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10), totalizam 49 situações, representando 74,25% do número de UPEs; ocupam 91,89% da área e totalizam 65,28% da produção estudada. Confirma-se, também, a importância da produção da erva-mate nativa no PNC.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 11

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

4 Os significados do mate: entre a economia e a cultura

Em relação à sua produção e relevância, todos os agricultores entrevistados consideram que a erva-mate perdeu grande importância econômica nas comunidades devido à queda de sua produção, que continua em queda em 58% das propriedades pesquisadas e atinge 85% dos ervais nativos. Segundo os agricultores, o fato se deve à conversão de ervais em lavouras; ao excesso de lotação de bovinos; às erveiras velhas e sem renovação e às colheitas realizadas de forma e/ou em épocas inadequadas.

A queda da produção da erva-mate implica que, atualmente, 50% das famílias pesquisadas produzem até 5.000 kg/ano, representando mais de 20% da renda bruta em apenas 20,0% das propriedades. Por outro lado, 30% das propriedades pesquisadas apresentam mais de R$ 6.000,00 de renda bruta anual proveniente da erva-mate (preços de junho 2012). Tal valor equivale a quase um salário mínimo mensal. Além disso, representa mais de 10% da renda bruta total anual em 33% das propriedades, o que nos permite ponderar que a erva-mate possui significativa importância econômica, ao menos para esse percentual de 33% das famílias.

Chayanov (1985) alerta para o fato de que a produção familiar não tem como prioridade o lucro, mas sim a satisfação das necessidades e a reprodução da família, procurando manter um equilíbrio entre trabalho e consumo, com uma lógica diferente da capitalista.

Assim, mesmo que o montante de recursos monetários gerados pela erva-mate não seja significativo em relação à renda bruta total, esse recurso constitui uma reserva de valor importante para 72% das famílias, com as características de uma poupança a ser utilizada em investimentos, emergências e pagamento de dívidas. Além disso, em algumas situações, é através da renda da erva-mate que é possível financiar lavouras, máquinas e equipamentos agrícolas.

Nesse sentido, seguem as declarações de dois agricultores entrevistados que ilustram essa situação:

> Com o dinheiro da erva, paguei o Pronafinho (Agricultor 07).
> A última compra de calcário eu fiz com o dinheiro da erva (Agricultor 04).

Wanderlei (2009) considera que as atividades agrícolas pautadas nos modelos da "modernização da agricultura" levam os agricultores a se tornarem dependentes de insumos externos, tecnologia e financiamentos, elevando os custos de produção e colocando em risco a sua manutenção no meio rural. A erva-mate, sobretudo a nativa, manejada praticamente sem o uso de insumos externos e mecanização, caracteriza-se, justamente, como uma atividade que se contrapõe a esses problemas, não necessitando de desembolsos monetários, nem de muita mão de obra e que – independentemente das condições climáticas – "sempre produz", constituindo-se um elemento estabilizador das propriedades.

Trata-se de uma atividade totalmente adaptada às estratégias gerais da agricultura familiar de reduzir os riscos e de satisfazer as necessidades de reprodução da

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 12

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

família, atendendo, portanto, a duas das principais preocupações dos agricultores familiares para se manterem no campo (CHAYANOV, 1985; ABRAMOVAY,1992; WANDERLEY, 2009).

Carneiro e Maluf (2005) consideram que, na agricultura familiar, a atividade agrícola cumpre um papel na vida das famílias que vai muito além de seu significado econômico, pois está relacionada a um estilo de vida, à manutenção de laços sociais, e à sustentação de manifestações culturais que garantem a densidade do tecido social em certas localidades rurais, e é nessa perspectiva que a atividade ervateira parece inserir-se no PNC.

Nesse sentido, verifica-se que 83% dos agricultores declaram gostar muito de trabalhar com a erva-mate, indicando que se trata de uma atividade diferenciada, com forte apego e prazerosa. Em relação aos motivos para gostarem de trabalhar com a erva-mate, ressalta-se a questão da tradição, pois 53% dos agricultores desenvolvem essa atividade desde a infância, algo que foi passando de geração em geração.

Sahlins (1976) considera que, nas ações humanas, existe uma razão prática e outra simbólica ou significativa, em que o homem vive em um mundo material, de acordo com um esquema de significados criado por ele próprio. Brandenburg (1999; 2002) pondera que os agricultores familiares combinam subjetividade e racionalidade ao desenvolver suas atividades, não se apegando apenas a uma racionalidade econômico-instrumental, mas levando em consideração sentimentos e necessidades mais subjetivas, relacionados ao seu modo e projeto de vida. Nesse sentido, o "gostar da lida" com a erva-mate e a sua inserção na tradição local podem ser decisivas para a continuidade ou para a ampliação da atividade ervateira.

Nesse contexto, também é importante a valorização do ambiente do erval, já que, somando-se, as respostas "gostam do ambiente do erval", " sentem-se bem no erval" e "gostam de andar no erval", totalizam 77%, ou seja, os agricultores valorizam a paisagem, o ambiente majoritariamente florestal dos ervais que lhes traz uma sensação prazerosa, normalmente de tranquilidade.

> Gosto de lidar com a erva, por estar no mato, é bom, a gente se sente bem, é o que mais gosto (Agricultor 16).

Vale lembrar que Tuan (1980) considera existir uma relação afetiva da pessoa com o lugar que habita, marcada pelas suas experiências e pelo modo como percebe o ambiente, o que é particularmente significativo nas comunidades rurais. Nesse sentido, os ervais se configuram como uma paisagem agradável e significativa para os agricultores.

Um dado importante verificado é o fato de os ervais estarem associados a outros usos importantes para a geração de renda e/ou autoconsumo, como a criação animal, a produção de lenha, pinhão e mel, entre outras. Nesse sentido, segundo Maluf et al. (2000), o autoconsumo insere-se na estratégia de redução de riscos da agricultura familiar, pois serve como proteção frente às incertezas e oscilações da produção para o mercado.

Assim, pode-se ponderar que a erva-mate é considerada importante, não necessariamente por produzir elevados volumes monetários, mas, principalmente, por ser uma atividade de baixo risco, que demanda poucos investimentos e mão de obra, tudo isso

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 13

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

associado a paisagens com usos diversos, constituindo um elemento estabilizador da propriedade, capaz de gerar recursos em áreas florestais e ainda ser uma atividade prazerosa para os agricultores e ligada a fortes aspectos culturais.

5 Erva-mate: paisagens de uso e conservação

Os ervais mostram-se importantes para a conservação dos remanescentes da floresta com araucária na região. Os entrevistados possuem 42% de suas propriedades com cobertura florestal nativa e 68% dos agricultores realizam a colheita da erva-mate em mais da metade de suas áreas florestais.

A maioria dos agricultores produz apenas erva-mate nativa (68%) ou nativa e plantada (13%). Quando se fala em ervais nativos, é importante destacar que, se neles não ocorrem plantios significativos, fica clara a ação humana em promover a erva-mate na paisagem, ou seja, os ervais nativos não se formaram pela natureza em si, mas sim pela ação da natureza com a ajuda do manejo dos agricultores. Nos ervais florestais, à medida que não se fazem manejos, a regeneração da mata avança e os agricultores deixam de fazer a colheita. Por essa razão, conclui-se que os ervais nativos são essencialmente paisagens modificadas ou promovidas, paisagens culturais, mantendo, no entanto, importante função de conservação ambiental, uma vez que a cobertura florestal nativa ali permanece.

Os agricultores convivem com o dilema entre uma maior abertura da floresta, o que possibilitaria uma maior produção, versus uma maior cobertura florestal que torna o ambiente mais estável e produz uma erva-mate de melhor qualidade. Entretanto, o receio da legislação ambiental também ajuda a segurar a abertura dos ervais.

Destaca-se a presença nos ervais das duas principais espécies arbóreas ameaçadas de extinção da Floresta com Araucária, a araucária (*Araucaria angustifolia*) e a imbuia (*Ocotea porosa*) (BRASIL, 2008). A araucária está presente em 93% e a imbuia em 68% das paisagens dos ervais. As espécies ameaçadas concentram-se, como era de se esperar, nas áreas florestais mais fechadas, isto é, nas matas e caívas. Salienta-se que foi constatada uma maior frequência dessas espécies nas áreas de caívas – com presença de criações animais – do que nas matas.

Conforme Reis et al. (2018), por meio de estudos desenvolvidos na região, é possível ressaltar que os ervais florestais são fundamentais na conservação das espécies e paisagens com araucária, principalmente devido a diferentes métodos de manejo que resultam em mosaicos de vegetação com diferentes estruturas demográficas e, consequentemente, genéticas. Nesse sentido, a conservação não se baseia apenas na manutenção do germoplasma existente, pois a variabilidade genética mantida nesse tipo de conservação com manejo, também permite a manutenção da biodiversidade, por meio de processos evolutivos.

A preocupação com o manejo dos animais, expressa pela maioria dos agricultores, deve-se à sua lotação excessiva ser considerada como uma das principais causas da degradação dos ervais. Assim, é importante destacar que, apesar dos problemas que a criação animal pode causar à erva-mate e mesmo à regeneração das florestas, é graças à presença animal associada ao manejo da erva-mate que existe a maioria das paisagens florestais da região (MARQUES, 2014). Dessa forma, estratégias de melhoria da produção da erva-

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 14

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

-mate e de conservação dos remanescentes florestais no PNC devem levar em conta a presença da criação animal.

Constatou-se, nas visitas a campo, que a atividade ervateira se mostra eficiente na conservação dos solos e da água, pois praticamente não se observam sinais de erosão nos ervais, devido à pouca ou nenhuma movimentação do solo e da cobertura vegetal, que o protege do impacto das gotas e proporciona maior infiltração da água. Os problemas relacionados à erosão mostram-se um pouco mais evidentes nos ervais plantados abertos.

Não se observa a utilização de adubações químicas – ausentes em 100% das situações – o que aproxima ainda mais a atividade das normas da produção orgânica. No entanto, a utilização de agrotóxicos – inseticidas e herbicidas – nos ervais mostrou-se significativa, abrangendo 45% dos agricultores, 31,8% das paisagens, 15,4% da área e 41,9% da produção. A maior percentagem da utilização de agrotóxicos em relação à produção do que em área indica que o uso de agrotóxicos incide, principalmente, em áreas de produção mais intensiva, notadamente nos ervais abertos e plantados.

Analisando especificamente o grupo de UPEs florestais e nativas (Matas + Caívas), o uso de agrotóxicos é amenizado: conclui-se que são utilizados agrotóxicos em 9,7% das paisagens, 9,7% da área e 24,6% da produção. Dessa forma, é possível constatar que 75,4% da produção oriunda de ervais nativos e florestais está livre de qualquer agrotóxico.

No extremo mais intensivo – o dos ervais plantados sombreados e abertos – a aplicação de agrotóxicos atinge 91,6% das paisagens, o que equivale a 77% da área e 90,2% da produção. O maior uso nessas paisagens já era esperado por se tratar de paisagens não florestais de uso mais intensivo, mais frágeis ecologicamente, e, assim, mais susceptíveis ao ataque de pragas e de plantas invasoras.

Essa relação de plantios abertos e a proliferação de pragas é bastante evidenciada na literatura científica. Iede e Machado (1989) já apontavam que a destruição das florestas nativas, o aumento da área de plantio, a formação de plantios puros e a condução de ervais nativos, como se fossem uma monocultura, foram as causas do aparecimento de vários insetos-praga na erva-mate.

Ao contrário do que se poderia esperar, a maioria dos ervais florestais nativos estão em áreas de excelente à boa aptidão agrícola (65%) e ainda 21% estão em áreas regulares para a agricultura, consequentemente, com alta pressão para sua conversão em lavouras. A erva-mate é citada como um dos motivos principais dessa não conversão em 80% dos casos e, em 55% deles, aparece a importância do uso combinado da floresta (madeira, lenha e erva-mate) com a criação de bovinos.

Nesse aspecto, é importante mencionar que a legislação ambiental, por um lado, contribui para evitar a derrubada das matas e, por outro, praticamente inviabiliza qualquer tipo de manejo nas paisagens florestais. Na opinião de 83% dos entrevistados, a legislação prejudica o manejo extrativista da erva-mate,

> Tem muita gente que preserva, meu pai mesmo aqui no lado, não quer nem saber de mexer no mato, mas tem muita gente que só quer destruir [...] Se não tiver uma lei não teria mais mata […] só que quem preservou deveria deixar usar [...] do jeito que tá quem preservou é que é penalizado (Agricultor 15).

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 15

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

No trecho acima, identifica-se um conflito socioambiental. Esse, por sua vez, de acordo com Acselrad (2004), ocorre quando se envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio. Assim, de um lado, temos os agricultores que conservaram as matas através do seu uso e, de outro, a população em geral, representada pelas instituições de fiscalização que, por meio de instrumentos legais e punitivos, reprimem esse uso. Nesse caso, o conflito é claro – segundo Souza, Bagolin e Corona (2010) – quando o Estado proíbe o agricultor de realizar atividades que desenvolvia tradicionalmente, sem oferecer condições sociais e econômicas – e, poderíamos dizer, técnicas – que viabilizem práticas diferenciadas e que possibilitem à propriedade adequar-se, de acordo com a legislação ambiental.

Cada vez mais as florestas são vistas como geradoras de valores e benefícios, além de sua função produtiva direta (BERKES; DAVIDSON-HUNT, 2006). No entanto, as imposições de restrições legais ao uso das florestas, sem alternativas de manejo legalizadas e viáveis e o não pagamento pelos serviços ambientais ou ecossistêmicos gerados, fazem com que os agricultores, muitas vezes, não tenham o interesse de mantê-las (SIMISKI; FANTINI, 2007). Carneiro e Maluf (2005) consideram que o agricultor deveria ser recompensado pelos serviços ambientais que as florestas prestam à sociedade.

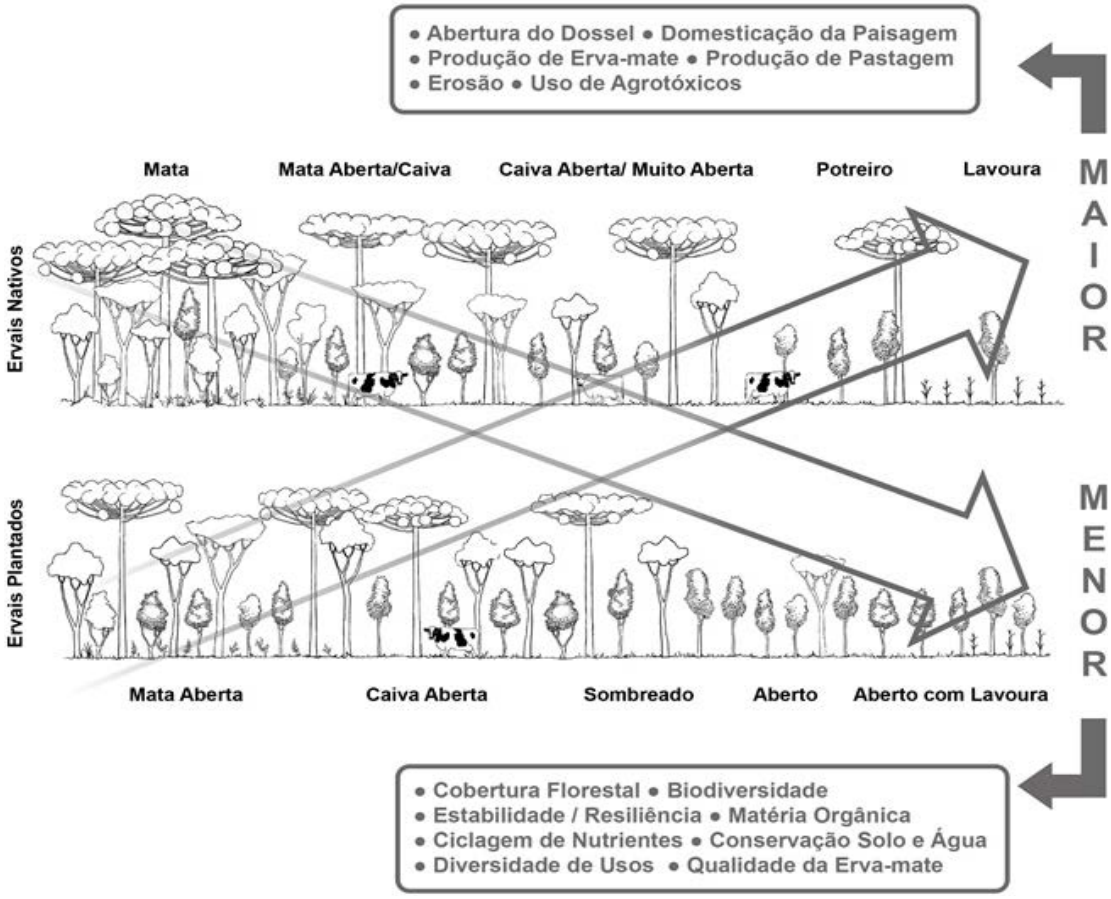
Dessa forma, parece pertinente a revolta dos agricultores do PNC que conservaram as florestas e não receberam nada em troca. No entanto, o caminho não parece ser a autorização para a abertura de novas áreas, mas sim o desenvolvimento de sistemas de manejo da mata com araucárias que possam gerar recursos monetários com a "floresta em pé" – ao invés de simplesmente impedir qualquer manejo, já que foi justamente o uso dessas áreas que possibilitaram a sua conservação – complementadas com políticas de pagamento por serviços ambientais ou ecossistêmicos.

Vale destacar que tanto nos ervais nativos quanto nos plantados, à medida que a cobertura florestal diminui, aumenta a intensidade de domesticação das paisagens – frente à maior intensidade de práticas de manejo, como roçadas, desbastes, aplicação de agrotóxicos ou de outras intervenções antrópicas como desmatamentos, arações, criações de animais, entre outros – e aumenta a produção de biomassa da erva-mate. Nas paisagens com presença animal também se verifica um aumento na produção de pastagens (Figura 3).

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 16

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Figura 3 – Comportamento de algumas propriedades das Unidades de Paisagens dos Ervais, tanto nativos quanto plantados, à medida que a cobertura florestal diminui.



Fonte: elaboração dos autores a partir de Marques (2014).

Por outro lado, com a redução da cobertura florestal, ocorre uma diminuição da biodiversidade, devido ao menor número de espécies vegetais e, consequentemente, da fauna; redução da capacidade de conservação do solo e da água, pela maior exposição do solo; menor capacidade de regulação térmica, aumentando os riscos de geadas, estiagens e de outros estresses ambientais que debilitam as erveiras; simplificação do agroecossistema, diminuindo a estabilidade e a resiliência, deixando-o mais susceptível ao ataque de pragas, doenças e plantas invasoras; limitação dos usos da paisagem, restringindo a produção de lenha, madeira, frutos, mel e outros produtos importantes no autoconsumo da propriedade, além da significativa diminuição da qualidade da erva-mate.

Dessa forma, as paisagens com maior conservação florestal, de forma geral, produzem menor quantidade de biomassa de erva-mate, porém produzem um produto de melhor qualidade, de maior aceitação no mercado, aliado a uma maior estabilidade dos ervais e à geração de uma série de serviços ecossistêmicos, os quais, inclusive, deveriam ser remunerados pela sociedade em geral. A grande questão seria estabelecer um nível de

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 17

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

sombreamento ou de manejo da floresta que pudesse compatibilizar uma boa produção de biomassa com os demais aspectos positivos da cobertura florestal.

6 Considerações finais

O estudo dos ervais, a partir da classificação em unidades de paisagem, permitiu a identificação e a caracterização dos diversos tipos de ervais presentes no PNC, bem como dos seus significados e relação com o meio ambiente.

A erva-mate, mais do que gerar recursos monetários significativos, constitui uma atividade que produz uma renda segura, com poucos investimentos, assumindo uma importante função de reserva de valor e de estabilização das unidades familiares e, sendo assim, apresenta grande importância do ponto de vista econômico e social.

A erva-mate configura-se como uma atividade fortemente ligada às tradições e história das famílias, além de ser uma atividade prazerosa para os agricultores, assumindo significativa importância cultural e social. Além disso, contribui para a conservação dos remanescentes florestais e de espécies arbóreas ameaçadas de extinção, aumenta a conectividade entre fragmentos florestais, colabora para a conservação do solo e da água, gera diversos serviços ecossistêmicos e permite, ainda, uma multiplicidade de usos nos ervais florestais, assumindo grande importância na conservação do meio ambiente.

Portanto, por contribuir para a conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo que contribui em aspectos econômicos, sociais e culturais junto aos agricultores familiares, pode-se concluir que, no PNC, a atividade ervateira apresenta grande importância para a conservação socioambiental. No entanto, à medida que se diminui a cobertura florestal dos ervais, mesmo que, se por um lado, em curto prazo, isso aumente a produção de erva-mate, gradativamente perde-se a qualidade do produto e os aspectos positivos relacionados à conservação socioambiental.

Vale, ainda, destacar que a paisagem geral do Planalto Norte Catarinense tem na erva-mate uma característica marcante, fruto de um longo processo histórico e cultural de interação entre as populações locais e o ambiente dos ervais, podendo as paisagens ervateiras ser vislumbradas como paisagens culturais características da região. O processo de criação de uma "Identificação Geográfica", em curso na região, deveria primar pela valorização da erva-mate em ambientes florestais mais conservados.

Por isso, conclui-se que o grande desafio no PNC se constitui na busca por um melhor manejo, amparado legalmente e com apoio da pesquisa, da extensão rural e de programas de incentivo que compatibilizem a produção significativa de erva-mate com as demais funções sociais e ecológicas dos ervais.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC /Ed. UNICAMP, 1992.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In ACSELRAD, H. (ed). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumbe-Dumará, 2004.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 18

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERKES; F.; DAVIDSON-HUNT, I. J. Biodiversity, traditional management systems nd cultural landscapes: examples from the boreal forest of Canada. **International Social Science Journal**, v. 58, n. 187, p. 35-47, 2006.

BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on Araucaria angustifolia (Bert.) Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia,** v. 9, n. 1, p.109–116, 2006.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

_____. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR. n. 6. p. 11-28. jul./dez. 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução normativa nº 6**, de 23 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.mp.ro.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6571fe65-faae-432c-80ad-509df95ec096&groupId=41601 . Acesso em 20.jul.2010.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura Familiar. In:. BOTELHO FILHO, F. B (org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial** – Contribuições ao Debate. Brasília: UnB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005.

CHAYANOV, A. V**. La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**, 53(2), p. 188-202, 1999.

CENI COELHO, G., Ecosystem services in brazilian's southern agroforestry systems. **Tropical and Subtropical Agroecosystems**, v. 20, n. 3, 2017. Disponível em**:** http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93953814004. Acesso em 19. nov.2018.

CORREA, G. et al. Cambona 4: desenvolvimento de uma progênie biclonal de erva-mate em Machadinho, RS. **Embrapa Florestas. Documentos**, v. 224, 2011.

DELPOUX, M. Ecossistema e paisagem. **Métodos em Questão**. n. 07. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1972.

HANISCH, A. L. ; MARQUES, A. C. ; BONA, L. C. Uso sustentável de áreas de vegetação de caívas e sua relação com os aspectos fisiológicos da produção de leite a pasto**. R.E.V.I. Revista de Estudos do Vale do Iguaçu**, v. 11, p. 129-140, 2008.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=289. Acesso em: 16.nov.2013.

IEDE, E. T.; MACHADO, D. C. Pragas da erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.) e seu controle. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Colombo, v. 18/19, p. 51-60, 1989.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 19

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

LOPES, N. O. V. **A indicação geográfica como forma de valorização da biodiversidade no planalto norte catarinense**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LYNCH, O. J. **Whither the people?** Demographic, tenurial, and agricultural aspects of the tropical forestry action plan. Washington, D.C: World Resources Institute, 1990.

MAGALHÃES. M. P. A construção de territórios culturais pelas antigas sociedades amazônicas. **Amazônia:** Ciência & Desenvolvimento. Belém, v. 6, n. 12, p. 69-87 jan./jun. 2011.

MALUF, R. S et al. **Caderno "Segurança Alimentar". Fórum social mundial**, v. 1, 2000. Disponível em: http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf. Acesso em 20.nov.2013.

MARQUES, A. C. et al. Florestas Nacionais e desenvolvimento de pesquisas: o manejo da erva-mate (Ilex paraguariensis A. St.-Hil.) na Flona de Três Barras/SC. **Biodiversidade Brasileira**, v. 2, n. 2, p. 4-17, 2012.

MARQUES, A. C. **As paisagens do mate e a conservação socioambiental:** um estudo junto aos agricultores familiares do planalto norte catarinense. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MATTOS, A. G. **Caracterização das práticas de manejo e das populações de erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. Sant. Hil) nativa em exploração no planalto norte catarinense**. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____. **Conservação pelo uso de populações de *Ilex paraguaiensis* A. St. Hil, em sistemas extrativistas no planalto norte catarinense**. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas:** a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.

NUCCI, J. C.; FÁVERO, O. A.; BIASI, M. Hemerobia nas unidades de paisagem da Floresta Nacional de Ipanema, Iperó/SP: conceito e método. In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais Vol 1**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, p. 550-559. 2004.

POSEY, D. Manejo da floresta secundária: capoeiras, campos e cerrados (Kayapo). In: RIBEIRO, D (org). **Suma etnológica brasileira**, vol 1. B. Petrópolis: Vozes. 1987.

RAMALHO FILHO, A. PEREIRA, L. C. **Aptidão agrícola das terras do Brasil**: potencial de terras e análise dos principais métodos de avaliação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 20

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

REIS, M. S. et al. Management and Conservation of Natural Populations in Atlantic Rain Forest: The Case Study of Palm Heart (*Euterpe edulis* Martius) 1. **Biotropica**, v. 32, n. 4b, p. 894-902, 2000.

REIS, M. S.; LADIO, A. H. Paisajes con Araucarias en Sudamérica: construcciones culturales pre-colombinas y del presente para producción de alimento. In: NAVARRO, V; ESPINOSA, S.(eds). **Memorias de las Jornadas de reflexión acerca de los paisajes culturales de Argentina y Chile, en especial los situados en la región Patagónica**. Rio Gallegos, Argentina: COMOS/UNPA/UMAG. Vol. 1, 224-244. 2012.

REIS, M.S, et al. Domesticated Landscapes in Araucaria Forests, Southern Brazil: A Multispecies Local Conservation-by-Use System. Frontiers in Ecology and Evolution. Volume 6, Article 11, February, 2018. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fevo.2018.00011/full. Acesso em 22.set.2018.

ROBERTS, P. et al. The deep human prehistory of global tropical forests and its relevance for modern conservation**. Nat. Plants** 3:17093. 2017. doi: 10.1038/nplants.2017.93. Acesso em 18.set.2018.

SAHLINS, E. O. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SCHMITZ, P. I. Povos indígenas associados à Floresta com Araucária. In: FONSECA, C. R.; et al. (editores). **Floresta com Araucária:** Ecologia, Conservação e Desenvolvimento Sustentável**.** Holos Editora: Ribeirão Preto, 2009.

SIMINSKI, A.; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, 37(3), 690-696, 2007.

SOUZA, A. M. Arranjo produtivo local e Indicação Geográfica: possibilidades para a cadeia produtiva do mate no Planalto Norte Catarinense. In: **SOBER** - 48° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2010.

SOUZA, A. M. et al. Estudos básicos regionais do Planalto Norte de Santa Catarina. In: DUFLOTH, J.H.et al. (org.). **Estudos básicos regionais de Santa Catarina** (CD) Florianópolis: EPAGRI p. 145-250. 2005.

STEENBOCK, W. **Domesticação de bracatingais;** perspectivas de inclusão social e conservação ambiental. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

STEENBOCK, W. et al. Agroflorestas e sistemas agroflorestais no espaço e no tempo. In: STEENBOCK, W. et al (orgs). **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia:** Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Lívia de Oliveira, São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo, Cortez (2a Ed). 2000.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 21

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

WANDERLEY, M. N. B. . **O Mundo Rural como um Espaço de vida.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZONNEVELD, I. S. Scope and Concepts of Landscape Ecology as an Emerging Science. In: **Changing Landscapes:** an Ecological Perspective. New York, Spring-Verlag, p 3-30.1990.

Submetido em: 23/01/2018
Aceito em: 22/05/2019
http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc201702822vu2019L3AO
2019;22e:02822
Artigo Original

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 22

AS PAISAGENS DA ERVA-MATE: USO DAS FLORESTAS E CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

ANÉSIO DA CUNHA MARQUES
MAURÍCIO SEDREZ DOS REIS
VALDIR FRIGO DENARDIN

AS PAISAGENS DA ERVA-MATE: USO DAS FLORESTAS E CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

***Resumo*:** A erva-mate (*Ilex paraguariensis* St Hil.) é uma espécie arbórea nativa da Floresta com Araucária, de significativa importância econômica e social para grande parte da região sul do Brasil. O objetivo deste trabalho foi estudar as diferentes paisagens dos ervais do Planalto Norte Catarinense (PNC) – principal região produtora de erva-mate nativa de Santa Catarina – e sua relação com a conservação socioambiental, no âmbito da agricultura familiar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e avaliação de ervais, com base em roteiro específico. Foi possível identificar 13 tipos de unidades de paisagens dos ervais que constituem uma base diagnóstica para a gestão sustentável dos ervais e florestas. Concluiu-se que a atividade ervateira apresenta grande importância para a conservação socioambiental no PNC.

***Palavras-chave*:** Agricultura familiar; Conservação socioambiental; Erva-mate nativa; Paisagem Cultural.

YERBA MATE LANDSCAPES: FOREST USE AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONSERVATION

***Abstract*:** The yerba mate (Ilex paraguariensis St. Hil.) is a native tree species of Araucaria Forest and it has a significant socio-economic importance for a great part of the southern region of Brazil. The objective of this paper is to study the different landscapes of the native yerba mate systems (NYMS) in the Planalto Norte Catarinense (PNC) - which is the main producing region of native yerba mate in the State of Santa Catarina (Brazil) - and their relationship to socio-environmental conservation in the context of family farming. Semi-structured interviews were conducted with family farmers and NYMS were evaluated following a specific route. Thirteen types of NYMS Landscape Units were identified, as a diagnostic basis for the sustainable management of NYMS and forests. Thus, it's possible

to conclude that the Yerba Mate activity is of great importance to the socio-environmental conservation in the PNC.

Keywords: Cultural landscape; Family Farming; Native Yerba mate; Socio-Environmental Conservation.

LOS PAISAJES DEL YERBA MATE: USO DE BOSQUES Y CONSERVACIÓN SOCIOAMBIENTAL

Resumen: La yerba mate (Ilex paraguariensis St Hil.) es una especie arbórea nativa de la Floresta de Araucaria de significativa importancia económica y social para gran parte de la región sur de Brasil. El objetivo de este trabajo fue estudiar los diferentes paisajes de los yerbales del Planalto Norte Catarinense (PNC) - principal región productora de yerba mate nativa de Santa Catarina - y su relación con la conservación socioambiental, en el ámbito de la agricultura familiar. Se realizaron entrevistas semiestructuradas y evaluación de yerbales basadas en un itinerario específico. Fue posible identificar 13 tipos de unidades de paisajes de los hierbales que se constituyen en una base diagnóstica para la gestión sostenible de los hierbales y bosques. Se concluye que la actividad yerbatera presenta gran importancia para la conservación socioambiental en el PNC.

Palabras clave: Agricultura familiar; Conservación socioambiental; Yerba mate nativa; Paisaje cultural.

(cc) BY-NC Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NA REGIÃO SUL

CONTO, A. J.[1]

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise agregada das estruturas produtivas de erva-mate nos três estados da Região Sul, tendo como base os dados do Censo Agropecuário de 1995/96. A análise busca caracterizar os sistemas de cultivo de erva-mate e de extrativimo (ervais nativos) quanto à área, atividade econômica predominante nos estabelecimentos, destino da produção, e tamanho dos estabelecimentos. Somente para os sistemas de cultivo tem-se ainda: uso de insumos, número de pés de erva-mate em produção e plantados no ano, área do plantio com erva-mate. Com isso, pretende-se evidenciar características do sistema produtivo e as diferenças entre os estados.

1. ERVAIS NATIVOS

Na Tabela 1, são apresentados os principais dados referentes aos ervais nativos nos três estados. Observa-se que o Estado do Paraná é responsável por 56,0% da produção total, vindo, a seguir, Santa Catarina com 33,9% e o Rio Grande do Sul com 10,1. O número de informantes com ervais nativos é

[1]Pesquisador da Embrapa Florestas: Estrada da Ribeira km 111, CEP 83.411-000, Caixa Postal 319-Colombo, PR. E.mail: deconto@cnpf.embrapa.br

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 26

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

bastante concentrado no Paraná, onde ocorrem 47,5% do total da região; em Santa Catarina, 28,3%; e no Rio Grande do Sul, 24,2%. No que se refere a característica das atividades econômicas predominantes nos estabelecimentos, segundo classificação do IBGE, é de se destacar o grupo de informantes cujos estabelecimentos são classificados como de silvicultura e exploração florestal, que, no Paraná, respondem por 58,0% da produção; em Santa Catarina, a participação cai para 37,2%; e, no Rio Grande do Sul, para 27,0%. O outro agrupamento que se destaca, nos três Estados, é o dos informantes com estabelecimentos classificados como de lavouras temporárias, sendo menos relevante no Paraná e em Santa Catarina do que no Rio Grande do Sul. Quanto ao destino da produção, nos três estados, há um predomínio da produção entregue na indústria, e a atuação de intermediários é mais relevante no Estado do Paraná com 31,6%; em Santa Catarina, com 20,3%; e no Rio Grande do Sul, com 17,6%.

Tabela 1. Informantes e produção de erva-mate de ervais nativos nos três estados da Região Sul e distribuição segundo atividades econômicas predominante nos estabelecimentos, destino da produção e tamanho do estabelecimento.

Itens	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	Informantes	Produção de erva-mate (t)	Informantes	Produção de erva-mate (t)	Informantes	Produção de erva-mate (t)
Total geral	18.386	115.069	10.977	69.569	9.382	20.692
Grupo de atividade econômica predominante nos estabelecimentos, segundo classificação do IBGE						
Lavouras temporárias	9.083	26.566	4.319	19.305	4.321	7.388
Silvicultura e exploração florestal	2.943	66.722	972	25.860	440	5.596
Destino da produção						
Entregue na indústria	8.157	70.668	7.004	52.622	4.182	15.155
Entregue para intermediário	5.624	36.337	1.587	14.106	1.425	3.640
Grupo de área total dos estabelecimentos						
< 10 hectares	4.234	7.472	1.676	3.309	1.897	2.556
10 a < 100 hectares	12.650	52.994	8.302	31.326	7.049	15.611
100 a < 1.000 hectares	1.419	39.190	948	29.043	420	2.301
1.000 a < 10.000 hectares	77	11.728	51	5.891	15	219
Mais de 10.000 hectares	6	3.684				

Fonte: Os dados foram obtidos a partir do Censo Agropecuário de 1995/96 – IBGE.

Quanto à distribuição da produção segundo o tamanho dos estabelecimentos, no Rio Grande do Sul, 75,5% são originárias daqueles com área <

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

que 10 e > a 100 hectares, enquanto que, no Paraná, essa participação cai para 46,1%; e, em Santa Catarina, para 45,0%. Nesses dois estados, cresce a participação dos estabelecimentos com área superior a 100 hectares. Essa verificação confirma a maior participação dos estabelecimentos classificados como de silvicultura e de exploração florestal nesses dois estados, que sempre envolvem áreas maiores para a atividade.

2. ERVAIS CULTIVADOS

As características básicas dos ervais cultivados nos três estados são apresentadas na Tabela 2. Observa-se que o número de estabelecimentos com ervais cultivados é superior ao de ervais nativos e 55% dos mesmos se encontram no Rio Grande do Sul, contudo os estados do Paraná e Santa Catarina tem uma número de ervais novos superior do de ervais em produção. Isso indica que nesses estados está havendo uma expansão mais recente no cultivo de erva-mate.

No que se refere à principal atividade formadora da renda aos estabelecimentos dos informantes que cultivam erva-mate, há uma predominância dos classificados como de lavouras temporárias, vindo, a seguir, os de lavouras permanentes. Como foi observado, nos estados do Paraná e Santa Catarina, há uma maior participação de pés novos em relação ao número total de pés de erva-mate cultivada, o que, no futuro, deverá promover um incremento do grupo de estabelecimentos classificados como de lavoura permanentes em relação ao de lavouras temporárias.

Quanto ao uso de insumos (agrotóxicos e adubação química), observa-se que, no Paraná, somente 8,7% da proporção é originária de áreas que utilizam insumos agrotóxicos ou adubo químico. Em Santa Catarina a participação sobe para 40,7%, e, no Rio Grande do Sul, para 43,1%.

Outro aspecto que merece ser apresentado é a predominância de estabelecimentos do grupo de lavouras colhidas com áreas bastante reduzida. Nos três estados, predominam os estabelecimentos do grupo de área colhida inferior a 1 hectare. No entanto, observa-se que, nos estados do Paraná e Santa Catarina,

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 28

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

o número de pés novos tende a crescer no grupo de áreas colhidas maiores, enquanto que, no Rio Grande do Sul, o de número de pés novos é maior somente no grupo de áreas com menos de 1 hectare.

Tabela 2. Informantes, produção e número de pés de erva-mate cultivada, em produção e novos, nos estados da Região Sul – 1995/96.

Itens	Paraná				Santa Catarina				Rio Grande do Sul			
	Informantes	Produção de erva-mate (t)	1.000 pés		Informantes	Produção de erva-mate (t)	1.0000 pés		Informantes	Produção de erva-mate (t)	1.000 pés	
			Produção	Novos			Produção	Novos			Produção	novos
Total geral	11.745	37.070	15.593	23.267	11.703	35.064	12.656	20.997	29.616	80.910	25.501	25.699
Grupo de atividade econômica predominante nos estabelecimentos												
Lavoura temporária	6.003	8.279	4.004	7.349	4.064	5.906	2.826	5.559	13.677	23.805	8.303	9.659
Lavoura permanente	841	22.888	7.572	7.155	497	1.208	4.288	5.097	2.414	33.756	9.448	6.481
Uso de tecnologia												
Agrotóxicos	71	1.778	269	1.380	208	5.275	1.725	1.945	794	5.367	1.938	1.857
Adubação	334	1.430	448	1.485	2.429	9.001	3.364	6.251	7.116	29.543	8.049	7.517
Não utiliza	2.939	9.168	3.204	5.947	9.019	20.028	7.273	12.385	21.600	45.170	15.051	15.623
Grupos de área da colheita												
Menos de 1 hectares	859	826	181	354	3.793	5.052	989	1.666	19.929	23.370	5.119	6.466
1 a menos de 2 hectares	939	760	211	220	794	3.487	941	978	2.485	14.553	3.983	2.719
2 a menos de 5 hectares	266	2.148	580	635	709	6.486	2.116	2.222	1.724	22.341	6.317	3.490
5 a menos de 10 hectares	69	992	314	351	196	3.936	1.259	1.287	351	9.943	2.879	1.296
10 a menos de 100 hectares	99	5.212	1.751	2.007	152	13.153	4.064	3.739	194	10.703	4.067	2.422
Mais de 100 hectares	5	2.634	637	1.211	9	3.650	1.468	1.595	0	0	0	0
Grupos de área total												
> 10 hectares	3.139	3.286	1.225	1.949	2.961	2.760	929	1.570	7.826	14.184	4.229	1.851
10 a > 100 hectares	7.771	17.397	7.185	11.724	8.938	20.124	7.362	12.672	20.891	58.994	18.612	8.699
100 a > 1.000 hectares	799	14.387	6.397	7.333	472	10.894	4.027	5.981	849	8.937	2.570	1.032
1.000 a > 10.000 hectares	35	2.069	715	2.251	32	1.265	338	705	46	194	90	257
Mais de 10.000 hectares	1	1	1	10	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Os dados foram obtidos a partir do Censo Agropecuário de 1995/96 – IBGE.

Outro aspecto é que há uma predominância de estabelecimentos entre 10 e 100 hectares entre os que cultivam erva-mate, segundo os informantes, a exemplo do que ocorreu com os estabelecimentos que produzem erva-mate de áreas de extrativismo.

Embora não apresentado nas tabelas, vale destacar que, com relação ao período de colheita, no Paraná, o mês de maior volume colhido (27,7%) foi setembro, enquanto que, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, predominou agosto, com 31,1 e 21,2%, respectivamente. O período de maio a setembro é o que apresenta a maior concentração da colheita nos três estados, sendo que, no Paraná, corresponde a 72,9% da produção anual; em Santa Catarina, a 68,4%; e, no Rio Grande do Sul, a 66,8%.

Os dados evidenciam que há uma tendência de crescimento da produção de erva-mate em áreas de ervais cultivados que levará a uma predominância da produção dos mesmos em relação aos nativos, como já se observa no Estado do

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 29

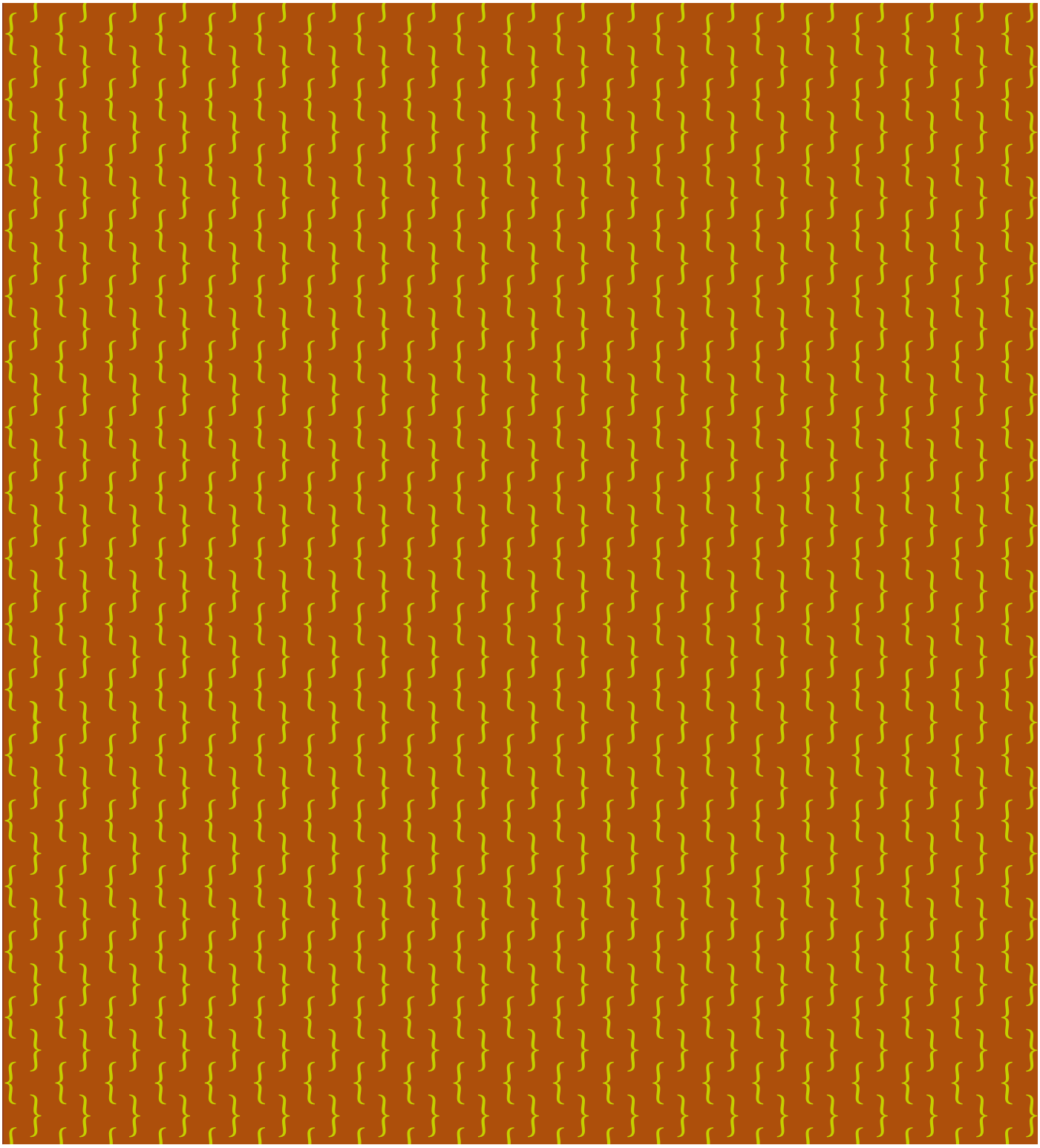
PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Rio Grande do Sul. Predominam também os plantios em áreas inferior a 1 hectare o que indica que está ocorrendo um crescimento bastante pulverizado no plantio e nos estabelecimentos com menos de 100 hectares. A implantação de áreas inferior a um hectare parece indicar que os produtores estão ainda em processo de avaliação da viabilidade do cultivo de erva-mate para só então fazerem maiores investimentos, enquanto que a predominância de áreas inferior a 100 hectares é reflexo da estrutura fundiária dos três estados.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 30

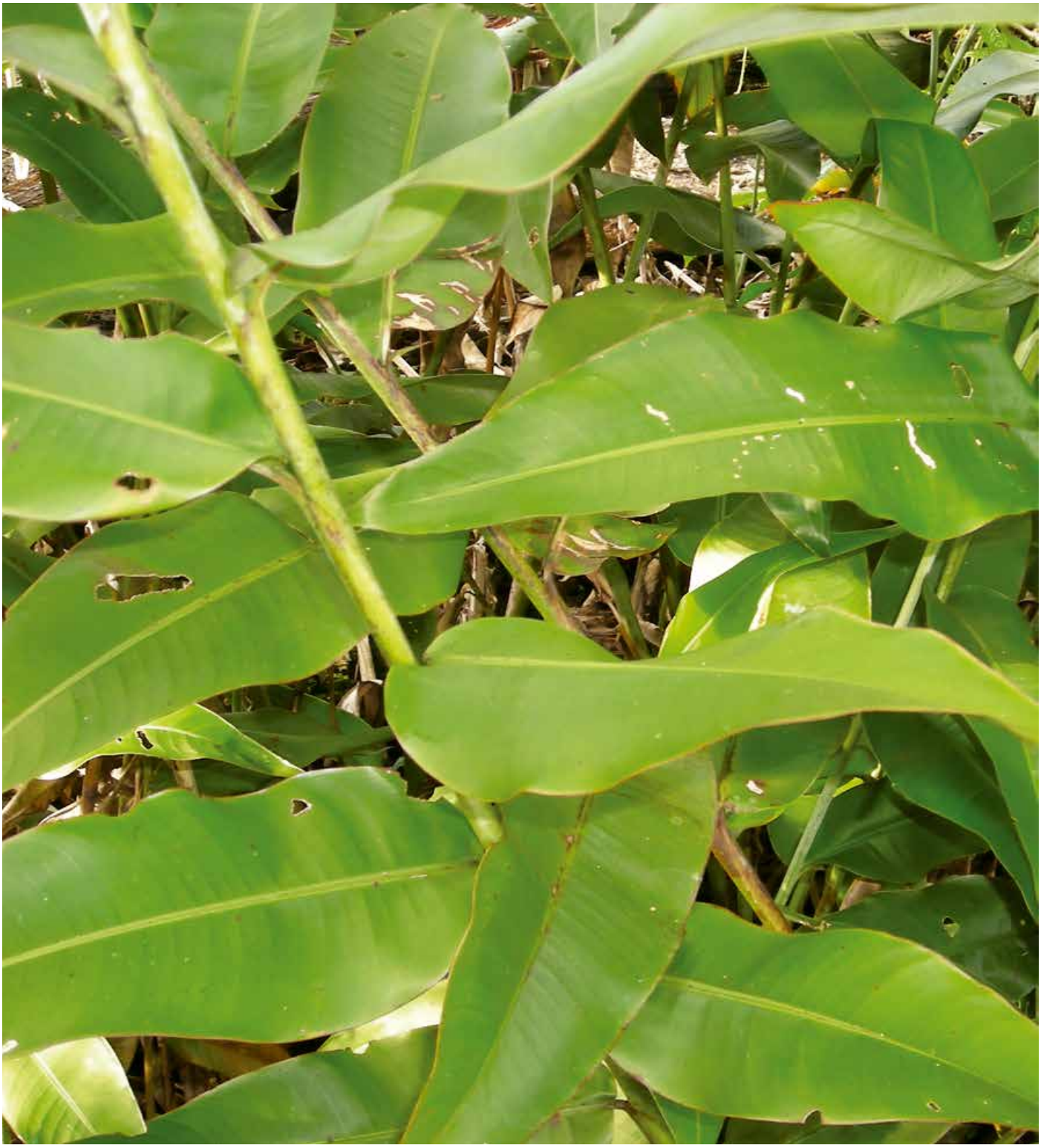
IPHAN

{Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro}



DOSSIÊ IPHAN 19 { Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro }

DOSSIÊ IPHAN 19 { Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro }



Depois do resguardo
As meninas são benzidas com o cigarro
Para ter uma roça boa e uma casa boa

D. Anita Joaquina Sousa, da comunidade
Tapereira, no Médio Rio Negro

Arraia maniva *não dá para mim, nem brotado,*
nem novo, nem com ferro de cova, nem com enxada.
Para Dona Zulmira, dão bonitas.
Paca maniva, *essa dá para mim,*
nambu maniva *também.*
Mas arraia maniva *não dá para mim.*

D. Nilza Lúcio Resende, da comunidade
Espírito Santo, no Médio Rio Negro

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Bolsonaro

MINISTRO DA CIDADANIA
Osmar Terra

SECRETÁRIO ESPECIAL DA CULTURA
José Henrique Medeiros Pires

PRESIDENTE DO IPHAN
Kátia Santos Bogéa

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E FOMENTO
Marcelo de Brito

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
Andrey Rosenthal Schlee

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Marcos José Silva Rêgo

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS
Robson Antônio de Almeida

SUPERINTENDENTE DO IPHAN NO AMAZONAS
Karla Bittar

Departamento de Patrimônio Imaterial

COORDENADOR-GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO
Deyvesson Israel Gusmão

COORDENADORA-GERAL DE PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE
Rívia Ryker Bandeira de Alencar

COORDENADOR-SUBSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
Pedro Clerot

COORDENADORA DE REGISTRO
Marina Lacerda

COORDENADORA DE APOIO AOS BENS REGISTRADOS
Natália Guerra Brayner

COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Ellen Christina Ribeiro Krohn

DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR (CNFCP)
Cláudia Márcia Ferreira

Instrução Técnica do Processo de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

Supervisão técnica

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL
Ana Gita de Oliveira

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
IRD – Institut de Recherche pour le Développement

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL
SEPS Quadra 713/913, Bloco D,
Edifício IPHAN, 4º andar
70.390-135 Brasília – DF
Telefone: (061) 2024-5400
E-mail: dpi@iphan.gov.br

IPHAN

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Edição do Dossiê Interpretativo

TEXTOS
Laure Emperaire (IRD-UMR IRD-MNHN "Patrimônios Locais e Governança") – Coordenação
Lúcia van Velthem (Ministério da Ciência e Tecnologia)
Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de São Paulo e Universidade de Chicago)
Esther Katz (IRD UMR IRD-MNHN "Patrimônios Locais e Governança")
Juliana Santilli (Ministério Público –Brasília, Distrito Federal)

PESQUISADORES
Projeto DPI/Iphan-ISA: Ilma Fernandes Neri, Jaqueline Sanches, Marivelton Rodrigues Barroso, Omilda da Silva de Menezes, Regina Perina Aragão, Sandra Gomes de Castro, Valter Monteiro.
Projeto Pacta (IRD/Unicamp): Carla Dias, Esther Katz, Juliana Santilli, Laure Emperaire, Lúcia van Velthem, Manuela Carneiro da Cunha.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN)
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
Associação Indígena de Barcelos (ASIBA)
Institut de Recherche pour le Développement – Unité Mixte de Recherche nº 208 *Patrimoines Locaux et Gouvernance* (IRD/MNHN)
Instituto Socioambiental (ISA)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

COLABORAÇÕES
Márcia Sant'Anna (Iphan)
Sílvia Guimarães (Iphan)
Ana Gita de Oliveira (Iphan)
Carla Dias (ISA)
Ludivine Eloy (CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique)

COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO
Diego Simas
Yêda Barbosa

EDIÇÃO DE TEXTO
Marina Kahn

REVISÃO DE TEXTOS
Monica Salmito Noleto

PROJETO GRÁFICO
Victor Burton

DIAGRAMAÇÃO
Avellar e Duarte

FOTOGRAFIAS
Esther Katz
Ilma Fernandes Nery
Laure Emperaire
Ludivine Eloy
Marivelton Rodrigues Barroso
Omilda da Silva de Menezes
Regina Pedrina Aragão
Lúcia van Velthem

ILUSTRAÇÕES
Clemente Murilo
Laurentino Lana

Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

Processo nº 01450.010779/2007-11

PROPONENTE
Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN)

DADOS DO PROCESSO
Pedido de Registro aprovado na 65ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 5 de novembro de 2010.
Inscrição no livro dos Saberes em 5 de novembro de 2010.

CAPA
MANIVA OURO NA ROÇA DE CONCEIÇÃO CARVALHO. COMUNIDADE TAPEREIRA.
FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2006.

PÁGINA 2
PIMENTAS PARA O PREPARO DE JIQUITAIA.
FOTO: ESTHER KATZ.

PÁGINA 4
MACOARI DOCE NA ROÇA DE REGINA ARAGÃO. ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO.
FOTO: REGINA PERINA ARAGÃO, 2006.

PÁGINA 8
MORADIAS DA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO.
FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2007.

SUMÁRIO

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

10 APRESENTAÇÃO

12 INTRODUÇÃO
13 O sistema agrícola, uma expressão cultural do Rio Negro
15 A pesquisa para o Registro
18 A interface agrobiodiversidade e diversidade cultural: aspectos jurídicos
19 Da agricultura ao sistema agrícola

22 IDENTIFICAÇÃO
23 Contexto histórico e cultural
31 Transformar o espaço
47 Criar as plantas
64 As plantas no espaço social
71 Processar: a cultura material
88 Consumir: alimentação e diversidade agrícola

104 O sistema agrícola tradicional do Rio Negro como bem cultural registrado

110 RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA
111 Diagnóstico de riscos e ameaças do bem
112 Riscos de desaparecimento e potencialidades

120 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

138 NOTAS

ANEXOS
142 Anexo 1 - Sobre as fontes e a metodologia
148 Anexo 2 - Relação dos nomes e macaxeiras cultivadas
160 Anexo 3 - Listagem das matérias-primas não cultivadas
163 Anexo 4 - Catálogo de artefatos e objetos
184 Anexo 5 - Parecer do relator
188 Anexo 6 - Certidão de registro

APRESENTAÇÃO

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

O CIPÓ É DESCASCADO PARA A CONFECÇÃO DE CESTO CARGUEIRO. FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

A Coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados destina-se a tornar amplamente conhecidos e valorizados como Patrimônio Cultural do Brasil os bens de natureza imaterial registrados pelo Iphan.

O Registro foi instituído a partir do Decreto nº 3.551/2000, que também cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Ele é realizado pela inscrição dos bens em algum dos quatro Livros do Registro: das Celebrações, dos Lugares, das Formas de Expressão e dos Saberes. Os Dossiês publicados têm por base os estudos que fundamentaram o Registro do Bem Cultural e refletem as etapas de pesquisa, análise e reconhecimento desse patrimônio. A divulgação dos processos de Registro e dos resultados do trabalho institucional contribui para o reconhecimento desse patrimônio pela sociedade brasileira e favorece condições de sua permanência. São apresentados nos Dossiês elementos que definem a identidade dos detentores dos Bens Culturais e dos grupos sociais envolvidos em sua realização, seu universo de ocorrência, e as práticas e saberes a eles inerentes.

Este 19º volume da Coleção apresenta o **Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**, inscrito no Livro de Registro dos Saberes.

Entende-se por Sistema Agrícola Tradicional o complexo de dimensões cosmológicas, culturais e técnicas que abrangem as práticas relacionadas às atividades de agricultura, a sociabilidade e a alimentação. Em 2010, o IPHAN reconheceu o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como Patrimônio Cultural do Brasil, identificando este bem cultural nos munícipios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, municípios do Amazonas.

O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é parte do cotidiano de cerca de 80 mil pessoas, integrantes de 23 etnias indígenas, cuja produção e conhecimento resvalam não só para os municípios circunvizinhos como também para o Brasil, como por exemplo, com a disseminação do consumo da farinha de mandioca.

O elemento estruturante deste Sistema Agrícola é a mandioca. No entanto, outros produtos também são amplamente produzidos, dentre vegetais e frutas, como batata doce, milho, abacaxi e cupuaçu, somando mais de 300 variedades de plantas cultivadas.

O reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro não é devido apenas pela sua importância para aquelas populações amazonenses, mas também para a valorização e promoção de importantes práticas tradicionais de cultivo e conservação da biodiversidade, que poderão ser conhecidas a partir da leitura desta edição. ■

Katia Santos Bogéa
Presidente do Iphan

INTRODUÇÃO

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

O SISTEMA AGRÍCOLA, UMA EXPRESSÃO CULTURAL DO RIO NEGRO

TIPOS DE CANTEIRO. COMUNIDADES TAPEIRA E ESPÍRITO SANTO. FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2007.

O Sistema Agrícola Tradicional praticado pelas comunidades indígenas do Alto e Médio Rio Negro, objeto do Registro, congrega o conjunto dos conhecimentos associados ao manejo do espaço e das plantas cultivadas, os instrumentos e recursos materiais usados em seu plantio, processamento e preparo, bem como as formas de utilização dessas plantas, seja na alimentação, no sistema de trocas ou em seus usos rituais. Sua abrangência se estende a montante em São Gabriel da Cachoeira, passando por Santa Isabel e desembocando à jusante em Barcelos, municípios do estado do Amazonas. O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro tem como elemento estruturante a mandioca, *Manihot esculenta* Crantz, planta provavelmente domesticada no sudoeste da Amazônia brasileira e localmente chamada de maniva.

O cultivo da mandioca, emblemático do Brasil e parte integrante de sua história, ocupa uma posição de destaque no Rio Negro. Embora existam variações nas formas de manejar e de pensar a prática agrícola entre os povos da região, há uma práxis compartilhada. Desse papel central derivam formas de manejar o espaço e as demais plantas cultivadas, o desenvolvimento de técnicas e de artefatos específicos para seu plantio e processamento, saberes e modos de fazer específicos associados à alimentação, além de normas, conceitos, práticas e relações sociais, histórias, relatos e mitos.

A mandioca constitui o foco desse sistema pela diversidade de espécies e variedades cultivadas, pela amplitude do espaço ocupado, por suas formas dinâmicas de manejo e por seu papel na alimentação. Em torno do cultivo da maniva gravitam outros conjuntos de plantas cultivadas que integram a diversidade agrícola "ordinária", cuja identificação e denominação repousam sobre critérios de tipo sensorial. A diversidade das formas de produzir ultrapassa o domínio dos fatos técnicos, inscrevendo-se como parte da vida social e cultural das comunidades e expressa uma concepção do mundo e da vida em grupo.

A expressão *sistema agrícola* evidencia a interdependência desses domínios e formas de saber e fazer. Trata-se de uma diversidade de processos que envolvem as escalas ecológica, biológica, sociocultural e temporal, atravessa aspectos da vida social, econômica e sagrada com funções simbólicas e produtivas, que repousa sobre ecossistemas, plantas, conceitos, saberes e normas sociais.

Tomando-se como referência apenas as três localidades estudadas

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

CESTA DE BURITI.
FOTO: CARLA DIAS.

– Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira – foram identificadas cerca de 300 espécies ou variedades cultivadas. O conhecimento etnoecológico desse sistema agrícola é compartilhado por 23 etnias indígenas, pertencentes aos troncos linguísticos Arawak, Maku e Tucano. A disseminação dos saberes relacionados ao cultivo da mandioca e às demais plantas associadas, ocorre por meio das trocas, reforçando alianças parentais, inclusive com intercâmbio de acervos agronômicos.

Convivendo com essa diversidade de espécies e variedades de manivas, também é possível identificar nas roças familiares – sempre tocadas pelas mulheres – grande diversidade de pimentas, abacaxis, inhames (carás) e bananas, o que confirma a importância regional do Rio Negro em termos de conservação e manejo da agrobiodiversidade.

A manutenção de mais de trinta variedades de manivas por roça, a continuidade desse acervo biológico de um ano para outro e a sua circulação, compõem uma estratégia de antirrisco agroecológico desenvolvida pela comunidade. Ela responde à heterogeneidade dos espaços cultivados, às incertezas climáticas, aos ataques de pragas e doenças, além de assegurar, com seus tempos de maturação diferenciados, colheitas ao longo de todo ano e a obtenção de uma ampla gama de produtos.

Além desse significado prático, essa diversidade também se ancora em outro significado, o da existência de uma "sociedade das manivas", percebida por vários traços, como seu sistema de denominação, sua hierarquização, um *corpus* particular de plantas a elas associadas (os remédios da roça), e o trato dado a elas pelas agricultoras. Essas características fazem com que as manivas sejam portadoras de significados que não se encontram nas outras plantas cultivadas, pois é em torno de sua cultura que as agricultoras organizam os demais cultivos e a distribuição espacial e temporal das roças.

A conservação do sistema agrícola praticado no Alto e Médio Rio Negro está associada e na dependência de várias questões problemáticas, como o reconhecimento das identidades indígenas, a transmissão dos saberes, a inserção em uma economia de mercado de grupos até então marginalizados, os serviços ambientais prestados por eles, a conservação de recursos genéticos e os direitos intelectuais sobre esses recursos.

O sistema também está em permanente evolução, pois

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

incorpora influências e repercussões de diversas naturezas, desde os contatos com outras culturas ao longo da história, que induziu migrações e atividades forçadas, até as dinâmicas internas atuais dos povos indígenas do Rio Negro, com seus deslocamentos, trocas, padrões de ocupação do território. Inclui, também, novas formas de aprendizagem por contato exógeno – desde a evangelização nas missões até a escolarização das novas gerações, com a introdução de plantas, de técnicas e de novos modelos alimentares.

A alimentação é parte integrante do sistema agrícola do Rio Negro, compreendendo todo um sistema alimentar – ingredientes, as técnicas culinárias e as receitas – compartilhado por um grupo social e reconhecido por ele como sendo a sua alimentação. Também fazem parte do sistema alimentar os modos de consumo, as "formas de comer" e as relações sociais construídas em torno da alimentação, assim como a cosmologia, a simbologia, as crenças, os ritos e mitos próprios.

Entre os fatores fortalecedores, podem ser destacados: a alta diversidade de plantas cultivadas, os saberes agrotécnicos elaborados, uma rede de atores policêntrica e não hierarquizada, a elaboração de uma rica cultura material, uma relativa disponibilidade em terras cultiváveis, um sistema alimentar diversificado e a existência de um campo simbólico forte, presente nas diversas atividades que compõem o sistema agrícola. Esses saberes e modos de fazer tradicionais são submetidos, no entanto, a várias pressões. A principal delas é decorrente de valores associados à "modernidade" o que inclui um modo de vida urbano e a adoção de técnicas agrícolas "modernas". ■

A PESQUISA PARA O REGISTRO

A solicitação de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é resultado de uma mobilização entre populações locais e associações, instituições de pesquisas, organização não governamental e instituição pública, iniciada em 1990, em prol do bem cultural[2]. A interação que levou ao Registro teve como ponto inicial intercâmbios entre a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) e um grupo de pesquisadores em torno da obtenção do termo de anuência prévia para realização de pesquisas em setembro de 2005[3]. No mesmo período, o Instituto Socioambiental (ISA) começou a atuar junto à ACIMRN com o objetivo de fortalecer essa organização e de analisar a situação dos povos indígenas no médio Rio Negro.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

O ponto inicial da reflexão compartilhada sobre o sistema agrícola regional foi identificar instrumentos legais que garantissem os direitos intelectuais dos povos indígenas do Rio Negro sobre as variedades cultivadas por eles desenvolvidas, manejadas e conservadas, reconhecendo assim, o papel destes agricultores como selecionadores e conservadores de uma diversidade biológica agrícola. No decorrer desta pesquisa, ficou claro que a noção local de variedade não era compatível com a noção legal de variedade. Da mesma forma, instrumentos como as indicações geográficas[4] eram inoperantes para produções ainda de pouca visibilidade no mercado nacional ou mesmo amazonense. Por outro lado, ficou também patente que a diversidade agrícola local não podia ser reduzida a um conjunto de variedades, mas que era portadora de um significado cultural forte, estreitamente articulado com outros domínios da vida material e cultural local. Passamos assim, de uma problemática de conservação da agrobiodiversidade a uma problemática de preservação de um patrimônio cultural.

O interesse do Iphan pela solicitação da ACIMRN se enquadrou também em uma perspectiva regional sobre o patrimônio cultural indígena que teve como foco inicial o Registro da Cachoeira de Iauaretê como patrimônio imaterial em agosto de 2006. Em julho de 2007, o IPHAN foi convidado a participar de reunião com os pesquisadores do projeto "Populações tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia" (PACTA) e com representantes da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), na cidade de Santa Isabel do Rio Negro. Foram discutidas as potencialidades da política de salvaguarda do patrimônio cultural no contexto dos sistemas agrícolas, assim como o que constituiria o objeto do Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, conforme os termos do Decreto 3.551/2000. Nesse encontro, foi estabelecida uma agenda de trabalho interinstitucional entre o IPHAN e os interessados, a ACIMRN e o projeto PACTA.

O pedido de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi encaminhado pela ACIMRN ao IPHAN em 28 de junho de 2007, sob a justificativa de que o elevado índice de variedades de mandioca brava encontrava-se fundamentado no arranjo cultural que viabiliza

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

PÔR DO SOL NO RIO NEGRO.
FOTO: CARLA DIAS.

a agrobiodiversidade do médio e alto Rio Negro. Segundo este documento, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro compreende "o conjunto de saberes, práticas, produtos e outras manifestações associadas que envolve os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais". (volume 1, pg. 1, processo de Registro nº 1450.010779/2007-11)

Entre 2008 e 2009, o projeto foi se consolidando na escala municipal com o trabalho dos pesquisadores indígenas nas comunidades e nos bairros da cidade por meio do projeto *Documentação e Pesquisa sobre os Sistemas Agrícolas do Rio Negro/ AM*, coordenado pelo ISA. Constava de duas vertentes, uma de explicitação e discussão da proposta de Registro, com reuniões nos centros comunitários, outra de documentação com entrevistas de alguns moradores destas comunidades seguindo um roteiro (Dias, 2009) que deu origem a relatórios de viagens e à constituição de um banco de dados.

A integração do Registro numa dimensão regional foi se consolidando no mesmo período em três etapas, todas elas no contexto das assembleias das organizações indígenas empenhadas em viabilizar o processo, com apoio de pesquisadores indígenas e não indígenas e do ISA. Em novembro de 2008, durante a assembleia da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com a participação de membros da diretoria da ACIMRN, os participantes aprovaram a continuidade da pesquisa que subsidiaria o processo de Registro[5]. Em abril de 2009, em Santa Isabel, a sexta assembleia da ACIMRN aprovou moção com III assinaturas apoiando os encaminhamentos necessários para para o prosseguimento do processo de Registro. Por fim, a discussão sobre a inserção regional da demanda foi retomada em maio 2009, em São Gabriel, com uma reunião sobre o tema específico do Sistema Agrícola do Rio Negro. Participaram do evento representantes das associações do alto Rio Negro, da FOIRN, da ACIMRN e da Asiba e responsáveis da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), de Wariró (Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro),[6] entre outras instituições. ■

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A INTERFACE AGROBIODIVERSIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: ASPECTOS JURÍDICOS

CIPÓ AMBÉ JÁ DESCASCADO PARA FEITURA DE UM CESTO CARGUEIRO. FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

O Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro está solidamente fundamentado no sistema jurídico brasileiro e internacional.

A Constituição brasileira protege a biodiversidade e a diversidade sociocultural em vários de seus dispositivos (especialmente nos artigo 225, parágrafo 1º, II[7], e artigo 216[8]). A preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético brasileiro é expressamente determinada pelo texto constitucional, assim como a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, que inclui a diversidade de sistemas e variedades agrícolas, práticas, saberes e inovações desenvolvidos pelos agricultores.

O Brasil já ratificou vários instrumentos jurídicos internacionais que tutelam diversidade biológica e cultural, de que são exemplos a Convenção

sobre Diversidade Biológica, Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ambas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Mais recentemente, o Brasil ratificou o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, cujos objetivos são *"a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização para uma agricultura sustentável e a segurança alimentar"*.

A conservação dos recursos fitogenéticos in situ e *on farm*[9] (no campo, pelos agricultores) é uma obrigação dos países signatários expressamente prevista pelo referido Tratado (artigo 5.1.c). O Tratado determina que os países devem promover e apoiar os agricultores e comunidades locais nos esforços de manejo e conservação *on farm* de seus recursos fitogenéticos. Reconhece ainda o papel dos agricultores e das comunidades locais na conservação da agrobiodiversidade

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

e obriga os países a adotar ações, políticas e programas de apoio à conservação *on farm*. Além disto, o Tratado reconhece os direitos dos agricultores à proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e à repartição equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, entre outros direitos previstos no artigo 9º do referido Tratado. Portanto, o Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e o consequente desenvolvimento de ações de salvaguarda são medidas que promovem tanto o cumprimento das obrigações constitucionais do Estado brasileiro quanto de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. ■

DA AGRICULTURA AO SISTEMA AGRÍCOLA

A agricultura é uma noção familiar à maioria da população, mas suas formas de representação – canaviais, quintais, monocultivos, terraços irrigados, pomares – variam segundo os grupos culturais considerados. A prática agrícola remonta há mais de 10 mil anos e é hoje indissociável da sobrevivência da humanidade. A população de agricultores está estimada em 1,3 bilhões de indivíduos, dos quais um terço (400 a 450 milhões) pratica uma agricultura fundamentada em saberes locais, plantas ou animais localmente selecionados, com força de trabalho familiar e ferramentas manuais (Mazoyer, Roudard, 1997). A pluralidade das agriculturas existentes no mundo tem relação com a diversidade dos biomas e ecossistemas, das diferentes culturas e na história da domesticação das plantas e dos animais.

A agricultura, oriunda de saberes locais, de saberes científicos ou, ainda, de híbridos entre estes, situa-se na junção de dois campos principais de atuação, o da transformação dos espaços e o do manejo de um potencial biológico produtivo, vegetal ou animal. Manejar a água, a seca, o relevo, as temperaturas extremas; melhorar a qualidade dos solos; selecionar variedades vegetais ou raças animais adaptadas à diversidade dos ambientes e à diversidade das necessidades das populações; combinar essas produções ao longo do ano entre si e com as produções oriundas de outras atividades: colheita, caça, pesca; assegurar a perenidade dos ambientes e de suas produções requer uma engenhosidade sempre confrontada a novas condições, mostrando assim

FIGURA 1
ESTRUTURAÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS (EMPERAIRE, 2006).

o caráter dinâmico e inovador das agriculturas locais.

Hoje a diversidade de formas de produzir é considerada sob o ângulo da conservação da biodiversidade e os impactos das atividades agrícolas são analisados em termos ambientais. A biodiversidade construída por grupos humanos, por meio de processos de domesticação e de seleção, é também pensada em termos de reservatório genético frente às mudanças climáticas. Instrumentos econômicos, com diferentes formas de certificação ou de reconhecimento de direitos intelectuais, adquirem um espaço cada vez mais visível nos mercados e contribuem para sensibilizar o consumidor a uma diversidade de produções. No entanto, a diversidade das formas de produzir ultrapassa o domínio dos fatos técnicos. Pertence a várias dimensões da vida social e cultural das sociedades. Produzir vegetais, animais ou micro-organismos é não somente mobilizar saberes, conceitos, ferramentas e relações sociais de caráter particular, mas também é expressar uma concepção do mundo e da sociedade.

É inerente a qualquer patrimônio cultural imaterial a noção de complementariedade e interrelação entre as partes, entre os elementos que o compõem, exatamente os aspectos que definem um *sistema* – um conjunto de elementos em interação (Delattre, 1984). A opção por utilizar esta categoria no título do Registro está fundamentada na abrangência do bem em questão: transcender a noção de agricultura para a de sistema agrícola significa evidenciar que as atividades da agricultura são intrinsicamente associadas com outros domínios da vida social, cultural e material ou seja,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ATAQUE DE GAFANHOTOS NUMA ROÇA. SANTA ISABEL DO RIO NEGRO.
FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2007.

o cultivo da biodiversidade vegetal está atrelado a diversas dimensões socioculturais das comunidades produtoras. Trata-se de um sistema aberto, construído em torno das relações sociedades-espaços-plantas, que incorpora elementos desenhados em função de contextos culturais, ecológicos, históricos ou ainda políticos. Nessa perspectiva, os aspectos materiais e imateriais não aparecem como áreas separadas, mas como um conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social (Lévi-Strauss, 2001:24). A agricultura considerada como um sistema socioambiental permite articular diversas dimensões do cultivo da mandioca brava desenvolvida no Rio Negro, como a cultura material associada, o sistema alimentar correlato e o manejo do espaço e das plantas. ■

IDENTIFICAÇÃO

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

ESQUERDA
FEIRA DE SÃO GABRIEL.
FOTO: LUDIVINE ELOY.

BAIXO
CACOS DE CERÂMICA.
COMUNIDADE BAUNILHA,
MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL
DO RIONEGRO, JULHO 2008.
FOTO: LAURE EMPERAIRE.

O Rio Negro é o terceiro rio mais volumoso do mundo. Oriundas do Escudo Guianense, suas águas são pretas, ácidas e pobres em nutrimentos (Goulding, 1988), características que se refletem nas formações vegetais e na agricultura. Sua bacia se estende sobre 700.000 km², indo desde a Venezuela, passando por Colômbia e Guiana, chegando até Manaus.

Pesquisas arqueológicas e análises dos mitos levaram a formular diversas hipóteses a respeito da ocupação pré-colonial da região. No Baixo Rio Negro, foi encontrada uma indústria lítica datada de entre 9460 e 4500 AP – antes do presente (Silva Costa, 2009) e há uma sequência de datações para várias fases de indústria cerâmica entre 6850 e 400 AP (Heckenberger & *al*. 1999). Os trabalhos de Zucchi (1987, 2002) citados por Meira

(2006) e Goulard (2010) apontam para a presença de proto-Arawak entre 3000 e 1000 AC que teriam dado origem a várias ondas migratórias, proto-Curipaco (Alto Rio Negro), proto-Baré (Médio e Alto Rio Negro e Cassiquari) e proto-Manao (Médio Rio Negro). Sem fornecer ainda um quadro consolidado, esses trabalhos destacam a antiguidade da presença de grupos Aruak, Maku e Tukano e a remontam a provavelmente há mais de dois mil anos (Meira, 2006). A coexistência de vários traços culturais, religiosos, míticos e materiais em um amplo território sugere que o mosaico cultural hoje observado existia no período pré-colonial (Neves, 2006).

Hoje, cacos de cerâmicas de vários estilos se encontram com frequência nas comunidades e testemunham tanto a antiguidade da ocupação desses sítios como a diversidade de fases dessa ocupação.

A colonização dessa região teve início em meados do século XVII com os missionários, o que desencadeou uma queda demográfica brutal e o deslocamento de população à jusante do Rio Negro. A lógica do deslocamento perdurou até recentemente, nos anos 1970-1980, com os patrões do extrativismo que arregimentavam os índios para a exploração dos

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 55

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

produtos florestais mais a jusante. Empresas no Rio Branco para a castanha ou gomas e látex, fábrico no Rio Preto para a piaçaba, ou no Rio Negro para a seringa, são expressões que permeiam as memórias daqueles que, com o declínio do sistema extrativista, se instalaram ao longo do Médio Rio Negro e hoje vivem essencialmente de agricultura e pesca.

À margem desses deslocamentos de população, que ocorrem principalmente de montante à jusante e são ligados à história econômica regional, observa-se também, desde os anos 1980, um movimento de confluência rumo às cidades. Com o fechamento dos internatos salesianos, a cidade, desde sempre centro administrativo e centro de comércio de produtos florestais e agrícolas, se torna também um destino para as famílias com crianças escolarizadas.

Populações indígenas vieram também da Venezuela e da Colômbia. As migrações forçadas acabaram. No entanto, há vários anos existe uma intensa mobilidade de famílias indígenas que se deslocam do Alto Rio Negro para reencontrar os parentes instalados rio abaixo. Movimentos contrários, de jusante à montante, também ocorrem: diversas famílias de piaçabeiros optam pela agricultura e deixam o Rio Preto para instalar-se nas margens do Rio Negro, entre Barcelos e Santa Isabel. Do Alto Rio Negro a Barcelos, a região é marcada por uma extrema movimentação, tendo o Rio Negro como eixo.

O centro de gravidade da família se desloca da floresta para a cidade: acesso a serviços públicos e comerciais, perspectiva de emprego e acesso a outro modo de vida fazem com que se diluam os limites entre urbano e o florestal. Famílias de agricultores se instalam em novos loteamentos, em casas minúsculas, e reorientam seu modo de vida para a cidade. Ou, ainda, constroem uma complementaridade entre o sítio e uma residência na cidade conforme o calendário escolar (Eloy, 2005). A grande maioria, porém, mantém a atividade agrícola no entorno da cidade (Emperaire, Eloy, 2008). A população total dos três municípios (Tabela 1) onde se concentrou a pesquisa é de 81.452 habitantes, com 37.047 morando em área urbana (IBGE, 2010).

Desde a colonização, as diferentes presenças administrativas, religiosas e militares modelaram a produção agrícola com suas práticas e valores culturais e econômicos, em parte impostas, mas também devido a intercâmbios de plantas e saberes. Essas instituições criaram uma forte demanda para a produção

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 56

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS DE BARCELOS, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO E SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA ENTRE 1991 E 2010 (IBGE, 1991, 1996, 2001, 2007, 2010).

MUNICÍPIO		1991	1996	2001	2007*	2010
BARCELOS 122.476 KM²	TOTAL	11.035	16.065	24.121	24 567	25.410
	RURAL	7.017	7.576	16.169	-	14.561
	URBANA	4.018	8.489	7.952	-	11.157
	% URB	36,4	52,8	33,0	-	43,3
SANTA ISABEL 62.846 KM²	TOTAL	15.421	12.072	10.547	16.921	18.146
	RURAL	13.317	8.967	6.329	-	11.290
	URBANA	2.104	3.105	4.218	-	6.836
	% URB	13,6	25,7	40,0	-	37,7
SÃO GABRIEL** 109.185 KM²	TOTAL	23.094	26.829	29.951	39.129	37.896
	RURAL	16.305	26.829	17.586	-	18.842
	URBANA	6.789	26.829	12.365	-	19.054
	% URB	29,4	26.829	41,3	-	50,3

U: população urbana; R: população rural; T: população total; %U: porcentagem da população urbana.
* Dados parciais não disponíveis.
** A população de Iauaretê, no Uaupés, com 3000 indivíduos (com. pers. G. Andrello) é considerada a partir de 2007 como urbana.

de farinha de mandioca em detrimento do alimento mais tradicional, o beiju; impuseram novo ritmo às atividades agrícolas em decorrência do calendário extrativista e escolar; introduziram novos modelos alimentares e novos cultivos. Paralelamente, foi proibido o consumo do caxiri[10], na realização de festas rituais e do *dabukuri*[11]. Tudo isso pouco modificou as formas de produzir.

A região do Médio e Alto Rio Negro tem uma população de 81.452 habitantes (IBGE, 2010) e recobre uma superfície de cerca de 300 mil km² (Tabela 1). Cerca de 40% dessa população concentra-se nas três sedes municipais e na cidade incipiente de Iauaretê no extremo oeste. A população não urbana distribui-se entre comunidades e sítios espalhados ao longo das margens do rio e de seus principais afluentes.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TABELA 2
ÁREAS INDÍGENAS DO ALTO E MÉDIO RIO NEGRO (WWW.TI.SOCIOAMBIENTAL.ORG).

NOME	SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL	SUPERFÍCIE (HA)	HABITANTES (ANO)
ALTO RIO NEGRO	homologada	7.999.830	26.046 (2013)
BALAIO	homologada	257.281	350 (2000)
MÉDIO RIO NEGRO I	homologada	1.776.140	2.480 (2007)
MÉDIO RIO NEGRO II	homologada	316.194	1.083 (2007)
RIO APAPÓRIS	homologada	106.960	206 (2007)
RIO TEA	homologada	411.865	338 (2007)
BAIXO RIO NEGRO	em identificação	-	-
CUÉ-CUÉ/ MARABITANAS	declarada	-	-
RIO ARACÁ	em identificação	-	-
RIO PADAUARI	em identificação	-	-

Uma forte pluriatividade associa uma agricultura centrada sobre a mandioca, ao extrativismo residual (principalmente de cipó-titica e piaçaba), à pesca, à caça e à coleta de diversos produtos florestais. A interpenetração das atividades agrícolas e extrativistas é forte e estrutura o calendário anual das atividades.

A paisagem é a de uma matriz florestal com as pequenas comunidades e os sítios, ambos com seus mosaicos de roças e capoeiras. Os 'sítios' são unidades isoladas de residência, compostas por uma ou duas casas ocupadas pelos membros de uma mesma família. As "comunidades", por sua vez, foram criadas em meados do século XX por influência dos missionários salesianos: são vilas ou povoados que chegam a agrupar várias famílias e dispõem de serviços básicos de educação e saúde (Pereira, 2007).

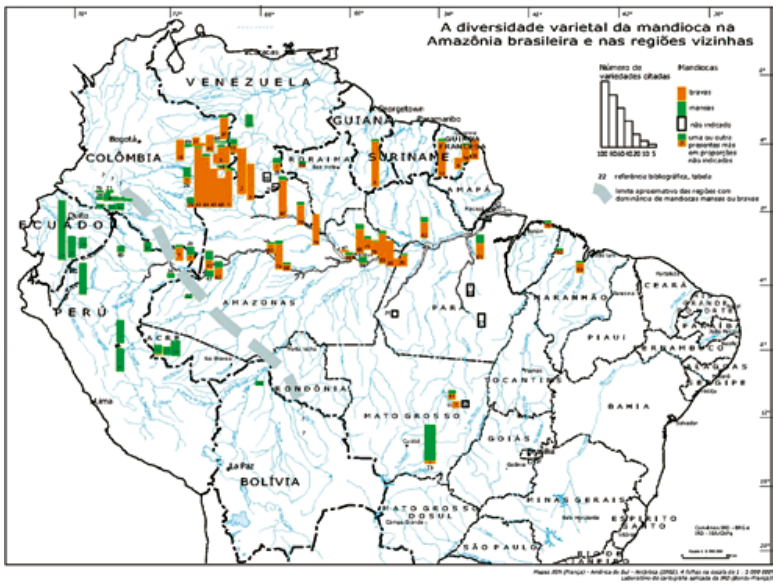
Pelas similaridades na vida social e cultural, e pelos intensos intercâmbios que ocorrem entre as diversas etnias, a região noroeste da Amazônia é considerada por vários autores como uma grande área cultural (Galvão, 1979; Hugh-Jones, 1979; Lasmar, 2005; Melatti, s.d.; Ribeiro, 1995). Atualmente, 23 etnias pertencentes a três famílias linguísticas – tukano, arawak e maku – vivem nessa região (Cabalzar & Ricardo, 2006). Dessa forma, o sistema social pode ser compreendido como um mosaico de identidades.

A absoluta preeminência do cultivo de mandioca amarga entre os povos de línguas tukano, aruak e falantes de nheengatu, como hoje os Baré, constitui um forte traço compartilhado por essas etnias.

A região conta com seis terras indígenas homologadas (108.682 km²) e quatro em identificação (Tabela 2).

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

MAPA 1
DISTRIBUIÇÃO DA AMPLITUDE DA DIVERSIDADE DAS VARIEDADES DA MANDIOCA NA AMAZÔNIA (EMPERAIRE 2001).



Estima-se que 90% da população dos municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Santa Isabel do Rio Negro sejam indígenas (Oliveira & Andrello, 2007). Em Barcelos, a proporção indígena da população na sede e no município é provavelmente um pouco mais baixa, mas continua sendo significativa. Estudos recentes mostram a crescente reivindicação identitária indígena, que era ocultada até recentemente pelas relações socioeconômicas vigentes no período das práticas extrativistas (Pereira, 2007). Essa constatação se traduz no surgimento crescente de associações indígenas, na demanda por demarcação de Terras Indígenas e de outras ações. A solicitação de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil é um exemplo da valorização e afirmação da identidade indígena.

A região do Rio Negro, principalmente a montante, é um foco de diversificação de plantas cultivadas, como o abacaxi (*Ananas comosus*), a pimenta (*Capsicum chinense*) e, sobretudo, a mandioca (*Manihot esculenta*) (Clement, 1999). Essa diversidade, que concretiza um esforço contínuo de seleção e conservação de variedades, é uma característica essencial do sistema agrícola regional.

A mandioca, planta da família das Euforbiáceas, foi domesticada na América tropical, provavelmente na região sudoeste da Amazônia (Olsen, Schaal, 1999). Análises genéticas recentes (Léotard *et al*. 2009) reforçam essa hipótese e apontam para esse único foco de domesticação, excluindo a possibilidade de vários locais de domesticação. Vestígios antigos de mandioca,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

PIMENTA MURUPI DA ROÇA DE ANGELINA. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

restos macrobotânicos e grãos de amido, indicam que o cultivo da mandioca era bastante difundido nas terras baixas do continente há pelo menos 4 mil anos[12].

Hoje, a mandioca é representada na Amazônia por uma importante diversidade de variedades, elaborada e mantida tanto no contexto de populações indígenas quanto tradicionais (Mapa 1). Análises genéticas mostraram que a diversidade nomeada refletia a diversidade genética (Emperaire et al., 2003) e que a diversidade genética das mandiocas levantadas no médio e alto Rio Negro era superior à diversidade da coleção de referência do Centro Internacional de Agricultura Tropical de Cali (Colômbia), centro de referência em mandioca, reforçando assim a importância da região do Rio Negro como foco de diversificação dessa planta cultivada.

NARRATIVAS MÍTICAS DO RIO NEGRO

A atividade agrícola do Rio Negro se inscreve em narrativas míticas, que fornecem um referencial de práticas, de normas e de direitos sobre o manejo do espaço e das plantas. Com o aparecimento da primeira roça redonda, como as de hoje, e das plantas com seus nomes, a agricultura marca uma transição entre uma humanidade do início dos tempos, que se alimentava de recursos da floresta, animais ou vegetais, e os povos de hoje. As noções de totalidade e de circulação dos bens pontuam as narrativas: todas as plantas apareceram e foram feitas para circular entre a humanidade.

Uma maniva (*maniiwá* em nheengatu) existia desde o início, a maniva *bere* (pertencente ao grupo das manivas brancas), que carregava nos seus galhos outras qualidades – "*caroço de umari, cipó, branca, piaba de japurá, cunuri, pomba, rato, rainha das maniuaras, roxa, abacaxi, flores, cucura, abiu, ingá, pari, tucunaré, paca*" (Galvão & Galvão, 2004). Foi a partir dessas manivas que se preparou a festa que consagrou a transformação da gente.

Nos relatos tukano, seja no mito de Baaribó, demiurgo tukano, com seus ornamentos, ou no relato da árvore derrubada no rio, com seus galhos cobertos de pulseiras, brincos e outras coisas, a origem das plantas é impregnada de uma dimensão estética, característica da humanidade e suporte da expressão da diversidade étnica. Episódios mostram a dimensão social do aparecimento da agricultura com a troca das mulheres. Fornece também as regras que orientam o tratamento do vegetal e, no caso

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

das pimentas, retrata exigências ecológicas particulares (elas apareceram aonde queimou o corpo do primeiro filho de Baaribó, dono da alimentação). As manivas, oriundas do corpo de Baaribó, não podem ser maltratadas ou queimadas. Seu aparecimento é ligado ao das outras plantas cultivadas, como milhos, abacaxis, canas, batatas e carás. Uma vez as plantas criadas, elas todas foram entregues para as mulheres (Galvão & Galvão, 2004). A importância do caxiri (bebida fermentada) como alimento suporte de uma alta diversidade de plantas cultivadas é ilustrada por esses trechos:

Havia, naquela época, vários tipos de maniva: bere duku, mu perori duku, sigãyara duku, masá boho duku, bariamu duku, wasõpu duku, buha duku, bihi duku, megã diarã duku, diari duku, será duku, goori duku, igui duku, kareduku, mere duku, pari duku, bu duku, seme duku, duhiri duku. Existiam, mas faltava o companheiro dele, ou seja, não havia nada para temperar o caxiri. [...]

Ele [Baaribó] *se transformou numa árvore enorme, naquele pau de batata ou pau de alimento. Este pau é também conhecido com pau de massa de tapioca ou árvore de caroço de umari, porque dentro havia massa de tapioca e de caroço de umari. Na verdade todas as plantas que servem hoje em dia para temperar o caxiri estavam dentro do tronco desse pau: havia, por exemplo, vários tipos de araruta, araruta média, araruta do pênis, o mais comprido, e araruta de anta; vários tipos de carás, tais como cará de japu, cará corcundo, cará de pescoço de inhambu, cará de espinho, cará de cuia, batata branca, batata preta, cará de raiz, batata do ar. Havia também vários tipos de batatas tais como batata do pica-pau pequeno, batata de mandioca, batata de ingá, batata de tatu, batata do dedo do pé, batata de cigarra, batata preta, batata branca, batata vermelha, batata de gente, batata ote. Essas batatas serviam também para temperar o caxiri. Havia também vários tipos de milho, milho miudinho, milho de carajuru, milho de sapo cururu que é de tamanho médio, milho grosso e milho do diabo que é o maior. Havia por fim sementes de bananeiras dentro do tronco do pau de alimento: semente de banana nanica, semente de banana inajá, semente de banana mel, semente de banana d'água, semente de banana cunuri, semente de banana cobra, semente de banana anta, semente de banana pacova e semente de banana peixe.*

Os Desana tinham naquela época quatro tipos de machados: machado de pedra preta, machado de pedra branca, machado de pedra de quartzo branco e machado de ouro amarelo. Baaribó reuniu todos os moradores do mundo para derrubar o pau de batata. Cada um deles deveria dar um só golpe de machado nele.

[...]

Os representantes de todos os povos dão um golpe – Desana, Tukano, Pira-Tapuia, Wanano, Juruti, Siriano, Baniwa, Karapanã, Maku. Vários animais vieram também. Todos eram Moradores do Mundo. A árvore cai e os animais se precipitam para pegar as frutas, menos a anta, que estava longe bebendo água no igarapé. Mas voltando, ela encontra e engole a batata vermelha, o abacaxi, a cana-de-açúcar, o umari e o ucuqui. [...] [Baaribó] *os mandou preparar caxiri. Deu certo. O caxiri ficou muito saboroso.* (Galvão & Galvão, 2004 – História de Baaribó, p. 421 e seguintes).

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Uma vez essas plantas criadas, a alimentação de hoje espelha a dos povos de então como o indica a história dos Buyas-Masa (gente-cutia) ou comedores de mandioca, que carregam água para espremer mandioca, cozinham a manicoera, fazem beiju e esquentam quinhapira, um caldo de pimenta com peixe. *Na nossa vista,* [as pimentas] *eram camarões, na vista das cutias era pimenta*. (Galvão & Galvão, 2004 – Deokore levanta as suas malocas, p. 327).

Uma narrativa baré, contada em 1999 por Eduardo Baré, morador de Tabocal dos Pereira, dá outro enfoque ao aparecimento da mandioca, o da inovação e experimentação. Na floresta, um menino reparou em uma árvore cujas raízes forneciam fécula: o tronco era um só, mas cada galho deu origem a um tipo de maniva. O relato, muito mais próximo da noção de domesticação que o relato de Baaribó, mais focalizado sobre o manejo do espaço, aponta também para a importância da diversidade[13].

O mito mais conhecido em todo o Brasil, o do pé de mandioca nascido no túmulo de uma menina morta, é também narrado na região, principalmente a jusante. É sempre contado de maneira muito sintética com poucos detalhes, ao contrário das narrativas tukano ou baniwa, onde abundam detalhes, localizações, atores. Mas a narrativa a seguir é reveladora do significado de certas práticas agrícolas. ■

> *Minha mãe que conta: Quando foi para existir essas manivas, não existia maniva não, tinha mãe dessas manivas. A mulher que era mãe das manivas morreu. Enterraram ela, como a gente enterra essas pessoas que morrem. Ela morreu, tudo mundo ficou chorando, ficou triste. Passou uns tempos e a família que era daquela mulher foram ver o que já era capoeira, já desprezavam. Foram ver lá, quando foi ver tinha um pé de maniva que brolhou lá, que nasceu daquela sepultura da mulher. Eu acho que eles estavam passando tipo o que nós passamos agora, ninguém tem roça [1995 foi um ano de grande seca], ninguém tem nada, tem pouco. Dizem que a mulher [da família] foi lá, foi ver. Dizem que ela chegou lá chorando, com o pé de maniva aí. Tinha nascido. Ela viu as manivas.*
>
> *Fizeram o roçado; naquele tempo não existia machado, era de pedra. Só fizeram descascar os paus, quando morriam, quando caíam, aí que eles vão plantar.*
>
> *A mãe é aquela mulher que morreu, então quando não tem mais dono, a mãe da roça,* [é lá] *que as manivas morrem, que não tem mais leite, pois o dono já morreu. Tem o princípio deles.*
>
> (Clemente Murilo, morador da comunidade Tapereira, 1995).

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TRANSFORMAR O ESPAÇO

É do trabalho do casal que emerge a roça. Todas as etapas preliminares ao plantio, as que envolvem o espaço florestal, são da responsabilidade do homem, enquanto as etapas de plantio, dos cuidados com as plantas e da colheita, são da esfera feminina. Essas duas competências conotam uma separação que, na realidade, resultam em complementaridade. A mulher, futura dona da roça, terá acesso a seu novo espaço de trabalho somente após a queimada, trabalho masculino. Confirma-se, assim, o mito de Baaribó. À mulher cabem os cuidados das plantas, principalmente da mandioca. Casar-se implica ter sua autonomia alimentar e seu próprio conjunto de roças. Uma mulher recém-casada tem suas roças na aldeia ou na comunidade de sua sogra. Dificilmente uma roça será isolada e sua posição revela laços de parentesco ou de proximidade afetiva.

Assim como para a maioria dos povos indígenas e tradicionais das regiões tropicais úmidas, a prática agrícola do Rio Negro é de corte e queima, chamada ainda de queima e pousio ou agricultura itinerante. Trata-se de uma prática complexa que, do ponto de vista ecológico, envolve três etapas principais: a transferência dos nutrientes estocados na biomassa para o solo com a derrubada e a queima das árvores, o aproveitamento destes nutrientes pelas plantas cultivadas e, por fim, a recolonização dos espaços abertos pela floresta. A etapa chave de sustentabilidade da prática reside no tempo de pousio, suficiente ou não para a reconstituição de uma biomassa que permitirá um novo ciclo de cultivo sem esgotamento da fertilidade do solo e da capacidade de regeneração da floresta.

A paisagem fundiária é a de livre acesso à mata; roças e capoeiras são do domínio de quem as trabalhou. A chegada de novos moradores em uma comunidade, e a decorrente abertura de novas roças, é mediada por uma liderança local, fundador da comunidade ou "administrador", ficando a cargo dele avaliar possíveis conflitos com os outros ocupantes.

ABRIR UMA ROÇA

O termo roça, *kupixá* em nheengatu, encontra sua plena concretização em uma roça aberta em uma mata. A expressão mata designa o primeiro estágio da linha de tempo associada à prática agrícola: há as roças, as capoeiras, as "roças dos antigos" e a mata. As roças e capoeiras formam o

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

conjunto utilizado, em geral, pela geração presente; as roças dos antigos, chamadas também de capoeiras dos antigos, são as inscritas na memória associada a um lugar; a *mata* é aquela que, supostamente, nunca teria sido desmatada, espaço a partir do qual tudo pode ser recomeçado.

A abertura de uma roça na mata carrega vários significados: disponibilidade e acesso a este tipo de floresta, disponibilidade em força de trabalho e autonomia alimentar suficiente para esperar o tempo da secagem da vegetação antes da queima. Abrir uma roça na mata é sinônimo da plena realização de um empreendimento e motivo de orgulho. O tamanho da roça se expressa em dias de derrubada: "*uma roça de 18 dias de machado*", como nos descreve Moises Gervásio, da comunidade Tapereira. Na prática, abrir uma roça na mata, em vez de abrir na capoeira, implica em derrubar no machado árvores de grande porte – trabalho penoso e de longa duração – e esperar mais um espaço de tempo para a vegetação secar antes da queima e para os tubérculos amadurecerem – um ano na mata contra oito meses na capoeira.

Tal diferença mata *versus* capoeira é explicada em termos de concorrência. A terra cansada e fraca da capoeira é compensada pela decomposição das raízes, o que alimenta os tubérculos e propicia-lhes um desenvolvimento mais rápido. Na mata, em contrapartida, a concorrência das raízes por nutrientes implicará em um crescimento mais lento das mandiocas. Mas o investimento será compensado no longo prazo: além de maior a produção, haverá três ciclos de produção contra apenas um ou dois ciclos na capoeira. Além disso, nas roças de capoeira o mato rebrota com mais vigor, o que implica em trabalho pesado de capina, com até cinco ou seis passagens por ano.

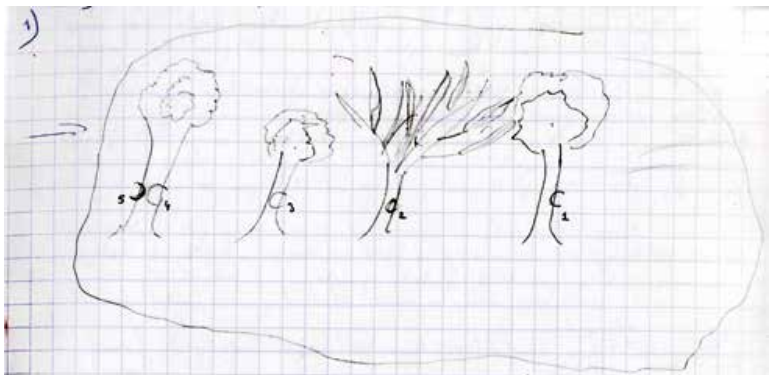
A roça é a unidade elementar inscrita na paisagem e na história de vida da família em um lugar, unidade a partir da qual se constrói e se esvai a paisagem agrícola. A partir da roça derivam os outros espaços que receberão plantas cultivadas. O homem, em geral o esposo, o sogro, o irmão, o pai ou o filho, decide sua localização e "faz a marca", um entalhe nos troncos que delimita seu contorno mais ou menos circular. Tanto na mata de terra firme – por oposição às formações alagáveis, como matas de baixio, matas de igapó, 'chavascai's – como nas capoeiras, as roças têm de 0,1 a 0,5 ha, raramente mais de 1 ha.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ILUSTRAÇÃO: CLEMENTE MURILO.

Para a identificação do local de uma futura roça levam-se em conta critérios ligados ao grupo familiar como a força de trabalho disponível; a situação alimentar (emergencial ou não) do grupo familiar; critérios espaciais, como a presença de um igarapé e a acessibilidade; critérios ecológicos como a presença de certas espécies (o angelim, o cumaru) e o tipo de solo.

Em uma terra areienta, mole, a mandioca cresce rápido, e fica grossa; no barro a cana e a banana dão melhor. Uma terra um pouco doce ou salgada dá fruta, uma terra insossa é boa para mandioca.
(Angelina Sousa Angro e Clemente Murilo, moradores da comunidade Tapereira, 1995)



Uma vez feita a marcação que delimita a roça, as árvores de pequeno porte, os arbustos e cipós são brocados (cortados) com terçado ou machado. Derrubar árvores maiores no machado requer saberes técnicos mais específicos que permitem combinar segurança, queima adequada dos troncos e galhos, organização espacial da futura roça e preservação de algumas árvores ou palmeiras de interesse. Os troncos são todos entalhados do mesmo lado e, para desencadear um efeito dominó de queda que facilita a queima, o último dos troncos - aquele situado do lado de onde vem o vento, é entalhado dos dois lados. Isso pode ser representado no esquema ilustrado acima por Clemente Murilo, da comunidade Tapeira.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CLIMA	PMM CHUVAS	183	182	238	265	302	239	224	146	138	145	178	175
												Chuva dos finados	
	NÍVEL DAS ÁGUAS											Repi-quete	
	ESTAÇÃO	VERÃO		INVERNO				VERÃO					
INICADORES DAS MUDANÇAS			Sapo juí começa a cantar quando o rio vai enxer									Sapo cururu	
		Cigarra						Cigarra					
		Serrador (inseto)								Se aparecer tauáca vermelha (formiga) dá verão; se aparecer tauáca preta dá chuva			
AGRICULTURA	DERRUBAR ROÇAR							X	X		X		
	QUEIMAR			X									
	PLANTIO			X								X	
	COLHEITAS DE FRUTEIRAS	Cuia Manga Cacau	Cacau Umari Ingá-cipó	Abacaxi Cacau Ucuqui Pataúá Uapixuna Cupuí Cupuaçu Ingá Ingá cipó Umari	Cacau Umari	Umari Pequiá Ucuqui Açaí de planta Açaí comum Cupuaçu Cacau Cupuí Baraturi	Bacaba Cacau	Laranja Abacate Cacau Bacaba Piaçava Tucumã	Pupunha Pataúá Cuia Cacau Piaçava Tucumã	Taperebá Açaí de planta Cacau Umiri Piaçava Tucumã	Cacau	Cacau	Cuia Cacau

(continua)

Precipitações indicadas em mm (média mensal, total médio, 2414 mm; Fonte: Banco de dados Ana-Hibam, Whybam)
A: Mês de Santa Maria, Santíssima Trindade, Divino Espírito Santo (comunidade Espírito Santo)
B: 24 de maio, Nossa Sra. Auxiliadora (comunidade Acarabixi)
C:11 de junho, Santo Antônio (Tabocal do Uneuxi), 22 de junho, São João (comunidade Nazaré do Uneuxi),
29 de junho, São Pedro (comunidade Nazaré do Uneuxi)
D: 23-25 de julho, Santa Ana (Santa Isabel do Rio Negro)
E: 8-10 de agosto, Santo Alberto, patrono dos piaçabeiros (comunidades Uneuxi e Carvoeiro)

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TABELA 3
ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AO LONGO DO ANO EM FUNÇÃO DO CALENDÁRIO DAS CHUVAS E DO RIO.

(continuação)

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
EXTRATIVISMO	Castanha												
	Seringa												
	Piaçava												
	Sorva												
CAÇA PESCA	Caça								Tempo seco				
	Pesca	Morre peixe empoçado				Piracema Rio enche							
FESTAS E FÉRIAS	Férias escolares												
	Festas	I				A, B	C	D	E		F	G	H

F: 11-13 de outubro, Festa de Nazaré, 29 de outubro, São Francisco de Assis (comunidades Jurubaxi e Dalahá)
G: 5 de novembro, Santa Bárbara (comunidade Baunilha)
H: 12 de dezembro, Santa Luzia (comunidade Santa Luzia e Santa Isabel do Rio Negro), 21 de dezembro, festa de São Tomé (comunidade Matozinho)
I: São Sebastião (Santa Isabel do Rio Negro e comunidade Dará)

Rosa escuro – maior nível de precipitação e nível das águas.
A gradação para os cinzas mais claros indica diminuição da precipitação.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ABRINDO O BEIJU.
COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO,
FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2007.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ROÇA ABERTA NA MATA E RECENTEMENTE PLANTADA POR JORGINA DA SILVA. COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

PENEIRA PARA FARINHA DA CASA DE FORNO DE HILDA TEIXEIRA NERY, NO ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2008. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Adolescentes participam da broca enquanto a derrubada e a queima são feitas por homens. A queima é uma etapa crucial pela sua importância ecológica. Deve antecipar-se de um a dois meses do calendário das chuvas para que a combustão resulte o melhor possível. As variações no período em que as chuvas começam, com frequência, acarretam em perda do trabalho (Tabela 3).

Essa temporada começa por março e abril, atinge seu pique em junho e recomeça por um curto período em novembro. Se o mato derrubado não estiver seco, pode chover cedo demais, ou tarde demais, o que leva à perda das manivas recém-plantadas. Uma roça 'bem queimada' é a que queimou de maneira uniforme, isto é, levou à combustão todos os galhos mais finos e carbonizou apenas os troncos e galhos maiores. A queima ocorre após um período de secagem de três a quatro semanas no verão. É realizada ao meio-dia, quando o sol está quente e de preferência sem vento. O homem toca fogo no centro da roça, no meio dos galhos secos. A queima é rápida e em uma hora emerge a futura roça, universo de cinzas, brasas e troncos negros ainda esfumaçando. É este espaço, de criação e fertilidade, que será entregue à mulher, "dona da roça". A roça é idealmente redonda, tendo um centro e uma beira, prolongada pelo aceiro, espaço de junção com a floresta. O modelo conceitual do objeto circular, com um centro, que materializa o início de um processo, também é encontrado em outros domínios da vida material, das plantas dispostas na roça com um centro, da cestaria, nos balaios e peneiras circulares, e dos beijus que também têm um centro e uma periferia. O mesmo verbo se aplica à roça e ao beiju, "abrir uma roça" e "abrir um beiju".

PLANTIO E REPLANTE

Com a queima, a terra adquire nova propriedade, a de fazer crescer plantas; a ênfase não é

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 69

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mais dada ao espaço, mas às suas novas ocupantes, as plantas. Lócus inicialmente masculino, a roça se torna um conjunto produtivo feminino, fonte de alimentação e bem-estar para o grupo familiar e é designada pelo nome de sua dona. Ocasionalmente se faz uma diferença entre o "roçado", espaço em preparação, antes da queimada, e a "roça" (*kupixá*), espaço plantado. Uma terra bem queimada se reconhece por ser "cheirosa".

O primeiro ato da dona da roça é "fazer urubu", ou seja, plantar no centro uma dezena de manivas, no dia posterior à queima, na terra ainda quase quente, materializando o ponto nevrálgico da roça, seu centro ou "olho da roça" (*kupixá ceçá*) . Apoderando-se do espaço recentemente desmatado com algumas manivas, a dona da roça mostrará ao urubu que ele não pode se apoderar da roça ou defecar neste espaço, sujá-lo, e assim espalhar sementes das quais nascerão capins e outros matos. Na região de Barcelos, "fazer urubu" assume outra configuração espacial, a de plantar algumas manivas em várias partes da roça, porém com a mesma interpretação, a de mostrar que agora a roça não pode ser deixada ao urubu.
A sequência das operações de plantio, depois de ter feito o urubu, responde a uma lógica dinâmica, a de mudar ou repassar. Mudar é passar o material propagativo das roças anteriores para a nova roça, ocasião de incluir novas variedades obtidas dos familiares e vizinhos, e de descartar outras. As manivas, fincadas há mais de uma semana na roça madura, a do ano anterior, são cortadas em pedaços de 12 a 15 cm e transportadas em *waturá* até a nova roça cuja terra já "esfriou", uns três dias após a queima. Uma chuva que faz *descer a cinza* na terra facilita o enraizamento e a brotação das manivas.

O plantio é realizado por duas pessoas, em geral, homem e mulher. O primeiro afofa a terra com um pau ou um ferro de cova (antigamente, um pau de cova de madeira dura ou de pupunha), e a mulher enfia duas manivas de maneira oblíqua. Esta fase se estende sobre várias semanas.

O cultivo de todas as espécies e variedades é acompanhado de saberes técnicos muito detalhados, principalmente no que se refere à mandioca, em suas primeiras etapas. As manivas são fincadas e cortadas em estacas quando os primeiros brotos aparecem, após três ou quatro dias. Dependendo da variedade considerada, a estaca será plantada com um broto apenas visível ou já bem desenvolvido. O indicador

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 70

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

MANIVAS PRONTAS PARA O PLANTIO.
COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO.
FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2007.

da saúde da maniva é o leite, látex presente nas euforbiáceas, elemento que assegura força e vitalidade e cuja circulação garante um bom desenvolvimento. Quando a maniva não tem leite, ela "embirra".
A fertilidade do solo influi sobre o modo de plantio, oblíquo na terra recém-queimada, horizontal no segundo ou no terceiro plantio.
As cinzas, resultando da queima dos resíduos do cultivo, são espalhadas nos lugares a serem replantados.
A primeira capina ocorre algumas semanas após o plantio.
O número de limpezas aumenta com o grau de enfraquecimento das terras, levando a um trabalho quase ininterrupto de um ponto da roça a outro.

As mulheres descrevem vários modelos de organização espacial das variedades de mandioca: por metade, as diversas variedades brancas de um lado e as amarelas do

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 71

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

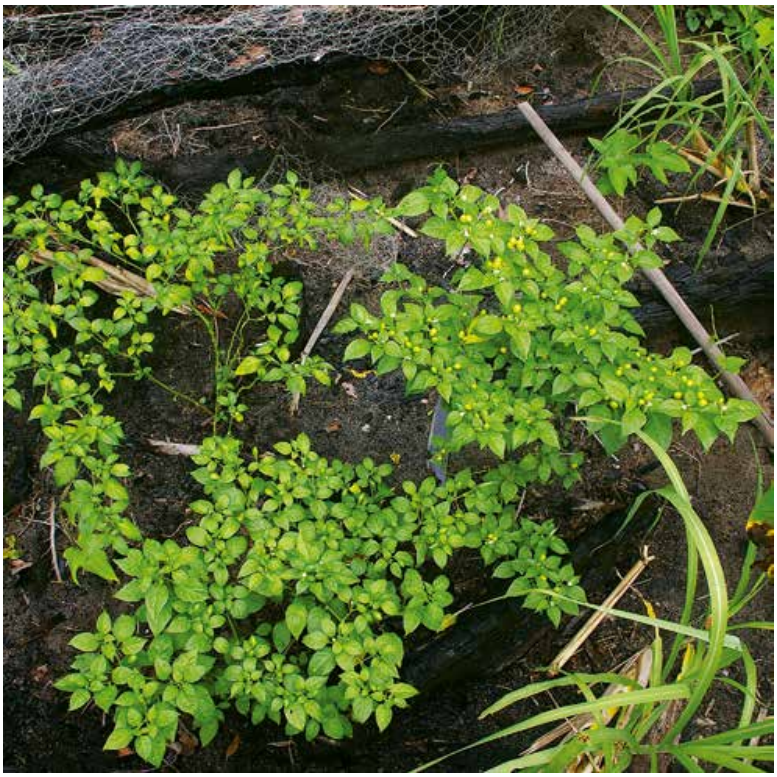
FIGURA 2
ESQUEMA DE ROÇA COM AS DIVERSAS MANIVAS. O CENTRO EM LILÁS, OS TRONCOS QUEIMADOS EM MARROM, AS MANIVAS EM CINZA, AS BANANEIRAS EM VERDE E OUTROS CULTIVOS EM AMARELO.

ABAIXO ESQUERDA
BANANEIRAS E CANA NA ROÇA DE CONCEIÇÃO CARVALHO. COMUNIDADE TAPEREIRA, 2006. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

ABAIXO DIREITA
FILEIRA DE ABACAXIS SEPARANDO DUAS FUTURAS ROÇAS DE NILZA LÚCIO RESENDE. COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

outro; centrípeto, com as amarelas, que levam mais tempo para amadurecer, no centro e as brancas, mais ricas em fécula e de maturação mais rápida na periferia ou, às vezes, centrífugo. Cada variedade é plantada separada das outras, em manchas justapostas. Manivas específicas para o caxiri, "meio aguadas", são plantadas à parte. O esquema teórico, qualquer que seja, se sobrepõe a uma realidade espacial heterogênea, marcada pela qualidade da queima, a caída dos troncos que constituem verdadeiras passarelas através da roça, e lugares mais úmidos. A heterogeneidade será aproveitada para colocar espécies ou variedades com exigências ecológicas diferenciadas. Variedades de manivas, como a maniva paca, tapá (trovão em nheengatu), que "aturam" até três anos, "precisam de mais adubo, gostam dos troncos" (Figura 2)

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



DIREITA
PIMENTEIRAS NO TOCO DE UMA ÁRVORE QUEIMADA NA ROÇA DE CONCEIÇÃO CARVALHO. COMUNIDADE TAPEREIRA, 2006. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

ABAIXO
TRANSPORTE DE PIMENTAS GERMINADAS PARA A ROÇA (ROÇA DE JUVENTINA DE OLIVEIRA JANUÁRIO. COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

e são plantadas encostadas a eles. Variedades mais precoces são plantadas mais longe dos troncos para não ter seu crescimento limitado pelas raízes das árvores.

Canas-de-açúcar, bananas e abacaxis constituem o segundo grupo de plantas a ser 'repassado" na roça após as manivas. Estacas, brotos ou filhotes de abacaxis ou de bananeiras devem ter sido preparados na roça anterior. Os abacaxis são plantados nas partes mais arenosas, as bananas nas mais argilosas e mais bem queimadas da roça.
O plantio será completado somente no final do primeiro ano para não competir com as manivas. Fileiras de abacaxis marcam os limites entre roças da mãe, das filhas ou das noras.

Outras plantas fundamentais na alimentação, as pimentas, são colocadas nos tocos das árvores, adubadas com cinzas, ou criadas perto de casa.
O tabaco é plantado nesses pontos mais férteis. Paulatinamente, o espaço da roça vai sendo completado com carás, batatas doces, ariá, macoaris, e outros tubérculos alimentares, dando a impressão de um emaranhado de plantas e galhos queimados que, no entanto, responde a um ordenamento ecológico.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ABAIXO
PÉ DE CUBIO PEITO DE MOÇA NA ROÇA (HILDA TEIXEIRA NERY, ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2007). FOTO: LAURE EMPERAIRE.

DIREITA
CESTO CARGUEIRO COM AÇAÍ, UMARI E CUPUAÇU USADO NA ROÇA DE ANGELINA DA SILVA GERVÁSIO, ENTORNO DE SANTA ISABEL, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Maxixe, melancias, jerimuns, maracujás se espalham também entre os troncos, algumas recebem cuidados especiais. O resultado é uma matriz constituída por uma dezena ou mais de variedades de mandioca – brancas e amarelas – no meio da qual outras plantas, como pimentas, cubios, entre outras, ficam entranhadas. Ponto nevrálgico, no centro da roça são colocados os "remédios da roça", plantas destinadas a dar força, vitalidade e produção às manivas (cf. IV.4.4.6).

O papel da roça não se limita a fornecer alimentos. Dela se tira lenha para o forno de torrar farinha ou para cozinhar.
A partir dos troncos derrubados, principalmente de angelim, faz-se o carvão para o consumo de casa ou para ser vendido.
A roça é, ainda, um ponto de espera para a caça: o veado é atraído pela folhagem tenra das manivas; já a paca ou a cutia, pelas raízes.

No segundo ano, uma vez as manivas bem desenvolvidas, são plantadas fruteiras (abiu, caju, ingás, cucura, cupuaçu etc.), desenhando já outro horizonte de produção para os dez próximos anos. Algumas frutíferas imponentes, como o umarizeiro ou o ucuquizeiro, são espécies florestais que indicam a presença de roças antigas. As frutíferas, plantadas na maioria das vezes pelo esposo ou os filhos, marcam o início da reconquista do espaço por espécies arbóreas domesticadas, que progressivamente se entremearão às espécies silvestres da regeneração florestal, fechando o ciclo roça-floresta.

Vários problemas de ordem regional ou local acometem os cultivos, traduzindo-se em

novos investimentos em força de trabalho (abertura de uma nova roça, limpezas), além de uma perda de produção. São, ainda, problemas de ordem climática, de uma roça mal queimada por causa de temporada de chuva não prevista, de calor intenso que seca as manivas em uma terra "quente demais" (principalmente nos solos arenosos); de ataques de bichos do mato, como o veado que

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

lambe as folhas da maniva ou dos carás, os queixadas que invadem uma roça, as pacas ou cutias que desenterram os tubérculos; de ataques de gafanhotos, grilos, ambuá, besourinhos e *xexeda* (não identificado). As galhas vermelhas, as lágrimas de lua ou merda de lua, devidas às larvas de moscas (*Jatrophorbia brasiliensis*) são bem conhecidas, mas não acarretam prejuízos. Os maiores danos resultam dos ataques das saúvas (do gênero Atta) e das maniuaras (cupins do gênero *Synternes*) que ocorrem principalmente nas terras enfraquecidas das margens dos rios, ou dos tapurus (*Erinnyis ello*). Frente a essas pragas recorre-se a um benzedor ou se defuma a roça com um feixe de manivas, ações que apelam tanto para as práticas indígenas quanto para um catolicismo popular.

TRABALHAR NA ROÇA

O trabalho nas roças faz parte das atividades cotidianas. Está inserido no calendário das festividades locais (Tabela 3) e respeita as proibições do calendário católico (domingos, quarta-feira de cinzas, 1º de novembro, Páscoa) e os feriados nacionais.

No dia a dia, o trabalho começa ao nascer do sol, quando

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

DIREITA, ABAIXO
ENTRE BRINCADEIRAS E APRENDIZAGEM, CRIANÇAS NA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2009.
FOTO: LAURE EMPERAIRE.

a temperatura ainda é amena. Para matar a sede, toma-se o xibé, mistura de farinha com água do igarapé e frutas suprem a fome das crianças; o retorno se faz quando o sol se aproxima do zênite, com um calor dificilmente suportável.

Uma roça requer ser plantada, capinada, arrancada e replantada, mas o ritmo das atividades é da escolha da agricultora. Outrora, esse ritmo era muito ligado à produção cotidiana de *kuradá* – o beiju de fécula de mandioca – agora em desuso em decorrência de a alimentação ser mais à base de farinha, alimento de longa conservação. Crianças acompanham a mãe à roça, entremeando jogos e aprendizagem. O trabalho em parceria é valorizado e a agricultora tem a vizinha, a irmã, a comadre, a nora, o irmão como parceira ou parceiro.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A ideia de parceria é extensiva a certos objetos. Os tipitis, por exemplo, trabalham em parceria, bem como certas manivas, plantas medicinais e outras plantas alimentares, seguindo a lógica de que cada um tem seu parceiro ou companheiro. Essa complementaridade se revela na cor, na forma ou no uso de ambas as partes.

O padrão tradicional de organização da força de trabalho para operações como a broca, a derrubada ou o plantio é o *ayuri*, mutirão que reúne várias famílias, aparentadas ou da vizinhança. Sua base é a reciprocidade em trabalho, alimentação, alimentos, como farinha ou frutas, e variedades de plantas. Combina aspectos sociais e produtivos. O *ayuri* é, ou era, reservado aos trabalhos mais penosos, como brocar ou derrubar para os homens e plantar ou capinar para as mulheres.

DA ROÇA À FLORESTA

A autonomia em alimentar uma família é dada pelo manejo simultâneo de pelo menos três roças. A roça nova, de mata ou de capoeira madura, entra em produção ao cabo de seis a sete meses com as variedades mais precoces; a roça madura, em geral aberta no ano anterior, ou com 18 meses, assegura a parte mais importante da produção; uma ou mais roças velhas, de mais de dois anos, ainda produzem um pouco. Pequenas roças de capoeiras de alguns anos, de caráter emergencial, as petecás, e capoeiras com fruteiras em produção que recebem alguns cuidados, completam a paisagem produtiva. O mosaico de roças, capoeiras e florestas em vários estágios de regeneração dá uma profundidade temporal à paisagem quotidiana.

As mandiocas de uma roça, seja nova, madura ou velha são arrancadas por pequenas manchas de 100 m² a 400 m², em função das necessidades de produção de farinha, criando-se assim um novo padrão de heterogeneidade espacial interno à roça. O espaço liberado é a pekwera, o "rastro de um bicho". Uma roça toda replantada é o segundo replante ou apenas "plantio", seguido do terceiro replante.

Algumas espécies, como a pupunha, o abiu, o umari, o cupuaçu, a castanheira, ou os abacaxis, sobrevivem a mais de dez anos de regeneração florestal. Outras, menos resistentes ao sombreamento, desaparecem sob a floresta. Após no mínimo dez anos, uma nova roça de capoeira poderá ser aberta no mesmo local.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BENZIMENTOS E ORAÇÕES

Meu avô sabia muitas histórias. Os padres que vieram aqui em Iauaretê atrapalharam muito para nós indígenas. [Disseram] *é coisa feia, coisa diabólica, coisa do diabo. Aí começaram a esquecer, a deixar de lado todas estas histórias, todos estes benzimentos, tudo ficou desaparecendo.* (Ricardo Meperiponã, da comunidade Loiro, Rio Uaupés, 1999).

O benzimento é uma condição essencial à saúde, à completude e à realização de um ser ou de um objeto, desde a criança pequena até a roça. Há orações para as diversas etapas do trabalho, para a chuva, as terras, o capim, as cobras e outros animais peçonhentos e para as manivas. Aplicado à roça, esse registro de atuação parece ser restrito hoje ao Alto Rio Negro e lembrado apenas como saber dos antepassados na região de Santa Isabel do Rio Negro.

> *É ela* [a terra] *que está mantendo, mamando, está cuidando dos filhos que são as manivas e todas as filhas da maniva* [as mandiocas] *que nós chamamos kií, em tukano.* [...]

> [O benzimento é] *uma vez só, já no começo de plantar e até a terra já estar preparada também. Dessa forma que a jabutizada, a tartarugazada, já está esperando na terra. Está dentro da terra e a terra já está preparada para isso, pronta para produzir e não tem diferença de dizer qual maniva que é, se jacaré, se jabuti, vai se pegar em geral.* (Crispiniano Carvalho, Tariana, cidade de Iauaretê, 1999).

Os relatos de benzimentos levantados no Alto Rio Negro, mesmo incompletos, mostram como, a partir do benzimento, a roça, as mandiocas e as manivas se inserem em uma rede de significados extremamente complexa que liga passado e presente. Benzer é dar saúde, dar nome, dar força, impedir os estragos, tornar segura, tornar produtivo e cumprir regras.

Com cigarro ou breu, a reza opera a transferência de qualidades, impregna força. No preparo da terra, *chama a força* de vários animais de grande porte, jabuti grande, tatu, colocando-a na terra pela *força do pensamento* para transferi-la à mandioca. O benzimento afirma também os direitos do homem como chefe

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

de família sobre a terra preparada e impede que outros a *estraguem*.

Rezas ou benzimentos ligam a mandioca com os peixes grandes, ou com as plantas de leite.

Na região de Santa Isabel do Rio Negro, rezas da roça existem revestidas de catolicismo. São Tomé é o protetor das roças. *Aqui não dá essa praga [gafanhotos] por que, depois de plantar, se dá uma reza para São Tomé que é o santo da roça.* (Angeli na Gervásio, comunidade Tapereira, 1995) ■

É a mãe que amamenta, quer dizer, essa mandioca é como um filho, quer dizer, a mãe é a maniva, que elas produzem raízes, então é para amamentar bem e quando crescer que tenha boa estadia de saúde, isso seria o wetá, wetá que nós chamamos tapioca. Então ele precisou outras madeiras que tem leites, como eu falei para a senhora: sorveira, seringueira, tipo de seringa, tem muitas coisas também, tem outros paus que têm aquele leite branco, seringa tem grande e tem pequeno, tem seringa aquela de casca dura, tem seringa de casca fina, tem seringa comum pra comer. [...] diz que ele [o abiu da mata] com sua força que mantenha, se ajunta lá, de todos quanto é maniva que eles põem, esses estados, de possuir o leite para que se penetra nas raízes, para que ela possa encontrar de ter boa forma de manter o tamanho da mandioca, daí nunca se apodrece a mandioca, pode passar cinco anos, seis anos, tamanho qual for. (Crispiniano Carvalho, Tariana, cidade de Iauaretê, 1999).

CRIAR AS PLANTAS

A mandioca constitui o foco da diversidade cultivada pela sua amplitude, o espaço ocupado, suas formas dinâmicas de manejo e seu papel na alimentação. É também o foco das atenções e de um constante interesse por parte das agricultoras. Até a produção desta pesquisa, foi levantada nas três localidades estudadas em torno uma centena de variedades de mandioca e 300 espécies ou variedades de outras plantas cultivadas. Por variedade, entendemos "*a unidade mínima de percepção e de manejo da diversidade de plantas cultivadas*", o que corresponde em língua vernacular à 'qualidade' ou 'tipo'. Uma variedade é representada por "*um conjunto de plantas consideradas como suficientemente homogêneo e suficientemente diferente de outros grupos de indivíduos para receber um nome particular e ser objeto de práticas e conhecimentos específicos ao longo de seu ciclo*" (Emperaire, 2005). Essa definição enfatiza a dimensão cultural da percepção da diversidade

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

biológica, não cabendo fazer um paralelo com a taxonomia científica. Assim, a macaxeira ou mandioca doce, mesmo sendo como a mandioca brava *Manihot esculenta*, não é considerada como uma qualidade de mandioca; ao inverso, as pimentas ou os carás que pertencem a diversas espécies de *Capsicum* ou de *Dioscorea* são *qualidades* diferentes de pimenta ou de cará, sem correspondência com a taxonomia científica.
Cada família cultiva até umas cem espécies ou variedades diferentes. Na maior parte dos casos, uma alta diversidade resulta de uma antiga presença no lugar. Além da diversidade associada à mandioca, identificou-se uma alta diversidade de pimentas, abacaxis, inhames (carás) e bananas, o que confirma a importância regional do Rio Negro em termos de conservação e manejo da agrobiodiversidade em particular no caso das mandiocas.

CATEGORIAS LOCAIS

O termo planta se refere ao que é cultivado ou plantado, os vegetais cuja presença é intencional em um lugar. Mas existem zonas intermediárias entre o cultivado e o que é do mato, em que podem estar a goiabeira, cujas sementes são disseminadas pelos animais; os vegetais trazidos da mata, como o buriti ou o cacau jacaré; e o que é plantado perto das casas, como o tucumã, também mantido nas roças. A presença desses vegetais é intencional, mas não se enquadram exatamente na categoria planta por não resultarem do trabalho humano de domesticação e seleção.

A categoria remédio para os humanos (1 e 2)[14] ou para as manivas (3) foi a primeira a ser delimitada. As plantas para o caxiri (5), com o abacaxi, e não a cana, e as plantas de tubérculos cultivadas na roça constituem uma categoria específica ligada a um uso alimentar e ritual. As categorias 6, 9, 15 e 16 se referem também a um uso alimentar, porém recobrem plantas cujo diferencial é pertencer ao modelo alimentar generalizado brasileiro e não mais ao modelo local. A das "puçanga para amarrar" (11) abarca plantas mediadoras de relações, utilizadas para defender um espaço de intrusões, favorecer relações com as pessoas, facilitar o contato com os brancos – o delegado, o patrão – fazer compras, resolver ciúmes, amores, ou, ainda favorecer a realização de diversas atividades, como pescar, estudar, fazer cestaria. Essa categoria se diferencia nitidamente da dos remédios (1) que visam uma cura. O conjunto (1) inclui várias plantas de origem africana, hoje

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TABELA 4
CATEGORIAS DE PLANTAS CULTIVADAS,[15] CONFORME CLASSIFICAÇÃO DE ANGELINA SOUSA ANGRO E CECÍLIA DIAS, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2007.

1. *Só remédio*: pinhão branco, pinhão roxo, algodão branco, *pirarucu ka'á*, boldo chinês, malvarisco, cubio, amor crescido, pinupinu, cidreira, *makaka-pú*, *piripiriaka*, *mucura-ka'á*, cuia mansa, *puruka-puçanga*, para controlar a menstruação*, *yapuna*, *yauakaka-ruaya*, cumaru, puxuri.
2. *Maracujá peroba*: remédio, mas diferenciada do conjunto anterior.
3. *Manivas e mães da roça para as manivas darem raízes*: jabuti, sem nome**, abano, *iruçanga*.
4. *Canas e cubios*: nessa categoria também foram inclusos o caruru, o *jacaré-rupia* e taioba.
5. *Caxiri*: pupunha, cará, cará-cuia, abacaxi pirapucu, abacaxi liso, abacaxi serra, *makwari*, batata doce.
6. *Vai na comida*: feijão, jerimum, melancia, maxixe (plantas introduzidas).
7. *Timbó, cunambi* (dois tipos) e açacu (árvore de mata): plantas para pesca.
8. *Bananas*: três quinas, maçã, prata, comprida, inajá, são tomé e outras.
9. *Tempero e remédio de casa*: pimenta do reino, alfavaca, chicória, coentro, cominho.
10. *Pimenta da roça e da casa*: malagueta grande, murupi, de urubu, pênis de cachorro, olho de periquito, merda de passarinho.
11. *Puçanga para amarrar*: tajá língua de tukano, tajá japiim, tajá iauaretê, tajá sol, tajá jurupari, tajá rabo de boto, mão aberta, tipiti puçanga, jacamim verde, escama de aracu, borboleta verde, borboleta roxa, grude de piraíba, olho de boto, tajá de igapó, jiboia, arumã paulista, marupá.
12. *Dá tintura, de casa*: urucum amarelo ou vermelho, escama de aracu, pacuá catinga, cebola.
13. *Frutas da roça*: umari, pequiá, pepino do mato, ingá chato, ingá cipó, ingá cunifa, cupuaçu, caju, cucura, abiu, pepino do mato (não cultivada).
14. *Taperebá, de casa*.
15. *Mamão, de casa*.
16. *Cebolinha, de casa*.
17. *Frutas de casa:* café, araçá, acerola, abiu, jaca cagão, biribá, cuia, goiaba, ciruela, jambo, laranja, limão, coqueiro, açaí-do-pará, patauá, cupuaçu, cacau, baraturi.

* Este é o nome específico da planta, e não seu atributo terapêutico.
** Cientificamente trata-se de um taperebá, mas localmente não foi identificado.

incorporadas à farmacopeia popular brasileira (pinhão roxo, mucuracaá – ou tipi, cidreira, hortelã etc.). A oposição roça/casa é nítida no caso das frutas (13 e 17). A categoria de casa incorpora as novidades recentes, enquanto o conjunto de 'roça' permanece mais tradicional. O taperebá, planta considerada dos antigos e de recorte indefinido entre o cultivado e o da natureza é, no entanto, de casa, e constitui uma categoria à parte (14).

HISTÓRIA DAS PLANTAS

Nas narrativas míticas (Galvão & Galvão, 2004) destacam-se plantas de um tempo anterior à prática agrícola: ipadu, caapi, tabaco (com suas variedades), macoari e ariá para o caxiri, carajuru, *pinupinu*, cuieira, o milho e provavelmente a mandioca (mas poderia ser outra

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

planta feculenta para a produção de goma). Em sua maioria, essas plantas são de uso ritual. Algumas menções do milho como cultivo dos antepassados sugerem que esta planta teve outrora uma importância maior. Nas narrativas, faz-se também referência a fruteiras, como o caju, o ingá e o abiu, cujos sumos "fortalecem o coração" e o umari. São plantas cultivadas, mas que tem espécies próximas silvestres. A mandioca surge acompanhada de outras plantas, como carás, batatas, abacaxis, entre outras, oriundas da transformação do corpo do demiurgo ou de uma árvore inicial. A partir desse momento, a alimentação da *gente*, atual ou antepassados, e não mais das divindades que fizeram o mundo, é a mesma de hoje, à base de mandioca, peixe e pimentas.

A escravidão trouxe indiretamente diversas plantas de origem africana, alimentares ou medicinais. Os missionários foram outro vetor de introduções, com plantas alimentares, frutíferas e ornamentais. Várias informações mencionam a macaxeira como planta introduzida nos anos 1930-40 pelos missionários e comerciantes, período apontado também por Dufour (1993) para sua introdução na região fronteiriça entre Colômbia e Brasil. Os missionários de Santa Isabel difundiram a macaxeira, os coqueiros e plantas ornamentais para decorar o interior das capelas (*Crinum* e *Dracaena*), além da laranjeira, da jaca da Bahia e do jambo. A horta e o quintal da missão contêm plantas ornamentais e alimentícias introduzidas, além de cultivos locais, mantendo ou não seu uso local. A araruta passou assim de um uso local alimentar para um uso doméstico, o de engomar o hábito das freiras. O comentário de uma irmã da missão de Santa Isabel sobre a agricultura local (Ainda bem que introduzimos a mandioca [a macaxeira]) é revelador da dicotomia cultural entre a macaxeira e a mandioca brava e do referencial alimentar dos missionários.

Na época do extrativismo, os patrões trouxeram novas fruteiras de Manaus que foram multiplicadas nas comunidades. A venda de verduras pelos comerciantes de Santa Isabel é outra fonte de diversidade, com as sementes de melancia e de jerimum sendo semeadas nas roças. O Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDAM) distribui hoje sementes de milho e de feijão aos agricultores. Nesses últimos anos,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

PARTE SUBTERRÂNEA OU RIZOMA DO MACOARI, NA ROÇA DE HILDA TEIXEIRA NERI, NO ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

os intercâmbios crescentes com Manaus levaram a novas introduções, como variedades de pimentas, rambutãs e plantas ornamentais. Um pé de videira, cujo sucesso não parece garantido, provém de Minas Gerais. Outra série de plantas ornamentais foi introduzida pela prefeitura. Um duplo movimento se esboça: um deles, entre alto Rio Negro e Santa Isabel, traz plantas tradicionais – elas mesmas oriundas dos outros intercâmbios, como visitas aos parentes do Alto ou chegada de novos moradores na região de Santa Isabel do Rio Negro, ocasiões propícias para a introdução de mudas e de sementes. Outro movimento introduz novidades botânicas comerciais encontradas em Manaus ou nas cidades próximas, o que leva à incorporação ao acervo local de plantas exóticas não só para a região, mas para boa parte do Brasil.

AS PLANTAS QUE SE PERDEM

"Deixei sumir", "me descuidei", "não repassei" – são expressões que traduzem a perda de plantas, voluntária ou não, de manivas, mães da roça, remédios, fruteiras; pelo descuido da dona da roça. A condição de "não perda" é poder a cada ano repassar, mudar as plantas para uma roça nova, condição nem sempre alcançável por motivos de viagem, saúde, incertezas climáticas ou disponibilidade de força de trabalho. Em decorrência da intensa circulação das plantas, a perda é, até certo ponto, muitas vezes local e não regional. A noção de perda envolve não só o planta como entidade biológica como seu nome e seus usos e outros saberes.

Mas há plantas que se perderam, ou quase, em escala regional. A perda não é mais ligada a uma

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

lógica de manejo individual, mas desenha um contexto mais amplo de transformações regionais e culturais. Com a introdução do tabaco do comércio, das bacias de plástico e de outros bens ou produtos industrializados, várias plantas deixam de responder às necessidades. Elas são substituídas por produtos industrializados, seus usos foram desvalorizados ou considerados como perigosos (uso abusivo de plantas para a caça ou a pesca, Buchillet, 1991). São plantas de uso ritual e/ou técnico, como o tabaco, o caapi, o jamaru (cabaça), a flecha (cana de ubá) para fazer flechas, variedades de algodão, os timbós (planta ictiotóxicas), o ipadu e o milho, cada um representado por diversas qualidades. O curauá, bromeliácea que fornece fibras é raramente encontrada. O carajuru é frequente, mas suas diversas variedades não são mais mencionadas.

Qualidades de cuia, como o cuiupi, utilizadas como recipiente e unidade de medida; de cará; de abacaxi ou espécies alimentares para caxiri; de tubérculos, principalmente aráceas, marantáceas ou heliconiáceas, são paulatinamente abandonadas e hoje só são encontradas em algumas roças ou quintais, correndo o risco de não serem repassadas.

O caso do milho merece destaque. É mencionado nas narrativas míticas, mas nos dias atuais é cultivado no Alto Rio Negro com pouca frequência. (P. van der Veld, Comunicação Pessoal, 2000). No Médio Rio Negro há tentativas localizadas de cultivo do milho a partir de sementes distribuídas pelo IDAM ou compradas não como sementes, mas como produto alimentar. Interesse pela novidade,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ESQUERDA
MACOARI DOCE NA ROÇA DE ANGELINA DA SILVA GERVÁSIO, NO ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

ABAIXO, DIREITA
CUIUPI EM ÁRVORE LOCALIZADA EM UMA RUA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

resgate do passado e adesão a uma forma moderna da agricultura se combinam em torno desse cultivo.

Entre perda e inovação, há o registro de plantas que mudaram de significado e de importância. No contexto urbano de Santa Isabel do Rio Negro, várias plantas da categoria *puçanga* (categoria ampla relacionada ao estar bem) migraram para a categoria "*enf'eite*" ou "*bonit'eza*", deixando de expressar suas funções iniciais.

MANIVAS E MANDIOCAS

Dois elementos estruturam a compreensão do manejo da principal espécie cultivada: primeiramente, a distinção entre maniva e mandioca – embora reunidas em uma mesma entidade taxonômica – e a percepção das manivas como plantas portadoras de atributos da sociedade dos humanos e com as quais a dona da roça mantém relações humanizadas. A esses elementos que norteiam as relações da agricultora com suas manivas se sobrepõe um *corpus* de saberes técnicos, extremamente elaborados, que sustentam o manejo de dez a trinta variedades pelas agricultoras em suas roças e de centenas de variedades em escala regional.

A mandioca e a maniva pertencem a dois registros conceituais. Delas dependem respectivamente a produção de alimentos e a perpetuação da atividade agrícola. Elas têm como espaços de expressão a "casa de forno" (e/ou a "'cozinha") e a "roça"/. As duas partes, mandioca e maniva, recebem nomes diferentes em nheengatu, em tukano ou em baniwa: respectivamente *maniaka*, *kii* e *káini* para o tubérculo; *maniwa*, *dirkîe kenîkhee* para a parte aérea. Ao reconhecimento de duas entidades perceptuais no mesmo pé, correspondem dois sistemas de classificação, o primeiro fundamentado na cor da polpa do tubérculo, o segundo baseado em uma percepção global da parte aérea, em particular sua arquitetura.

A maniva é a parte aérea, visível, suporte da diversidade manejada pela agricultora. A maniva é a estaca, o pequeno pedaço de tronco ou de galho, base da multiplicação da planta, mas o sentido da palavra se estende também ao pé na sua

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

integridade, da parte subterrânea à parte aérea. Diferentemente de muitas outras plantas de grão, de tubérculos ou de rizomas, a parte destinada ao consumo, a batata, não concorre com a parte destinada à multiplicação da planta, o caule. É sobre esse último que a agricultora exerce de maneira concreta seus saberes elaborados, taxonômicos e agronômicos, do momento de plantar até o momento de arrancar. As diversas características das manivas localmente enunciadas – alta, baixa, esgalhada ou não, de caule preto ou branco, de grelo roxo ou verde etc. – não passam de elementos descritivos e não constituem, sejam isolados ou combinados, marcadores perceptuais de categorias.

As brancas e as amarelas

As mandiocas, ou *maniaka* em nheengatu, chamadas também de batatas ou raízes, são apenas classificadas em brancas ou amarelas e às vezes cremes – uma categoria intermediária. Essa qualificação pela cor se estende ao pé todo, permitindo classificar todas as manivas em brancas ou amarelas. Resultado de um processo de seleção voluntária, a diferença entre brancas e amarelas se concretiza na hora de transformar as mandiocas em alimentos. Apesar da classificação em brancas ou amarelas, há nas raízes das mandiocas muitas diferenças de forma, tamanho, espessura e cor da casca.

A principal diferença entre tubérculos de variedades brancas ou amarelas repousa sobre o teor de fécula, ou goma, mais importante nas brancas, e o teor de betacaroteno, mais intenso nas amarelas. O preparo dos derivados alimentares resulta da combinação das propriedades de variedades de um ou outro grupo e envolve uma mistura de variedades de cada grupo. Não existe uma relação direta entre certo preparo de farinha, beiju, tucupi e caxiri e uma dada variedade. O investimento cognitivo mobilizado durante a criação das manivas se dilui na hora de preparar os alimentos e o elemento importante se torna a mistura de variedades. É um equilíbrio, uma dosagem flexível entre as características das variedades, resultado de escolhas ou de disponibilidades individuais, que permite o preparo de tal ou tal produto. A mesma observação é feita a respeito das pimentas, representadas por uma alta diversidade e consumidas sob a forma de mistura de variedades.

A goma, retirada ou acrescentada nas diversas frações de massa, é objeto de um manejo sutil. Dufour (1993) menciona que as variedades

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BEIJU SECANDO À BEIRA DO RIO REGRO. FOTO: CARLA DIAS.

amarelas procederam do lado colombiano, nos anos 1940, junto com variedades de macaxeiras. Esta observação reforça a hipótese de uma transição alimentar, com maior enfoque para a farinha que é preparada com uma proporção importante de variedades amarelas, para responder à demanda dos patrões. Os carotenóides, presentes nas variedades amarelas, têm propriedades antioxidantes, característica importante para a produção de um alimento de longa durabilidade. No entanto, trata-se mais, provavelmente, de um gradiente de importância de tal ou tal grupo de mandiocas do que de introduções *sensu stricto*.

A oposição branca/amarela tem implicações para o manejo das manivas na roça. Nas variedades brancas, o teor máximo de produção de fécula é atingido antes de o tubérculo alcançar seu tamanho máximo, o que leva a um ciclo plantio-colheita mais curto do que o das amarelas. As variedades brancas "aguam", apodrecem, mais facilmente e são mais atacadas por animais e pragas. As amarelas são variedades de ciclo longo, consideradas como de maior rendimento que as brancas, embora os dois conjuntos não sejam comparáveis neste plano: as brancas visam obter um produto particular, a goma, e as amarelas resultarem em uma produção elevada.

Brancas ou amarelas, ambas são variedades "bravas", com teores de ácido cianídrico incompatíveis com a alimentação humana, se não forem detoxificadas. Os dois grupos de variedades de mandioca geralmente conhecidos pelo grande público são as *bravas* e as *mansas* (macaxeiras ou aipins). Todas pertencem à mesma espécie, apesar de terem sido descritas até o início do século XX sob nomes diferentes *Manihot utilissima* e *Manihot dulcissima*. A diferença entre bravas e mansas se dá apenas pelo teor dos precursores de ácido cianídrico que se encontram nas diversas partes do pé, das folhas ao tubérculo. Há um gradiente contínuo de toxicidade e estima-se que as variedades que liberam menos de 120 partes por milhão (ppm) de ácido cianídrico não são tóxicas, enquanto o consumo das bravas (mais de 120 ppm), sem detoxificação preliminar, pode levar à morte por asfixia celular.

Os nomes e a coleção

Os nomes são atributos das plantas cultivadas e elementos constitutivos de sua identidade, principalmente para as manivas e, em menor grau, para outras espécies, como as pimentas ou os abacaxis.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

As variedades de manivas são designadas por um binômio: *açaí maniva*, *abacaxi maniva*, *tucunaré maniva* etc., em nheengatu; maniva de açaí e assim por diante em português; *mihpi dirkî*, *serã dirki*, *bu'a dirkî* etc., em tukano e o determinante seguido do sufixo –ke, em baniwa. Apesar de haver variações de ordem linguística na maneira de denominar as manivas (por exemplo, a *preta*, a *tapa* ou a *pixuna* são as mesmas), há um relativo consenso sobre as denominações das variedades, com um *corpus* de nomes compartilhado pela maioria das agricultoras.

Todas, ou quase todas as manivas são nomeadas. Além da identidade, o nome reflete uma história e uma filiação, lembrando a importância social do nome na sociedade dos humanos (Buchillet, 1983). Sem dúvida, há um prazer e um orgulho na enumeração das variedades presentes na roça ou nos mitos de origem.

> *Há uma cerimônia* [para homenagear a bacia de caxiri] *que se refere a todas as variedades de manivas: bere duku, mu perori duku, sigãyara duku, masá boho duku, bariamu duku, wasõpu duku, buha duku, bihi duku, megã diarã duku, diari duku, será duku, goori duku, igui duku, kare duku, mere duku, pari duku, bu duku, seme duku, duhiri duku.* (Galvão & Galvão, 2004, Kisibi e Deyubari Gõãmu recomeçaram a viajar, ensinando a cultura tradicional, p. 267).

A lista dos nomes de manivas levantados no Rio Negro revela duas lógicas de denominação. É pelo nome que se diferenciam as variedades introduzidas e as locais. Os nomes das introduzidas apelam para critérios descritivos (baixinha, vermelha, de seis meses, branca) ou para uma origem geográfica, social ou individual (do Solimões, do Pará, dos Brancos, do Benedito) enquanto os nomes de manivas locais, ou consideradas como tais, se referem a plantas ou animais do cotidiano, em particular peixes, palmeiras e outras plantas cultivadas.

Uma versão do mito de origem das manivas associa plantas cultivadas e plantas da floresta. Baaribó, com raiva do seu filho, decide ir embora:

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 88

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

> *Antes, todavia, ele escondeu os pés de manivas dentro de vários paus. Enfiou-os de pé dentro dos paus. Na embaúba sal de ipadu, ele esconde o pé de maniva bere. Na abacatirana o pé de maniva de caroço de umari, a branca. No pau de carapanaúba ele escondeu o pé de maniva branca. No curunizeiro, ele esconde o pé de maniva de cunuri. No pau de piaba de japurá, ele escondeu o pé piaba de japurá. Entre as raízes do abacaxizeiro, ele escondeu o pé de maniva de abacaxi. No pau pari, ele escondeu o pé de maniva de fruta do mato pari. No pé de abiuzeiro grande ele escondeu o pé de maniva de abiu grande. No pé de pau de seringa, ele escondeu o pé de maniva pomba. Assim ele fez para todos os tipos de pés de manivas. Escondeu também os carás, as batatas e as ararutas dentro da mata. Por isso, elas viraram plantas da mata, isto é, selvagens. Por fim, ele escondeu tapioca dentro do cunurizeiro.* (Galvão & Galvão, 2004, Baaribó repara carajuru, p. 433).

As denominações são frequentemente justificadas por uma analogia: tubérculos pequenos para a variedade caroço de inajá; um porte esguio para a variedade açaí; a epiderme rugosa do tubérculo para a variedade jabuti. A atribuição dos nomes de objetos biológicos cuja identificação é desprovida de ambiguidade – não se confunde um inajá com um surubim, nem com um açaí – forma um referencial muito mais consistente que as denominações de baixinha, baixote, vermelhinha, amarela, amarela grande etc. aplicadas às manivas introduzidas.

Outro nível de leitura, e o mais importante, é dado pelo significado não de um nome, mas do conjunto dos nomes. Nesse, de acordo com as plantas ou os animais designados, identifica-se um conjunto de elementos de forte conotação positiva, portador de bem-estar, de plenitude material e que recria, no espaço da roça, um universo de abundância e de diversidade. Assim, não é tanto o nome da cada maniva que faz sentido, mas a totalidade dos nomes que espelha um universo de bem-estar. Pode ser interpretado também como a recriação no espaço da roça de um ambiente biodiverso em que a mulher expressa seu conhecimento apurado da diversidade vegetal que a rodeia.

Essa coerência biodiversa nas denominações dá outra dimensão à diversidade presente. Não se

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BAIXO, ESQUERDA – A REPRODUÇÃO VEGETATIVA DA MANDIOCA: ESTACA BROTANDO. COMUNIDADE TAPEREIRA, 2006. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

BAIXO, DIREITA – A REPRODUÇÃO SEXUADA DA MANDIOCA: UMA SEMENTE GERMINANDO NA ROÇA RECÉM-QUEIMADA DE NILZA LÚCIO RESENDE. COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2007. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

DIREITA – DIVERSIDADE DAS FOLHAGENS DE MANIVAS EM UMA ROÇA. NO CENTRO A MANIVA ESPELHO, AVERMELHADA.(ROÇA DE HILDA TEIXEIRA NERY, ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2008. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

trata somente de uma justaposição de variedades, mas de uma coleção, de uma entidade global que tem seu próprio significado. Assim, a unidade reconhecida e manejada pelas agricultoras não é composta de variedades consideradas isoladamente, mas forma um conjunto global, portador de significado que é a coleção de manivas.

As manivas sem nome

A espécie *Manihot esculenta* apesar de ser multiplicada por estaca não perdeu a capacidade de produzir flores e sementes. Na maturidade, a fruta da mandioca, parecida com a da seringa, outra euforbiácea, abre-se e projeta no solo as pequenas sementes, de menos de meio centímetro. Seja pelo trabalho das agricultoras, seja pela ação das formigas, elas são incorporadas ao solo onde permanecem em estado de dormência até a queima do que será a nova roça. Foi relatado que algumas espécies de pássaros consomem as sementes e as disseminam.

A multiplicação, involuntária, da mandioca por sementes, e não da forma habitual, por estacas, faz com que se perca a origem da filiação das novas manivas. Daí o nome maniva sem pai, sem mãe, sem nome, achada ou, simplesmente, semente. Essa ruptura na filiação remete também à quebra da relação entre maniva e mandioca, apoiada na circulação de um princípio nutritivo, o leite (ou látex dessa Euforbiácea). Porém, trata-se de uma denominação relativamente transitória, já que o novo pé poderá ser descartado se não convier à

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

agricultora ou multiplicado e incorporado ao estoque de manivas já existente, recebendo o nome de uma variedade morfologicamente próxima ou, eventualmente, um novo nome.

A sociedade das plantas

Não se pode deixar sumir as manivas; é gente, tem que criar. (Maria Gama, moradora de Santa Isabel do Rio Negro, 1996).

Pode-se considerar que as relações entre as plantas da roça, umas com outras, e entre as plantas e a agricultora são permeadas por certo tipo de sociabilidade. A manutenção da diversidade das plantas cultivadas, principalmente das manivas, se insere num ethos de relações com outros seres. A noção de bem-estar é um elemento forte destas relações. As manivas são seres com certa dignidade e não podem passar sede, devem estar alegres, bem penteadas [capinadas], fazem festas, são criadas. O caráter estético da roça, pela diversidade das folhagens ou a presença da maniva espelho de folhagem bem vermelha no meio da roça, é frequentemente ressaltado. Tanto o leque de variedades plantadas quanto o cuidado com que a roça é mantida são motivos de orgulho para a dona da roça.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 91

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Elementos da hierarquia da sociedade tukano se reencontram na sociedade das manivas, em que irmãos maiores e menores são diferenciados – os segundos devem cuidar do bem-estar dos primeiros. As manivas podem ser diferenciadas entre as pristinas e as outras, refletindo uma hierarquia de prestígio entre mais velhos e mais novos; a diferenciação é mencionada por muitas agricultoras embora a enumeração das manivas de cada grupo seja variável. Em geral, as variedades brancas, ricas em fécula, são as mais valorizadas (como a *bere* já citada). Outras relações entre manivas são mencionadas: elas podem fazer *pares*, serem *irmãs*, *companheira* ou *cunhadas*, na base de uma terminologia semelhante à dos humanos, embora essas relações estejam principalmente ligadas a semelhanças morfológicas.

Outras plantas são mobilizadas para providenciar condições propícias ao desenvolvimento das manivas. Plantas, principalmente aráceas (taiobas, tajás), que guardam umas gotículas na pequena depressão do centro da folha, cumprem o papel de permitir às manivas se desalterarem. Abacaxis e cajus serão rapidamente plantados para que elas não fiquem sedentas. O abacaxi é o *kamu'ti* (pote de barro) das manivas, não por sua fruta suculenta, mas pela água que se acumula na base das folhas.

Tem que plantar abacaxis com manivas. Quando termina de capinar, o abacaxi é o pote, as manivas vão para o igarapé, tomam banho e pegam água no pote delas. (Lucrécia Maximiano Avelino, moradora de Santa Isabel do Rio Negro, junho 2007).

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TAJÁS DE SOL, TUKANO E INAJÁ (TERREIRO DE DEBANIA DIAS. COMUNIDADE TAPEREIRA. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Um grupo de plantas, as *mães da roça*, acumula vários papéis, entre eles o de providenciar o bem-estar das manivas para uma boa produção (ver item *Mãe da roça e remédios da roça*, a seguir.).

Os tajás plantados na roça ou no entorno da casa têm um papel defensivo, afastam presenças indesejáveis na roça ou perto de casa. Vários tipos são conhecidos: tajá de sol, tajá tukano, tajá onça, tajá inajá, tajá jurupari. São plantas domesticadas no sentido que elas têm donos, os donos da roça ou da casa. Com suas folhas manchadas de vermelho ou de branco, são os guardiões vegetais dos espaços. Devem ser nutridos de alimentos – restos de carne ou sangue – e são engaioladas com um paneiro emborcado sobre eles. Se alguém penetrar na roça, o tajá onça ruge e joga paus no intruso. Esta percepção do papel ativo das plantas também é encontrada em outros grupos indígenas, como os Sateré-Mawé (Figueroa, 1997).

As práticas produtivas obedecem a normas estritas. Uma maniva não pode ser maltratada, queimada, ou abandonada. Cada parte de um pé de mandioca recebe um tratamento diferenciado. Antes de arrancar, preparam-se as manivas para minimizar o esforço e deixar o espaço pronto para o replante. Assim, os pequenos galhos são cortados e empilhados na beira da roça. O caule da maniva é cortado um pouco acima do nível do solo. Caule e galhos principais de uma mesma qualidade serão fincados, encostados a um tronco e deixados até o início da brotação; somente depois serão cortados em estacas e plantados. As mandiocas são puxadas e cuidadosamente arrumadas no *waturá*, para serem transportadas até a casa de forno. Os tocos são empilhados e deixados na roça. Somente os galhos mais miúdos, os capins e outras plantas indesejáveis serão queimados.

Do cuidado dado a cada pé de mandioca, com um fim diferenciado para cada parte, resulta um tratamento específico do espaço cultivado. As manivas são repassadas de uma roça para outra se, por um motivo qualquer, como uma viagem longa para a cidade, uma roça produtiva for deixada. Ela deverá ser desmanchada, ou seja, arrancada na sua totalidade, mas não abandonada. Há uma responsabilidade sobre o destino das manivas a ser assumida pela

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 93

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

dona da roça ou transferida para uma parenta ou conhecida, que assumirá seus cuidados.

Mãe da roça e remédios da roça

Assim como as manivas, a mãe da roça e os remédios da roça são plantas do domínio das mulheres. Em geral, são plantadas no centro da roça, um pouco escondidas no meio da vegetação e dos galhos queimados e sua presença faz parte das normas que regem uma roça bem cuidada, referência compartilhada por todas as agricultoras, mas nem sempre concretizada. São plantas cultivadas cujas funções são vitais nos planos simbólicos, social e produtivo: fazem um elo entre presente e passado, cuidam da vida social e do bem-estar das manivas e, aspecto decorrente, providenciam as condições necessárias ao crescimento das mandiocas. Sinalizam, também, a percepção de uma vulnerabilidade simbólica e/ou concreta das manivas. Buchillet (1983), citando um informante desana do Alto Rio Negro, assinala que as batatas e manivas contaminadas por um *kumu* (pajé) podem trazer doenças para o homem. Isso permite pensar o papel dos remédios da roça

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ARRANCA DAS MANDIOCAS NA ROÇA DE EDILENE SERAFIM LÚCIO: NO FUNDO À ESQUERDA AS MANIVAS FINCADAS PARA O PRÓXIMO REPLANTE, À DIREITA OS GALHOS FINOS EMPILHADOS NA BEIRA DA ROÇA; NO CENTRO, ARRANCANDO AS MANDIOCAS E QUEIMANDO AS ERVAS DANINHAS; NO PRIMEIRO PLANO, OS TOCOS DAS MANIVAS. COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2009. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

não só como remédio destinado às manivas, mas igualmente para a proteção das pessoas.

A mãe da roça inscreve o novo conjunto produtivo de manivas no tempo. Representa gerações de manivas repassadas de uma roça para outra. Mãe, ou às vezes avó, ela cuida das outras manivas presentes na roça e as induz a crescerem, replicando o papel da dona da roça no universo das manivas. Essa mãe não é associada a uma variedade particular, é apenas uma maniva de porte alto. Ressaltamos que o conceito da mãe, dona, dono, se encontra em diversos contextos culturais e se aplica em geral a recursos florestais, como a caça ou a floresta.

A categoria remédio da roça, às vezes chamada de mãe da roça, com translações e sobreposições entre as duas denominações, remete a um conjunto de plantas específicas do centro da roça. O termo roça é aqui entendido na sua dimensão produtiva e não na de um espaço transformado (cf. 3.1.). São plantas organizadoras da vida social das manivas. Suas funções, reveladas pelos nomes, e comentadas de maneira explícita pelas donas de roça, fazem delas o espelho de elementos importantes do bem-estar da sociedade dos humanos. O tamborino, o forno, o beiju, o abano e o jabuti são os principais remédios da roça. Criam, no centro do espaço cultivado, as condições necessárias à produção de alimentos e à realização de festas e um universo de sociabilidade próprio às manivas. Essas são chamadas para as festas, estão alegres, não passam sede, elementos do bem-estar também alcançado graças ao trabalho da agricultora e ao tipo de relações que mantém com as manivas.

Além de atuarem por sua simples presença no epicentro da roça, os remédios da roça participam de práticas concretas destinadas a favorecer o crescimento das manivas e das mandiocas. Assim, o sumo extraído das raízes ou tubérculos dessas plantas é usado para banhar as manivas ou o ferro de cova (antes o pau de cova), na hora de plantar. Só uma vez se banha o ferro de cova.

Na sua maioria, os remédios da roça são plantas reproduzidas por via vegetativa e de tubérculo, rizoma ou raiz tuberizada. São sinônimos de abundância e sua ausência compromete o rendimento da roça. Raramente são mais de três, em combinações variáveis. O *tapekwá* (abano) é o elemento mais frequente.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

AS PLANTAS NO ESPAÇO SOCIAL

No centro da roça também são plantadas algumas plantas medicinais destinadas aos humanos, principalmente plantas contra mordida de cobra, mas essas fazem parte da categoria remédios e não da categoria específica de remédios da roça.

A questão colocada é a da origem deste corpus de plantas e saberes associados. A variabilidade das formas de expressão em torno dos remédios da roça permite vislumbrá-lo, não como um conjunto fixo, mas como um agregado de plantas feito de empréstimos vegetais e de significados presentes em vários grupos culturais, e reorganizado – com sobreposições de significados – ao longo da história regional das práticas agrícolas.

A FORMAÇÃO DOS SABERES

Os saberes das agricultoras têm diversas origens. A primeira, sem dúvida, é a prática que adquirem desde cedo, acompanhando mãe e avó em todos os seus trabalhos na roça ou na casa de forno, criando uma familiaridade com esses ambientes. Outra é o intercâmbio de informações que depende tanto da rede de sociabilidade de cada uma quanto de sua curiosidade pessoal e de seu gosto pela coleção de plantas a mais completa possível. Uma terceira é a atenção aos detalhes de suas roças e a percepção que cada mulher desenvolve a partir de experimentação continuada.

A aprendizagem tem seu início na casa de forno, quando crianças de uns cinco anos, às vezes menos, começam a raspar as mandiocas com uma faca velha e pouco amolada. Aprendem também a lavar as mandiocas na bacia e a espremer a massa no *kumatá*. Nessa idade, as crianças ainda não sabem escolher [as manivas]. Por volta dos doze ou treze anos, mais ou menos na puberdade, a menina inicia seu trabalho na roça. Adquire essa competência junto à mãe, que vai lhe indicando os nomes das manivas e suas principais características. Antes dessa idade, a menina ajuda a mãe na roça a capinar, plantar e carregar mandiocas, usando um *waturá* do seu tamanho. Aos doze anos, a adolescente começa a torrar a farinha de mandioca, atividade menos delicada que a da tapioca.

O saber sobre a roça e suas plantas é transmitido pela mãe. Crianças um pouco mais velhas ensinam à mais nova quais frutinhas do mato comer.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 96

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

GRUPO DE CRIANÇAS DA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO EM TORNO DE UM PÉ DE LARANJEIRA PLANTADO POR UM DELES. 2008. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Nessa mesma faixa de idade, por volta dos doze anos, os meninos brincam de derrubar alguns paus com um terçado, mas a aprendizagem é mais voltada para a pesca, a caça ou para o extrativismo. Aos quinze anos eles sabem se organizar sozinhos para a exploração dos produtos florestais.

Apesar de uma escolarização que não leva em conta esses saberes locais, as crianças manifestam logo um grande interesse e conhecimento sobre as plantas da roça ou do entorno da casa. Com frequência, elas dispõem de uma roça própria, um pedaço de roça encostado às outras da família que lhe é reservado e, muitas vezes, concretiza a relação avó-neto ou neta. Desde cedo, elas são capazes de citar listas de nomes de variedades, de mandiocas ou outras plantas cultivadas nas roças.

Quando uma mulher se muda para outra região, ela depende, nos primeiros tempos, da roça dos outros. Ninguém deixa de provê-la de estacas de maniva ou de outras mudas essenciais, mas a roça de uma pessoa recém-chegada será necessariamente menos diversa. No primeiro ano, três qualidades de maniva serão suficientes, das quais, tendo em vista o modo local de fazer farinha, pelo menos uma variedade será branca e outra amarela. No ano seguinte, já pelo menos três outras qualidades se acrescentarão às do primeiro ano. Como há uma proibição de descarte de manivas ao se abandonar uma roça velha e se iniciar uma nova roça, o número de variedades tende a crescer ao longo dos anos se a agricultora permanecer na

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FIGURA 3
REDE DOS 42 DOADORES DAS 142 PLANTAS CULTIVADAS POR UMA AGRICULTORA DA CIDADE DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2008.

mesma região. É devido a esses processos que coleções mais diversificadas são indicadoras de um estabelecimento mais antigo.

Quanto às plantas adquiridas de parentes, conhecidos ou provenientes de viagens, elas trazem consigo as informações pertinentes e contribuem para a formação dos saberes das agricultoras. No entanto, há todo um período de experimentação com essas novas plantas. Experimenta-se plantar as novas manivas com enxada ou com ferro de cova, numa banda ou noutra da roça, em solos de vários tipos, mais ou menos perto dos tocos queimados, e avaliam-se os resultados. Se forem todos negativos, a agricultora pode concluir que essa planta não dá para ela, embora possa dar bons resultados para as vizinhas. A ideia é a de uma afinidade individualizada entre variedades específicas e algumas agricultoras.

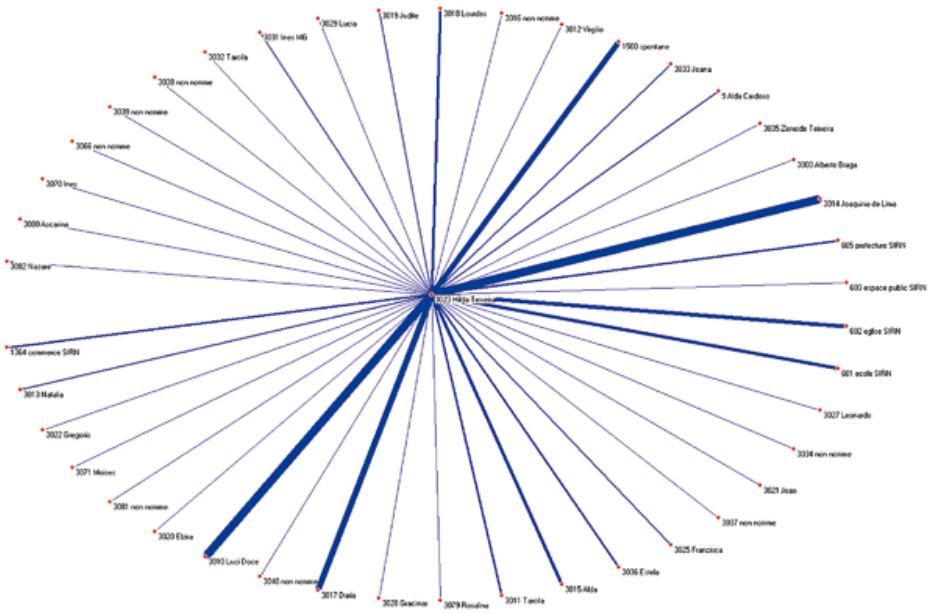
Arraia maniva *não dá para mim, nem brotado, nem novo, nem com ferro de cova, nem com enxada. Para Dona Zulmira, dão bonitas. Paca maniva, essa dá para mim, nambu maniva também. Mas arraia maniva não dá para mim.* (D. Nilza Lúcio Resende, moradora da comunidade Espírito Santo, 2007)

A FORMAÇÃO DOS SABERES

Dois tipos de circulação das plantas se esboçam. O primeiro opera na escala individual da agricultora e responde às contingências do funcionamento de uma agricultura de queima e pousio fundamentada em plantas de multiplicação vegetativa (por estacas, brotos etc. e não via sementes), com o repasse das plantas de uma roça para a outra. O segundo opera na escala regional e repousa sobre laços sociais. Ele sustenta a circulação de um bem coletivo, constantemente atualizado pelas novidades trazidas por cada um e pelo processo de seleção contínua que fazem as agricultoras. Qualquer inovação, local ou regional é logo colocada em circulação, dando um significado pragmático a essa rede, a de atuar como um sistema deslocalizado, policêntrico e não hierarquizado de conservação de recursos fitogenéticos, em que os papéis de selecionador, multiplicador, distribuidor e usuário das sementes são assumidos pela mesma pessoa.

A diversidade que circula não é reivindicada por nenhum grupo, é um bem coletivo compartilhado, a não ser o caso de certas plantas cujo manejo exige um saber especializado.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



As plantas, mudas, sementes, circulam intensamente entre as agricultoras; as que são vistas nas roças dos vizinhos ou dos parentes são trazidas, comentadas, testadas, assegurando um fluxo contínuo regional de plantas. Algumas plantas são trazidas da mata, na ocasião de uma expedição de caça ou de uma visita a uma roça dos antigos. Fruteiras, como o cacau-jacaré ou o cacau-í, palmeiras como o buriti são plantados no quintal ou na roça, revelando um início de seleção-domesticação para essas espécies e uma circulação de plantas, mesmo restrita, entre o espaço florestal e o espaço domesticado.

A cartografia das redes de obtenção e de circulação das plantas cultivadas aponta para a dimensão individual das fontes de obtenção de cada agricultora. Uma rede social de dez a mais de cinquenta doadores é mobilizada para a constituição da diversidade de plantas cultivadas por uma pessoa (Figura 3).

Dependendo da categoria da planta considerada, das manivas, das fruteiras e das demais plantas, existem redes diferenciadas. Assim, as variedades de manivas, junto com as mães da roça, circulam preferencialmente de mãe para filha, ou de sogra para nora,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

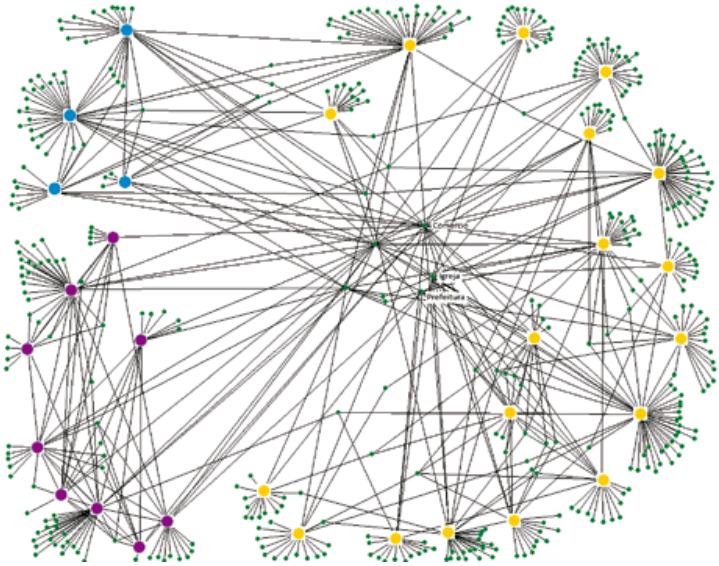
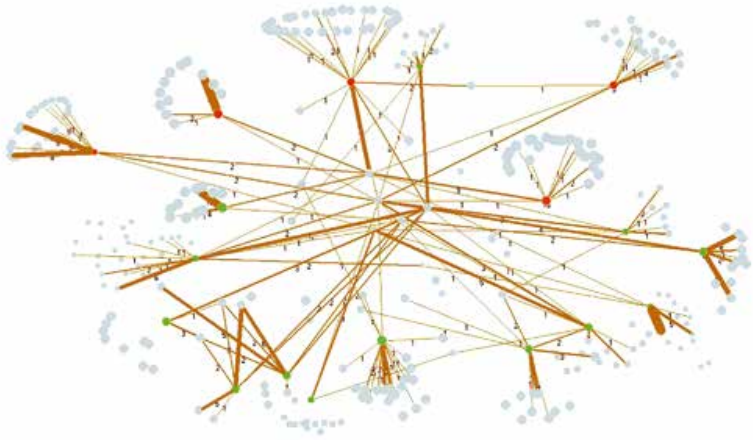


FIGURA 4. ESQUERDA
REDES DE OBTENÇÃO DAS PLANTAS CULTIVADAS EM TAPEIRA (AZUL), ESPÍRITO SANTO (LILÁS) E SANTA ISABEL (AMARELO), 2008.

FIGURA 5. BAIXO
REDE DE CIRCULAÇÃO DAS FRUTEIRAS NA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2008.

ou outras relações (patrões, compadrio, comerciantes).

As plantas – seus nomes, suas características e sua história – circulam num espaço regional estruturado pelo rio com pontos extremos: a oeste, Mitu, na Colômbia, e a leste, Manaus. Do Alto Rio Negro, vêm variedades



inscrevendo-se em uma lógica de um bem patrimonial de transmissão intergeracional.

As outras plantas alimentares circulam, na sua maioria, entre mulheres da mesma geração. As frutíferas (Figura 5) passam de preferência por rotas masculinas também de mesma geração. As trocas se fundamentam sobre laços de parentesco, por consanguinidade ou aliança, relações de vizinhança

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TABELA 5
COMPLEMENTARIDADE FUNCIONAL DAS ROÇAS AO LONGO DO CICLO CULTIVO – FLORESTA DA AGRICULTURA DE CORTE E QUEIMA (ADAPTADO DE EMPERAIRE & ELOY, 2008).

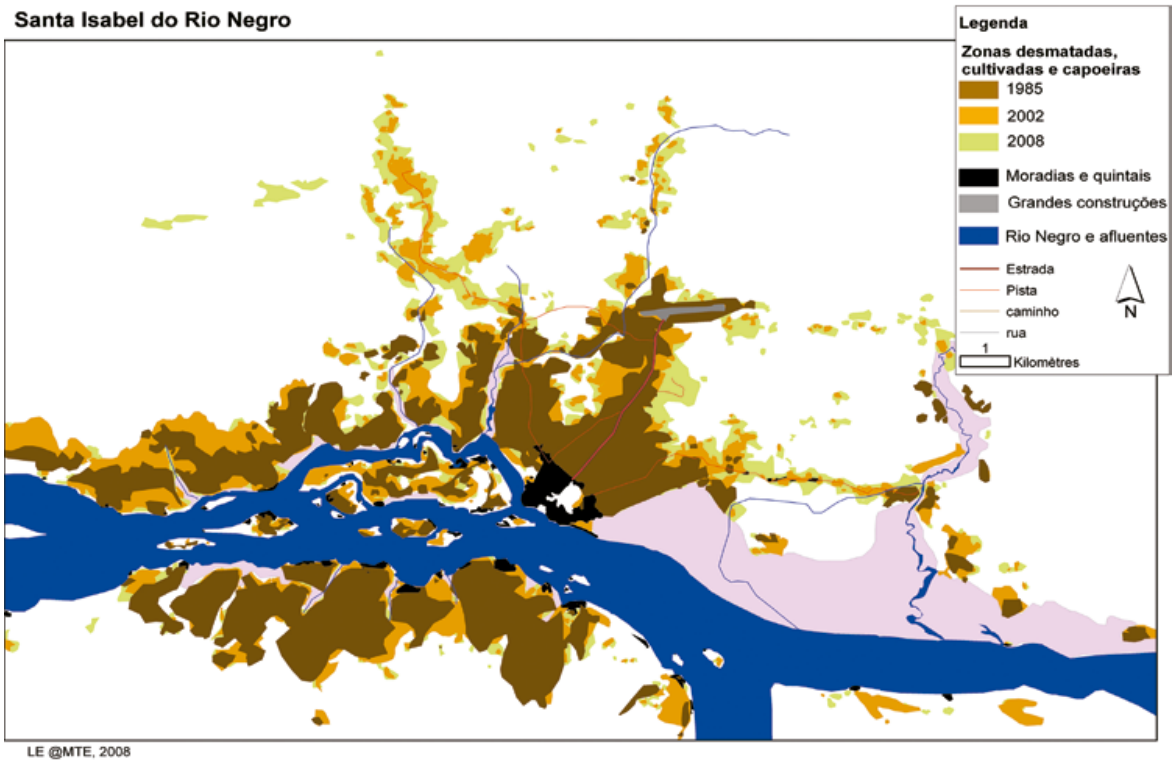
TIPO DE ROÇA	DESCRIÇÃO	ANOS	PRODUÇÃO		RESERVA DE GERMOPLASMA	
TIPO DE PRODUÇÃO			mandioca e outros tubérculos	fruteiras	mandioca e outros tubérculos	fruteiras
ROÇADO	Espaço derrubado não queimado	0	nula	nula	nula	nula
ROÇA NOVA	Primeiro plantio	1	máxima no fim do primeiro ano	nula	nula	nula
ROÇA MADURA	Início da colheita de mandioca, e 1° replante	2	decrescente	abacaxis, bananeiras	-	43.3
ROÇA VELHA	2° replante, eventualmente 3°	3-4		máxima	fraca	18.146
CAPOEIRA	Cuidados reduzidos, dominância do estrato arbóreo	≥ 5	8.967	6.329	-	11.290

de mandioca ou plantas medicinais. Mesmo que esses fluxos não sejam muito importantes em termos quantitativos (em torno de 3% do total dos fluxos), eles aportam plantas oriundas de nichos culturais bem específicos. Os fluxos vindos da região de Manaus, por sua vez, aportam mais plantas ornamentais ou curiosidades botânicas, como frutíferas exóticas (rambutão, por exemplo). Porém, a maioria das trocas se realiza no âmbito do lugarejo ou das comunidades vizinhas onde moram parentes. Não é tanto a distância geográfica que estrutura os fluxos de plantas, mas as relações sociais envolvidas.

UM SISTEMA DINÂMICO QUE CONSERVA E INOVA

O caráter dinâmico do sistema agrícola do Rio Negro precisa ser destacado. Revela-se em diversas escalas, do mosaico de roças às plantas cultivadas. Qualquer abertura de roça requer uma adaptação a novas condições de solo, a um novo padrão espacial de queima da vegetação. As funções produtivas e de conservação de germoplasma se combinam em vários graus de intensidade segundo o espaço considerado (Tabela 5). O intenso sistema de fluxos das plantas cultivadas permite que qualquer novidade agronômica alcance rapidamente toda a região, reforçando os laços sociais. A fonte de novidade pode ser externa, como a incorporação de novas frutíferas, plantas medicinais ou ornamentais; ou interna, com o reconhecimento de novos morfotipos oriundos de mutações ou de hibridações.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



COMÉRCIO E CIDADE

A cidade atua como polo de comércio, mesmo que reduzido, para os produtos agrícolas, principalmente para a farinha de mandioca. Esta é vendida aos comerciantes ou aos particulares por encomenda, ou ainda alimenta a rede de familiares que moram na cidade.

A agricultura também faz parte da paisagem urbana. As roças e capoeiras se estendem ao longo das três estradas que saem de Santa Isabel do Rio Negro, a estrada do Tibahá a jusante, a estrada do Aeroporto ao norte e a estrada do Jabuti a montante, além dos sítios e roças das ilhas vizinhas. Uma série de mapas diacrônicos (Mapa 2) mostra que os agricultores vão cada vez buscar terras mais longe, sendo que as mais próximas estão esgotadas ou já são utilizadas pelos agricultores-fazendeiros da cidade (Eloy, 2009). A possibilidade de expansão da agricultura em torno da cidade é relativamente reduzida devido à presença de várias áreas alagáveis, o que dificulta o acesso dos agricultores e o escoamento da produção. A Prefeitura coloca um transporte à disposição dos agricultores com um sistema de rodízio, porém muitas roças

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

MAPA 2
A EXTENSÃO DAS ROÇAS NO ENTORNO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO ENTRE 1985 E 2008 (ELOY, 2009, DOC BASE IMAGEM SATÉLITE LANDSAT). COR DE ROSA, ÁREAS ALAGÁVEIS.

permanecem acessíveis somente a pé, de canoa, ou de bicicleta.

Uma comparação entre a agricultura desenvolvida em área florestal e no contexto periurbano aponta para a permanência neste último de uma alta diversidade agrícola, às vezes maior que no contexto florestal. No entanto, é maior a vulnerabilidade do sistema em decorrência da diminuição do tempo de pousio e da força de trabalho disponível. No contexto urbano, as estratégias tradicionais de manejo dos recursos agrícolas se combinam a outro objetivo, o do reconhecimento de um direito sobre a terra cultivada. Esse objetivo se concretiza, em parte, por um maior enfoque dado aos cultivos perenes, que entram em concorrência, no plano espacial, com as roças consagradas à mandioca e a outras plantas alimentares anuais.

A análise das redes de circulação das plantas mostra que, no espaço urbano, o sistema agrícola do Rio Negro mantém suas principais características, em particular seu caráter dinâmico. As principais modalidades de manejo das plantas, de conservação dos recursos fitogenéticos e de difusão das inovações são conservadas. Há reconfigurações mais do que modificações (Emperaire & Eloy, 2008). No entanto o principal desafio, válido também para os sítios e comunidades da área florestal, é inserir o sistema agrícola do Rio Negro, que se constitui de práticas e representações agrícolas extremamente elaboradas, em uma economia de mercado sem esvaziá-lo do seu sentido cultural, sem subordinar suas lógicas culturais e ecológicas a uma lógica apenas produtiva.

PROCESSAR: A CULTURA MATERIAL

A cultura material ligada à roça é bastante reduzida. Operam nela, o machado e o pau ou o ferro de cova, instrumentos geralmente manipulados pelos homens, o terçado, instrumento de ambos utilizado para roçar e capinar, às vezes a enxada utilizada para plantar ou capinar, mas sobretudo para limpar o terreno no entorno da casa de forno ou da casa da habitação.

A complexidade da cultura material associada ao sistema agrícola do Rio Negro é revelada não na roça, mas na cestaria da casa de forno onde são processados os derivados da mandioca e no cesto cargueiro que possui o papel de transportar os produtos da roça para a casa de forno. O desempenho dos artefatos é valorizado pelos povos indígenas do Rio Negro porque permitem transformar produtos agrícolas

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 103

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ABAIXO, ESQUERDA
A MENOS QUE MUITO PESADOS, QUANDO OS MARIDOS AJUDAM A TRANSPORTAR, APENAS MULHERES UTILIZAM CESTOS CARGUEIROS. FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

DIREITA
NILZA LÚCIO RESENDE AJEITA A CARGA PARA CONSEGUIR CARREGAR MAIS MANDIOCA PARA A CASA DE FORNO. COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2009. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

em alimentos. Os objetos também desempenham um importante papel representativo e, desta forma, o cesto cargueiro *waturá* testemunha acerca de uma condição individual, feminina e também sobre um estado produtivo, presente ou futuro, relacionado aos filhos, às roças, aos alimentos (Lasmar, 2008).

DA ROÇA À CASA DE FORNO: OS CESTOS CARGUEIROS

É possível ressaltar que a mulher Baré, a roça e o cesto cargueiro formam uma trilogia que atesta não apenas o trabalho feminino, mas também a sua intensidade, a tal ponto que uma mulher preguiçosa é definida como aquela que não quer carregar o *waturá*. A ênfase é no gênero feminino porque os homens não possuem cestos cargueiros, mas ocasionalmente carregam o que pertence à esposa, quando muito pesado. O cesto cargueiro de uma Baré é confeccionado pelo marido, ou por seu pai quando era criança.

O cesto cargueiro determina, paralelamente, uma condição coletiva, indígena, pois é também utilizado por pessoas pertencentes a outros grupos linguísticos que vivem no município de Santa Isabel. O *waturá* indica, ainda, uma identidade mais especificamente Baré, através da forma, do material empregado, das técnicas de fabricação. Em resumo, e como enfatizou Elídio Isidoro (2009) capitão da comunidade Espírito Santo "*Waturá é um material essencial para nós, nossas mulheres não largam o waturá*".

Nas comunidades, o cesto cargueiro é utilizado para o transporte de produtos da roça, dos frutos coletados e também

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

para armazenar alimentos e objetos pessoais, constituindo essa diversidade de uso uma de suas principais características. A outra é a de ter uma grande mobilidade, transitando por muitos espaços. Ao se afastar da aldeia, esse artefato é sempre transportado pela proprietária, que passa a alça sobre a cabeça e o apoia nas costas. O *waturá* jamais fica vazio. Dentro dele pode ser encontrado um terçado ou uma faca, uma cuia e uma pequena lata contendo farinha para ser ingerida com frutas ou com água, sob a forma de xibé. Quando na aldeia, o cesto cargueiro fica pendurado em uma das vigas da casa ou na casa de farinha e muitos cuidados são tomados para a sua preservação e longevidade:

Tem de guardar dentro de casa, senão misgalha logo. Não pode ficar com a bunda molhada, por isso precisa pendurar ou emborcar no jirau. Maria das Dores Oliveira, moradora da comunidade Espírito Santo, 2007.

A confecção do waturá

Os *waturá* são adjetivados a partir da consideração do tamanho, o que implica em variações na sua utilização. O cesto cargueiro grande (*waturá turuçu*) é destinado a incrementar o transporte de produtos da roça ou de lenha; o que tem tamanho ideal (*waturá kwayra*), "é aquele que não é nem muito grande nem muito pequeno" e assim é de uso generalizado, servindo para transportar variados produtos da roça; o menor de todos (*waturá kwairamiri*) é empregado na limpeza da roça e em outras atividades que não impliquem no transporte de produtos da roça. Apreciações de cunho individual indicam

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BAIXO, ESQUERDA
WATURÁ DE TRÊS QUINAS.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO, DIREITA
WATURÁ DE SEIS QUINAS.
FOTO: LAURE EMPERAIRE.

DIREITA
TECENDO UM *KUMATÁ*.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

que um bom *waturá* "*tem de acabar no início das nádegas, e tem de ter um lado liso, para encostar bem na costa*" (Neuza de Braga, comunidade Espírito Santo, 2007). Muitas mulheres indicam, entretanto, que o estado de conservação do waturá é determinante para uma utilização cômoda e apreciada:

O waturá é bom de carregar quando ele é novo porque está duro e não machuca as costas. Quando velho ele faz mondrongo, fica mole e aí a mandioca fura as costas. (Zulmira Serafim, comunidade Espírito Santo, 2007).

As designações das partes constitutivas evidenciam que o *waturá* compartilha de alguns atributos dos humanos, como o antropomorfismo e também a agência, como mencionado anteriormente. Esses atributos também podem ser encontrados em outros artefatos como a urupema, o kumatá, o urutu. A base representa o lugar que permite o artefato sentar (*waturá aiwuapika* em nheengatu) ou faz referência às suas nádegas (*waturá bunda*); a abertura central constitui o ânus (*waturá ikwara*) e corresponde ao centro (*çumitera*) do objeto e do padrão gráfico. O material empregado é composto de tiras de cipó ambé e a borda emprega lascas de jacitara ou o mesmo material

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 106

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

do corpo. A parte externa é o peito (*waturá putiá*) e pode ser qualificado como grande e robusto (*tururuçu*) como o corpo de uma pessoa; a parte interna configura o ventre, as entranhas ou buraco (*waturá ikwara*) do cesto e a borda constitui a sua beira (*waturá rimbí´ia*). Pequenas alças, presas à borda, constituem as orelhas (*waturá nambi*) e por onde passa a alça de sustentação (*waturá xama* do cesto cargueiro).

Trançados e pinimas

Ao se referirem às técnicas dos trançados encontrados no cesto cargueiro, os Baré identificam-nos como *waturá ipinima ça*, as pinturas do cesto cargueiro. Isso ocorre porque tanto as técnicas de trançado como as de arremate são dotadas de componentes estéticos, genericamente referidos como pinima, um termo que possui vários sentidos, tais como pintura, mancha, marca, desenho, padrão gráfico e escrita (Casasnovas, 2006, Velthem, 2012). Contudo, o trançado não apresenta nenhum padrão gráfico contrastado, pois as tiras de cipó não recebem qualquer tipo de tintura, prévia ou posterior, como ocorre com os cestos *oolóda* ou *waláya* dos Baniwa (Ricardo, 2001) ou o cesto *bahtiaka* dos Desana (Reichel Dolmatoff, 1985; Ribeiro, 1995) que são confeccionados com fasquias de arumã pintadas. Os grafismos (*pinimaitá*) não se evidenciam por uma configuração pintada, mas sim através das diferentes técnicas de entrançamento e do tratamento conferido à matéria-prima. A sua percepção inclui aspectos formais e conceituais, estes relacionados com a mitologia. O ato de trançar ou tecer é referido genericamente como *aiwupé*. São executados tecidos de trama cerrada, fechada (*iwupé amucikindá*) e de trama espaçada, aberta (*iwupirai*) no qual os alvéolos que se formam são compreendidos como olhos (*ceçá*) ou buracos (*kwara*). Os trançados produzidos com essa técnica são, contudo, dotados de significado, os mais comuns sendo *peito de jacaré* e *olhos de onça*. Outra característica das *pinima* é a existência de relevos, diagonais

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 107

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ou verticais que aparecem nos trançados cerrados, permitindo a leitura do grafismo, percepção esta que é tanto visual quanto táctil. Entretanto, segundo alguns artesãos, o elemento fundamental de uma *pinima* é a existência de um centro (*çumitera*) o qual corresponde ao lugar onde se inicia o trançado (*pinima*).
O centro e os caminhos do cesto cargueiro têm uma função prática e uma simbólica. A primeira visa permitir que a terra que se solta dos tubérculos possa cair, e a segunda objetiva facilitar o trabalho de parto da proprietária do cesto cargueiro. O centro do cesto cargueiro é importante na determinação da *pinima* devido à analogia com o redemoinho do couro cabeludo que, por sua vez, corresponde ao centro (*apitera*) da cabeça dos seres humanos e dos seres dos tempos primordiais. Desta forma, para os Baré, a explicação mítica da origem das pinima assim como de diversos tipos de cestos – *waturá*, *urupema*, *tipiti*, *urutu*, *kumata* – é o centro da cabeça (*apitera*) dos demiurgos, definidos como gente antiga ou os que já sumiram os *Kuxiambire* ou, segundo Grenand & Ferreira (1989), *Kuxiimawara*. Esses seres, que viviam no começo do mundo, retiraram do redemoinho de suas cabeças os artefatos trançados e os padrões gráficos e os repassaram para os Baré: Entre os Arapaso (tukano) do alto Rio Negro, a origem dos padrões está relacionada a um demiurgo, *Weetoanwe*. Segundo a narrativa mítica, este ser vivia na cachoeira de Ipanoré, situada no médio rio Uaupés:

> *"Weetoanwe juntou-se aos cunhados para fazer um dabukuri. Como precisasse de cestos bahtiaká, sentou-se nas pedras e começou a tecer. Apoiava os trançados nas pedras, que ficaram marcadas, onde estão até hoje. Quem quiser aprender a fazer hóli bonitos tem de ir até Ipanoré, arranhar as pedras com as pontas dos dedos para os desenhos passarem para eles."*
> (Maria Vieira, Comunidade Loiro, Rio Uaupés, 1999)

A comunidade e a casa de forno

Para tornar a mandioca brava comestível, é necessário que se extraia dela o ácido cianídrico, o que depende de um sistema tecnológico que envolve conhecimentos e instrumentos adequados, além de um componente ritualístico, uma vez que estes elementos referem-se,

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 108

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

DONA ODETE GERVÁSIO DESCASCA MANDIOCA. FOTO: ESTHER KATZ.

metaforicamente, aos processos de reprodução social. Estudiosos fazem referência ao processamento da mandioca como *complexo da mandioca* (Galvão, 1979a; Ribeiro, 1995: 137) e Hugh-Jones como *processo ou produção da mandioca* (1979: 180).

O trabalho realizado no interior e nas cercanias da casa de forno compreende ralar mandioca (seca e puba); espremer a massa, retirar o polvilho e o tucupi; peneirar a massa espremida, confeccionar farinha e beijus. A mandioca é descascada e lavada na cozinha de cada família e transportada para a casa de farinha.

Conforme a composição familiar, a organização social do processamento da mandioca é extremamente matizada. Na comunidade Espírito Santo, por exemplo, observa-se uma organização individualizada, em que cada mulher casada processa a mandioca no âmbito de sua cozinha e da casa de forno, em sistema alternado. Em Tabocal dos Pereira, já é uma atividade que pode congregar duas ou mais mulheres aparentadas que, em um espaço de uso coletivo, trabalham para compartilhar o produto resultante. O trabalho na casa de forno constitui um momento privilegiado de repasse de conhecimentos das mães para as filhas e também para os filhos. Essa transmissão funda-se no mecanismo da cópia, em que a criança pequena reproduz os gestos dos adultos ao descascar os tubérculos ou ao peneirar a massa de mandioca. Outras atividades, como ralar a mandioca, colocar a massa no tipiti e posteriormente torrar, constituem atividades atribuídas aos adolescentes e adultos.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A MASSA ESPREMIDA DA MANDIOCA RECÉM RETIRADA DO *TIPITI*. FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

Seguindo o padrão do Rio Negro, as comunidades são compostas de casa, cozinha, quintal e, em alguns casos, de galinheiro. As casas de moradia (*uka*) possuem paredes de palha trançada ou de taipa e rebocadas, mas raramente pintadas, com portas e janelas de madeira e cobertura de palha de ubim. Trata-se do lugar onde guardam os haveres e onde dormem, constituindo um local de acesso restrito, apenas para os moradores e pessoas íntimas. Nas cozinhas (*tatáruka*) ou casa do fogo, preparam os alimentos, comem e armazenam os artefatos utilizados na obtenção e processamento de alimentos. As cozinhas estão bem próximas às casas e têm paredes de lascas de paxiúba ou então de varas ou tábuas. As cozinhas são espaços menos privativos que a casa e que a roça e nelas são recebidos os que não pertencem ao grupo residencial, inclusive os brancos.

Em Tabocal dos Pereira, no Alto Rio Negro, as casas de forno pertencem aos homens, porque consideram que as construíram e porque participam, uns mais outros menos, das etapas finais do processamento da mandioca brava. As cozinhas, ao contrário, são de posse feminina. Na comunidade Espírito Santo, entretanto, a propriedade da casa de forno é atribuída ao casal que a construiu, usa e administra.

A principal casa de forno de Espírito Santo é utilizada por quatro famílias: o casal proprietário, o filho e a nora; os sogros do filho, e outro casal não aparentado. Ocasionalmente, um quinto casal, irmão e cunhada da proprietária, também trabalha nesta casa de forno. O que determina a possibilidade de a mulher trabalhar em uma casa de forno e não em outra é, na maior parte dos casos, as normas relacionadas com a da

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

DEPOIS DE ESPREMIDA NO TIPITI, A MASSA É PENEIRADA PARA A TORRA. FOTO: ESTHER KATZ.

patrilocalidade;ou seja, uma jovem recém-casada processará mandioca na casa de farinha do grupo familiar ao qual pertence o esposo e utilizará os instrumentos e objetos que pertencem à sua sogra enquanto não possuir os seus próprios.

A maioria dos objetos, com exceção dos cestos cargueiros, é acondicionada na própria casa de forno; pertencem, assim, a esse lugar (*yapunaruka rendá*) e dele não se afastam. Os fornos são fixos e ocupam a parte posterior ou o centro da casa de forno. Sobre um jirau alto estão acondicionados abanos, vassourinhas de piaçaba, bacias de alumínio, ralador de produção baniwa e as peneiras quadrangulares de uso especializado – para a produção de farinha, para a extração da goma e para a confecção de beiju. Dispostos em cima do torrador de metal, entre as palhas da cobertura, suspensos em pregos nas vigas ou pendurados nos travessões, ficam as formas para beiju, latas para armazenamento da farinha, cuias medidoras e espátulas de madeira, uma delas para ajudar no preparo do beiju. No chão são encontrados pequenos bancos de madeira.

Os cestos cargueiros considerados como pertencentes à casa de forno ficam pendurados nas traves do jirau. Os tipitis, geralmente numerosos, também têm seu lugar específico de acondicionamento (*tipiti rendá*) – e assim são enfiados pelas alças em uma vara comprida apoiada nas vigas na parte posterior da casa de forno.

A utilização dos artefatos na casa de forno provém de observações feitas em Tabocal dos Pereira, mas que refletem um processo que, com algumas diferenças, é comum às comunidades do Médio Rio Negro:

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 111

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

JORGINA DA SILVA TORRA FARINHA NO FORNO DA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, 2007.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

"O processamento da mandioca na casa de forno associa mãe e filha casada porque moram juntas, compartilhando a mesma roça e também os trabalhos e implementos necessários. Esse trabalho teve início de manhã cedo, quando mãe e filha foram à roça arrancar os tubérculos. Ao chegarem, esvaziaram os cestos cargueiros, despejando as raízes no chão da casa de forno. No dia seguinte, auxiliadas pelas netas/filhas, começaram a descascar as raízes. Uma vez descascadas eram jogadas no cesto cargueiro vazio e depois lavadas em uma bacia. Em seguida tratava-se de ralar a mandioca, o que mãe e filha fizeram sentadas no chão e em pequeno banco, apoiando uma extremidade do ralador de procedência baniwa (designado localmente como ralo) em um pedaço de madeira pousado no chão, e, nas coxas, a outra extremidade. Para essa etapa de trabalho é igualmente empregado o caititu, *um ralador motorizado que [...] só é operante por aqueles que possuem o combustível necessário a seu funcionamento. Assim, o ralador manual continua sendo regularmente utilizado. Em seguida, a massa das diferentes mandiocas (*mole e dura*) é colocada, primeiro em um, depois em outro* tipiti *que são dispostos nos respectivos tensores. Mãe e filha possuem quatro* tipitis *que são guardados na casa de forno; o ralo e demais apetrechos são armazenados na cozinha privativa de cada casa. Ao sair do tipiti, a massa de mandioca deve então ser peneirada e, para tanto, a filha casada senta-se em um pequeno banco, apoia a peneira em uma bacia, segurando-a com os dedos dos pés. Os movimentos são enérgicos e regulares. O torrador já está aquecido e foi limpo com os caroços de mandioca e uma pequena vassoura. A massa peneirada (*umuã*) é colocada paulatinamente, no torrador com o auxílio de uma grande cuia. A massa peneirada é revolvida com a espátula, mas também é utilizado um remo, previamente esfregado com caroços de mandioca e passado no fogo. A melhor madeira para assar a massa de mandioca foi identificada como* araraiwá, *mas outras espécies também são empregadas para este fim:* matamata, tamakware, iwuparaeuki. *O fogo começa bem baixo e depois é avivado tornando-se bastante alto, sendo controlado o tempo todo. Quando a farinha está torrada, é retirada do torrador com uma cuia e colocada em latas grandes para armazenamento. A comercialização da farinha é considerada, por mãe e filha, como uma atividade extremamente desvantajosa, e assim raramente a vendem".* (van Velthem, 1999)

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 112

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Os implementos da casa de forno

Para a efetivação das atividades na casa de forno é exigida uma série de implementos constituída tanto de objetos artesanais, de produção local ou regional, quanto de objetos industriais, estes comprados nas cidades. A posse dos objetos industriais é coletiva, da comunidade, quando representa uma doação, geralmente de políticos, ou então quando constitui uma aquisição em que todos contribuem, como é o caso do torrador de metal, chamado de forno em toda Amazônia. Os objetos artesanais são, geralmente, de propriedade individual. Os objetos utilizados na casa de forno pertencem, sobretudo, às esposas dos produtores, as usuárias preferenciais, que os emprestam às outras mulheres aparentadas, como filhas e noras.

Alguns artefatos empregados são feitos pelos homens, sobretudo aqueles que são trançados com fibras vegetais, tais como *tipiti*, *kumatá*, *çuaçu*, *tapekwá*, *waturá*, *urutu*, *paneiro*, mas as mulheres também produzem vários objetos, como *tapekwá*, *kuya*, *tarubá*, *urupema*, *maçaruka*. Muitas

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 113

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

matérias-primas são utilizadas para fazer os artefatos e sua coleta é uma tarefa masculina quando se trata do arumã, do cipó, das madeiras e palhas e feminina quando se refere às enviras e algumas palhas.

O trabalhar mais depressa é o principal alvo a ser perseguido por homens e mulheres, de diferentes formas, nas atividades desenvolvidas na casa de forno, no processamento da mandioca brava. Neste sentido, a aparelhagem para distender o tipiti é em geral dupla, pois dois artefatos desse tipo espremem, evidentemente, uma maior quantidade de massa de mandioca ralada. A rapidez é igualmente conseguida quando as peneiras são grandes, porque permitem gestos largos e rápidos. Outro objetivo que aperfeiçoa o trabalho feminino nas casas de farinha são evitar empregar artefatos muito velhos, pois podem se romper durante o uso, e ter à disposição tipitis não muito grandes, para não ficarem muito pesados e poderem desidratar a massa mais rapidamente.

Homens e mulheres estão atentos aos artefatos utilizados nas roças, pois quando perdem ou extraviam um terçado, uma faca ou um pau de cavar, é um aviso de que alguma pessoa aparentada vai adoecer e depois morrer – ela some que nem o terçado. Para reencontrar o objeto perdido há uma prática que consiste em amarrar os testículos do Jurupari:

> *Pega um fio de envira cabelo de mulher e depois pendura no lugar onde acha que perdeu o terçado. Avisa Jurupari para botar para aparecer senão vai doer muito (porque os fios começam a apertar os seus testículos), ele fica cansado e com medo de que o saco caia, aí então vai mostrar para aparecer e o terçado aparece.* (Moisés Gervásio, morador de Santa Isabel do Rio Negro, 2009)

Os padrões gráficos

O levantamento dos padrões de trançado revelou que algumas das *pinima* podem ser identificadas em artefatos diferentes, mas outras são específicas de certos objetos, como o *tipiti* e o *waturá*. Deve ser ressaltado, entretanto, que dependendo da matéria-prima de confecção como, por exemplo, fasquias de arumã com

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 114

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

casca e tiras de cipó, o mesmo padrão gráfico pode se apresentar com aspecto bem diferenciado. Outra característica do repertório dos padrões de trançado é a falta de unanimidade sobre a designação e o significado dos grafismos entre os habitantes das diferentes comunidades do médio Rio Negro e da cidade de Santa Isabel, aspecto que também foi constatado por Ribeiro (1995: 89) para o alto Rio Negro. Desta forma, poderá ser observado na listagem (Tabela 6) que alguns padrões podem apresentar dois ou mais termos de identificação. Não se descarta a hipótese de que outros grafismos, com designações muito diferenciadas como *jandiá acanga* e *þiraya ipinima ça*, não se refiram, na realidade, ao mesmo padrão de trançado. ■

TABELA 6 – TIPOS DE TRANÇADO.

TRANÇADOS COM *PINIMA*

NOME	TIPO DE TRANÇADO	ARTEFATO
Akutiraya (dente de cotia)	Trançado cruzado em diagonal	Tipiti
Yaráiwa (tronco da palmeira jará) ou *yará þinima ça* (pinta da palmeira jará)ou *þupuyaiwa* (tronco da pupunheira)	Trançado cruzado em diagonal	Tipiti
Meyú munukasa (beiju cortado)	Trançado cruzado em diagonal	Urupema
Yandiáakanga (cabeça do peixe jandiá)	Trançado cruzado arqueado diagonal	*Waturá*
Miritiputira (flor do miriti)	Trançado hexagonal arqueado	*Tapekwá*
Piraya þinima ça (pintura do peixe piranha)	Trançado cruzado arqueado diagonal	*Waturá*
Piraurukupirêra (escama de pirarucu)	Trançado cruzado em diagonal. Essa técnica teria sido repassada pelos Baré aos Desana (Ribeiro, 1995: 71)	Tipiti, Urutu
Tamuatápirêra (casco de tamuatá) ou *Piramiripirêra* (escama de piaba) ou *Piramirireça* (olho de piaba)	Trançado cruzado arqueado diagonal, considerado muito cerrado e trabalhoso	*Waturá*
Taturuá (cara de tatu)	Trançado cruzado em diagonal	Urupema
Tukurareçá (olho de gafanhoto) ou *Tukurarupiá* (ovo de gafanhoto) ou *Tukuramirimpiá* (joelho de gafanhoto) ou *tukura potiá* (peito de gafanhoto)	Trançado cruzado em diagonal	Urupema
Çaíwaarapé (caminho de saúva)	Trançado cruzado em diagonal (kumatá, urupema) Trançado cruzado arqueado (tapekwá)	*Kumatá*, *Urupema*, *Tapekwá*
Waçaira´a (folha de açaí)	Trançado cruzado em diagonal considerado 'espalhado'	*Kumatá*, Urupema e também aplicado no ralador
Uruábunda (rastro do caracol) ou *Uruá þinima ça* (pintura do caracol) ou Yautipirêra (casco de jabuti)	Trançado cruzado em diagonal	*Kumatá*, *Tapekwá*, Urupema

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

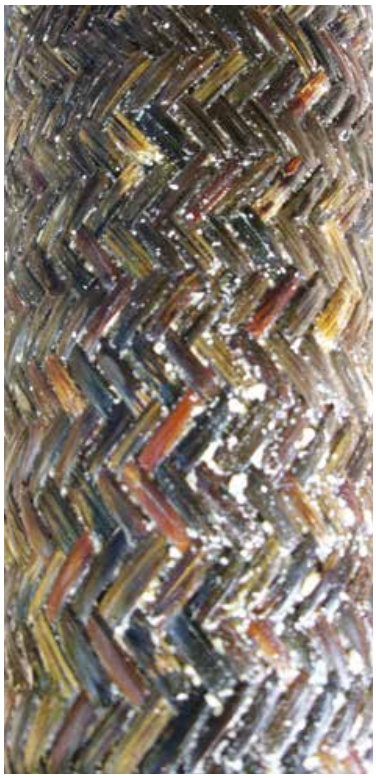
TRANÇADOS SEM *PINIMA*

NOME	TIPO DE TRANÇADO	ARTEFATO
Yacarepotiá (peito de jacaré)	Trançado cruzado quadricular ou xadrezado	Urupema, *Waturá*
Yawaretereçá (olho de onça)	Trançado hexagonal reticular	*Waturá*

ARREMATES SEM PINIMA

NOME	TIPO DE TRANÇADO	ARTEFATO
Aípoampé (unha de preguiça)	Arremate simples ou auto arremate	Urupema
Mbuyakãwera (espinhaço de cobra) ou *Muçukãwera* (espinhaço de muçum)	Arremate espiralado em 8	*Waturá*
Mbuákupé (costas do emboá) *ou Mbuyakupé* (costas da cobra)	Arremate enlaçado duplo	*Waturá*
Tamuatápirêra (casco de tamuatá)	Arremate enlaçado espiralado	*Waturá*
Tapururuka (casa buraco do tapuru/turu) ou *tapururupiá* (ovo de tapuru/turu)	Arremate enlaçado em 8 (é mais fechado do que espinhaço de cobra)	*Waturá*
Tupaçama ('espia' = corda)	Arremate enlaçado	Kumatá, urutu
Çororukarapu (raiz de sororoca)	Arremate enlaçado com reforço	Urupema
Yawakakáruya (rabo de ariranha)	Auto arremate	*Alça inferior do tipiti*

AKUTIRAYA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.



PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ALTO
YARÁIWA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

ALTO
MIRITI PUTIRA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

ALTO
ÇAÍWAARAPÉ.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
YANDIÁAKANGA
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
PIRAURUKUPIRÊRA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
WAÇAIRA´A.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

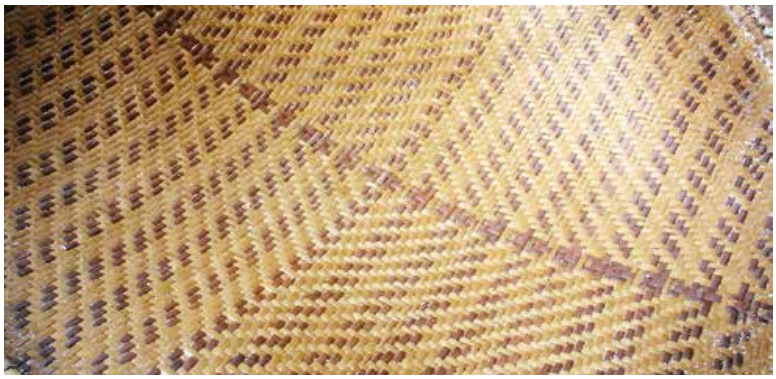
PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

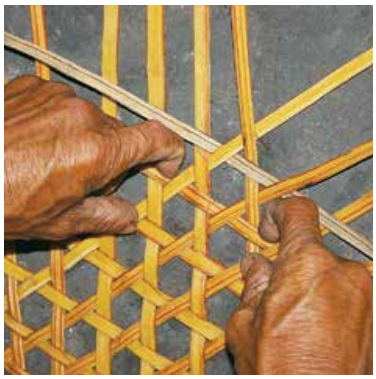
ALTO
URUÁBUNDA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

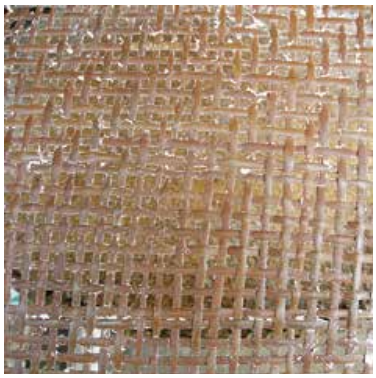
BAIXO
YACAREPOTIÁ.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

ALTO
YAWARETEREÇÁ.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
BUYAKÃWERA .
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.







PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ALTO
MBUÁKUPÊ E MIRITI PUTIRA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
TUPAÇAMA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
TAMUATÁ PIRERA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

BAIXO
ÇORORUKARAPU.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TORRADAS, AS SAÚVAS PODEM TORNAR-SE ITEM DA DIETA ALIMENTAR.
FOTO: ESTHER KATZ.

CONSUMIR: ALIMENTAÇÃO E DIVERSIDADE AGRÍCOLA

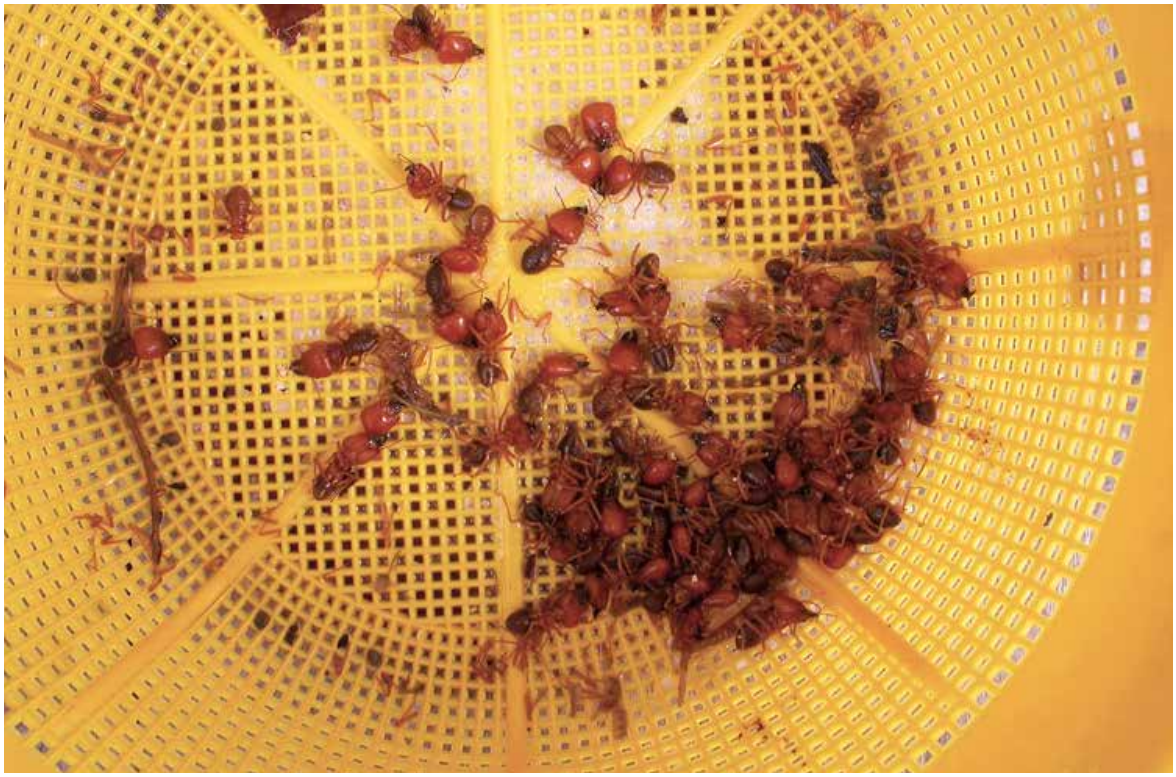
O alimentar associado ao sistema agrícola do Rio Negro é compartilhado entre as populações de língua arawak e tukano. Recebeu relativamente poucas influências europeias até recentemente. No Rio Negro, os militares, missionários, administradores, comerciantes foram pouco numerosos até o fim do século XIX. No século XVIII, os colonos – que já tinham adotado a farinha de mandioca na sua alimentação – introduziram o café, o cacau e a cana-de-açúcar, mas essa produção declinou rapidamente como produto comercial, permanecendo nos quintais. Os missionários trouxeram também algumas novas plantas, que se integraram ao sistema alimentar, mas as plantas mais importantes na alimentação da região são aquelas que já estavam presentes antes da chegada dos brancos. A maioria das técnicas de transformação dos alimentos também é indígena.

Ingredientes

Como na agricultura, a mandioca é a planta de maior importância na alimentação. Suas técnicas de transformação são muito complexas. Dela se obtém uma grande variedade de alimentos, muitos deles considerados indispensáveis nas refeições. A pimenta tem um papel importante na composição de alguns pratos e também nos rituais. As batatas doces e as frutas, todas consideradas 'frutos', são comidas nas roças, entre as refeições, em merendas e, no caso das frutas, transformadas em caxiri, sucos ou vinhos. As frutas vêm de plantas cultivadas ou silvestres ou ainda manejadas entre o silvestre e o cultivado. A maniva (talo da mandioca) e o caruru (duas ou três espécies que crescem espontaneamente nas roças) são as únicas plantas cujas folhas são consumidas cozidas.

As plantas que têm mais usos são nativas ou presentes na região há muito tempo. Além da mandioca, destacam-se as pimentas, a pupunha, o umari, o abacaxi, o cará, frutíferas nativas (umari, ingá, cucura, abiu) e palmeiras geralmente silvestres (açaí, bacaba, bacabinha, patauá, tucumã, buriti, inajá), entre outras. Plantas introduzidas mais recentemente são, sobretudo, frutíferas e ervas para salada ou temperos. Contudo, a introdução dessas plantas não mudou a estrutura geral da alimentação local. Entre as frutíferas conhecidas pelos Desana do Tiquié antes

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



da chegada dos brancos estão a graviola, mamão, melancia, cacau, cupuaçu, goiaba, jambo, fruta-pão, jaca. (Ribeiro, 1995)

Entre os animais, numerosas espécies de peixes são conhecidas e consumidas. Em Santa Isabel do Rio Negro, foram mencionados 32 tipos de peixes comestíveis e dos mais citados estão o pacu, o aracu, a pirarara, a piraíba, o pirarucu, o surubim, o tucunaré, a privora, o mandi e a traíra. Entre os Desana do Rio Tiquié, Ribeiro (1995) anotou 104 espécies de peixes por eles conhecidas.

Bichos de casco (quelônios) são muito apreciados e foram mencionados dez tipos, dos quais irapucas, tracajás, tartarugas e cabeçudos, todos apanhados nos rios, igarapés e praias; e na terra, o jabuti. O jacaré é capturado nos rios e as rãs nos igarapés.

Entre os mamíferos, 23 espécies são consumidas, sendo a anta, a paca, a cutia, o veado, o caititu e o tatu muito citados. De oito espécies de aves, os preferidos são o mutum, o jacu e o inambu. Dos insetos, a saúva (*Atta* spp.), e a *maniuára* (*Synternes* spp.), um cupim, são particularmente procurados. Consomem também uma larva de besouro, a *muxiwa* (*Rynchophorus* cf. *palmarum*),

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 121

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

encontrada em palmeiras. Algumas famílias criam galinhas e porcos e pouquíssimas gado bovino.

Produtos de fora chegaram à região provavelmente no início do século XX por intermédio do comércio dos produtos extrativistas que os patrões trocavam por açúcar mascavo ou rapadura, café em grão, charque, arroz, feijão, conservas, cachaça. Atualmente, os comerciantes trazem os mesmos produtos, além de produtos agroindustriais, como macarrão, refrigerantes, cerveja, sucos em pó, bolachas, carne congelada de boi e de frango, alguns temperos, frutas e verduras que não crescem na região, como cebola, alho, tomate, maçã, uva. O sal, hoje comprado, era obtido das cinzas do mururé (*Mourera fluviatilis*, uma Podostemonácea) ou formigas socadas, de sabor um pouco salgado.

Técnicas culinárias

As técnicas culinárias mais importantes são as utilizadas para transformar a mandioca: ralar, prensar, peneirar e torrar. Desde períodos antigos os utensílios associados são os mesmos: ralos de madeira com quartzo, fabricados pelos Baniwa ou de raiz de paxiuba (*Socratea exhorriza*), tipiti, peneiras, fornos para torrar, agora de metal, mas antigamente de cerâmica. Restos de pedras de ralar e chapas de cerâmica foram encontrados em sítios arqueológicos (Piperno & Pearsall, 1998). Na cidade, predominam o fogão a gás, os utensílios modernos e eletrodomésticos. Os utensílios tradicionais, dedicados ao processamento da mandioca ficam na casa de forno, localizada na roça.

Reduzir: ralar, raspar, socar, cortar

Os raladores são usados principalmente para a mandioca. Atualmente são substituídos pelo *caititu*, ralador motorizado. Frutas (em particular o abacaxi) também são raladas para o preparo de sucos ou bebidas fermentadas, geralmente com um ralador menor.

O pilão de madeira é, possivelmente, um utensílio antigo na região; entre os Desana da Colômbia, ele tem uma conotação fálica (Reichel-Dolmatoff, 1968). É usado para socar a pimenta seca e as frutas para sucos, vinhos ou caxiri.

A cebola e as folhas usadas como temperos são cortadas em pedaços finos. Pode-se supor que essa técnica de fatiar os alimentos é recente, associada à introdução de facas de metal e de novos alimentos.

Para o cozimento, as carnes e os peixes são cortados em porções. Há uma técnica particular de se

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A MASSA DE PUPUNHA PASSA PELO KUMATÁ, UMA DAS ETAPAS DO PREPARO DE VINHO. SANTA ISABEL, 2009. FOTO: ESTHER KATZ.

fazer cortes finos no dorso dos peixes, que se chama ticar, que tem por finalidade triturar os espinhos e viabilizar sua ingestão.

Separar : coar, peneirar, prensar

Vários artefatos da cestaria são usados para coar, peneirar ou prensar. Os de malhas mais fechadas são usados para coar os sucos de frutas, os vinhos de frutas de palmeiras, a massa de mandioca. Peneiras mais ou menos abertas são usadas para peneirar a massa seca de mandioca e a pimenta. O tipiti, além de prensar a mandioca ralada, também é utilizado para extrair óleo de diferentes espécies vegetais.

Cozer

O modo preferido para cozer alimentos, em particular o peixe, é na água. As panelas de cerâmica foram substituídas por panelas de alumínio trazidas pelos patrões e regatões no início do século XX. Nos anos 1950, Galvão (1959) observou que no Médio Rio Negro panelas de cerâmica ainda eram utilizadas, mas já havia os recipientes de alumínio. Descreveu dois tipos de cerâmica, uma tukano e outra baniwa. Os restos mais antigos de cerâmica no Rio Negro remontam a dois mil anos e estão associados às populações arawak. As técnicas básicas contemporâneas das cerâmicas arawak e tukano são semelhantes, mas com estilos diferentes, em particular a dos Tukano, que aplicam resinas para a decoração (Neves, 2001).

A chapa para torrar a farinha de mandioca ou assar beijus (o forno) era de cerâmica e foi substituída hoje pela chapa de ferro com mais de um metro de diâmetro, bem maior que as antigas. Alimentos como carás ou batatas, entre outros, são assados na brasa ou na

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 123

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

cinza, por vezes aproveitando-se as que se formam sob o forno durante a torra da farinha. O uso de grades parece ser recente. Na roça, os tubérculos são assados dentro de um pequeno buraco cavado na terra e coberto com brasas ou cinzas quentes.

Outro elemento das preparações é o *moqueado* de peixes e carnes. Essa técnica foi descrita pelos primeiros viajantes que chegaram ao continente americano como uma particularidade indígena. *Moquear* o peixe ou a carne de caça consiste em cozê-los por um longo período na fumaça de uma fogueira. Também é comum cozer ou assar o peixe em *pupeka*, isto é, embrulhado em folhas. Fritar na gordura é uma técnica culinária recente, introduzida pelos brancos. No Uaupés colombiano ainda não havia sido introduzida até os anos 1960 (Reichel-Dolmatoff, 1968). Se na cidade, onde muitas famílias possuem um fogão a gás para cozinhar, nas casas de forno as refeições são preparadas sobre as brasas ou nas cinzas ou, ainda, em um pequeno fogão de barro, utensílio provavelmente introduzido pelos portugueses.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A FASE FINAL DA 'TORRA' DA FARINHA.
FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM, 2007.

Conservar

Secar alimentos e defumá-los são as principais modalidades de conservação. As pimentas são defumadas ou secas ao sol, mas, em época de chuva, é possível torrá-las no forno para uma secagem mais rápida. Torrar permite uma conservação mais prolongada. A farinha ou a tapioca bem torradas se conservam bem. Os beijus, uma vez torrados ou desidratados ao sol, podem ser conservados por algumas semanas.

Outro processo de conservação é a fermentação; ela prolonga a vida dos alimentos e alterando sua a composição bioquímica. No Rio Negro, uma parte das mandiocas usadas para fazer beijus ou farinha é deixada a fermentar na água por três ou quatro dias. Entre outras coisas, esse processo permite eliminar componentes tóxicos da mandioca. Para o preparo do caxiri, tubérculos (principalmente a mandioca) são colocados a fermentar, assim como frutas e milho.

Outros alimentos passam por um processo de fermentação. O caroço de umari, por exemplo, é deixado por vários meses enterrado até amolecer. Depois é amassado para fazer um tipo de beiju, o marapatá, assada no forno sobre uma folha. O caxiri de pupunha pode ser feito com a fruta cozida que ficou enterrada por várias semanas. A Japurá e o uacú, frutas do mato, também são comidas depois de ter ficado enterradas.

Preparos

A mandioca

Por meio de técnicas complexas, ou pela combinação de inúmeras delas, a mandioca é a planta que se transforma numa grande variedade de alimentos. Para fazer farinha costuma-se misturar a polpa de mandioca fresca ralada com a polpa de mandioca puba. Para isto, os tubérculos são mantidos de três a quatro dias imersos em água, seja de um igarapé, seja de vasilhames ou canoas fora de uso, até amolecer. Feito isso, a casca é facilmente retirada com a mão. Tubérculos frescos – raspados e lavados logo depois de arrancados da terra – são geralmente separados por espécie depois desse processamento, porque a mistura de diferentes polpas resulta em massas que darão as características específicas de cada farinha.

A polpa da mandioca ralada – ou amolecida quando puba – é depositada em um *kumatá*, colocado, por sua vez, em um tripé chamado *çuaçu* (veado) em cuja base está uma bacia para recolher o líquido que vaza pela trama do kumatá ao longo de várias horas ou por uma noite inteira. A fécula

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BEIJU KURADÁ PREPARADO
EM SANTA ISABEL.
FOTO: ESTHER KATZ, 2007.

(*goma*) deposita-se no fundo da bacia. As variedades brancas contêm mais goma que as amarelas.
O líquido (*manikwera*) é separado da fécula e cozido por várias horas para eliminar os derivados de ácido cianídrico. A fécula é lavada e a *borra* (a película amarela que se forma acima dela) é retirada para ser usada nos beijus *kuradá*.

A massa das mandiocas raladas frescas é misturada com a massa puba e tudo é colocado no tipiti, já suspenso por sua alça superior a um travessão de madeira.
Na alça inferior é introduzida uma longa haste também de madeira, para formar uma alavanca, em cuja extremidade senta-se a mulher para esticar a malha do tipiti. Boa quantia de líquido tóxico que advém desse processo nem sempre é recolhida para cozimento. A massa seca é passada em uma peneira de malha aberta, colocada acima de um balaio ou de uma bacia. De lá, é finalmente transferida ao forno para torrar, quando é continuamente revolvida com um remo. Depois de uma primeira torra, a farinha é novamente peneirada, agora em trama mais fina. Retorna ao forno para a torra final, até a farinha ficar bem seca. A farinha de massa puba com a de mandioca fresca ralada é a mais comum em Santa Isabel do Rio Negro, sobretudo a bem amarela, vendida mais caro do que a embranquecida. Entre os Desana do Tiquié, Ribeiro (1995) observou também dois outros tipos de farinha: uma apenas de massa fresca ralada e outra somente de mandioca puba.

Para fazer beiju, a massa peneirada é escaldada e peneirada de novo. Em seguida é espalhada na chapa do forno já quente, na forma

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

de um grande círculo de uns 40 cm de diâmetro ou mais, cujas bordas são ajeitadas e comprimidas com o abano. Ele assa dos dois lados e, mais uma vez, o abano exerce uma nova função: a de ajudar a virar o beiju. Cortado em quatro pedaços, o beiju assa mais um pouco e é novamente virado. Com ajuda do abano, os pedaços são retirados da chapa e colocados um uma peneira ou balaio. Há beijus só de massa, geralmente branca, mas também de massa amarela, o *beiju cika* (pequeno) e *kuradá*, um beiju grosso, feito da mistura de massa com goma. Beijus finos de massa são queimados para fazer caxiri. Há beijus de goma, de tamanho médio ou pequeno (os *beiju cika*, bem torrados e secos). Quando torrados por mais tempo, os *beijus* finos se conservam por várias semanas e até meses. Essa desidratação pode ser feita também sob o sol. Os *kuradás* devem ser consumidos logo, frescos. Entre os Desana, Ribeiro (1995) descreve vários tipos de beijus: à base de mandioca ralada e puba, só ralada, só puba, de massa seca e goma, só de goma, assim como os beijus queimados para caxiri.

Em Santa Isabel do Rio Negro, faz-se mais farinha do que beiju na qual são misturadas as variedades amarelas e brancas de mandioca. Para produzir beiju a variedade de mandioca mais utilizada é das brancas.

Massoca é feita unicamente com as variedades brancas, deixadas três dias na água, mas sem retirada da goma. Descascadas, cevadas e passadas duas vezes no tipiti, as mandiocas são raladas e peneiradas em trama bem pequena, para a massa ficar bem fina; esta é torrada pouco a pouco no fogo brando e novamente peneirada. Esse pó é misturado com água para beber.

A goma também é peneirada e torrada para fazer tapioca. Quando fresca, a goma é usada para mingaus, *kudiari* e beijus. O mingau é o líquido engrossado no fogo com a goma. O *karibé* é o mesmo processo, mas no lugar da goma usa-se massa ou beiju. O *kudiari*, que algumas pessoas chamam de *muyéka*, é um caldo de pimenta e peixe engrossado com goma, preparo feito sobretudo quando há escassez de peixe. Beijus de goma são feitos do mesmo modo que os beijus de massa, porém mais finos. Às vezes, antes de assá-lo, é agregada à goma castanha ralada.

A *manikwera* que escorre do *kumatá* para a bacia pode ser bebida desde que fervida por muitas horas. Chama-se *manikwera* doce. É o consumida bem quente, de manhã, pura, ou com frutas – abacaxi, ingá, cubiu – raladas e

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 127

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ALUÁ DE ABACAXI EM FERMENTAÇÃO.
FOTO: ESTHER KATZ.

filtradas, com farinha; ou cozida com goma, às vezes com banana ou abacaxi agregados, na consistência de mingau. Ribeiro (1995) menciona o consumo da *manikwera* com farinha, abacaxi e ingá.

A *manikwera* é considerada um alimento muito saudável, que torna as pessoas 'mais fortes'. Atualmente, na cidade, já não é tão consumida. Colocada para azedar durante um dia, a *manikwera* é usada como tempero nos caldos de peixe ou de carne. Essa *manikwera* azeda é o *tukupi*. Cozida por muitas horas, até ficar concentrada e escura, chama-se tucupi preto, também usado nos caldos. Tem grande capacidade de conservação.

O preparo do *caxiri* de mandioca tem vários passos. Primeiro são feitos *beijus* finos, quase queimados que, misturados com *manikwera* doce, formam uma massa aguada deixada para

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ALTO
DONA EVANILDE RETIRA A BORRA DEPOSITADA NA GOMA QUE SE ACUMULOU DO CALDO ESPREMIDO DA MANDIOCA.
FOTO: ESTHER KATZ.

BAIXO
FARINHA DE PUPUNHA.
FOTO: ESTHER KATZ.

fermentar. Depois de um ou dois dias essa massa é filtrada em um kumatá e misturada com caldo de cana ou açúcar dissolvido na água. Deixa-se fermentar por mais dois dias. Antigamente, as mulheres encarregadas do preparo do caxiri mastigavam uma pequena porção dessa massa de mandioca para iniciar ou acelerar a fermentação. Cará, batata doce cozidos e amassados, assim como outros tubérculos, ou frutas como ingá e cucura, podem ser adicionados. Faz-se também caxiri de abacaxi (*aluá*), de banana, de pupunha ou de milho, este último considerado 'mais forte'.

A transformação das raízes da mandioca é uma tarefa feminina; os homens ajudam em várias fases do processo, mas nunca fazem beiju. As crianças começam ajudando a raspar a mandioca ou peneirar a massa. A etapa mais delicada é torrar e as meninas a realizam apenas a partir dos doze anos.

Outros preparos de origem vegetal

As pimentas são alimentos relevantes no plano material e simbólico do sistema alimentar do Rio Negro. São, depois da mandioca, o alimento essencial da culinária indígena; constituem um elemento protetor do corpo e têm papel fundamental nos benzimentos.

As pimentas são apreciadas frescas nos caldos ou machucadas com sal para acompanhar a comida. No entanto, a forma emblemática de seu consumo é um pó de pimentas secas, às vezes defumadas, socadas, com ou sem sal: a jiquitaia. Outra forma de preparo é um condimento líquido, o arubé, cuja base é a mistura de água com massa puba levemente fermentada e pedaços de pimentas.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

PREPARO DE UM MARAPATÁ DE CAROÇO DE UMARI EM SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2008. FOTO: ESTHER KATZ.

Diversos tubérculos são consumidos cozidos, assados na brasa ou na cinza; atualmente alguns deles podem ser fritos, em particular a macaxeira. São utilizados também em caldos ou cozidos de carne. A maior parte dos tubérculos entra na composição dos caxiris.

A fruta da pupunha é consumida sob várias formas. Depois de cozida pode ser consumida diretamente, ou tornar-se farinha, se ralada, prensada, peneirada e torrada; caxiri de pupunha resulta da fermentação da polpa fervida da fruta ou dos frutos enterrados cozidos por várias semanas para fermentar. As variedades de pupunha mais secas são melhores para serem comidas cozidas ou com farinha, as mais úmidas são melhores para vinho e caxiri. O palmito das palmeiras é muito pouco consumido.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ALTO
CALDEIRADA DE PEIXE COM CARURU.
FOTO: ILMA FERNANDES NERI E
OMILDA DA SILVA DE MENEZES, 2008.

BAIXO
DONA MADALENA FERNANDES NERI
PREPARA VINHO DE BACABA.
FOTO: ESTHER KATZ.

Preparos de origem animal

O peixe é preparado em caldo, assado na brasa, frito ou como *pupeka*, isto é, empacotado em folhas. Para sua conservação, o peixe pode ser salgado, moqueado ou seco ao sol. Mas o modo mais comum de consumir o peixe é em um caldo apimentado, a *kiyapirá* (*ki'iya*=pimenta, *pirá*=peixe), quinhapira em português regional. A quinhapira com beiju é o prato mais típico da região. Supõe-se que seja antigo, já que aparece em mitos (Ribeiro, 1995; Umusi Pãrõkumu &Tõrãmu Kehiri, 1981). Ao caldo pode acrescentar-se tucupi ou tucupi preto. Adicionando-se farinha dissolvida no caldo de pimenta com peixe em pequenos pedaços, faz-se a *muyéka*, ou *kudiari* com goma em lugar de farinha. Há pessoas que chamam os dois pratos *muyéka*. Faz-se *piracuí* (farinha de peixe)

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

com peixe assado ou moqueado, socado e temperado com *jiquitaia*.

Os quelônios são recheados com farinha e assados no seu casco; sua carne também é cozida com temperos.

A carne de caça é geralmente preparada em caldo, assada ou cozida com temperos. Para ser conservada costuma-se moquear, salgar e secar a carne ao sol, ou cozinhá-la na própria banha, o

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ESQUERDA, CIMA
PEIXES ASSADOS (SANTA ISABEL).
FOTO: ESTHER KATZ, 2009.

ESQUERDA, BAIXO
QUINHAPIRA.
FOTO: ESTHER KATZ.

ESQUERDA, BAIXO
MINGAU DE FARINHA.
FOTO: ESTHER KATZ.

que chamam de mixira. A anta, em particular, pode ser preparada dessa maneira por ter muita banha.

As carnes de frango, boi ou porco são preparadas assadas, fritas ou cozidas com temperos.

Formas de consumo

Nas cidades, hoje em dia, as refeições diárias acontecem dentro do lar, em contexto privado, geralmente na cozinha ou na casa de forno. Nas comunidades ainda há refeições comunitárias – provavelmente uma herança dos padres –, pelo menos nos fins de semana. As pessoas reúnem-se de manhã e ao meio dia, ou no fim da tarde, na casa comunitária para onde cada mulher leva os pratos que preparou. De manhã come-se tradicionalmente mingau e quinhapira com beiju, mas atualmente também há café e bolachas. De tarde, pratos de

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

XIBÉ OU CHIBÉ.
FOTO: ESTHER KATZ.

peixe (quinhapira, muyeká) ou de carne de caça. No contexto de aldeias tradicionais, viajantes e antropólogos descreveram esses tipos de refeições tanto no Médio quanto no Alto Rio Negro. Onde há ou havia malocas, a refeição era compartilhada pelos membros da maloca (C. Hugh-Jones, 1979). Geralmente os homens comem primeiro, as mulheres depois. Nas comunidades perto de Santa Isabel do Rio Negro, atualmente, homens e mulheres comem ao mesmo tempo. Os habitantes de uma maloca são geralmente da mesma família. A comensalidade acontece entre os membros da família, mas não é obrigatória, sendo aberta também a visitantes.

Em caso de festas comunitárias, como as festas de santos, as comunidades rurais e as cidades organizam refeições comunitárias.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 134

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Tradicionalmente, as pessoas comem diretamente na panela com beiju, e alimentos líquidos como xibé, mingau, vinho, caxiri circulam de uma pessoa a outra em uma cuia, cujo conteúdo é sorvido por meio de um cuiupi (cuia pequena parecida com uma colher). Ainda é comum circular xibé ou caxiri na cuia, mas hoje o peixe e a carne são geralmente servidos em pratos individuais. Quando não há beiju, usa-se colher.

Hugh-Jones (1996) nota que os Barasana não misturam comida e bebida. Ou seja, não bebem quando comem o que consideram uma refeição – peixe ou carne com beiju. Bebem xibé apenas ao final da refeição, como ocorre nos dias atuais no Médio Rio Negro. De noite, as mulheres e as crianças Barasana comem alimentos leves; os homens, por sua vez, tomam mingau ou manikwuera com ou sem farinha, alimentos que podem acompanhar o consumo de coca e tabaco. Estes não podem ser misturados com alimentos, somente com bebidas.

Alimentos e rituais

No contexto tradicional, os ritos mais importantes dos povos de língua arawak e tukano são os de puberdade masculina e feminina, descritos por vários antropólogos (Reichel-Dolmatoff, S. Hugh-Jones, 1979; C. Hugh-Jones, 1979; Buchillet, 1988). No Médio Rio Negro, os ritos de puberdade masculina já não são mais praticados, mas os de primeira menstruação persistem, ainda que de maneira simplificada e não são praticados por todas as famílias. As proibições, prescrições alimentares e o benzimento de alimentos progressivamente reintroduzidos na dieta ainda são conservados.

Essas práticas rituais e proibições alimentares se inserem em uma cosmologia muito complexa em relação aos mitos (Buchillet, 1988; Garnelo & Buchillet, 2006; Garnelo, 2007). A pimenta tem um papel fundamental nesses benzimentos. O benzedor deve ingerir pimenta, assim como o/a jovem, a recém-parida ou o/a paciente. Nos ritos de puberdade, a pimenta é colocada nas narinas dos iniciados. Ela é um elemento protetor do corpo. Todos os alimentos que vão ser progressivamente reintroduzidos são benzidos com pimenta. A goma, por ser considerada o alimento mais puro (Buchillet, 1988; C. & S. Hugh-Jones, 1996), é permitida nos rituais, sob a forma de beiju. A carne de vários animais do mato e de inúmeros peixes lisos são tidos como alimentos perigosos, sendo, então, os últimos a serem reintroduzidos na dieta comum. (Buchillet, 1988; Garnelo, 2007). ■

O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO COMO BEM CULTURAL REGISTRADO

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

TIPOS DE CANTEIRO. COMUNIDADES TAPEIRA E ESPÍRITO SANTO. FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2007.

Os conhecimentos tradicionais que integram o sistema agrícola do Alto e Médio Rio Negro passaram a ser reconhecidos oficialmente como Patrimônio Cultural do Brasil tanto em seus aspectos materiais – o agrossistema, as plantas cultivadas e os objetos associados à cadeia produtiva – quanto em seus aspectos imateriais – os saberes agrícolas, as tradições e rituais de plantio e as tradições culinárias no dia 05 de novembro de 2010, por meio do Decreto 3551/2000.

Uma das características do sistema agrícola do Rio Negro é a alta diversidade de plantas cultivadas, em particular da espécie *Manihot esculenta*. Manter mais de trinta variedades de manivas, assegurar a continuidade deste acervo biológico de um ano para outro, fazer com que elas circulem na região se constitui em uma estratégia antirrisco: responde à heterogeneidade dos espaços cultivados, às incertezas climáticas, aos ataques de pragas e doenças, assegura, com seus tempos de maturação diferenciados, colheitas ao longo do ano e permite a obtenção de uma ampla gama de produtos. O termo maniva (diki ou duku em tukano, kenikhee em baniwa) é polissêmico, designa tanto a parte aérea do pé de mandioca, quanto o caule inteiro. Designa também a variedade, e forma que o nome de uma variedade é um binômio constituído de uma base seguido de um determinante: abacaxi maniva, paca maniva, açaí maniva etc. A diversidade observada resulta de escolhas, imposições, adaptações e inovações.

A mulher agricultora tem orgulho de sua roça e da diversidade de plantas que lá se encontram. A enumeração em que se compraz das variedades de manivas, de pimentas, de bananas e de outras plantas que cultiva deixa transparecer um prazer de colecionadora. Além disso, as coleções variadas de que dispõe atestam a antiguidade de sua presença no local e lado a riqueza de suas relações de parentesco e de amizade. Essas relações, como vimos, são os canais pelos quais essas coleções se enriquecem.

> *"É bom ter todo o tipo de banana. Eu tenho banana-maçã, prata, engana-ladrão (porque parece estar madura, mas não está), banana-governo, inajá, cunuri, comprida".* (D. Luzia, moradora de Santa Isabel do Rio Negro, 2007)

Além do plano pragmático acima mencionado, o significado dessa

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 137

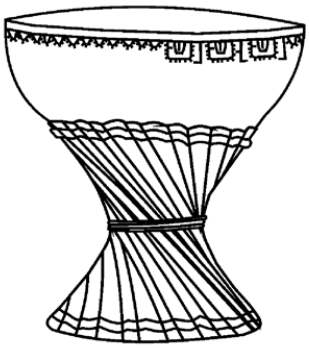
PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

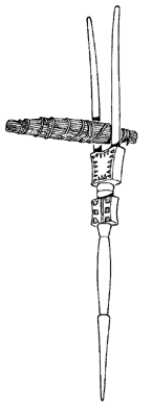
FEIRA DE SÃO GABRIEL.
FOTO: LUDIVINE ELOY.

diversidade se ancora também na concepção da existência de uma sociedade das manivas revelada por vários traços, seu sistema de denominação, sua hierarquização, um *corpus* particular de plantas a elas associadas (os remédios da roça), e o trato dado a elas pelas agricultoras. Essas últimas características fazem das manivas um conjunto portador de significados que não se encontram nas outras plantas e que faz delas o elemento organizador da diversidade cultivada nas roças. As plantas cultivadas inserem-se em uma cronologia fundamentada sobre várias escalas espaciais, temporais e sociais, em que se mesclam plantas de origens míticas, plantas introduzidas e ligadas a contatos interculturais antigos ou recentes. Elas estruturam a organização espacial e temporal das roças e ordenam, no plano conceitual, relações com outros

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

CUIA E CIGARRO. PRESENTES NA ILUSTRAÇÃO DE CAPA DE "ISÃ YEKISIMIA MASÍKE' - O CONHECIMENTO DE NOSSOS ANTEPASSADOS - UMA NARRATIVA OYÉ" DE MOISÉS MAIA (AKÎTO) E TIAGO MAIA (KI'MÂRO). COIDI/FOIRN, 2004. ILUSTRAÇÕES: LAURENTINO LANA.





grupos de plantas cultivadas. Conservar esse sistema faz parte do esforço de preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético brasileiro. Dessa forma, as interações com o meio ambiente, os sistemas de produção e obtenção dos alimentos devem ser levadas em conta nesse reconhecimento.

A um primeiro olhar, as casas de forno do Rio Negro se apresentam como espaços que abrigam artefatos e objetos ásperos e rudes, sem maiores atrativos que a capacidade de permitir o processamento da mandioca. Contudo, as pesquisas demonstraram que esses espaços são extremamente estruturados e que os utensílios que os guarnecem são dotados de agência, o que constitui o eixo principal de sua valorização patrimonial e da lógica da sua gestão. O conjunto desses espaços e objetos deve ser identificado de acordo com as noções locais para sua preservação e valorização cultural. A identificação do valor patrimonial desses acervos exige, entretanto, que essa acepção seja compreendida de forma nuançada e estreitamente relacionada com o ponto de vista local que lhe confere significados peculiares e mais profundos. Os dispositivos de valorização da cultura material e dos grafismos no médio Rio Negro estão estreitamente relacionados com a manutenção de um determinado repertório, o qual é constituído notadamente pelos objetos indispensáveis ao processamento da mandioca e consumo de seus produtos.

Transformar a mandioca amarga em derivados comestíveis com o uso do tipiti, de peneiras e

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 139

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

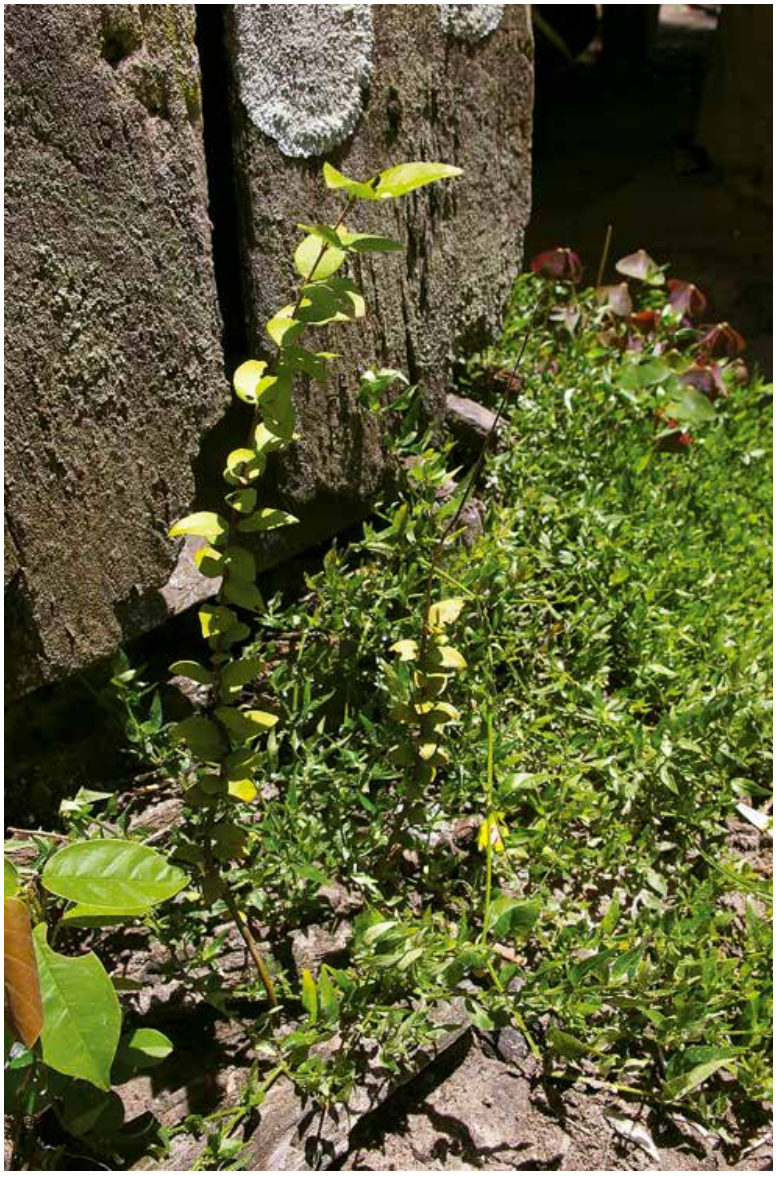
do 'ralo' faz parte do 'complexo da mandioca', amplamente difundido (Galvão, 1960). Esse sistema agrícola, no entanto, não é redutível a um determinismo biogeográfico, ecológico ou bioquímico; ele é modelado por histórias, escolhas culturais e elaborações simbólicas, que asseguram a permanência de várias outras práticas sociais relacionadas com técnicas, expressões estéticas, sistemas cognitivos e cosmológicos entre outros aspectos.

A alimentação do Rio Negro é muito rica simbolicamente. Do mesmo jeito que a agricultura, a alimentação está relacionada com a reprodução humana, o ciclo da vida, a sexualidade e a fertilidade. Assim como na perspectiva de sistema proposta para a compreensão da produção agrícola, propomos reconhecer a dimensão patrimonial da alimentação não apenas a partir das elaborações culinárias de um grupo social, mas como o sistema alimentar compartilhado por um grupo social, e que esse grupo reconhece como sendo sua alimentação. Os ingredientes, as técnicas culinárias e as receitas são elementos relevantes, mas consideramos que as interações com o meio ambiente, os sistemas de produção e obtenção dos alimentos devem ser levadas em conta nesse reconhecimento. Fazem também parte do sistema alimentar os modos de consumo, as 'formas de comer' e as relações sociais construídas em torno da alimentação, assim como a cosmologia, a simbologia, as crenças, os ritos e mitos próprios.

No caso do Rio Negro, esses elementos são particularmente ricos. As qualidades gustativa e estética da alimentação, ambas com um certo nível de subjetividade, assim como a diversidade dos ingredientes e das receitas e a complexidade das preparações são elementos importantes para avaliar a dimensão patrimonial de um sistema alimentar. Porém, o elemento central deste reconhecimento é sua dimensão identitária, que faz que ele seja considerado como um elemento próprio do grupo cultural considerado (ou dos grupos considerados), e diferente da alimentação dos outros grupos. Podemos considerar que esse sistema alimentar é um componente forte do patrimônio cultural representado pelo sistema agrícola do Rio Negro.

A história de contato que induziu migrações e atividades forçadas, novas formas de aprendizagem, com a escolarização e evangelização nas missões,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



O CANTO DE UMA CASA COM PLANTAS MEDICINAIS E MUDAS DE CUPUAÇÚ, DE AÇAÍ-DO-PARÁ, DE UM CAMU-CAMU RETIRADO DA BEIRA DO RIO. COMUNIDADE TAPEIRA. FOTO: LAURE EMPERAIRE, 2006.

introduções de plantas, técnicas, modelos alimentares, bem como as dinâmicas internas dos povos indígenas do Rio Negro, com seus deslocamentos, trocas, padrões de ocupação do território, tiveram repercussões sobre o sistema agrícola. Mais do que identificar essas mudanças, cabe aqui ressaltar as linhas de força e as pressões que poderão advir sobre ele. Entre as primeiras são destacadas uma alta diversidade de plantas cultivadas, saberes agrotécnicos elaborados, uma rede de atores policêntrica e não hierarquizada, a elaboração de uma rica cultura material, uma relativa disponibilidade em terras cultiváveis, um sistema alimentar diversificado e a existência de um campo simbólico forte embutido nos diversos campos de atividades que compõem o sistema agrícola. ■

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 141

RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FEIRA DE SÃO GABRIEL.
FOTO: LUDIVINE ELOY.

DIAGNÓSTICO DE RISCOS E AMEAÇAS DO BEM

A "agricultura moderna" – com sua baixa diversidade genética, seus sistemas verticalizados de distribuição de sementes e de insumos industrializados, sua extensa e dispendiosa infraestrutura de transporte entre regiões produtoras e mercado de consumo – vem mostrando hoje seus limites ecológicos, sociais e econômicos. Apesar disso, a lógica produtiva e cultural dos sistemas locais e seus saberes agrotécnicos ainda não foram devidamente incorporados pelos poderes públicos na elaboração e execução de políticas públicas.

No contexto urbano, o sistema agrícola torna-se mais vulnerável pela dificuldade do acesso à terra próxima à moradia. Uma dimensão dessa fragilização é o enfraquecimento da transmissão intergeracional dos conhecimentos, o que é agravado pela desvalorização dos saberes indígenas por parte da fração dominante da população.

Numa economia de mercado, os preços irrisórios da farinha de mandioca em relação ao trabalho para produzi-la desestimulam os jovens ao trabalho agrícola tradicional, com a consequente perda do valor patrimonial contido nos artefatos empregados no processamento da mandioca.

A perda da diversidade biológica agrícola é outro fator de vulnerabilidade do sistema agrícola do Rio Negro. Percebida nos levantamentos feitos nas comunidades na região, ainda não pode ser considerada um indício da perda do material biológico, pois provavelmente ele subsiste em algum outro ponto da região, mas sim do significado outorgado à noção de diversidade. A diversidade de espécies e variedades até pode permanecer relevante do ponto de vista quantitativo, porém, se empobrecer em termos de significados, de conceitos e de valores sobre os quais a diversidade biológica se fundamenta.

Frente a esses processos de perda ou de reconfiguração é necessário reconhecer de maneira formal, o papel dos agricultores locais na seleção e manutenção *in situ* dos recursos fitogenéticos. A suscetibilidade à perda de recursos torna-se ainda mais importante, e não apenas de interesse local e regional, no contexto das mudanças climáticas, que exige a manutenção de um amplo reservatório de diversidade genética para manter a adaptabilidade do sistema.

Em conclusão, o principal fator de mudança, hoje, é a irrupção, em geral veiculada pela cidade, de novos valores associados a uma modernidade. Agem de forma múltipla criando oportunidades econômicas, sociais, técnicas ou de visibilidade, mas dificilmente

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 143

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

reconhecem a validade dos saberes e técnicas locais. Enquanto as diretrizes nacionais nas áreas da educação ou da saúde já reconheceram a importância dos saberes diferenciados, os avanços nesse sentido no campo da agronomia ainda são pontuais. Levantamos cinco focos de vulnerabilidade do sistema agrícola:

1. a hegemonia do modelo 'moderno' frente às práticas agrícolas locais;
2. a integração no mercado;
3. a transmissão dos saberes, principalmente aqueles relacionados à dimensão simbólica;
4. o acesso à terra e
5. a perda da diversidade biológica agrícola e dos saberes associados.

Esses temas não apresentam uma especificidade regional ou cultural marcada, mas são os que atingem sistemas de produção hoje marginalizados. ■

RISCOS DE DESAPARECIMENTO E POTENCIALIDADES

A história de contato que induziu migrações e atividades forçadas, novas formas de aprendizagem, com a escolarização e evangelização nas missões, introduções de plantas, técnicas, modelos alimentares, bem como as dinâmicas internas dos povos indígenas do Rio Negro, com seus deslocamentos, trocas, padrões de ocupação do território, tiveram repercussões sobre o sistema agrícola. Mais do que identificar essas mudanças – o que fora de alguns traços seria bastante especulativo –, cabe aqui ressaltar as linhas de força e as pressões que poderão advir sobre ele. Entre as primeiras são destacadas uma alta diversidade de plantas cultivadas, saberes agrotécnicos elaborados, uma rede de atores policêntrica e não hierarquizada, a elaboração de uma rica cultura material, uma relativa disponibilidade em terras cultiváveis, um sistema alimentar diversificado e a existência de um campo simbólico forte embutido nos diversos campos de atividades que compõem o sistema agrícola como já foi ressaltado. Porém, esses campos de expressões de saberes e de modos de fazer tradicionais são submetidos a várias pressões a seguir detalhadas.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

O FOMENTO À MODERNIDADE

As instituições de fomento à agricultura (escolas, agências estaduais ou municipais, instituições de financiamento da agricultura) têm, no curto prazo, um papel fundamental a cumprir na preservação do sistema agrícola. Hoje parte delas veiculam uma visão evolucionista da agricultura, relegando as agriculturas locais a um estágio arcaico por oposição a uma modernidade agrícola, mesmo simples. Por um lado, moldadas em uma cultura de homogeneização do espaço e dos recursos fitogenéticos cultivados, no cálculo de produtividades e em pacotes tecnológicos, elas têm dificuldade em reconhecer legitimidade nas formas de produção caracterizadas por uma rápida diluição do espaço cultivado na floresta, pela diversidade das plantas presentes e objetivos que priorizem a autonomia alimentar e não só o mercado. A lógica produtiva e cultural dos sistemas locais, seus saberes agrotécnicos, permanecem em grande parte invisíveis, entre outros aspectos, aos olhos dos poderes públicos. Há alguns avanços (escola agrotécnica diferenciada, adequação dos calendários escolares e agrícolas, reconhecimento da importância de sistemas agroflorestais), mas ainda precisam ser consolidados. Por outro lado, são necessárias inovações tecnocientíficas baseadas em pesquisas participativas para melhorar alguns aspectos da agricultura local tais como o caráter árduo de etapas do trabalho nas roças ou da transformação dos produtos.

No entanto, o contexto mundial atual mostra os limites ecológicos de sistemas de produção fundamentados em uma baixa diversidade genética, em um sistema verticalizado de distribuição de sementes, no uso de insumos industrializados, na infraestrutura necessária ao transporte distante das produções agrícolas e no custo social da emigração para as cidades. O modelo 'convencional' da agricultura está sendo amplamente rediscutido e estão se abrindo novas perspectivas de reconhecimento dos valores socioambientais embutidos nos sistemas tradicionais de produção e não só suas funcionalidades em termos de produção e produtividade.

O MERCADO

A integração dos produtos agrícolas locais em uma economia de mercado responde à demanda dos agricultores e à crescente necessidade de abastecimento

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

das cidades. No plano local, a alimentação na cidade mobiliza redes de abastecimento de amplitude geográfica e social variável. A mais visível é a dos comerciantes, muitas vezes antigos patrões, que se abastecem em Manaus (hortaliças e produtos hoje de base como café, açúcar, arroz, feijão, frango etc.). Parte deles dispõe, na periferia da cidade, de extensas roças ou pomares, com as quais as produções dos sítios dificilmente competem, mas compram da população local farinha e outros derivados da mandioca, frutas e algumas hortaliças. As regras do mercado são herdadas em muitos casos do sistema de aviamento.

Há outra rede, pouco visível, que funciona por encomenda. É fundamentada nesses mesmos produtos e conecta moradores urbanos não agricultores e agricultores que têm suas roças na periferia da cidade ou nas comunidades. Há famílias que mantêm uma complementaridade entre sua moradia na cidade e o sítio ou a comunidade, minimizando assim as necessidades de comprar comida. Outros vivem dos produtos da roça mantida na periferia da cidade. Os preços dos produtos locais, em particular da farinha, base da alimentação, aos quais se acrescentam as margens dos comerciantes, representam um custo importante para a maior parte da população urbana.

O mercado dos produtos agrícolas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, tem uma dimensão regional. O peixe de Santa Isabel do Rio Negro é vendido na cidade de São Gabriel da Cachoeira, a farinha de Santa Isabel do Rio Negro é preferencialmente vendida na cidade de Barcelos, onde o preço é melhor. Inversamente, o município de Barcelos fornece peixe para as duas cidades a montante. Mas os preços desses produtos sofrem variações sazonais importantes sem que sejam aplicados mecanismos reguladores da parte dos poderes públicos.

Se por um lado pode-se mostrar que a cidade projeta modelos alimentares que não valorizam os recursos locais, por outro pode se tornar menos dispendioso para a população local aderir ao consumo de arroz, feijão, bife ou frango, do que manter uma alimentação tradicional baseada no peixe e na farinha (Eloy, 2008) . Neste quadro geral, a questão da viabilidade econômica do sistema agrícola do Rio Negro torna-se central no processo de registro e revitalização cultural.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

NOVO CONJUNTO HABITACIONAL NA CIDADE DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2008. FOTO: LAURE EMPERAIRE.

O ACESSO À TERRA

Outra questão central refere-se à vulnerabilidade do sistema agrícola no contexto urbano. As três cidades – Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira – aglomeram cerca de um terço da população total e boa parte da população urbana mantém uma atividade agrícola na periferia da cidade. As terras mais próximas das moradias já foram apropriadas pelos primeiros moradores indígenas e, em grande parte, pelos comerciantes que investiram na produção agrícola. As terras hoje disponíveis encontram-se a uma distância dificilmente compatível com um deslocamento diário como é o costume nas comunidades ou nos sítios. No contexto das Terras Indígenas demarcadas, a agricultura se organiza segundo os padrões culturais locais.

Como já indicamos, a pressão sobre as terras faz com que os ciclos de pousio das terras se encurtem, com uma redução da fertilidade e a perda dos cultivares mais exigentes ou de ciclo mais longo. Há uma reorientação das lógicas produtivas em função da necessidade de garantir o acesso à terra. Essa pressão aliada a um processo incipiente de registro individual das terras no entorno das cidades faz com que a geometria das roças mude: do referencial redondo, como o beiju ou a peneira, passa-se a um referencial quadrado ou retangular que responde à pergunta '*Quanto metros de frente e quantos de fundo?*'.

O problema do acesso à terra não se limita às roças e capoeiras. Envolve o espaço peridoméstico extremamente limitado na cidade: menos de 400 m^{22}, espaço da casa incluído, nos novos conjuntos habitacionais. Esse espaço, inicialmente dedicado às frutíferas e plantas medicinais, é rapidamente ocupado por extensões da casa que, no seu plano original, se limita à sala, quarto, cozinha e banheiro.

A TRANSMISSÃO DOS SABERES

De modo geral, há um gradiente de enfraquecimento da transmissão dos saberes, de montante para jusante do Rio Negro. A irrupção da cidade como referencial social e espacial no sistema de vida local fragiliza a transmissão intergeracional dos conhecimentos. De maneira objetiva, o tempo da escola, o da televisão e hoje, o da *lan house* limitam a aprendizagem dos jovens com os pais e avôs em casa ou na roça. A esses elementos se sobrepõe uma desvalorização dos saberes indígenas por parte da fração da população social e

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 147

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

economicamente dominante. Os preços irrisórios da farinha de mandioca em relação ao trabalho para produzi-la não permitem também que os jovens identifiquem na agricultura tradicional um futuro viável, mesmo que essa atividade seja sinônimo de uma autonomia alimentar. Em outros termos, inexiste uma discussão sobre novos modelos político-pedagógicos visando à construção de escolas diferenciadas, à exemplo do que ocorre no município de São Gabriel da Cachoeira.

Certos saberes especializados masculinos, como os benzimentos da roça, desapareceram ou não se manifestam mais, *os códigos contidos nos mitos sobre os 'benzimentos'* e os '*sopros*', segundo a expressão de Oliveira & Andrello (2007), não encontram mais espaço de transmissão. Saberes femininos sobre as variedades de mandioca ou outras plantas se perdem com a concorrência da escola e, muitas vezes, a própria desvalorização pelos índios da atividade agrícola.

A EROSÃO GENÉTICA

A noção de vulnerabilidade de um sistema agrícola é geralmente associada a uma perda da diversidade biológica agrícola ou erosão genética. De fato, a comparação entre dois levantamentos sobre a diversidade das mandiocas, um realizado há uns dez anos e o outro na atualidade, em uma mesma comunidade, aponta para uma perda da ordem de 50% das variedades, com algumas poucas introduções. Porém isso testemunha não tanto a perda de algum material biológico – provavelmente ele existe em algum outro ponto da região – quanto a perda do significado outorgado à noção de diversidade. O que está em jogo é a rede de denominações, significados, conceitos e valores sobre a qual a diversidade biológica se fundamenta. A diversidade de espécies e variedades pode permanecer relevante do ponto de vista quantitativo, porém se empobrece em termos de significados. Isso pode ocorrer com a substituição de espécies medicinais locais por plantas oriundas da farmacopeia generalizada brasileira. O risco de banalização da diversidade biológica associada ao sistema agrícola passa, com isso, a existir.

Frente a esses processos de perda, ou de reconfiguração, é necessário reconhecer de maneira formal, o papel dos agricultores locais na seleção e manutenção *in situ* dos recursos fitogenéticos. A questão da suscetibilidade à perda de recursos torna-se ainda mais importante, e de

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

interesse local e regional, no contexto das mudanças climáticas, necessitando a manutenção de um amplo reservatório de diversidade genética para manter a adaptabilidade do sistema.

O TEMPO E O CONHECIMENTO PARA A CULTURA MATERIAL

Uma questão crucial refere-se à continuidade dos saberes e práticas relacionadas aos artefatos empregados no processamento da mandioca. Nas comunidades indígenas acontecem rupturas no processo de transmissão dos saberes necessários à elaboração desses artefatos. Tal situação se deve à falta de interesse dos mais jovens em sua feitura e no processamento da mandioca como um todo. Esse é um dos fatores que já está ocasionando o retraimento do acervo de objetos, substituídos por elementos que têm uma funcionalidade prática equivalente.

Nas comunidades indígenas do médio Rio Negro, embora com nuances, é perceptível o retraimento do acervo de objetos de produção artesanal. Eles vêm sendo substituídos por elementos que cumprem as funções dos artesanais, mas os próprios relatos declaram não possuírem a mesma eficiência.

No caso de haver retração do número de implementos, o processamento, visto na lógica de um sistema, tal como apresentamos aqui, pode ficar comprometido pela perda da qualidade dos produtos alimentares. Não seria exagerado apontar que, em um futuro próximo, todo o processo poderá ser duramente atingido. Muito embora o Registro, em si, não assegure nem a sobrevivência nem a continuidade dessa prática cultural, não restam dúvidas que sua documentação é necessária e urgente, porquanto contribui para o fortalecimento cultural das comunidades indígenas do Rio Negro.

AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES

A introdução de novos alimentos pode não romper o relativo equilíbrio da dieta tradicional. Porém, no contexto atual de globalização, o consumo de produtos agroindustriais induz a uma dieta mais rica em açúcares e gorduras, causando problemas de saúde. Estudos, tal como o que foi realizado entre os Awajun da Amazônia peruana (Roche *et al.*, 2007), mostram que as dietas tradicionais amazônicas são equilibradas, e que muitos povos indígenas ficam expostos a mudanças alimentares rápidas

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

CARTAZES DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO AFIXADOS NA CIDADE DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, 2008.

quando substituem alimentos tradicionais nutritivos por alimentos agroindustriais muito menos saudáveis (Kuhnlein & Receveur, 1996).

As receitas mais elaboradas e que necessitam mais tempo já não são transmitidas às jovens gerações. Muitos jovens têm acompanhado seus pais às casas de forno, apesar de não gostarem dessa atividade. Nem todos aprenderam a fazer farinha. Há outros preparos que são desconhecidos deles. Trata-se de receitas complexas, realizadas ao longo de várias semanas e que passam por processos de fermentação. Mencionamos frutas silvestres como o uacu e a japurá, pouco procuradas na cidade, assim preparadas. E o caso também do caxiri, que requer além da aprendizagem, *ter uma boa mão.*

Outro problema é a falta de valorização da alimentação local e campanhas que supervalorizam um modelo padronizado. Muitos habitantes do Médio Rio Negro que não reivindicavam sua identidade indígena deixaram de lado alguns elementos da dieta que pareciam indígenas demais, tal como o consumo do caxiri (além de ter sido proibido pelos missionários); reduziram o uso da pimenta e introduziram elementos como pão com manteiga e saladas. Embora a comida local seja de uma fartura e uma diversidade pouco comum, tanto em animais como em plantas, muitas pessoas a consideram como uma "'alimentação de pobres"' e se sentem envergonhados de oferecê-la a visitantes. Em Santa Isabel do Rio Negro, a alimentação tradicional é invisível (Katz, 2009): o que se vende nas bancas, nos lanchonetes e nos restaurantes

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

é a *comida dos brancos*. O contato com a sociedade nacional pela escola, a televisão, os missionários, os representantes do governo, e as viagens à cidades grandes como Manaus ou outras, leva a considerar o modelo "'arroz – feijão – (macarrão) – carne'" como a dieta ideal. Os alimentos comprados como arroz, feijão, macarrão e frango congelado tinham – e ainda têm – prestígio por virem de fora. Se tornaram comida cotidiana e comida de festa e assim permanecem em toda a região.

Para a futura realização de ações de salvaguarda em prol do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, é necessário o arranjo de diversas instâncias públicas e o compartilhamento de uma ampla agenda em comum. Em conjunto com os detentores do bem cultural, é importante o estabelecimento de canais de comunicação e discussão sobre políticas públicas territorializadas com os ministérios envolvidos no tema – MDA, MMA, MEC, MCT,MAPA E MINC, assim como com órgãos administrativos municipais e estaduais estratégicos – prefeituras e secretarias municipais de agricultura, de educação e do meio ambiente, uma vez que as políticas decorrentes desse reconhecimento, conforme apresentado neste Dossiê incidirão sobre uma vasta área das políticas públicas: valorização da diversidade cultural, segurança e autonomia alimentar, conservação da biodiversidade e serviços socioambientais, direitos intelectuais, diálogos interculturais e desenvolvimento econômico. ■

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

As fontes históricas sobre o Rio Negro remontam ao século XVIII. Trata-se de relatos de naturalistas e viajantes além de documentos ligados à ocupação das terras como os da Comissão de Demarcação dos Limites (1751-1753) ou Expedição de Demarcação das Fronteiras (1769-1799). Entre 1783 e 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira percorre a região e junta uma importante documentação sobre os habitantes, os fortes, a fauna e a flora. Nos século XIX, as viagens se multiplicam. No entanto, os aspectos ligados à agricultura se limitam muitas vezes a dados sobre a produção e a circulação da farinha de mandioca, principal recurso alimentar para o abastecimento dos postos.

Na segunda metade do século XX, a produção bibliográfica vai se intensificando principalmente na área dos estudos antropológicos do Alto Rio Negro ou de outras disciplinas que se relacionam à mobilidade, ao uso dos recursos biológicos, à alimentação, à cultura material ou outros aspectos da prática agrícola *(s.l.)*. A bibliografia sobre a cultural material da região também é expressiva.

Um importante conjunto de fontes testemunha a vitalidade contemporânea da cultura indígena, e é constituída pelos narradores indígenas, aqui sinalizadas com *.

ÁLVAREZ, M. & MEDINA, F. X. (eds.) 2008. *Identidades en el plato. El patrimonio cultural alimentario entre Europa y América,* Barcelona: Icaria.

ANDRELLO, G. 2006. *Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê.* São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp, ISA, NUTI.

ARAÚJO e AMAZONAS L. d. S. 1984 [1852]. *Dicionário topográfico, histórico, decritivo da comarca do Alto Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas.

ATHIAS, R. 2008. *Hupdah/Tukano. Les relations inégales entre deux sociétés du Vaupés amazonien (Brésil)*. Livro Rápido. Recife.

* AZEVEDO, M. & AZEVEDO A.N. 2003. *Dahsea Hausirõ Parã uk~ushe wiophease marã bueri turi. A mitologia sagrada dos Tukano Hausirõ Porã*. São José do Rio Tiquié, São Gabriel da Cachoeira: Unirt/ Foirn.

* BARBOSA, M.M., GARCIA A.M., Garcia P., Garcia B. 2000. *Upíperi Kalísi, Histórias de antigamente. Histórias dos antigos Taliaseri-Phukurana*. Iauaretê, São Gabriel da Cachoeira: Unirva/Foirn.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 152

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

BARROS, C., BORGES, L. e MEIRA, M. A Língua Geral como identidade construída. In: *Revista de Antropologia,* São Paulo; EDUSP. 39:1, 1996 p. 191-220.

BONNEUIL C. & THOMAS F. 2009. *Gènes, pouvoirs et profits, recherche publique et régimes de production des savoirs, de Mendel aux OGM.* Paris: FPH – Quae, 618 p.

BONNEUIL, C., DENIS, G., MAYAUD J.-L. 2008. Pour une histoire des acteurs et des institutions des sciences et techniques de l'agriculture et de l'alimentation. In C. Bonneuil, G. Denis and J.-L. Mayaud (Eds.) *Sciences, chercheurs et agriculture. Pour une histoire de la recherche agronomique*, Paris: L'Harmattan – Quae, pp. 5-44.

BOSTER, J. 1984. Classification, cultivation, and selection of Aguaruna cultivars of Manihot esculenta (Euphorbiaceae). *Advances in Economic Botany* 1, 34-47.

Brandhuber G. 1999. Why Tukanoan migrate ? Some remarks on conflict on the Upper Rio Negro. *Journal de la Société des Américanistes* 85:261-280.

Bruzzi, A. A da Silva, 1962. *A civilização indígena do Uaupés*. São Paulo: Centro de Pesquisas de Iauaretê.

BUCHILLET, D. (s.d.) *Os índios da região do Alto Rio Negro. História, etnografia e situação das terras*. Datilo, 58 p.

BUCHILLET, D. 1983. *Maladie et mémoire des origines chez les Desana du Uaupès : conceptions de la maladie et de la thérapeutique d'une société amazonienne, Doctorat 3e cycle, Ethnol., Nanterre : Université Paris 10, 265 p.*

BUCHILLET, D. 1987. «Personne n'est là pour écouter» : les conditions de mise en forme des incantations thérapeutiques chez les Desana du Uaupés brésilien, *Amerindia, 12: 7-32.*

BUCHILLET, D. 1988. Interpretação da doença e simbolismo ecológico entre os índios Desana. *Bol. Museu Pará Emílio Goeldi* 4 (1): 27-42.

BUCHILLET, D. 1995. Perles de verre, parures de blancs et «pots de paludisme» : épidémiologie et représentations Desena des maladies infectieuses (Haut Rio Negro, Brésil). *Journal de la Société des Américanistes, 81, 181-206.*

CABALZAR, A. & RICARDO, A. (eds.). 2006 (3° ed. atualizada). *Povos indígenas do alto e médio Rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do*

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 153

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

noroeste da Amazônia brasileira, São Paulo /São Gabriel da Cachoeira: ISA/ Foirn.

CABALZAR, A. (Ed), 2010. *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro.* ISA / FOIRN, São Paulo / São Gabriel da Cachoeira.

CABALZAR, A., (ed.) 2005. *Peixe e gente no alto Tiquié, conhecimentos tukano, ictiologie, etnologia*. São Paulo: ISA.

CABALZAR, A., 2003. *Kumuro, banco tukano*. São Gabriel da Cachoeira / São Paulo: Foirn/ISA.

CARDOSO, T. M. 2008. Etnoecologia, construção da diversidade agrícola e manejo da dinâmica espaço-temporal dos roçados indígenas no rio Cuieiras, baixo Rio Negro (AM). Dissertação de mestrado em ecologia, Manaus: Inpa, 156 p.

CUNHA, M. C. da & ALMEIDA M. 2002. *Enciclopédia da Floresta, o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações,* São Paulo, Ed. Companhia das Letras.

Carvalho J.C. M. 1952. Notas de viagem ao rio Negro. *Museu Nacional, publicações avulsas*, 9, Rio de Janeiro.

CHERNELA, J.M. 1986. Os cultivares de mandioca na área do Uaupês (Tukâno). In Ribeiro B. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira – Etnobiologia*. Petrópolis: Ed. Vozes/ FINEP, pp. 151-158.

CLARK, K., UHL, C. 1987. Farming, Fishing, and Fire in the History of the Upper Rio Negro Region of Venezuela. *Human Ecology* 1 (15):1-26.

CLEMENT, C.R. 1999. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources.I. The relation between domestication and population decline. *Economic Botany* 53 (2): 188-202.

CLEMENT, C. R., de Cristo-Araújo, M., D'Eeckenbrugge, G. C., Alves Pereira, A. & Picanço-Rodrigues, D. 2010. Origin and Domestication of Native Amazonian Crops. *Diversity,* 2, 72-106.

CORBELLINI, L. M. 2004. *Manejo e Agrobiodiversidade na Agricultura Indígena em Barcelos, Rio Negro (AM), Brasil*. Monografia de graduação em Ciências Biológicas Ênfase Ambiental, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 60 p.

* CORNELIO, J.M., FONTES, R., DA SILVA M., DA SILVA

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 154

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

M., MANUEL L., SILVA I. da M. 1999. *Waferinaipe Ianheke,* A sabedoria dos nossos antepassados. Histórias dos *Hohodene* e dos *Walipere-Dakenai do rio Aiairi*. São João Batista do Rio Tiquié, São Gabriel da Cachoeira: Acira / Foirn.

CORREA, F. 1996. *Por el camino de la anaconda remedio. Dinámica de la organizacion social entre los Taiwano del Vaupés.* Bogotá: Tercer Mundo Editores.

COUDREAU, H. 1887-1889. *La France équinoxiale*. Paris: Ed. Chamalelle Aîné.

DAVALLON, J. 2002. Les objets ethnologiques peuvent-ils devenir des objets de patrimoine? *Le musée cannibale.* Neuchâtel: Mus. D'Ethnographie, 169-187.

DELATTRE, P. *Systèmes, structure, fonction et évolution, essai d'analyse épistémologique*, Maloine, Paris, 1984.

DELGADO, H.,H. & Lombana P. C. 1987. La artesania indigena en las selvas del Vaupés. *Boletin de Antropologia,* Universidad de Antioquia, 6 (21): 101-124.

DESCOLA, P. 2010. Manières de voir, manières de figurer. *In* Descola, P. (Ed.), *La Fabrique des Images, visions du monde et formes de la représentation*. Musée du Quai Branly, Paris, pp. 11-20.

DESMOULIÈRE, S. 2001. Approche ethnobotanique de la diversité variétale du manioc en Amazonie centrale : gestion et perspectives de conservation. Doctorat, Ethnobiologie, Museum National d'Histoire Naturelle, Paris.

* DIAKURU KISIBI. 1996. *A mitologia sagrada dos Desana-Wari Dihputiro Põrã*. Igarapé Cucura, São Gabriel da Cachoeira: Unirt / Foirn.

DIAS C. de J. (Ed). 2008. *Santa Isabel do Rio Negro (AM): situação Socioambiental de uma cidade ribeirinha no noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo/ Santa Isabel do Rio Negro / São Gabriel da Cachoeira: ISA / Acimrn / Foirn.

DIAS C. de J. 2009. Um patrimônio invisível: Documentação e pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro – AM. *Relatório de atividades de Projeto realizado no âmbito do PNPI 2007*. Iphan, Brasília / ISA, São Paulo, 11p.

DOLE, G. 1978. The Use of Manioc among the Kuikuru : Some Interpretations. *In* Ford R.I. (ed), *The Nature and Status of Ethnobotany*. Anthropological Papers n° 67,

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 155

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Museum of Anthropology, Ann Arbor. pp. 217-248

DUFOUR, D.L. 1984. The Time and Energy Expenditure of Indigenous Women Horticulturalists in the Northwest Amazon American. *Journal of Physical Anthropology* 65 (1):37-46.

DUFOUR, D. L. 1984. The use of bitter cassava in Northwest Amazon. *Cassava Newsletter* 8 (2):6-7.

DUFOUR, D. L. 1985. Manioc as a dietary staple: implications for the budgeting of time and energy in the Northwest Amazon. *In* D. Cattle, K. H. Schwerin (eds) *Food energy in tropical écosystème*,. New York: Gordon and Breach Science Publishers.

DUFOUR, D. L., 1988. Cyanide content of cassava (*Manihot esculenta* Crantz, Euphorbiaceae) cultivars used by Tukanoan Indians in Northwest Amazônia. *Economic Botany,* 42 (2): 255-266.

DUFOUR D. L. 1993. The bitter is sweet: a case study of bitter cassava (*Manihot esculenta*) use in Amazônia, In *Tropical Forests, People and Food — Biocultural interactions and Applications to Development*. Edited by Hladik C.M., Hladik A., Linares O.F., Pagezy H., Semple A., Hadley M., Paris: The Parthenon Publishing Group, Unesco, pp. 575-588.

ELOY, L. 2005. *Entre ville et forêt : le futur de l'agriculture amérindienne en question -Transformations agraires en périphérie de São Gabriel da Cachoeira, Nord-ouest amazonien, Brésil*. doctorat, Géographie, Université de Paris 3, Paris.

ELOY, L. 2008. Diversité alimentaire et urbanisation. *Anthropology of food* 4. http://aof.revues.org/document2882.html. Acessado em 30/05/2008.

ELOY, L. 2008. Resiliência dos sistemas indígenas de agricultura itinerante em contexto de urbanização no noroeste da Amazônia brasileira. *Confins* 2 (2).

ELOY, L., LE TOURNEAU F.-M. & Théry H. 2005. Une ville dans la forêt : São Gabriel da Cachoeira, capitale isolée du haut Rio Negro. *Cybergeo : Revue européenne de géographie* 304:1-39.

EMPERAIRE, L. & ELOY, L. 2008. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 3 (2): 195-211.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

EMPERAIRE, L. 2000. Entre selva y ciudad: estrategias de producción en el Rio Negro Medio (Brasil). *Bulletin de l'Institut Français d'Etudes Andines* 29 (2):215-232.

EMPERAIRE, L. 2001. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na Amazônia brasileira. In J. P. Capobianco (Eds). *Biodiversidade da Amazônia brasileira, avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios*, São Paulo: ISA / Estação Liberdade, pp. 225-234.

EMPERAIRE, L. 2005. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 32:23-35.

EMPERAIRE, L. 2006. Histórias de plantas, histórias de vida: uma abordagem integrada da diversidade agrícola tradicional na Amazônia. *SBEE* 3: 189-198.

EMPERAIRE, L., MÜHLEN, G. S., FLEURY, M., ROBERT, T., MCKEY, D., PUJOL, B., ELIAS, M. 2003. Approche comparative de la diversité génétique et de la diversité morphologique des maniocs en Amazonie (Brésil et Guyanes). *Les Actes du BRG* 4: 247-267.

EMPERAIRE, L., ROBERT, P. de, SANTILLI J., ELOY L., VELTHEM L.H. van, KATZ E., LOPEZ C., LAQUES A.-É., CARNEIRO DA CUNHA M., ALMEIDA M. 2008. Diversité agricole et patrimoine dans le moyen Rio Negro (Amazonie brésilienne). *Les Actes du BRG,* 7: 139-153.

EMPERAIRE L., VELTHEM L.H. van, OLIVEIRA A.G. 2008. Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: o manejo da diversidade agrícola no médio Rio Negro (AM). *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, ABA, 01-04/06/2008, at Porto Seguro (BA). (on line)

EPPS P. No prelo. Language and subsistence patterns in the Amazonian Vaupés. *In* Güldemann T., Rhodes R. & P. McConvell (eds). *The languages of hunters-gatherers. Global and historical perspectives.* Cambridge University Press, Cambridge.

ERIKSON P. (ed.). 2004. *La pirogue ivre. Bières traditionnelles en Amazonie*, Musée français de la Brasserie, Saint-Nicolas de Port, 2004, 140 p., ill.

FERREIRA, A. R. 1974. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará,*

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá [1783-1793]. Memória, vol. I : Antropologia, vol. II : Zoologia, Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

FIGUEROA, A. L. G. 1997. *Guerriers de l'écriture et commerçants du monde enchanté : histoire, identité et traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie centrale, Brésil).* Thèse de doctorat en Anthropologie, Paris: EHESS, 583 p. annexes.

FLOYD S. 2007. Changing Times and Local Terms on the Rio Negro, Brazil: Amazonian Ways of Depolarizing Epistemology, Chronology and Cultural Change. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 2 (2):111 – 140.

GALVÃO E. 1959. Aculturação indígena no Rio Negro. *Bol. Mus. E. Goeldi, sér. Antrop.* 7:1-60.

GALVÃO E. 1976 Encontro de sociedades tribal e nacional no Rio Negro, Amazonas. In: Schaden, E. (ed.) *Leituras de Etnologia Brasileira*. S. II Ciências Sociais, V.7 São Paulo: Cia Editora Nacional, pp. 421-434.

GALVÃO E. 1979a [1960]. Aculturação indígena no Rio Negro. *In* Galvão E. (ed.) *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 135-192.

GALVÃO E. 1979b [1963]. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. In: Galvão E. (ed.) *Encontro de Sociedades. Índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 229-256.

GALVÃO E. 1979c [1960]. Mudança cultural na região do Rio Negro. In Galvão E. (ed.) *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp120-125.

GALVÃO E. 1979d [1960]. O artesanato indígena na Amazônia brasileira. In: *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp 291-300.

GALVÃO W.S. & Galvão R.C. 2004. *Livro dos antigos Desana-Guahari Dupitiro Porã*. São João Batista do Rio Tiquié, São Gabriel da Cachoeira: Onimrp / Foirn.

GARIBALDI A. & Turner, N.J. 2004. Cultural keystone species: implications for ecological conservation and restoration. *Ecology and Society* 93:1-18.

GARNELO L. & BARRETO BARÉ G., eds. 2009. *Comidas tradicionais*

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 158

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

indígenas do Alto Rio Negro. Manaus: Fiocruz.

GARNELO L. & BUCHILLET D. 2006. Taxonomias das doenças entre os índios Baniwa (Arawak) e Desana (Tukano oriental) do alto Rio Negro (Brasil). *Horizontes Antropológicos*, 26: 231-260.

GARNELO L. 2007. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares baniwa. *História, Ciências, Saúde*, 14: 191-212.

* GENTIL G. dos S. 2000. *Mito tukano, quatro tempos de antiguidade*. Frauenfeld (CH): Walgudt.

* GENTIL G. dos S. 2005. *Povo Tukano, cultura, história e valores, Autores Indígenas*. Manaus: Edua.

GERMAN L. 2004. Ecological Praxis and Blackwater Ecosystems: A Case Study From the Brazilian Amazon. *Human Ecology* 32 (6):653-683.

GIRÃO C. 2001. Arte e patrimônio. Olhar o Brasil. Brasilia: *Rev.do IPHAN*, 29: 102-121.

GOULARD J.-P., 2010. El noroeste amazónico en perspectiva: una lectura desde los siglos V-VI hasta 1767. *Mundo amazónico* 1: 183-213.

GOULDING M., Carvalho M.L.& Ferreira. E.G. 1988. *Rio Negro, rich life in poor water, amazonian diversity and foodchain ecology as seen through fish communities*. The Hague: SBP Academic Publishing.

GRENAND F. & FERREIRA E.H. 1989. *Pequeno dicionário da língua geral*. Manaus: Seduc / Núcleo de Recursos Tecnológicos.

GRENAND F. 1996, *Cachiri* : l'art de vivre de la bière de manioc chez les Wayãpi de Guyane, *In* Bataille-Benguigui, M. C. & Cousin F. (eds.), *Cuisines. Reflets des sociétés*, Paris, Sépia/Musée de l'Homme, pp. 325-345.

HECKENBERGER M.J., Petersen J.B., Neves E. 1999. Village Size and Permanence in Amazonia: Two Archaeological Examples from Brazil. *Latin American Antiquity* 10 (4): 353-376.

HECKLER S. & ZENT S. 2008. Piaroa Manioc Varietals: Hyperdiversity or Social Currency? *Human Ecology* 36, 679-697.

HUGH-JONES C. 1979. *From the Milk River. Spatial and Temporal Processes in Northwest Amazonia.* Cambridge University Press. Cambridge.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

HUGH-JONES S. 1979. *The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

HUGH-JONES S. 1996. Les concepts "aliment" et "drogue" des populations du nord-ouest de l'Amazonie. *In* Hladik C.M., Hladik, A., Pagézy, H., Linares, O.F., Koppert, G.J.A., Froment, A *L'alimentation en forêt tropicale.* Unesco. Paris. pp. 817-834.

HUGH-JONES C. & S. Hugh-Jones. 1996. La conservation du manioc chez les Indiens Tukano: technique et symbolique. *In* Hladik C.M., Hladik, A., Pagézy, H., Linares, O.F., Koppert, G.J.A., Froment, A *L'alimentation en forêt tropicale.* Unesco. Paris. pp. 897-902.

HYBAM, Banco de dados: hidrogeoquímica da bacia amazônica. http://hibam.ana.gov.br/.

IBGE. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*, Rio de Janeiro: IBGE.
IBGE. 2000. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico*, IBGE, Rio de Janeiro.

IBGE. 2007. *Contagem da população 2007*, IBGE, Rio de Janeiro.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=./pub/Censos#>, Acesso em: 15/01/2008, 15/12/2009 e 20/12/2015.

Instituto Sinchi/Comunidades cubeas del Cuduyari. Transformación y elaboración de alimentos con especies vegetales y animales por las comunidades cubeas del Cuduyari. Instituto Sinchi/Alcaldía de Mitú/RESA-Acción Social.

ISA – Instituto Socioambiental, 2007. *Amazônia brasileira mapa*, São Paulo: ISA.

ISA – Instituto Socioambiental, 2008. Assembléia da Foirn realiza eleições e debate demarcação, mineração e estatuto dos povos indígenas. *Notícias Socioambientais*. ISA, São Paulo.

JORDAN C.F. 1989. *An Amazonian rain forest. The structure and function of a nutrient stresssed ecosystem and the impact of slash and burn agriculture*. Vol. 2. Paris: Unesco/MAB.

JOURNET N. 1995. *La paix des jardins. Structures sociales des indiens Curripaco du haut Rio Negro (Colombie).* Paris: Institut d'Ethnologie XXXI, 384 p.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

KATZ E. 2009. Alimentação indígena na América latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? *Espaço Ameríndio* 3 (1):25-41.

KATZ E., Robert P. de, Velthem L.H. van, Almeida M., Santilli J., Eloy L., Rizzi R. & Emperaire L. 2008. La valorización del patrimonio culinario amazonico através de las indicaciones geográficas. *In* Alvarez M. & Medina F.X. (eds). *Identidades en el plato. El patrimonio cultural alimentario entre Europa y América*, Barcelona: Icaria.

KOCH-GRÜNBERG T. 2005 [1905-1907]. *Dois anos entre os indigenas. Viagens no noroeste do Brasil 1903/1905*. Manaus: EDUA /FSDB.

KUHNLEIN H.V. & Receveur O. 1996. Dietary change and traditional food systems of indigenous peoples. *Annu. Rev. Nutr.*, 16: 417-442.

LASMAR C. 2005. *De volta à Lagoa do Leite, gênero e transformação em São Gabriel da Cachoeira (alto Rio Negro)*, São Paulo, Rio de Janeiro: UNESP, ISA, NUTI.

LEME DA SILVA A. 2003. *Uso de recursos por populações ribeirinhas do Médio Rio Negro*. Tese de doutorado em Ecologia, Instituto de Biociências., São Paulo: USP, 237 p.

LEME DA SILVA A. 2007. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). *Revista de Antropologia* 50:125-179.

LÉOTARD G., DUPUTIÉ A., KJELLBERG F., DOUZERY E. J. P., DEBAIN C., GRANVILLE J.-J. de, MCKEY D. 2009. Phylogeography and the origin of cassava: New insights from the northernn rim of the Amazonian basin. *Molecular Phylogenetics and Evolution* 53: 329-334.

LÉVI-STRAUSS L., 2001. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção de bens imateriais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 147: 23-27.

LINDEN N. van der. 1984. *Tradition et transformation chez les caboclos du Rio Negro au Brésil*. Paris: Paris III, D.E.A.

LOPES DA SILVA A., em curso, *Pimentas na Bacia do Içana-Ayari: Relatório Técnico Final de Pesquisa,* São Gabriel da Cachoeria: ISA/FAPEAM

LOPES DE SOUZA B. 1959, *Do Rio Negro ao Orenoco (A terra – o homem).*

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Rio de Janeiro: Min. Agricultura/ Cons. Nac. Proteção aos Indios.

LOPEZ HERNANDEZ D., M.P. GARCIA GUADILLA, F. TORRES, P. CHACON &M.G. PAOLETTI. 1997. Identification, characterization and preliminary evolution of Venezuelan Amazonian production systems in Puerto Ayacucho savanna-forest ecotone. *Interciencia* 22 (6):307.

LUETZELBURG P. von. 1931. O Rio Negro. *O Campo* 2 (4):74-78.

MAIA M. & MAIA T. 2004. *Isa Yekesimia Masike': o conhecimento de nossos antepassados, uma narrativa Oyé*. Iauaretê, AM, São Gabriel da Cachoeira, AM: Coidi/Foirn.

MARTINI A. L. 2008. *Filhos do homem: a introdução da piscicultura entre populações indígenas no povoado de Iauaretê, rio Uaupés.* MS Mestrado, Unicamp, 158 p.

MAZOYER M. & ROUDART L. 1997. *Histoire des agricultures du monde*. Histoire, Points. Paris: Le Seuil.

MEIRA M. 1990. Baniwa, Baré, Warekena, Maku, Tukano... : os povos indígenas do "baixo rio Negro" querem ser reconhecidos. In Ricardo C.A. (ed.) *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. Aconteceu Especial* 18 – São Paulo: CEDI.

MEIRA M. 1991 *O tempo dos patrões. Extrativismo da piaçava entre os indios do rio Xié (Alto rio Negro).* Dissertação de mestrado, UNICAMP.

MEIRA M. 2006. Índios e Brancos nas águas pretas. *In* Forline L., Murrieta R.S.S., Vieira I.C.G. (eds.), *Amazônia, além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, pp. 183-226.

MELATTI J.C., Índios da América do Sul, Áreas Etnográficas. <http://www.geocities.com/juliomelatti/ias.htm>, Acesso em: 05 setembro 2004.

MILLIKEN W., Albert B. & Goodwin G. G. 1999. *Yanomami, a forest people.* Kew: Royal Botanic Garden.

MILTON K. 1984. Protein and carbohydrates resources of the Maku Indians of Northwestern Amazonia. *American Anthropologist,* 86(1):7-27.

MOWAT L. 1989. Cassava and chica. Bread and beer of the Amazonian Indians. *Shire Ethnography*, 11.

MURRIETA R. S. S. & D. DUFOUR. 2004. Fish and Farinha: Protein and Energy Comsumption in Amazonian Rural Communities on Ituqui

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 162

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Island, Brazil. *Ecology of Food and Nutrition* 43 (3): 231-55.

NEVES E. G. 2000. *Paths in dark waters: Archaeology as Indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon.* PhD, Indiana University, United States – Indiana.

NEVES E. G. 2001. Indigenous historical trajectories in the upper Rio Negro basin. *In* McEwan C., BARRETO C. & E. Neves (eds.). *Unknown Amazon*. The British Museum Press, London. pp. 266-286.

NEVES E.G. 2006. Tradição oral e arqueologia na história indígena no Alto Rio Negro. *In* Forline L., Murrieta R.S.S., Vieira I.C.G. (Eds.), *Amazônia, além dos 500 anos*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, pp. 71-108.
NIMUENDAJÚ C. 1982 [1927]. *Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés (1927). In: Textos Indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Ed. Loyola.

Nogueira L., Falcão M.A., Hilário, Melgueiro M.D.R., Penha Barreto M.A., da Silva M.L., Fernandes Neri I., Sanches J., Rodrigues Barroso M., da Silva de Menezes O., Aragão R.P., Gomes de Castro S., Monteiro V., Dias C., Eloy L. & Emperaire L. 2010. História de vida das plantas e agricultura indígena no médio e alto Rio Negro. *In* Cabalzar A. (ed.) *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro.* São Paulo / São Gabriel da Cachoeira: ISA / FOIRN, pp. 192-203.

OLIVEIRA A. de & Daly, D.C. (eds.). 2001. *Florestas do Rio Negro*, Companhia das Letras, UNIP, São Paulo.

OLIVEIRA A. E. de. 1975. São João – povoado do Rio Negro (1972). *Bol. Mus. E. Goeldi, Nov. sér., Antrop.* 58, 56 p.

OLIVEIRA A.G. 1995. *O mundo transformado: um estudo da cultura da fronteira no Alto Rio Negro*. Col. Eduardo Galvão, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.

OLIVEIRA A. G. da & ANDRELLO G. 2007. *Dossiê de registro da Cachoeira de Iauaretê como lugar sagrado dos povos indígenas do rio Uaupés*. Brasília: Iphan, 70 p.

OLSEN K. M. & SCHAAL B. A. 2001. Microsatellite variation in cassava (Manihot esculenta, Euphorbiaceae) and its wild relatives: Further evidence for a southern Amazonian origin of domestication. *American Journal of Botany* 88 (1): 131-142.

OVERING J. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 163

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

os Piaroa, 1991. *Revista de Antropologia*, V. 34, São Paulo: EDUSP.

Pacta 2004. *Populações, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais na Amazônia brasileira*. Cooperação bilateral Unicamp-IRD. ASCIN/CNPq, Brasília, p. 25.

Pacta 2005. *Obtenção do termo de anuência prévia para o projeto Agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia*. Unicamp, Campinas, p. 82+anexos.

PAOLETTI M. G., BUSCARDO G., DUFOUR D. L. 2000. Edible invertebrates among Amazonian Indians: a critical review of desappearing knowledge. *Env., Dev. & Sust.* 2:195-225.

PAOLETTI, M. G., DUFOUR, D. L., CERDA ,H., TORRES, F., PIZZOFERRATO, L.,

PIMENTEL, D. 2000. The importance of leaf – and litter – feeding invertebrates as sources of animal protein for the Amazonian Amerindians. *Proceedings of the Royal Society Biological Sciences Series B* 267 (1459): 2247-2252.

Pereira, R. N. R. 2007. *Comunidade Canafé: História indígena e etnogênese no médio Rio Negro*. Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

PERES, S. 2003. *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro*, Tese, Doutorado em Antropologia, Unicamp, Campinas.

PERRY, L. 2002. Starch Granule Size and the Domestication of Manioc (*Manihot esculenta*) and Sweet Potato (*Ipomoea batatas*). *Economic Botany* 56 (4): 335-349.

PIPERNO D.R. & PEARSALL D.M. 1998. *The origins of agriculture in the lowland tropics*. London, New York: Academic Press.

RAMIREZ, H. 1997. *A Fala Tukano dos YE'PÂ – MASA, Dicionário*. Manaus: Cedem.

RAMIREZ, H. 2001. *Dicionário da língua baniwa*. Manaus: Edua.

REICHEL-DOLMATOFF, G. 1968. *Desana. Simbolismo de los Indios Tukano de Vaupés*. Universidad de los Andes. Bogotá.

REICHEL-DOLMATOFF G. 1985. Basketry as metaphor. Arts and crafts of the Desana Indians of the Northwest Amazon. *Ocasional papers of the Mus. of Cultural History, 5*, University of California Press.

REICHEL-DOLMATOFF, G. 1995. *The Forest Within: The World-view*

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

of the Tukano Amazonian Indians. Themis Books, Totnes (Devon).

RIBEIRO, B. 1985. A arte do trançado dos índios do Brasil. Um estudo taxônomico. Belém: MPEG/ FUNARTE.

RIBEIRO, B. 1987. A linguagem simbólica da cultura material. Arte Índia. *Suma etnológica brasileira.* V.3 Petrópolis: Vozes/FINEP, pp. 15-27.

RIBEIRO, B. 1988. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP,

RIBEIRO, B. 1989. *Arte indígena, linguagem visual*. Belo Horizonte: Itatiaia, 180 p.

RIBEIRO, B. G. 1995. *Os Índios das águas pretas*, São Paulo: Edusp/ Companhia das Letras, São Paulo.

RICARDO, C. A. 2000. *Arte Baniwa, cestaria de arumã*. São Gabriel da Cachoeira/São Paulo: Foirn / ISA.

ROCHE, M. L., CREED-KANASHIRO, H. M., TUESTA I. & H. V. KUHNLEIN, 2007. Traditional food system provides dietary quality for the Awajún in the Peruvian Amazon. *Ecology of Food and Nutrition*, 46-5, 377-399.

ROJAS, F. A. 1997. *Sciencias Naturales en mitologia Curripaco.* Guainia: Secretaria Educativa y Cultural.

SAMPAIO, F. X. R. de. 1907. Appendice ao Diário de viagem que em vizita e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma no ano 1774-75. *Ann. Bibl. Arch. Públ. do Pará* 6:69-118.

SANTILLI, J. 2009. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores,* São Paulo, Ed. Peirópolis, 519 p.

SAVARY, C. 1989. L'objet ethnographique: moyen de connaissance des cultures ? *Bulletin annuel Musée d'Ethnographie*, 31/32: 65-80.

SCHOEPF, D. 1979, *La marmite Wayana. Cuisine et société d'une tribu d'Amazonie.* Musée d'ethnographie, Genève.

SILVA COSTA, F.W. 2009. *Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia*, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVERWOOD-COPE, P. L. 1990. *Os Makú : povo caçador do noroeste da Amazônia.* Brasília: UnB.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

SIMÕES M. F., MACHADO A.-L. 1987. Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Arqueologia* 4 (1):83-116.

SOUZA SANTOS, A. M. & MENDONÇA LIMA, M. E. 1991. Medicina Tradicional e Ocidental no Alto Rio Negro. In *Medicinas Tradicionais e Medicina Ocidental na Amazônia*, D. O. Buchillet (ed.). Belém: Mpeg/CNPq/SCT/Cejup/UEP.

TOLEDO, R. F. de, GIATTI, L.L. & FOCESI PELICIONI, M. C. 2009. Urbanidade rural, território e sustentabilidade: relações de contato em uma comunidade indígena no noroeste amazônico. *Ambiente & Sociedade* 12 (1):173-188.

UHL C. 1980. *Studies of forest, agricultural and successional environments in the upper Rio Negro basin*. PhD, East Lausing, USA, Michigan State Univ.

UHL, C., MURPHY, P. 1981. A comparison of productivities and energy values between slash and burn agriculture and secondary succession in the upper Rio Negro region of the Amazon Basin. *Agro-Ecosystems* 7 (1):63-83.

* UMUSI PÃRÕKUMU & TÕRÃMU KEHIRI. 1995. *Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana-Kehiripõrã*. São João Batista do Rio Tiquié, São Gabriel da Cachoeira: Unirt/Foirn.

VELTHEM L. H. van. 1992. Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos. In: Benzi Grupioni L.D. (org.). *Indios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, p. 83-92.

VELTHEM, L. H. van. 1998. *A pele de tuluperê. Uma etnografia dos trançados wayana*. Belém: MPEG/FUNTEC, 251 p.

VELTHEM, L. H. van. 1999. *A mandioca: arte e tecnologia*. Relatório para o Projeto "Manejo dos recursos biológicos na Amazônia: a diversidade varietal da mandioca e sua integração nos sistemas de produção", 14 p. datilo.

VELTHEM, L. H. van. 2000. Os Primeiros Tempos e os Tempos Atuais Artes Indígenas, In: Aguilar N. (org.). *Artes Indígenas*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, pp. 58-91.

VELTHEM, L. H. van. 2003. O belo é a fera. A estética da produção e da predação entre os Wayana. Lisboa: Assírio e Alvim, 446 p.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 166

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

VELTHEM L. H. van. 1996, 'Comer verdareiramente': produção e preparação de alimentos entre os Wayana. *Horizontes Antropológicos*. Comida, 4: 10-26.

VIDAL L. & SILVA, A.L. 1995. *O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. A temática indígena na escola.* Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, pp. 369-402.

VIDAL L. (org). 1992. *Grafismo Indígena. Estudos de antropologia estética*. São Paulo: Estúdio Nobel/FAPESP/ EDUSP, 296 p.

WALLACE A. R. 1853. *A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*. New York: Dover Publications, Inc.

WALLACE A. R. 1971 [1853]. *Palm trees of the Amazon and their uses* (A facsimile reprint of the original edition of 1853). Lawrence, Kansas: Coronado Press.

WILSON W. M. 2003. Cassava (*Manihot esculenta* Crantz), cyanogenic potential, and predation in northwestern Amazonia: the Tukanoan perspective. *Human Ecology* 31 (3):403-416.

WILSON W. M., DUFOUR D. 2002. Why bitter cassava ? productivity of bitter and sweet cassava in a tukanoan indian settlement in the northwest Amazonia. *Economic Botany* 56 (1):49-57.

ZUCCHI A., 1987. *El Negro-Cassiquiari-Alto Orinoco como ruta conectiva entre el Amazonas y el norte de Suramerica*. IVIC, Caracas.

ZUCCHI A., 2002. Secret Religious Cults and Political Leadership: Multiethnic Confederacies from Northwestern Amazonia. *In* Hill J. & Santos-Granero F. (Eds.), *Comparative Arawakan Histories, Rethinking language family and culture area in Amazonia*. University of Illinois Press, Urbana y Chicago, pp. 248-268.

Outras fontes são os trabalhos realizados no Alto Rio Negro no âmbito do Programa Rio Negro, do Instituto Socioambiental, a partir de pesquisa, ensino e valorização econômica e/ou cultural dos vários aspectos da vida local (calendário ecológico, floresta, agricultura, manejo dos recursos florestais, processos ecológicos etc. São eles:

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2001. *Mariya dita. Iñanunuse masire*. (Nossa Terra.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 167

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Conhecimentos para o manejo)
AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2002 *Kiti wederira tuohoarira*. (História tuyuka de rir e assustar, publicado separadamente em port.)

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2002 *Waikura penirã, yepapu warukura. Makãrukumakara wura, diasotoa makarã wura.* (Animais que caminham, animais que voam).

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2004 *Keore*. (Matemática tuyuka).

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2005 *Wiseri makañe, niromakañe*. (Casa de Transformação, origem da vida ritual tuyuka).

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2008 *Butoa masirere, mamara tugeñare*. (Conhecimentos dos velhos, pensamento dos jovens).

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2009 *Bureko Watotire* (Calendário e passagem do tempo).

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), 2010 (no prelo) *Utapinopona kuye poseminiã niromakaraye* (Adornos cerimoniais dos Tuyuka).

AEITU (Associação Escola Indígena Utapinopona tuyuka), AEITYPP (Associação Escola Indígena Tukano Yepa piro porá), & AEITY (Associação Escola Indígena Tukano Yupuri), 2008. *Numiãye nirõ makañe wedemasiõripu/ Numiãye nirõ kahse werekahsaripu (Jornal que aborda temas importantes para as mulheres – Relato sobre a viagem das mulheres do Tiquié ao Pirá Paraná).*

AEITY (Associação Escola Indígena Tukano Yupuri) & ACIMET (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié), 2008. *Mari kahtiri pati kahse ukuri turi*. (Livro que fala sobre o meio ambiente – 'nosso mundo de vida') São Paulo / São Gabriel da Cachoeira, AM: ISA / FOIRN, AEITY, ACIMET, Coleção Bueri Turi.

AEITYPP (Associação Escola Indígena Tukano Yepa piro porá), 2010 (no prelo). *Nirõ kahse ukuri turi. Yepapirõporã tuoñase bueri turi*. (O livro de benzimentos dos Tukano Yepapirõporã). São Paulo / São Gabriel da Cachoeira: Imprensa Oficial, ISA / FOIRN, AEITYPP.

Cabalzar A. (Ed), 2010. *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro.* ISA / FOIRN, São Paulo / São Gabriel da Cachoeira.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

PORTO DE CANAFE.
FOTO: CARLA DIAS.

LOPES DA SILVA, A., em curso, *Pimentas na Bacia do Içana-Ayari: Relatório Técnico Final de Pesquisa,* São Gabriel da Cachoeria: ISA/FAPEAM.

VELD P. J. van der. 2000.gvy Relatório sobre a agricultura do Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira AM: ISA, 22 p.

Por fim, pesquisas em andamento nas escolas indígenas no alto Rio Negro, com o objetivo de incentivar a transmissão dos conhecimentos:

Basebo: pesquisa da história de origem da roça e dos cultivos e do ciclo de benzimentos associados. Pesquisa realizada por jovens, professores, homens, mulheres e velhos conhecedores da Associação Escola Indígena Tukano Yepapirõporã (AEITYPP).

Conhecimentos femininos sobre cuidados com alimentação e saúde. Ensino médio da Escola Utapinopona-Tuyuka (AEITU), Alto Tiquié.

A alimentação no Tiquié: alimentação dos antigos e mudanças na alimentação a partir do contato.

Intercâmbios com outros grupos de mulheres indígenas para troca de experiências em assuntos de interesse comum e pesquisas sobre os conhecimentos das mulheres sobre confecção de cerâmica e pinturas faciais e corporais.

Artesanato tukano e desana e sustentabilidade. Linha de pesquisa do ensino médio da Escola Indígena Tukano Yupuri (AEITY), médio Tiquié. ■

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

NOTAS

1. Os dados que constam desta publicação se referem, salvo menção contrária, à região do médio Rio Negro – AM. Justapõem informações e enunciados oriundos dos diversos horizontes étnicos e compõem uma imagem coerente dos saberes e das relações sociais construídos em torno de um mesmo objeto, a diversidade das plantas cultivadas.

2. Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN); Associação Indígena do Baixo Rio Negro (Asiba); Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Institut de Recherche pour le Développment – Unité Mixte de Recherche nº 208 Patrimoines Locaux et Gouvernance (IRD/MNHN), ISA (Instituto Socioambiental), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). Durante a instrução do processo de registro, as instituições indígenas eram presididas por Carlos Nery Piratapuia – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN); Clarindo Chagas Campos Tariana e Maria Aparecida Duque Dias Tukano – Associação Indígena do Baixo Rio Negro (Asiba); Abraão de Oliveira França – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

3. Com respeito a seus direitos intelectuais e atendimento às normas legais, previstos na MP 2186/16-2001 (Pacta, 2004, 2005), a. A ACIMRN e as duas comunidades solicitadas, Tapereira e Espírito Santo, posicionaram-se favoravelmente ao projeto e a anuência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN, Autorização nº 139, Diário Oficial da União, 04/04/2006) foi emitida.

4. O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (*know-how* ou *savoir-faire*).
O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é a instituição que concede o registro e emite o certificado.
Fonte: www.agricultura.gov.br.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 170

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

5. No decorrer das pesquisas e medidas administrativas que resultaram no Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, presidiam as associações indígenas: Carlos Neri Piratapuia – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN); Clarindo Chagas Campos Tariana e Maria Aparecida Duque Dias Tukano – Associação Indígena de Barcelos (ASIBA); Abraão de Oliveira França – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

6. Loja vinculada à FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira (AM).

7. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

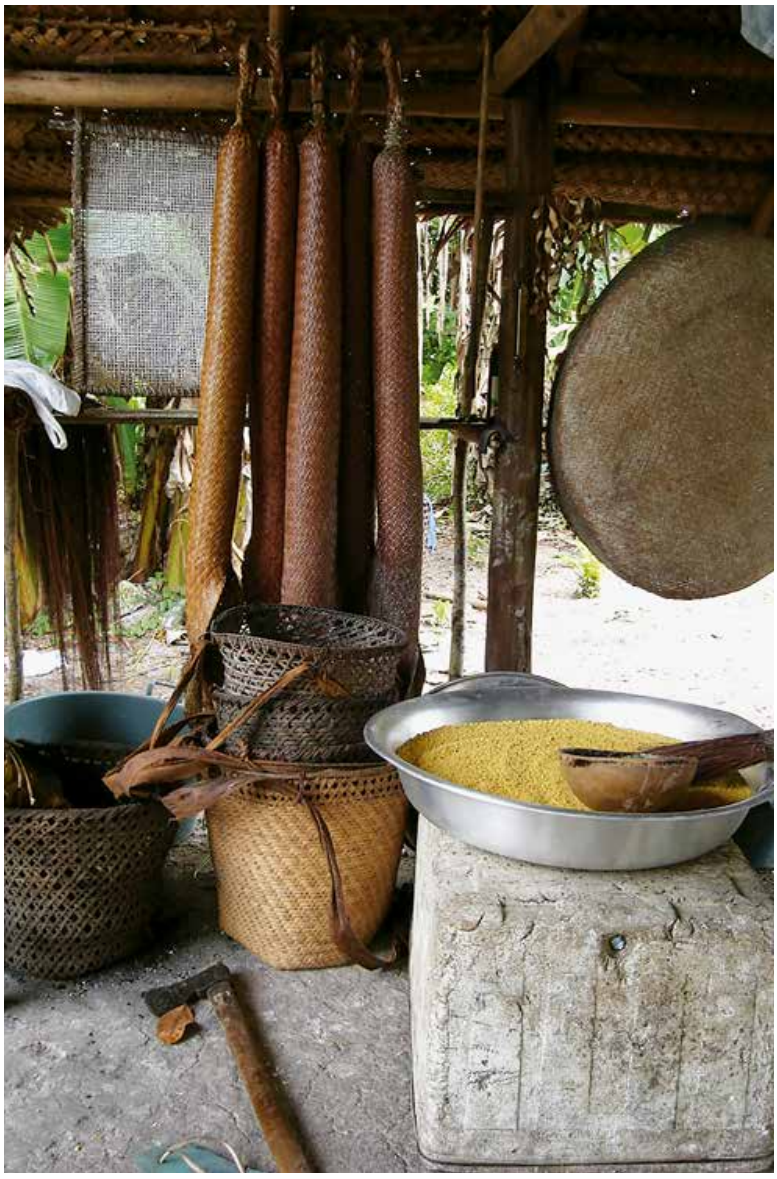
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

8. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

9. Nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, conservação *in situ* é definida como sendo a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e a reconstituição de populações viáveis de espécies nos seus ambientes naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos ambientes onde desenvolveram seus caracteres distintos. A conservação *on farm* pode ser considerada uma estratégia complementar à conservação *in situ*, já que esse processo também permite que

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 171

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



CASA DE FARINHA.
FOTO: CARLA DIAS.

as espécies continuem o seu processo evolutivo. É uma das formas de conservação genética da agrobiodiversidade, um termo utilizado para se referir à diversidade de seres vivos, de ambientes terrestres ou aquáticos, cultivados em diferentes estados de domesticação. A conservação *on farm* apresenta como particularidade o fato de envolver recursos genéticos, especialmente variedades crioulas – cultivadas por agricultores, especialmente pelos pequenos agricultores, além das comunidades locais, tradicionais ou não e populações indígenas, detentoras de grande diversidade de recursos fito-genéticos e de um amplo conhecimento sobre eles. Esta diversidade de recursos é essencial para a segurança alimentar das comunidades. A manutenção desses materiais *on farm*, com ênfase para as variedades

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

crioulas, envolve recursos nativos e exóticos adaptados às condições locais.

Fonte:http://www.mma.gov.br

10. Bebida fermentada que pode ser produzida a partir de diferentes matérias-primas como pupunha, cará, abacaxi ou batata.

11. Festas de trocas de bens, em caráter cerimonial, entre dois grupos, geralmente clãs aliados, para reforçar laços de matrimônio e afinidade.

12. Os vestígios mais antigos de mandioca, restos macrobotânicos e grãos de amido, foram encontrados no vale de Zaña, no norte do Peru, e são datados de entre 8400 e 6000 AP (antes do presente). Na região do Caquetá, na Amazônia colombiana, foram encontrados grãos de pólen datados de 4700 AP, datação também atribuída a pólens identificados em Belize. Na escavação de Parmana, na região do médio Orenoco, na Amazônia venezuelana, foram levantados indícios indiretos do cultivo de mandioca, com a presença de pedras de ralar datadas de 4000-3000 AP. No médio Amazonas, na região de Monte Alegre, cerâmicas para torrar datadas de 3600 AP também apontam para o cultivo da mandioca (Piperno, Pearsall, 1998).

13. Há que se notar que em nenhuma versão dos mitos recolhidos em campo ou na bibliografia, é feita referência à toxicidade das variedades de mandioca. Chama a atenção a história das malatinhas (pequenas formigas) oriundas da transformação dos enteados de um casal que precisou colocar timbó, planta ictiotóxica, no tucupi do padrasto, para envenená-lo (Angelina Sousa Angro Tukano, Tapereira, 1995), sendo o tucupi – sumo da mandioca – mal cozido, altamente tóxico.

14. A numeração entre parênteses refere-se as categorias descritas na tabela 4.

15. Um trabalho de categorização das plantas 'plantadas' foi realizado por Angelina Sousa Angro e Cecília Dias, ambas Tukano. A partir de umas duzentas fotos, elas diferenciaram as plantas em 17 categorias apoiadas em critérios de espaço, de uso e de forma de manejo, fazendo referência em particular à sequência de plantio.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 173

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ANEXO 1
SOBRE AS FONTES E A METODOLOGIA

A descrição e a argumentação da solicitação do registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro em bem cultural fundamentam-se em registros de dados levantados entre 1990 e 2009, com as seguintes pesquisas.

1. Pesquisa *Extrativismo na Amazônia Central*, CNPq-INPA / IRD, 1990-1996, nº 910283/87-7, coord. J. Ferraz – J.-P. Chauvel, no município de Santa Isabel do Rio Negro;

2. Pesquisa *Manejo tradicional da mandioca na Amazônia brasileira,* 1998-2000, nº 910211/97-3 CNPq-ISA / IRD coord. G. Andrello – L. Emperaire, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro (comunidade Tapereira, Santa Isabel do Rio Negro), São Gabriel da Cachoeira (São Gabriel da Cachoeira, Louro, Iauaretê, Tucumã-Rupitá, Tabocal dos Pereira) e Barcelos (Barcelos), financiamento CNPq, IRD e BRG;

3. Pesquisa *Populações, agrobiodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia*, 2005-2009, nº 130704/2005-9 CNPq-Unicamp/ IRD coord. M. Almeida – L. Emperaire, trabalhos no município de Santa Isabel do Rio Negro (Santa Isabel do Rio Negro e comunidades Tapereira e Espírito Santo), financiamento CNPq, IRD e Biodivalloc/ ANR;

4. Pesquisa *Populações, agrobiodiversidade e conhecimento tradicional associado*, 2009-2013, nº 490826/2008-3 CNPq-Unicamp/ IRD coord. M. Almeida – L. Emperaire, trabalhos no município de Santa Isabel do Rio Negro (Santa Isabel do Rio Negro e comunidades Tapereira e Espírito Santo), financiamento CNPq, IRD e PIRVE/CNRS;

5. *Documentação e Pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro / AM*, 2008-2009, nº 0039/2007 ISA – DPI/ IPHAN – ACIM RN – PACTA (coord. C. Dias).

O dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro se fundamenta nas seguintes colaborações:

- Aracy Carvalho Aguiar, Cleomar Dias Costa, Conceição Carvalho, Debania Dias, Eduarda Murilo e famílias na comunidade de TAPEREIRA, Médio Rio Negro (2006-2009);
- Edilene Serafim Lúcio e Adalberto Reis Isidoro, Isabel Silva Rodrigues, Jorgina da Silva e Zerino Sabino, Juventina de Oliveira Januário e Deoclécio Maximiano Avelino, Maria Angélica Reis e

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 174

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Elídio Isidoro Coelho, Maria das Dores Oliveira, Neuza de Braga e Juscelino Oliveira, Neuza da Silva Lúcio, Nilza Lúcio Resende e Gentil B. Serafim, Guilherme Lúcio de Braga, Rita Lúcio Fidelis, Zulmira Serafim Oliveira, Alfredo Oliveira e famílias na comunidade de Espírito Santo, Médio Rio Negro (2006-2009);

- Anabela Carvalho Bento, Anastácia dos Santos Borba, Angelina da Silva Gervásio e Moisés Gervásio, Conceição da Silva Reis, Conceição Sousa Dias e Vicente Moreno Garcia, Daniel Mercê Pinheiro, Eduarda de Jesus Barbosa Fidelis, Edna dos Santos, Elisabet Gervásio, Hilda Teixeira Nery, Inês Aires Fernandes, Joaquim Paidana Lourenço, Julia de Menezes, Jurema Carvalho Bento, Lucrécia Massimiano Avelino, Lucinda Santa Hildebrando, Luzía Nery Lemos e Ernesto Lemos, Maria de Jesus Garcia, Maria de Lourdes Cruz Alcântara, Maria Inês Ribeiro Lopes, Maria de Nazaré e Antônio, Maria Eliza Lima dos Santos, Maria Fernandes, Maria Teixeira, Melania Caminco, Moises Caetano, Odete Gervásio, Oscarina B. Aguiar e Filisberto G. Aguiar Neto, Regina Pedrina Aragão, Rene Venceslau, Rita Garcia Sampaio, Silvana Venâncio de Melo e Jorge de Melo, Walter da SIlva Monteiro e Mirlene Monteiro, Verônica Sampaio, Xavier Sousa Dias e famílias e a Missão das Irmãs Salesianas da Ordem Filhas de Maria Auxiliadora (levantamento da horta e do quintal) na cidade de Santa Isabel do Rio Negro, Médio Rio Negro (2006-2009);
- Ana Pereira, Anatólio Casemiro da Silva, Arelli Melgueiro Gomes, Etelvina e Eduardo, Francisco Alemão, Irena Baretto, José Miguel Pereira, Justina, Laura e Jari, Rosa e José, Rosalina Gomes, Wilson Cordeiro Albino e famílias, comunidade de Tabocal Dos Pereira, município de São Gabriel da Cachoeira (1999);
- Bernardo e Alícia, Bibiano e Maria Gonçalves, Carmelinda, Cecília e Otávio, Clitéria, Crispiniano Carvalho e Alícia, Ermínia Maia, Guilhermina e Miguel, Florinda, Luis Dias, Neia, Sebastião Maia e Joana Burquisa, Manuel e famílias na cidade de Iauaretê e de Clitéria e Dioniso Ferreira,

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 175

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

CANTO DE UMA CASA DE FORNO EM ESPÍRITO SANTO. FOTO: LUCIA VAN VELTHEM.

Dionisa e Cândido, Maria Vieira, Ricardo Meperiponã, Luis Meperiponã, Creuza e famílias na comunidade de Loiro no rio Uaupés, município de São Gabriel da Cachoeira (1999).

- Ercília, Pedro e Angelina, Armindo, Olora e Fernando, Laura e Otavio, Laura e Feliciano, Paulinha, Paulo Eduardo da Silva e Maria Antônia, Pedro Gabriel Francisco e Angelina Luisa Florentino e famílias da comunidade de Tucumã Rupitã, Pocinda Garcia, Valentino Benedito Paiva e Madalena Custódio de Paiva e famílias, da comunidade de Juiviterra no rio Içana, município de São Gabriel da Cachoeira (1999)
- Antônio e Carlos da Silva, Hércules da Silva e famílias na comunidade de Cum aru, Baixo Rio Negro, município de Barcelos (1997)
- Raimundo Gomes da Silva, na comunidade de Pedro Segundo, Baixo Rio Negro, município de Barcelos (1997)
- Cecília Angro e Fortunato Murilo Castro, Felícia e Francisco, Diva, Maria da Silva na cidade de Barcelos, Baixo Rio Negro, município de Barcelos (1996, 1997)
- Auxiliadora Galvão, Bety Machado, Catarina e Zé Grande, Elisabet e Flávio, João Galvão, Madalena Machado, Maria Machado, Raimunda Machado, Raimundo Galvão, Valeriana e Rafael, Zulima Galvão e famílias na comunidade Bom Jardim , Médio Rio Negro, município de Santa Isabel do Rio Negro (1997).
- Alina e Emílio, Benigna, Fátima, Nazaré e João na comunidade de Canafé, Médio Rio Negro, município de Barcelos (1997);
- Inès, Lucilena e Brás, Teodora (Dudú) na comunidade de Baturité, Baixo Rio Negro, município de Barcelos (1997)
- Cecília, Delvira, Feliciano Pimentel Lana e Joaquina Machado, Gilda, Guiomar, Josefa Gonçalves de Andrade (Dona Brazi), em São Gabriel da Cachoeira, Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira (1997 e 2001)
- Angelina da Silva Gervásio e Moises Gervásio, Angelina Sousa Dias e Clemente Murilo Castro, Anita Joaquina Dias, Debania Dias de Sousa e Ângelo, Eliete Gervásio e Edimar da Silva Monteiro, Elisabete Gervásio e José

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 176

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Bezerra, Florinda (Eduarda) Murilo e Valdir Gervásio, Guilhermina Lourenço Cândido e Juscelino Gervásio Murilo, José Maria Castro Rabelo, Maria Ladi Castro Rabelo e Paulo Murilo, Maria Lucila Gervásio e Messias, Valdemira Rabelo e Augusto Castro e famílias na comunidade de Tapereira e Alda Aguiar, Aracy Carvalho Aguiar e Domingos Cardoso e famílias no sítio de São Tomé, Médio Rio Negro, município de Santa Isabel do Rio Negro (1990-2001).

- Eliete Gervásio e Edimar da Silva Monteiro, Francisco Vargas, Maria Gama, Maria Teixeira, Odete Gervásio Dias, Maria Isabel, Neli, Pedro e Alba, Xavier Angro e Maricota Ramos, e famílias na cidade de Santa Isabel do Rio Negro, Médio Rio Negro, município de Santa Isabel do Rio Negro (1990-2001).
- Maurício e Antônia, Olávio Amancio Jacinto e Maria na comunidade Serrinha, Médio Rio Negro, município de Santa Isabel do Rio Negro (1996).

SOBRE PRÁTICAS E SABERES AGRÍCOLAS

Com a finalidade de entender as lógicas culturais e técnicas embutidas na gestão da diversidade agrícola, trabalhamos na escala das unidades domésticas e das comunidades. A língua de trabalho foi o português.
Os nomes de plantas, objetos, técnicas e processos, no entanto, foram levantados, na medida do possível, em nheengatu ou na língua do interlocutor. Além da história de vida de cada família, foram levantados dados sobre os espaços cultivados e suas formas de manejo, as plantas cultivadas e a história de vida de cada uma delas (quem deu? de onde veio?). Assim construímos o arcabouço dos fatos elementares, sociais e bioecológicos, que levam à existência de certa diversidade agrícola em um lugar.
Os levantamentos englobaram os espaços das casas de forno e o inventário dos objetos e artefatos empregados no processamento da mandioca, e as formas de preparo e consumo dos alimentos.

SOBRE A CULTURA MATERIAL

A identificação das espécies vegetais relacionadas ao cultivo e produção de alimentos e aquelas empregadas na confecção de objetos (matérias primas), constituem esferas de

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 177

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

conhecimento diferenciadas que envolvem procedimentos e instrumentais próprios. Contudo, o processamento dos produtos agrícolas envolve estudos sobre cultura material e também do sistema alimentar, pois ambos devem mencionar o uso e função dos artefatos empregados.
A utilização representa o âmbito em que são inevitáveis as superposições entre as três esferas de estudo, uma vez que todas envolvem esse aspecto central no sistema agrícola.

O inventário propôs-se a identificar, descrever e contextualizar objetos e artefatos fabricados e empregados pelos Baré e Tukano que vivem na região do médio Rio Negro. Lista-se aqui as referências obtidas nas comunidades Espírito Santo, situada na margem esquerda do Rio Negro, e Aquariquara, situada no Baixo Rio Jurubaxi, afluente da margem esquerda do Rio Negro, e ainda em Santa Isabel do Rio Negro. Nesta cidade foram visitadas roças instaladas numa região relativamente ampla cujo acesso é proporcionado pela Estrada do Aeroporto, Estrada do Tibahá e Estrada do Dará. Foram acrescentadas referências, sempre identificadas no texto, oriundas da comunidade Tabocal dos Pereira, de população predominantemente Baré, e na comunidade Loiro, situada no alto Rio Uaupés e habitada pelos Arapaço, que falam a língua tukano.

Nas comunidades, as pesquisas desenvolveram-se em espaços culturais diferenciados e marcados: a roça e o local de habitação e, nestas, as cozinhas e, sobretudo, as casas de forno. Na apresentação dos dados, na medida do possível, privilegiou-se a comunidade como unidade de análise e não propriamente as etnias (Chernela, 1987). O sentido comunitário é, portanto o eixo central desse inventário e, assim, levou em conta a descrição e análise de atividades que tivessem esse caráter e não propriamente o que se convencionou chamar de 'estudo de caso' cuja ênfase é a dos elementos particulares. Para alcançar esses objetivos, cada artefato foi minuciosamente documentado através do registro escrito e fotográfico, apresentado nos anexos.
O registro considerou indicadores qualitativos e quantitativos, articulados a critérios que consideram diferentes esferas.
Os indicadores quantitativos sobre a biodiversidade estão relacionados com as espécies vegetais empregadas na confecção dos artefatos e que são essencialmente não cultivadas (madeiras, arumã, cipós, fibras).
Neste âmbito, os indicadores

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

PREPARO DE BEIJU NA FEIRA
DE SÃO GABRIEL.
FOTO: LUDIVINE ELOY.

qualitativos informam sobre os conhecimentos relacionados com a identificação, localização e a coleta das espécies vegetais empregadas.

Os indicadores quantitativos, relacionados com a produção de artefatos incluem o número de objetos que são diferenciados de alguma maneira (nome, material, forma) e utilizados no plantio, transporte e processamento da mandioca. Igualmente importante a ser considerado é a participação masculina e/ou feminina no processamento e nos artefatos que são produzidos para a venda no mercado urbano, e os que são adquiridos nesse mercado para uso na comunidade. Os indicadores qualitativos incluem o processamento das matérias-primas, as técnicas de confecção e os elementos que são dotados de características estéticas, a transmissão desses conhecimentos.

Em relação às comunidades locais, os indicadores quantitativos giram em torno do número de casas de forno e a correlação existente entre estas e os usuários (indivíduos/famílias/parentela extensa). Os indicadores qualitativos estão relacionados com a organização social do trabalho nas casas de forno e na utilização dos artefatos e também com a correlação existente entre os artefatos, a cosmologia e outras formas de pensar o mundo, e ainda com os sistemas cognitivos de apreensão e classificação dos artefatos. Deve ser mencionado o interesse das comunidades locais no reconhecimento do sistema de objetos empregados no processamento da mandioca, e sua inserção nos procedimentos de reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial. ■

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 179

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ANEXO 2 RELAÇÃO DOS NOMES DE MANIVAS E MACAXEIRAS CULTIVADAS NO RIO NEGRO

O inventário aqui apresentado resulta dos trabalhos de campo desenvolvidos desde 1995 na região do Rio Negro. Respondeu a três objetivos:

(i) evidenciar a alta diversidade de mandiocas cultivadas na região do Rio Negro;

(ii) constituir um inventário de referência para avaliação dos mecanismos de erosão genética;

(iii) assegurar os direitos das populações locais sobre o material vegetal localmente selecionado.

Para cada variedade foi indicado se se trata de mandioca (brava) ou de macaxeira (mansa) =e sua frequência dentro de cada amostra dos 90 agricultores entrevistados cujas roças foram visitadas. Essa relação não representa, portanto, a diversidade total da área estudada, mas uma parte dela.

Os nomes de variedades foram transcritos na língua na qual foram enunciados, com tradução em português. Os nomes de origem tupi, utilizados em regiões de fala dominante portuguesa, foram transcritos em português; em regiões de fala nheengatu os nomes foram escritos seguindo as normas de Grenand & Ferreira, 1989. Ex.: sacaí / çakáy; uará / wará.

As seguintes regras de transcrição foram adotadas:

- para o tukano, Ramirez, 1997
- para o baniwa Ramirez, 2001
- para a língua geral, Grenand & Ferreira. 1989.

Alguns nomes não foram encontrados nos vocabulários existentes.

Grafia:

Em razão de limitação técnica dos softwares utilizados, os "e", "i" ou "u" com til (~), da notação de Ramirez (2001), foram transcritos em "ë", "ï"ou "ü"

Abreviações
mdc mandioca brava
mcx mandioca mansa (macaxeira)
mnv maniva
- sem informação
s.n. sem nome
? dado não consolidado

Comunidade Tapereira, município de Santa Isabel do Rio Negro (2006-2009 LE)

28 manivas levantadas, 0 macaxeiras junto a 4 agricultoras

Nomes enunciados em nheengatu, português ou tukano

mnv seis meses	4
mnv uapixuna	4
mnv surubim	3
mnv arraia	3
mnv lito	3
mnv samaúma	2
mnv cacau	2
mnv mucura	2
mnv trovão	2

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 180

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mnv baixinha	2
mnv ouro	2
mnv paku pacu	2
mnv buia	2
mnv aguadinha	2
mnv barcelos	2
mnv dabiru	2
mnv paca	1
mnv chorona	1
mnv açaí	1
mnv yamúrube	1
mnv uaruá	1
mnv yurará	1
mnv pakuá	1
mnv (casca roxa)	1
mnv arauari	1
mnv bacaba	1
mnv cunhado malave	1
mnv japurá	1

Comunidade Espírito Santo, município de Santa Isabel do Rio Negro (2006-2009 LE)

35 manivas levantadas, 0 macaxeiras junto a 9 agricultoras

Nomes enunciados em nheengatu ou português

mnv paca	9
mnv chorona	7
mnv gigante	7
mnv comandante	6
mnv seis meses	5
mnv castanha	5
mnv pepino	5
mnv açaí	4
mnv inambu	4
mnv yamúrube	3
mnv amarelinha	3
mnv cumã	3
mnv samaúma	2
mnv surubim	2
mnv uaruá	2
mnv esteio	2
mnv yurará	2
mnv cacau	2
mnv mucura	1
mnv do pará	1
mnv arraia	1
mnv manaquiri	1
mnv juriti	1
mnv piranha	1
mnv tapira anta	1
mnv acará	1
mnv jurubaxi	1
mnv inajá	1
mnv inuerio	1
mnv mucurarana	1
mnv raimunda	1
mnv roxinha	1
mnv seraima	1
mnv tatu	1
mnv uacá	1

Santa Isabel do Rio Negro (sede), Estradas do Tibahá e do Aeroporto, município de Santa Isabel do Rio Negro (2006-2009 LE)

26 manivas levantadas, 3 macaxeiras junto a 5 agricultoras

Nomes enunciados em nheengatu, português ou tukano

mnv seis meses	5
mnv samaúma	4

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 181

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mnv paca	3
mnv chorona	3
mnv uapixuna	3
mnv mucura	3
mnv trovão	2
mnv tucumã	2
mnv abacaxi	2
mnv do pará	2
mnv iauaretê	2
mnv tucunaré	2
mnv comandante	2
mnv castanha	2
mnv de jabuti	2
mnv surubim	1
mnv cucura	1
mnv arraia	1
mnv uaruá	1
mnv baixinha	1
mnv awaiti	1
mnv esteio	1
mnv yurará	1
mnv carajiru	1
mnv manaquiri	1
mnv pupunha	1
macaxeira	1
mcx branca	1
mcx vermelha	1

Santa Isabel do Rio Negro (sede), Estrada do Jabuti, município de Santa Isabel do Rio Negro (JCO, 2006-2009)

60 manivas levantadas, 3 macaxeiras junto a 12 agricultoras

Nomes enunciados em nheengatu, português ou tukano

mnv paca	8
mnv samaúma	7
mnv surubim	7
mnv trovão	7
mnv açaí	6
mnv cucura	5
mnv seis meses	4
mnv chorona	4
mnv tucumã	4
mnv fina	3
mnv ouro	3
mnv arraia	2
mnv uaruá	2
mnv baixinha	2
mnv paku pacu	2
mnv abacaxi / sërá diki (tk)	2
mnv abiu	2
mnv anta	2
mnv awaiti	2
mnv esteio	2
mnv iawaira	2
mnv pretinha	2
mnv saúva	2
manivas outras s.n. (2)	2
mnv uapixuna	1
mnv yurará	1
mnv amarelinha	1
mnv do pará	1
arco diki (tk)	1
dorisse diki (tk)	1
eoro diki (tk)	1
mnv acará	1
mnv ariá	1
mnv aruanã	1
mnv branca	1
mnv buia	1

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 182

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mnv caju 1
mnv carajiru 1
mnv fernandez 1
mnv iauaretê 1
mnv yu'i rã-jiá 1
mnv jurubaxi 1
mnv jurubaxi amarela 1
mnv manaquiri 1
mnv mucura 1
mnv s.n. 1
mnv pakuá 1
mnv padauari 1
mnv periquito 1
mnv pindaíba 1
mnv piranga 1
mnv pupunha 1
mnv seringa 1
mnv supiá 1
mnv surubim branco 1
mnv tamacu 1
mnv tucunaré 1
mnv turuí 1
pahti diki (tk) 1
werke diki (tk) 1

mcx 6
mcx branca 4
mcx amarela 3

Comunidade Tapereira, município de Santa Isabel do Rio Negro (LE, FP, 1995-1996)
61 manivas levantadas, 5 macaxeiras junto a 5 agricultoras
Nomes enunciados em nheengatu ou em português

mnv baixinha 5
mnv cacau 5
mnv fino 5
mnv lito 5
mnv ouro 5
mnv surubim 5
mnv arraia 4
mnv buia cobra 4
mnv jabuti 4
mnv malave 4
mnv manaquiri 4
mnv pixuna preta 4
mnv samaúma 4
mnv seis meses 4
mnv taboca 4
mnv trovão 4
mnv ariá 4
mnv yamúrube 4
mnv bacaba 3
mnv dabiru 3
mnv esteio 3
mnv juriti 3
mnv juruna 3
mnv kumã sorva 3
mnv mucura branca 3
mnv paku pacu 3
mnv pindaiwa caniço 3
mnv açaí 2
mnv akará acará 2
mnv bacurau 2
mnv barcelos 2
mnv çakáy galho seco 2
mnv chorona 2
mnv comandante 2
mnv cor de rosa 2
mnv cucura 2
mnv inajá 2
mnv kupixá-ima

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 183

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

sem roça	2
mnv mamaruka	2
mnv manipeba	2
mnv mucura roxa	2
mnv pakuá banana	2
mnv tapa tipo formiga	2
mnv tukano	2
mnv uru pássaro	2
mnv warúra espelho	2
mnv amarelão	1
mnv branquinha	1
mnv carioca	1
mnv cunhado malave	1
mnv do pará	1
mnv japurá	1
mnv kaipara	1
mnv maranhão	1
mnv periquito	1
mnv pirabúxu bucho peixe	1
mnv piririka	1
mnv pretinha	1
mnv semente	1
mnv yumaci fome	1
mnv yurará tartaruga	1
s.n. mcx (2)	1
mcx pão	1
mcx manteiguinha	1
mcx rosa	1

Santa Isabel do Rio Negro (sede), município de Santa Isabel do Rio Negro (SD, 1996-1998)

75 manivas levantadas, 4 macaxeiras, junto a 10 agricultores

Nomes enunciados em nheengatu ou em português

mnv açaí	7
mnv paca	7
mnv seis meses amarela	7
mnv yamúrube	6
mnv baixinha/ baixotinha/baixote	5
mnv fina	5
mnv tartaruga/ tartaruguinha	5
mnv trovão	5
mnv arraia	4
mnv chorona	4
mnv mucura	4
mnv paku pacu	4
mnv pretinha	4
mnv samaúma	4
mnv antinha pequena	3
mnv esteio	3
mnv manaquiri	3
mnv surubim	3
mnv aguada / aguadinha	2
mnv amazonas	2
mnv baixotão	2
mnv branquinha	2
mnv do pará	2
mnv espelho	2
mnv jabuti	2
mnv mamaruka	2
mnv ouro/ourinho	2
mnv periquito	2
mnv preguiça	2
mnv pupunha	2
mnv taboca	2
mnv achada	1

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 184

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mnv amarelinha	1
mnv aruanã	1
mnv bacaba	1
mnv bacaco	1
mnv banana	1
mnv bituru	1
mnv cacau	1
mnv cacau branca	1
mnv caju	1
mnv carauari	1
mnv caroço	1
mnv comandante	1
mnv cor de rosa	1
mnv coró-coró	1
mnv cucura	1
mnv do parauiri	1
mnv guariba	1
mnv inajá	1
mnv inambu	1
mnv yu'i (rã-jiá)	1
mnv jurubaxi	1
mnv malave	1
mnv manieira	1
mnv manipeba	1
mnv mão de osga branca	1
mnv mão de osga preta	1
mnv marinheiro	1
mnv onça	1
mnv pindaíba / caniço	1
mnv pixuninha	1
mnv puira	1
mnv roxinha	1
mnv çakáy galho seco	1
mnv sorva kumã	1
mnv suapiranga	1
mnv tabaco	1
mnv taipara	1
mnv yurará	1
mnv tatu	1
mnv tigre	1
mnv tucumã	1
mnv uariá	1
mnv s.n.	1
mcx (s.n., cor branca)	2
mcx ia	1
mcx s.n.	1
mcx (s.n., cor amarela)	1

São Gabriel da Cachoeira (sede), município de São Gabriel da Cachoeira (SD, 1996-1998)

46 manivas levantadas, 4 macaxeiras, junto a 5 agricultores

Nomes enunciados em nheengatu ou em português

mnv açaí	5
mnv bacaba	3
mnv paca branca	3
mnv yurará tartaruga	3
mnv banana	2
mnv jacundá	2
mnv milho	2
mnv mucuim	2
mnv paca	2
mnv supiá	2
mnv surubim	2
mnv warú (uará)	2
mnv aracu	1
mnv baixinha/ baixotinha/baixote	1
mnv kambi peito	1
mnv caracol	1
mnv castanha	1
mnv chorona	1

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 185

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mnv cubiu 1
mnv cucura 1
mnv de rata 1
mnv detuanã 1
mnv do pará 1
mnv espelho 1
mnv esteio 1
mnv fina 1
mnv folha de banana 1
mnv içaneiro 1
mnv ingá 1
mnv kii tio
mandioca tio 1
mnv timbó 1
mnv periquito 1
mnv pindaíba caniço 1
mnv çaiwa saúva 1
mnv samaúma 1
mnv solimões 1
mnv tamanduá 1
mnv tapira anta 1
mnv tatu 1
mnv tucumã 1
mnv tucunaré 1
mnv uacu 1
mnv ucuqui 1
mnv yamúrube 1
mnv s.n. 1
mnv s.n. 1
mcx paulista 1
mcx s.n., amarela 1
mcx s.n., branca 1
mcx s.n., de cor branca 1

Cidade de São Gabriel da Cachoeira, município de São Gabriel da Cachoeira (LE, FP, 1997)
68 manivas levantadas, 0 macaxeiras, junto a 7 agricultoras
Nomes enunciados em nheengatu e em português

mnv paca 5
mnv samaúma 5
mnv yurará tartaruga 5
mnv açaí 4
mnv surubim 4
mnv tatu 4
mnv aracu 3
mnv branca 3
mnv castanha 3
mnv iwa-pixuna
tipo de árvore 3
mnv mucuim 3
mnv parawá papagaio 3
mnv solimões 3
mnv abiu 2
mnv acará 2
mnv bacaba 2
mnv cucura 2
mnv fina 2
mnv macaca 2
mnv macaxeira 2
mnv pindaiwa caniço 2
mnv piramiri 2
mnv ucuquí 2
mnv yamúrube 2
mnv arraia 1
mnv aruanã 1
mnv baixotinha 1
mnv cachimbo 1
mnv carioca 1
mnv casca roxa 1
mnv ceçá-pixuna
olho preto 1

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mnv chorona	1
mnv cubiu	1
mnv cunuri	1
mnv detuanã	1
mnv do içaneiro	1
mnv do pará	1
mnv duabê	1
mnv esteio	1
mnv folha de banana	1
mnv inambu	1
mnv ipukú comprida?	1
mnv jabuti	1
mnv jacundá	1
mnv jamundá	1
mnv japurá	1
mnv kambi peito	1
mnv matupiri tipo de peixe	1
mnv miriti	1
mnv narú	1
mnv paku pacu	1
mnv pirarucu	1
mnv pretinha	1
mnv roxa	1
mnv seis meses	1
mnv seringa	1
mnv supiá ovo	1
mnv tamanduá	1
mnv tapira	1
mnv timbó	1
mnv tucumã	1
mnv tucunaré	1
mnv tukano	1
mnv tupana	1
mnv waku	1
mnv waruá ?	1
mnv warúra espelho	1
mnv yu'i rã-jiá	1

Comunidade Tabocal dos Pereira, Rio Negro, TI Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira (LE, LV, 1999)

62 manivas levantadas, das quais 1 não nomeada, 2 apenas citadas, 0 macaxeiras junto a 9 agricultoras

Nomes enunciados em nhengatu ou em português

irapuka maniwa irapuca	8
yurará maniwa tartaruga	8
cacau maniwa	7
tapira maniwa anta	7
tatu maniwa	7
? bw tipo árvore	6
açaí maniwa	6
ia maniwa semente	6
maku maniwa	6
periquito maniwa	6
puraquê maniwa	6
solimões maniwa	6
supiá maniwa ovo	6
tucumã maniwa	6
cachimbo maniwa	5
cucura maniwa	5
abiu maniwa	4
arara maniwa	4
kambi maniwa peito	4
patauá maniwa	4
samaúma maniwa	4
surubim maniwa	4
timbó maniwa	4

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 187

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

castanha maniwa	3	
miriti maniwa	3	
mucuim maniwa	3	
paca maniwa	3	
piramiri maniwa		
tipo peixe	3	
zabe maniwa	3	
cachimborana maniwa	2	
cubiu maniwa	2	
do pará maniwa	2	
guariba maniwa	2	
inambu maniwa	2	
tupana maniwa	2	
warámaniwa tipo de árvore	2	
? bw brilhante		1
s.n.	1	
akará maniwa acará	1	
araku maniwa aracu	1	
arraia maniwa	1	
awaiti maniwa milho	1	
baixo maniwa	1	
çakáy maniwa		
galho seco	1	
ceçá pui maniwa		
olho miúdo	1	
cucuí maniwa	1	
duá maniwa n.t.	1	
duo maniwa		
macaco da noite	1	
kariba maniwa	1	
kumã maniwa sorva	1	
morena maniwa	1	
mulata maniwa	1	
pakuá maniwa banana	1	
pindaíba maniwa		
varejão	1	
pirabúxu maniwa	1	
pombo maniwa	1	
traíra maniwa	1	
yauti maniwa jabuti	1	
yu'í maniwa rã-jiá	1	
pakuá mirim maniwa	1	
hipolenari maniwa	-	
iwa-pixuna maniwa	-	

Comunidades Tucumã Rupitá e Juivitera, rio Içana, TI Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira (LE, LV, 1999)

74 manivas levantadas, das quais 5 não nomeadas, 0 macaxeiras junto a 6 agricultoras

Nomes enunciados em baniwa

aalidalíke tatu	6
daapáke paca	6
manákheke açaí	6
moónoke mamangaba	6
iitsíke guariba	5
kamheróke cucura	5
liewhéke ovo cabeçudo	5
mheettíke tapioca	5
parawitsíke piaba	5
heemahiwidake	
cabeça anta	4
kerekeréke periquito	4
pirimítsike samaúma	4
taalíke aracu	4
awiñáke uacu	3
dopalíke araripira	3
eeritoke acará	3
iikolíke cabeçudo	3
keniki-ikínarke espelho	3
koliríke surubim	3
palanáke banana	3

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 188

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

s.n. 2
dzaapaka tucunaré 2
dzamolitoke caititu 2
haalepeke branca 2
hemalíke abiu 2
hipohiwidake
cabeça verde 2
kapíwali macaxeira 2
kowaidake
tipo castanha 2
makua tuberc. alim. 2
mapharáke pirarara 2
ñamaroke arraia 2
omaíke piranha 2
piipiríke pupunha 2
pooperike bacaba 2
waliitshíke mucura 2
baixo 1
dapike cipó 1
doopoke calango 1
dos puinave 1
dowiritíke peixe espada 1
dzaawatóke acará 1
dzaike tipo grilo 1
dzeekake seringa 1
dzeemake cachimbo/tabaco 1
dzoottalike jacundá preto 1
eewakeke amarela 1
guenieroke guainia 1
hiiniríke ucuqui 1
hiipadáke pedra 1
hpaalike ?, joelho 1
iirakawanake
braço vermelho 1
itsidáke jabuti 1
kabike peito
de gente 1
kedehakeke ?,de sujo 1
keeríke lua 1
kumaruke lg, cumaru 1
maakulike maku 1
maapake
cana-de-açúcar 1
maporottike
fruta de umiri 1
patipitike ?
sobrancelha 1
phirimaapake urucu 1
pidooke lontrinha 1
ponámake patauá 1
seis meses 1
taapake caba com
colmeia em forma
de beiju 1
uwanikuke joanico 1
waapewíke ?, jebaru 1
wadólike pirapucu 1
s.n. 1
s.n. 1
s.n. 1
s.n. 1
s.n. 1
s.n. 1

Iauaretê e comunidade Loiro, Rio Uaupés, TI Alto Rio Negro, 1998, município de São Gabriel da Cachoeira (LE, LV 1998)

88 manivas levantadas, 5 apenas citadas, 0 macaxeiras junto a 12 agricultoras

Nomes enunciados em tukano ou em português

semê dikĩ paca 12
bu'u dikĩ tucunaré 10

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 189

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mɨpî dïki açaí	8	*i'tâ'-yimi dïki* sorva	3	*branco dïki*	1
ne'ê dïki buriti	8	*masa b'ho dïki*	3	*da Colômbia dïki*	1
ɨatî dïki seringuinha	8	*wahâ-too dïki* cuia	3	*de Barcelos dïki idem*	1
sëra dïki abacaxi	8	iwa-pixuna	2	*de Benedito* dïki	1
yumû dïki pataúá	8	ãhû-põ>ra d*ïki*		*doê dïki* traíra	1
ohô dïki banana	6	pequeno beiju	2	*duabê dïki* ?	1
i'sê dïki cucura	6	*akê dïki* macaco	2	*eheû dïki* timbó	1
wapî dïki cunuri	6	*betá dïki* tucum	2	*ikî dïki* inajá	1
rainha de maniuara	5	*bi'î dïki* rato	2	*ikî ɨperi dïki* caroço inajá	1
bo'tea' dïki aracu	5	*kabucuena dïki*	2	*irapuka dïki* irapuca	1
o'ôri dïki flores	5	*pïro dïki* cobra	2	*ïrê dïki* pupunha	1
sõ'â dïki vermelho	5	*seis muhi-püuri dïki*		*kape-biá dïki* abelha	1
wïrî dïki preguiça	5	seis meses	2	*macaxeira dïki* mcx	1
yã'iro' dïki ariá	5	*simió dïki* uacu	2	*miô-wa'i dïki* matrichã	1
sentar, desceu, sentou	4	*wasô dïki* tipo seringa	2	*mɨpíá dïki* quatis	1
kã'rê dïki abiu	4	*xurimã dïki* xurimã	2	*noiã dïki* carajiru	1
ɨekâsãa dïki brancos	4	*ya'mû dïki* cará	2	*nuniná dïki* pium	1
ɨupiâ dïki ucuqui	4	*yã'ɨá dïki* rã-jia	2	*ohô burkisé dïki*	
basoti dïki baixinho	3	caroço de umari	1	banana branca	1
buhâ dïki pombo	3	tronco branco	1	*omâ dïki* rã	1
bu'sá dïki samaúma	3	ãhâ d*ïki* inambu	1	*ɨak'i mariró dïki* sem pai	1
castanha dïki castanha	3	ãhû d*ïki* beiju	1	*ɨamô bere dïki* tatu queimado?	1
etoâ dïki cubiu	3	*a'musü dïki* mucuim	1	*ɨamô dïki* rabo tatu	1
		ba'ti dïki sardinha	1	*ɨamô ɨïkôro dïk*	*i*
		bi'i dïki piranha	1		

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

rabo tatu	1
pekâ dipiri diki pau seco	1
pisána diki gato	1
pohk'ko diki	1
to'â diki iwa-pixuna	1
ua dieri diki	
ovos tartaruga	1
uhú diki pacu	1
ûhuri diki jabuti	1
wamî umari	1
wãriá diki acarás	1
wetá diki tapioca	1
yamã veado	1
yehõ diki pirandira	1
yesê diki queixada	1
yîîru diki besouro	1
yoasõ diki calango	1
yuki dipîri diki	
galhos árvore	1
yurará diki um tracajá	1
darî diki	-
duhî diki	-
meka'di'arã diki	-
papu buhtisé diki	-
wamî pe'toro diki	-

Barcelos (sede) e entorno, município de Barcelos (SD, 1996-1998)

35 manivas, 5 macaxeiras, junto a 6 agricultores

Nomes enunciados em nhengatú ou em português

mnv paca	5
mnv amarelinha	3
mnv açaí	2
mnv antinha	2
mnv espelho	2
mnv narά	2
mnv pretinha	2
mnv roxinha	2
mnv seis meses jufari	2
mnv tartaruga / tartaruguinha/ yurará	2
mnv arauari	2
mnv baixinha/baixotinha /baixote	1
mnv batata	1
mnv chorona	1
mnv coró-coró	1
mnv curumi	1
mnv curumi branca	1
mnv do pará	1
mnv gigante	1
mnv índio amarelo	1
mnv índio branco	1
mnv mamaruka	1
mnv manaquiri	1
mnv manipeba	1
mnv orelha de burro	1
mnv puli	1
mnv puli branco	1
mnv pupunha	1
mnv quatro meses	1
mnv seis meses amarela	1
mnv seraima	1
mnv surubim	1
mnv taipara	1
mcx sem nome, branca	2
mcx arixara	1
mcx gigante	1
mcx manteiga	1
mcx roxa	1

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 191

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ANEXO 3
LISTAGEM DAS MATÉRIAS-PRIMAS NÃO CULTIVADAS

As matérias-primas aqui listadas – cipós, enviras, palhas, tinturas – são empregadas na comunidade Espírito Santo para a confecção, impermeabilização e acabamento de artefatos feitos de arumã e para a construção de residências e das casas de forno – lenhos, palhas, cipós provenientes dos seguintes ambientes:

Floresta de terra firme: *iwité*
Floresta de terra firme limpa: *terétewa iwité*
Floresta de terra firme cerrada: *waiapisá iwité*
Caatinga: *ka'atinga*
Igapó: *igapó*
Capoeira: *kukwera*

MATÉRIA-PRIMA	APLICAÇÃO	TIPOS
Argila = tuyuka	Confecção de fogareiros ocorre na extremidade da ilha Mawari, à jusante. A argila deve ser misturada com casca do caripé (*karaipé*).	
Arumã = aruma	Confecção de tipiti, peneiras, cestos recipientes. Trata-se de diversas espécies de *Ischnosiphon*, Marantaceae.	*Aruma eté – aruma retewa* = arumã verdadeiro: terra firme, em lugar úmido, à montante na beira do igarapé Kaarexi. *Aruma turuçu* = arumã verdadeiro: uma variante do anterior, porém graúdo ocorre no mesmo local porque crescem juntos. *Aruma iakami retimã* = arumã verdadeiro, dito arumã 'canela de jacamim': igapó, nas ilhas fronteiriças à comunidade, sobretudo Ira e Nazaré. *Aruma membeka* = arumã 'mole': igapó, nas ilhas fronteiriças à comunidade e na beira do lago Waiamata, no igarapé Mabahá.

(continua)

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 192

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

(continuação)

MATÉRIA-PRIMA	APLICAÇÃO	TIPOS
Cipós = xipú	Confecção de cestos cargueiros e outros tipos de cestos, amarrações de cobertura	*Xipú* – cipó titica (*Heteropsis* spp. Araceae): terra firme, larga distribuição tanto à montante como à jusante. *Xipú waçu – timbó waçu* – cipó timbó (*Derris* sp., Fabaceae, Papilionoideae): terra-firme, nas margens de diferentes igarapés, concentrando-se no igarapé do Maiá. *Xipú wambé kurua* – cipó ambé (*Philodendron* sp., Araceae): terra firme, larga distribuição tanto à montante como à jusante, concentrando-se à jusante do Sitio do Professor Juvenal. *Xipú wambé cima* – cipó (não identificado): igapó, no interior da ilha fronteiriça. *Xipú pewa* – cipó (não identificado): terra firme, na mesma margem, à montante, 'dá de rebolada'. *Yacitara miri* – jacitara pequena (*Desmoncus* sp., Arecaceae): igapó, na ilha fronteiriça. *Yacitara waçu* – jacitara 'grande' (*Desmoncus* sp., Arecaceae): igapó, nas margens das ilhas fronteiriças e também em alguns lugares à montante e à jusante da comunidade.
Enviras = iwira	Confecção de alças para cestos cargueiros. Diversas espécies da família das Annonaceae.	*Kwatá iwira* – envira de coatá: terra firme, distanciado da comunidade, no sopé da serra, à montante. *Iwira seikiri* – envira verde: terra firme, capoeira, larga distribuição. *Iwira piranga* – envira vermelha (folha graúda): terra firme, só ocorre na beirada da caatinga, junto ao igarapé Mabahá. *Iwira murutinga* – envira branca: terra firme, em mata atrás da serra, e na mata baixa do igarapé Mabahá.
Lenhas e madeiras = mirá, iwá	Edificação de casas de moradia e casa de forno, confecção de tensores para o tipiti, espátulas, remos, jiraus, moquém, tampas de cestos, bancos, usados como lenha para o forno, tempero de argila.	*Bacatirana*: igapó Itaiwa – itaúba (*Mezilaurus itauba*, Lauraceae): terra firme, nas matas do centro há mais ou menos um km da comunidade. *Ingá xixi* –Ingá do mato: terra firme, nas capoeiras que circundam a comunidade. *Jacareiwa* – jacareúba: igapó, na ilha fronteiriça (ilha Trevada). *Yupati* – paxiubinha: terra firme, nas matas em direção do centro. *Yupati waçu* – paxiubão, terra firme, nas matas em direção do centro. *Karapanã iwa* – loiro carapanaúba, terra firme, ocorre junto com loiro no igapó das ilhas fronteiriças Trevada e Mauari. *Kariapé* – cariapé (da folha graúda e da miúda): igapó, na ilha Trevada e outras ilhas fronteiriças. *Matámataíwa* – ripeira: terra firme, de larga distribuição, nas proximidades de lagos e igarapés. Makuku – macucu: terra firme *Mirásantobiwa* – lenheiro, 'pau direito': igapó, nas ilhas fronteiriças. *Molongó* – molongó: igapó, nas ilhas fronteiriças. *Paxi'iwa* – paxiúba: terra firme, distanciado da comunidade, nas matas das margens do igarapé Coaré.

(continua)

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 193

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

(continuação)

MATÉRIA-PRIMA	APLICAÇÃO	TIPOS
		Ruíru – louro: terra firme, nas matas do centro, distanciado da comunidade. *Umari rana* – umarirana: terra firme, larga distribuição. *Warabá* – arabá: igapó, na ilha fronteiriça, ilha Trevada.
Palhas – káa	Utilizado para cobertura de casas e confecção de vassouras para limpar fornos, abanos, linha de pesca, cordéis. Salvo menção contrária, são palmeiras (Arecaceae).	*Buçú* – buçu (cf. *Manicaria*): caatinga do Alto Rio Negro (Comunidade de Tabocal dos Pereira) *Karanã* – caranã (*Mauritiella* sp.): terra firme, à montante, perto do rio Darahá, caatinga do Alto Rio Negro (Comunidade de Tabocal dos Pereira) *Kuruá* – curuá (*Attalea* sp.): terra firme, na mata, em direção ao interior, o 'centro' *Iwá kawa* – bacaba (*Oenocarpus bacaba*), terra firme, nas capoeiras e na mata, em direção do interior, o 'centro' *Inayá* – inajá (*Attalea maripa*): terra firme, larga distribuição. *Patawá* –patuá (*Oenocarpus bataua*): terra firme, nas áreas alagadas da mata, em direção ao centro. *Piaçawa* – piaçaba (*Leopoldina piassaba*): terra firme, nas matas do rio Preto *Tukĩ* – tucum (*Astrocaryum chambira*): terra firme e capoeira velha (Comunidade de Tabocal dos Pereira) *Tukumã* – tucumã (*Astrocaryum aculeata*): terra firme, nas margens, à montante da comunidade e na mata em direção do interior ao centro. *Ubĩ* – ubim branco (*Geonoma* sp.): terra firme, na direção do centro, ocorre nas bordas dos roçados. *Ubĩ juruti* – ubim vermelho (*Geonoma* sp.):terra firme, na direção do centro, ocorre nas bordas dos roçados. *Ubĩ waçu* – ubim 'de folha graúda' (não identificada): terra firme, na direção do centro, ocorre nas bordas dos roçados.
	Tinturas para impermeabilização de cuias e pintura de trançados	*Ingá xixi* – Ingá do mato (mordente e impermeabilizante)(*Inga* sp. Fabaceae Mimosoideae): terra firme, nas capoeiras que circundam a comunidade. *Karayuru* – carajirú (*Arrabidaea chica*, Bignoniaceae): terra firme, nas matas próximas da comunidade. *Kumati* – cumati (Myrtaceae): terra firme, nas capoeiras próximas da comunidade. *Makuku* – macucu (mordente): beira do rio.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 194

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ANEXO 4
CATÁLOGO DE ARTEFATOS E OBJETOS

Este catálogo lista objetos e artefatos inventariados *in loco*, pertencentes ou utilizados nas casas de forno instaladas nas comunidades Espírito Santo (médio Rio Negro) e Aquariquara (Rio Jurubuxi)e na região periurbana de Santa Isabel do Rio Negro. Referências sobre as comunidades de Tabocal dos Pereira (alto Rio Negro) quando ocorrerem, serão assinaladas.
Este levantamento foi realizado em 1998, 1999, 2006, 2007 e 2008, 2009 e contou com a colaboração de Rosalina Gomes, Francisco Alemão, José Miguel Pereira, Arelli Melgueiro Gomes, Anatólio Casemiro da Silva, Ana Pereira, Wilson Cordeiro Albino (alto Rio Negro – Tabocal dos Pereira): Maria Angélica Reis, Elidio Isidoro Coelho, Zerino Sabino, Jorgina da Silva, Isabel Silva Rodrigues, Adalberto Reis Isidoro, Gentil Lúcio, Nilza de Braga, Rita Lucio Fidelis, Alfredo Oliveira, Lauriano Fabino, Neuza de Braga, Juscelino Oliveira, Maria Oliveira, Juventina Oliveira, Guilherme Lúcio de Braga, Zulmira Serafim (Médio Rio Negro – comunidade Espírito Santo): Daniel Mercê Pinheiro, Rene Venceslau, Moisés Gervásio, Angelina Souza Angro, Angelina da Silva Gervásio, Lucinda Santana Hildebrando, Ernesto Lemos, Conceição Dias, Walter da Silva Monteiro, Julia de Menezes (Santa Isabel do Rio Negro).

A lista dos implementos levantados será apresentada em conjunto quando houver coincidência formal.
A terminologia indígena é seguida das letras N e T o que indica que pertencem, respectivamente, às línguas nheengatu e tukano.
Duas obras de cunho taxonômico (Ribeiro, 1985, 1988) foram consultadas para estabelecer a identificação de cada artefato.
Foram repertoriados outros objetos de confecção artesanal, empregados pelos moradores das referidas comunidades, mas que não constam desta listagem, pois não se referem especificamente ao assunto estudado.

Cada um dos objetos descritos é identificado por uma fotografia, mas o detalhamento do catálogo corresponde ao objeto retratado e a muitos outros que são semelhantes.
O objetivo foi incorporar todas as variações formais, funcionais, materiais, técnicas, decorativas, assim como o uso de diferentes matérias-primas que foram encontradas no levantamento.

(N) nome em Nheengatu
(T) nome em Tukano

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTOS DAS PÁGINAS
164 A 170: LÚCIA VAN VELTHEM.

I - OBJETOS ARTESANAIS

Nº 1 Abano para avivar fogo
Trançado

Tapekwá ou *tapekwá miri* (N)
Weninó (T)e mais especificamente como *weninó sumuatiró* quando são providos de ponta e de *weninó serté* quando são arredondados.
Matérias-primas e medidas: Folhas fechadas de tucumã, de caroá, de tucum, de buçu, fios de fibras de tucum, fios de plástico 31 x 21 cm.
Técnicas de trançado: Cruzado quadricular com dois elementos.
Produção: Masculina e feminina (comunidade Espírito Santo).
Abanos tukano podem ser adquiridos no comércio de São Gabriel da Cachoeira e em Santa Isabel podem ser adquiridos de artesãos baré, que os fazem sob encomenda.
Propriedade: feminina, individual.
Uso: individual, masculino e feminino.
Função: abanar o fogo.
Local de uso: casa de forno, cozinha e arredores da residência (fogo de chão) e também como enfeite para a sala.
Acondicionamento/localização: introduzido entre as paredes de palha da casa de forno.

Nº 2 Abano para virar beiju
Trançado

Tapekwa ou *tapekwá ruçu* (N)
Weninó sumuatiró (T)
Matérias-primas e medidas: folhas fechadas de tucumã
55 x 37 cm.
Técnicas de trançado: cruzado quadricular.
Produção: masculina, uma especialização dos Tukano,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mas confeccionado por alguns Baré objeto de troca e venda.
Na comunidade Espírito Santo foi encontrado um abano proveniente da comunidade Piraiwaara do igarapé Darahá – Rio Negro.
Propriedade: feminina, individual
Uso: individual, feminino, masculino compartilhamento comunitário.
Funções: virar beiju, com funções de espátula.
Local de uso: casa de forno, no processamento da mandioca.
Acondicionamento/localização: pendurado no jirau.

Nº 3 Armação trípode
Implemento doméstico

Çuaç (N)(veado)
Ñamá (T)
Matérias-primas e medidas: Pau de envira, envira, pregos 147 cm de altura.

Produtor: masculino.
Propriedade: familiar.
Uso: feminino, individual.
Funções: tripé para sustentar o cesto-peneira *kumatá*.
Local de uso: na periferia da casa de forno.
Acondicionamento /localização: fechado, encostado nas paredes ou esteios da casa de forno.

Nº 4 Batedor
Implemento utilitário

Maçaruka (N) (pé de maçarico)
Senenó (T)
Matérias-primas e medidas: madeira (*massariko iwa*): 32 cm de

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

comprimento.
Técnica de manufatura: Entalhado.
Produção: Feminina, masculina.
Propriedade: Feminina, individual (geralmente vários exemplares).
Uso: Individual, feminino.
Função: para dissolver polvilho preparar mingaus (de banana, tapioca etc), triturar caroços de açaí.
Local de uso: Cozinha
Acondicionamento /localização: Pendurado, entre as palhas da cobertura.

Nº 5 Cesto cargueiro Trançado

Waturá (N), sendo especificados de acordo com o tamanho: *waturá koaira miri* (pequeno), *waturá turuçua* (grande), *waturá kwaira* (tamanho ideal)
Pií (T)

Matérias-primas e medidas: cipó ambé (*xipú wambékurua*): cipó titica (*xipú*): alça: envira verde (*iwira seikiri*): envira vermelha (*iwira piranga*): 41 cm de altura x 39 cm de diâmetro / 45 cm altura x 49 cm diâmetro/ 29 cm de altura x 34 cm de diâmetro (*waturá coaira miri*).
Técnicas de trançado: trançado.
Produção: masculina.
Propriedade: feminina, individual.
Uso: feminino, individual.
Função: para transporte e acondicionamento de mandioca com casca e sem casca e outros tubérculos (cará, batata doce, macaxeira), de frutas (bacaba, açaí, pupunha, patauá, banana, cubiu, abacaxi), de lenha, de carvão, para transportar vasilhames com água, terçados - trabalha em tudo.
Locais de uso: loça, casa de forno, comunidade, viagem.
Acondicionamento /localização: no interior da casa da proprietária, sobrepostos, emborcados, dispostos no jirau da casa de forno. Este cesto cargueiro não é comercializado.

Nº6 Cesto cargueiro de bordo circular e base arredondada, trançado cerrado e alça de envira Trançado

Pií, *mihsin pii* (T), mas é também referido por alguns tukano como

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 198

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

waturá (N)quando falam português
Matérias-primas e medidas: cipó, envira, cordeis de plástico:
58 cm de altura x 43 cm de diâmetro.
Produção: feminina, pelos Maku, referidos pelos Arapaço como Peoná e no Médio Rio Negro como Hupdá. Na comunidade Loiro esses cestos são adquiridos em transações diretas no rio Japu ou através da Missão Salesiana em Iauaretê. Em São Gabriel são vendidos no comércio local, mas os que foram encontrados em Santa Isabel provêm dessa cidade e foram obtidos por meio da rede familiar.
O cesto encontrado em Santa Isabel veio de Iauaretê.
Propriedade: feminina.
Uso: individual, feminino.
Função: para transportar produtos da roça.
Local de uso: na casa de forno, na cozinha.
Acondicionamento /localização: no interior da casa de forno, da proprietária.

Nº 7 Cesto cargueiro de bordo circular e base arredondada, trançado cerrado
Trançado

Çamburá, e mais comumente tubo ou *tubú* (N), *pii* (T)
Matérias-primas e medidas: cipó timbó, envira, serapilheira de plástico (alça): 43 cm de altura.
Produção: feminina, dos Yanomami, também referidos como Inhanumami, que vivem no rio Marauiá. Podem ser adquiridos no Mercado de Santa Isabel. Municipal ou diretamente dos Yanomami.
Os Baré são os principais usuários dos cestos cargueiros Yanomami.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 199

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Propriedade: feminina.
Uso: individual, feminino.
Função: para transportar produtos da roça, frutas silvestres (açaí, bacaba, patauá).
Local de uso: na casa de forno, na cozinha.
Acondicionamento /localização: no interior da casa de forno da proprietária, no chão.

Nº 8 Cesto cargueiro jamanchin
Trançado

Panakú (N)
Matérias-primas e medidas: folhas de palmeiras, patauá (mais durável), bacaca envira 98 cm de comprimento.
Produção: masculina.
Propriedade: feminina.
Uso: individual, feminino.
Função: para transportar estacas das manivas de uma roça antiga para uma nova.
Local de uso: nas roças.
Acondicionamento /localização: é descartado após o uso.

Nº 9 Cesto cargueiro paneiriforme
Trançado

Pêrá (N)
Matérias-primas e medidas: Folhas de palmeira bacaba ou patauá (a mais durável), envira: medidas variáveis.
Produção: masculina.
Uso: individual
Função: para transportar frutos de açaí, bacaba, patauá.
Local de uso: da mata para a casa.
Acondicionamento /localização: é descartado após o uso.

Nº 10 Cesto cargueiro paneiriforme
Trançado

Paneiro (N), *tenenpi* (T)
O termo é aplicado a um cesto cargueiro incompleto, sem bordo e alça.
Matérias-primas e medidas: cipó titica ou cipó ambé ou de cana (*buritê*) alça de envira verde: 41 cm de altura x 43 cm diâmetro.
Técnicas de manufatura: trançado hexagonal reticular de múltiplos elementos (*miriti putira*), arremate espiralado em 8 (*tamuatá pirêra*).

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Grafismos: *iacaré potiá* (peito de jacaré): *miriti putira* (flor do miriti): *tamuatá pirêra* (casco de tamuatá).
Produção: masculina.
Propriedade: feminina.
Uso: individual, feminino.
Função: para acondicionar panelas e tigelas, para acondicionar carvão, raízes de mandioca, castanhas, peixe moqueado – serve para qualquer coisa.
Local de uso: na casa de forno, na cozinha.
Acondicionamento /localização: no interior da casa de forno da proprietária.

Nº 11 Cesto-coador Trançado

Kumatá (N), *thompa* (T)
Componentes: começo do trançado – 'centro' (*iupirungá*): trançado côncavo – 'tecido' (*iupeçá*): borda – 'beira' (*simbiwa*):

trançado convexo – 'peito' (*kumatá iputiá*): alça – 'corda' (*xama*)ou 'orelha' (*inambi*).
Matérias-primas e medidas: arumã 'verdadeiro' com casca cipó (*xipúaçu*) ou cipó (*jacitaramiri*) ou paxiubinha (*jupati*): 78 cm de diâmetro
Técnicas de manufatura: trançado cruzado em diagonal (*tukura potiá*): auto remate com reforço (*wassai rauwá*).
Produção: masculina todos os povos rionegrinos fazem este tipo de trançado.
Propriedade: individual
Uso: feminino e individual
Funções: extrair tucupi e o amido da massa de mandioca ralada, produzir suco de frutos (pupunha, abacaxi), secagem de pimentas.
Local de uso: interior da casa de forno ou nas imediações, disposto em uma armação.
Acondicionamento/localização: emborcado no jirau, ou pendurado, na casa de forno

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 201

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Nº 12 Cesto-recipiente Trançado

Urutu (N)
Ahãwãsane bahtí (T)
Componentes: começo do trançado –'centro' (*iupirungá*): trançado côncavo – 'tecido' (*iupeçá*): borda – 'beira' (*simbiwa*): trançado convexo – 'peito' (*iputiá*): alça.
Matérias-primas e medidas: fasquias de arumã verdadeiro com casca tiras de cipó jacitara, cipó titica, lâminas de ripeira: 33 cm de altura e 40 x 40 cm na base, 30 cm de altura e 48 x 48 cm na base.
Grafismos: *akuti ranha* (dentes de cotia): *tamuatá pirêra* (casco de tamuatá)
Produção: masculina.
Propriedade: individual.
Uso: familiar.
Função: acondicionar massa de mandioca ralada depois de passada no cesto peneira, também usado para se acondicionar beiju ou goma ressecada.
Local de uso: na casa, na cozinha, por ocasião das refeições.
Acondicionamento/localização: emborcado no jirau, no forno, sobre outros objetos trançados, na cozinha.
Referências: Ribeiro, 1995
Ricardo, 2001.

Nº 13 Cesto-tigeliforme Trançado

Balaio, *apá* (N)
Bahtiaká (T)
Componentes: começo do trançado – 'centro' (*iupirungá*): trançado côncavo – 'tecido' (*iupeçá*): borda – 'beira' (*simbiwa*): trançado convexo – 'peito' (*iputiá*): alça
Matérias-primas e medidas: arumã (*aruma turuçu*): cipó – (*iacitara miri*), ingá do mato (*ingá xixi*): carajurú *karaiwurú*: 28 cm de diâmetro.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 202

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Técnica de manufatura: trançado cruzado em diagonal (*tukura potiá*): auto remate com reforço (*wassai rauwá*).
Produção: masculina.
Propriedade: individual.
Uso: familiar.
Função: para servir beiju, também usado para se acondicionar goma ressecada.
Local de uso: na casa, na cozinha, por ocasião das refeições.
Acondicionamento /localização: emborcado no jirau, no forno, sobre outros objetos trançados, na cozinha.
Referências: Ribeiro, 1988; Ribeiro, 1995; Ricardo, 2001.

Nº 14 Cesto-recipiente Trançado

Çamborá, çamburá (N)termo atribuído a todo cesto provido de tampa
Matérias-primas: cipó ambé,

molongó, ingá do mato (*ingá xixi*): carajurú *karaiwurú* 28 cm de diâmetro.
Técnica de manufatura: trançado hexagonal reticular.
Produção: masculina.
Propriedade: individual.
Uso: familiar.
Função: acondicionar gafanhotos comestíveis, camarões secos, pimenta.
Local de uso: cozinha.
Acondicionamento /localização: sobre uma prateleira.

Nº 15 Cuia Recipiente

Kuya kuiupi ou *kuyamiri* (pequena) (N)
Waró wahatoró (pequena) (T)
Iasankaró (oval) (T)
Boriwaró (grande) (T)
Passariwaró (jamaru) (T)
Matérias-primas e medidas: fruto da cuieira (*Crescentia cujete*), tintura de cumati para impermeabilizar, fruto do jamaru (*Lagenaria sericea*): 29 cm de

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

diâmetro ou 18 cm x 9 cm quando oblonga.
Técnicas de manufatura: quando pintada (*kuia pixuna*) e sem pintura (*kuia pitinga*).
Procedência: cidade de Barcelos.
Produção: masculina e feminina (impermeabilização).
Propriedade: feminino, individual.
Uso: feminino, com compartilhamento comunitário.
Funções: transportar a massa de mandioca ralada para o forno e retirar a farinha do forno. No uso doméstico a cuia serve para tomar mingau ou xibé.
Local de uso: interior da casa de forno
Acondicionamento /localização: emborcado no jirau.

Nº 16 Espátula
Implemento de trabalho

Tarubá (N)
Wapinsero (T)
Matérias-primas e medidas: lenho

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

de *arabá* (*warubá*), jacareúba, loiro itaúba 90 x 11 cm,118 x 10 cm, 97 x 13 cm, 111 x 11 cm, 116 x 11 cm.
Técnicas de manufatura: entalhe.
Produção: masculina, podendo ser um remo usado, imprestável para a navegação. Na comunidade Espírito Santo, uma das famílias usa um remo encontrado na beira do rio.
Propriedade: comunitária.
Uso: masculino, feminino.
Função: revolver a massa de mandioca ralada na produção de farinha e a goma para fazer a farinha de tapioca. A massa de mandioca também pode ser revolvida com o remo, *apukitá* (N): *ohápi* (T). Entre os Baré (Tabocal dos Pereira) a espátula era empregada pelas mulheres como leme ou mesmo para remar.
Local de uso: interior da casa de forno, associado ao forno.
Acondicionamento /localização: em cima do forno ou do jirau

Nº 17 Espátula
Implemento de trabalho

Tarubá meiwupiara (N) lanceolada, de cabo curto *pokáantenipi* (T), *wahádiakaró* (T) em forma de meia lua, sem cabo
Matérias-primas e medidas: carapanaúba 41 x 9 cm.
Técnicas de manufatura: entalhado.
Produção: masculina e feminina.
Propriedade: compartilhamento comunitário.
Uso: feminino.
Função: acertar a borda do beiju kuradá.
Local de uso: interior da casa de forno.
Acondicionamento /localização: em cima do forno.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 205

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

Nº 18 Espremedor de cana
Utensílio

Waimi waixié ou *waimi queixo* (queixo de velha) (N)
Matérias-primas: madeira itaúba 88 cm de altura.
Técnicas de manufatura: entalhado.
Produção: masculina.
Propriedade: familiar.
Uso: feminino.

Função: obter caldo de cana.
Local de uso: periferia da casa de forno.
Acondicionamento /localização: enterrado na parte posterior da casa de forno.

Nº 19 Fogareiro
Cerâmica

Não há termo na língua.
Referem-se como *fogão*
Matérias-primas: argila, cariapé: 28 cm de altura x 34 cm de diâmetro.
Técnicas de manufatura: acordelado.
Produção: feminina.
Uma mulher da comunidade Espírito Santo os faz para vender ou trocar, um dos quais foi encontrado em Aquariquara.
Propriedade: feminina, individual (geralmente vários exemplares).

Uso: individual, feminino e masculino.
Função: cozinhar, assar e moquear alimentos.
Local de uso: cozinha.
Acondicionamento / localização: no chão – é do chão.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Nº 20 Formas para beiju
Implemento

'Roda' *yapuá* (N)
Mihpinipin (T)
Matérias-primas e medidas: entrecasca de turi diferentes tamanhos, com 2 cm de largura. Os pequenos, para beiju çica, são unidos, formando uma espécie de rede.
Técnicas de manufatura: amarrado.
Produção: feminina.
Propriedade: feminina, individual, (geralmente vários exemplares).
Uso: individual, feminino.
Função: moldar os limites do beiju.
Local de uso: casa de forno, sobre o torrador.
Acondicionamento /localização: pendurados nas vigas da casa de forno ou na cozinha.

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

Nº 21 Forno ou torrador
Implemento

Objeto híbrido, industrial e artesanal, o torrador se apoia em uma estrutura circular, confeccionada com a técnica de enchimento, provida de uma abertura para a lenha
Torrador de metal: *yapuna* (N)
Base do forno: *yapuna rupitá* (N), *ehtaró* (T)
O *yapuna tuyuka* (N)faz referência ao forno antigo, feito de argila e apoiado em pedras, com beiradas altas e que não é mais confeccionado *witarí* (T).
Designa as trempes para o torrador. São cilíndricas e confeccionadas de argila.
Matérias-primas e medidas: metal, madeira, argila: 90 cm de altura, 81 cm de altura.
Procedência do torrador: os torradores constituem geralmente

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

em doações de políticos:
a) Governo Amazonino Mendes (comunidade Espírito Santo):
b) ex prefeito de São Gabriel (comunidade Tabocal dos Pereira).
Produção: masculina (base).
Propriedade: comunitária.
Uso: familiar, compartilhamento comunitário.
Local de uso: interior da casa de forno.
Acondicionamento /localização: posição centralizada em uma das extremidades da casa de forno.
Um outro tipo de forno, utilizado antes das doações referidas, era confeccionado com um tambor de gasolina partido ao meio e adaptado a um suporte de varas e de argila.

Nº 22 Jirau
Utensílio

Yurá (N)
Matérias-primas e medidas: ripas de lenho de açaí e cordel de malhadeira varas de envireira e linha de nílon: 240 cm x 50 cm, 350 cm x 75 cm.
Técnica de manufatura: amarrado.
Produção: masculina.
Propriedade: familiar.
Uso: familiar.
Função: acondicionar os utensílios empregados na casa de forno, sem especificidade.
Local de uso: casa de forno.

Acondicionamento /localização: no alto, nas laterais, em sentido longitudinal. Bancos compridos de mesmo aspecto que os jiraus, são usados para descansar os *waturás* repletos de mandioca que não devem ir para o chão.

Nº 23 Masseira (cocho/ canoa)
Utensílio doméstico

Maçarirú (N)
Matérias-primas e medidas: itaúba (*itaiwá*): 291 cm x 74 cm, 326 cm x 81 cm
Técnicas de manufatura: entalhe.
Produção: masculina, com procedência desconhecida pois trata-se de uma canoa velha, recolhida na beira da comunidade.
Propriedade: familiar com compartilhamento comunitário.
Uso: masculino e feminino.
Função: aparar a massa de mandioca ralada que sai do caititu

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

acondicionar a massa de mandioca ralada
Local de uso: no chão, em baixo do caititu nas proximidades da parte traseira da casa de forno.
Acondicionamento /localização: emborcado, em baixo do caititu, na casa de forno artefato fixo, proximidade da casa de forno.

Nº 24 Moquém triangular
Implemento (sem foto)

Mukã êtáwa (N)
Matérias-primas e medidas: varas de loiro estipes de inajá metal (zinco): 112 cm x 151 cm x 67 cm.
Grafismos: não há.
Produção: masculina.
Propriedade: familiar.
Uso: familiar, feminino (sogra e nora).
Função: moquear peixe.
Local de uso: casa de forno.
Acondicionamento /localização: fechado, as varetas encostadas no esteio, instalado na parte posterior da casa de forno, do lado direito.

Nº 25 Pau de cavouco
Implemento agrícola (sem foto)

Mirárupitá (N)
Waktapin (T)
Técnicas de manufatura: entalhe.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

Matérias-primas e medidas: madeira ripeira 72 cm de comprimento.
Produção: feminina, a cada nova roça.
Propriedade: individual, feminina.
Uso: feminino, masculino.
Função: exclusivamente para plantar maniva.
Local de uso: roça.
Acondicionamento /localização: este instrumento nunca abandona a roça.

Nº 26 Peneira quadrangular / circular
Trançado

Urupema (N)
Urupema uirupiá (N) para massa de fazer farinha
Urupema meyurupiara (N) para massa de fazer beiju
Siopá (T)

Poká siopá (T) para massa dura
Kibówan siopá (T) para massa mole (puba)
Putí siopá (T) para massa misturada
Matérias-primas e medidas: arumã com casca (*arumareté*), paxiuba (*paxiwa*): amarração de fio de nílon (malhadeira): 92 x 92 cm.
Técnicas de manufatura: trançado cruzado quadricular ou xadrezado com um elemento (*iacaré putiá*) e arremate amarrado *awanapukuwa simbiwa*.
Produção: masculina e ocasionalmente feminina.
Propriedade: comunitária ou individual.
Uso: comunitário feminino, ocasionalmente masculino, disposto em cima de uma bacia de alumínio.
Função: peneirar a massa de mandioca ralada.
Local de uso: interior da casa de forno e suas imediações.
Acondicionamento /localização: emborcada no jirau ou disposta no torrador da casa de forno.

Nº 27 Peneira quadrangular / circular
Trançado

Urupema meyurupiara (N)
Pamusiapá (T)
Matérias-primas e medidas: arumã com casca e sem casca jacitara, paxiubinha, paxiubão,

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

FOTO: REGINA PEDRINA ARAGÃO.

tiras de plástico 83 x 86 cm.
Técnicas de manufatura: trançado cruzado quadricular com dois elementos (uruwá bunda).
Grafismos: *uruá pinima* (pintura do caracol) e *tukura potiá* (peito de gafanhoto).
Produtor: feminino.
Propriedade: comunitária ou individual.
Uso: feminino e comunitário (4 famílias).

Função: para fazer 'vinho' de pupunha, para fazer mingaus para peneirar a massa, para fazer farinha de tapioca ou beiju cica, colocar beiju para esfriar. Esta peneira é peça essencial na dança da farinha que é executada nas festas culturais.
Local de uso: na casa de forno, sobre uma bacia, na cozinha residencial.
Acondicionamento /localização: emborcado no jirau.

Nº 28 Ralador (ralo)
Implemento

Iwiçé (N)
Sokóno (T)
Matérias-primas e medidas: madeira, fragmentos de metal ou pedra ou pregos, seiva 90 cm de altura, 81 cm de altura.
Técnicas de manufatura: entalhe, incrustação.
Grafismos: *wassai raua* – 'folhas de açaí' (figura produzida pelos 'dentes').

Procedência: podem ser adquiridos em Iauaretê, na Loja da Missão Salesiana e provêm do rio Aiary. Em São Gabriel da Cachoeira são originários do rio Içana e podiam ser comprados, em 1999/2000, em pelo menos seis endereços. Em Santa Isabel, os raladores utilizados são trazidos de São Gabriel da Cachoeira.
Produção: masculina e feminina (implantação dos fragmentos).
Os raladores utilizados são

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.

confeccionados pelos Baniwa que os denominam de *ada*.
Propriedade: individual.
Uso: individual e familiar.
Função: ralar as raízes de mandioca, apoiado nas coxas e em um pedaço de madeira.
Local de uso: interior da casa de forno.
Acondicionamento /localização: pendurados por um cordel nas vigas da casa de forno.
Referências: Mowat, 1989

Nº 29 Tipiti
Trançado

Tipiti (N)
Wahtinkeo (T)
Componentes: alça superior (*tipiti acanga*), corpo (*tipiti rumitera* ou *tipiti ipokossá*), alça inferior (*tipiti bunda* ou *tipiti sitimá*), abertura (*tipiti iwurú*).
Matérias-primas e medidas: arumã verdadeiro com casca jacitara

amarrações de cipó titica (*xipú*): 191 cm 172 cm 168 cm 164 cm 161 cm.
Técnicas de manufatura: trançado cruzado em diagonal com dois elementos (*akuti ranha*).
Outra técnica: trançado cruzado em diagonal com um elemento (*iará ia*).
Produtor: geralmente é o dono da casa de farinha. Um dos tipitis utilizados na comunidade Espírito Santo foi confeccionado por Alonso (comunidade São Francisco), pago com uma lata de farinha.
Propriedade: individual ou familiar.
Uso: comunitário, feminino e masculino. É geralmente usado um conjunto de dois ou três tipitis os demais são para a reposição dos que se rasgam no uso. O tipiti é distendido através de tensores: um poste de sustentação (*tipiti tukano*, *tipiti maku*), um travessão (*tipiti emena*) (N) e um poste chanfrado *tipiti cunhãtai* (N) e *wahtinkeo dahsé* (T).
Função: espremer massa de mandioca ralada. Tipitis de tamanho reduzido são usados para moquear pimenta.
Local de uso: a proximidade da casa de forno, inserido

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LAURE EMPERAIRE.

FOTO: REGINA PEDRINA ARAGÃO.

numa aparelhagem de distensão compreendida pelo *tipiti tukano*, *tipiti menã* e o *tipiti cunhantã*. Na comunidade Espírito Santo o primeiro é substituído por uma árvore (*biribá*).
Acondicionamento /localização: pendurados emborcados num local específico (*tipiti rendá*), uma trave saliente da parte traseira da casa de forno.
Referências: Ribeiro, 1995.

Nº 30 Vassoura para forno
Implemento doméstico

Tapixa ou *tapixawa* (N)
Waribokã (T)
Matérias-primas e medidas: Fibras de piaçaba, cipó, madeira 39 cm, 42 cm.
Técnicas de manufatura: *tapa acanga* (cabelo de negro).
Produtor: feminino, masculino nas comunidades do rio Preto (Campinas), afluente do rio Padauiri, no rio Xié, no rio Warapú (Colômbia).
Propriedade: feminina, individual.
Uso: feminino, compartilhamento comunitário.
Funções: limpeza do forno, do ralador e da masseira juntar farinha de tapioca.
Local de uso: dentro da casa de forno.
Acondicionamento /localização: no jirau.

Nº 31 Utensílio
Prensa

Não há termo na língua
Medidas: (não pode ser medido).
Confecção: masculina.
Propriedade: comunitária.
Uso: masculino.
Função: espremer a massa de mandioca ralada destinada ao comércio.
Local de uso: periferia da casa de forno.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: MERIVELTON RODRIGUES BARROSO.

FOTO: REGINA PEDRINA ARAGÃO.

Acondicionamento /localização: fixo no local

II - OBJETOS INDUSTRIAIS

Nº 32 Bacia
Utensílio recipiente

Não há termo na língua
Matéria-prima e medidas: metal – alumínio: 69 cm de diâmetro, 55 cm de diâmetro.

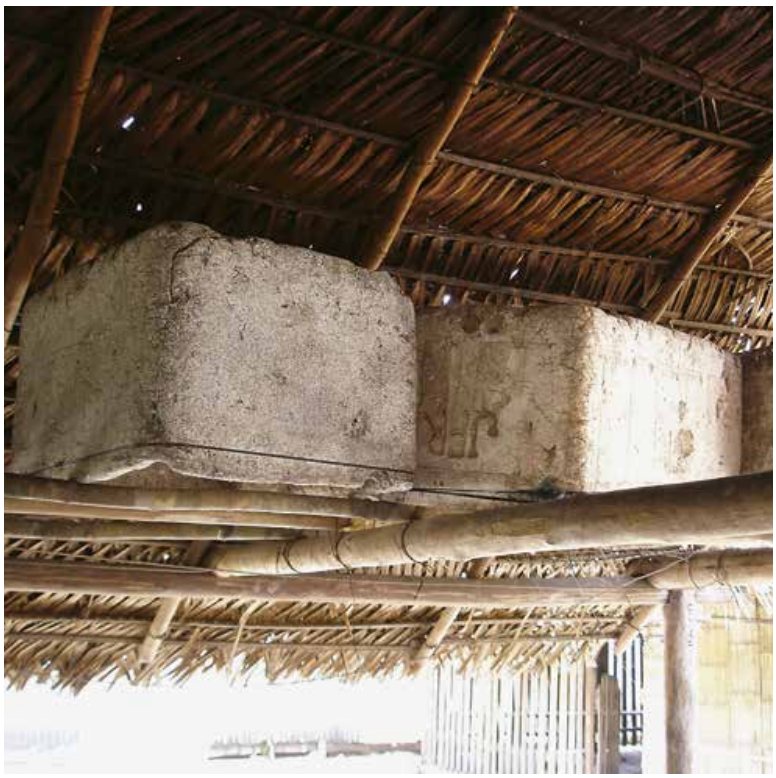
Procedência: adquirida no comércio de Santa Isabel ou de regatão contra pagamento com produtos extrativos (sorva, piaçaba, cipó) ou então recebida como presente.
Propriedade: individual e familiar.
Uso: feminino e masculino, compartilhamento comunitário.
Funções: para acondicionar mandioca descascada, conter a massa que sai do tipiti, conter a massa peneirada para extrair a goma. Para acondicionar mandioca descascada, os Arapaço utilizam um cesto denominado *ãhû bahtí* (T).
Local de uso: no interior da casa de forno ou em suas imediações.
Acondicionamento /localização: emborcado em cima do caititu da casa de forno, dispostas no jirau.

Nº 33 Ralador motorizado
Utensílio

Caititu
Componentes: motor, armação de suporte (banca), tampa de recipiente de isopor.
Matérias-primas e medidas: metal, borracha, madeira: 187 x 56 cm
Procedência: frequentemente por doações
Propriedade: comunitária.

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

FOTO: LÚCIA VAN VELTHEM.



Uso: comunitário, feminino e masculino.
Função: ralar mandioca, seca e puba.
Local de uso: interior das diferentes casas de forno.
Acondicionamento /localização: casas de forno.

Nº 34 Isopor
Recipiente

Medidas: variáveis.
Procedência: adquirido de um 'gelador' de peixe, contra pagamento de uma lata de farinha. Eram "sem serventia para ele por que vazava o gelo que derretia"
Propriedade: comunitária.
Uso: comunitário, feminino.
Função: recipiente para acondicionar: a massa que sai do tipiti/ a massa peneirada /a farinha torrada.
Local de uso: na casa de forno.
Acondicionamento /localização: emborcado, no jirau alto. ■

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 215

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ANEXO 5 PARECER DO RELATOR

PROCESSO
01450.010779/2007-11

A solicitação do registro do *Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro* foi encaminhada ao Sr. Presidente do IPHAN pela Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, em 28 de junho de 2007, em consequência de uma reunião realizada em Santa Izabel do Rio Negro, entre os dias 11 e 15 de junho, com a participação da Diretoria da ACIMRN e a representante do IPHAN, Dra. Ana Gita de Oliveira.

Em 6 de agosto de 2007, o presente processo devidamente protocolado foi remetido a Diretora do Departamento Imaterial que encaminhou Ofício a Diretoria Executiva da ACIMRN, solicitando informações complementares e informando da necessidade de uma articulação dessa entidade com a FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira.

Em atendimento à solicitação da Sra. Diretora do DPI foram encaminhados ao IPHAN, pela pesquisadora Laure Emperaire, os seguintes documentos:

- Relatório encaminhado ao CGEN, denominado "Populações locais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais na Amazônia Brasileira";
- Apresentação em Power Point realizada no Congresso de Ecologia Humana no Rio de Janeiro;
- Artigo de Emperaire, L; Pinton, F; e Second, G. "Dinamica y manejo de la diversidad de las variedades de yuca del noroccidente amazônico" in Etnoecológica, vol. 5, número 7;
- Artigo Emperaire, L. 2002. "Agrobiodiversidade em risco: o exemplo da mandioca na Amazônia". Ciência Hoje, vol. 32, número 187;
- Artigo Emperaire, L; Robert, P; Santilli, J; Eloy, L; Velthem, E; Laques, A. E; Carneiro da Cunha, M; Almeida, M, 2008. "Quele instruments pour une gestion durable de l'agrobiodiversité en Amazonie bresilienne?".

Esta documentação foi juntada ao presente processo e constituem a maior parte do primeiro volume. Entre as informações que fazem parte desse conjunto, destaca-se uma numerosa listagem preliminar de espécies, famílias e variedades cultivadas, cabendo citar que somente da espécie Manihot esculenta, da família EUFORBICAE, foram identificadas 68 variedades de plantas.

Em 23 de outubro de 2007, a Diretora Substituta do DPI comunicou aos interessados a abertura do Processo de Registro. Em 11 de fevereiro de 2008, em sua nona reunião a Câmara do Patrimônio Imaterial aprovou a continuidade dos procedimentos necessários para o registro, sugerindo a modificação do nome do mesmo.

Entre 21 a 25 de julho de 2008, a antropóloga Silvia Maria F. Guimarães, do DPI, realizou viagem a Santa Izabel do Rio Negro para acompanhamento técnico junto aos solicitantes.

Em 19 de abril de 2009, na VI Assembleia Geral da ACIMRN, realizada em Santa Izabel do Rio Negro, foi aprovada Moção de apoio ao Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, constando nas fls. 160 a 167, do processo, 111 assinaturas

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

de representantes das diversas comunidades indígenas da região.

Ato semelhante foi realizado em São Gabriel da Cachoeira, no âmbito da FOIRN, em 16 e 17 de maio de 2009, constando na fl. 165, trinta e quatro assinaturas de representantes da região.

Cumpre ressaltar que as pesquisas necessárias para a instrução do processo foram realizadas pelo projeto PACTA – "Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimento Tradicional" – projeto este realizado no âmbito da cooperação científica bilateral entre o CNPq, o Institute de Recherche pour Le Developpment – IRD e a UNICAMP e com a parceira com o Instituto Socioambiental, entre outras instituições. A equipe de pesquisadores principais foi composta por Dra. Laure Emperaire, etnobotânica, Dr. Mauro de Almeida, Dra. Lúcia Hussak van Velten, Dra. Esther Katz e Dra. Manuela Carneiro da Cunha, antropólogo(a)s. Foi importante para o desenvolvimento do trabalho a cooperação das associações indígenas, ACIMRN e FOIRN. O relatório final apresentado pelo grupo acima está apensado ao segundo volume do presente processo.

Em 12 de julho de 2010, a Dra. Ana Gita de Oliveira, Coordenadora Geral de Identificação e Registro do DPI, encaminhou parecer conclusivo à Sra. Dra. Márcia Sant'Anna, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial, recomendando a inscrição do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, criado pelo Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000.

O parecer foi aprovado e encaminhado para exame e demais providências ao Sr. Procurador Chefe do IPHAN, Dr. Antônio Fernando Alves de Neri que, em 3 de agosto de 2010, distribuiu o mesmo à Procuradora, Dra. Genésia Marta Alves Camelo, que emitiu minucioso parecer favorável ao prosseguimento do processo. Parecer este que foi aprovado pelo Procurador Chefe, em 16 de agosto, e encaminhado ao Sr. Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida.

A presidência do IPHAN providenciou a publicação no Diário Oficial da União, no dia 28 de agosto de 2010, o AVISO para efeito do Registro que trata este processo, nos termos do parágrafo quinto do artigo terceiro do Decreto 3551.

Transcorridos mais de 30 dias da publicação do referido Aviso, sem que tenha havido qualquer manifestação em contrário, o processo foi encaminhado a este Relator.

Com base nos elementos contidos no processo e no parecer conclusivo elaborado pela Dra. Ana Gita de Oliveira, apresento ao Ilustre Conselho Consultivo do IPHAN o seguinte parecer:

Em reunião realizada em 13 de novembro de 2007 no DPI para discutir procedimentos a serem adotados na instrução do processo de Registro do Sistema do Alto Rio Negro e iniciar debate sobre a construção desse novo objeto – sistema agrícola – entre as diversas questões levantadas, destacaram-se três pontos:

a) Há uma demanda crescente por solicitação de registros de comidas, o que revela a importância de culturas como a da mandioca, na diversidade alimentar que compõe o Brasil;

b) O problema nessas solicitações é que a ênfase dada aos produtos em si suprime o contexto social onde o grupo vivencia a elaboração dessa comida. Assim, são olvidadas as dimensões da produção, da rede de troca onde se compartilha o conhecimento, produtos e sementes, da lida com a terra e do tempo de plantação e da colheita. Portanto, temos o desafio de

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 217

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

elaborar o conceito de sistema agrícola, onde essas comidas estão incluídas, com ênfase sobre o processo de produção;

c) A solicitação de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro surge como oportunidade de pensar, ao longo da instrução do processo, o conceito de sistema agrícola, o qual poderia ser utilizado em outras situações (conferir volume 3 do processo, p. 450-451).

Assim sendo, considero bastante oportuna a solicitação em pauta, tendo em vista que abrange um imenso território, ao longo de toda a extensão do Rio Negro e seus tributários, desde a sua confluência com o Solimões e até os limites da Colômbia e da Venezuela. Abrangendo os municípios de Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Além disto, esse território abrange 9 terras indígenas, que totalizam aproximadamente 11.600.000 (onze milhões e seiscentos mil) hectares. Terras essas que constituem o habitat tradicional de 22 etnias, pertencentes a 3 grandes famílias linguísticas:

- Família Tukano. Etnias: Tukano, Desana, Kubeo, Kotiri, Tuyuka, Pira Tapuya, Muriti-Tapuya, Arapaso, Karapanã, Bará,Siriano, Bakuna e Barasano;
- Família Aruak. Etnias: Baniwa, Kuipako, Baré, Wereken e Tariana;
- Família Maku. Etnias: Hupda, Yuhupde, Dow e Nadob.

Esses 22 povos, tão diferenciados linguística e culturalmente, compartilham o mesmo sistema agrícola tradicional, resultante de séculos de intercâmbio de conhecimentos e de trocas matrimoniais.

No entanto, apesar de tudo, esse sistema de troca não resultou em uma uniformização, permitindo a manutenção de características que os diferenciam.

No que se refere ao Sistema Agrícola ficou evidente aos pesquisadores que, mesmo entre uma grande diversidade de plantas comestíveis, a mandioca surge como um elemento central do saber tradicional.

Ao longo dos séculos, esses povos foram capazes de identificar e utilizar de centenas de variedades de plantas, cujo cultivo de baixa intensidade de impacto ambiental possibilitou a manutenção da floresta, ao mesmo tempo em que proporcionou aos seus habitantes um razoável grau de segurança alimentar. Segundo os depoimentos coletados, nada seria possível se não fosse a existência das roças familiares.

É importante ressaltar a capacidade de manutenção e renovação da diversidade genética. Os pesquisadores catalogaram 263 variedades de plantas cultivadas ou coletadas, além de constatarem a existência de 70 variedades de maniwa. Essas variedades de

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

mandioca são objetos de circulação dentro de uma extensa rede de parentesco.

Como exemplo, em apenas uma roça de 100 metros quadrados foram encontradas maniwas de 17 variedades diferentes. Esta multiplicação de variedades constitui uma estratégia de segurança alimentar, pois reagem de maneira diversas sobre os diferentes tipos de ataques que possam sofrer.

O sistema agrícola não se restringe aos seus aspectos botânicos. Para o cultivo, a coleta e o tratamento da mandioca, além de seu preparo, tornou-se necessária a invenção de diferentes tipos de artefatos. Trinta desses objetos foram fotografados e suas descrições fazem parte do dossiê que compõem o processo.

Esse sistema agrícola está também representado em um conjunto de mitos e rituais relacionados principalmente com o principal alimento que é a maniwa. Versões do bem conhecido mito da origem da mandioca fazem parte do sistema. E o caxiri, bebida produzida pela fermentação da mandioca, está presente em diversos rituais, principalmente o da iniciação masculina. Está também associado às práticas de benzimentos e a realização de rituais de trocas (Dabucuris) entre as diferentes etnias da região.

Existe, contudo, uma preocupação com a continuidade do sistema, ameaçado que está pelo perigo da quebra da cadeia de transmissão de saberes, decorrente da emigração dos jovens atraídos pelos centros urbanos.

O parecer técnico conclusivo indica a necessidade de "linhas de valorização cultural e de pesquisa/documentação que têm por objetivos destacar e dar visibilidade a essa agricultura local junto às próprias populações indígenas. Esta ação pretende mobilizar pesquisadores indígenas, urbanos e das comunidades, para o trabalho de pesquisa sobre o futuro do sistema agrícola regional, criando condições sustentáveis que garantam a existência de mecanismos de transmissão dos conhecimentos tradicionais associados".

Em um momento de grande intercâmbio cultural com a sociedade dominante, com a introdução de novos alimentos, de modernos utensílios de cozinha, e etc., torna-se necessária a adoção de medidas que assegurem a continuidade dos saberes que garantem a manutenção e a renovação da diversidade genética que no decorrer dos tempos vem possibilitando às comunidades indígenas do Rio Negro um bom grau de segurança alimentar e da preservação do meio ambiente. Assim sendo, tomo a liberdade de reproduzir e fazer minhas as palavras do último parágrafo do parecer conclusivo:

"Por tudo que foi exposto, fica claro que o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, constitui uma referência cultural presente e organizadora dos povos indígenas existentes em toda a bacia do Rio Negro e bacias hidrográficas tributárias. Cabe ressaltar o papel protagonista da ACIMRN que representa as comunidades indígenas do município de Santa Izabel do Rio Negro (Tapuraquara), território onde se desenvolveu a pesquisa e onde a proposta do reconhecimento como Patrimônio Cultural pelo IPHAN teve acolhimento e consequência." Assim, como relator deste processo sou favorável à inscrição do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, criado pelo Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000.

Brasília, 3 de Novembro de 2010
Roque de Barros Laraia
Conselheiro

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 219

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

ANEXO 6
CERTIDÃO DE REGISTRO

Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CERTIDÃO

CERTIFICO que do Livro de Registro dos Saberes, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinqüenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta à folha doze, o seguinte: "Registro número oito. Bem cultural: Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Descrição: O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro apresenta como base social as comunidades indígenas localizadas na região do médio e alto rio Negro, abrangendo os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas. A concepção de "sistema agrícola" diz respeito ao processo de criação dos gêneros alimentícios de forma a abarcar o conjunto de saberes, fazeres e outras manifestações associadas. Assim, envolve os espaços manejados, as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e as maneiras de se alimentar. É o complexo que vai das roças até os alimentos e seus modos de consumo em diversos contextos sociais. O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é um conjunto estruturado formado por elementos interdependentes, quais sejam: as redes sociais, os espaços, as plantas cultivadas, a cultura material, os sistemas alimentares e os conhecimentos, as normas e os direitos. Este bem, constantemente re-elaborado pelas pessoas que o vivenciam, acontece em contexto multiétnico e multilinguístico. Mais de vinte e dois grupos indígenas dos troncos linguísticos Tukano Oriental, Aruak e Maku apresentam formas comuns de transmissão e circulação de conhecimentos, mitos, ritos, técnicas, artefatos, práticas e produtos. Neste sentido, os grupos se articulam em redes de trocas, essenciais para a existência do sistema e passíveis de serem identificadas por meio da cultura material, da organização social e da cosmovisão compartilhadas. A organização social dessas etnias é o que define as regras do sistema agrícola tradicional, delineando o mapa por onde circulam

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

as sementes e mudas. O sistema está baseado na agricultura de coivara, cabendo aos homens o preparo da roça. Esta técnica agrícola consiste na derrubada de uma área da floresta primária ou capoeira alta, que, em seguida, é deixada para secar e depois é queimada. Nas clareiras, são plantadas roças durante um período de dois a três anos até serem gradualmente abandonadas, sendo visitadas apenas para coleta de frutos. Desta forma, essa atividade agrícola exige a transferência contínua dos cultígenos de uma roça para outra, e por isso supõe a inserção do agricultor numa rede de trocas. Implica também a diferenciação de, no mínimo, três unidades: roças de primeiro ciclo de plantio de mandioca, roças de segundo ciclo de plantio de mandioca, que serão progressivamente enriquecidas com frutíferas (sistemas agroflorestais) e capoeira. A prática agrícola de queima e pousio é um dos elementos fundamentais para o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, uma vez que resulta em sustentabilidade e em menor impacto ambiental. O plantio é destinado ao consumo familiar e à venda de produtos em pequena escala; é uma prática eminentemente feminina, assim como o manejo das plantas e a produção da diversidade genética. No que tange às plantas cultivadas, a principal é a mandioca brava (espécie *manihot esculenta* da família Euforbicae) e o plantio de outras espécies é selecionado por serem benéficos ao cultivo daquela. As agricultoras dão especial atenção à diversidade, que é viabilizada pelas redes de trocas de mudas das etnias envolvidas, imprescindível para o melhoramento genético das plantas. As roças requerem cuidados rigorosos, uma vez que critérios estéticos estão associados à caracterização de uma boa agricultora. As agricultoras atuam de forma diferenciada em, aproximadamente, dez áreas, dentre vários tipos de roças, copeiras, espaços próximos às casas que abrigam plantas medicinais, frutíferas e plantas condimentares, etc. Os espaços fundamentais, nesse sistema, são os arredores da casa de forno ou casa de farinha e/ou os espaços perto da casa, pois é neles onde ocorre a experimentação de novas variedades de plantas e o processamento da mandioca em seus vários produtos, como farinha, goma, sumo, entre outros. Os elementos da cultura material envolvidos no sistema aparecem, principalmente, durante as etapas do processamento dos alimentos quando são utilizados vários artefatos e cestarias fabricados localmente, comprados ou trocados com outras etnias indígenas. Quanto aos sistemas alimentares, na região do rio Negro, a alimentação tradicional é baseada no consumo do peixe e da mandioca, ainda que, em novos contextos religiosos e urbanos, há modificação desses hábitos. Os saberes, normas e direitos deste sistema agrícola estão atrelados a regras do uso coletivo da terra e do acesso às plantas cultivadas. Na base desse sistema está o vínculo coletivo de solidariedade, de manutenção do patrimônio comum e do compartilhamento.

04/09/2020 14:45:16 SEDAC/IPHAE/26582161 ALIMENTAR PROA 221

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

identidade entre as pessoas envolvidas e com as plantas. Essas práticas são estratégicas para lidar com as potencialidades e limitações do diversificado ecossistema da região do médio e alto rio Negro sem degradá-lo. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº. 01450.010779/2007-11 e anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre este Saber, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 65ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada nos dias 4 e 5 de novembro de 2010." Data do Registro: 5 de novembro de 2010. E por ser verdade, eu, Márcia Genésia de Sant'Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 8 de novembro de 2010.

PÁGINA 186
URUCUM.
FOTO: LAURE EMPERAIRE.

BAIXO
PARADA DE ROCEIRO.
FOTO: LAURE EMPERAIRE.

Este livro foi produzido no verão de 2019 para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Foi composto nas tipografias Rosewood (títulos) e Mrs Eaves (textos), corpo 12/14.4, em papel couché matte 120 g/m (miolo).

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES, IPHAN

S623

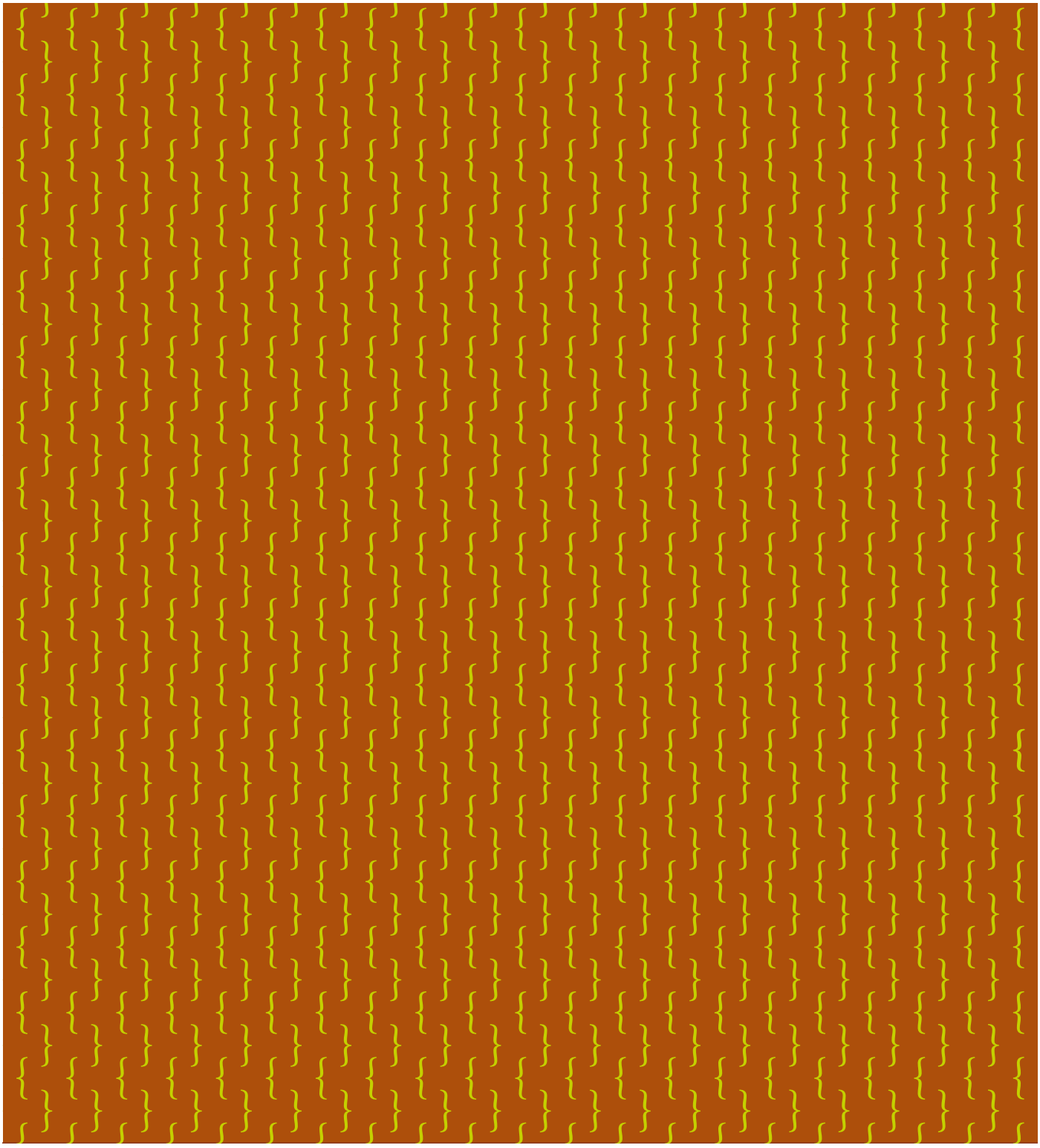
Sistema agrícola tradicional do Rio Negro / coordenação, Diego Simas e Yêda Barbosa. – Brasília, DF : IPHAN, 2019.
190 p. : il. color. ; 25 cm. – (Dossiê Iphan ; 19)

ISBN: 978-85-7334-351-9

1. Sistema agrícola. 2. Patrimônio imaterial – Amazônia (AM). 3. Patrimônio genético – Amazônia. 4. Rio Negro – Amazonas. I. Simas, Diego. II. Barbosa, Yêda. III. Série.

CDD 338.109811

Elaborado por Odilé Mª M. Viana de Souza – CRB-1/2120



IPHAN

Edições IPHAN

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: Ervais públicos e os camponeses extrativistas de Erva-Mate do Extremo Sul do Brasil (século XIX).
Autor: Paulo A. Zarth

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Estudo concede ênfase para o grupo humano mais do que `espécie *vegetal ilex paraguariensis* e o uso comum da terra que este faz, aí incluída a atividade extrativista da erva mate.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante pela informação histórica e memória dos grupos que já fizeram uso do processo de extrativismo da erva mate no Rio Grande do Sul

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O propósito do trabalho do autor foi dar visibilidade a um grupo de camponeses extrativistas de erva-mate no Norte do Rio Grande do Sul, que vivenciaram a experiência de uso comum da terra nos anos oitocentos. A história desses camponeses foi ofuscada pela historiografia elaborada a partir da visão dos grandes produtores de gado e, por outro lado, dos colonos imigrantes europeus que se estabeleceram em pequenas propriedades rurais, a partir do final daquele século. Os camponeses que nos propomos a dar visibilidade é reconhecido na história do Brasil sob diversas denominações com bases em critérios étnicos e culturais ou condições sociais - caboclo, pequeno lavrador, homem livre pobre, sitiante, pequeno posseiro, entre outros. Na região em análise, as fontes mencionam os seguintes termos: caboclo, lavrador, nacional, missioneiro, ervateiros, sertanejos. Os termos caboclo e nacional parecem ter se firmado como recorrentes nos textos regionais da época.
PALAVRAS CHAVE: erva mate, camponeses, século XIX, norte do rio Grande do Sul

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Relatório Técnico
Título: O futuro da Investigação Científica da Erva-Mate
Autores: Moacyr José Sales Medrado e Sergio Henrique Mosele

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Relatório Técnico da EMBRAPA enfatiza um conjunto de aspectos científicos relacionados ao processo de industrialização da erva mate evidenciando oportunidades e constrangimentos da produção de erva mate orgânica.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Prejudicado, pois enfatiza aspectos técnicos e não processos socioculturais da erva mate.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Reconhecendo que a cultura da erva mate passou por diversos métodos o trabalho procura apresentar e discutir alguns itens do sistema de produção da erva mate, tais como propagação da erva mate por sementes, colheita da matéria prima, conservação e melhoramento genético entre outros pontos importantes no processo de industrialização *da ilex paraguariensis*.

PALAVRAS CHAVE: Investigação científica, erva mate, sistema de produção.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional (X) Outro: Documento Técnico

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Livro

Título: História Ambiental e Migrações: Diálogos
Autores: Marcos Gerhardt Eunice Sueli Nodari Samira Peruchi Moretto

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Material interessante, pois evidencia a importância da área da História Ambiental para o processo de patrimonialização de bens culturais de natureza material e imaterial.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Este livro tem um tema específico: aborda os possíveis diálogos entre dois campos do conhecimento histórico. De um lado, os estudos sobre migrações humanas; de outro, as pesquisas em história ambiental, que ganharam importância na historiografia brasileira das últimas década. Este diá- logo é promovido, desde 1992, pelo Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que reúne, também, pesquisadores de outras universidades e programas de pós-graduação stricto sensu em História. Os diálogos possíveis entre esses dois campos consideram os movimentos populacionais pretéritos e contemporâneos, a movimentação de grupos humanos das etnias Kaingang e Guarani por seus territórios, as gran- des ondas de imigração de população de origem europeia não ibérica iniciadas no século XIX, as migrações internas posteriores dos descendentes de imigrantes europeus instalados, principalmente, no sul do Brasil e as emigrações, imigrações e deslocamentos atuais, de grupos humanos movidos por razões econômicas ou socioambientais. Consideram, ainda, a atração que os bens naturais disponíveis em outros lugares exerceram, como possibilidade de subsistência ou de ganho econômico, as condições favoráveis e as limitações do meio ambiente aos grupos humanos que passaram a habitá-lo e, com mais ênfase, as transformações que esses grupos migrantes realizaram nos ambientes que ocuparam ou repovoaram.

PALAVRAS CHAVE: História Ambiental, imigração, grupo migrantes,

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _Livro_

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese (X) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

Marcos Gerhardt

HISTÓRIA AMBIENTAL DA ERVA-MATE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Cultural.
Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.
Co-orientador: Prof. Dr. João Klug.

Florianópolis SC
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gerhardt, Marcos
História ambiental da erva-mate / Marcos Gerhardt ; orientadora, Eunice Sueli Nodari ; co-orientador, João Klug. - Florianópolis, SC, 2013.
290 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Erva-mate. 3. Ilex paraguariensis. 4. História Ambiental. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Klug, João. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

História Ambiental da Erva-Mate.

Marcos Gerhardt

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. João Klug (Co-orientador) – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel – PPGH/UPF

Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth – UNIJUÍ

Prof. Dr. Maurício Sedrez dos Reis – RGV/UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Marlon Brandt – GEO/UFFS

Prof. Dr. Silvio Marcus de Souza Correa (suplente da casa) – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 11 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari pela orientação e atenção e ao Prof. Dr. João Klug, pela co-orientação e interlocução. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida, aos arquivos, bibliotecas, museus e seus funcionários e diretores, sem os quais não haveria pesquisa e ao Prof. Dr. Paulo A. Zarth pela sugestão do tema de pesquisa. Agradeço ainda a muitas outras pessoas que contribuíram: Alfredo Ricardo Silva Lopes, André Souza Martinello, Arthur Blásio Rambo, Christian Brannstrom, Dinarte Belato, Fabiele Porazzi, Gilmar Arruda, Isabel Cristina Arendt, José Kormann, José Luiz de Andrade Franco, Luiz Roque Schwertner, Marcio José Werle, Marcos Nestor Stein, Maria da Glória Foohs, Marlon Brandt, Paulo Pinheiro Machado, Roberto Carlos Abinzano, Sandor Fernando Bringmann, Samira Peruchi Moretto, Settimio Presutto, Silvia B. Gómez e Sílvio Marcus de Souza Correa.

RESUMO

A pesquisa trata da história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e das sociedades humanas da América Meridional que se envolveram com seu extrativismo, cultivo, comércio e consumo durante o século XIX e nas três primeiras décadas do XX. Utiliza a abordagem da história ambiental e faz um recorte fitogeográfico, isto é, considera a área de ocorrência endêmica da erva-mate, que se concentrava no território de quatro províncias ou estados brasileiros, bem como em parte do território da Argentina e do Paraguai. Objetiva estudar a conservação dos ervais nativos e as mudanças socioambientais que estes sofreram durante o período abordado, as ligações da atividade ervateira com os projetos de colonização e as iniciativas de expansão do mercado do mate por meio da propaganda baseada no conhecimento científico da época. Interpreta e confronta informações obtidas em variada documentação, consultada em diversos arquivos, museus e bibliotecas. Estabelece um diálogo e compartilha conceitos com outras ciências, como a Geografia, a Biologia, a Química e a Ecologia. Conclui que houve profundas mudanças socioambientais nas florestas e nos ervais e que elas decorreram de uma complexa combinação de motivos, especialmente as alterações na legislação, a imigração, os projetos de colonização, o aumento populacional, a pressão do mercado ervateiro, a ação do Estado e as modificações tecnológicas.

Palavras-chave: Erva-mate. *Ilex paraguariensis*. História Ambiental.

ABSTRACT

The present research is aimed at approaching the history of "erva-mate" (*Ilex paraguariensis*) and Meridional America human societies engaged in the planting, extractivism, trade, and consumption of the herb during the 19th century and the three first decades of the 20th century. Besides the environmental history approach, this study is a phytogeographic cutout, that is, it takes into account the area of the endemic occurrence of the herb concentrated on the territory of four Brazilian provinces or estates, as well as part of Argentina and Paraguay. Thus, this research studies the conservation of native herbs and the socio-environmental changes they had during the above mentioned period, the relationships of the herbal activity with the colonization processes and the initiatives towards the expansion of the market by means of advertisement based on the scientific knowledge of that time. It also interprets and compares information obtained in documents from several files, museums, and libraries, besides establishing a dialogue and sharing concepts with other science fields such as Geography, Biology, Chemistry, and Ecology Studies. The conclusion is that there were major socio-environmental changes in forests and herb plantations which originated a complex combination of reasons, especially changes in legislation, immigration, colonization projects, population increasing, pressure over the herb market, the activity of the State, and technology development.

Keywords: Erva-mate. *Ilex paraguariensis*. Environmental History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A erveira 24
Figura 2 - Flores da *Ilex paraguariensis* 25
Figura 3 - Frutos da *Ilex paraguariensis* 26
Figura 4 - Folhas de *Ilex paraguariensis* 28
Figura 5 - *Hedypathes betulinus* 30
Figura 6 - *Gyropsylla spegazziniana* 30
Figura 7 - Folha de *Ilex paraguariensis* deformada 31
Figura 8 - Fungos sobre a folha de erva-mate: fumagina 33
Figura 9 - Área de ocorrência da erva-mate na América Meridional .. 35
Figura 10 - Bacia hidrográfica do rio Paraná 36
Figura 11 - Área de ocorrência silvestre da erva-mate no Paraná 37
Figura 12 - Cobertura vegetal primitiva 39
Figura 13 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1849 52
Figura 14 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1890 53
Figura 15 - Hidrografia do Norte do Rio Grande do Sul 55
Figura 16 - Limites de Santa Catarina em 1860 64
Figura 17 - Ervais em Misiones, Argentina, no século XIX 65
Figura 18 - Ervais nativos no Paraguai, no século XIX 67
Figura 19 - Carijo 74
Figura 20 - Mapa das principais obrages no Oeste do Paraná 94
Figura 21 - Fragmento de planta da colônia Erechim 121
Figura 22 - Projeto de habitação para os indígenas 125
Figura 23 - Projeto de habitação para o “colono nacional” 126
Figura 24 - Áreas florestais e colônias de predominância germânica no Norte do RS: final do século XIX e início do XX ... 161
Figura 25 - Depósito de erva-mate 164
Figura 26 - O pequeno tomador de mate 178
Figura 27 - Estrada Dona Francisca 184
Figura 28 - Corte da erva-mate 188
Figura 29 - Sapeco da erva-mate 188

Figura 30 - Anúncio 190
Figura 31 - O tropeiro loiro 191
Figura 32 - Plantio de *Ilex paraguariensis* 208
Figura 33 - Monocultivo de *Ilex paraguariensis* 209
Figura 34 - Erva-mate de Elisabeth 211
Figura 35 - Erva-mate de Elisabeth 212
Figura 36 - Localização de Nueva Germania 214
Figura 37 - Planta das terras de Nueva Germania 215
Figura 38 - Alteração da imagem 219
Figura 39 - Alteração da imagem 220
Figura 40 - Propaganda da erva-mate 233
Figura 41 - Propaganda da erva-mate 234
Figura 42 - Propaganda da erva-mate 235

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportação de erva-mate pelo Paraguai …..... 95

Gráfico 2 - Exportação de erva-mate no Sul do Brasil …..... 105

Gráfico 3 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização: formas de arrecadação da dívida em Santa Rosa RS …..... 135

Gráfico 4 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização: formas de arrecadação da dívida em Passo Fundo RS …..... 135

Gráfico 5 - Número de madeireiras registradas em Passo Fundo entre 1907 e 1930 …..... 137

Gráfico 6 - Evolução do número de socadores de erva-mate e de serrarias em Lajeado RS …..... 170

Gráfico 7 - Introdução do cultivo de erva-mate em Misiones …..... 206

Gráfico 8 - Exportação brasileira de erva-mate …..... 254

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registro de ervais privados no Rio Grande do Sul …..... 116

Tabela 2 - Composição da receita de Diretoria de Terras e Colonização em 1920 …..... 136

Tabela 3 - Oscilação do preço da erva-mate em Santa Cruz [do Sul] RS …..... 168

Tabela 4 - Alguns produtos coloniais exportados pelos portos de Lajeado, São Gabriel, Arroio do Meio e Encantado RS …..... 171

Tabela 5 - Exportação de erva-mate …..... 171

Tabela 6 - Produção da erva-mate em Ijuí RS …..... 175

Tabela 7 - Exportação de erva-mate de Blumenau …..... 196

Tabela 8 - Exportação de erva-mate para a Europa e EUA …..... 253

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAHMP	Archivo Administrativo Histórico Municipal de Posadas
AHCA	Arquivo Histórico de Cruz Alta RS
AHJ	Arquivo Histórico de Joinville SC
AHJFS	Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau SC
AHJMIF	Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim RS
AHML	Arquivo Histórico Municipal de Lajeado RS
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS
AHSBS	Arquivo Histórico de São Bento do Sul SC
AHWR	Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, Campos Novos SC
AHR	Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS
APPR	Arquivo Público do Paraná, Curitiba PR
BNAR	Biblioteca Nacional da Argentina, Buenos Aires
BNPY	Biblioteca Nacional do Paraguai, Assunção
BPPR	Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba PR
BPSC	Biblioteca Pública de Santa Catarina, Florianópolis SC
CEDOC	Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS
CMALSC	Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis SC
IAI	Instituto Ibero-Americano (*Ibero-Amerikanisches Institut*), Berlim
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí RS
MAMCL	Museu e Arquivo Municipal Carlos Lampe, Rio Negrinho SC
MC	Museu dos Capuchinhos, Caxias do Sul RS
MJC	Museu do Judiciário Catarinense, Florianópolis SC
MJPR	Museu da Justiça do Estado do Paraná, Curitiba PR
MJU	Memorial Jesuíta Unisinos, São Leopoldo RS
MP	Museu Paranaense: Parque Histórico do Mate, Curitiba e Campo Largo PR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

2 A *ILEX PARAGUARIENSIS* NAS FLORESTAS DA AMÉRICA MERIDIONAL 23

2.1 A ERVEIRA 23

2.2 NATUREZA E CULTURA 41

2.3 A FLORESTA NO OLHAR DA CIÊNCIA 44

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

3 O EXTRATIVISMO E A CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS 61

3.1 OS ERVAIS NATIVOS 61

3.2 FAZER ERVA 68

3.3 FALSIFICAR ERVA 82

3.4 A INDÚSTRIA DO MATE 88

3.5 OS FLUXOS 95

3.6 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO RIO GRANDE DO SUL 106

3.7 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO PARANÁ, SANTA CATARINA E MATO GROSSO 144

3.8 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NA ARGENTINA E NO PARAGUAI 150

3.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 154

4 COLONOS ERVATEIROS 157

4.1 UM TEMA POUCO PRESENTE 157

4.2 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL 159

4.3 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA EM SANTA CATARINA 182
4.4 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARANÁ 200
4.5 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NA ARGENTINA 204
4.6 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARAGUAI 211
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 221

5 QUEM BEBE MATE TEM VIDA LONGA 225
5.1 TOMAR MATE 225
5.2 A PROPAGANDA DO MATE 228
5.3 AS BASES CIENTÍFICAS DA PROPAGANDA 241
5.4 OS RESULTADOS 251
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 254

6 CONCLUSÃO 257
REFERÊNCIAS 260
FONTES 277

1 INTRODUÇÃO

Muito se escreveu sobre a história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*, Saint-Hilaire) no Brasil e nos países vizinhos. As variadas abordagens existentes incluem o olhar acadêmico sobre sua importância econômica, debates acerca dos sujeitos sociais envolvidos, estudos culturais e coletâneas de manifestações folclóricas sobre o mate. Há ainda, entretanto, mais por ser investigado e escrito sobre esta planta, o produto de seu beneficiamento e as gentes que com ela se envolveram historicamente. Entendeu-se que era possível e necessário pesquisar e escrever uma história da erva-mate que considerasse a abordagem da história ambiental, ou seja, uma pesquisa ligada aos interesses de uma parcela dos historiadores voltados contemporaneamente para o esforço de entender as mudanças socioambientais e as relações humanas com a natureza. A *Ilex paraguariensis*, uma das plantas que integrava a biodiversidade das florestas do Sul da América e as pessoas que viviam de sua extração, preparo, cultivo, transporte, comércio e consumo são os sujeitos de uma história ambiental escrita aqui.

A pesquisa se desenvolveu em torno de uma questão central, que parte de constatações evidentes nos documentos: ainda existiam extensos ervais nativos na América Meridional durante o século XIX. Ao final da década de 1930 a maioria deles estava drasticamente alterada ou havia desaparecido. A questão está formulada, portanto, da seguinte maneira: por que e como a maioria dos ervais nativos desapareceu durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX? A busca por respostas exige conhecer e discutir a presença e o uso desta planta em uma ampla área que corresponde a parte dos atuais territórios dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul e ainda do Norte da Argentina e do Sudeste do Paraguai. É um recorte espacial amplo, exagerado talvez, se comparado com a maioria das pesquisas históricas contemporâneas, mas é uma opção metodológica que se desvincula parcialmente da divisão administrava dos territórios e considera também os critérios fitogeográfico e hidrográfico, isto é, recorta a área de ocorrência da *Ilex paraguariensis* no século XIX, em parte coincidente com as grandes bacias dos rios Paraná, Paraguai, Iguaçu e Uruguai. Estudou-se a planta

e as sociedades humanas ligadas a ela em uma complexa dinâmica florestal, natural e cultural, em suas interações biológicas com a *Araucaria angustifolia* e com outras espécies animais e vegetais. O foco incide nas mudanças socioambientais que estavam em curso durante o século XIX e no início do XX. Não se perdeu, porém, a mobilidade na escala, passando de um olhar geral e panorâmico para uma visão específica e detalhada sempre que esta for necessária à compreensão da história vivida. O recorte temporal também é amplo e corresponde a uma escolha que objetiva compreender as transformações que aconteceram na longa duração, no período de mais de um século. A opção é justificada pela importância que o mate teve para a economia e as sociedades sulinas durante o século XIX e nas profundas mudanças ocorridas a partir das décadas finais deste.

Se fazem necessárias ainda algumas definições e opções. A primeira delas envolve os conceitos de erva-mate e mate, que são polissêmicos. A palavra erva-mate pode significar tanto a planta quanto o produto final, ou seja, o pó resultante do beneficiamento das folhas, pecíolos e ramos. Os agrônomos e os botânicos usam preferencialmente o termo para se referir ao vegetal, enquanto os economistas o utilizam para tratar do produto, que é objeto de comércio. No texto não é possível escapar totalmente da polissemia. A palavra erva-mate é empregada, prioritariamente, para se referir ao produto, mas existem variações no uso condicionadas pelo contexto. No caso de "história da erva-mate", a expressão se refere à planta e ao produto. Esta opção considera os usos que fizeram os viajantes, cronistas, autoridades e historiadores, encontrados nos documentos primários e nos textos de referência. Os termos latinos *Ilex paraguariensis* e *Ilex* são escritos exclusivamente para se reportar à planta, bem como as expressões regionais erveira e congonha. A palavra "erva" é uma simplificação de "erva-mate" e pode ter os mesmos dois significados - planta e produto - nos documentos e textos citados. Ela é empregada somente no sentido genérico, como em "atividade ervateira" ou "colonos ervateiros". Os conceitos de erval nativo e erval silvestre são tratados como sinônimos.

O termo mate, igualmente polissêmico, tem dois significados possíveis. Designa tanto a bebida quanto o universo de atividades, conhecimentos e significados ligados à planta, dependendo do contexto. Mate no sentido indígena de recipiente no qual se bebe ou cuia, não é empregado no texto. A expressão chimarrão é discutida, mas não utilizada por ser um adjetivo para mate.

O texto está estruturado em quatro capítulos: o primeiro denomina-se **A *Ilex paraguariensis* nas florestas da América**

Meridional e traz uma abordagem interdisciplinar. Ele visa compreender, do ponto de vista da História em diálogo com a Botânica, a Ecologia, a Química e a Genética, como a *Ilex paraguariensis* estava inserida nas florestas e quais suas interações com outras espécies que habitavam o mesmo ecossistema. Este primeiro capítulo também foca as percepções que viajantes e cronistas tiveram sobre as florestas americanas do século XIX e as compreensões que elaboraram, especialmente o discurso do lugar intocado, da "floresta virgem".

O segundo capítulo tem como título **O extrativismo e a conservação dos ervais**. Nele são abordadas as diversas técnicas de coleta e de preparo do mate, o trabalho em meio as florestas, seu significado socioeconômico em amplas redes de comércio, os fluxos, a atuação de empresas ervateiras, as relações socioculturais entre os diversos grupos humanos envolvidos, os discursos que expressam compreensões humanas sobre o ambiente e, com ênfase, os esforços e tentativas governamentais para regular o acesso aos ervais nativos, assegurar a arrecadação de impostos e promover sua conservação. A abordagem ambiental está presente em todos os capítulos, mas neste aparece com destaque, pois concentra o estudo das mudanças que ocorreram no extrativismo da *Ilex*.

O terceiro capítulo trata de uma ligação geralmente desconsiderada pelos historiadores: o envolvimento de colonos que migraram da Europa para o Sul da América com o extrativismo e com o cultivo da erva-mate. Em um intenso movimento populacional que durou da década de 20 do século XIX até os anos 1930 e que incluiu migrações internas posteriores, os colonos desmataram, repovoaram e cultivaram as terras florestais indicadas como disponíveis pelo Estado e por companhais privadas de colonização. Os estudos publicados sobre imigração e colonização geralmente enfatizam a produção agrícola e pecuária nas colônias, mas não focam a produção do mate como uma atividade relevante. Neste capítulo, denominado **Colonos ervateiros,** argumenta-se que o extrativismo, o cultivo, o comércio e o consumo da erva-mate tiveram um lugar expressivo na economia, nos agroecossistemas e nas práticas de sociabilidade de alguns núcleos coloniais formados no Sul do Brasil, na Argentina e no Paraguai. História da colonização por imigrantes e história ambiental, os dois temas prioritários nos estudos acolhidos no Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da UFSC, estão relacionados nesta parte do texto.

O quarto capítulo, denominado **Quem bebe mate tem vida longa,** trata da propaganda da erva-mate em países europeus e nos

Estados Unidos da América. Nele são analisados os argumentos usados para tentar criar novos mercados consumidores para o mate americano, marcados por um discurso científico que enfatizou e exagerou as qualidades terapêuticas, nutricionais e tônicas das bebidas preparadas com a *Ilex*.

A pesquisa é marcada pela variedade e pela expressiva quantidade de fontes que emprega: imagens fotográficas, textos de diferentes jornais, relatórios e correspondências oficiais, códigos de posturas municipais, inventários *post-mortem,* entrevistas, relatos de viagem, textos de cronistas, contos, objetos, ferramentas, mapas e folhetos publicitários. Qualquer testemunho ou vestígio que contribua para compreender o lugar e o significado da erva-mate nas sociedades e na natureza sulinas foi tratado como uma fonte de pesquisa. Não existe, contudo, uma homogeneidade ou regularidade na distribuição geográfica das fontes. Inventários *post-mortem*, por exemplo, que estão organizados e disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, são de difícil acesso em Santa Catarina e no Paraná, principalmente pela falta de indexação ou de catalogação dos documentos. O mesmo se pode dizer das correspondências oficiais trocadas entre o governo das províncias e os núcleos municipais durante o século XIX. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul elas são facilmente localizadas, mas em Santa Catarina e no Paraná elas são escassas. Por conta disso, algumas lacunas não puderam ser preenchidas e as descontinuidades no texto são parte de um mosaico que não pode ser completado neste momento.

A regularidade das fontes aparece em alguns poucos casos, como nos Relatórios de Presidentes de Província, digitalizados e publicados na internet pelo *Center for Research Libraries*, com sede em Chicago, EUA. Jornais e imagens são dois tipos de documentos que, embora diferentes regionalmente, também estão presentes na maioria dos lugares estudados. No caso dos jornais, a dificuldade está na baixa densidade de informações sobre o mate e no tempo exigido para a busca, ou seja, foi preciso ler centenas de títulos e páginas dos vários periódicos para obter informações relevantes. A viagem para o Norte da Argentina e ao Paraguai, além de permitirem o acesso ao Arquivo Histórico de Posadas e à Biblioteca Nacional de Assunção, viabilizaram a observação das paisagens contemporâneas de uma região que foi central na economia ervateira. Nas duas semanas de pesquisa no Instituto Ibero-Americano, em Berlim, materiais sobre o mate que não estão disponíveis nos arquivos americanos puderam ser consultados.

Por fim, é oportuno esclarecer que a opção por reproduzir vários trechos dos documentos consultados não tem a intenção de apresentar

provas ou ilustrar o texto. Visa, isto sim, colocar o leitor em contato com as fontes que serviram à pesquisa, permitindo-lhe acompanhar a narrativa e observar a construção do texto, concordar com as interpretações elaboradas ou formular outras.

22

2 A *ILEX PARAGUARIENSIS* NAS FLORESTAS DA AMÉRICA MERIDIONAL

> A milenar camada de húmus, banhada na transpiração acre da terra; o monstro inextricável, imóvel, feito de milhões de plantas atadas num só nó infinito; a úmida solidão onde a morte espreita e onde o horror goteja como nas grutas...
> Rafael Barrett.

Neste capítulo aborda-se a ocorrência endêmica da erva-mate nas florestas do Sul do continente americano, sua biologia, as interações com outras espécies vegetais e com a fauna. O principal objetivo é compreender a *Ilex paraguariensis* como um vegetal que integra a complexa biodiversidade florestal, avançando além da abordagem mais frequente na história escrita, que a apresenta essencialmente como uma planta de valor econômico para as sociedades humanas. Os conhecimentos elaborados por ciências como a Botânica, a Bioquímica e a Genética são, na abordagem interdisciplinar adotada aqui, associados com aqueles produzidos pela História e pelas populações tradicionais.

2.1 A ERVEIRA

A erva-mate é uma árvore de folhas perenes que tem entre quatro e oito metros de altura quando adulta[1], mas que pode atingir um tamanho maior quando as condições forem favoráveis ao crescimento (Figura 1). Ela foi classificada pelo viajante e pesquisador francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) no início do século XIX, segundo os critérios da Botânica. De acordo com a classificação taxonômica atual, a erva-mate integra a família *Aquifoliaceae* e o gênero *Ilex*, no qual estão incluídas algumas centenas de espécies espalhadas pelo

1 LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras:* manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1. p. 31.

planeta.[2] Do ponto de vista da Biologia e da Genética é uma planta vascular, angiosperma e diploide. As plantas vasculares são o resultado de uma evolução de milhões de anos a partir das ancestrais aquáticas, "inseparavelmente relacionada com a ocupação progressiva do ambiente terrestre e o aumento da sua independência da água para a reprodução."[3] Estas plantas desenvolveram um eficiente sistema condutor de fluidos que permite transportar água e alimentos mesmo vivendo em terra. A base desta evolução estava na capacidade de sintetizar lignina e incorporá-la nas paredes das células de sustentação da planta e das células condutoras de fluídos, formando um sistema vascular.[4]

Figura 1 - A erveira

Fonte: Museu e Arquivo Municipal Carlos Lampe, Rio Negrinho SC. Início do século XX.

As plantas do grupo das angiospermas, como a *Ilex paraguariensis,* são aquelas que possuem sementes, flores, frutos e um ciclo de vida distinto de outras plantas. Neste grupo estão, pelo menos, 300.000 espécies que têm predominado no ambiente terrestre. As flores

2 The International Plant Names Index. Disponível em: <http://www.ipni.org/>. Acesso em: 13 nov. 2011.
3 RAVEN, Peter; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia vegetal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 386.
4 Ibidem.

são estruturas reprodutivas que, muitas vezes, apresentam pétalas coloridas para atrair os polinizadores, geralmente insetos ou outros animais que transferem grãos de pólen (gametófito masculino) e contribuem para fecundação dos óvulos (Figura 2). Os frutos das angiospermas são muito variados em suas formas e funções. Os frutos carnosos, por exemplo, são comidos por animais que depois eliminam as sementes em suas fezes, ajudando na dispersão e reprodução do vegetal. Outras plantas possuem frutos leves ou sementes com alas, que propiciam a dispersão pelo vento. A semente contém o embrião de uma nova planta e, geralmente, materiais de reserva como carboidratos, proteínas e lipídios que nutrem o embrião na etapa inicial da germinação. As angiospermas resultaram de um longo processo de evolução e coevolução com outras formas de vida que interagiram em ecossistemas complexos.[5]

Figura 2 - Flores da *Ilex paraguariensis*

Fonte: CAMPESTRINI, Sérgio. Flora digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>. Acesso em: 4 jun. 2011.

5 Ibidem, p. 452-468.

Figura 3 - Frutos da *Ilex paraguariensis*

Fonte: GIEHL, Eduardo L. H. Flora digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>. Acesso em: 4 jun. 2011.

A erva-mate floresce no mês de outubro e frutifica entre janeiro e abril.[6] Diversos pássaros, como o jacu (*Penelope superciliaris*), consumiam avidamente os frutos carnoso da erveira (Figura 3), faziam a dispersão das pequenas e numerosas sementes por meio de suas fezes e, ao mesmo tempo, ajudavam a romper complexa dormência da semente.[7] O fruto muda de cor durante a formação e maturação, que não ocorre simultaneamente, passando do verde, ao vermelho e ao preto.[8] As sementes, em número de quatro por fruto, são tão pequenas que é necessário reunir cerca de 140.000 delas para somar um quilograma.[9] A dormência é uma adaptação da planta ao ambiente, "uma condição especial de suspensão do crescimento." O embrião dormente de uma

6 Flora digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>. Acesso em: 4 jun. 2011. LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras:* manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1.

7 ZANON, Ayrton. *Produção de sementes de erva-mate*. Curitiba: Embrapa, 1988. (Circular Técnica, 16).

8 MARIATH, Jorge Ernesto de Araújo et al. Aspectos anatômicos e embriológicos em espécies do gênero *Ilex*. In: WINGE, Helga et al. (Orgs.). *Erva-mate:* biologia e cultura no Cone Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 272.

9 ZANON, op. cit.

semente “pode ser 'ativado' apenas por certos sinais do ambiente”[10], como o frio. A semente da erva-mate tem dois mecanismos de suspensão: um está ligado à resistência da casca (tegumento) e o outro está associado à imaturidade do embrião. A passagem da semente da *Ilex paraguariensis* pelo sistema digestivo de algum animal e ou sua permanência no solo por cinco meses ou mais,[11] são condições naturais para que a dormência seja superada. Há uma lógica clara: os frutos maturam irregularmente no verão e início do outono, contém sementes que permanecem em dormência durante o inverno e germinam na primavera, época na qual as condições são mais favoráveis ao desenvolvimento da nova planta. Mesmo assim, somente uma parte das sementes germina.

A *Ilex paraguariensis* é considerada diploide porque suas células têm pares de cromossomos homólogos, isto é, existem sempre dois cromossomos iguais em cada célula. Como sua reprodução é sexuada, a partir de árvores masculinas e femininas (espécie dioica), a fecundação com células reprodutivas (que tem a metade dos cromossomos da espécie) de diferentes plantas permite aumentar a variabilidade genética. Isso implica em diferenças de genótipo e de fenótipo que são importantes para a resistência e estabilidade da espécie. As variedades de erva-mate atualmente denominadas de *paraguariensis* e *sincorensis*,[12] são exemplos desta variabilidade. As diferenças no tamanho da folha e na cor do talo (pecíolo), que pode ser branco ou roxo, são expressões morfológicas que também evidenciam a variabilidade genética.[13]

10 RAVEN; EVERT; EICHHORN, op. cit., p. 655.

11 CUQUEL, F. L.; CARVALHO, M. L. M. de; CHAMMA, H. M C. P. Avaliação de métodos de estratificação para a quebra de dormência de sementes de erva-mate. *Scientia Agricola*, Piracicaba, v. 51, n. 3, p. 415-421, set./dez. 1994.

12 Lista de espécies da flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2011.

13 REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir (Coord.). *Projeto madeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SUDESUL, 1988. p. 284-292.

Figura 4 - Folhas da *Ilex paraguariensis*

Fonte: Acervo do autor.

A erva-mate, compreendida como uma espécie que compunha as florestas da América Meridional, estabeleceu constantes interações com animais, micro-organismos, outras plantas e o ambiente como um todo. Ela integra o ecossistema, definido como "o conjunto de todos os organismos que ocorrem em um determinado local, juntamente com o ambiente com o qual eles interagem."[14] A Ecologia, que estuda os ecossistemas, mostrou como muitas plantas desenvolveram estratégias químicas para atrair ou se defender de herbívoros, especialmente de insetos. Os compostos alcaloides (metilxantinas como a cafeína) são os mais frequentes e podem ser tóxicos para alguns insetos, além de conferir sabor amargo. A produção e a concentração destes compostos e também das saponinas, são formas de diminuir os danos causados pelos herbívoros que se nutrem da planta, pois a tornam menos palatável e pouco atraente como alimento. Considerando que a *Ilex paraguariensis*

14 RAVEN; EVERT; EICHHORN, op. cit., p. 707.

tem longevidade foliar, faz sentido pensar em mecanismos químicos de proteção contra insetos desfoliadores.[15]

Cerca de 100 espécies de pequenos animais interagem com a erva-mate, das quais 85 se alimentam dela.[16] São besouros e suas larvas, borboletas, mariposas e suas lagartas (lepidópteros), ácaros e cochonilhas. Muitos deles contribuem na polinização. Dois insetos se destacam: o primeiro é o *Hedypathes betulinus* (Klug, 1825), representado na Figura 5, conhecido como broca-da-erva-mate. Ele está presente nos ervais durante o ano todo, se alimenta da erveira e faz buracos na casca do tronco e nos ramos, onde as fêmeas depositam os ovos, dos quais nascem larvas que se nutrem da planta. Sua ação forma galerias que impedem a circulação normal da seiva e podem prejudicar a planta.[17]

15 COELHO, Geraldo Ceni. *Teores de metilxantinas e saponinas e morfologia foliar de erva-mate (Ilex paraguariensis* A. St.-Hil*.) sob a influência de diferentes fatores ambientais e em diferentes variedades e populações.* Tese (Doutorado em Bioquímica), UFRGS, Porto Alegre, 2002. SPEIGHT, Martin R.; HUNTER, Mark D.; WATT, Allan D. *Ecology of insects:* concepts and applications. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.p. 72-74.

16 IEDE, Edson Tadeu; MACHADO, Débora C. Pragas da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) e seu controle. *Boletim de Pesquisa Florestal*, Colombo, EMBRAPA, n. 18/19, jun./dez.1989. p. 51-60.

17 CHIARADIA, L. A.; MILANEZ, J. M. *Pragas da erva-mate no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2007. (Boletim Técnico, 134). GUEDES, Jerson Vanderlei Carús; D'AVILA, Márcia; DORNELLES, Sylvio Henrique Bidel. Comportamento de *Hedypathes betulinus* (Klug, 1825) em erva-mate em campo. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 30, n. 6, nov./dez. 2000.

Figura 5 - *Hedypathes betulinus*

Fonte: TEJO, Luis Cesar. Kiritó de la yerba mate. Disponível em: <http://fotonat.org/>. Acesso em: 6 dez. 2011.

Figura 6 - *Gyropsylla spegazziniana*

Fonte: PENTEADO, Susete do R. C. Embrapa Florestas. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/ >. Acesso em: 7 dez. 2011.

Figura 7 – Folha de *Ilex paraguariensis* deformada

Fonte: PENTEADO, Susete do R. C. Embrapa Florestas. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia. embrapa.br/>. Acesso em: 7 dez. 2011.

O segundo inseto que se evidencia por interagir intensamente com a erva-mate é a *Gyropsylla spegazziniana* (Lizer; Trelles, 1919), popularmente chamada de ampola-da-erva-mate. Ela se alimenta da seiva da erveira e causa uma deformação nas folhas novas, que enrolam e formam um espaço protegido, onde são depositados os ovos e se desenvolvem as ninfas (Figura 7). Sua coloração, que varia de verde-clara à amarelada, e suas asas transparentes (Figura 6) a tornam menos visível aos predadores. A *Gyropsylla spegazziniana* vive exclusivamente junto à erveira e pode ter até oito ciclos reprodutivos anuais.[18] Pesquisas mostram que há um aumento populacional da ampola-da-erva-mate no início e em meados da primavera, com picos entre outubro e abril.[19]

Também a *Thelosia camina* (Schaus), uma pequena mariposa conhecida como lagarta-da-erva-mate, é frequente nos ervais durante a

18 CHIARADIA; MILANEZ op. cit., p. 12-13.

19 LEITE, Maria S. P.; ZANOL, Keti M.; IEDE, Edson T.; PENTEADO, Susete do R. Chiarello. Flutuação populacional de *Gyropsylla spegazzinian*a (Lizer y Trelles) (Hemiptera, Psyllidae) e de seus inimigos naturais em erva-mate no município de São Mateus do Sul, PR, Brasil. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 51, n. 4, out./dez. 2007.

primavera. Ela deposita seus ovos na face superior das folhas da *Ilex,* das quais as lagartas se alimentam posteriormente.[20]

Há uma rede ou teia da vida, conceito empregado por Whitmore para explicar as interconexões de animais e plantas nas florestas topicais úmidas, mas que se aplica também às florestas meridionais.[21] Os insetos que se nutrem da *Ilex paraguariensis*, por sua vez, estão ligados a outros animais que não dependem diretamente dela. Um caso é a *Labena fiorii* sp., uma pequena vespa parasitóide que deposita seus ovos na larva do *Hedypathes betulinus*, parasitando-a, provocando a sua morte e agindo como inimigo natural.[22] A *Gyropsylla spegazziniana* ou suas ninfas são fontes de alimento para algumas espécies de joaninhas (família Coccinellidae), para diversas formigas, vários insetos dos gêneros *Ocyptamus* e *Halictophagus*, bem como para ácaros e diferentes insetos das famílias Hemerobiidae e Chrysopidae.[23] Fungos do gênero *Beauveria* podem se desenvolver nas lagartas da *Thelosia camina.*[24] A *Ceroplastes grandis* (Hempel, 1900), a cochonilha-de-cera, se instala nos ramos da erva-mate para sugar sua seiva, possui uma camada de cera aquosa protetora e secreta uma substância açucarada que serve de alimento para algumas espécies de formigas. Ao mesmo tempo propicia o desenvolvimento do *Capnodium citri*, um fungo que cobre parte da folha, cujo aspecto se assemelha com a fuligem (Figura 8).[25] A cochonilha-de-cera, entretanto, não é exclusiva da erva-mate e interage

20 BORGES, Larissa R.; LÁZZARI, Sonia Maria Noemberg; LÁZZARI, Flávio Antonio. Comparação dos sistemas de cultivo nativo e adensado de erva mate, I*lex paraguariensis* St. Hil., quanto à ocorrência e flutuação populacional de insetos. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 47, n. 4, dez. 2003. CHIARADIA; MILANEZ op. cit., p. 21-22.

21 WHITMORE, Timothy Charles. *An introduction to tropical rain forests*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 87.

22 GRAF, Vinalto; MARZAGAO, Márcia Ribeiro. Ocorrência do parasitóide *Labena fiorii* sp.n. (Hymenoptera, Ichneumonidae) em larvas de *Hedypathes betulinus* (Klug), broca da erva-mate e em *Chydarteres striatus* (Fabricius), broca da aroeira, (Coleoptera, Cerambycidae). *Revista Brasileira de Zoologia*, v. 16, n. 1, 1999, p. 185-190.

23 LEITE et al., op. cit.

24 DALLA SANTA, Herta Stutz; SOUSA, Nilton José; PITTNER, Elaine; DALLA SANTA, Osmar Roberto; SOCCOL, Carlos Ricardo. Controle biológico em pragas de *Ilex paraguariensis* (A. St.- Hil.) com fungo *Beauveria* sp. *Floresta*, Curitiba, v. 39, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2009.

25 PENTEADO, Susete do Rocio Chiarello. Principais pragas da erva-mate e medidas alternativas para o seu controle. In: WINGE, Helga et al. (Orgs.). *Erva-mate:* biologia e cultura no Cone Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

também com outras espécies florestais, como a açoita-cavalo, a aroeira, a cerejeira e o marmeleiro.[26]

Figura 8 - Fungos sobre a folha de erva-mate: fumagina

Fonte: MUNIZ, Marlove Brião; BARBIERI, Joabel; PINHEIRO, Carlos. *Fitopatologia florestal*. Santa Maria: UFSM. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/fitoflorestal/>. Acesso em: 22 dez. 2011.

Compreender a existência desta variedade de formas de vida ligada à erva-mate passa pela incorporação do conceito de biodiversidade ou diversidade biológica que

> significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.[27]

A biodiversidade da qual a erva-mate é parte e as complexas interações que ocorrem no ecossistema que ela integra, também podem ser analisadas na dimensão dos vegetais. A ocorrência da erva-mate é

26 SILVA, Aristóteles G. d'Araújo et al. *Quarto catálogo dos insetos que vivem nas plantas do Brasil:* seus parasitos e predadores. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968. Parte 1, p. 139.

27 CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica. 1992. Disponível em: <http://www.cdb.gov.br/cdb>. Acesso em: 9 jun. 2011.

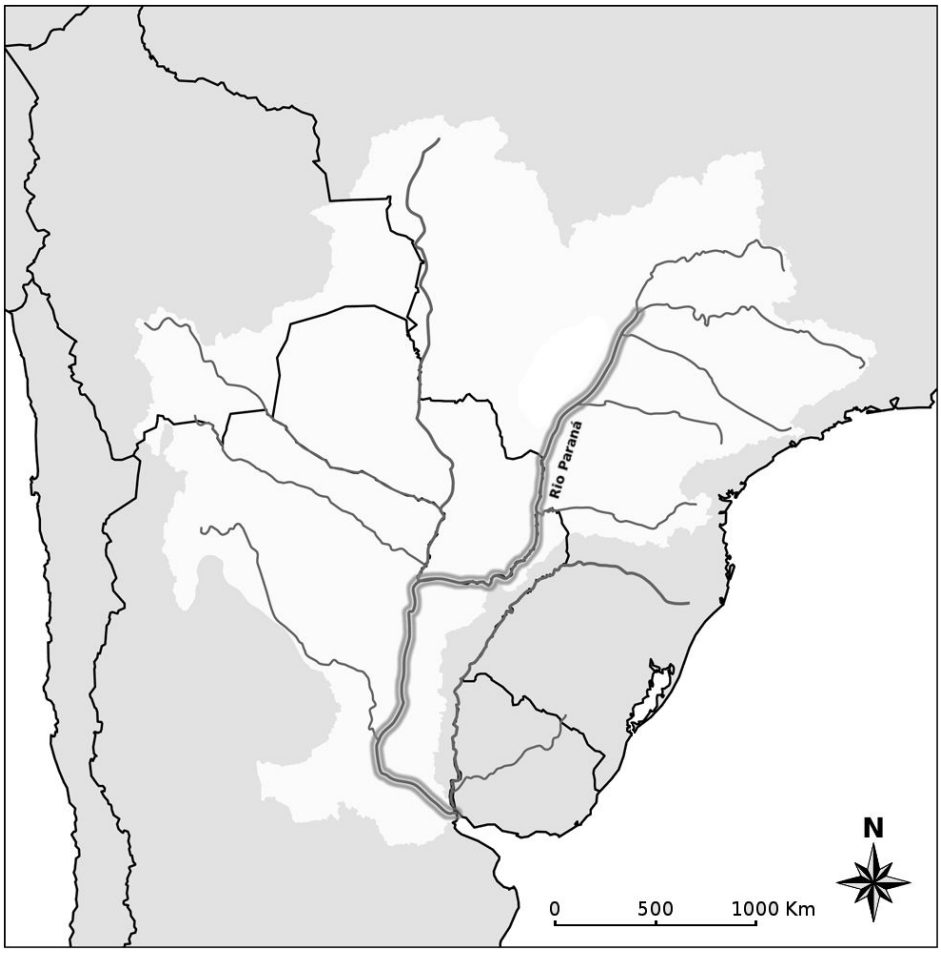
endêmica, isto é, existiu na forma silvestre exclusivamente em uma região florestal do Sul da América, com concentração em uma área que corresponde hoje a parte do território dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, à província de Misiones na Argentina e ao Leste do Paraguai, representada na Figura 9. Esta área de ocorrência coincide aproximadamente com as grandes bacias hidrográficas dos rios Paraná, Paraguai, Iguaçu e Uruguai e com algumas de suas sub-bacias, como as dos rios Ijuí e Turvo no Rio Grande do Sul e a do rio Negro, na divisa entre Santa Catarina e Paraná (Figuras 10 e 11). A ocorrência também está associada à altitude, com maior presença da erva-mate em terrenos situados entre 400 e 800 metros acima do nível do mar.[28] O paranaense Romario Martins, uma das autoridades no estudo do mate, informou sua ocorrência silvestre também nos estados brasileiros de Minas Gerais e São Paulo.[29] Os autores Reitz, Klein e Reis afirmaram haver ocorrência florestal da erva-mate no Uruguai, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador.[30]

28 LORENZI, op. cit., p. 31.
29 MARTINS, Romario. *Ilex-mate:* chá sul-americano. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. p. 35.
30 REITZ; KLEIN; REIS, op. cit., p. 288.

Figura 9 - Área de ocorrência da erva-mate na América Meridional

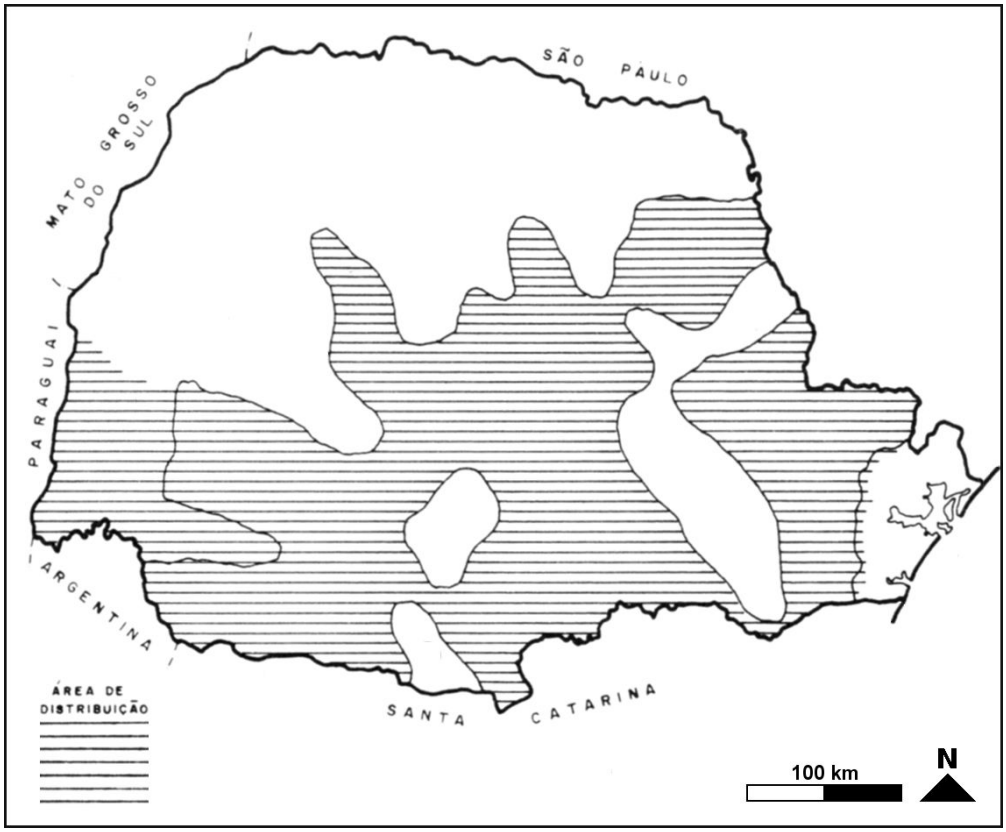
Fonte: Elaborado pelo autor com base em LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969 e Sociedade Nacional de Agricultura. *Distribuição da herva matte no Brazil*. São Paulo: 1908. 1 mapa. AHRS.

Figura 10 - Bacia hidrográfica do rio Paraná



Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Google Maps. Disponível em: <http://maps.google.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2011.

Figura 11 - Área de ocorrência silvestre da erva-mate no Paraná



Fonte: INOUE, Mario Takao; RODERJAN, Carlos V.; KUNIYOSCHI, Yoshiko S. *Projeto madeira do Paraná*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984. p. 97.

A erva-mate é uma das espécies da Mata Atlântica brasileira, definida por Warren Dean como:

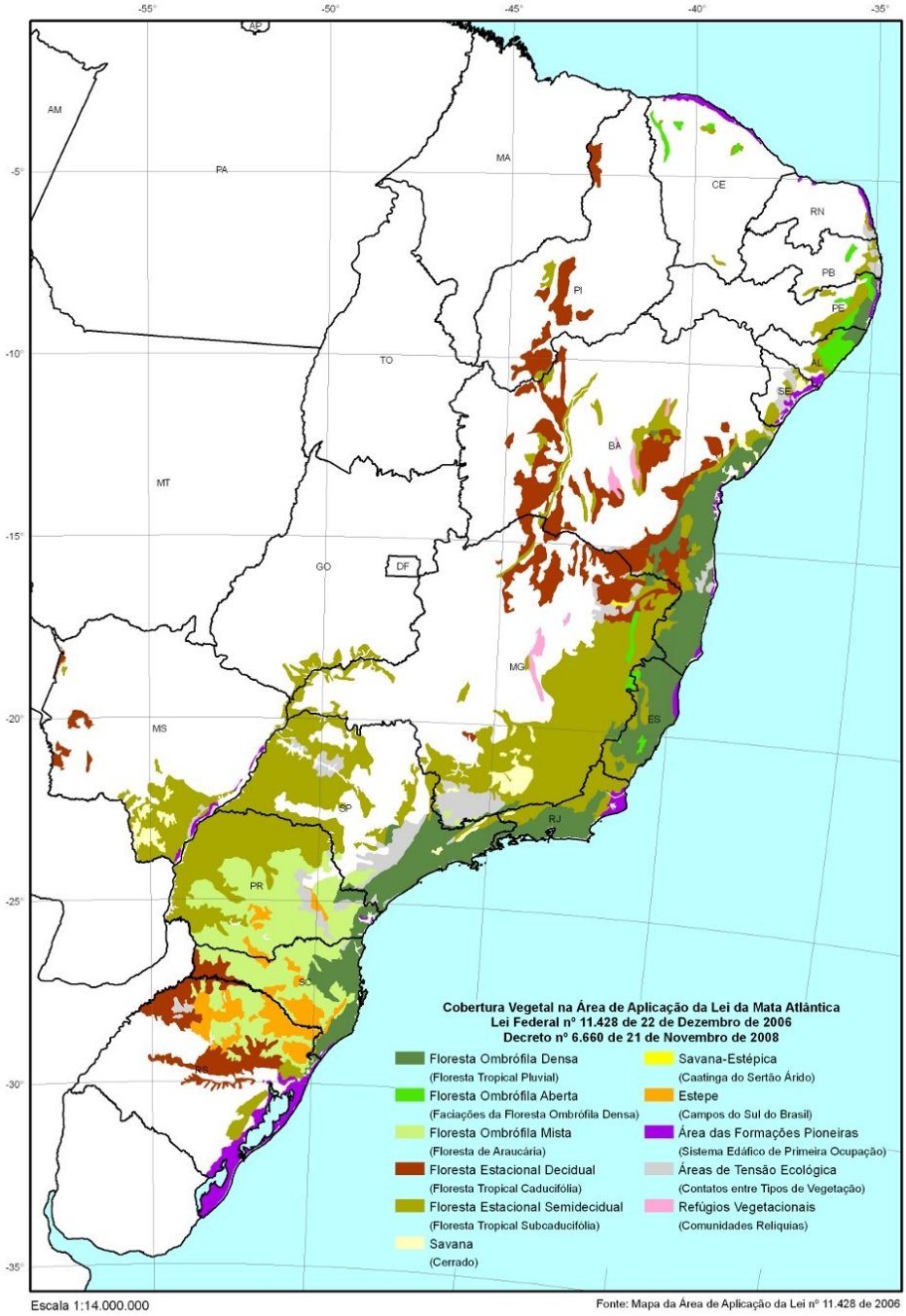
> uma imensa floresta ou, mais precisamente, um complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre oito e 28º de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros da costa no norte e alargava-se a mais de quinhentos quilômetros no sul. No total, a floresta cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados.[31]

31 DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 24.

O Mata Atlântica brasileira, reconhecida como um bioma, que se estende para o oeste a partir da costa Leste da América do Sul alcançando os territórios atuais do Paraguai e do Norte da Argentina, apresentava três formações florestais ou regiões fitoecológicas (Figura 12) onde a *Ilex paraguariensis* estava mais presente: a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Estacional Semidecidual. Nesta classificação fitogeográfica, a primeira formação é marcada por baixo déficit hídrico (poucos meses secos) e pela presença da araucária (*Araucaria angustifolia*, Bertol., O. Kuntze). A Floresta Estacional se caracteriza pela ocorrência de duas estações climáticas bem definidas: seca e chuvosa ou quente e muito fria. Por Decidual se compreende que as árvores que formam a camada superior da floresta, o dossel, apresentam mais de 50% dos indivíduos sem folhas (caducifólio) no período menos favorável do ano. Na Floresta Semidecidual a porcentagem do conjunto de árvores caducifólias está entre 20 e 50%.[32] Esta formação era encontrada em vasta área nos atuais estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, especificamente junto ao rio Paraná (Figura 12).

32 VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL Filho, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

Figura 12 - Cobertura vegetal primitiva



Fonte: IBGE. Mapa da área de aplicação da Lei 11.428 de 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2011.

Conforme o viajante e botânico sueco Carl Axel Magnus Lindman (1856-1928), na ecologia da floresta as plantas que receberam iluminação uniforme e fraca, porque habitaram as partes médias e inferiores, desenvolveram adaptações para melhor aproveitar a luz solar: alta concentração de clorofila nas folhas, tornando-as verde-escuras e a disposição quase horizontal delas, que tem por fim expôr a maior área possível do vegetal à luz.[33] A *Ilex paraguariensis* adaptou-se a um lugar intermediário na floresta, formando o sub-bosque, pois tolera e necessita a sombra de árvores de maior porte. Na Floresta Ombrófila Mista, especialmente na Floresta Ombrófila Mista Montana, que ocorre acima dos 500 metros de altitude, a *Ilex* frequentemente estava associada com a *Araucaria angustifolia* (Bertol., O. Kuntze), a canela-lageana (*Ocotea pulchella*, Mart.) e com a imbuia (*Ocotea porosa*, Nees).[34]

Na Floresta Estacional Decidual são encontradas combinações da erva-mate com várias árvores como a açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canjarana (*Cabralea canjerana*). Além de proteger do sol, que pode causar queimaduras nas plantas jovens de *Ilex*, a floresta cria um ambiente no qual a umidade do ar e a temperatura se mantém em níveis mais adequados aos seus habitantes e onde acontece a ciclagem de nutrientes pelos vegetais: as raízes os absorvem em diferentes camadas do solo para serem incorporados nas folhas e nos demais tecidos; posteriormente, por meio da renovação periódica das folhas e de outras partes da planta e da decomposição da camada de húmus por micro-organismos, os nutrientes são liberados na superfície do solo da floresta e ficam disponíveis para entrar em novos ciclos vitais. A grande biodiversidade é marca fundamental da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual. Ela aumenta a resiliência do ecossistema, isto é, sua capacidade de se recuperar das perturbações.[35]

A erveira se desenvolve melhor em solos profundos, ácidos (pH abaixo de 5) e com expressivo teor de alumínio.[36] O alumínio trocável, quando for predominante e estiver concentrado no solo, pode ser tóxico

33 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 238.

34 IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira.* Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 21.

35 HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, p. 1-23, 1973. GUNDERSON, Lance H. Ecological resilience: in theory and application. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 31, p. 425-439, 2000.

36 OLIVEIRA, Yeda Maria Malheiros; ROTTA, Emilio. Área de distribuição natural de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais:* silvicultura da erva-mate. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985. p. 28.

para muitas plantas,[37] mas é suportado pela *Ilex*. Embora necessite de umidade constante e de chuvas frequentes, a erveira não se desenvolve em terras encharcadas[38], nem nos campos ou no litoral marítimo. Onde as condições ambientais são adequadas, ela forma agrupamentos densos, conhecidos como ervais.[39]

2.2 NATUREZA E CULTURA

Esta parte do texto, na qual os humanos não figuram como os principais atores da história, visa compreender a dinâmica da natureza, que é muito anterior a própria ação humana. Ela corresponde ao esforço que o historiador norte-americano Donald Worster denominou de primeiro nível da história ambiental e que "envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado". Para este autor "Antes que se possa escrever sobre a história ambiental, deve-se primeiro entender a própria natureza – especificamente como a natureza estava organizada e funcionava nos tempos passados."[40] Em uma lógica clássica de separação entre natureza e cultura, a primeira corresponde ao "mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário", enquanto que a cultura é fruto da ação e da criação humana, uma "segunda natureza". Worster, que é reconhecido como um dos fundadores da história ambiental, aponta a existência de uma grande dificuldade para diferenciar natureza e cultura, isto é, "à medida que a vontade humana crescentemente deixa sua marca sobre as florestas, cadeias genéticas e mesmo oceanos, não há uma maneira prática de se distinguir entre o natural e o cultural". Entretanto, para aquele autor "vale a pena manter a distinção, porque esta nos lembra que nem todas as forças que trabalham no mundo emanam dos humanos".[41] A simultânea dificuldade e necessidade de diferenciação entre natureza e cultura também é ressaltada por Simon Schama, para quem

> ...a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de

37 PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo:* a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002. p. 100.

38 CARPANEZZI, Antonio A. et al. Queda anormal de folhas de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) em 1983. *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais:* silvicultura da erva-mate. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985. p. 142.

39 REITZ; KLEIN; REIS, op. cit., p. 288-289.

40 WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003. p. 26.

41 Ibidem, p. 25-26.

> rochas. Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior.[42]

Os humanos não estão ausentes deste primeiro capítulo, pois os conhecimentos sobre a natureza são fruto do trabalho de botânicos, entomólogos, biólogos, ecólogos, agrônomos e outros cientistas que, desde o século XIX, fazem esforços intelectuais para classificar, catalogar, compreender e explicar a natureza em sua complexidade e dinâmica. Neste sentido, Worster argumentou que:

> Podemos supor também que a natureza se refere a algo radicalmente distinto de nós, que ela está em algum lugar "lá fora", parada, sólida, concreta, sem ambigüidades. Num certo sentido, isso é verdade. A natureza é uma ordem e um processo que nós não criamos, e ela continuará a existir na nossa ausência. [...]. Ainda assim a natureza é também uma criação de nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades de nossa própria consciência e nas nossas redes de significados.[43]

Schama enfatizou a dimensão cultural desta ideia. Em seu livro *Paisagem e Memória*, analisou a formação de algumas paisagens europeias e defendeu que:

> Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. Tal é o argumento deste livro. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito,

42 SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17.
43 WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991, p. 210.

> uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário.[44]

José Augusto Pádua reforçou os argumentos de Worster quando escreveu: "A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, […] é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos."[45] Warren Dean, que publicou uma precursora história da Mata Atlântica brasileira, disse que sua obra:

> não é uma história natural; ou seja, não é uma explicação das criaturas da floresta e das relações que estas mantém entre si. É, antes, um estudo da relação entre a floresta e o homem. [...] a intenção foi a de retratar a Mata Atlântica como algo mais que uma atraente reserva de recursos ou um desafio à ambição humana.[46]

Escrever uma história da erva-mate exigiu estabelecer diálogos com diferentes ciências. Donald Worster, Enrique Leff, José Augusto Drummond, José Augusto Pádua e Manoel González de Molina, intelectuais reconhecidos por seu vínculo com a história ambiental, são unanimes em dizer que a interdisciplinariedade é condição essencial para escrevê-la.[47] Sem um olhar que transponha as fronteiras das disciplinas, a compreensão da complexidade dos temas em estudo não é integral. A história ambiental pode, se considerar os conhecimentos da Biologia, da Ecologia, da Geologia, da Química, da Física e de outras ciências, compreender como funcionavam os ecossistemas no passado. A base para esta compreensão está na possibilidade de ampliar a escala

44 SCHAMA, op. cit., p. 70.

45 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados* (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010. p. 97.

46 DEAN, op. cit., p. 28.

47 WORSTER, 1991; LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001. p. 60. DRUMMOND, José Augusto. *Ciência socioambiental:* notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo (Orgs.). História, espaço e meio ambiente. Maringá: Anpuh-PR, 2000. p. 11-42. PÁDUA, 2010, p. 95. MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimento de la historia ecologica. In: *História e meio ambiente:* o impacto da expansão europeia - Actas do Seminário Internacional. Madeira, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999. p. 17-51.

do tempo histórico. Considerando que as mudanças evolutivas e adaptativas naturais acontecem muito lentamente, se pode inferir, por exemplo, que o processo de reprodução natural de uma planta estudada na segunda metade do século XX seja o mesmo que ocorria no século XIV. É evidente que neste período de seis séculos ocorreram mudanças ambientais que podem ter interferido na reprodução da planta, mas não ao ponto de alterar profundamente sua lógica reprodutiva. Dean lembrou que "talvez seja impossível representar a Mata Atlântica, exceto mediante sua analogia com a Floresta Amazônica ou reconstituição especulativa com base em extrapolações das faixas remanescentes ainda encontradas."[48] É precisamente uma representação aproximada da *Ilex paraguariensis* em meio a floresta, dentro dos limites do possível, que se faz nesta primeira parte do texto.

É difícil saber há quanto tempo as populações humanas conhecem e usam a erva-mate. Os humanos chegaram no Sul da América, segundo Arno Kern, entre 13.000 e 8.500 anos antes do presente.[49] Sobre a interação destas primeiras populações com a floresta se têm poucas informações. Os relatos europeus sobre a utilização do mate por povos da etnia Guarani na América iniciam no século XVI, com destaque para a obra do padre Antonio Ruiz de Montoya, publicada em 1639.[50] A atuação dos padres missionários da Companhia de Jesus em terras americanas, nos séculos seguintes, incluiu a extração de expressiva quantidade de erva-mate pelas populações Guarani organizadas em reduções.

2.3 A FLORESTA NO OLHAR DA CIÊNCIA

No século XIX os intelectuais olharam mais atentamente para as florestas, época na qual "a ciência descobre a floresta", cronistas redigem suas impressões e engenheiros relatam suas expedições.[51] Não foram muitos os viajantes e cronistas que se embrenharam nas florestas do Sul da América. O padre Manuel Aires de Casal registrou, em 1917, que no Paraná:

48 DEAN, op. cit., p. 31.

49 KERN, A. Origens da ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul na transição do pleistoceno-holoceno. In: KERN, Arno (org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

50 MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual:* feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

51 DEAN, op. cit., p. 134.

> O vegetal do mate é um arbusto grande com folha semelhante à da laranjeira, e gosto de malva; esta é a que se aproveita. Dizem que a melhor é a da Serra Maracaju. Não se espera que as folhas caiam: depois de colhidas são torradas por alguns dos métodos aprovados, comumente sobre couros entre duas fogueiras. Toma-se quase como chá; e por certo que tem utilidades. O uso desta bebida dominava de tempos imemoráveis entre os indígenas da parte setentrional desta província; foram eles os que o introduziram entre os primeiros habitantes de Assunção.
> [...]
> As árvores do mate criam-se espontaneamente, e são mui comuns. O grande uso, que desta bebida se faz na província, e nas de Santa Catarina e Rio Grande, e já adotado por muita gente na metrópole, augura ao país outro ramo de comércio.[52]

Saint-Hilaire passou, na década de 1820, pela região da província de São Pedro do Rio Grande do Sul onde foram construídas as reduções jesuítas e escreveu:

> Santo Ângelo é a última das aldeias das Missões do lado leste. Mais adiante se elevam grandes florestas que se ligam às do Sertão de Lajes, servindo de asilo aos índios selvagens. Essa aldeia é a mais escondida de todas, pois está situada numa região florestal e montanhosa, cujo acesso exige a travessia de dois rios perigosos […].[53]

A descrição desta floresta como grande e duplamente perigosa contrasta com o tom romântico que Saint-Hilaire usou para se referir à vegetação do Rio de Janeiro, onde "Florestas virgens, tão antigas quanto o mundo, exibem sua majestade quase às portas da cidade, formando um contraste com as obras humanas."[54] A erva-mate, enquanto árvore que

52 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. p. 80; 109.
53 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul:* 1820-1821. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 378.
54 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. Tradução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 13.

integra a paisagem, aparece pouco em seus relatos, com destaque para a frase:

> A alguma distância do extremo dos Campos Gerais, a região torna-se mais montanhosa e mais coberta de matas. Além desse extremo, entra-se numa sombria floresta; Curitiba, que, entretanto, logo alcançamos, está ainda situada numa planície desnuda e ridente. Nas matas vizinhas dessa cidade cresce, abundantemente, o mate cujas folhas e ramas constituem objeto de importante comércio.[55]

No relato da viagem entre Curitiba e Paranaguá, Saint-Hilaire escreveu ainda que a "árvore da congonha, ou árvore do mate, […] é uma árvore de pequeno porte, ramosa no topo, muito folhuda, mas cuja forma não tem nada que a caracterize. […] As folhas de árvore, quando verdes, não têm cheiro, e o seu sabor é do de uma planta herbácea um pouco amarga."[56]

Poucos anos depois, o também francês Arsène Isabelle viajou pelos territórios do rio da Prata e pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No final de 1833, navegando a partir de Itaqui, ele observou:

> A 25, seguimos viagem para São Borja; mas, desta vez, pelo leito do Uruguai, que havia baixado mais de vinte pés em oito dias. Como a chalana era grande e coberta, não tivemos necessidade de passar as noites em terrenos pantanosos. Além disso, pudemos gozar verdadeiramente a vida contemplativa, pois o espaço de trinta léguas que nos separava da primeira Missão está coberto, ao longo do Uruguai, de florestas magníficas, onde um luxo de vegetação brasileira se desenrola a cada passo.[57]

55 Ibidem.

56 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina.* Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 88.

57 ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodemiro Tostes. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 193.

Isabelle observou a variedade de aves e, a partir de São Borja, avistou o rio Uruguai que "era velado, em parte, por espessas e magníficas florestas."[58] Adiante, quando se referiu a Santo Ângelo, um dos sete povos das missões orientais fundadas pelos padres jesuítas, o situou "nos ervais, na margem direita do Ijuí", que são as "Florestas onde cresce o arbusto, impropriamente chamado *erva-do-paraguai* e das Missões. Foi descrito pelo sr. Auguste Saint-Hilaire sob o nome de *Ilex paraguayensis* [...]".[59]

No relato de viagem do comerciante de origem francesa Nicolau Dreys, publicado em 1839, "os matos ainda desconhecidos do Alto Uruguai"[60] eram uma das fronteiras do território das Missões instaladas na margem esquerda do rio Uruguai.

Em 1857 e 1858 o engenheiro Francisco Rave coordenou uma expedição que percorreu o Noroeste da província do Rio Grande do Sul, conheceu "os immensos mattos que se estendão na costa do Uruguai" e relatou a existência de ervais silvestres na cabeceira do rio Pinday, também denominado Santo Cristo. Adiante, próximo de Nonohay, o engenheiro andou junto às margens do rio Goiyenna (hoje rio Passo Fundo) e percebeu mudanças microclimáticas e de composição da floresta, como a ausência da araucária e a ocorrência de angico, cedro, louro e de variadas palmeiras.[61] Naqueles anos Rave fez ainda uma expedição pelo rio Ijuí, até a foz no rio Uruguai, visando avaliar o quanto aquele era navegável. Também um reconhecimento do rio Uruguai, no trecho de Nonoai a São Borja RS, foi relatado pela administração da Província em 1858.[62]

O engenheiro Francisco Nunes de Miranda chefiou um grupo que percorreu a mesma região da província e redigiu, em 1859, um relatório com o título: *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura.* Nele escreveu:

> A erva-mate se encontra em toda a mata que circunda o município desde a margem direita do Ijuizinho na sua foz no Ijuí Grande, seguindo pelas matas que margeiam este rio até a balsa de

58 Ibidem, p. 194.
59 Ibidem, p. 198.
60 DREYS, Nicolau. *Notícia descriptiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre:Nova Dimensão; EdiPUCRS, 1990. p. 72.
61 RAVE, Francisco. *Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858*. AHRS.
62 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, 1858. p. 6.

> Santo Ângelo e dai pelo pontão de serra que une as matas do Uruguai as do mesmo Ijuí Grande, costeando depois as matas que se encostam a margem esquerda do Uruguai até a margem esquerda do rio da Várzea [...] que segue para o município da Cruz Alta da do Passo Fundo. Da margem direita do rio da Várzea segue costeando ainda as matas do Uruguai até a barra do arroio do Passo Fundo; sobe depois por este arroio em ambas as margens comunica-se à Serra Geral e vai terminar por um pontão da mesma Serra Geral que fenece a ¾ de légua da estrada da Cruz Alta à Soledade na margem direita do rio Jacuí Grande.[63]

A seguir, Miranda fez um esclarecimento importante:

> A extensão total compreendida desde a barra do Ijuizinho até onde desaparece a erva perto da estrada da Soledade é pouco mais ou menos 120 léguas. Não se deve entretanto supor que em toda essa extensão se encontra exclusivamente a árvore de cujas folhas se fabrica a erva-mate nem que essa árvore seja a única ou singular no seu grupo sem variedade alguma. A erva se apresenta em reboleiras ou manchas (como vulgarmente se diz) em toda essa extensão, e onde essas reboleiras são maiores e mais puras, isto é, onde predomina quase exclusivamente a árvore do mate torna-se um erval. Os ervais quase sempre separados e nomeados segundo os rios que os limitam, subdividem-se entretanto em muitas outros cujos nomes são umas vezes as dos erveiros que as descobriram, outras motivadas por qualquer incidente acontecido na ocasião da descoberta sem que haja para as separar divisa natural mas somente torna-se entre eles a erva mais rara.[64]

Ainda em 1859 ocorreu uma exploração do rio Turvo, no Norte do Rio Grande do Sul, que visou verificar sua navegabilidade e localizar ervais silvestres. O retorno daqueles que desceram pelo rio se deu pelo "sertão". O relatório indicou alguns lugares como "próprios para

63 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura.* 1859. AHRS.
64 Ibidem.

plantações, engenhos de serrar, ou qualquer outra indústria", registrou variações na vegetação da floresta e concluiu que a navegação no rio Turvo é impossível em grande parte de seu percurso, independente da época do ano.[65]

Quando o médico e viajante alemão Robert Avé-Lallemant visitou o vale do rio dos Sinos, na metade do século XIX, ele chegou ao início da serra e encontrou uma floresta verde-negra que chamou de "maravilhosa oficina da natureza". Nela viu "atletas vegetais agarrados, sem que um vença o outro. Mas já um terceiro deitou seu forte braço em torno dos dois, penetrando-os e estorvando-lhes a circulação, enquanto nos altos galhos uma pequena floresta de parasitas verdejantes lhes suga a seiva e as prepara para a queda". Adiante o viajante escreveu o quanto a floresta era rica em madeiras úteis e que parte dela "encerra muita erva-mate".[66]

Na década de 1860 foram publicados na França estudos da missão científica ligada à *Société Imperiale et Centrale d'Agriculture de France*, que tinha a frente Alfred Demersay pesquisando especificamente o mate nas florestas da América do Sul. A missão registrou que a "preciosa árvore" abundava principalmente:

> no Paraguay, onde ela cobre as ramificações sul orientais da serra de Mbaracayù, as vizinhanças de Villa Rica, de Curuguaty e do Salto Grande, sobre as duas margens do Paraná; ao norte de San Estanislado; em Entre-Rios, ao norte das Missões, ela forma as florestas impenetráveis que se estendem sobre a margem esquerda do Uruguai, depois de Santo Angelo, e ao lado oriental, na direção das Serras do Erval e dos Tapes. Estas florestas ainda pouco conhecidas se juntam, ao norte, aos ambientes de Curitiba, na província de São Paulo.[67]

O engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither, quando chegou ao Planalto de Curitiba em 1872 e conheceu a floresta com araucárias, a descreveu com detalhes que foram além da vegetação predominante:

65 Exploração do Rio Turvo [Relatório da]. 1859. AHRS.
66 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 118-120; 140.
67 DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard-Huzard, 1867. p. 12.

> O frescor delicioso do ar me lembrou fortemente de uma dessas manhãs brilhantes de outubro que ocasionalmente ocorrem na Inglaterra. Parecia-nos estar respirando a verdadeira essência da vida enquanto caminhávamos. Tudo em volta como que partilhava deste gozo de viver. As florestas de pinheiros estavam fervilhando com diferentes tipos de aves [...].[68]

No final da década de 1880 o cronista Cruzaltense Evaristo Affonso de Castro registrou a existência, no Norte do Rio Grande do Sul, de florestas contendo árvores como pinheiro, cedro, louro, cabriúva, canela, angico, "guarapiapunha", ipê, guajuvira, timbauva, quebracho, paineira, cambará, rabo-de-bugiu, cereja, araçá, pitanga, guabiroba e ovaia, bem como a presença de tamanduá, anta, veado, porco, paca, cutia, jaguatirica, gato, leão baio, "guarachaim", lontra, variados tatus, bugio e cinco espécies de veados. Em sua lista incluiu ainda aves que habitavam o campo ou a floresta, como macuco, uru, "inhandú", saracura, jacu e também abelhas como a mumbuca, guarupú, mandury, tubuna, mandaguahy, vora, jeiehy, mirim, mirim-guaçú, iratim, irauçu, iramirim, irapuá e a mandassaia. Por fim, a diversidade de peixes nativos registrada pelo cronista formou uma longa e variada lista.[69]

No capítulo que tratou especificamente do município de Santo Antonio da Palmeira (criado em 1864), Castro comentou que "Os mais importantes e extensos ervais da província estão situados neste município."[70] Palmeira e Cruz Alta correspondiam ao território de grande parte do Norte da província do Rio Grande do Sul e estão representados nas Figuras 13 e 14 em momentos distintos da divisão administrativa. Santo Antonio da Palmeira, ou simplesmente Palmeira, corresponde ao atual município de Palmeira das Missões RS. O cronista Castro comentou ainda a existência de grandes florestas, de úteis e abundantes madeiras que poderiam ser exploradas e transcreveu o relatório de uma expedição de exploração chefiada e registrada pelo agrimensor Maximiliano Beschoren:

---

68 BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil:* three years of forest and prairie life in the province of Paraná. Londres: John Murray, 1878. p. 70. (Tradução nossa).

69 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descriptiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887. p. 68-205.

70 Ibidem, p. 120.

> Contemplei cheio de admiração essas matas que orlam o Alto Uruguai, cuja vegetação gigantesca extasia o observador e que desconhecem inteiramente a potência do braço humano erguendo-se para lançá-las em terra; são os representantes de uma vegetação secular e, mais, são matas ainda virgens.[71]

A ideia de uma grandiosa floresta intocada é reforçada no trecho onde o agrimensor relatou a chegada da expedição ao rio Uruguai:

> A nossa alegria foi indescritível. Fizemos ecoar nesse lugar o ribombo de nossas armas, anunciando à essas matas seculares que homens civilizados ali se achavam cheios de júbilo por terem conseguido o fim de sua exploração e, admirados por tantas belezas naturais, contemplávamos o grandioso espetáculo que só a mão do Criador do Universo pôde patentear ao homem, na imponente cena em que lhe descortina o majestoso Uruguai. Se há momentos na vida que o homem nunca pode esquecê-los, este é um deles!"[72]

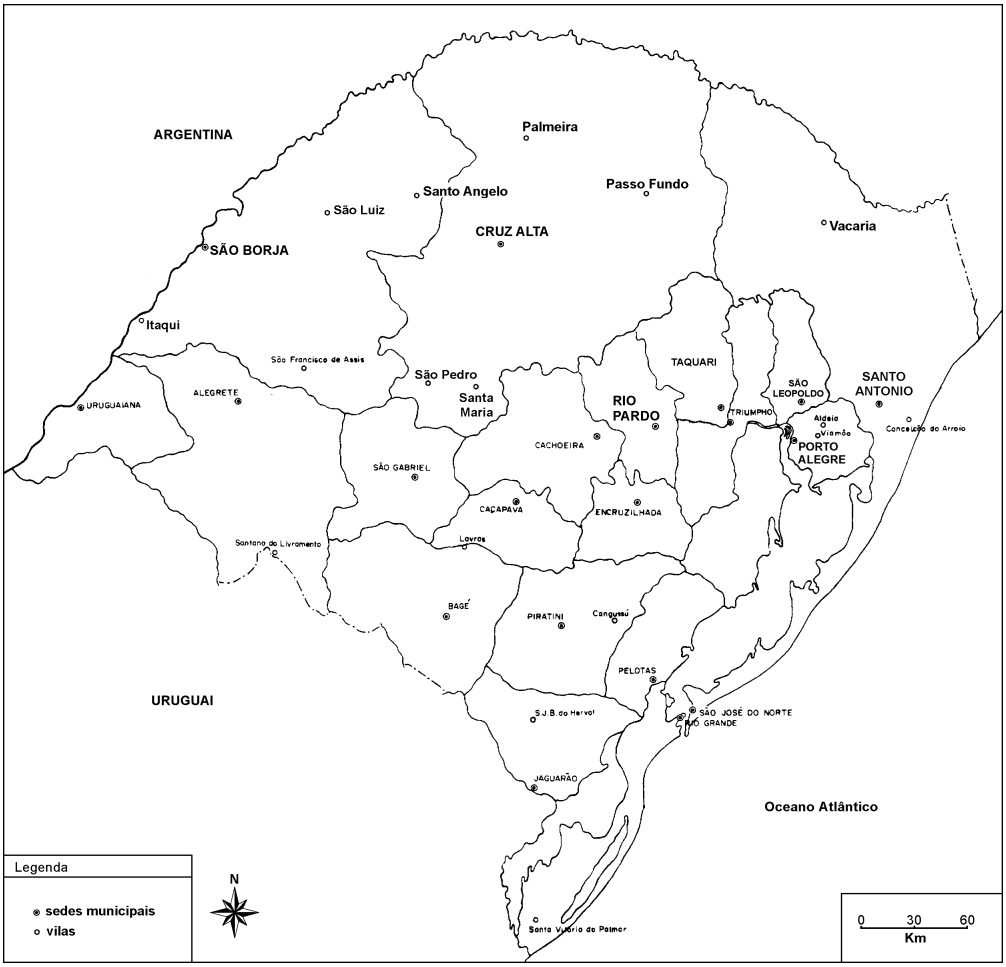
Em seu próprio livro, Beschoren escreveu suas impressões sobre "extraordinária vegetação da floresta do Alto Uruguai", especificamente aquela da margem dos rios, que "consiste num impenetrável enredo de espinhos e cipós das mais diferentes espécies. Querer entrar na mata ribeirinha sem facão, é uma tentativa inútil. Eu nunca havia encontrado uma mata assim, tão fechada!". Adiante em suas narrativas, voltou a comentar:

> Que imensa e variada vegetação opõe-se a nós! Que árvores gigantescas! De uma para outra, se entrelaçam os cipós, em múltiplas formas, cobertas por raras e belas orquídeas.
> No solo um impenetrável enredo de fetos, espinhos, juncos, cipós e árvores caídas. A Selva alarma e atemoriza o invasor, pela impressão causada dos vegetais e o caos inextricável.[73]

71 Ibidem, p. 249.
72 Ibidem, p. 261.
73 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 49; 104.

Ao finalizar seu livro Beschoren registrou, mais uma vez, o modo como compreendeu aquela floresta: “Em toda a Província, não conheço outro lugar tão maravilhoso, como o vale do Goio-En, em Nonoai. Este território abrangendo centenas de milhas quadradas, é na sua maior parte, ainda terra selvagem, coberta de mato, de mata-virgem, um chão ainda não tocado pelo homem civilizado”.[74]

Figura 13 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1849



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FELIZARDO, Júlia Netto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul:* criação dos municípios. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, sd.

74 Ibidem, p. 192.

Figura 14 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1890

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FELIZARDO, Júlia Netto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul:* criação dos municípios. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, sd.

Em 1893, Lindman descreveu a floresta do vale do rio Ijuí, que "existia em todo o seu grandioso isolamento", "cercado de campos extensos", formando camadas de diferentes alturas, nas quais "Grupos grandiosos e ricos de cipós encontram-se nos logares apropriados dos andares mais altos". Observou que havia "grande abundância em taquarussú [de] várias espécies" que "crescem em moitas extensas sobre áreas de vários hectares. Seus colmos da grossura de um braço estão afastados uns dos outros, mas formam arcos completos da altura de 10

metros e enchem a matta até o chão com sua folhagem verde-clara, densa e abundante."[75]

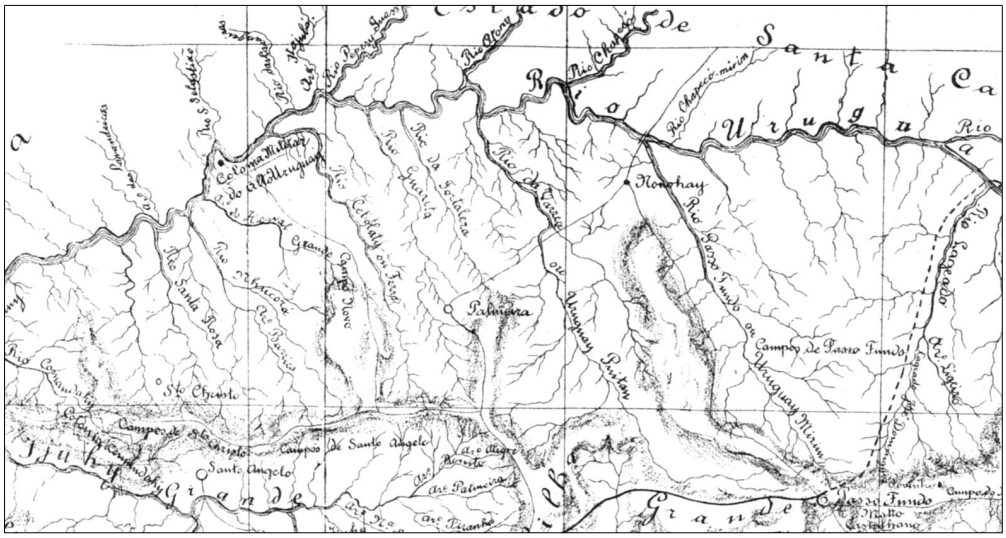
O cronista Hemetério José Velloso da Silveira escreveu, em 1909, sobre a variedade de vegetação, inclusive flores e plantas medicinais, que podia ser encontrada no território que pertenceu às missões jesuíticas. Em seu livro há listas de espécies animais e vegetais que habitavam a região, hoje testemunhos da biodiversidade que marcava aqueles ecossistemas ainda no início do século XX. No capítulo sobre o município de Palmeira o autor destacou que "Neste vasto perímetro está compreendido parte da Cordilheira do Ijuí, ainda não colonizada, toda a que circunda o Campo Novo e a de Nonoai desde a foz do Passo Fundo até a do rio Guarita. Além dessas grandes florestas, não muito devastadas, há diversos rincões de campos […]."[76] Um fragmento do mapa encartado no livro de Velloso da Silveira, reproduzido na Figura 15, contém a representação de numerosos cursos de água, afluentes da margem esquerda do rio Uruguai, onde predominavam as florestas nas quais estavam situados os ervais nativos. No vale da outra margem daquele rio, embora não representado com o mesmo detalhamento, as florestas e os ervais tinham semelhante constituição. Conforme o cronista Alejo Peyret, um francês radicado na Argentina no século XIX, lá a erveira era encontrada sempre nas imediações de arroios e de terrenos bem irrigados.[77]

75 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 198-202.

76 SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. p. 322.

77 PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. p. 88. (AAHMP).

Figura 15 - Hidrografia do Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

Nos registros das impressões de alguns viajantes e cronistas sobre a floresta, os ervais nativos e outros ecossistemas do Sul da América se nota a compreensão de que o ambiente está intocado, "em pleno estado primitivo da natureza"[78] escreveu Avé-Lallemant se referindo aos campos da região de Lages SC em meados do século XIX. Também para Lindman, no Rio Grande do Sul do final do mesmo século ainda existia:

> matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem. Sabe-se, por exemplo, que nas colonias alemãs e italianas ainda há florestas no mesmo estado em que foram entregues pelos agrimensores do governo, que foram as primeiras pessoas civilisadas que entraram com os seus auxiliares nestas mattas incognitas e cheias de animaes bravios, para as medir e dividir em lotes ou propriedades, abrindo nellas as primeiras "picadas" ou linhas divisorias. Muitos destes lotes florestaes demarcados ainda não estão occupados, e outros ha em que o proprietario pode designar

78 AVÉ-LALLEMANT. Robert. Segundo capítulo. In: *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980. p. 60.

> mattas em que elle, o primeiro dono, nunca entrou com o seu machado, e onde talvez nunca pisasse pé humano.[79]

Em sua obra principal, *A vegetação no Rio Grande do Sul*, Lindman usou intensamente o conceito de matas virgens, isto é, aquelas que "conservam o seu caracter primitivo, original, intacto", formadas pela mata alta associada com outros níveis ou camadas de vegetação. A mata alta era constituída pelas árvores essenciais, que alcançavam grandes dimensões e continha espécies como cabriúva, ingá, angico, camboatá, mamica-de-cadela, açoita-cavalo, canela preta, erva-mate, louro, guajuvira, tarumã, ipê e outras.[80]

O sociólogo Antonio Carlos Diegues escreveu sobre o mito moderno da natureza intocada, que definiu como "uma representação simbólica pela qual existiram áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado 'puro' até anterior ao aparecimento do homem."[81] O historiador Gilmar Arruda classificou a ideia de natureza intocada como "um dos mais duradouros e recorrentes mitos sobre a natureza", que sobrevive até hoje.[82] Em uma recente publicação, o *Dicionário da terra*, mata virgem foi conceituada como "áreas florestais ainda 'intactas', preservadas da ação exploratória do homem, em seu sentido econômico mais amplo: a devastação".[83] Na discussão do verbete o autor reconheceu a existência de interação humana com as florestas e tentou renovar o significado de "virgem" atribuindo graus de exploração, ou seja, a floresta não devastada, não profundamente alterada, continuaria a ser virgem. Este raciocínio, embora interessante, não corresponde ao pensamento do século XIX.

O conceito de floresta virgem e de natureza intocada para Avé-Lallemant, Saint-Hilaire, Lindman, Beschoren e outros viajantes e cronistas do século XIX tinha lógica porque eles desconsideravam alguns milhares de anos de presença dos vários grupos indígenas no Sul

79 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 180.

80 Ibidem, p. 204-205.

81 DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1994. p. 53.

82 ARRUDA, Gilmar. Natureza: uma nova "sala de aula" para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). *Ensino de história:* múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. p. 64

83 CHRISTILLINO, Cristiano. Mata virgem. In: MOTA, Marcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 288-289.

da América, ou melhor, adotavam uma rígida separação entre selvagens e civilizados e entre natureza e cultura. Os selvagens, aqueles que pertencem à selva, faziam parte do mundo natural e sua ação, mesmo que transformasse o ambiente, não era considerada como cultura. Lindman não desconhecia a atividade humana em áreas florestais no final do século XIX. Ele caracterizou a capoeira como uma "sociedade de restos" da vegetação florestal, resultado da influência prolongada e ininterrupta da população. A "capoeira da queimada", explicou o botânico, se forma quando uma área de mata é derrubada e limpa pelo fogo para a agricultura. Porém, se "a queimada não for utilizada para a roça, ou se a roça, depois de alguns annos, for abandonada, o logar se transforma n'uma exhuberante caapuêra".[84] Na avaliação de Mary Louise Pratt, a América descrita por Alexander von Humboldt (1769-1859) estava desprovida de seres humanos, pois ela foi apresentada aos leitores europeus como um mundo primitivo de natureza.[85] Também no texto de Lindman, escrito quase um século depois, o foco é o ambiente sem humanos, intocado pelos europeus, sobre o qual ele lançou um olhar orientado pelos sistemas classificatórios da Botânica.

É possível explicar, hoje, a formação dos ervais nativos no Sul da América como um processo predominantemente natural, resultado de características químicas do solo, da altitude, da concentração hídrica, do clima, da ação de animais dispersores de sementes e de outros fatores ambientais. Entretanto, é indispensável considerar também a ação humana, mesmo involuntária, sobre a formação e distribuição das florestas e dos ervais nativos. Não se pode ignorar a contínua intervenção dos povos indígenas Guarani, Charrua, Kaingang, Xokleng, Guaicuru, Paiagua e de outras etnias que habitaram o Sul da América sobre a dinâmica das florestas. Warren Dean considerou as populações indígenas com agentes da história quando os denominou "A primeira leva de invasores humanos" na Mata Atlântica, vindos há cerca de dez mil anos antes do presente. A adoção da agricultura em solos de floresta exigia a sua derrubada e recebeu o nome de coivara. Usavam a técnica de cortar macega e deixá-la secar, retirar um anel da casca do tronco das árvores maiores para levá-las à morte e, antes das chuvas, ateavam fogo naquela parte. Assim limpavam minimamente a área e liberavam nutrientes da biomassa florestal, fertilizando o solo para a agricultura. O abandono da área depois de algum tempo permitia a recomposição da

84 LINDMAN, op. cit., p. 287-292.

85 PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991, p. 156.

vegetação. A pertubação gerada pela agricultura itinerante, entretanto, alterava a lógica natural.[86]

Não há como saber o quanto a atividade dos grupos indígenas contribuiu para manter, formar, ampliar ou reduzir ervais. A caça de aves dispersoras de sementes da *Ilex paraguariensis* para alimentação indígena, prejudicou a expansão ou a manutenção dos ervais? Talvez. Responder é difícil, pois não temos informações suficientes e muitos são os fatores envolvidos: o tamanho e a mobilidade espacial da população indígena, a possibilidade de obter proteína animal de outras fontes, a eficiência das técnicas de caça empregadas, o tamanho e a mobilidade da população de aves. É igualmente necessário considerar a ação dos Guarani sobre as florestas no contexto das reduções organizadas pelos padres jesuítas em missões na América do Sul nos séculos XVII e XVIII. Elas se dedicaram à extração, ao processamento e ao comércio de erva-mate e fizeram experiências de transplante, germinação da semente e de cultivo da *Ilex*. Por outro lado, os Guarani das Missões exerceram significativa pressão sobre as florestas por meio do corte de madeiras para a construção, fabrico de móveis, instrumentos, esculturas e para lenha.[87] O padre alemão Antônio Sepp trabalhou como missionário no Paraguai e nas reduções do lado Leste (margem esquerda) do rio Uruguai durante o final do século XVII e o início do XVIII. Ele narrou como fazia, com os Guarani dos sete povos da margem oriental, a extração de ferro da pedra *itacura* e a fabricação de ferramentas de trabalho, inclusive machados. A pergunta "Por que quis Deus fazer o Pe. Antônio Sepp descobrir minas de ferro e aço, e não de ouro e prata?" foi respondida com clareza, pois "não é de ouro nem prata o que precisam nossos pobres índios nudípedes: é ferro e aço com que derrubem os matos, cortem madeira, afiem as flechas, fabriquem ferramentas de toda espécie".[88]

Juan Carlos Garavaglia mostrou a importância que teve a erva-mate na trama de intercâmbios que conformaram o mercado interno do período colonial americano, explicou sua difusão no espaço paraguaio e

86 DEAN, op. cit., p. 38-45.

87 LUGON, Clovis. *A república "comunista" cristã dos guaranis:* 1610-1768. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. TESCHAUER, Carlos. *A herva-mate na historia e na atualidade*. Porto Alegre: Gundlach & Comp., 1907.

88 SEPP, Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Tradução de A. Raymundo Schneider. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 229.

peruano ao final do século XVII e argumentou que este produto florestal foi o mais expressivo no comércio de Buenos Aires no final da colônia.[89] Isso não se fez sem deixar marcas nas florestas da América do Sul. Conforme a pesquisa de Paulo Cezar Vargas Freire, foi intensa a presença humana nos ervais do Paraguai colonial,[90] assim como a ação de grupos humanos denominados pela historiografia brasileira de caboclos ou lavradores nacionais, a ser discutida nos capítulos seguintes, que interagiram com as florestas nos séculos anteriores ao XIX.

Alexandre Siminski, ao estudar áreas de floresta perturbada em Santa Catarina, considerou quatro estágios sucessivos de regeneração: arbustivo, arvoretas, arbóreo pioneiro e arbóreo avançado. Estes estágios correspondem àqueles usados por Roberto Klein para explicar a sucessão secundária na Floresta Ombrófila Densa, que são: capoeirinha, capoeira, capoeirão, mata secundária. Nos estudos de Siminski, a *Ilex paraguariensis* apareceu com intensidade a partir do terceiro estágio da regeneração da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual, ou seja, entre 15 e 30 anos após o abandono da área.[91] Acreditando que no passado a regeneração acontecia de forma semelhante a estudada contemporaneamente, se deduz que o desenvolvimento da erva-mate e a regeneração de um erval dependiam de um longo período de abandono da área perturbada pelos humanos.

Erval nativo, portanto, é compreendido como uma concentração da *Ilex paraguariensis* em meio a floresta, constituída por uma complexa combinação de fatores bióticos e abióticos que pode incluir a ação humana.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a *Ilex paraguariensis* é caracterizada, do ponto de vista da Biologia e da Botânica, pela complexidade. Ela é percebida nas formas de reprodução vegetal e de interação com outras espécies que compõem o também complexo ecossistema florestal. Isso

89 GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economia colonial*: tres siglos de historia de la yerba mate. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008.

90 FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré:* a erva-mate no Paraguai colonial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

91 SIMINSKI, Alexandre. *A floresta do futuro*: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no Estado de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. SIMINSKI, Alexandre et al. Secondary Forest Succession in the Mata Atlantica, Brazil: Floristic and Phytosociological Trends. International Scholarly Research Network: *Ecology*, p. 1-19, 2011.

tornou a erva-mate uma planta de grande interesse para as populações que conviveram com ela e para a ciência. As percepções e valores elaborados por engenheiros, botânicos, cronistas e outros viajantes sobre as florestas da América Meridional estavam baseadas no paradigma da separação entre natureza e cultura, ao ponto de considerá-las um lugar intocado. Na falta das respostas precisas sobre a sua formação, o fundamental é compreender que os ervais localizados e classificados pelos viajantes do século XIX não se formaram exclusivamente pela dinâmica natural. Populações humanas interagiram com as florestas e interferiram na sua constituição, reduzindo ou ampliando a área e a diversidade. A floresta virgem, portanto, não existiu. Estas populações humanas não comprometeram, contudo, a existência da floresta, de modo que no século XIX existiam imensos ervais na América Meridional. As transformações mais profundas e dramáticas aconteceram a partir daquele século e são discutidas no próximo capítulo.

3 O EXTRATIVISMO E A CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS

> A vista disto e da destruição que eles impensadamente levam aos ervais em que trabalham, deve-se concluir que esses ervais tendem a extinguir-se e que no dia em que se reconheça que a erva tem completamente desaparecido, essa população pobre, sofrerá um abalo imenso. Francisco Miranda.

Este capítulo focaliza a ação humana sobre os ervais nativos do Sul da América durante o século XIX e início do XX. Ele visa identificar as áreas de maior concentração da *Ilex paraguariensis*, compreender a atividade de coleta e as técnicas de preparo da erva-mate, reconhecer os grupos humanos envolvidos, entender os conflitos sociais e identificar os conhecimentos inerentes ao trabalho na floresta. Visa ainda compreender os fluxos, as mudanças na paisagem e as alterações no ambiente que o extrativismo do mate produziu, bem como as ações governamentais para regular o acesso aos ervais e promover sua conservação.

3.1 OS ERVAIS NATIVOS

O engenheiro Francisco Nunes de Miranda percorreu o Noroeste do Rio Grande do Sul, em 1859, a pedido do governo da província. Ele localizou várias concentrações florestais da *Ilex paraguariensis*: o erval do Entre-Ijuís, do Ijuí Grande, do Faxinal ou Guarda-Mor e Ramada, do Campo Novo (entre os rios Ijuí e Comandaí), do Comandai, de Giruá, de Santo Cristo, de Santa Rosa, de Inhacorá, do Campo Novo (entre os rios Turvo e Inhacorá), do Guarita e Pari, o Erval Seco e o erval do rio da Várzea. Miranda também observou a presença de engenhos de mate e de ervateiros. No erval de Santa Rosa, por exemplo, sete engenhos processavam cerca de 25.000 arrobas anuais de erva, enquanto o de Campo Novo, junto ao rio Turvo, tinha uma produção anual de cem mil

arrobas, trituradas por 18 engenhos.[92] Estes ervais, pertencentes a Cruz Alta, foram considerados públicos desde a instalação do município em 1835, que os controlava e permitia o acesso mediante pagamento pela licença.[93] Arroba é uma medida de peso muito utilizada na época e corresponde a 14,668 kg, sendo comumente arredondada para 15 kg. No Paraguai, contudo, a arroba equivalia a 11,475 kg.

Um estudo encomendado pela câmara municipal de Taquari, em meados do século XIX, verificou a possibilidade de se abrir um caminho daquela vila até Cruz Alta RS, desviando a colônia Santa Cruz (o nome mudou, depois, para Santa Cruz do Sul). O encarregado do estudo concluiu que "não ha lugar de bom caminho pelas tortuosidades que fui obrigado a fazer", ou seja, a topografia da serra era um grande obstáculo. No documento, entretanto, registrou a existência de dois carijos ervateiros na cabeceira do rio Taquari Mirim e de "um grande erval rico em quantidade de excelente erva matte" nos fundos da fazenda de João Xavier de Azambuja, situada na margem direita do rio Taquari.[94]

A câmara municipal de Santa Cruz solicitou ao governo da província, em 1878, que realizasse o estudo para a abertura de uma estrada entre aquela vila e os campos de cima da serra, percorrendo os ervais de São João, que "exportão amnualmente 50:000 arrobas de herva matte, devendo se elevar ao dobro o dito numero de arrobas". A estrada, além de permitir acesso ao ervais situados mais ao norte, visava ligar a região de Soledade e Passo Fundo com a capital, Porto Alegre, passando por Santa Cruz.[95]

Em 1876, a câmara do município de Santo Antonio da Palmeira enviou correspondência à presidência da província informando sobre a receita daquele ano, na qual a erva-mate figurou como a indústria que "presentemente é a fonte de maior riqueza publica do municipio". Isto justificou a despesa de mais de quatro contos de réis para melhorar o acesso aos ervais do "Capô-êrê", no distrito de Nonoai, cujo caminho achava-se intransitável.[96]

Nos municípios de Passo Fundo e Soledade existiram também áreas florestais com importantes ervais. A câmara municipal de

92 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura*. 1859. AHRS.
93 Correspondências da Câmara Municipal de Cruz Alta, 10 ago. 1852 e 18 jun. 1844. AHCA.
94 Correspondência da Câmara de Taquari, 31 jan. 1853. AHRS.
95 Correspondência da Câmara de Santa Cruz, 15 out. 1878. AHRS.
96 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 15 jan. 1876. AHRS.

Soledade, atendendo ao pedido de informações do governo da província em 1883, destacou que a erva-mate era a principal indústria local, com exportação anual de 100.000 arrobas.[97]

Existiam ainda alguns ervais nas Serras do Sudeste, onde duas formações se destacam no relevo da campanha riograndense: a Serra do Herval e a Serra dos Tapes, pois atingem altitudes próximas dos 400 metros. Lindman as visitou no final do século XIX, observou a vegetação e as alterações antrópicas na floresta primitiva. Concordou então com as conclusões de Hermann von Ihering, para quem as Serras do Sudeste são o limite botânico dos louros, dos cedros e de outras árvores como a *Ilex paraguariensis*, isto é, são a fronteira sul do tipo de floresta que denominamos hoje de Mata Atlântica.[98]

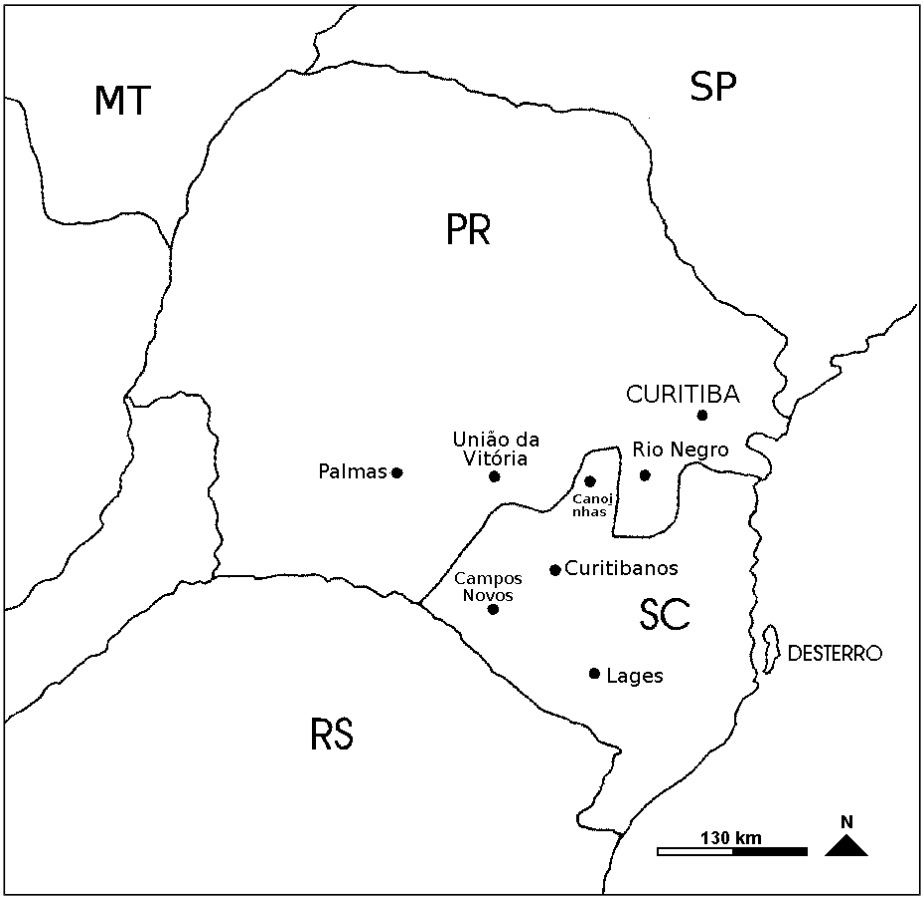
Em Santa Catarina, que durante o século XIX tinha um território muito menor do que o atual, os ervais mais importantes estavam situados no Planalto norte, no vale do rio Negro e no Planalto sul, junto aos rios Pelotas, do Peixe e Canoas. Em 1860, o presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, afirmou que poucos eram os ervais conhecidos, presumiu a abundante existência deles no município de Lages e sobre as fronteiras com Corrientes, registrou a imperfeição do fabrico da erva e sua diminuta exportação.[99] A província argentina de Corrientes chegava, então, até o extremo Oeste de Santa Catarina, onde hoje está situada a província de Misiones. O município de Lages tinha uma imensa área, alcançando o atual território de Canoinhas, no Norte catarinense (Figura 16). Curitibanos se emancipou em 1869 e Campos Novos em 1881.

97 Correspondência da Câmara de Soledade, 19 maio. 1883. AHRS.

98 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

99 Relatório do presidente da província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860. p. 31.

Figura 16 - Limites de Santa Catarina em 1860



Fonte: Adaptado pelo autor de MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 377.

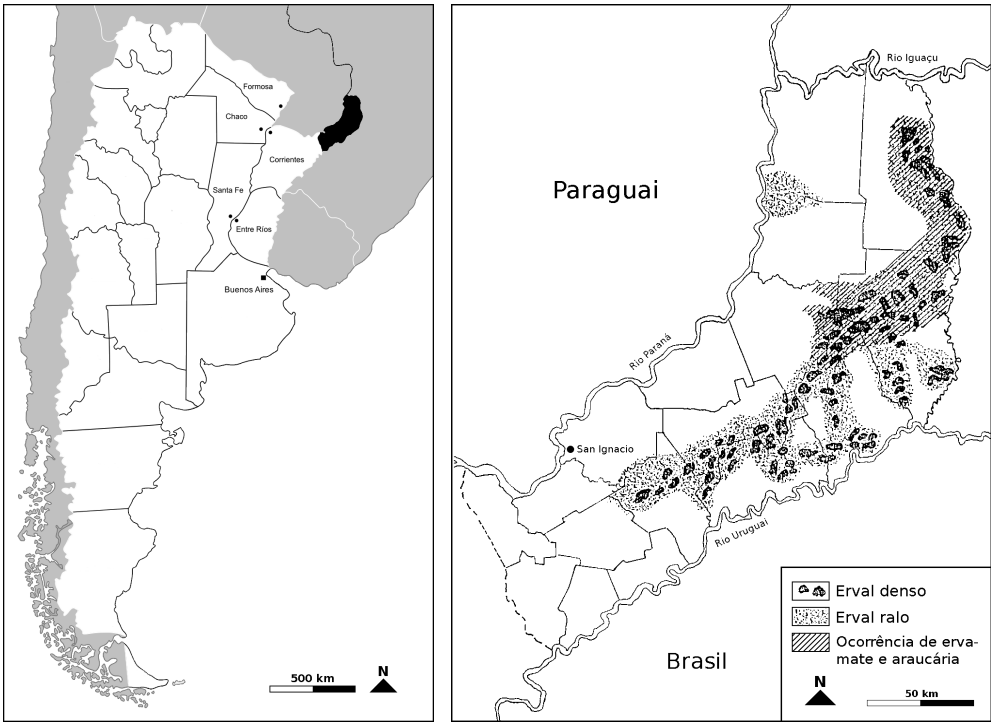
Conforme Macedo Soares, juiz de direito em Campo Largo PR, em 1875 os ervais nativos do Paraná podiam ser assim localizados genericamente: no Planalto de Curitiba, nas margens do rio Iguaçu e na imensa comarca de Guarapuava entre os rios Ivaí (rio dos Patos), Uruguai e Paraná.[100] Aos ervais do extremo oeste, contudo, os ervateiros de Curitiba e do litoral paranaense não tiveram fácil acesso, pois estavam limitados pela enorme distância e a falta de estradas carroçáveis. Aqueles ervais estavam em outro contexto socioambiental: a bacia do rio Paraná e disponíveis para os ervateiros da Argentina e do

100 SOARES, A. J. de Macedo. O matte do Paraná: noticia escripta e offerecida á Comissão Central de Exposição do Paraná. *Revista Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr. 1875. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Paraguai. Conforme Heinze, os ervais do Paraná eram tão extensos "que poderiam supprir por varias vezes o actual consumo do globo inteiro".[101]

Na Argentina a principal ocorrência de ervais nativos estava na província de Misiones, um espaço delimitado por três grandes rios: Paraná, Iguaçu e Uruguai. O mapa reproduzido na Figura 17 com adaptações situa aqueles ervais em relação às divisas atuais, mas é necessário lembrar que o território de Misiones pertenceu temporariamente à província de Corrientes (1830-1840) e ao Paraguai (1840-1865), voltando à autonomia em 1881.

Figura 17 - Ervais em Misiones, Argentina, no século XIX



Fonte: Distribuición de yerbales naturales en la actual provincia de Misiones, Argentina. sl., sn. Archivo Administrativo Histórico Municipal de Posadas (AAHMP).

O erval de Campo Grande, próximo a San Ignacio, era considerado velho no final do século XIX. O Yerbal Nuevo estava

101 HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná:* sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 9. Biblioteca Pública do Paraná (BPPR).

situado ao Leste do primeiro, na direção do rio Uruguai e próximo do erval de Caruaguapé. Os outros, a nordeste, eram os ervais de Paranaí, Piraí, Aguarai, Pirai-Puytatyn e Tayicuá. Os ervais de San Pedro, ainda mais a nordeste, coexistiam com a araucária em extensa área, enquanto os de Itaguaimi, não representados na Figura 17, ficavam junto à costa do rio Iguaçu.[102] Na década de 1910 o botânico e micólogo ítalo-argentino Carlos Spegazzini registrou que os ervais de Misiones estavam divididos em quatro regiões: de ervais velhos, de ervais novos e de San Pedro, que coincidem com a descrição anterior, acrescidos dos ervais de San Antonio, localizados no extremo Nordeste da província e pouco explorados até então.[103]

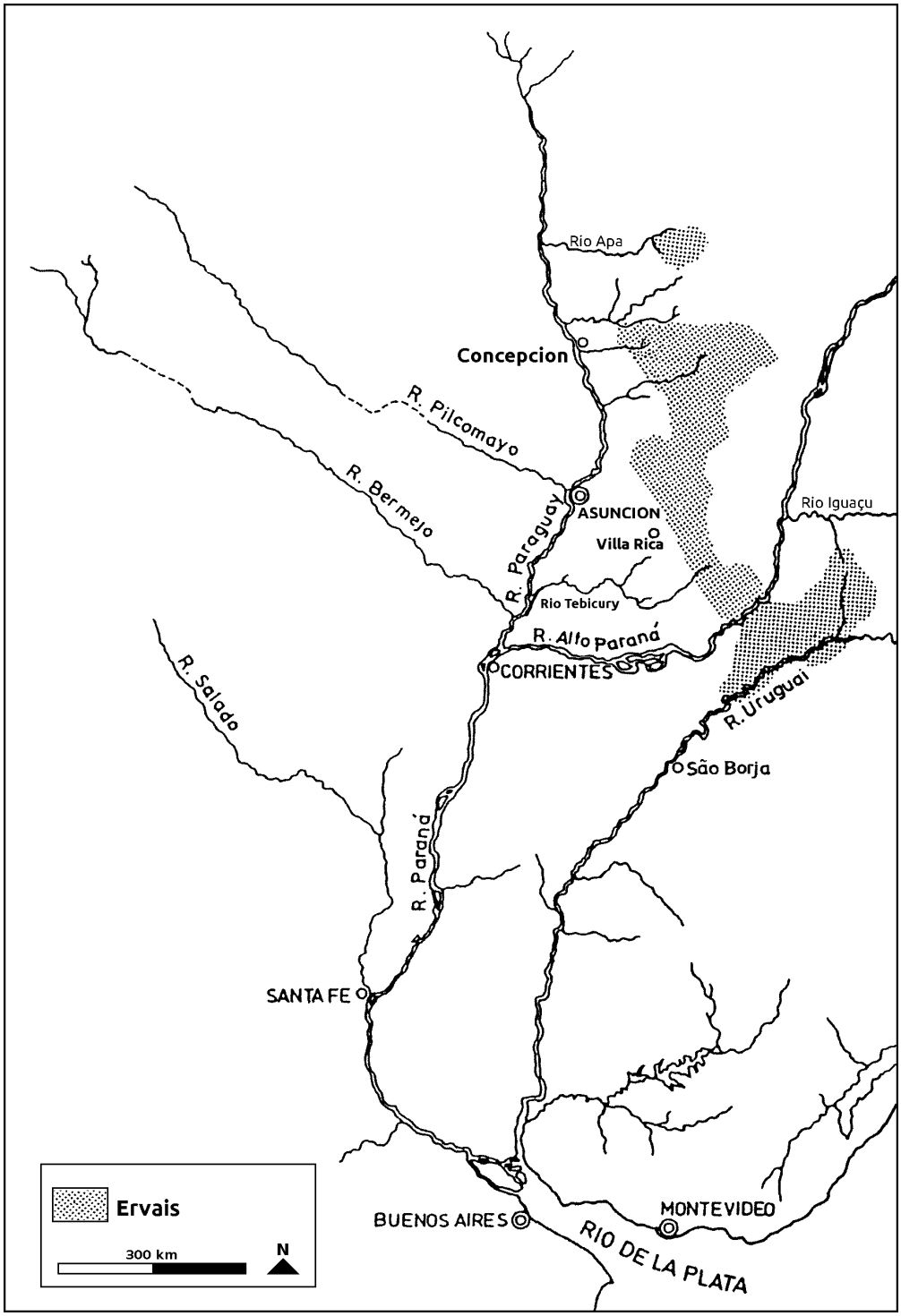
Na porção Leste do território paraguaio do início do século XIX existiram importantes ervais, aproximadamente representados na Figura 18. Os ervais eram considerados públicos e eram explorados a partir de concessões estatais. Conforme o viajante francês Martin de Moussy, o mais importante deles passou a ser o de Tucurú-Pucú, situado na costa paraguaia do alto rio Paraná, mas que foi privatizado e explorado por empresários paraguaios e argentinos na segunda metade do século XIX.[104]

102 PEYRET, Alejo. Cartas sobre Misiones. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. (AAHMP)

103 SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914. p. 77-79.

104 MOUSSY, Martin de. Description géographique et statistique de la Confédération Argentine. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1860. Disponível em <http://www.culturaapicola. com.ar/apuntes/libros/>. Acesso em: 15 ago. 2012. p. 431. ABINZANO, Roberto Carlos. *Procesos de integraciòn en una sociedad multietnica:* la provincia argentina de Misiones (1895-1985). Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Sevilha, Sevilha, 1985.

Figura 18 – Ervais nativos no Paraguai, no século XIX



Fonte: Recriado a partir de WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991.

3.2 FAZER ERVA

A produção da erva-mate no século XIX seguia um processo rudimentar, organizado em etapas sucessivas, em meio a floresta, que foi descrito por diversos viajantes e cronistas. A clareza e a riqueza de detalhes da descrição do fabrico da erva no Norte do Rio Grande do Sul, feita por Inácio Capistrano Cardoso, justificam a longa transcrição de fragmentos que vem a seguir:

> Ordinariamente dois a três ervateiros formam o seu contrato de parceria para a colheita, preparo e venda em comum da erva-mate. Entrando para o mato, escolhem para seu alojamento um lugar apropriado e depois de roçado e bem limpo, levantam o carijo. É este um galpão de trinta e seis a cinqüenta metros quadrados, mais ou menos, sobre grossas forquilhas, com a competente cumeeira (e portanto de duas águas) aberto por todos os lados e coberto de palhas de jerivá ou de outra palmeira. […].
> Pronto esse rancho ou abarracamento, vão entrando pelo mato, já previamente explorado, e podando todas as árvores que encontram, ou sejam, os chamados paus em ser ou as chamadas socas.
> Todos os galhos podados com as folhas (que nenhuma fica nas árvores) são picados pelos mesmos ou por outros parceiros e reduzidos a menores proporções, formando-se e atando-se em feixes com cipó ou fitas de taquara.[105]

Na etapa seguinte, conforme Cardoso, se iniciava a secagem das folhas e ramos:

> Depois são conduzidos todos os feixes para um lugar também roçado e limpo, na distância de meio a um quilômetro do carijo, que se chama o sapecadouro, da erva ainda verde.
> Aí forma-se um parapeito, com altura pouco maior de um metro, resguardado, com uma

105 CARDOSO, Inácio Capistrano citado por SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. p. 138.

> espécie de paliçada de faxina e folhas verdes a fim de defender do fogo o parceiro ou parceiros, que tomam o trabalho de sapecar a erva.
> Dispostos os feixes sobre um pau mais alto, acende-se por baixo uma fogueira com o fim de emurchecer ou secar a erva até que esta amareleça por completo.
> A medida que isto se consegue e enquanto se sapecam outros feixes, um dos parceiros vai dando ao trabalho de quebrar os galhos já crestados ou sapecados, formando outros menores, entre duas estacas distanciadas quinze centímetros, e aí, apertando os novos feixes com o pé, atá-los com cipó ou fita de taquara como na operação precedente.[106]

No sapeco ocorria a evaporação de cerca de 25% da umidade das folhas e inativação de enzimas presentes na planta que provocam, quanto ativas, alterações de cor e sabor na erva-mate.[107] A segunda secagem exigia um trabalho cuidadoso:

> Depois de arrolhada, sapecada, quebrada e amarrada em feixes de trinta quilos, mais ou menos, são estes carregados às costas pelos parceiros até o carijo, evitando assim que a superveniência de uma chuva torrencial possa inutilizar-lhes o insano e porfioso trabalho já feito.
> Aí começa novo e não menos fatigante serviço. Tendo já preparado dentro do carijo os jiraus, compostos de três caibros cada um onde empilham, de três em três, os feixes da erva sapecada. Cada caibro com os feixes suporta o peso de seis arrobas mais ou menos, com o nome técnico de meio vão. Os meios vãos, em número de vinte, perfazem o total de cento e vinte arrobas de quinze quilos, mais ou menos, que é a conta usual de cada colheita, a menos que não seja maior o número de parceiros e mais extenso o carijo.
> Uma vez cheios, os jiraus passa-se a aplicar o

106 Ibidem, p. 139.
107 DUTRA, Fabiana Lemos Goularte. *Compostos fenólicos e metilxantinas em erva-mate armazenada em sistemas de estacionamento natural e acelerado*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

> fogo para acabar de secar a erva, conforme a urgência do serviço.
> Os jiraus ou meios vãos devem ficar em declive tendo da parte de dentro 1,5 metros, e da parte de fora 1,2 metros mais ou menos.
> [...]
> Em cada lado do carijo é colocado um cocho cheio d'água e com vasilha própria para atirar sobre o fogo, diminuir-lhe a intensidade das labaredas e evitar um incêndio, que tudo nulificaria.
> Para melhor observar a fogueira, que deve abranger toda a linha de meios vãos, é preferível à noite, durante a qual, todos os parceiros ficam em contínua vigilância para agir no interesse comum.[108]

Por fim, eram necessários dois procedimentos para triturar a erva e torná-la pronta para o comércio ou o consumo:

> Uma vez seca toda a erva, tanto as folhas como mesmo os pauzinhos dos galhos, trata-se do trabalho denominado a cancheação.
> Apaga-se o braseiro do chão, que é varrido e molhado até arrefecer, arrancam-se os caibros, tira-se a erva que é colocada na cancha, e com o auxílio de dois paus denominados cancheadores, é batida, quebrada e reduzida a mínimas proporções.
> [...]
> Terminada a cancheação, passa-se a encher com essa erva os cestos ou jacás, com uns paus pontiagudos chamados socadores, até completarem um peso de quarenta e cinco a sessenta quilos, ou de três a quatro arrobas. Dois homens podem canchear e encestar por dia, de vinte a vinte e cinco arrobas de erva-mate.
> Isso feito, são os jacás, depois de fechados, empilhados no carijo em jiraus, acima do nível do chão.
> Assim feita, uma ou mais colheitas é a erva conduzida às costas de um animal, arreado para um monjolo ou engenho, onde é moída até ficar

108 CARDOSO, op. cit., p. 140-141.

> em pó quase impalpável, como usam-na nas Missões e, ainda mais fina, no Rio do Prata. Concluída essa operação é acondicionada em surrões de couro seco, vulgarmente denominados terços, com o peso de duas a cinco arrobas, e essa é destinada ao comércio ou à exportação para outros municípios ou para o estrangeiro.[109]

Da descrição de Cardoso é essencial destacar a mobilidade dos ervateiros e a possibilidade de utilizar, na maior parte do processo de preparo da erva, materiais que podiam ser encontrados na própria floresta: varas, paus, palha, cipós, fibras, tiras e lenha. Um regulamento de 1854, da província do Paraná, condenou o uso de folhas de xaxim ou de samambaia para envolver a erva-mate triturada, pois aumentava a umidade e o risco de estragar o produto. A proibição é um indício desta prática entre os ervateiros, que empregavam materiais abundantes no ambiente.[110] Em outro documento se recomendou o uso de folhas de taquara bem secas, também disponíveis no ambiente florestal, para forrar os cestos.[111] Ferramentas simples como o facão e o machado eram suficientes para construir as estruturas necessárias para preparo da erva. Os animais de carga podiam ser trazidos ao erval. Somente o monjolo e o engenho eram estruturas mais permanentes, pois sua construção exigia maior trabalho e investimento, mesmo que pudessem ser construídos com materiais disponíveis na floresta. Ambos trituravam usando o impacto do peso de suas estruturas móveis de madeira, mas diferiam na capacidade de trabalho: enquanto o primeiro tinha um único conjunto de "braço" e pilão, o engenho ou soque tinha vários pilões. O movimento lento de subir e descer do monjolo, como um martelo, era obtido pela alternância entre o acúmulo e a liberação da água corrente em seu depósito. O viajante Henrique Ambauer Schutel considerou tosco este sistema e estimou que um monjolo não alcançava "moer duas arrobas de herva por dia".[112] Ele representou, contudo, um avanço tecnológico importante em relação ao pilão manual. Em comparação, um engenho como aquele que Juan Ambrosetti conheceu nas proximidades de San

109 Ibidem, p. 141.
110 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paranã pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1856. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 109.
111 Exposição, 1862. APPR.
112 SCHUTEL, Henrique Ambauer. *Itinerário de Cruz Alta ao Campo Novo*. 1867. p. 391.

Javier, com uma roda d'água de três metros de diâmetro, podia moer até 130 arrobas diárias de erva.[113]

O monjolo também podia triturar grãos e era usado em outras regiões do Brasil. O inglês Thomas Bigg-Wither ficou impressionado quando o viu no Paraná e o considerou "uma das mais primitivas e curiosas máquinas de poupar trabalho já inventadas", mas não conseguiu compreender porque faziam um "enorme desperdício de energia" na sua construção, para obter "uma quantidade tão microscópica de trabalho". Ele também exprimiu sua incompreensão e desprezo pelo modo de vida indígena e caboclo ao escrever, com sarcasmo: "o gênio que primeiro inventou esta máquina era bem mais inteligente do que as pessoas que continuam a usá-la".[114] Saber fabricar e instalar um monjolo, entretanto, exigia conhecimentos específicos, a começar pela escolha da madeira adequada, com rigidez suficiente para ser esculpida e não partir, pesada e resistente o bastante para suportar os impactos. Alguns documentos fazem referência à arvore monjoleiro (*Senegalia polyphylla*), com ocorrência silvestre no Paraná e em estados mais ao norte deste, também denominada de guarucaia ou angico-bravo, que possivelmente tinha madeira com a densidade e as características adequadas.[115]

A leitura de um processo cível de embargo, iniciado em 1856, mostra a importância que tinham os cursos de água como fonte de energia motora para triturar a erva. Paulino Arnaux, morador do Rincão Reúno de Campo Novo RS, reclamou na justiça contra Manoel Dias Toledo e Policena Prestes, pois "principiarão a construir um açude no leito de todo arroio, denominado Gravatahy, que serve de divisa entre ambos". Desrespeitaram, assim, o limite das propriedades e fizeram "damno ao engenho que o suplicante possui a seis anos nas margens do dito arroio".[116] Em Santa Cruz de Canoinhas, o vizinho represou um

113 AMBROSETTI, Juan B. *Viaje á las Misiones argentinas e brasileiras por el alto Uruguay*. La Plata: Publicaciones del Museo, 1892. p. 21. (Tradução nossa). BNAR.

114 BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil:* three years of forest and prairie life in the province of Paraná. Londres: John Murray, 1878. p. 188-190. (Tradução nossa).

115 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 177. Relatorio apresentado ao excellentissimo senhor Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo excellentissimo ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1869.

116 Processo cível de embargo no qual é autor Paulino Arnoux. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1856. APERS.

curso de água e, conforme o processo judicial, foi agredido com um "rabo de tatu" pelo proprietário do monjolo.[117]

Depois de beneficiada, a erva era acondicionada em surrões de couro bovino costurado, com capacidade para conter de 30 a 120 Kg. A erva-mate consumida nos mercados platinos passava por um período de estacionamento, em geral de alguns meses a dois anos, durante o qual se acentuavam algumas características de sabor e aroma e se alterava a cor do produto, que passava a ser verde amarelado. De acordo com estudos recentes, estas características organolépticas se devem a concentração de compostos fenólicos (rutina, ácido 5-cafeoilquínico e ácido cafeico) durante o estacionamento.[118]

A Figura 19 é uma representação fotográfica do trabalho em um carijo no Rio Grande do Sul, na década de 1930 e coincide com o testemunho de Cardoso, inclusive nos detalhes técnicos da construção. Nela se pode observar a etapa de secagem final dos ramos e folhas da *Ilex* e observar poucos materiais estranhos à floresta: o machado, duas panelas de ferro, um balde, arreios para cavalo com estribo e objetos de uso pessoal, como o chapéu. O historiador Paulo Afonso Zarth, em um estudo inédito de História Agrária sobre o Planalto riograndense publicado em 1997, evidenciou esta característica da atividade ervateira e argumentou que a "coleta da erva-mate, desse modo, não exigia praticamente nenhum investimento: dependia apenas do trabalho", permitindo a "produção do mate a custos muito baixos"[119], tema que será retomado adiante.

117 Processo por agressão no qual são partes Antonio Auersvald e Jeronimo Antonio dos Santos. Distrito de Santa Cruz de Canoinhas, 1911. Comarca de Curitibanos. MJC.

118 DUTRA, Fabiana L. Goularte; HOFFMANN-RIBANI, Rosemary; RIBANI, Marcelo. Determinação de compostos fenólicos por cromatografia líquida de alta eficiência isocrática durante estacionamento da erva-mate. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 119-123, 2010.

119 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*: 1850-1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 124-125.

Figura 19 - Carijo

Fonte: Museu Antropológico Diretor Pestana. Final da década de 1930.

O ervateiro, conceito que será discuto a seguir, precisava ter conhecimentos e habilidades inerentes a esta atividade extrativista e à vida na floresta, que começavam pela capacidade de se localizar no espaço, incluíam saber identificar a *Ilex paraguariensis* e diferenciá-la das plantas semelhantes do mesmo gênero botânico, exigiam alguma técnica de construção das instalações e passavam pela escolha da lenha adequada para a secagem. A "tarumã, a guabirobeira, a pitangueira do mato, a cerejeira, a cabriúva, o araçazeiro e o guabeju" são árvores das quais se obtinha lenha adequada para a secagem, pois deixa a "erva impregnada de um cheiro agradável e gosto menos amargo", escreveu Cardoso.[120] Uma comissão paranaense especializada no assunto orientou para o "uso de madeira branca e nunca a resinosa como o pinho e a aroeira".[121] "Guabiroba, goamirim, araçá e sassafrás" eram as preferidas dos ervateiros segundo Maximiliano Beschoren.[122] No início do século XX os autores alemães Franz Wilhelm Neger e Ludwig Vanino

120 CARDOSO, op. cit., p. 140.
121 Parecer a respeito do modo porque deve ser fabricada a erva-mate, 19 jan 1862. APPR.
122 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 20.

registraram, como preferidas para secar erva no Sul do Brasil, a lenha das árvores que produzem o araçá, o guaviju ou guabiju, a guavirova ou guabiroba, a cereja [do mato] e a pitanga, isto é, espécies frutíferas da família *Myrtaceae*.[123] A escolha da madeira para a construção do carijo, resistente ao calor, também demandava conhecimento. A produção da erva-mate exigia ainda saber os tempos de cada etapa do processo, demandava a divisão das tarefas e a realização de atividades simultâneas, como cuidar do fogo do carijo e confeccionar os cestos de taquara. Cobrava a atenção de quem manejava o facão no alto de uma erveira. Acidentes possivelmente aconteciam com alguma frequência, como permitem acreditar as circunstâncias da morte do ervateiro paranaense Jocelyn Alves de Brito, em 1890. Conforme a redação do promotor público da comarca de Curitiba, os acusados de homicídio relataram um estranho acidente de trabalho, no qual o falecido estava "occupado no serviço de desgalhar herva" e sua morte foi "proveniente do desastre de ter o infelis cahido de uma arvore, que [o acusado] encontrou derribada, e nessa queda ter-se ferido com a propria faca".[124] Acampar e trabalhar na floresta durante semanas requeria saber se proteger do frio, evitar animais perigosos, levar consigo a alimentação e saber como obtê-la no ambiente. A caça, a pesca, a extração de palmito, a coleta de frutos e da semente da *Araucaria angustifolia*, o pinhão, onde ela está disponível, são algumas das possibilidades de alimentação na floresta. O antropólogo Roberto Carlos Abinzano apontou a coleta de mel de abelhas como uma forma adicional para se obter alimento nos ervais e nas florestas argentinas.[125] Possivelmente ele se baseou no testemunho de Carlos Spegazzini, que registrou: caçar e melar eram paixões dos ervateiros.[126] O conhecimento era transmitido pela oralidade e pela convivência dos ervateiros jovens com os mais experientes, em meio a floresta e ao trabalho cotidiano.

Por ervateiro se compreende, genericamente, a pessoa envolvida com a extração e o preparo da erva-mate. A base para a adoção deste

123 NEGER, Frantz Wilhelm; VANINO, Ludwig. *Der Paraguay-Tee (Yerba mate)*: sein Vorkommen, seine Gewinnung, seine Eigensschaften und seine Bedeutung als Genussmittel. Stuttgart: Fr. Grub Verlag, 1903. (Tradução nossa). Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin (IAI).

124 Apelação crime no qual Francisco José do Rosario é apelado, Tribunal da Relação de São Paulo, 1890. Museu da Justiça do Estado do Paraná (MJPR).

125 ABINZANO, Roberto Carlos. *Procesos de integraciòn en una sociedad multietnica*: la provincia argentina de Misiones (1895-1985). Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Sevilha, Sevilha, 1985.

126 SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914. p. 94.

conceito está na recorrência do termo na documentação pesquisada. José Paulo Eckert, em recente dissertação sobre "O povo dos hervaes", em Santa Cruz do Sul RS[127], adotou esta denominação baseado no mesmo argumento. O conceito é, contudo, polissêmico porque se refere tanto ao trabalhador pobre contratado para "fazer erva" quanto àquele que, possuindo um engenho, contrata trabalhadores na época da coleta do mate. Pode se referir ainda à pessoa que extrai a erva-mate de forma autônoma, para seu consumo próprio ou para o comércio em pequena quantidade. Este indivíduo figura, por vezes, como a denominação de "erveiro" na documentação pesquisada.[128] O conceito varia nas pesquisas. Lurdes Grolli Ardenghi usou a designação ervateiros de forma mais restrita e com conotação política, se referindo ao "grupo que detém algum controle sobre a extração, comércio e transformação do produto e não, simplesmente o que executa a coleta como *tarefeiro*" (grifo no original), ou seja, um "grupo intermediário entre o campo e a mata, gozando de uma posição socioeconômica que lhes possibilitou, em parte, o controle do poder em áreas e momentos determinados".[129]

Nos territórios de colonização espanhola, embora a composição étnica e sociocultural dos trabalhadores dos ervais seja diferente, a palavra ervateiro pode ter o mesmo significado discutido aqui. Freire usou o termo *criollo*, geralmente empregado para nomear os descendentes de espanhóis nascidos na América, para se referir aos mestiços descendentes de espanhóis e índios no Paraguai colonial, muitos dos quais trabalhavam na extração de erva.[130]

O inventário *post-mortem* do francês Luiz Perié fornece preciosas respostas para a construção do conceito de ervateiro: falecido em 1851, deixou como herança muitas peças de tecido de algodão, chita, holanda, morim, lenços, xales, guaiacas, calças, suspensórios, chapéus, botas, tamancos, acessórios para o cavalo como freios, estribos e esporas, utensílios para a casa como facas, colheres, garfos, canecas, pratos, tigelas de louça, chaleiras, copos, castiçais, espelhos, agulhas, pentes, balanças, tesouras, navalhas de barbear, baús, pólvora, espoletas, uma

127 ECKERT, José Paulo. *O povo dos hervaes*: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

128 Código de Posturas de Passo Fundo, 1862. AHRS.

129 ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis:* luta e resistência em Palmeira das Missões. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. p. 51.

130 FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré*: a erva-mate no Paraguai colonial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

espingarda, baralhos, fechaduras e argolas, ferramentas como machados e enxadas e ainda artigos de consumo como sal, fumo e outros identificados como diversos, bem como arrobas de erva-mate. Deixou também alguns poucos animais bovinos e equinos, bens imóveis como um galpão localizado "nas margens do arroio denominado Santo Christo", uma casa coberta de capim, um pequeno rincão de campo e um "engenho de socar erva matte tocado por agua com seis morões avaliado pela quantia de seiscentos mil reis".[131] Do inventário se sabe que este ervateiro francês era proprietário do engenho, produtor de erva-mate e comerciante, vendendo aos moradores da região e àqueles que contratava para trabalhar aquilo que não podiam extrair da floresta.

Por outro lado, o ervateiro pobre é o personagem que a História denominou de caboclo ou lavrador nacional. No Sul do Brasil ele correspondeu, genericamente, ao grupo formado pelo encontro cultural e genético de luso-brasileiros ou hispano-brasileiros com indígenas e negros. Para o historiador Paulo Pinheiro Machado, o componente étnico não é essencial na definição desse "habitante pobre do meio rural", mas sim a "condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência [...]". Pinheiro adotou o sentido empregado pelos habitantes do Planalto catarinense, onde o componente religioso – ser devoto de são João Maria – também compunha o conceito.[132] A origem étnica perde mais do seu significado quando a palavra é usada para se referir ao colono que adotou o modo de vida caboclo, prevalecendo o sentido cultural.[133] O conto escrito pelo imigrante João Weiss ilustra esta situação com evidente preconceito:

> Nós não eramos dados à caça, que consideravamos desperdício de tempo. […]. O fato é que os que assim não pensavam ficavam bastante atrasados nos trabalhos da roça e em seu progresso geral. Muitos emigrantes, entregando-se à tais extravagâncias, como classificavamos a caça e a pesca, tornavam-se perfeitos caboclos, dorminhocos e preguiçosos, vivendo em choupanas primitivas com uns pés de milho em

131 Inventário *post-mortem* de Luiz Perié. Cartório de órfãos e ausentes de Cruz Alta, 1851. APERS.

132 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 48.

133 ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno:* o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. p. 172.

> tôrno, um porco magro no chiqueiro e umas galinhas alimentado-se minhocas da terra de mato. Os caboclos se sentiam bem nesse seu primitivismo e que só era classificado como tal por nós, que viemos de ambiente de civilização avançada.[134]

O caboclo, pessoa livre e pobre do mundo rural, se tornava ervateiro ao ser contratado para trabalhar no erval durante o inverno e assumia a condição de camponês nas demais estações do ano, produzindo alimentos para a sua existência. Este era um fator adicional, além do baixo investimento material exigido, que permitia extrair erva-mate com custos baixíssimos, argumentou Zarth.[135] Para o caboclo, trabalhar nos ervais representava a oportunidade de obter algum dinheiro e de comprar instrumentos de trabalho e bens de consumo.[136] Como percebeu o engenheiro Francisco Rave ao percorrer o Noroeste do Rio Grande do Sul em 1858: "A erva matte [é] o motor do commercio destes lugares e a sua exportação as diversas partes da Provincia occupão os habitantes de Missões. O ervateiro planta apenas sufficiente para satisfazer as suas necessidades e durante o resto anno se acha no centro dos mattos".[137]

O ervateiro qualificado para fazer o controle da secagem da erva recebia a denominação de "carijeiro" no Rio Grande do Sul e de "uru" no Paraná[138], indicando a divisão e a especialização do trabalho. O ervateiro podia estar acompanhado dos familiares, como relatou o inspetor geral da instrução pública do Paraná, Joaquim Ignacio Silveira da Mota, em 1857: "nos seus trabalhos ruraes, colheita e fabrico da herva mate se fazem acompanhar de toda a familia e tirão partido do serviço das proprias crianças de seis annos para cima". Mota defendeu o ensino obrigatório para educar "a classe pobre do povo", propôs a criação de casas de asilo e de escolas na província, onde ficariam os filhos dos lavradores e dos ervateiros durante a jornada de trabalho dos

134 WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949. p. 106.
135 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho:* 1850-1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 125.
136 Ibidem, p. 173.
137 RAVE, Francisco. Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858. AHRS.
138 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. p. 282.

pais. Reconheceu, entretanto, as dificuldades de executar tal proposta.[139] Como a extração da erva-mate era muito trabalhosa, realizada manualmente, se compreende a necessidade de envolver toda a família cabocla. Os filhos menores, não aptos ao trabalho, ficavam com os pais na floresta, situação algumas vezes retratada em fotografia, como na Figura 29. Um caso de violência contra a mulher indica sua presença como trabalhadora nos ervais. Em 1914, no distrito de Campo Novo RS, Demetrio Alves Rodrigues matou a tiros sua esposa, Luiza José da Cunha, grávida, pois ela se negou a carregar um feixe de erva-mate. Uma das testemunhas de defesa apontou a infidelidade conjugal de Luiza como motivo do crime, tentando atribuir-lhe a culpa, mas o argumento não impediu a condenação do réu.[140] O trabalhador assalariado e eventual também era denominado de jornaleiro, como respondeu o réu João Francisco quando lhe foi perguntado qual a "sua profissão ou meio de vida?" em processo crime criado a partir da acusação de roubo de gado no Rincão da Guarita RS.[141]

Houve casos em que criadores de gado, isto é, proprietários de campos voltados para a pecuária extensiva, se dedicaram também à atividade ervateira. O tenente coronel Feliciano Roiz da Silva, falecido em 1863, deixou como herança escravos, gado bovino, equino, burros e mulas, terras de campo e de cultivo, casas e um "engenho de soque de erva", avaliado em um conto de réis, que fazia parte de um patrimônio total de 15:200$000 réis, sem contar as dívidas ativas e passivas.[142] Situação semelhante encontra-se no inventário de Theresa Maria de Jesus, que legou escravos, bois, vacas, cavalos, mulas, uma área de terras de campo com "duas léguas de comprido e meia de largura", outro campo, uma "morada de casas sita na freguesia da Palmeira, coberta de telha, paredes de pau a pique" e um engenho de socar erva-mate com galpão, avaliado em um conto de réis.[143] Outro caso é do coronel Evaristo Teixeira do Amaral, que atuava como estancieiro, comerciante

139 Documentos a que se refere o vice-presidente da provincia do Paranã na abertura da Assemblea Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857. Curityba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. p. 10-12. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/619/ Acesso em: 15 abr. 2012.

140 Processo crime no qual é réu Demetrio Alves Rodrigues. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1914. APERS.

141 Processo crime no qual são réus Salvador Luiz Fernandes, Fermino Luiz Fernandes, João Francisco e Julio Antonio Francisco. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1890. APERS.

142 Inventário *post-mortem* de Feliciano Roiz da Silva, Comarca de Cruz Alta, 1863. APERS.

143 Inventário *post-mortem* de Theresa Maria de Jesus, Comarca de Cruz Alta, 1869. APERS.

e proprietário de "estabelecimento de preparo de herva matte" em Palmeira RS. Em 1892 ele cobrou na justiça o prejuízo havido com o roubo da cavalhada e de gado, danos aos ervais e por que "deixou de exportar mais de seis mil arrobas de erva", quando foi forçado a abandonar sua casa de negócios e propriedade pela violência praticada no contexto da Revolução Federalista.[144] A conjugação da atividade pastoril com a ervateira, no século XIX, foi encontrada ainda no caso de Antonio Pereira Borges, de Cruz Alta RS, cujo engenho de mate correspondia a 400$000 réis de um patrimônio bruto que ultrapassava 16 contos de réis.[145]

O conceito de ervateiro é empregado aqui, portanto, com estes múltiplos significados. Muitas vezes está acompanhado de explicações adicionais, que detalham diferenças importantes como a existente entre o ervateiro Perié e os empresários do mate no Paraná, integrantes de uma elite econômica regional.

O significado econômico e social do mate pode ser compreendido a partir da leitura da correspondência das câmaras municipais. Em 1862 a câmara de Passo Fundo RS (município criado em 1857 a partir do território de Cruz Alta) atendeu ao pedido do Governo da Província e listou a produção agrícola local. Destacou os cultivos de milho e feijão e informou a existência de lavouras de arroz, trigo, mandioca, batatas, abóboras, morangas e melancias, mas estas em pequena quantidade. Comentou, por fim, que a produção não correspondia às necessidades locais, sendo preciso importar alimentos e justificou: "a maioria dos habitantes empregam-se com avidez no fabrico da herva matte", atividade que coincidia com o tempo das colheitas.[146] Em documento de idêntico propósito, enviado no ano seguinte, a mesma câmara afirmou que as mulas e a erva-mate são os dois gêneros mais exportados pelo município e registrou uma baixa considerável dos preços destes produtos, que prejudicou a economia municipal.[147] Em 1864, outro destes documentos fez uma distinção importante: enquanto a criação de mulas era praticada pelos fazendeiros, a extração e o preparo da erva-mate foi a atividade "do homem pobre com o simples fructo de seu trabalho braçal, sem necessidade de fundos". Nas palavras daquelas autoridades municipais: "assim se pode dizer, estabelecendo uma linha

144 Ação ordinária na qual é autor Evaristo Teixeira do Amaral e réus Ubaldino de Oliveira Machado e outro, Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1892. APERS.
145 Inventário *post-mortem* de Antonio Pereira Borges, Comarca de Cruz Alta, 1864. APERS.
146 Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo, 7 nov. 1862. AHRS.
147 Ibidem, 8 jan. 1863. AHRS.

divisória, que a erva matte é o recurso da pobreza, e o commercio de bestas se entretem em um circulo de gentes mais abastadas".[148]

Vinte anos depois, a câmara municipal de Palmeira respondeu ao governo provincial de forma idêntica: a agricultura "é pouco desenvolvida já porque a maioria da população se emprega quasi que exclusivamente da fabricação da herva-matte que é exportada em grande escala". Adicionou um segundo motivo para a fraca agricultura: "porque é necessário desenvolver o gosto pelo trabalho agricola, o que só se obtem com ensino profissional". A câmara propôs ainda, naquela correspondência, a criação de um estabelecimento de ensino agrícola destinado à "educação das classes pobres".[149] A proposta de estatuto para o asilo agrícola definia como "preferíveis" os alunos orfãos, desvalidos e ingênuos, que não poderiam sair da instituição antes de completar os cinco anos de formação elementar e nas modernas técnicas agrícolas. Em 1886, outra correspondência informou as autoridades da capital sobre os poucos resultados do investimento de 14 milhões de réis na construção do asilo, da qual se destaca: "a casa edificada para a escola é uma imitação do galpão da olaria; o mais indolente morador de nossas mattas envergonhar-se-hia de habitar semelhante palheiro. Trabalhos de lavoura não existem, horta não tem e jardim menos!"[150]

A produção da erva-mate também se ligou fortemente ao cotidiano e às formas de expressão dos caboclos ervateiros. Estar de "carijo armado", por exemplo, era uma metáfora para estar enamorado. As expressões podiam assumir outros significados, inclusive jocosos ou ofensivos, como os versos populares encontrados pelo historiador Márcio A. Both da Silva em um processo crime de 1908, em Santo Ângelo RS, nos quais uma família com destaque social foi satirizada:

O Cidadão Jango Riba
No comércio é um graúdo
E o infame proceder
É de um cachorro lanudo […]
A picucha e o neném
Estão de carijo armado
Mais o que já diz o povo
É que o carijo já está canchiado [...].[151]

148 Ibidem, 11 jan. 1864. AHRS.
149 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 4 maio 1883. AHRS.
150 Cópia do Projeto de estatutos para o asylo-agricola do municipio de Santo Antonio da Palmeira, 1883. AHRS.
151 SILVA, Marcio A. Both da. *Babel do novo mundo:* povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul. Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011. p. 86.

3.3 FALSIFICAR ERVA

Fazer erva não significou, necessariamente, extrair folhas e ramos para fabricar um produto de boa qualidade. A análise dos documentos mostra a falsificação da erva-mate como um dos principais problemas no século XIX, bem como a falta cuidado no preparo e na armazenagem. O botânico francês Aimé Bonpland, que viajou pela América acompanhando Alexander von Humbold nas primeiras décadas daquele século, afirmou que a má qualidade da erva produzida no Brasil provinha do pouco cuidado que tinham os fabricantes e da introdução de plantas muito diferentes da *Ilex paraguariensis* na fabricação.[152]

Para Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente da recém emancipada província do Paraná (separada de São Paulo em 1853), a falsificação iniciava nas etapas de coleta, secagem e cancheamento, mas era tolerada por muitos proprietários de engenho que compravam a erva pagando um preço menor. A erva de Paranaguá, como era conhecida no Uruguai e na Argentina, lá sofria a concorrência comercial da erva do Paraguai e das missões riograndenses porque estas tinham melhor qualidade. Mesmo assim a erva paranaense encontrava consumidores menos exigentes na campanha, que preferiam um produto mais barato. Depois de beneficiada, era ainda mais difícil de perceber a fraude, atribuída à ganância dos produtores. A solução estava, para o presidente, na criação de uma legislação mais severa e na inspeção.[153] No "Regulamento da Herva Mate", criado em 1854, se escreveu simplesmente: "Art. 3º Não se lhe ajuntará herva alguma de diversa natureza". Outros artigos do regulamento, contudo, revelam preocupação com a qualidade da erva, que: deve ser fabricada em carijo coberto para "não receber humidade", precisa ser malhada sobre "forro conveniente para não se misturar terra ou qualquer outra materia estranha", deve receber a primeira etapa de secagem no mesmo dia em que for sapecada, para não "fermentar" e não pode permanecer no carijo por mais de três dias depois de malhada. A punição prevista para os infratores era a multa, a ser dividida entre o denunciante e a câmara

152 BONPLAND, Aimé. Notas sobre la ventaja de cultivar la planta que produce el mate, de formar montes de ella y de mejorar la fabricacíon de la yerba mate. 1849. Citado por: WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991. p. 87.

153 Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curityba: Typ. Paranaense, 1854.

municipal. Além de estimular a delação, o regulamento obrigava os inspetores de quarteirão a denunciar os infratores. A punição podia ser estendida aos compradores de "herva visivelmente viciada" e àqueles que fizessem "encommendas de mate misturado com herva de natureza estranha".[154] Em 1855, o governo da província do Paraná atribuiu à falsificação uma das causas da decadência na exportação do mate, que se tornou desacreditado nos mercados do rio da Prata e sugeriu implantar a inspeção do produto como medida para combater a fraude. Desistiu da ideia, pois concluiu "não ser possivel fiscalisar e conhecer, depois de moída e prompta para a exportação, se a herva foi ou não falsificada".[155] O problema continuou existindo e frequentemente figurou nos documentos em tom de denúncia: "...fazem a erva em carijos descobertos, sugeitos as intemperies das estações, malhão-a sobre a terra, sem hum forro [...], misturão-a com outras ervas..."[156]

O governo do Paraná concluiu, em 1858, que a diferença de qualidade entre a erva-mate do Paraguai e a local não era botânica, não estava na planta, mas sim nos métodos e cuidados de preparo. Segundo o presidente da província, os ervateiros paranaenses apressavam a secagem, expunham demais as folhas à fumaça, não protegiam adequadamente a erva cancheada da chuva ou da umidade atmosférica durante o transporte e tornavam a secá-la no engenho. No Paraguai, ao contrário, as folhas eram cortadas sem umidade entre as 9 e as 17 horas, secadas lentamente em fogo sem fumaça por até 18 horas e sempre protegidas da umidade. A erva, por fim, era bem acondicionada.[157] Existe uma evidente idealização no relato das práticas paraguaias, mas ele é revelador de importantes diferenças que explicam a superior qualidade da erva-mate lá produzida. Manoel Antonio Guimarães, que ocupava o cargo de presidente da província em 1873, afirmou igualmente que o regulamento de 1854 não era aplicado.[158]

154 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1856. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 109-110.

155 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1856. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 54.

156 Correspondência recebida pelo Governo da Província do Paraná, 24 jan. 1856. APPR.

157 Relatorio do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assemblea Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

158 Relatorio com que o exm. sr. vice-presidente da provincia, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873. Curityba: Typ. da Viuva Lopes, 1873. p. 18.

O código de posturas do município de Santo Antonio da Palmeira RS, escrito em 1875, também exprimiu o problema da falsificação na forma de proibição e punição:

> Art. 48 - É prohibido fabricar erva matte de outra folha que não seja a legitima, ou misturada com a legitima, outra qualidade de folha: o contraventôr incorrerá na multa de trinta mil reis e oito dias de cadêa, e perderá toda erva falsa, ou falsificada, que será immediatamente queimada.[159]

A denominação erva caúna identificava o produto de sabor mais amargo do que o desejado, resultado da mistura de folhas de outras árvores, como a *Ilex dumosa* (Reissek), ou de "sapopema, capóróróca, voadeira, carrapicho, sete sangrias" e outras,[160] bem como da congonhinha[161], orelha de mico, caverá e canela.[162] Beschoren, ao percorrer o interior do Rio Grande do Sul, observou que os ervateiros de Campo Novo "misturam à erva folhas de canela, guabiroba, etc.".[163] Em 1867, o inspetor geral da saúde pública da província, Manoel Pereira da Silva Ubatuba, manifestou sua preocupação com os perigos à saúde da população existentes nos vinhos de má qualidade, na farinha de mandioca mal torrada que conservava os princípios venenosos e na "erva-matte de mistura com as diversas folhas que preparão para augmentar o producto sem conhecimento das propriedades que elas tem, produzem as colicas, primeiros signaes dos damnos que fazem".[164] A análise química feita por Eunice Valduga e outros em 1997, revelou a presença de substâncias benéficas (flavonóides) na *Ilex dumosa*, usada na adulteração da erva-mate, mas também saponinas capazes de destruir

159 Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1875. AHRS.

160 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, José Barboza Gonlalves, em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1907. p. 219. AHRS

161 Correspondência de Antonio Ricardo Santos ao presidente da província do Paraná, 15 mar. 1866. APPR.

162 Relatorio dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 151. AHRS.

163 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 62.

164 Relatorio da Inspetoria Geral da Saude Publica da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao presidente da mesma provincia. Porto Alegre: Typ. do Jornal Deutsche Zeitung, 1867.

as células sanguíneas que transportam o oxigênio.[165] Conforme o relato de José Luiz Esteves, inspetor florestal de Soledade, Passo Fundo e Palmeira RS, a caúna era fabricada para uso na tinturaria, mas acabava nos engenhos de erva-mate que pagavam 50% do valor do produto legítimo.[166]

No Paraná, no ano de 1880, a polícia se ocupou de uma agenda muito variada de assuntos, como a prostituição, as "correrias de selvagens", a tranquilidade pública e o comércio da erva-mate. A erva virou assunto de polícia porque, desde 1875, cabia às câmaras municipais e às autoridades policiais a fiscalização do mate, pois existiam ervateiros que a "sobrecarregam de paos e de outras hervas estranhas", implicando na depreciação do produto e em "prejuiso da riqueza publica e dos proprios lavradores". O chefe de polícia reconheceu, em seu relatório anual, que era impossível fiscalizar adequadamente a qualidade da erva que circulava pela província.[167] A presença de "paus" na erva-mate era um mal difícil de evitar, pois os galhos menores eram necessários para dar sustentação às folhas no carijo. Para tentar estabelecer um parâmetro do que era aceitável, sugeriu-se proibir que os galhos excedessem a espessura de um lápis.[168]

Na mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 1894, o recente governo republicano do estado do Paraná registrou que teve sua atenção chamada pelo cônsul brasileiro em Montevidéu sobre a falsificação da erva-mate. Escreveu estar ciente do problema e que tomara providências desde o início, afirmou que a honestidade distingue o comércio do Paraná e concluiu o assunto assegurando que "o abuso da falsificação, acha-se cortado pela raiz".[169] É preciso ter alguma ingenuidade histórica para acreditar que o problema da falsificação do mate exportado iniciou na mesma época do governo republicano e foi radicalmente resolvido por ele. Pelo menos até o final da década de 1920, limite cronológico adotado nesta pesquisa, algumas das

165 VALDUGA, Eunice et al. Caracterização química da folha de *Ilex paraguariensis* St. Hil. (erva-mate) e de outras espécies utilizadas na adulteração do mate. *Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos* (CEPPA), Curitiba, v. 15, n. 1, p. 25-36, jan./jun. 1997.

166 Relatorio dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 151. AHRS.

167 Relatório da Secretaria de Polícia da Província do Paraná, 1 jan. 1881. APPR.

168 Parecer a respeito do modo porque deve ser fabricada a erva-mate, 19 jan 1862. APPR.

169 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Primeiro Vice-Governador Dr. Vicente Machado da Silva Lima em 18 de maio de 1894, Curitiba: Companhia Impressora Paranaense, 1894. p. 11-12.

mensagens anuais dos governadores, dirigidas ao poder legislativo, ainda faziam referência aos problemas da falsificação, da falta de cuidado no preparo e da má conservação da erva-mate paranaense. Eles ainda eram relatados, entretanto, como problemas que foram solucionados, graças à legislação e à severa fiscalização do governo.[170]

Nos rótulos das barricas de erva-mate exportadas se pode encontrar expressões como "herva mate genuina - producto altamente selecionado", "Yerba mate super-extra", "Herva mate extra superior", "Super-extra de especial e purissima herva mate". As palavras "extra" e "especial" correspondiam a níveis das categorias de padronização, mas as demais expressões eram argumentos afirmativos da qualidade do produto, visando destacá-lo das ervas falsificadas ou de qualidade inferior. O rótulo da erva-mate vendida sob a "marca registrada" Heroina, produzida por Brockmann, Celestino & Cia. em Rio Negro PR, destacou em letras maiores o nome do fabricante, a procedência paranaense e a expressão "Qualidade garantida". Por fim, a frase impressa em espanhol: "Esta marca é elaborada com as melhores ervas do Estado do Paraná" completou o argumento.[171] José Humberto Boguszewski, em sua dissertação de mestrado, fez uma interessante análise iconográfica de um conjunto de rótulos de empresas ervateiras do Paraná. Embora sua interpretação não o considere, acredita-se que o esforço argumentativo dos fabricantes para ganhar credibilidade em meio as falsificações e a baixa qualidade era um elemento essencial na composição gráfica e textual dos rótulos.[172]

A produção da erva-mate, utilizando os meios e os procedimentos de baixa tecnologia antes descritos, permaneceu pouco alterada no Rio Grande do Sul até o início do século XX. No Paraná, contudo, aconteceram mudanças tecnológicas importantes durante a segunda metade do século XIX. Uma delas foi o barbaquá, que consistiu em uma instalação mais elaborada em comparação ao carijo, pois fazia a separação entre o calor e a fumaça gerados pela queima da lenha. Assim, mais calor e menos fumaça chegavam aos ramos e folhas durante a secagem. Obtinha-se uma erva-mate de melhor qualidade, com sabor

170 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo em 1 de fevereiro de 1930. Curityba: sn. 1930. p. 101.

171 Rótulos de barricas das empresas Emilio von Linsingen & Cia., de Rio Negro PR e Firmino Pacheco Sobrinho & Cia., de Três Barras PR. Acervo pessoal de Maria da Glória Foohs, Rio Negro PR. Coleção de rótulos do Museu Paranaense, Curitiba PR.

172 BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate:* o alimento e suas representações. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

mais agradável e, embora desconhecida dos ervateiros na época, com menor quantidade de benzopireno, substância nociva à saúde humana, originada na combustão da lenha e que aderia à erva.[173]

Outra inovação para aumentar a produtividade do trabalho de beneficiamento da erva foi "ouriço", um cone de madeira densa com grandes dentes que girava sobre um assoalho perfurado e triturava os ramos e folhas da erveira.[174] Há uma versão deste equipamento na forma de uma grande roda vertical dentada, que rolava em círculos sobre o material a ser fragmentado. Estes trituradores ocuparam, com grande vantagem e em algumas regiões, o lugar do malho e do facão de madeira usados para "canchear" manualmente a erva. A generalização da cancha de madeira furada, no final da década de 1920, permitiu obter uma erva mais uniforme a partir de um "trabalho perfeitamente hygienico".[175] A paulatina substituição do surrão de couro bovino pela barrica de pinho (madeira da *Araucaria angustifolia*) como embalagem para a erva-mate exportada melhorou, além da aparência, o seu acondicionamento. Ela coincidiu com a exploração das áreas florestais do Sul do Brasil e com o desenvolvimento da indústria madeireira, um dos fatores de desmatamento da Floresta Ombrófila Mista segundo Miguel Xavier de Carvalho.[176] As inovações aconteceram durante toda a segunda metade do século. Em 1858, o governo do Paraná ofereceu um prêmio de 6:000.000 réis a "quem estabelecesse uma maquina para o fabrico do mate, que se avantajasse 30 por cento sobre o methodo praticado na provincia". João Antonio Pereira montou uma máquina movida a vapor em Antonina e requereu o prêmio. O governo, após avaliação realizada por uma comissão, concluiu que a dita máquina de socar aumentava muito a produtividade, sem melhorar, contudo, a qualidade do produto.[177] Francisco de Camargo Pinto pediu ao imperador D. Pedro II,

173 VIEIRA, Manoela Alano. *Análise de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) nas etapas do processamento da erva-mate (Ilex paraguariensis) e caracterização química dos resíduos da trituração para o desenvolvimento de produto*. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

174 Acervo do Museu da Erva-Mate/Museu Histórico Orty de Magalhães Machado, Canoinhas SC.

175 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo em 1 de fevereiro de 1930. Curityba: sn. 1930. p. 110.

176 CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011.

177 Relatorio do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1859. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859. p. 41. Ofício n. 151 da Tesouraria Provincial ao presidente da província do Paraná, sd. APPR.

em 1879, o privilégio exclusivo para fabricar e vender uma peneira mecânica para beneficiar erva-mate que inventou. O mesmo "constructor de machinas", como ele se autodenominou, inventou ainda uma máquina para marcar barricas e uma prensa para "enbarricar e ensurrar mate".[178] Em 1881, Frederico Martinho Bahls pediu ao Governo do Paraná para encaminhar um requerimento ao Ministro da Agricultura do Império, no qual solicitou o privilégio, por 20 anos, para fabricar "carijos proprios para preparar a herva matte sem fumaça, nem humidade".[179] Este conjunto de equipamentos e inovações, que hoje pode ser visto pelo historiador como parte de um acervo e de uma cultura material, exigiram maior capacidade de investimento econômico e não estiveram à disposição do ervateiro pobre. A modernização prosseguiu nos grandes engenhos, alterando os processos de produção da erva-mate para a lógica industrial.

3.4 A INDÚSTRIA DO MATE

Em parte dos estados do Paraná e de Santa Catarina a produção da erva-mate foi organizada, ainda no final do século XIX, na forma industrial. Destacou-se a Companhia Industrial Catarinense, fundada em 1890 por Abdon Batista, Ernesto Canac e Procópio Gomes de Oliveira pela fusão de suas empresas e de outras que se ligaram em uma sociedade anônima. Com matriz e indústria em Joinville, filial e indústria de mate instaladas em Buenos Aires e armazéns em cidades do Planalto catarinense e do Paraná, a Companhia atuou na produção e exportação de erva-mate e na exportação e importação de outros produtos agrícolas e manufaturados. Sua rede de comércio incluiu ainda São Paulo, Rio de Janeiro, o Uruguai e o Chile. Em 1892 ela incorporou o Banco Industrial e Construtor do Paraná, passando a operar também no setor financeiro. Os principais acionistas e diretores da Companhia (Batista, Canac e Gomes de Oliveira) tiveram expressiva presença na vida política de Santa Catarina. A Companhia foi dissolvida em 1905, com um capital muito superior ao investido na fundação.[180] Também no

178 Correspondência de Francisco de Camargo Pinto a D. Pedro II, 24 abr. 1879. Certificado de depósito de projeto no Archivo Publico do Imperio, 29 nov. 1878. Desenho de uma machina para marcar barricas, 1899. Museu Paranaense.

179 Requerimento de Francisco M. Bahls ao Presidente da Província do Paraná, 23 jan. 1881. APPR.

180 ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Um aspecto da economia de Santa Catarina:* a indústria ervateira - o estudo da Companhia Industrial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

Leste do Paraná se destacou a indústria de erva-mate de Agostinho Ermelino de Leão Júnior e Maria Clara de Abreu Leão, fundada em 1901, seguida por diversas outras.[181]

Em Mafra SC e Rio Negro PR atuaram Jordan, Gerken & Cia., com matriz em Joinville, que se anunciaram como "Exportadores de Herva Matte em vasta escala para as Republicas do Chile, Argentina e Uruguay e para o Sul do Brasil". Nas mesmas cidades estava estabelecido, desde 1908, Emilio von Linsingen & Cia., indústria que beneficiava erva-mate, a vendia para o mercado interno e a exportava sob as marcas "Primavera", "Saphira", "Dona Elisa", "Susana" e "Ely-sito". Ainda em Rio Negro, desde o final do século XIX, atuava a empresa Alfredo de Almeida Junior que, conforme sua propaganda de 1929, era dotada "de machinismos modernos movidos á vapor e com um motor de 16 cavalos, mantendo em serviço interno uma media de 25 operarios e 26 no serviço de fabricação de barricas e outros involucros".[182]

Conforme Romario Martins, ao se instalar a província do Paraná, em 1853, existiam 90 engenhos hidráulicos em operação no seu território. No município de Campo Largo PR, 18 engenhos beneficiavam a erva-mate em 1878, todos movidos pela força da água.[183] Uma mudança tecnológica fundamental foi a introdução de motores a vapor nos engenhos, iniciada nas empresas de Ildefonso Pereira Correia (o Barão do Serro Azul), situadas em Antonina e Curitiba. Os melhoramentos técnicos nos secadores, pilões, peneiras, misturadores... enfim um conjunto de máquinas, combinadas com o motor a vapor, constituíram a indústria de beneficiamento do mate.[184] O novo motor exigiu a queima de grandes volumes de lenha, obviamente extraídos das florestas nativas. A sobra do beneficiamento da erva também serviu de combustível, mas correspondeu a pequena fração do material necessário. O uso deste motor aumentou o risco de incêndio, como o ocorrido no engenho São Lourenço, em Curitiba, em 1905. Durante a investigação policial os peritos observaram que o engenho era bem construído, de alvenaria, tinha assoalho com barrotes de imbuia e concluíram que o

181 Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*, Curitiba, n. 1, set. 1929. p. 16. MP.

182 Centenario da Colonisação Allemã: Rio Negro - Mafra, 1829-1929. Curitiba: Editora Olivero, 1929. p. 148-192. Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) e Acervo pessoal de Maria da Glória Foohs.

183 Correspondência da Câmara Municipal de Campo Largo ao presidente da província do Paraná, 19 mar. 1878. APPR.

184 MARTINS, Romario. *Ilex-mate:* chá sul-americano. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. p. 200-201.

incêndio fora causado por fagulhas da máquina sobre a erva estocada. De acordo com o testemunho de um trabalhador, havia uma bomba de água instalada no local para combater o fogo que, depois de acionada, não foi suficiente para apagar as chamas. O mesmo trabalhador informou que revistava o engenho todas as noites para se certificar da ausência de fogo e de cheiro de erva queimada. Todas as testemunhas ouvidas atribuíram o início do incêndio às fagulhas do motor a vapor. Para a companhia seguradora o estabelecimento tinha o valor de 128 contos de réis, dos quais 15 contos correspondiam às máquinas nele existentes.[185] Há registro de outros incêndios de engenho de mate na capital, como o ocorrido em 1879, cujo prejuízo foi calculado em 10 ou 12 contos de réis.[186]

A indústria do mate exigiu a concentração de capital. A erva-mate esteve na origem da riqueza das principais famílias do Paraná, ela fez "viscondes e barões, criando a pequena aristocracia titulada da sociedade paranaense, a exemplo do que ocorreu com o café em São Paulo, a cana-de-açúcar no Nordeste e o cacau na Bahia. O Visconde de Nacar e o Barão do Cêrro Azul devem os seus brasões ao mate", escreveu o jornalista Samuel Guimarães da Costa.[187] A historiadora Raquel de S. Thiago chamou de "oligarquia do mate" o restrito grupo que muito se beneficiou da exportação da erva em Santa Catarina.[188] Carlos Ficker atribuiu ao mate a formação das "primeiras fortunas", que permitiram a fundação de grandes estabelecimentos comerciais em Joinville SC e sua industrialização.[189] José Augusto Leandro sugeriu que parte do capital investido na indústria da erva-mate no Paraná veio do comércio de escravos e cita o caso do proprietário de engenhos em Morretes, Manoel Antonio Guimarães, que "foi o principal gerenciador do tráfico de escravos no Paraná no período do comércio ilegal".[190]

185 Autos da investigação policial no engenho São Lourenço, 1905. Museu da Justiça do Estado do Paraná (MJPR).

186 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 4 de junho de 1879 pelo exmo presidente da provincia, o bacharel Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba, Typ. Perseverança, 1879. p. VI.

187 COSTA, Samuel Guimarães da. Economia ervateira. s. n., s. d. Citado por LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. p. 332.

188 THIAGO, Raquel de S. A oligarquia do mate. *A Notícia*, Joinville, 12 dez. 1984. AHJ.

189 FICKER, Carlos. A erva-mate e a industrialização de Joinville. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, p. 37-40, fev. 1963. p. 39.

190 LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, n. 10, 2002. p. 117.

Ao lado dos melhoramentos tecnológicos que prosseguiam, outras relações de trabalho foram estabelecidas. Em 1929, por meio de sua publicação oficial, *O Matte*, o Instituto do Mate do Estado do Paraná defendeu que "a observação dos principios de Taylor deve orientar todo o progresso economico". O redator principal, que assinava com o pseudônimo de "Ildefonso do Serro Azul", possivelmente era Ildefonso Correia (1888-1949), filho do Barão de Serro Azul. No primeiro número da publicação havia uma lista com 36 empresas paranaenses ligadas ao mate, ordenadas em lógica decrescente pela quantidade exportada: Leão Júnior e Cia. figurava como a primeira, seguida pela empresa de Francisco F. Fontana, que ocupava o cargo de presidente do Instituto.[191]

A partir de concessão do governo brasileiro para a exploração de ervais, feita em 1882, Tomas Larangeira passou a atuar no território do que hoje corresponde ao Sudoeste do Mato Grosso do Sul e ao Oeste do Paraná. A empresa Matte Larangeira e sua sucessora, a Larangeira, Mendes e Cia., tinham exclusividade para fazer a extração e o beneficiamento de erva-mate em grande escala no Mato Grosso e se articulavam com uma filial em Buenos Aires. Além da ferrovia que levava ao Porto Murtinho, nas margens do rio Paraguai, sua estrutura de exportação de erva-mate incluiu uma ferrovia privada que ligou Guaíra a Porto Mendes Gonçalves, ao Sul do salto das Sete Quedas, em um trecho onde o rio Paraná tinha corredeiras que impediam a navegação. Um elaborado maquinário movido a vapor e uma zorra sobre trilhos permitiam o carregamento da erva-mate, a descarga de outros produtos e o embarque de pessoas em Porto Mendes Gonçalves, apesar do acentuado declive na margem do rio. O produto minimamente processado (erva cancheada) seguia pelo rio Paraná até Posadas em barcaças atreladas a lanchas a vapor. A erva prosseguia então por ferrovia a Buenos Aires, onde era beneficiada e comercializada.[192] O Museu Histórico Pe. José Gaertner, situado no município de Mal. Cândido Rondon PR, guarda parte importante do maquinário utilizado pela Larangeira, Mendes e Cia. para o embarque fluvial da erva-mate e permite compreender a lógica industrial segundo a qual ela operava.

De acordo com o estudo inédito do historiador Paulo Cimó Queiroz, com os capitais aportados pelo Banco Rio e Mato Grosso, uma

191 Organização scientifica do tyrabalho industrial. *O Matte*, Curitiba, n. 1, p. 5, 1929. MP.

192 ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Eduel, 1997. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos*: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. BIANCHINI, Odaléa da Conceição D. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2000.

sociedade anônima, a "Companhia Mate Laranjeira pôde expandir sua infraestrutura e sua produção e, em seguida, seus lucros". Os capitais foram investidos, sobretudo, na instalação do Porto Murtinho e na criação da estrutura de exportação de erva-mate. Na avaliação de Queiroz, "sem os capitais reunidos pelo banco, não teria sido possível que uma única empresa lograsse explorar, com eficiência, a vasta concessão obtida por Laranjeira".[193]

Conforme pesquisa do antropólogo argentino Alberto Alcaraz, o imigrante Domingo Barthe pode ser visto como um representante paradigmático dos empresários ervateiros, pois exerceu considerável influência econômica, política e estatal, especialmente em Posadas, que se tornou um centro de comércio, de afluxo de pessoas, de contatos interétnicos e de contratação de mão de obra para as *obrages* e ervais da região no final do século XIX.[194]

Também o argentino Julio Tomas Allica e a *Compañia de Maderas del Alto Parana*, ligada com a inglesa *The Alto Paraná Development Company Ltda.,* proprietária da Fazenda Britânia, atuavam na margem esquerda do rio Paraná, em território brasileiro, extraindo erva-mate e madeiras de qualidade. Estas empresas, a Larangeira, Mendes e Cia. e outras grandes firmas argentinas (Nuñes y Gibaja, Martinez y Co., Juan B. Molla y Co.) utilizavam o sistema de *obrages*. O proprietário ou concessionário das terras e organizador da *obrage*, o *obragero,* contratava trabalhadores assalariados, os *mensus*, geralmente descendentes dos Guarani que viviam no Paraguai ou Norte da Argentina, para fazer a extração e o transporte de bens florestais. A falta de outros trabalhos remunerados, a antecipação do pagamento, o isolamento pela distância, o baixo salário, as dívidas anotadas que aumentavam a cada compra no *barracón* do *obragero* e a coação pela violência física do capataz mantinham os vínculos de subordinação e dificultavam muito a saída dos *mensus* daquela situação de exploração. As *obrages* eram, por outro lado, um lucrativo sistema que contou com uma infraestrutura de portos, transporte e comunicação própria de cada empresa. A Figura 20 permite localizar as principais *obrages* existentes no Oeste do Paraná no início do século XX. Elas existiram até a década

193 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2010. p. 137-138.

194 ALCARAZ, Alberto. *Domingo Barthe:* la gestación de una "elite" propietaria de tierras en el Territorio Nacional de Misiones entre 1870-1920 y la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.

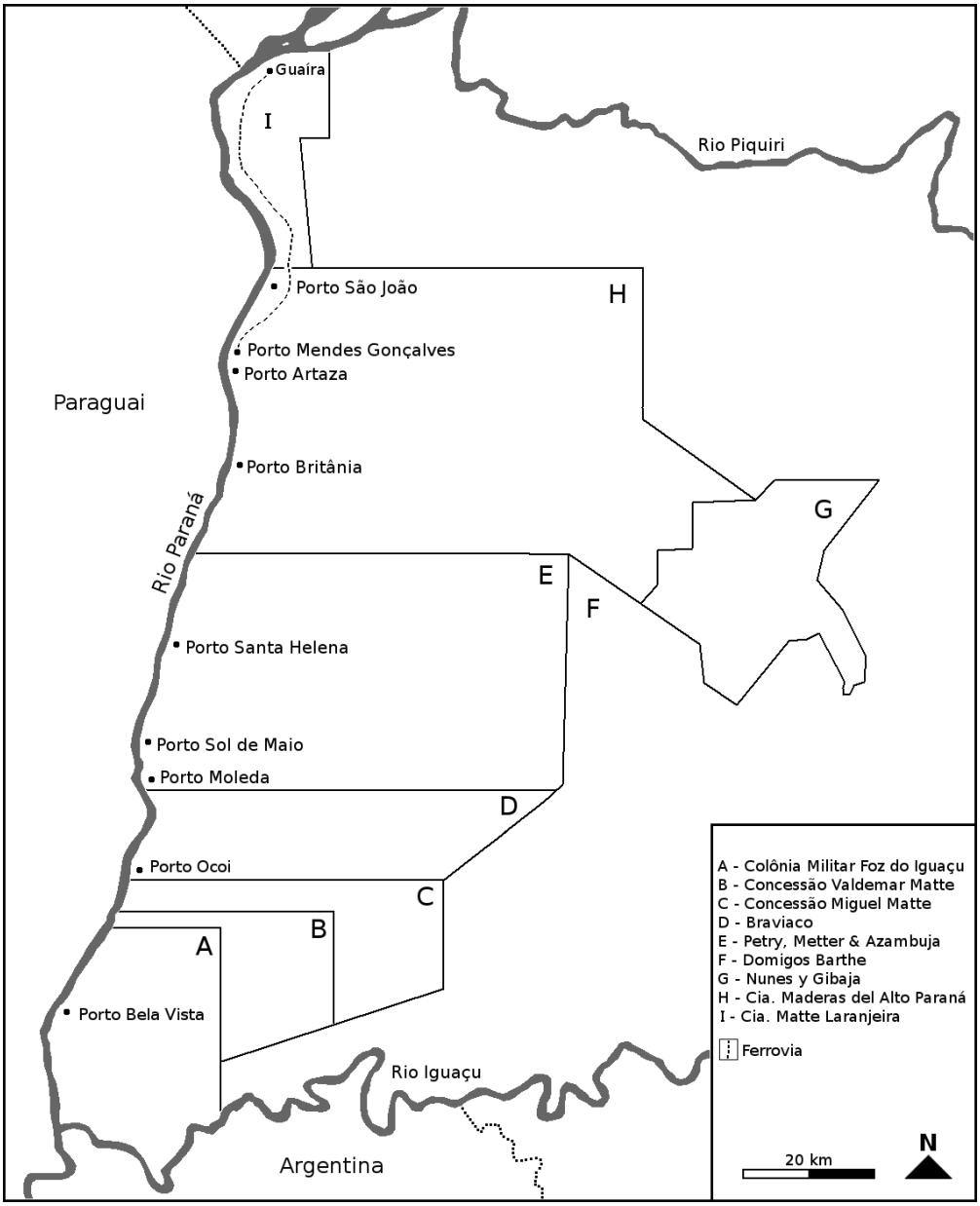
de 1930, quando se tornaram menos viáveis economicamente e o governo brasileiro adotou uma política de apoio à expansão de colonos e de empresas colonizadores do Sul do Brasil para Oeste paranaense.[195]

No Paraguai muitos ervais foram privatizados na segunda metade do século XIX e formou-se a Companhia Industrial Paraguaia. Rafael Barrett escreveu, com estilo semelhante a Émile Zola em *Eu acuso*, um conjunto de textos denunciando o tratamento desumano da empresa aos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho nos ervais, que contavam com o respaldo da legislação paraguaia. Conforme Barrett sete ou oito mil léguas [quadradas] de ervais foram entregues à Companhia Industrial, à Mate Laranjeira e a outros arrendatários e latifundiários do Alto Paraná.[196]

195 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos*: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

196 BARRETT, Rafael. O que são os ervais. Tradução de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012.

Figura 20 - Mapa das principais *obrages* no Oeste do Paraná



Fonte: Recriado pelo autor a partir de WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos*: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 64.

3.5 OS FLUXOS

O grande fluxo de erva-mate do Paraguai para Buenos Aires e Montevidéu, via rio Paraná, foi parcialmente interrompido durante o governo de José Gaspar de Francia (1814-1840), que adotou uma política nacionalista de restrição às exportações de erva-mate e de desvinculação dos comerciantes da capital Argentina.[197] O Gráfico 1, mesmo sem uma série completa, apresenta dados sobre a exportação do produto paraguaio naquele período e revela uma drástica redução, mas não a sua completa suspensão. A produção de erva-mate no Paraguai passou então a abastecer principalmente o mercado interno.

Gráfico 1 - Exportação de erva-mate pelo Paraguai

Fonte dos dados: WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991. p. 34. O peso foi convertido de arrobas paraguaias para arrobas brasileiras.

Existem poucos dados disponíveis sobre a exportação de mate do Brasil neste período. Sabe-se que o Rio Grande do Sul ampliou de 79.000 para 184.240 arrobas a venda de erva-mate entre 1821 e 1822.[198] Conforme o charqueador e político riograndense Antônio José Gonçalves Chaves (1781-1837), foi precisamente neste tempo que aumentou a extração de mate no Sul do Brasil e os fluxos a partir de portos brasileiros se intensificaram para abastecer os mercados platinos e o Chile. Chaves demonstrou sua reprovação à política centralizadora

197 WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991.
198 Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, n. 8, dez. 1922. APERS.

de Francia, mas sugeriu aproveitar a "sonolência dos paraguaios" para preservar, aumentar e melhorar o comércio brasileiro do mate.[199] No período dos dois governos seguintes, de Carlos Antonio López (1844-1862) e Francisco Solano Lopez (1862-1870), aquele país voltou a exportar erva-mate, mas não retornou aos níveis anteriores. Entre 1856 e 1860 o governo estabeleceu uma política de supervalorização e de preço fixo para seu produto, o que beneficiou os exportadores brasileiros.[200] A Guerra do Paraguai ou da *Triple Alianza* (1864-1870) inviabilizou temporariamente a exportação do mate paraguaio. O grande fluxo pelo rio Paraná rumo ao sul voltou existir com intensidade após a guerra, quando empresários argentinos e paraguaios exploraram ervais da região na forma de *obrages*, com destaque para a empresa de Julio Tomas Allica e para a Larangeira, Mendes e Cia.[201]

No inventário *post-mortem* de Luiz Perié, parte das extensas listas de dívidas ativas e passivas, ou seja, dos créditos que o ervateiro tinha por receber e aquelas que devia pagar, respectivamente, foi especificada em arrobas de erva-mate "moída e enssurrada", revelando a importância deste produto na economia regional da época. A erva serviu de moeda e se tornou uma referência de valor. Inclusive o pagamento devido ao mestre carpinteiro João Cazes pela fabricação do caixão do sepultamento de Perié foi registrado, cobrado e pago em arrobas de erva. Muitas das contas que geraram as dívidas ativas foram apontadas em livros específicos e podem indicar uma relação de dependência e atrelamento dos trabalhadores ao ervateiro. As listas de devedores e credores revelam também que Perié manteve ligações comerciais com pessoas de diversos lugares, como São Borja, Cruz Alta e Porto Alegre, no Brasil; Buenos Aires, Corrientes, Santo Tomé, Santa Fé e Loreto, na Argentina; Montevidéu no Uruguai e Encarnación, no Paraguai. O ator dramático Pepe Montero, de Buenos Aires, por exemplo, devia ao ervateiro a quantia de 8$200 réis, valor irrisório se comparado à dívida de um conterrâneo seu, que chegou a 1:510$360 réis.[202] A erva-mate também foi usada como referência de valor para registrar a venda que fez Joana Evangelista Maciel, de um engenho situado em Giruá RS, a

199 CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978. p. 200.
200 WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991.
201 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos*: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.
202 Inventário *post-mortem* de Luiz Perié, op. cit., p. 47-48; 76-77;

João Batista Paes pela quantia de 330 arrobas de erva-mate ensurrada.[203] Quarenta anos depois, Pedro Pacheco de Oliveira, testemunha em um processo crime, disse ter pago "dezoito arrobas de herva cancheada" por uma vaca, supostamente roubada.[204]

Conhecer as ligações comerciais do francês Perié, que migrou para o Brasil no início do século XIX e se dedicou a explorar um erval nativo localizado no extremo Oeste da província do Rio Grande do Sul, permite pensar nos fluxos deste produto naquele tempo. Em um primeiro olhar, a região do erval de Santo Cristo, distante cerca de 500 Km de Porto Alegre, parecia isolada e desabitada. A ligação com o rio Uruguai, a proximidade com a bacia do rio Paraná e a localização relativa dos mercados consumidores de mate exigem que se olhe com mais atenção e perceba o Oeste da província de São Pedro do Rio Grande do Sul como parte de um espaço habitado e dinâmico. Temístocles Linhares, se baseando em uma publicação citada por Demersay, escreveu que:

> Em meados do século passado, no Rio Grande do Sul, havia muita gente trabalhando em mate. Só nas missões brasileiras, no ano de 1856, o número de pessoas chegava a 6.000, ganhando, em média, dois patacões por dia, ou seja, um salário de 4$000. De 1º de julho de 1857 a 30 de junho de 1858, pelo pôrto de Itaqui, pequena cidade à margem do rio Uruguai, saíram, por via fluvial, com destino à Argentina, 1.324.593 Kg de mate. Com as remessas feitas pelo lado da Banda Oriental do Uruguai, não compreendidas nesses algarismos, atingia-se um total de 3.248.000 kg, mais de três vezes o que o Paraguai exportava em 1858.[205]

A quantidade de mate exportado por Itaqui no período de um ano (1857-58), informada por Linhares, isto é, cerca de 88.300 arrobas, mostrou a importância econômica do produto, mesmo não coincidindo com os dados registrados pelo governo daquela província: 79.722 arrobas exportadas em 1853; 97.671 arrobas em 1855 e 157.424 arrobas

203 Inventário *post-mortem* de Luiz Perié, op. cit., p. 67.
204 Processo crime no qual são réus Salvador Luiz Fernandes, Fermino Luiz Fernandes, João Francisco e Julio Antonio Francisco. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1890. APERS.
205 LINHARES, op. cit., p. 105.

em 1857.[206] Conforme as crônicas do ítalo-argentino Benito Zamboni, publicadas em jornal no início do século XX, a picada de San Javier ligava, serpenteando, a localidade Argentina de Santa Ana com o vila de San Javier, na margem do rio Uruguai. Funcionava como uma via de comunicação entre o Brasil e o Paraguai, por meio da província de Missiones, por onde também podia circular erva-mate.[207]

A câmara municipal de Cruz Alta RS sugeriu ao governo da província, em meados do século XIX, a abertura de uma estrada e picada ligando diretamente os ervais de Palmeira e Santo Ângelo ao rio Uruguai, visando diminuir a distância percorrida no transporte terrestre da erva-mate até os portos de Itaqui ou São Borja. A sugestão se baseava na experiência das reduções jesuítas e apontava a possibilidade do caminho percorrer os campos de Giruá, cruzar os matos da bacia do rio Comandaí e chegar ao passo de San Javier, onde a erva seria embarcada e transportada pelo rio Uruguai. Aquela câmara se queixou da dificuldade de viabilizar tal projeto e pediu maior atenção do governo provincial.[208] O tema voltou a aparecer em 1851 quando se reiterou, em relatório, a necessidade de abertura da dita "estrada de carretas ao Uruguai, no centro dos ervaes mais ricos d'este Municipio".[209] Não se sabe exatamente quando a estrada foi aberta, mas no mapa publicado pelo cronista Hemetério Velloso da Silveira em 1909 (Figura 15) há uma representação cartográfica dela.[210]

Em 1849 a câmara de Cruz Alta RS argumentou, junto ao governo da província, ser da mais urgente necessidade a construção de uma ponte sobre o rio Ijuí, no caminho pelo qual se exportava toda a erva fabricada nos ervais de Santo Ângelo, Santo Cristo e Giruá. Argumentou ainda que a ponte, sendo de madeira e bem construída, dura muito.[211] Dez anos depois o engenheiro Francisco Nunes de Miranda foi designado pelo governo daquela província para elaborar o projeto de construção daquela ponte sobre o rio Ijuí. Conforme Miranda "sóbe a mais de 4000 o numero de carretas que por ahi passão annualmente e é tal o de cavalleiros e trópas que por este passo

206 Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. p. 10.
207 ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999. p. 250-251.
208 Correspondência da Câmara de Cruz Alta, 22 fev. 1850. Arquivo Histórico de Cruz Alta (AHCA).
209 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 21 ago. 1851. AHCA.
210 SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.
211 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 29 jan. 1849. AHCA

transitam que elle pode ser considerado como o mais frequentado da fronteira".[212] A necessidade da ponte se justificava também na coincidência entre o período das chuvas e a época de extração e transporte do mate, quando a balsa que fazia a travessia parava de funcionar e "os carreteiros estacionão junto as margens do rio e ahi esperam que o rio baixe..." ou seja, este "passo dá transito a maior parte das hervas que sahem annualmente dos hervaes de Nhumcorá, Campo Novo, Sta. Roza e Sto. Christo"[213] em direção ao porto fluvial de Itaqui. Cansanção de Sinimbú, presidente da província do Rio Grande do Sul, registrou igualmente que as duas principais produções do vastíssimo município de Espírito Santo da Cruz Alta, na metade do século XIX, eram mulas destinadas ao comércio em Sorocaba SP e erva-mate. Esta última se destinava à exportação por Itaqui, mas também era vendida em diversos lugares, conforme a vizinhança dos locais de fabricação, indicando a existência de um mercado consumidor interno e regional.[214] A campanha riograndense era outro importante destino para erva-mate produzida naquele município.[215] Luiz Alves de Oliveira Bello registrou, no diário escrito em 1856 durante a excursão eleitoral pelo interior do Rio Grande do Sul, que a arroba de erva-mate custava 5$000 réis em Cruz Alta, 6$000 em São Borja e 7$000 réis em Itaqui. Este último porto tinha a vantagem de estar situado em um trecho do rio Uruguai que permanecia navegável na maior parte do ano, enquanto o porto de São Borja era prejudicado no tempo da seca.[216] O inventariante dos bens deixados pelo finado Anacleto Ferreira Baptista, comerciante em Cruz Alta RS, discriminou as 500 arrobas de erva-mate que estavam em Itaqui das 300 arrobas guardadas na Guarita, ou seja, diferenciou os lugares de produção e de exportação.[217] Em 1862 o presidente da província do Paraná, cujo território naquele tempo se estendia até a margem direita do rio Uruguai, relatou a exportação de madeiras e erva-

212 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Descripção do projecto da ponte do Ijuhy-Grande na estrada dos Hervaes para o Rincão dos Povos.* 1859. AHRS.

213 Ibidem.

214 Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854. p. 51.

215 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 ago. 1852. AHCA.

216 BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. Diário de uma excursão eleitoral feita pelo interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1856. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 79, set. 1940. p. 26-27; 45.

217 Inventário post-mortem de Anacleto Ferreira Baptista, Comarca de Cruz Alta, 1867. APERS.

mate em chalanas que carregavam até 600 arrobas, por meio daquele rio.[218] Acredita-se que existiu um fluxo de erva e pessoas entre os ervais do Norte do Rio Grande do Sul e o Paraná, transpondo o rio Uruguai. Isto se deduz da correspondência enviada pelo "passador do Goyo-En", Antonio de Souza Rego, perguntando ao presidente paranaense se devia "continuar a dar passagem aos herbateiros" e moradores próximos ou somente aos viajantes.[219] Também Frederico de Mascarenhas Camello, ervateiro instalado no alto rio Uruguai junto ao passo de Goyo-En, enviou ao presidente da província do Paraná, em 1863, um pequeno surrão contendo uma amostra da erva-mate que produziu. É importante notar que, para avaliar seu produto, ele tomou como referência a erva do Paraguai, tida como a de melhor qualidade naquele tempo.[220]

Em 1860, ervateiros de Campo Novo RS iniciaram a exploração do grande erval do Pari, situado junto ao rio Turvo, no extremo Norte da província. A primeira providência foi abrir uma picada para cargueiro, isto é, para mulas, por meio da qual se fez o transporte da erva até os engenhos. Tratava-se de um erval considerado "em ser", ou seja, supostamente nunca explorado pelo trabalho humano. Conforme o relato do juiz de paz João dos Santos Paiva, depois de concluída a picada, uma comissão de mais de 35 pessoas visitou aquele erval e "tiverão o prazer de andar em diferentes rumos somente por baixo de herva que nunca fora trabalhada". Oito anos antes, entretanto, o militar José Joaquim de Oliveira entrou até o Pari e encontrou matos queimados, um erval em regeneração e outro erval que estimou ser capaz de produzir 60 mil arrobas. Obteve dos índios a informação de que aquele erval se estendia muito longe. Havia ainda outra picada que levava ao Pari, aberta anos antes nas proximidades do rio Guarita.[221] Sob o olhar da civilização centrada em si mesma, o erval do Pari estava intocado. Mesmo que os indígenas o conhecessem, soubessem informar seu tamanho e interagissem com a floresta, aquele lugar continuava virgem até que os caminhos abertos a facão e machado permitissem o transporte da erva-mate para os engenhos.

218 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Coritiba, Typ. do Correio Official, 1862. p. 97.

219 Ofício da Thesouraria da Fazenda Provincial ao presidente da província do Paraná, 1 fev. 1866. APPR.

220 Correspondência de Frederico de Mascarenhas Camello ao presidente da província do Paraná, 5 jun. 1863. APPR.

221 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 29 dez 1859, 13 jan. 1860 e 23 abr. 1860. AHRS.

No demonstrativo de despesa do ano de 1877, a câmara municipal de Palmeira RS justificou um pedido de verba no valor de 10 contos de réis, argumentando ser de "summa necessidade de resultados incalculáveis uma communicação de Campo Novo, neste município, com o Alto Uruguay, atravessando enormes hervaes, a principal riqueza ao alcance da classe pobre". Desejava-se abrir uma picada que facilitasse o acesso aos ervais nativos, permitisse o escoamento da erva-mate e servisse como via de comunicação com Nonoai e o Paraná.[222]

Na década de 1870 Beschoren avaliou em 18.000 arrobas anuais a quantidade de erva extraída em Nonoai que descia o rio Uruguai até São Borja e Itaqui ou que era transportada por mulas para Passo Fundo e Palmeira. Esta informação revela a existência de um fluxo ervateiro na parte alta daquele rio, que dependeu do volume de chuvas para transpor o salto do Yucumã ou do Moconá, isto é, aquele trecho do rio se tornava navegável para as barcas nos períodos mais chuvosos do ano, que podia coincidir com a época de coleta do mate.[223]

Do rincão do "Herval Seco", no Planalto riograndense, seguia chá mate para o mercado platino. A extração e o beneficiamento eram realizados por um grande engenho com vinte trituradores e cinco monjolos, cuja exportação era de 40 a 50 mil arrobas de mate por ano.[224] A denúncia da câmara de Palmeira RS, em 1888, de que comerciantes da colônia militar Alto Uruguai compravam erva-mate em Campo Novo e a revendiam na Argentina sem pagar o imposto, indica um fluxo diferente daquele geral e a prática de contrabando.[225]

Em 1855 um abaixo-assinado dos moradores do distrito de Botucaraí e da freguesia da Soledade pediu ao governo da província que os desligasse de Cruz Alta e os vinculasse ao município de Rio Pardo, pois para lá transportavam com maior facilidade a erva-mate produzida.[226] Conforme a presidência do Rio Grande do Sul, as ervas "da Soledade vão parte para Cachoeira, Rio Pardo, Taquary, Porto Alegre e parte para os portos do Uruguay; as de Camaquan vão para S. Jeronymo e Porto Alegre. Além disso todos os hervaes fornecem hervas

222 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 26 mar. 1877. AHRS.
223 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 46.
224 Ibidem, p. 88.
225 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 19 abr. 1888, AHRS.
226 Abaixo assinado dos moradores do distrito de Butucarahy e da freguesia da Soledade enviado à Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 28 out. 1855. AHRS.

para o consumo dos differentes pontos da Provincia".[227] Um importante fluxo de erva-mate seguia, portanto, da região central do Rio Grande do Sul, pelo rio Jacuí rumo à Capital e de lá para outros mercados. Avé-Lallemant registrou, na metade do século XIX, a importância deste rio para a navegação regional e a existência de um grande engenho de mate em Rio Pardo RS, com 46 pilões de ferro em movimento, capaz de triturar mais de 100 arrobas de erva por dia.[228]

A erva-mate extraída nos ervais de Passo Fundo e no Centro-Norte da província do Rio Grande do Sul percorria caminhos interiores e em direção à capital. Em 1861, a câmara municipal de Passo Fundo RS solicitou permissão ao governo provincial para construir uma ponte no rio Jacuizinho, na estrada entre aquela vila e Soledade RS. Justificou a "urgentíssima necessidade" da ponte por estar localizada em uma estrada geral, com comércio ativo, que servia ao transporte da erva-mate para fora do município.[229]

De acordo com a pesquisa da geógrafa Maristela Ferrari, a região de fronteira entre a Argentina e os estados de Santa Catarina e Paraná foi marcada, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, por interações transfronteiriças, nas quais a extração e o comércio de erva-mate tiveram grande importância, bem como diversos outros produtos, especialmente porcos, farinha de trigo e mulas. Da região de Campo Erê e Clevelândia, por exemplo, um fluxo de erva-mate seguia para a província de Misiones, acentuando as interações com San Pedro e promovendo a formação de pequenos núcleos urbanos de fronteira, como Barracón e San Antonio.[230]

A erva-mate extraída no Planalto paranaense, que no século XIX incluía o Norte do atual estado de Santa Catarina, seguia rumo aos portos de Antonina e Paranaguá, onde era embarcada para a Argentina, Uruguai e Chile e recebida nos portos de Buenos Aires, La Plata,

227 Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta provincia passou a administração da mesma ao exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos. 1869. p. 4.

228 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 167.

229 Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo, 1 jan. 1861. AHRS.

230 FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:* o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Rosario de Santa Fé e Valparaíso.[231] Conforme dados oficiais do ano de 1856, 24 navios nacionais e 32 estrangeiros realizavam a navegação de longa distância a partir dos portos do Paraná. Destes, 46 navios seguiam para a Argentina e o Uruguai e seis para o Chile. Eles transportavam principalmente erva-mate, arroz, madeira e aguardente, bem como bombas para tomar mate. A erva correspondeu a 93,8% do valor total das exportações. Naquele mesmo ano a navegação de cabotagem envolveu 78 navios que conectaram o Paraná com Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.[232] Do Paraná para o Rio de Janeiro seguiam inclusive folhas de *Ilex* que eram consumidas na forma de chá. Mato Grosso, São Paulo, Amazonas, Pará, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte figuram nos documentos como compradores de pequenas quantidades de erva-mate.[233]

Antes o caminho do Itupava e depois a estrada da Graciosa foram as principais vias de transporte para descer através da serra até o litoral, passando pela vila de Morretes. No final daquele século, a implantação da ferrovia ligando Paranaguá e Curitiba qualificou a rede de transporte do mate destinado à exportação.[234] Outro fluxo de erva, presente a partir da segunda metade do século XIX, partia dos ervais da região que atualmente corresponde aos municípios de Canoinhas, Porto União, União da Vitória e Três Barras e seguia pelos rios Iguaçu e Negro em direção aos engenhos de Curitiba e depois para os portos paranaenses. Parte da erva, contudo, era transportada para o litoral catarinense. Na primeira década do século XX aumentou a fiscalização sobre o pagamento dos impostos em Rio Negro PR, o que não impediu o fluxo

231 Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assemblea Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. p. 68. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão da 7ª legislatura em 1º de fevereiro de 1905. Curityba: Typ. da Livraria Economica, 1905. p. 15.

232 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba: Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da provincia, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867.

233 Relatorio enviado pelo Palacio da Presidencia [do Paraná] em 29 de dezembro de 1888, por Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. p. 35. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, sn. 1929. p. 36.

234 MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *Ferrovia:* patrimônio cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 52.

na forma de contrabando para Santa Catarina.[235] Conforme Antonio Dias Mafra, houve uma disputa entre os dois estados pelo acesso aos ervais do vale do rio Negro, pelo controle do fluxo da erva-mate que seguia para os portos de cada estado e também uma disputa territorial.[236]

A abertura da estrada Dona Francisca, cujos penosos trabalhos foram realizados durante a segunda metade do século XIX, facilitou o escoamento da erva-mate coletada no Planalto Norte catarinense e no Planalto curitibano em direção ao litoral. A exportação era feita pelo porto de São Francisco do Sul.[237] A construção da ferrovia ligando o Planalto ao porto, no início do século XX, aumentou a velocidade e a capacidade de carga no transporte da erva-mate para exportação. Para Goularti Filho e Moraes, ainda nos anos oitocentos iniciou a combinação e a sobreposição de meios para transportar a erva: a navegação fluvial, a estrada Dona Francisca, a ferrovia e o porto de São Francisco do Sul foram parte da estrutura necessárias ao crescente fluxo do produto.[238] Por outro lado, a erva do Planalto sul, que corresponde aos vales dos rios Uruguai, Pelotas, Canoas, Peixe e Chapecó, escoava para o Rio Grande do Sul, onde participava de um circuito integrado ao comércio de mulas.[239] A dificuldade para transportar a erva-mate cancheada estava mais no seu volume do que no peso. Ao contrária, a erva beneficiada e compactada nos surrões diminuía seu volume, mas se tornava relativamente mais pesada.

O grande fluxo dos estados do Sul do Brasil para os mercados do rio da Prata foi parcialmente modificado pela política de proteção criada na Argentina na década de 1910. Uma tarifa de 15 pesos incidiu sobre erva-mate cancheada (minimamente triturada), enquanto a erva beneficiada (reduzida a pó) era tributada em 40 pesos para entrar

235 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado, ao installar-se a 2ª sessão da 10ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1911. Curityba: Typ. d'A Republica, 1911. p. 14.

236 MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos ervais:* a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do vale do rio Negro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

237 Gazeta de Joinville, 3 jan. 1883, p. 3 e 14 maio 1905, p. 9.

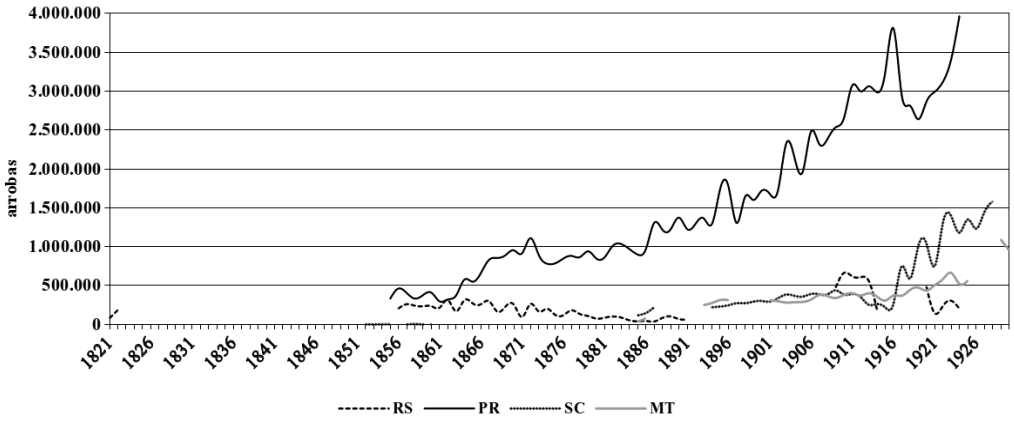
238 GOULARTI Filho, Alcides; MORAES, Fábio Farias. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. In: *Anais do V Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Brasília*: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2010. Disponível em: <http://scientia.cliomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/index> Acesso em: 15 set. 2011.

239 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 70.

naquele país.[240] Com isso ganhavam as indústrias argentinas de beneficiamento. Santa Catarina, por exemplo, exportou cerca de 373 mil arrobas de erva-mate beneficiada e mais de um milhão de arrobas de erva cancheada em 1928.[241]

O Gráfico 2 é uma representação dos dados disponíveis sobre a exportação de erva-mate pelos três estados do Sul do Brasil e pelo Mato Grosso durante o período estudado. Eles não incluem, entretanto, a produção para consumo interno de cada estado.

Gráfico 2 - Exportação de erva-mate no Sul do Brasil



Fonte dos dados: Relatórios dos presidentes de província. Mensagens dos presidentes de província/estado. MARTINS, Romario. *Ilex-mate:* chá sul-americano. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. LEÃO, Ermelino Agostinho de. *O chá do Paraná ou herva matte do Brasil*. Curityba: 1931. Instituto do Mate de Santa Catarina. Relatorio da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. Museu do Judiciário Catarinense. Instituto Euvaldo Lodi. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986. p. 309-310. Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, n. 8, dez. 1922. APERS.

Interpretando o gráfico se percebe que as exportações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul tiveram oscilações de quantidade, mas se mantiveram na faixa de até 500 mil arrobas anuais durante todo o

240 Mensagem enviada á Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinaria da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1914.

241 Instituto do Mate de Santa Catarina. Relatorio da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. MJC.

século XIX. Santa Catarina duplicou a exportação de mate a partir de 1916, tendência que o Rio Grande do Sul não acompanhou. O crescimento e a escala de produção e exportação de erva-mate alcançados pelo Paraná impressionam quando comparados aos outros estados brasileiros. O aperfeiçoamento técnico e a industrialização da atividade ervateira a partir da década de 1860 permitiram extrair, processar e manter um volumoso fluxo de mate para diversos mercados. Representaram, por outro lado, uma crescente pressão sobre os ervais nativos e sobre as florestas, cuja conservação será discutida a seguir.

3.6 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Manifestações exprimindo a necessidade de conservação dos ervais nativos no Sul do Brasil começaram a aparecer na documentação consultada na primeira metade do século XIX. Neste caso considera-se aquela que acontece *in situ* e "significa a conservação de ecossistemas e hábitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características".[242]

A câmara de Cruz Alta RS, imenso município criado em 1833 a partir de Rio Pardo (ver Figura 13), manifestou preocupações com "os estragos das matas publicas e mesmo particulares" e tentou punir "aqueles que tiverem derrubado paús de erva" em 1845.[243] Em correspondência de 1849, dirigida à Assembleia Legislativa provincial, escreveu que

> A mais palpitante necessidade d'este Município é obstar a total destruição de seus ricos ervais, os quais se não são os unicos da Província são os melhores e as mais ricos. Como todos elles são do publico, todos tem o direito de colher e fabricar o mate, e sendo do interesse dos fabricantes colher e fabricar o maior numero possivel, em menos tempo não curão da conservação dos ervaes; antes os estragão e arruinão, não só decepando as arvores como desfolhando-as em estações impróprias, ou quando as arvores não podem ainda suportar novas colheitas. Em vão tem a

242 Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). 1992. Disponível em: <http://www.cdb.gov.br/cdb>. Acesso em: 9 jun. 2011. p. 9.
243 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 16 jul. 1845 e 22 abr. 1845. AHCA.

> Camara prohibido por suas Pusturas [...], porem faltando-lhe meios de fiscalisar os ervaes nos centros das matas tornarão-se inuteis essas Pusturas, e ricos ervaes os mais proximos das povoações já se achão arruinados; não se tomando providencias no decurso de alguns annos, só apparecerão os vestigios dos ricos ervaes de Missões.[244]

Uma forma utilizada pelos ervateiros para burlar a legislação e tentar escapar da fiscalização, quando ela existia, era se dirigir aos ervais no período proibido sob o pretexto de triturar a erva cortada na estação própria.[245] As autoridades municipais de Cruz Alta fizeram reformas no código de posturas de 1835 visando torná-lo mais adequado a promover a conservação dos ervais nativos e o encaminhou para avaliação pelo poder legislativo provincial. Queixaram-se, contudo, da necessidade de ter e de pagar os fiscais. Em outra correspondência voltaram a tratar do "aniquilamento" dos ervais, denunciando à Assembleia Legislativa da província que os ervateiros derrubavam as árvores de *Ilex* para facilitar o trabalho de coleta dos ramos e folhas. Em 1850, baseando-se no novo código de posturas, enfatizaram mais uma vez que:

> se tomou as providencias, julgadas adequadas, para obstar a total destruição dos ricos ervaes deste Municipio, os maiores da Província e principal fonte de riqueza do Municipio, os quaes sendo comuns e trabalhando n'elles quem quer, só procurarão tirar interesse, sem se importarem de os destruirem, quando isso lhes facilita o trabalho, de modo a já os mais próximos as povoações estão inteiramente destruídos, e todos a serão em poucos annos se uma vigilante fiscalização se não estabelecer em todos elles.[246]

A câmara pediu permissão para pagar uma gratificação de 240$000 réis anuais para cada um dos fiscais nos distritos de Santo Ângelo, Palmeira e Soledade, encarregados de punir os transgressores do código de posturas. Um aumento da arrecadação de impostos

244 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 29 jan. 1849. AHCA.
245 Ibidem, 14 out. 1848. AHCA.
246 Ibidem, 1 fev. 1850. AHCA.

permitiria elevar a gratificação no ano seguinte, acreditavam as autoridades municipais, que adotaram a estratégia inicial de cobrar o tributo e fiscalizar nos próprios ervais e não montar barreiras nas estradas. De acordo com o novo código, os vários fiscais estavam subordinados ao fiscal da vila de Cruz Alta, que percorria os diversos distritos e ervais e, por isso, merecia maior gratificação.[247] O controle sobre a exploração dos ervais esbarrou ainda em questões de direito tributário quando se optou por classificar o "imposto municipal sobre as pessoas que fabricarão erva-matte nos ervais publicos d'este Municipio, com o titulo de licença". Sobre as licenças incidia, entretanto, também o imposto do selo e - para evitar a dupla tributação - a cobrança feita aos ervateiros passou a ser classificada como patente. Como faltava a certeza de que a patente estava isenta do imposto do selo, a câmara de Cruz Alta recorreu ao governo da província em busca de uma solução para a dúvida.[248]

As instruções provisórias redigidas pela presidência da província em 1859 e assumidas formalmente pela câmara de Cruz Alta determinavam que o fiscal de ervais era obrigado a fazer cumprir as posturas e também

> Art. 2º [...] Parágrafo 1º - A percorrer uma vez cada anno o municipio todo, afim de bem cumprir as obrigações que ao diante seguem. Parágrafo 2º - A fazer correições nos hervaes publicos do municipio, ao menos tres vezes cada anno; uma ao começar da safra da herva, outra ao findar-se ella, e outra depois della concluida. Nestas correições visitará os carijos, os hervaes, engenhos, monjollos, e quaesquer depositos de herva, afim de cumprir as disposições do titulo 16 do codigo das posturas. [249]

Além destas, o fiscal de ervais acumulava outras atribuições como vigiar a conservação de estradas e passos, coligir informações, redigir relatórios, arrecadar impostos e inspecionar o trabalho dos

247 Ibidem, 1 fev. 1850. AHCA.
248 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 maio 1850, AHCA.
249 Acto de 4 de novembro de 1859, approvando provisoriamente as instruções que devem regem na arrecadação e fiscalização do imposto da herva matte, em todo o municipio da villa da Cruz Alta. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1859. AHRS.

demais fiscais. Tinha, por outro lado, o direito de receber um percentual sobre as multas aplicadas e sobre o contrabando apreendido. [250]

Em 1858 a câmara de Cruz Alta enviou uma correspondência ao presidente da província encaminhando a cópia do ofício do subdelegado da Palmeira que informava a "decadencia em que vão os hervaes daquele distrito". A câmara confirmou a situação precária daqueles ervais e de outros no município, solicitou "qualquer medida que tenda a cortar de raiz esses malles", mas não concordou com a solução apontada pelo subdelegado, isto é, as autoridades locais não aceitaram que "o interdicto dos hervaes seja um meio efficas" de resolver o problema, mesmo estando ela prevista no código de posturas. Contra a proposta de interdição a câmara argumentou existir falta de fiscais qualificados, fabricantes disseminados em todas as serras e desobediência dos ervateiros mais ousados que continuam trabalhando impunemente. Como solução apontou: "Hum inspector geral dos hervaes, fiscais e guardas municipais bem pagos, é quanto basta por em quanto; ou então, urge que os hervaes sejão dados ou vendidos aos particulares, divididos em lotes medidos e demarcados". [251]

Outras câmaras municipais tentaram proteger os ervais nativos por meio do código de posturas, adicionando artigos que tratavam especificamente do tema. A câmara de Passo Fundo RS o fez em 1863, a câmara de Taquari RS em 1873 e a de Palmeira em 1875 e 1886.[252] O código de posturas de Palmeira, baseado no de Cruz Alta,[253] continha um capítulo que regulamentava a atividade ervateira e vários artigos que visavam conservar os ervais, com destaque para:

> Art. 45 - É prohibido cortar, ou [de] qualquer forma destruir as arvores da erva matte: o contraventor incorrerá na pena de trinta dias de cadêa e 10$000 réis por cada uma arvore que cortar ou destruir.
>
> Art. 46 - É prohibido fazer roça contigua a hervaes, ou em mattas onde tenha erva, e queimal-as sem ter feito um acêiro pelo menos de sette metros bem limpo para imperdir incendiar-se o

250 Ibidem.
251 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 7 jan. 1858. AHRS.
252 Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo, 12 jan. 1863. Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 10 jun. 1873. Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1886. AHRS
253 Código de Posturas de Cruz Alta. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 ago. 1852. AHRS.

> herval. Entende-se por lugar contigua ao herval, distante da roça ao menos quinhentos metros: o contraventor incorrerá na multa de 30$000 réis, se pôr falta de aceiro incendiar-se o herval ou parte delle, além das penas do artigo antecedente.
>
> Art. 47 - É prohibido colher erva matte em herval publico, que, pelo seu estado de ruina, tenha a Camara interdicto sua colheita: o contraventor incorrerá na pena de oito dis de cadêa e 30$000 réis de multa.[254]

Durante o século XIX diversos viajantes, cronistas e funcionários do Estado alertaram para os danos feitos aos ervais nativos. O engenheiro Francisco Rave percorreu parte das terras do lado esquerdo da bacia do rio Uruguai em 1858 e registrou que:

> Dá penna ver o estrago que se pratica nestes ervaes, sem reflecção cortão as arvores de menos de quatro annos; fazem as vezes tanta erva, que a metade fica no matto por falta de meios de transporte, e tudo sem considerar que este ervaes ficão sempre mais pobres que pode chegar o momento em que este genero de exportação tão importante para a Provincia deixa de existir […].[255]

O engenheiro Francisco Miranda escreveu em seu relatório de 1859:

> A poda que os erveiros são obrigados a fazer quando decotam as árvores para utilizar seus galhos longe de ser benéfica é ao contrário prejudicial, e ruinosa, porque sendo feita com facões e sem o menor cuidado os galhos grossos e às vezes os troncos ficam rachados e o ar pondo-se em contato imediato com a seiva danifica-a e a árvore seca; além de que quando a árvore tem tal altura que torna difícil a subida derrubam-na ela morre ou fica por muitos anos estéril.
>
> [...]

254 Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1886. AHRS.
255 RAVE, Francisco. Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858. AHRS.

> A vista disto e da destruição que eles impensadamente levam aos ervais em que trabalham, deve-se concluir que esses ervais tendem a extinguir-se e que no dia em que se reconheça que a erva tem completamente desaparecido, essa população pobre, sofrerá um abalo imenso. Não me parece entretanto muito fácil obstar a devastação dos ervais e promover sua cultura.[256]

Miranda informou ainda que um erval na região da Guarita RS, que foi muito danificado, baixou a produção de 16.000 arrobas de erva em seu auge para apenas 6.000 arrobas em 1859.[257] Maximiliano Beschoren notou que os ervateiros de Campo Novo RS fabricavam erva o ano todo, "não observam os períodos de colheita", ocorrendo o mesmo "em toda a região montanhosa, onde os ervateiros trabalham em terras devolutas", pois eles

> Não se conscientizam de que precisam cultivar a floresta ervateira, dispensando-lhe todo o cuidado. Não se dão conta de que mesmo não sendo os donos da terra, vivem da produção que lhes dá tanto lucro, extraída do terreno que pertence a "todos nos" (grifo no original).[258]

As autoridades de Cruz Alta transformaram as posturas municipais na Lei n. 550 de 1863, na qual se manteve um capítulo para tratar dos ervais, do fabrico e da exportação da erva-mate. Na lei houve uma alteração no tempo permitido para a safra, que passou a ser do início de março ao final de agosto, sendo o último mês reservado exclusivamente ao processamento da erva cortada antes. Ela detalhou o precedimento de identificação dos surrões, por meio de ferro em brasa com a marca do proprietário do engenho ou monjolo, registrada em livro próprio da câmara. Tornou-se possível, assim, saber a procedência da erva comercializada, visando controlar a falsificação e a má qualidade. O artigo que previu punição para o ervateiro que introduzisse pedra ou

256 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura.* 1859. AHRS.

257 Ibidem.

258 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 62.

qualquer outro material nos surrões, a fim de aumentar seu peso, é uma indicação de que esta prática existiu.[259]

Um intervalo de três a cinco anos entre uma coleta e outra, no mesmo erval, era outra exigência das câmara municipais para permitir a recuperação vegetal da *Ilex*. Isso trazia, contudo, alguns inconvenientes para os ervateiros, pois eles

> penetrão nos matos até os hervaes por caminhos estreitos (piques) feitos por elles mesmos, cortando as arvores á fouce ou facão, na largura apenas necessária para dar passagem a um cavallo ou besta carregada; [...] As arvores aproveitadas em um ano só depois de 4 a 5 podem fornecer novos ramos com folhas de consistencia regular. É muitas vezes preciso abandonar um herval durante esse tempo e então os piques se fechão com a vegetação forte dos matos, de modo que precisão ser abertos de novo quando se volta aos hervaes.[260]

Uma combinação de causas naturais e da ação humana também pode ter dificultado a conservação dos ervais. Beschoren registrou um grande incêndio em Santo Antonio da Palmeira RS no ano de 1877, no qual "a fumaça concentrava-se formando densos novelos, para elevar-se com mais furor para o céu, iluminando temporariamente por fulminantes e estremecedoras labaredas. Queimavam as ricas florestas de erva, concedidas a centenas de famílias, que tinham aí um meio de vida".[261] Neste caso, dois fatores naturais, a seca daquele ano e a morte das taquaras (*Guadua trinii*) após a floração, foram associados com o descontrole no uso do fogo. Quando não há seca, a floresta "é tão suculenta e aquosa que o fogo dificilmente encontraria alimento", mas naquele ano, mesmo com as medidas previstas no código de posturas para que o fogo não atingisse os ervais, Beschoren viu

> ...a verdadeira selva, numa situação quase impossível: os troncos das árvores estavam quentes, a mata completamente murcha, as folhas

259 RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 550 de 20 de maio de 1863. In: *Coleção das leis e resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863.

260 Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta provincia [Rio Grande do Sul] passou a administração da mesma ao exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos. 1869. p. 4.

261 BESCHOREN, op. cit., p. 79.

> secas pendendo tristemente. O chão quente, sulcos rasgados em largas fendas, o ar envolvido por um calor sufocante, os pequenos regatos totalmente secos, os maiores com apenas algumas poças, em longos entremeios.[262]

A natureza, com seus longos ciclos de florescimento, morte e renascimento da taquara ou com estiagens prolongadas por meses, é compreendida como uma participante que age na história humana. Como afirmou Donald Worster, é preciso ir fundo, "até encontrar a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história".[263] Estudos contemporâneos sobre desastres ambientais feitos por Eunice Nodari e Marcos Espindola apresentam esta dimensão, que pode ser considerada na interpretação do ocorrido na Palmeira de 1877, isto é, um desastre ambiental é um "fenômeno ao mesmo tempo físico e humano, sob a perspectiva de que a natureza hoje existente é resultado da ingerência humana, que rompe abruptamente uma 'normalidade' anterior estabelecida".[264]

As manifestações de preocupação com a conservação dos ervais prosseguiram no século XX. Para os organizadores da Exposição Estadual de 1901, realizada em Porto Alegre, o decréscimo na exportação de erva-mate na última década do século XIX

> põe clara a cruel devastação feita nas nossas mattas, onde ella expontaneamente nascia e vegetava, facto este que está reclamando a mais séria attenção do governo, que, sem duvida, decretará leis proctetoras que debellem a crise que ameaça essa riquissima industria, factor profundamente interessado na vida e prosperidade de todo o território rio-grandense.[265]

O governo do estado do Rio Grande do Sul tentou centralizar e, novamente, normatizar a extração de erva-mate. Do "Regulamento para

262 Ibidem, p. 79.

263 WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991, p. 198-199.

264 ESPINDOLA, Marcos A.; NODARI, Eunice S. Desastres ambientais e políticas públicas em Santa Catarina. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1.

265 Catálogo da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach e Becker, 1901. p. 145.

exploração e conservação dos hervaes de dominio do Estado", de 1903, se transcreve alguns artigos para análise:

> Artigo 6° - O córte dos hervaes só será permittido de 1° de Abril a 31 de Agosto, ficando suspenso o trabalho de 1° de Setembro a 31 de Março, sob pena de multa de 1:000$000 e perda da herva fabricada, além da rescisão do contracto na reincidencia.
>
> Artigo 7° - É expressamente prohibido derrubar a arvore da herva-matte. O infractor incorrerá na multa de 100$000 réis, que será quadruplicada na reincidencia. Na segunda reincidencia será rescindido o contracto.
>
> Artigo 8° - É prohibido colher herva de arvores, cujo praso da ultima póda seja inferior a tres annos. [...].
>
> Artigo 9° - É prohibido o côrte de outra qualquer arvore, exceptuando aquellas cuja madeira seja necessaria para as installações da exploração, e ainda neste caso limitado ao estrictamente indispensavel. [...].
>
> Artigo 10 - É expressamente prohibido fazer roças na area dos hervaes [...].
>
> Artigo 11 - É egualmente prohibida a construção de habitações permanentes nos hervaes, sob pena de demolição immediata e 500$000 [réis] de multa.
>
> Artigo 12- É expressamente prohibido roçar e queimar a distancia menor de 1500 metros dos hervaes, sem fazer-se previamente um aceiro de largura nunca inferior a 10 metros, de modo a evitar o incendio do herval. [...].
>
> Artigo 13 - Depois de prompto o aceiro será feita a communicação ao arrendatário do herval, que apoz exame e inspecção, dará uma declaração escripta á pessoa que o fez, dizendo si está ou não o aceiro nas condições exigidas, cabendo a esta recorrer ao Governo, si porventura entender que a declaração do arrendatario não é verdadeira e a prejudica. Si feita a declaração pelo arrendatario de que o aceiro satisfaz as condições exigidas,

> der-se o incendio do herval, caberá a elle a responsabilidade, incorrendo por isso nas penas do artigo antecedente, além da rescisão do contracto. [266]

O regulamento reproduziu a lógica dos códigos de postura municipais e manteve a fiscalização e a punição como estratégias para a conservação dos ervais públicos. Por outro lado, tornou o controle dos incêndios mais burocratizado e evidenciou o uso corrente do fogo como recurso para limpar terrenos recém desmatados ou induzir a renovação das pastagens nos campos de pecuária. Ele trouxe, contudo, duas mudanças em relação aos códigos de posturas: alterou os tempos de proibição de corte da *Ilex* e vinculou a exploração dos ervais públicos aos contratos de arrendamentos para empresários privados, como medida para conter a destruição. Em relação ao código de Palmeira RS, que proibia o corte de outubro a fevereiro, houve um aumento de dois meses na proibição. O regulamento, entretanto, permitiu nova coleta em um mesmo erval a cada três anos, enquanto a câmara de Palmeira exigia o intervalo de quatro anos. No ano seguinte, 1904, o regulamento foi alterado para reduzir o período de proibição do corte, que passou a ser de 1° de outubro a 31 de dezembro, ou seja, não era permitido extrair erva-mate somente durante três meses do ano. Ao novo regulamento foram acrescentados oito artigos para enquadrar os ervais situados em terras privadas, cujo proprietário ou posseiro legitimado deveria declarar a existência do erval e quem fazia a sua exploração.[267]

Analisando 184 declarações de existência de erval disponíveis em arquivo, manuscritas por moradores da região de Passo Fundo e Soledade RS em obediência ao decreto que aprovou o novo "Regulamento para exploração e conservação dos hervaes de dominio do Estado" (n. 704/1904), se pode compreender tanto a forma como os ervateiros responderam às exigências estatais quanto a sua situação socioeconômica. 121 declararam que faziam, eles próprios, a exploração do erval, oito declararam que arrendavam a extração a terceiros e 55

266 Relatorio dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, João José Pereira Parobe, em 31 de julho de 1903. Porto Alegre: A Federação, 1903. p. 23-24. AHRS.

267 Relatorio dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, João José Pereira Parobe, em 24 de agosto de 1904. Porto Alegre: A Federação, 1904. p. 22-23. AHRS.

nada informaram. 35 ervateiros rogaram a outro que assinasse o documento em seu lugar, pois não eram minimamente alfabetizados. Muitas das declarações assinadas pelos declarantes repetem a caligrafia ou a forma argumentativa de um escrevente ou advogado que, possivelmente, os ajudou a cumprir a exigência legal.

Tabela 1 - Registro de ervais privados no Rio Grande do Sul

Arrobas de erva-mate produzidas	Declarações n	Percentual sobre o total
1 a 1000	134	72,83
1001 a 2000	18	9,78
2001 a 3000	7	3,80
3001 a 4000	7	3,80
mais de 4000	7	3,80
não declararam	11	5,98
Total	184	100 %

Fonte: Declarações visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

A Tabela 1 reúne informações sobre a produção de erva-mate informada, por aproximação, pelos declarantes. A imensa maioria dos ervateiros (72,83 %) eram pequenos extrativistas de erva. Adotando um recorte ainda mais detalhado dos extremos, não apresentado na tabela, se tem 95 declarações (51,63 % do total) na faixa de até 500 arrobas produzidas. Um caso ilustrativo é o de Porcino Nunes de Camargo, que de um erval com área de 50 alqueires extraía de 50 a 60 arrobas de "herva de quatro annos" e declarou "que é proprietário, só não tem titulo, e que elle proprietario é que faz a erva para si". No outro extremo, em três declarações há registro de produção acima de 10.000 arrobas. Do total, 71 ervateiros informaram indiretamente que cuidavam da conservação dos ervais ou que cumpriam a legislação, especificando que a coleta era feita "de quatro em quatro anos", "em época própria" ou "de maio em diante".[268]

268 Declarações visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

O arrendamento de ervais públicos de Passo Fundo RS à empresa Krieger & Irmãos rendeu para os cofres públicos, no ano de 1903, quase 25 contos de réis. De acordo com a informação oficial, a empresa exportou para a Argentina naquele período cerca de 82 mil arrobas de erva-mate, o que corresponde ao pagamento de 300 réis de arrendamento por arroba,[269] valor muito superior aos 40 réis por arroba cobrados como imposto em 1852 pela câmara de Cruz Alta, mesmo considerando a inflação do período.[270] Os ervais de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Soledade, Palmeira e Guaporé foram arrendados para a empresa Otero, Gomes & Cia. pela quantia de 400 réis por arroba. Em Passo Fundo e Lagoa Vermelha firmou-se contrato de arrendamento com Estevam Vega e Abelardo Marques.[271] A exploração dos ervais de Conceição do Arroio e São Domingos das Torres, (parte de maior altitude que pertenceu, respectivamente, aos municípios de Osório e Torres RS), foi contratada com Hugo Bade.[272] O arrendamento de ervais públicos não foi uma exclusividade do Rio Grande do Sul: no Paraná os registros de receita decorrente dos pagamentos e o orçamento do Estado permitem acreditar que eles também foram praticados. Virgílio Corrêa Filho fez referência à possibilidade de arrendamento de um milhão de hectares de terras com ervais pertencentes ao Estado do Paraná na década de 1920.[273] O deputado Romario Martins limitou a cinco mil hectares a área máxima de cada arrendatário no Projeto do Código da Erva-mate apresentado ao poder legislativo paranaense em 1926.[274] Em Santa Catarina, a partir de 1906, existiram contratos para a extração, preparo em barbaquá e exportação de erva-mate entre o Estado e Fabricio Vieira, Cyrillo Borges & Otero e Gomes & Cia.,

269 Relatorio dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, João José Pereira Parobe, em 24 de agosto de 1904. Porto Alegre: A Federação, 1904. p. 132. AHRS.

270 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 10 ago. 1852. AHCA.

271 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, José Barboza Gonçalves em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: O Globo, 1907. p. 22. AHRS.

272 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 4. AHRS.

273 CORRÊA FILHO. Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957. p. 68.

274 PARANÁ. *Codigo da Herva-mate:* projecto do deputado Romario Martins. 1925. p. 5. MP.

principalmente nos municípios de Campos Novos, Curitibanos, Lages e São Joaquim.[275]

Em 1906, o governo do Rio Grande do Sul criou a Polícia Florestal visando fazer cumprir seu regulamento. Embora manifestasse preocupação com as florestas de um modo geral, as autoridades dividiram o estado em zonas de acordo com a ocorrência da *Ilex*, nomearam inspetores e prometeram uma rigorosa fiscalização dos carijos e barbaquás para diminuir a falsificação.[276] Outra estratégia governamental foi atribuir o cargo de fiscal de ervais aos chefes da Comissão de Terras, que recebiam 5% do valor arrecadado em multas.[277] A situação dos ervais, contudo, continuava a mesma. "É incrível a devastação feita nos mattos e hervaes do dominio do Estado", escreveu em 1908 o diretor interino da Diretoria de Terras e Colonização, Torres Gonçalves, que relatou ainda: "a herva é extrahida durante todo o ano, sem descanço para a arvore, e de uma maneira brutal, chegando se a cortar o pé, e isso sempre feito em grandes extensões, para mais fácil colheita!"[278] A experiência com a Polícia Florestal teve vida curta e ínfimos resultados, terminando em 1907. Os relatos oficiais continuaram expressando, de forma recorrente, a ineficiência das políticas estatais para conservar florestas e ervais. O diretor interino da Estação Agronômica Experimental do Estado, Augusto Gonçalves Borges, por exemplo, lastimou a devastação da preciosa planta no território riograndense, pois soube que "existem logares em que outr'ora os

275 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado do Paraná, na primeira sessão da 15ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1920. Curityba: Typ. da Republica, 1920. p. 4. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, ao installar-se a 2ª sessão da 16ª legislatura. Curityba: sn., 1923. p. 13. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, presidente do Congresso Representativo, no exercicio das funções de Governador do Estado. Florianópolis: Gab Typographico d'O Dia, 1906.

276 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, José Barboza Gonçalves em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: O Globo, 1907. p. 218-219. AHRS.

277 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. 6-7. AHRS.

278 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy em 28 de agosto de 1908. Porto Alegre: O Globo, 1908. p. 89-105. AHRS.

hervaes formavam florestas densas, que hoje estão reduzidas a simples capoeiras".[279] Chegou-se a propôr a interdição dos ervais públicos durante, pelo menos, oito anos e a redução do período de corte para quatro meses ao ano como medida para o seu "salvamento". Relatos de desmatamento e alertas sobre a "faina devastadora" dos madeireiros ocupam, com semelhante destaque, as páginas dos relatórios oficiais.

Em 1910, o diretor Torres Gonçalves, depois de uma breve explicação sobre o funcionamento e a importância das florestas para as pessoas, relativizou o problema argumentando que no Rio Grande do Sul "existe ainda uma área devoluta de cerca de 35.000 kilometros quadrados, quasi que constituida de terras só de matto", perfazendo metade da superfície do estado e, portanto, não existiam "motivos para alarmar-se com a devastação effectuada nas suas mattas se instituir desde já as medidas essenciais de defesa e proteção ao seu alcance". Propunha medidas preventivas e repressivas, que listou: delimitar as florestas protetoras, "acabar com o *intruso*, o maior inimigo das florestas", discriminar as terras públicas das privadas, desenvolver o serviço de inspeção florestal, controlar o desmatamento nas colônias, fomentar o replantio de matos, divulgar estas medidas e solicitar a cooperação das autoridades municipais.[280] Ele esteve a frente daquela diretoria de 1908 a 1928 e, como argumentou Breno Antonio Sponchiado, as diretrizes de seu projeto de colonização foram fortemente marcadas pelas ideias positivistas.[281] Torres Gonçalves se assemelha, em parte e em outro tempo, ao grupo de autores brasileiros pesquisado por José Augusto Pádua, que tinham um denominador comum "essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista". Eles

> não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido a sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país

279 Ibidem. p. 151.

280 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. p. 137-141. AHRS.

281 SPONCHIADO, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

> devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido.[282]

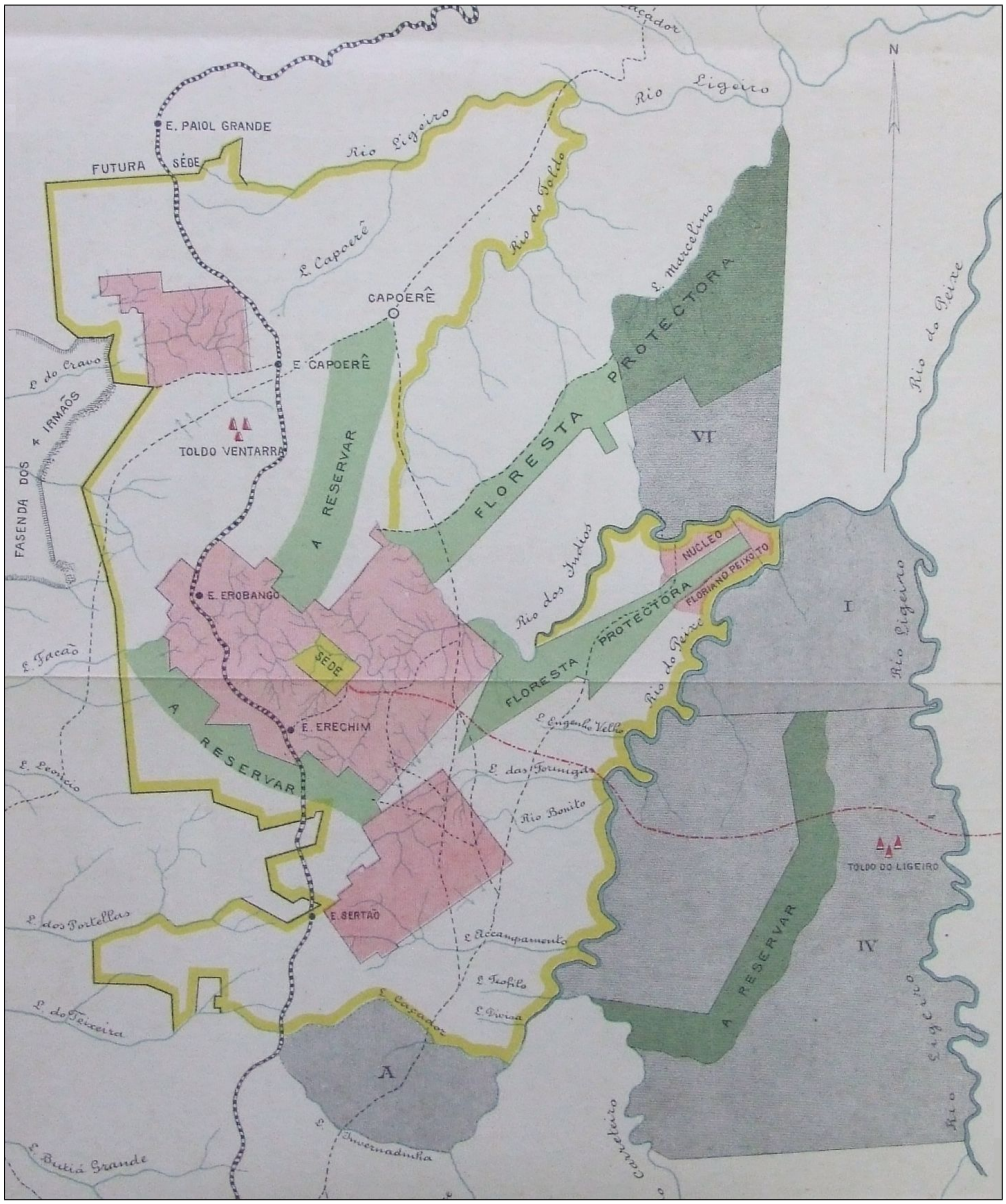
Ao atribuir grande parte da culpa aos caboclos, os intrusos, o diretor revelou as tensões socioambientais presentes nas áreas de fronteira agrícola, que coincidiam com a fronteira entre a floresta e os espaços tomados para a agricultura pelos projetos de colonização, tema que será discutido no próximo capítulo.

A proposta de criar reservas de florestas do Estado, cobrindo de 25 a 50% da área a ser colonizada, foi implantada na colônia Erechim (com sede em Boa Vista do Erechim), situada no extremo Norte do Rio Grande do Sul.[283] Como se pode observar na Figura 21 a região era formada por um mosaico de diferenças: territórios indígenas, a área da colônia, campos de pecuária, florestas e uma ferrovia que ligava Itararé SP com Santa Maria RS, conforme projeto assumido pela *Brazil Railway Company*. As florestas protetoras podem ser vistas como áreas conservadas, mas não cumpriram plenamente seu papel ecológico porque eram fragmentadas, dificultando o fluxo gênico e a presença de animais que necessitavam de grandes áreas contínuas.

282 PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição:* pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1876-18880). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 13.

283 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910.

Figura 21 - Fragmento de planta da colônia Erechim



Fonte: Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. Escala 1:200.000. AHRS.

O arrendamento dos ervais públicos também não assegurou a sua conservação. O fiscal do contrato de concessão em Soledade RS informou, em 1909, que "os hervaes que percorreu, estão estragados pela póda e pelo fogo, e que tendem a desaparecer os do dominio do

Estado". Em algumas regiões, como o vale do rio Forquilha, em Lagoa Vermelha RS, a extração de erva pelos arrendatários e a fiscalização se tornaram difíceis, afirmavam as autoridades, pelo "facto de não existirem precisamente hervaes, porém pés de herva espalhados em maior ou menor quantidade n'uma zona extensa".[284] O fiscal de Passo Fundo RS, engenheiro Serafim Terra, foi dramático em sua avaliação:

> Os hervaes do dominio do Estado, explorados pela empreza arrendatária Marquez, Vega & Compa., estão estragadissimos, o seu estado é precario e contristador. Em periodo relativamente muito curto - 1903 a 1908 - ficaram reduzidos a muito menos da metade.
> Por toda parte arvores seccas ou cortadas pelo grosso attestam o trabalho vandalico de destruir sem outra preoccupação que o interesse do maximo lucro, alliado ao minimo tempo.[285]

Terra, além de dizer que o estado dos ervais provocava tristeza, atribuiu à ganância da empresa arrendatária a causa dos danos, diferindo da explicação encontrada em outros relatórios que ligava a destruição com a falta de cuidado e a imperícia dos trabalhadores. Pelo menos no caso dos ervais de Passo Fundo, as empresas tentavam se eximir da responsabilidade, pois não colhiam a erva diretamente. Elas pagavam aos trabalhadores por arroba extraída, forçando-os a coletar grandes quantidades da planta no menor tempo possível para atingir renda suficiente para sua sobrevivência. Por outro lado, os arrendatários pressionavam as autoridades para diminuir o período anual de proibição do corte, comprometendo os ciclos vitais de reprodução e renovação vegetal da *Ilex*. As queixas vinham também de ervateiros privados. Manoel Teixeira da Roza, proprietário de duas áreas de terra naquela região, informou à Comissão de Terras que a empresa Krüger explorava um erval seu sem consentimento.[286]

A dimensão socioambiental do problema estava clara para, pelo menos, parte dos governantes. Em 1909, o engenheiro Lindolpho Alipio

284 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. XXII. AHRS.

285 Ibidem, p. 110.

286 Declarações visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

R. da Silva, chefe da Comissão de Terras e fiscal de ervais, relatou a situação de estrago destes na região de Soledade RS e reconheceu a dificuldade de fiscalizar, mas argumentou que:

> Jamais se deve pensar em ordenar que seja expurgado dos hervaes do Estado esse grande número de intrusos, de industrialistas por conta propria; tal medida atiraria ás estradas um exercito de homens que não conhecem outro meio de vida que não seja a colheita da herva; e d'ahi resultaria um grande embaraço para a administração municipal, e quiçá para a estadoal.[287]

Silva se preocupou com os problemas sociais que viriam da exclusão da população humana pobre que obtinha seu sustento nos ervais públicos e propôs dividir aquelas terras em lotes, proporcionando aos caboclos a compra da propriedade privada facilitada pelo Estado. Ele sugeriu enquadrar os caboclos na lógica da colonização em minifúndios, isto é, transformá-los em colonos, acreditando na premissa de que o proprietário privado cuida melhor dos ervais. A ideia de assimilar e corrigir o caboclo, evitar seu frequente deslocamento espacial e "transformal-o no cidadão operoso de amanhã"[288] reapareceu em diversos relatórios da Comissão de Terras e Colonização. Os inspetores florestais tinham, neste contexto, o papel de evitar a exploração de madeiras em matos do Estado e impedir o estabelecimento irregular nas terras devolutas. As autoridades estaduais classificaram a população cabocla sem terras, a quem chamavam de "intrusos", como os "maiores inimigos das florestas" e desejaram sua "extincção gradual". Sugeriram agir "inclusive sobre os seus cerebros, estimulando nelles o amor á propriedade e reduzindo seus hábitos de destruição".[289]

287 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. 112. AHRS.

288 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. p. 107. AHRS.

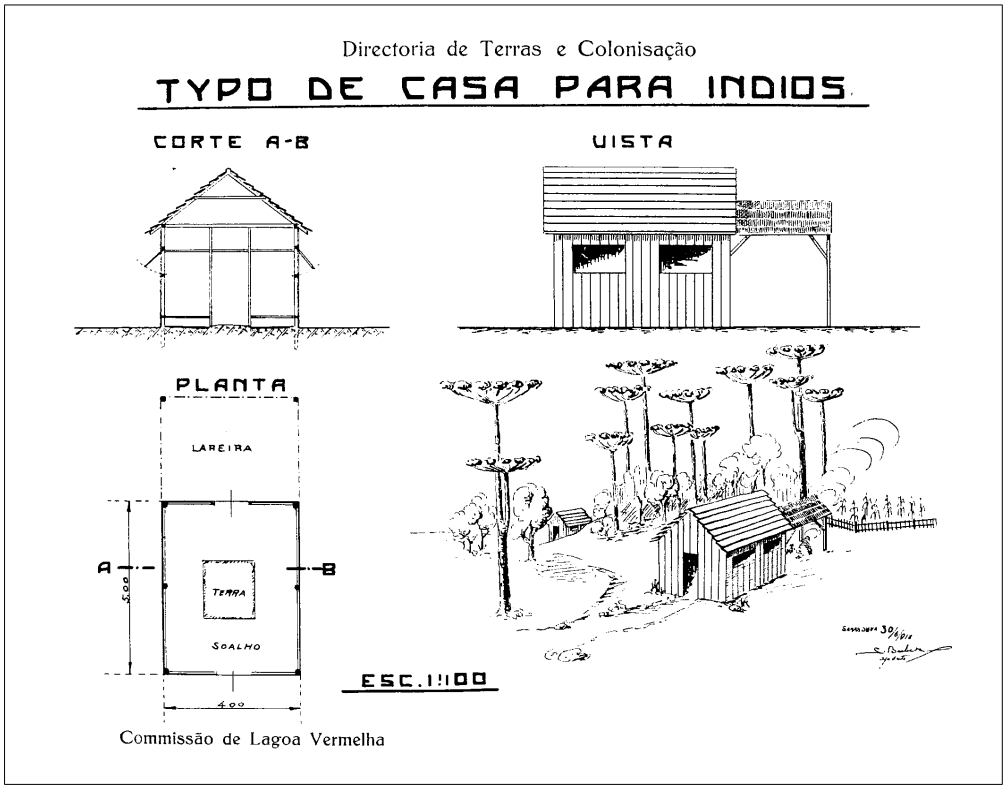
289 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 130; 149. AHRS.

As populações indígenas que habitavam o Norte do estado, das etnias Guarani e Kaingang, eram vistas pelo governo estadual como "indivíduos cujos cerebros estão para os occidentais como o das crianças em relação aos adultos".[290] Precisavam, portanto, da "proteção fraterna" do Estado. As políticas públicas os tratavam de modo semelhante aos caboclos e visavam sua transformação em "civilizados", sujeitos produtivos e fixos em seus respectivos e pequenos toldos. Evidência dessa semelhança no tratamento foi a criação, em 1910, do "Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes" em âmbito federal.[291] A proposta de construção de casas para indígenas e caboclos, a partir de projetos elaborados pela Diretoria de Terras e Colonização (Figuras 22 e 23), com a assistência de carpinteiros das comissões locais, também é reveladora da semelhança no tratamento dado a estes dois grupos sociais.

290 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em setembro de 1926. Porto Alegre: A Federação, 1926. p. 440. AHRS.

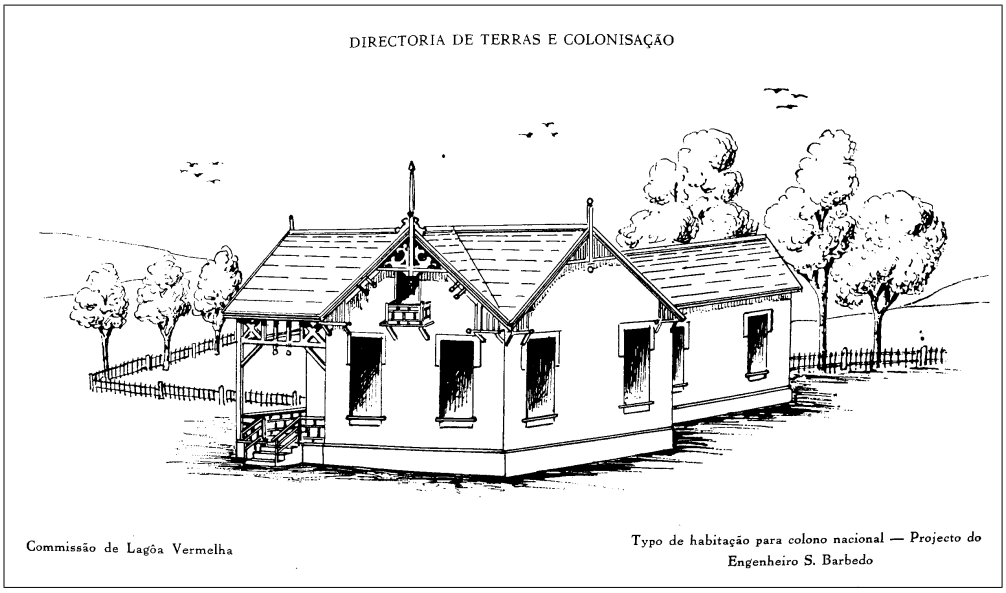
291 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 153. AHRS.

Figura 22 - Projeto de habitação para os indígenas



Fonte: Relatorio apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre: A Federação, 1918. p. 310. AHRS.

Figura 23 - Projeto de habitação para o "colono nacional"



Fonte: Relatorio apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: A Federação, 1919. p. 430. AHRS.

Também em 1910, depois de elogiar o manejo de ervais por seus proprietários, o chefe da Comissão de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves, sugeriu outra medida para a conservação dos ervais públicos: a privatização.[292] No relatório de 1911 ele listou sete razões em defesa da privatização dos ervais, com destaque para "a fatal transferencia das terras do dominio publico ao dominio privado, em consequencia do incessante crescimento da população, […] só cabendo á Administração presidir essa transferencia..." Anunciou, a seguir, o início de uma experiência de privatização em Soledade.[293] O inspetor florestal de Soledade, Passo Fundo e Palmeira RS, José Luiz Esteves, também elogiou a qualidade dos ervais privados, relatou que

292 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. p. 141-143. AHRS.

293 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 150. AHRS.

parte dos ervais públicos estavam em mau estado e atribuiu os estragos ao uso do fogo e ao corte feito pelos "intrusos" nos meses de janeiro e fevereiro. O fogo se alastrava para os ervais em períodos de seca prolongada, como aquela que atingiu novamente o estado em 1910-1911, quando os ervais da serra de Marau foram muito prejudicados. Um testemunho interessante sobre a situação das florestas e dos ervais no Rio Grande do Sul no início do século XX é o do encarregado do Consultório Agropecuário da Secretaria de Obras Públicas, que empreendeu uma viagem de observação de Carlos Barbosa à Lagoa Vermelha RS. Para aquela autoridade, sobre os matos entre Bento Gonçalves e Alfredo Chaves (hoje Veranópolis RS) "não é exagerado dizer que 70 ou 80% das mattas antigas desappareceram e que destes 70 ou 80% não há mais que 20% da superfície em cultura; o resto forma brenhas, potreiros ou está completamente desnudado". Adiante, junto ao vale do rio das Antas, viu uma ativa extração de madeira, especialmente o pinho, realizada por numerosas serrarias, observou abundantes plantações de milho e grandes pinheirais ainda não explorados. Registrou ainda a presença de erva-mate nativa mesclada com a araucária, sugeriu sua exploração metódica acompanhada do replantio e defendeu a privatização dos ervais estatais no lugar do seu arrendamento como medida de conservação. Sintonizou, assim, seu discurso com a proposta do chefe da Comissão de Terras e Colonização.[294]

No relatório de 1912, as autoridades encarregadas das obras públicas do Estado registraram a iniciativa de conceder lotes privados com ervais na colônia Erechim e a drástica redução, em dez anos, de 80.000 ou 100.000 para 20.000 arrobas anuais de erva-mate em Passo Fundo. Atribuíram a redução aos estragos causados pelos arrendatários. A empresa Marques, Vega & Cia. argumentou que os ervais se achavam, em geral, doentes, desfolhados e com pouco rendimento devido ao ataque da larva conhecida como torotama ou coruquerê (*Alabama argillacea*, Hübner). Mesmo assim, o contrato de arrendamento foi prorrogado por mais três anos.[295] Ele foi parcialmente rescindido pelo governo estadual em 1913, por não cumprimento da cláusula sobre a conservação dos ervais, mas os empresários não foram responsabilizados pelos danos. Na avaliação do chefe da Seção Florestal

294 Ibidem, p. 152; 327-337.

295 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 13 de setembro de 1912. Porto Alegre: O Globo, 1912. p. 149-150. AHRS.

de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeira, Lindolpho Alipio Rodrigues da Silva, eles resultaram de "uma condição fatal da exploração por tarefeiros, de que se serviam, disseminados em uma enorme zona". A rescisão foi parcial e de resultados muito duvidosos, porque a empresa pôde continuar a exploração dos ervais nativos não danificados mediante o pagamento de adicional e sob uma fiscalização anunciada pela autoridade local como mais intensa. Mesmo assim a Marques, Vega & Cia. iniciou o corte em fevereiro de 1914, ou seja, muito antes do período autorizado que começava em maio.[296] Naquele mesmo ano a empresa foi punida com a perda da caução de cinco contos de réis, por estragos feitos aos ervais em Passo Fundo e Lagoa Vermelha. O governo do estado, entretanto, para "auxiliar a existencia de uma grande industria por ella creada e mantida", assegurou a continuidade do contrato até 1916 mediante a elevação do arrendamento de 600 para 800 réis por arroba e a ameaça de multa em caso de danos às árvores.[297]

Um exemplo da tolerância que marcou a atuação do Estado e dos fiscais pode ser lida nos próprios documentos oficiais. Ainda conforme o chefe de seção, Lindolpho Alipio:

> Tambem tem soffrido embargos pequenas quantidades de herva matte colhidas em hervaes do Estado, cujos exploradores, depois de admoestados e de prometerem não fazer mais cortes indevidos, têm tido licença para carregal-as. A não fazer essas insignifantes (sic) concessões a herva ficaria perdida dentro dos mattos, sem proveito de ninguem.[298]

O governo estadual criou, em 1913, o "Serviço de Conservação e Exploração da Mattas do Dominio do Estado", cujo objetivo principal era planejar e organizar a extração de madeira, ou seja, aproveitar "a

296 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 144-236. AHRS.

297 Relatorio apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: O Diario, 1917. p. 399. AHRS.

298 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 235. AHRS.

riqueza florestal do Estado, que actualmente representa um capital morto e sujeito mesmo a ser parcialmente inutilisado sem um serviço methodico de aproveitamento das terras". Ele estava ligado à Diretoria de Terras e Colonização e teve outros objetivos: controlar e disciplinar os "intrusos" e outros trabalhadores, empregando-os na atividade madeireira, conservar as florestas e estimular o cultivo de árvores madeiráveis por particulares. Em um esquema simplificado do funcionamento deste serviço, estava clara a proposta de classificar as florestas do Estado em três categorias: as protetoras, as destinadas a exploração seletiva madeireira e as destinadas aos projetos de colonização. As florestas da segunda categoria passariam à terceira na medida em que as árvores de maior porte e qualidade fossem cortadas. Os ervais seriam explorados na época apropriada e replantados. Uma polícia específica controlaria o uso do fogo nas áreas próximas aos matos, coibiria o roubo de madeira, afastaria os "intrusos" das florestas protetoras e regularizaria a situação dos ditos mais antigos nas florestas de exploração.[299] As florestas protetoras cumpririam o papel de regular o clima e, principalmente, serviriam como reservas de madeira para as necessidades futuras. A função hidrológica das florestas estava claramente expressa nos documentos a partir de 1916, isto é, se reconheceu que elas eram importantes também porque faziam parte dos ciclos da água na natureza e a regulamentação previu a proteção para o mato próximo das nascentes de cursos de água, nas margens dos rios e às florestas protetoras.[300] No horizonte dos engenheiros da Diretoria de Terras estava, entretanto, o projeto de aproveitar o potencial hidráulico do Norte do estado para a geração de energia elétrica, baseado em um levantamento detalhado das quedas existentes. Para eles a manutenção da floresta estava diretamente ligada ao escoamento regular das águas pelo rios, mesmo em períodos de pouca chuva.[301] Baseado no raciocínio

299 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1913. p. 76-95. AHRS.

300 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, secretario de estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1916. p. 203. AHRS.

301 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Antonio Mariano Loureiro Chaves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 28 de julho de 1925. Porto Alegre: A Federação, 1925. p. 390-391. AHRS. Mensagem enviada á Assembléa dos representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 1ª sessão ordinaria da 10ª legislatura, em 22 de setembro de 1925. p. 39.

de que a venda de madeira de pinho é lucrativa e de que as terras cobertas por florestas de araucárias são menos férteis do que o solo da Floresta Estacional Decidual, aquelas seriam excluídas das áreas destinadas à colonização.[302]

O Serviço Florestal contou, logo depois, com uma serraria do Estado que foi instalada na colônia Erechim para cortar e beneficiar madeiras como pinho, cabreúva, louro, angico, canjerana, várias canelas, açoita cavalo e ipê. Extraiu-se também lenha para a viação férrea, que utilizava ou transportava a madeira na forma de dormentes, tábuas, postes, barrotes, pranchas ou toras.[303] Estimou-se que a conservação das linhas ferroviárias do estado, cerca de 2.900 Km na época, exigia o uso anual de aproximadamente 600.000 dormentes.[304] O termo devastação foi usado pelas autoridades da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas e significou a derrubada de mato além da necessidade, o corte excessivo sem o aproveitamento metódico da madeira, aquela que não conciliava aproveitamento de madeiras de ótima qualidade, colonização e desmatamento para a agricultura.[305] A ideia de reflorestar o solo desmatado começou a aparecer discretamente nos relatórios daquela secretaria a partir de 1925, mas apontou para o cultivo de espécies exóticas como as do gênero *Eucalyptus*.[306]

A exploração de madeiras nas florestas do Estado também foi realizada por empresários particulares. Em 1916, Otto Röde e Attilio

302 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 134. AHRS.

303 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente em exercicio do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: A Federação, 1915. p. 481-486. AHRS.

304 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, secretario de estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1916. p. 203. AHRS.

305 Ibidem, p. 119.

306 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Antonio Mariano Loureiro Chaves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 28 de julho de 1925. Porto Alegre: A Federação, 1925. Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em julho de 1930. Porto Alegre: A Federação, 1930. AHRS.

Assoni firmaram contrato e extraíram o equivalente a 4:368$773 réis.[307] A partir de 1925 o governo estadual formalizou o arrendamento de matos públicos. A "safra de madeiras", expressão usada nos documentos consultados, ficou a cargo de dois empresários que passaram a explorar áreas de cinco mil e um mil hectares, respectivamente, na colônia Santa Rosa. Cedro, louro, ipê e cabreúva eram as espécies madeiráveis cuja extração foi contratada.[308] Em 1927 abriu-se nova concorrência pública que resultou em contrato para exploração das florestas do Estado por Pedro Garcia de Figueiredo, também na colônia Santa Rosa.[309] Havendo compradores, os próprios colonos faziam a extração seletiva de madeiras em seu lote. O cedro, por exemplo, era vendido aos balseiros que atuavam nas margens e nas águas do rio Uruguai. O insuficiente número de guardas florestais e os frequentes roubos de madeiras aparecem como problemas no relatório de 1930 do Serviço Florestal.[310]

O tema da incorporação dos lavradores nacionais ao mundo de ordem e progresso imaginado pelo governo estadual voltou a ser tratado com ênfase no relatório de 1914 da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Valorizaram, então, o conhecimento dos nacionais no manejo da *Ilex* nativa, especialmente a prática do "limpo", isto é, a retirada de vegetação densa e sem valor econômico próxima da erveira, para facilitar seu crescimento, bem como a técnica de transplante de mudas de lugares com maior densidade para outros, mais espaçosos. Deste modo melhoravam a distribuição e as condições para o desenvolvimento da planta. Nos planos governamentais, os nacionais fixados como proprietários em seus lotes contribuiriam para a conservação dos ervais e para a economia estadual. Outra forma

307 Relatorio apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: O Diario, 1917. p. 399. AHRS.

308 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em setembro de 1926. Porto Alegre: A Federação, 1926. p. 449-450. Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Augusto Pestana, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. Porto Alegre: A Federação, 1927. p. 500. AHRS.

309 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 31 de maio de 1928. Porto Alegre: A Federação, 1928. p. 431-432. AHRS.

310 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em julho de 1930. Porto Alegre: A Federação, 1930. p. 749-765. AHRS.

proposta para a incorporação desta população foi a utilização de seus conhecimentos e habilidades no serviço de exploração florestal.[311]

A presença de "intrusos" continuava a ser um problema para a administração estadual. Nesta categoria estavam principalmente os lavradores nacionais pobres, mas também colonos que migravam de áreas de colonização anterior e se instalavam em terras públicas sem se submeterem a ordem estatal. Estimou-se em 50 mil pessoas, pelo menos, o número de "intrusos" que viviam, em 1914, nas florestas do Estado. Na região de Santa Rosa, rica em ervais e vista como a nova fronteira de colonização, viviam cerca de três mil deles. Na avaliação das autoridades, os "intrusos" seguiam a lógica de tentar obter a posse de terra por meio do desmatamento, ou seja, a limpeza do terreno e seu cultivo corresponderia ao direito de uso do solo. O relato oficial mencionou ainda os esforços para coibir o comércio clandestino de madeiras e as normas criadas pelo Serviço de Conservação e Exploração das Mattas de Dominio do Estado para o uso das florestas e dos ervais nos lotes concedidos pelo Estado. Elas exigiam basicamente: o corte seletivo das árvores adultas, a limitação da derrubada para agricultura a terça parte da área total do lote e a restrição da coleta de erva-mate à época recomendada.[312]

O discurso das autoridades mesclou preconceito étnico ou racial com a ação reguladora em seu projeto de "protecção aos nacionaes", como se pode notar no fragmento transcrito a seguir:

> A inferioridade do elemento nacional do interior é unicamente no ponto de vista industrial, justamente o menos importante, como o mais modificavel, dos tres aspectos fundamentaes da nossa natureza - sentimento, intelligencia e actividade. E a responsabilidade dessa inferioridade não lhe cabe, pois provém do atrazo industrial das regiões que habita, constituindo assim um phenomeno antes social do que individual. Basta que se realise o melhoramento das condições industriaes dessas regiões para que as respectivas populações levantem rapidamente o

311 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 109-135. AHRS.

312 Ibidem.

> nivel das suas aptidões praticas, como já tem isso acontecido tantas vezes no Rio Grande do Sul.[313]

Prevalecia o temor de que, se o governo despejasse os milhares de caboclos das terras públicas e privadas, iniciaria um conflito social semelhante ao que aconteceu em Santa Catarina e no Paraná, conhecido genericamente como Guerra do Contestado (1912-1916).[314] Na colônia Santa Rosa, fundada em 1914, o projeto de transformar lavradores nacionais em colonos incluiu a legitimação de posses, a venda de terras a preços reduzidos, a alienação da propriedade por cinco anos para evitar a comercialização do lote adquirido, a oferta de trabalho assalariado na abertura de estradas e o fornecimento de um projeto de habitação (Figura 23) "com o intuito de induzil-os a procurarem um modesto conforto, o que constitue um dos maiores estimulantes para a actividade".[315] Por outro lado, a ação estatal contra os "intrusos" incluiu a derrubada de suas habitações e a retirada compulsória dos ocupantes das terras públicas.[316] Um edital de 1919, publicado pela Secretaria de Obras Públicas, previa o despejo dos "intrusos recentes" tanto de terras públicas quanto das privadas.[317]

O suposto êxito da colonização de Santa Rosa com os "colonos nacionaes", que correspondiam a quase dois terços da população naquele momento, foi comemorado na "Festa dos Nacionaes", realizada em 24 de fevereiro de 1918, ocasião na qual inaugurou-se a ligação ferroviária com Santo Ângelo RS.[318] Um dado apresentado para indicar o sucesso das medidas da proteção aos lavradores nacionais, para

313 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente em exercicio do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: A Federação, 1915. p. 89. AHRS.

314 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, secretario de estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1916. p. 119. AHRS.

315 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente em exercicio do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: A Federação, 1915. p. 103-104. AHRS.

316 Ibidem, p. 490.

317 A Voz da Serra, 16 ago. 1919. p. 3. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

318 Relatorio apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre: A Federação, 1918. p. 310. Idem, 1919. p. 432. AHRS.

confirmar sua capacidade de se fixarem a terra e de adquirir hábitos regulares de trabalho, foi o aumento de três para nove mil nacionais vivendo na colônia Santa Rosa entre 1915 e 1926, motivado pela imigração de população de outras regiões do estado. Conforme o governo, contribui para isso a extinção do pagamento de percentuais sobre a venda de lotes aos chefes do serviço de colonização, que davam preferência aos colonos estrangeiros, dispostos a pagar mais pela terra.[319] Embora a expressão "nacional" pudesse designar também o filho do imigrante estrangeiro nascido no Brasil, não parece ser este o sentido empregado pelas autoridades estaduais em seus relatórios, que se referiam, especificamente, ao lavrador nacional ou caboclo.

O mesmo governo afirmou que a proteção aos nacionais era um dever cívico, que visava estimular a vida sedentária, a atividade regular, a cultura do solo, a aproximação com os colonos de outras nacionalidades, o "egoísmo natural, á procura de justo gráo de conforto, em proveito proprio e da collectividade".[320] Na avaliação de Marcio A. Both da Silva, que estudou a vida rural na região de florestas do Planalto do Rio Grande do Sul, as medidas governamentais estavam ligadas com os interesses de grupos sociais hegemônicos, principalmente o de definir a propriedade da terra. Quando os caboclos se tornavam colonos, a ideia defendida por Torres Gonçalves era confirmada, isto é, eles eram tão aptos ao trabalho agrícola produtivo e regular quanto os colonos. Entretanto, "quando não cumpriam com as expectativas, continuavam *nacionais*, ou seja, seminômades, bandidos, vadios, incivilizados, etc..."[321]

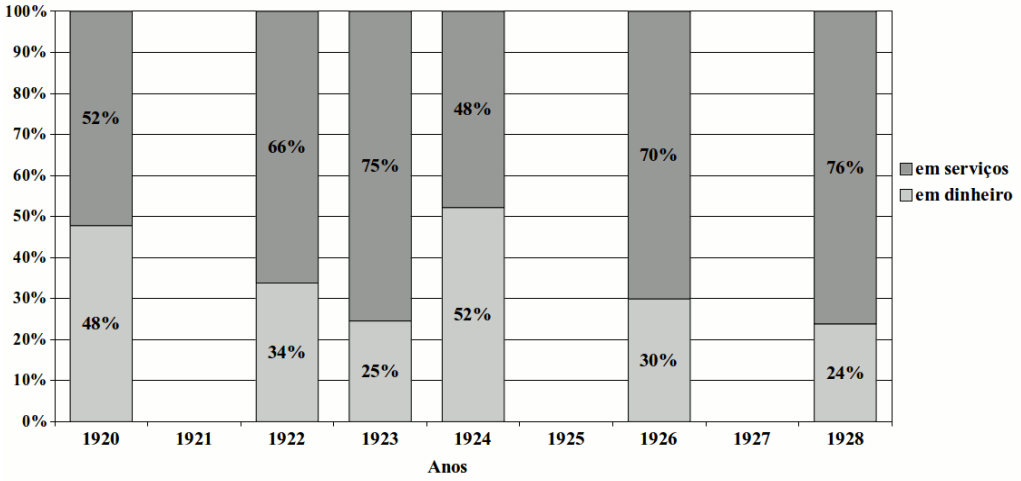
Para estimar se o discurso presente nos relatórios esteve próximo da realidade vivida nas colônias se pode observar a composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização, representada nos Gráficos 3 e 4 e na Tabela 2.

319 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em setembro de 1926. Porto Alegre: A Federação, 1926. p. 442. AHRS.

320 Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 31 de maio de 1928. Porto Alegre: A Federação, 1928. p. 424. AHRS.

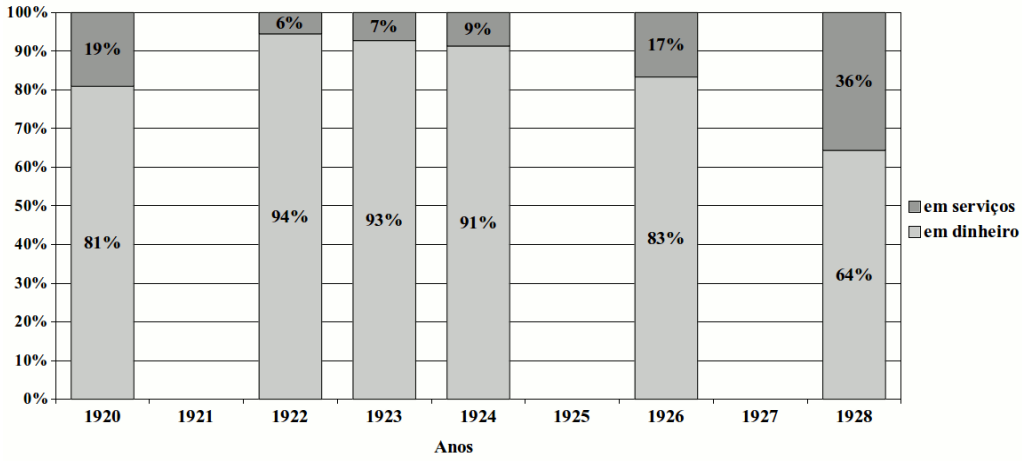
321 SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo:* povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011. p. 208.

Gráfico 3 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização Formas de arrecadação da dívida em Santa Rosa RS*



Fonte: Relatórios apresentados aos presidentes do estado do Rio Grande do Sul pelos secretários de estado dos Negócios das Obras Públicas de 1920 a 1929. AHRS. *A partir de 1924 a Comissão de Terras de Santa Rosa incorporou o trabalho da comissão da colônia Guarani.

Gráfico 4 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização Formas de arrecadação da dívida em Passo Fundo RS*



Fonte: Relatórios apresentados aos presidentes do estado do Rio Grande do Sul pelos secretários de estado dos Negócios das Obras Públicas de 1920 a 1929. AHRS. *A partir de 1924 a Comissão de Terras de Passo Fundo assumiu o trabalho da Comissão de Soledade.

Tabela 2 - Composição da receita de Diretoria de Terras e Colonização em 1920 (em percentual)

Colônia	venda de lotes	madeiras	erva-mate	outros
Erechim	97,61	1,55	0,72	0,12
Guarani	99,37	0	0	0,63
Lagoa Vermelha	100,00	0	0	0
Palmeira	100,00	0	0	0
Passo Fundo	100,00	0	0	0
Santa Rosa	99,96	0,04	0	0
Soledade	98,90	0,85	0,20	0,05

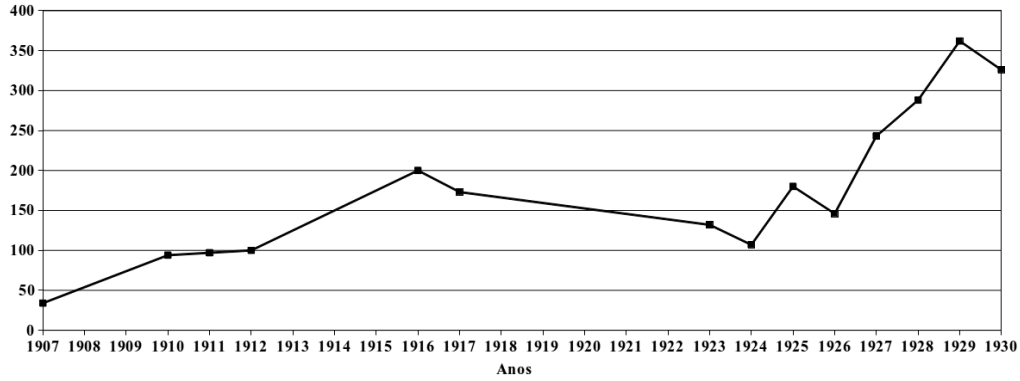
Fonte: Relatorio apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em 16 de agosto de 1921. Porto Alegre: A Federação, 1921. p. 489. AHRS.

Comparado à arrecadação da Comissão de Terras de Passo Fundo/Soledade, a forma de pagamento da dívida colonial em Santa Rosa/Guarani, entre 1920 e 1928, foi fortemente marcada pela prestação de serviços, pois correspondeu, em geral, a mais de 50% do valor pago, chegando a ultrapassar os 70% em alguns anos. Em Passo Fundo/Soledade a mesma modalidade de pagamento não passou dos 36%. Estes dados revelam, por um lado, que a colonização daquela região aconteceu de modo específico, diferenciada pela venda de lotes coloniais ao caboclos, confirmando o discurso presente nos relatórios. Por outro lado, o predomínio da aquisição de lotes rurais pagos em serviços não significou que os caboclos se tornaram agricultores sedentários, enquadrados na lógica colonial. Ao contrário, ele pode indicar a ausência de produção agrícola voltada para o mercado como maneira de obter dinheiro para o pagamento do lote.

As informações contidas na Tabela 2 mostram que, mesmo recebendo ênfase nos relatórios da Diretoria de Terras e Colonização, a receita proveniente da extração de madeiras e de erva-mate, durante o ano de 1920, foi minúscula em comparação ao arrecadado com a venda de lotes. O Gráfico 5 representa os dados coletados por Liliane Wentz e revela um importante crescimento do número de madeireiras particulares em Passo Fundo durante a década de 1920, quando as

"serrarias multiplicaram-se e colocaram abaixo pinheirais centenários", ampliando "uma atividade que produziu importantes riquezas para empresas e famílias, prolongando-se até meados de 1950".[322] Todos estes dados levam a acreditar que os maiores beneficiados na atividade extrativista foram as empresas privadas e que os ervais nativos diminuíram muito nas áreas de colonização nas décadas iniciais do século XX. Os contratos de arrendamento, que antes renderam aos cofres públicos valores consideráveis, foram encerrados depois que os ervais estavam estragados pela exploração intensiva e deixaram de ser economicamente viáveis.

Gráfico 5 - Número de madeireiras registradas em Passo Fundo entre 1907 e 1930



Fonte: WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira:* região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 72.

A conservação dos ervais nativos no Rio Grande do Sul não pode ser plenamente compreendida sem a relação com o processo de privatização das terras florestais, iniciado na década de 1860, a partir da aprovação da Lei de Terras de 1850 e de sua regulamentação em 1854, que definiam a compra como única forma de aquisição. De acordo com o historiador Paulo A. Zarth, se antes da lei

> a condição de terras públicas permitia o acesso dos agricultores pobres ao extrativismo e às roças, por outro lado essa mesma condição era muito instável à medida que a terra estava sujeita a processo de privatização pelas elites locais, que

322 WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira:* região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 71.

> aos poucos transformaram os ervateiros em proletários sem terras […].[323]

Com base em novos mecanismos legais e jurídicos, as terras florestais nas quais estavam situados os ervais nativos foram gradativamente privatizadas nas décadas seguintes, em um processo complexo que não aconteceu sem arbitrariedades, fraudes e conflitos. Câmaras municipais, ervateiros, agricultores, latifundiários e comerciantes se envolveram em disputas sobre a propriedade e o uso dos matos e dos ervais que, por fim, impediram o acesso da população pobre a eles.[324] Conforme o geógrafo Nazareno José de Campos, as terras de uso comum, categoria na qual se pode incluir alguns espaços dos ervais riograndenses, foram também desaparecendo da legislação brasileira durante a Primeira República, passando a condição legal de terras devolutas e, por isso, em condições de serem apropriadas.[325]

Além dos ervais públicos, a existência de terras de uso comum no Norte do Rio Grande do Sul fica evidente ao se observar a documentação sobre o conflito que se estabeleceu em 1856, depois que o ervateiro e subdelegado de polícia José Antonio da Cruz,

> usando de criminosa ambição tentou vedar a servidão dos campos aos de mais herbateiros, elle, seus familiares, e mais outros, invadindo o Campo Novo com grande copia de animais de criar, fechando rincões para invernadas, trancando passos e caminhos e praticando outros mais actos vexatorios do uso-fructo que o público tinha desse campo desde que foi descoberto e franqueado [...].[326]

O Campo Novo era, na época, o mais rico erval do município de Cruz Alta. Consistia em uma grande campina circundada por concentrações de *Ilex*, de onde se extraia cerca de cem mil arrobas de erva-mate a cada ano, beneficiadas em 16 engenhos lá instalados. Estes engenhos e a população que residia no lugar possuíam expressivo número de animais, cerca de dez mil, que pastavam em campos de uso

323 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho:* 1850-1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 59.
324 Ibidem, p. 60-67.
325 CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil:* abordagem histórico-socioespacial. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 262.
326 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1856. AHRS.

comum. Conforme o geógrafo Nilo Bernardes, no Planalto riograndense os campos estavam "muito recortados pelas faixas de mata que avançam pelos vales e galgam as coxilhas, mas comunicando-se entre si por largos corredores, semelhantes aos estreitos de um arquipélago".[327] Esse mosaico de vegetação, intercalando campo e floresta, influenciou as formas de ocupação humana do Planalto e acrescentou complexidade aos sucessivos processos de repovoamento daqueles ambientes.

A tentativa de apropriação privada no Campo Novo, baseada na Lei de Terras e usando o recurso da legitimação das posses anteriores a 1850, gerou uma reação da câmara municipal, que a denunciou à Assembleia Legislativa estadual, pois ela tinha interesse em manter o controle sobre os ervais e a arrecadação de impostos.[328] O ocorrido também revoltou parte da população local. Representantes dos moradores, negociantes e ervateiros dirigiram um abaixo-assinado à presidência da província, no qual narraram a trajetória histórica de ocupação daquele lugar desde a década de 1830, relataram o enfrentamento com a população indígena que resistiu a presença dos ervateiros, contaram sobre o reconhecimento de seu trabalho pelas autoridades municipais, informaram a existência de cerca de 140 famílias que somavam 700 moradores e estimaram um aumento de população para mais de duas mil pessoas no período da safra da erva. Argumentaram a necessidade dos campos comuns para alimentar os milhares de animais que utilizavam, isto é, mulas que carregavam a erva do interior da floresta até os engenhos, bois que puxavam carretas ou eram abatidos para obter-se carne e também cavalos de montaria. Por fim, expressaram sua revolta com a atitude de José Antonio da Cruz, classificando-a como prejudicial à economia local e pediram providências, a menos que se "queira subordinar o interesse geral ás egoisticas pretenções d'esse individuo".[329]

O historiador inglês Edward P. Thompson estudou a vida de trabalhadores na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, contexto no qual seus textos e argumentos devem ser compreendidos. Uma transposição cuidadosa, contudo, pode contribuir na compreensão dos conflitos vividos pelos ervateiros riograndenses. Conforme Thompson, existiram direitos de uso das áreas comuns pelos camponeses ingleses que estavam baseados nos costumes, nas práticas cotidianas e na tradição

327 BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 46.
328 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1856. AHRS.
329 Ibidem, 12 set. 1856.

oral. O respeito aos direitos costumeiros e o acesso às terras comunais podiam ser essenciais para o sustento dos camponeses. O cercamento daquelas terras, a erosão dos usos do direito comum e as mudanças nas relações sociais eram parte de um longo processo de penetração capitalista na economia camponesa.[330] Respeitadas todas as diferenças de contexto, é possível afirmar que também os autores daquele abaixo-assinado do Campo Novo (1856) basearam seu direito em normas tradicionais e práticas costumeiras que, depois da criação da Lei de Terras, foram se tornando insuficientes para permitir o acesso aos espaços por eles utilizados.

Zarth analisou outros casos de apropriação de terras naquela mesma região, especialmente um de 1876, que resultou no apelo direto dos moradores ao imperador brasileiro e explicou que:

> A privatização dos ervais públicos e das terras de florestas iniciou-se numa fase posterior à apropriação dos campos nativos. Esta fase foi uma etapa de longa luta na qual os coletores de erva acabaram por submeter-se à força dos usurpadores que controlavam várias instâncias do poder público e não vacilaram em usá-las em proveito próprio. [331]

Vários outros estudos recentes detalharam este processo na ótica da História Agrária. Para José Antonio Moraes do Nascimento a terra de uso comum ou de "servidão coletiva de grande número de pessoas foi extinta, surgindo em seu lugar a propriedade privada individual de poucos proprietários".[332] Lurdes Grolli Ardenghi mostrou como caboclos agiram com violência, em 1924, contra os agrimensores da companhia privada que fundou a colônia Sarandi em terras que eles ocupavam há décadas. No contexto do conflito político de 1923, a disputa foi resolvida com a expulsão dos caboclos, vistos como

330 THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
331 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho:* 1850-1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 59.
332 NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. Terra de servidão coletiva no Alto Uruguai, da província do Rio Grande do Sul. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2009. p. 67.

intrusos.[333] As disputas pelo acesso à terra e aos bens ambientais tiveram, portanto, uma face violenta e foram muito além da redação de abaixo-assinados, de denúncias e de embates judiciais. Conforme Marcia Caron, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda, que atuou no Norte do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, tratou a presença de caboclos nas terras destinadas à colonização como um incômodo, que resolveu associando-se às autoridades locais para forçar a compra da área ocupada ou o despejo dos "intrusos".[334] Dos oitenta processos de medição de terras e legitimação de posse (com base na Lei de 1850) analisados por Helen Ortiz em Soledade RS, cinquenta deles contém informações sobre o extrativismo de erva-mate, precedido pelo cultivo de feijão e milho, seguido pela produção de outros gêneros primários e acompanhado pela criação de gado. Contudo, em 75% dos casos estudados a área legitimada era superior a 500 hectares e a ausência dos proprietários chegava a 51%, isto é, eles não moravam na propriedade e nela trabalhavam capatazes, agregados, peões e escravos. Conforme Ortiz, a legitimação da posse aconteceu, muitas vezes, por meios fraudulentos e implicou na expropriação dos legítimos posseiros.[335]

Os caboclos foram acusados de destruir os ervais. Beschoren chegou a escrever: "A maior parte dos bens nacionais foram devastados irresponsavelmente pela população, apesar de haver fiscais, empregados pelo governo, com obrigação de observar a exploração dos ervais, para que fosse feita de maneira controlada".[336] É essencial notar, contudo, que a privatização dos espaços de uso comum, das terras florestais e dos ervais públicos significou, além de uma questão agrária, a desestruturação de um sistema produtivo baseado em costumes e normas tradicionais que permitia, mesmo que não plenamente, a conservação dos ervais nativos, sua exploração por longo período e a sobrevivência de muitos trabalhadores pobres que não tiveram condições de se

333 ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis:* luta e resistência em Palmeira das Missões. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. p. 174-183.

334 CARON, Márcia dos Santos. *Mapear, demarcar, vender:* a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho, 1915/1930. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009. p. 112-124

335 ORTIZ, Helen S. *O banquete dos ausentes:* a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. p. 154-190.

336 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 22,

tornarem proprietários. Por outro lado, a expropriação dos posseiros significou o aumento do número de pessoas sem terras que migrou para o Norte do estado e da pressão sobre os ervais nativos daquela região. O consumo de erva-mate aumentou nos anos 1800 e os caboclos, aqueles que entravam na floresta, envolveram-se mais em um sistema de produção e comércio que exigiu quantidades crescentes do produto. Deve-se então concordar com a interpretação de Zarth, para quem:

> um dos indícios da destruição dos ervais nativos pelos ervateiros, se considerarmos verdadeiras as críticas dos cronistas e autoridades municipais, é justamente o aumento da exploração do mate para o mercado. O estímulo do mercado pode ter colaborado com força para desarticular o modo de vida da população tradicional.[337]

Em 1968, o biólogo Garrett James Hardin publicou o artigo *A tragédia dos comuns* na revista *Science* e nele defendeu que os recursos mantidos em comum estão condenados à superexploração, à tragédia, pois ninguém os protege. Além disso, argumentou: "a única maneira de preservar e cultivar outras e preciosas liberdades é abrir mão da liberdade de procriar".[338] Thompson contrapôs as "teses sombrias" de Hardin afirmando que elas derivaram de argumentos dos defensores ingleses dos cercamentos dos campos e das ideias de Thomas Malthus. Os camponeses, segundo Thompson, souberam desenvolver restrições e limites ao uso das áreas comuns.[339] As práticas existentes nos faxinais do Sul do Brasil mostraram que os argumentos de Hardin não podem ser aplicados aos ervais de uso comum. Ao estudar a realidade do Paraná, Chang Man Yu denominou de sistema faxinal uma forma particular de aproveitamento da floresta conjugada com as áreas circunvizinhas, "cuja peculiaridade se assenta sobre o uso comum das terras de faxinal para a criação extensiva e para o extrativismo de erva-mate", mas também para a extração secundária de madeira e a policultura alimentar. Estes sistemas coletivos de utilização da terra e de manejo florestal, muito presentes no século XIX, são casos de auto-organização dos caboclos, baseada em tradições e em concepções próprias de propriedade e de

337 ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações.* São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 71.

338 HARDIN, Garrett J. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968. (Tradução nossa). Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 13 out. 2012.

339 THOMPSON, op. cit., p. 93.

responsabilidade.[340] Um testemunho da capacidade de organização dos caboclos no Rio Grande do Sul é o relato do cronista Evaristo de Castro, no qual ele descreveu a racionalidade do trabalho coletivo combinado com o lazer, presente no final do século XIX.[341]

Ao final do período estudado o contexto de produção e comercialização do mate havia mudado significativamente, com implicações sobre a conservação dos ervais. Na "secção commercial" do jornal O Nacional de 1925, editado em Passo Fundo RS, o autor apócrifo contrapôs o "patriótico" cultivo de erva-mate na Argentina à destruição dos ervais nativos no Brasil, feita "impatrioticamente, barbaramente, sem olharmos para o dia de amanhã". Enquanto na Argentina, a principal compradora do produto brasileiro, havia crédito bancário para fomentar a atividade e imensos ervais plantados, argumentou ele, "nós destruimos os hervaes naturaes que possuimos, sem cogitarmos de substituil-os, amplial-os! [...] Plantemos herva-matte!"[342] Além de denunciar a negligência na conservação dos ervais, a comparação serve para compreender que o cultivo da *Ilex* não se resumiu ao domínio das técnicas de germinação da semente e transplante de mudas. A existência de ervais nativos no Brasil, ainda na metade da década de 1920 e o fraco controle governamental mantinham a extração mais rentável que a plantação. Os ervateiros argentinos informaram ter aumentado sua produção de 5.000 para 22.500 toneladas entre 1920 e 1929, sem atender a necessidade interna e responsabilizaram os produtores brasileiros pela redução do preço da erva-mate. Organizados na Associação Argentina de Plantadores de Erva-Mate, eles pediram ao governo, sem sucesso, a elevação da tarifa do imposto de importação e o aumento das exigências sanitárias.[343] O autor do texto do jornal citado fez uma análise superficial da questão e pensou exclusivamente na situação do Rio Grande do Sul, onde os ervais estavam menos conservados. Em Santa Catarina e no Paraná, de onde o país vizinho importava a maior parte da erva-mate, ainda existiam extensos ervais nativos no período e os empresários daqueles estados praticaram *dumping*, isto é, venderam o produto abaixo do custo de produção para prejudicar os cultivadores argentinos. De qualquer

340 CHANG, Man Yu. Faxinais no Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 3, n. 3, 1985. p. 86.
341 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descriptiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typ. do Commercial, 1887. p. 278-279.
342 O Nacional, 18 jul. 1925, p. 3. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.
343 Ibidem, 20 fev. 1930, p. 2; 22 jan. 1931, p. 4.

modo, as exportações brasileiras de erva-mate para Buenos Aires diminuíram a partir de 1933.[344]

3.7 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO PARANÁ, SANTA CATARINA E MATO GROSSO

No Paraná as manifestações oficiais sobre a conservação dos ervais nativos iniciaram logo após a criação da província, em 1853. Dois temas eram centrais em um ofício enviado pela câmara municipal de Curitiba ao governo provincial em 1856: os "meios mais convenientes e efficazes para o fim de impedir-se o corte da herva mate fóra do tempo e obstar-se a falsificação d'este genero". O meio apontado pela câmara para a conservação era, simplesmente, "regularizar o córte", mas a justificativa para tal medida revela conhecimento biológico, isto é, o corte da planta fora da estação própria "importaria o seu definhamento".[345] A proibição era necessária

> nos mezes em que o arbusto está brotando ou com o broto ainda novo, pois que em tal tempo o arbusto ressente-se d'essa contrariedade ao desenvolvimento da vegetação, e as suas folhas não tem a necessaria madureza e succo para tornar-se propria ao uzo a que é destinada, verdades que o povo, fascinado pelo interesse no momento, parece desconhecer.[346]

A mesma compreensão dos tempos e ritmos da natureza pode ser encontrado em outro documento de 1856, dirigido ao governo do Paraná, no qual se discutiu o valor jurídico das ações do Estado e o parecerista argumentou: "a colheita de mate que se prohibe fazer em certo tempo do anno, não é sinão a que tras consigo destruição de uma verdadeira e abundante colheita feita em tempo opportuno".[347] Parte considerável dos textos oficiais que tratam dos ervais nativos argumentaram, contudo, a necessidade de sua conservação por razões econômicas, exprimindo-se assim: "Sendo a herva mate o principal ramo de industria e commercio d'esta Provincia..."[348] As medidas de

344 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. p. 358.
345 Correspondência da Câmara Municipal de Curitiba, 4 abr. 1856. APPR.
346 Ibidem.
347 Correspondência de Luis Francisco [ilegível] ao governo da província do Paraná. 20 abr. 1856. APPR.
348 Correspondência da Câmara Municipal de Curitiba, 4 abr. 1856. AHPR.

proteção possivelmente não tiveram os resultados esperados. O fiscal da vila de Guarapuava, em 1861, dirigiu ofício ao presidente da província denunciando que os ervateiros que exploravam as matas situadas entre Palmas e Nonoai estavam estragando os ervais, pois "se vê algumas alves de érva mate deribadas a machado".[349] Em 1881 a câmara municipal de Arraial Queimado enviou ofício ao presidente da província do Paraná solicitando ampliação do tempo de corte da erva-mate.[350] Naquele mesmo ano, possivelmente recebendo pressões de empresários do mate, o Governo e a Assembleia Legislativa paranaenses permitiram o corte da erva-mate de 1º de janeiro a 30 de setembro, isto é, autorizaram o extrativismo também no período menos favorável à planta: o verão.[351] A exploração descontrolada dos ervais nativos coincidiu com o aumento na extração de madeiras, especialmente o pinho. A diminuição dos ervais foi percebida como uma contradição por autores que visitaram o Sul do Brasil, como Sebastião Ferreira Soares, que dedicou um capítulo ao mate em seu livro de 1860. Na sua percepção:

> ...já houve muito maior quantidade desta arvore em outros tempos, e sensivelmente se vai reconhecendo a sua diminuição, e de todo terá de desapparecer se em tempo não tratar-se do seu plantio, e mesmo da conservação das que existem nas selvas. É difficil de acreditar-se, porém é uma verdade incontestavel, que uma arvore que offerece espontaneamente os seus produtos para uma industria tão importante [...] tenha sido e continue a ser destruida por aquelles mesmos que della tirão os meios de sua subsistencia, e talvez os capitaes que accumulão.[352]

Na compreensão das autoridades do início do século XX, erva-mate foi "o grande bem do Paraná", constituiu a "columna de ouro da nossa riqueza economica; della emana as nossas principaes fontes de

349 Correspondência de João Manoel da Silva para Antonio Barbosa Gomes Nogueira, 8 maio 1861. APPR.

350 Correspondência da Câmara Municipal de Arraial Queimado para José Pedrosa, 15 mar. 1881. APPR.

351 Decreto da Assembleia Legislativa do Paraná, 21 mar. 1881. Carta de lei da Presidência do Paraná, 22 mar. 1881. APPR.

352 SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve e Comp., 1860. p. 94.

renda; nella assenta todo o engrandecimento, a prosperidade do Paraná". A necessidade de conservação dos ervais significou pouco diante de um discurso oficial como este: "Possue o Paraná viveiros inesgotáveis de mate, hervaes riquissimos, que represantam copiosos mananciais de materia prima necessaria ao desenvolvimento da industria, por mais ampla que se torna o consumo de nosso principal producto".[353] Ao final da década de 1920, quando o governo e as indústrias madeireiras decidiram "defender o patrimônio florestal do Estado", eles redigiram uma proposta para restaurar as florestas devastadas, regulamentar as derrubadas para a agricultura, multiplicar os hortos florestais, regular o corte de árvores para a indústria, entre outras medidas. A sugestão mais reveladora da sobreposição dos interesses econômicos aos cuidados com a conservação das florestas foi a de estudar e cultivar essências exóticas que se adaptassem ao clima local, especialmente as semelhantes à *Araucaria angustifolia* que tivessem aceitação nos mercados internacionais. Nas regiões de ervais onde havia extração de madeira, se sugeriu adensar o erval existente por meio do plantio da *Ilex*.[354]

Em 1926, o deputado Romario Martins propôs reunir e reordenar a legislação ervateira paranaense por meio do Código da Erva-mate. Definição de erval, formas de exploração, fiscalização, tipos comerciais de erva-mate e punições aos infratores constavam no projeto de código apresentado à Assembleia Legislativa. Quanto a conservação dos ervais, Martins redefiniu o período anual de coleta (de 15 de maio a 15 de outubro) com a possibilidade de antecipar em um mês seu início, especificou que o corte devia ser feito de modo "que os galhos não lasquem" e que o ponto cortado "não receba acção directa dos raios solares, da chuva e da geada", estabeleceu em três anos o intervalo mínimo entre cada coleta e protegeu os pinheiros existentes em ervais, que deveriam "ser zelosamente conservados em benefício das herveiras, que são plantas umbrophilas que nelles têm sua natural e necessaria proteccção".[355]

Nos arquivos de Santa Catarina existem poucos documentos que respondem à questão de como os governantes e os ervateiros

353 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhos da Rocha, presidente do Estado, ao installar-se a 1ª sessão da 16ª legislatura. Curityba: sn. 1922. p. 43.

354 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao installar-se a 2ª sessão da 19ª legislatura. Curityba: sn., 1929. p. 51.

355 PARANÁ. *Codigo da Herva-mate:* projecto do deputado Romario Martins. 1925. p. 7-8. MP.

promoveram e compreenderam a conservação de florestas e ervais nativos no estado. Na forma de pensar do presidente Ernesto Francisco de Lima Santos:

> A vastidão de tantas mattas admiraveis provocando o machado do cultivador; a uberdade deste solo que, desafiando os rasgões profundos do arado, ambiciona receber a semente para dar-lhe um germinação vigorosa; a magestade de tantos rios que facilmente se prestam ao transporte rapido de mercadorias, reclamam, por certo, uma lavoura gigante e mais compativel com as forças productivas da natureza.[356]

No texto romântico deste presidente, que governou durante poucos meses do ano de 1882, a mata, o solo e os rios ganharam atributos humanos. Eles provocam, desafiam, ambicionam e reclamam, isto é, agem como se esperassem e desejassem uma ação transformadora. Santos possivelmente representou a forma de pensar de uma parte dos governantes e dos empresários da província, que viam as florestas como repositórios de bens ambientais aguardando a exploração econômica.

Assim como no Rio Grande do Sul, após a Lei de Terras de 1850 intensificou-se a apropriação privada de áreas devolutas em Santa Catarina, inclusive de espaços florestais e de ervais nativos. Conforme Paulo Pinheiro Machado, nos Planaltos médio e norte o predomínio de florestas, ervais e faxinais sobre os campos "contribuiu, inicialmente, para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes".[357] No início do século XX a luta pela terra esteve vinculada ainda com a expansão da fronteira agropecuária para o oeste, a atuação das companhias colonizadoras privadas, bem como da *Brazil Railway* e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company,* que promoveram a grilagem e a usurpação de terras dos posseiros. Com a implantação do transporte ferroviário decaiu o comércio ligado ao caminho das tropas e instalou-se uma depressão econômica na região.[358] Possivelmente este conjunto de profundas mudanças, ao qual somou o conflito do

356 Exposição com que ao Exmo. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento, 3º vice-presidente, passou a administração da provincia o Exmo. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos em 30 de junho de 1882. Desterro: Gabinete Typographico, 1885. p. 88.

357 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 335.

358 Ibidem, p. 337.

Contestado, se refletiu na conservação dos ervais catarinenses, pois desarticulou as tradicionais formas de extração de bens florestais e de organização social cabocla.

De acordo com Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, a *Lumber* atuou na extração e exportação de madeira de araucária no Sul do Brasil, empregando tecnologia sofisticada para os padrões da época. Ela se dedicou também, por um breve período no início do século XX, à extração e ao comércio de erva-mate no Norte de Santa Catarina.[359] Para Alexandre Tomporoski, "além de explorar os vastos ervais nativos localizados nas terras recebidas na concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a *Ilex* de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquiridas junto a pequenos produtores/coletores". A estrutura própria de barracões, ferrovias e barcos tornou a Companhia mais competitiva em relação aos empresários locais. Entretanto, toras gigantescas eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários e "destruíam toda a vegetação que estivesse em seu caminho, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva-mate."[360] O autor não citou a fonte desta informação, mas possivelmente se baseou no filme publicitário da Companhia, produzido em 1922 por Alberto Botelho, no qual a extração de madeira em escala industrial foi retratada.

Também Marlon Brandt fez uma abordagem socioambiental das mudanças que ocorreram nos campos do Planalto de Santa Catarina no final do século XIX e início do XX, com especial atenção para as terras de uso comum. Conforme ele, as áreas florestais eram importantes na criação de porcos a solta, pois os animais se alimentavam do pinhão. Contudo,

> A população posseira, despojada de suas terras e dos espaços onde era possível o uso da terra em comum, acabou sendo forçada a optar por dois caminhos: a inserção na nova lógica econômica, como agregados ou assalariados em alguma

359 CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta:* a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

360 TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Entre o patrão e o coronel: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 3. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 20 dez. 2012.

> serraria, ou a busca de novas terras, cada vez mais distantes, onde pudessem se apossar de uma porção de terras e permanecer com o costume da criação à solta. Os criadores proprietários de pequenas porções de terra, por sua vez, sentiam a redução cada vez maior dos espaços de uso em comum, o que impedia o livre trânsito dos seus animais, sobretudo os porcos, agora confinados em mangueiras e chiqueiros, à maneira dos colonos.[361]

A primeira providência do governo estadual para a conservação dos ervais foi a criação de Lei n. 700/1906, que limitou a coleta ao período de maio a setembro, exigiu o intervalo de três anos entre cada safra, proibiu o uso de ervas nocivas na fabricação e possibilitou que o denunciante de uma infração recebesse a metade da multa imposta.[362] Uma segunda medida claramente voltada para a conservação dos ervais foi a criação da Lei n. 1487 de 1925, que fixou punições àqueles que coletassem fora do prazo ou falsificassem a erva-mate. Sua regulamentação, contudo, aconteceu somente em 1927 e teve como principais medidas: a restrição do corte ao período de primeiro de maio a 15 de outubro de cada ano, a definição do valor das multas a serem aplicadas aos proprietários, assalariados e comerciantes infratores, a especificação dos procedimentos a serem adotados no caso de apreensão de erva falsificada e o detalhamento de práticas de manejo florestal. Esta última medida trouxe para o texto legal o conhecimento dos ervateiros, pois exigia que o corte fosse realizado de baixo para cima, a fim de evitar lascas na parte do galho que permanecia na erveira. Ela também permitia a coleta em um mesmo erval a cada três anos e proibia a derrubada de árvores de *Ilex*, tendo como única exceção a necessidade de abrir estradas de rodagem. Treze dos vinte artigos do decreto

361 BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p. 193.

362 SANTA CATARINA. *Lei n. 700 de 27 out. 1906:* regulamenta o corte da erva-mate no Estado de Santa Catarina e define as formas de fiscalização. Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (CMALSC).

tratavam da aplicação de multas ou de outra sanção, revelando que a lógica punitiva orientou os legisladores.[363]

No Mato Grosso, conforme Gilmar Arruda, a Companhia Matte Larangeira conquistou o poder de exercer uma função pública na área dos ervais concedidos pelo Estado. Especialmente a partir de 1894, ela devia zelar pela conservação das matas e ervais, não permitindo que estranhos se estabelecessem sem a sua autorização. Na prática, a Companhia não priorizou a conservação dos ervais e da floresta, mas manteve a exclusividade sobre aquele espaço.[364] A própria concessão de 1882, feita a Thomaz Larangeira por dez anos, continha cláusulas de proteção ambiental, pois proibiu a extração de madeira para o comércio e não autorizou a caça e a pesca sem licença da autoridade municipal ou em época imprópria. Ela continha ainda uma cláusula que obrigava o concessionário a remeter ao Museu Nacional amostras de vegetais, animais e minerais, assim como artefatos indígenas que parecessem úteis à ciência. Por outro lado, o texto da concessão permitia a colheita no mesmo erval depois de decorridos apenas dois anos.[365]

3.8 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NA ARGENTINA E NO PARAGUAI

Na Argentina as ações visando a conservação dos ervais nativos não foram muito diferentes daquelas realizadas no Brasil. Os "excessos horrorosos cometidos pelos beneficiadores de erva" e a regulamentação governamental existiram, pelo menos, desde 1810, sob o governo de Manuel Belgrano.[366] Na década de 1830 a província de Corrientes incorporou o território de Misiones e criou uma lei específica para

363 Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, governador do Estado de Santa Catharina. Florianópolis: sn., 1927. SANTA CATARINA. Lei n. 1487 de 17 de agosto de 1925: autoriza a regulamentação da colheita da herva matte. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. SANTA CATARINA. *Decreto n. 29*, de 27 de abril de 1927: regulamenta a Lei 1487/1925 e cria o Regulamento para a colheita da herva mate. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Arquivo Histórico de Joinville.

364 ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: EDUEL, 1997. p. 34-35.

365 BRASIL. *Decreto n. 8799 de 9 de dezembro de 1882*. Concede permissão a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na Província de Mato Grosso. Citado por: ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986. p. 195-310.

366 ARGENTINA. Reglamento para la administracion de los pueblos de Misiones, 1810. Transcrito por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 181. (Tradução nossa).

regular o acesso aos ervais, cobrar impostos e promover a sua conservação, na qual proibiu o corte das árvores de erva-mate. Em 1864 o governo correntino promulgou um regulamento, cujo foco principal era o controle do acesso aos ervais. A opção pela conservação estava claramente expressa na definição de um período anual para a coleta, na exigência do intervalo de quatro anos entre um corte e outro e na proibição de remover o broto principal do centro da árvore, considerado essencial para a recuperação da planta. Também em 1876 a província de Corrientes legislou sobre o mate e repetiu grande parte das regras contidas nos documentos anteriores. Manteve a proibição de cortar o galho principal da árvore, chamada de *banderola*, bem como a restrição ao corte raso, ao cultivo agrícola e às habitações permanentes no interior dos ervais. As punições previstas para os infratores incluíam, além de multa, o confisco da erva produzida e o impedimento de entrar nos ervais por até três anos. O regulamento previa ainda que parte da multa imposta fosse paga em benefício do delator.[367]

Alejo Peyret, um escritor franco-argentino do século XIX, considerou as medidas legais insuficientes e argumentou: "Como pode um funcionário, que não tem mais de cinquenta patacões de soldo, vigiar a extensíssima selva de Misiones?"[368] Para Carlos Bossetti, comissário geral encarregado da fiscalização na década de 1880, as autoridades pouco conheciam sobre a região ervateira. Ele defendeu a privatização ou o arrendamento como formas de conservar os ervais argentinos. Os de Payi, situados então no Nordeste de Misiones e tomados aqui como exemplo extremo, estavam quase destruídos na avaliação de Peyret.[369] A partir da década de 1880, quando Misiones se tornou um território da Federação Argentina, uma nova legislação sobre os ervais foi escrita. Em geral ela ratificou o regramento anterior, mas novos aspectos foram incorporados, tais como a proibição da venda de terras com ervais e, em 1894, a divisão do conjunto de ervais em quatro seções, nas quais se faria a rotação, isto é, a cada ano somente uma das seções estava liberada para a exploração. A legislação sobre os ervais argentinos continuou em constante reelaboração: em 1896 foi publicado um amplo regulamento nacional, em 1903 criou-se uma Lei de Terras que permitiu

367 CORRIENTES. Ley de 29 de octubre de 1832. CORRIENTES. Reglamento para los yerbales de las Misiones de 7 de enero de 1864. CORRIENTES. Reglamento de 20 de noviembre de 1876. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 57-64; 125-143.

368 PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. p. 83; (Tradução nossa). BNAR.

369 Ibidem, p. 87.

a venda e o arrendamento de ervais e se decretou um novo regulamento para a exploração de bosques e ervais, um decreto de 1906 considerou os ervais sujeitos a mesma proteção das áreas florestais e em 1907 outro regulamento redefiniu as regras para a concessão de ervais, abertura de picadas e instalação de roçados.[370]

O botânico e micólogo Carlos Spegazzini constatou, no início da década de 1910, que a maioria dos ervais da província de Misiones estavam destruídos ou estragados. A única exceção eram os ervais de San Antonio, cuja exploração havia então recentemente iniciado. Os danos eram causados tanto pela população pobre e desocupada quanto pelas grandes empresas ervateiras. Os pobres "não tendo outro meio de subsistência, se dirigiam às florestas e colhiam algumas arrobas de erva que vendiam aos comerciantes de suas respectiva colônias ou povoados" e o faziam a preços irrisórios, escreveu ele. As empresas, usando o sistema de *obrages*, exigiam dos trabalhadores tarefeiros a extração de um mínimo de seis arrobas diárias de folhas e ramos da *Ilex*. Para aumentar a produtividade do trabalho, os cuidados com a erveira eram mínimos. Somente em lugares muito visíveis, como ao lado de uma picada principal, os tarefeiros mantinham a *banderola*. Para Spegazzini não havia dúvida de que os ervais nativos de Misiones estavam condenados a desaparecer.[371]

Na *Ley de bosques y yerbales*, enviada como projeto ao Congresso Nacional Argentino em 1915, se aspirou "resolver de modo definitivo e as múltiplas e complexas questões relacionadas com a propriedade selvícola", integrando exploração, conservação, replantio, fiscalização e administração de florestas pertencentes ao Estado. No alcance da lei estavam os ervais e também as concentrações do quebracho colorado (*Schinopsis balansae* Engl.), localizadas no Centro-Norte argentino, importantes fontes de tanino para o curtume, bem como

370 ARGENTINA. Ley de venta de tierras y division de los territorios nacionales, 1882. ARGENTINA. Decreto prohibindo la venta de terrenos de yerbales, poniendo en vigencia el reglamento de 1876 y pasando al Ministerio de Hacienda el conocimiento de los assuntos relativos á yerbales, 1894. ARGENTINA. Decreto reglamentando la elaboración (sic) de los yerbales y creando su inspección, 1894. MISIONES. Reglamentando de yerbales, 1894. In: *La tierra pública e su colonización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso, 1894. BNAR. ARGENTINA. Decreto de 27 de marzo de 1896. ARGENTINA. Ley n. 4167 de 8 de enero de 1903, Ley de Tierras. ARGENTINA. Decreto de 18 de diciembre de 1903. ARGENTINA. Decreto de 1906. ARGENTINA. Reglamento de 6 de setiembre de 1907. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 150-178. BNAR.

371 SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914. p. 77; 86; 91-92. (Tradução nossa).

as áreas de ocorrência de madeiras de boa qualidade. O discurso que acompanhou o projeto de lei denominou as florestas de "riqueza pública" e argumentou que os ecos da maior prosperidade do país "chegam às florestas distantes, que pouco a pouco deixam de ser exclusivamente guarida das tribos selvagens e dos animais ferozes, para brindar seus tesouros ao homem de labor que se dirige para trabalhar neles, sob o amparo das leis liberais da República". O projeto de lei continha um levantamento das florestas do estado, nas quais a livre exploração foi proibida. Por outro lado, ele definiu as regras para a concessão de áreas que variavam 100 a 40.000 hectares. Redigiu-se uma seção exclusiva para tratar da extração ervateira, na qual o erval foi definido na perspectiva da exploração econômica como: "todo conjunto de árvores de erva-mate [...] que permita a formação de um acampamento ervateiro, podendo ser o mínimo até três plantas por hectare, que chegaram ao seu completo desenvolvimento". Os artigos seguintes situaram as zonas ervateiras, normatizaram o beneficiamento, regraram as concessões e visaram a conservação dos ervais. Nota-se um afrouxamento no texto legal: o artigo 46 permitiu que o Ministério da Agricultura, após avaliação, ampliasse até setembro o período de corte. O mesmo ministério também podia permitir a coleta das folhas de plantas jovens em ervais densos. Os roçados e a pecuária de subsistência próximos à floresta continuaram permitidos, mas não se podia usar o fogo para a limpeza do terreno da clareira. O artigo 52, por outro lado, classificou como "cortada sem autorização" a árvore de *Ilex* que fosse queimada em sua base ou sofresse algum tipo de dano. A erva-mate voltou a aparecer com destaque na parte da Lei que especificou as multas aos infratores.[372]

Para Ernesto Daumas, a exploração desordenada e intensiva dos ervais nativos argentinos levou ao desaparecimento da erva-mate nacional do mercado local no fim do século XIX.[373] A conservação daqueles ervais também não foi assegurada pela legislação criada no início do século XX. A partir de então o cultivo da erva-mate e a formação de ervais "artificiais" conferiu uma nova lógica à atividade, que será discutida no próximo capítulo.

No Paraguai os esforços para a conservação dos ervais nativos foram marcados pela criação, em lei de 1912, da *Comissão Inspectora*

372 ARGENTINA. *Ley de bosques y yerbales*: proyecto, 1915. Buenos Aires: Talles Gráficos del Ministério de Agricultura de la Nación, 1915. p. 20; 57-86. (Tradução nossa). BNAR.

373 DAUMAS, Ernesto. *El problema de la yerba mate*. Buenos Aires: Asociación Argentina de Plantadores de Yerba Mate; Compañia Impresora Argentina, 1930. p. 6. BNPY.

de Yerbales, composta por cinco pessoas. Esta lei definiu que um mesmo erval não podia ser cortado antes do decurso de três anos da última coleta e restringiu o corte ao período de primeiro de janeiro a 31 de agosto. Guias de arrecadação de impostos, livros de registro, atribuições dos agentes e a previsão de punições aos infratores figuram nos demais artigos da lei. Cinquenta por cento do valor de cada multa podia ser dividido entre o denunciante, os apreensores e seu chefe. A regulamentação da lei, feita por decreto em 1913, detalhou a forma como deviam ser registrados os ervais. Outro decreto, este de 1915, completou a regulamentação ao permitir e estabelecer regras para o arrendamento de ervais públicos a exploradores privados. No ano seguinte, 1916, um decreto presidencial exigiu dos proprietários de terras contendo ervais não registrados a comprovação de que estes se formaram depois do registro. O texto legal usa as expressões "naturais" ou "artificias" para diferenciar os ervais nativos dos cultivados, evidenciando a ampliação do cultivo. Neste conjunto de medidas legais se percebe um esforço do Estado para, prioritariamente, controlar a arrecadação de impostos e ampliar a receita proveniente da atividade ervateira. A conservação dos ervais nativos, embora presente, recebeu menor atenção.[374]

3.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro que os ervais nativos não podem ser desvinculados da floresta quando se quer compreender a história ambiental da erva-mate. Os ervais eram floresta e seu extrativismo assemelhava-se ao corte da madeira, menos em um aspecto essencial: renovavam-se com maior rapidez. Enquanto uma árvore de madeira densa leva décadas para atingir o tamanho desejado pela indústria madeireira, a *Ilex* se renova em ciclos de quatro anos.

Existe uma importante semelhança na forma como a conservação dos ervais nativos foi tratada pelas câmaras municipais e pelos governos dos três estados do Sul do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Todos eles criaram leis e normas para regular o acesso aos ervais, controlar sua exploração e punir os infratores. E o fizeram repetidas vezes, ou seja, reelaboraram constantemente a legislação, acompanhando as mudanças conjunturais ou cedendo às pressões dos grupos sociais envolvidos e das empresas ervateiras. Em todos os casos a existência da legislação e a

374 PARAGUAY. *Leyes y decretos vigentes sobre tierras, montes y yerbales fiscales*. Asuncion: Talleres Gráficos del Estado, 1919. p. 37-47. BNPY.

atuação do Estado parecem ter sido insuficientes para conservar os ervais nativos. Quando muito, ajudaram a retardar sua transformação em espaços cultivados.

A conclusão mais plausível é a de que um conjunto de complexas mudanças políticas, econômicas e sociais que vinham ocorrendo na segunda metade do século XIX e início do XX, inviabilizaram tanto o modo de vida das populações que viviam do extrativismo do mate quanto a existência dos ervais nativos.

156

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

4 COLONOS ERVATEIROS

> ...em pouco [mais] de dois anos apenas regredimos a um estado primitivo tal, quase igual aos caboclos nascidos lá no mato. João Weiss.

Os imigrantes procedentes da Europa que se instalaram no Sul do Brasil a partir do século XIX geralmente são vinculados pela historiografia com a produção agrícola em lotes coloniais e com a pequena pecuária. Este capítulo analisa algumas experiências de colonização no Brasil, na Argentina e no Paraguai e afirma a existência de um expressivo envolvimento de imigrantes com o extrativismo da erva-mate e com o posterior cultivo da planta, tema pouco presente na história escrita do Sul da América. Discute ainda as implicações que os projetos de colonização tiveram sobre a conservação dos ervais nativos.

4.1 UM TEMA POUCO PRESENTE

Geralmente o mate está ausente dos textos sobre imigração e colonização, como é o caso da obra clássica de Jean Roche *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Nela, ao descrever a vegetação do Planalto riograndense, o autor afirmou que "é, pois, uma região particularmente favorável à floresta", onde "o reverso da Planalto tinha a metade de sua superfície coberta de vegetação campestre, e a segunda metade estava dividida entre o Mato (a floresta subtropical) e os Pinheirais ou Pinhais...", mas não fez qualquer referência aos extensos ervais nativos existentes ainda no século XIX. Adiante argumentou a importância do desbravamento da floresta, denominou o colono alemão de "fabricante de terra", exaltou a produção agrícola que aumentava[375] e não escreveu sobre a existência anterior de uma

375 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 50-53.

expressiva economia ervateira na região. O mate apareceu pontual e perifericamente em diversos lugares dos dois volumes deste clássico, como nas notas sobre Erechim em 1950, nas quais contou 41 indústrias de erva-mate sob administração de descendentes de imigrantes[376] e no seguinte comentário de reprovação:

> É verdade que, independente de qualquer festividade, numerosos colonos adotaram o chimarrão, a infusão de erva-mate tomada na cuia e chupada com o pequeno canudo de prata (bomba), que passa de bôca em bôca: essa falta de higiene como o amargor da beberagem poderiam não ter agradado aos gôsto europeu, mas o chimarrão faz agora parte integrante dos costumes teuto-brasileiros, e bem assim a aguardente de cana ou cachaça.[377]

O geógrafo alemão Leo Waibel também não abordou a produção da erva-mate nas experiências de colonização no Sul do Brasil que estudou. Em um texto de 1949, publicado na respeitada Revista Brasileira de Geografia e tomado aqui como exemplo, ele tratou da colonização das terras florestais do Brasil meridional, avaliou as práticas agrícolas dos colonos e elogiou o progresso econômico e cultural de parte deles, mas não considerou a presença do mate nas áreas coloniais.[378] Na avaliação de Virginia Etges, Waibel foi um dos mais importantes geógrafos da Alemanha no período entre as duas guerras mundiais. Ele também pesquisou a América, onde "o homem, forjador da paisagem cultural," passou a ser o objeto central de sua atenção.[379]

Na obra *A aculturação dos alemães no Brasil*, do antropólogo Emílio Willems, o mate aparece esporadicamente, uma bebida aceita e compreendida como parte de uma mudança profunda de atitudes dos imigrantes, mas não como um produto integrante da economia colonial. Ele usou o conceito de "assimilação", que definiu como "mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e

376 Ibidem, p. 540-541.
377 Ibidem, p. 638-639.
378 WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr-jun. 1949.
379 ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. *GEOgraphia*, Niterói, n. 4, 2000. p. 28.

valores, por novas combinações de atitudes e valores que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente".[380]

4.2 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Durante o século XIX o comércio do mate se destacou como uma das principais atividades econômicas do Sul do Brasil, de onde era exportado para outros países da bacia do rio da Prata.[381] O trabalho de extração e preparo do mate geralmente era realizado por caboclos e, neste contexto, chamados de ervateiros.

Ainda no século XIX a realidade das áreas florestais do Rio Grande do Sul começou a mudar rapidamente: projetos de colonização estimularam e viabilizaram o repovoamento do território com imigrantes transformados em colonos que se dedicaram a remover o mato, cultivar o solo e criar animais domésticos. Colonos podem ser conceituados, neste contexto, como os camponeses livres, imigrantes provenientes da Europa durante grande fluxo populacional iniciado no século XIX e que durou até a década de 1930 ou seus descendentes nascidos no Brasil, que se tornaram proprietários de pequenos lotes rurais nos quais trabalhavam prioritariamente os membros da família.

Com a colonização, o ambiente foi transformado, a terra privatizada, novas paisagens foram construídas, animais e plantas que antes predominavam nos ecossistemas florestais perderam seu habitat. Conforme Sílvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz, "Entre 1850 e 1950, a cobertura vegetal do Rio Grande do Sul foi drasticamente reduzida pelo empreendimento colonial. Flora e fauna nativas foram profundamente alteradas pela transformação dos ecossistemas e pela poluição ambiental [...]".[382] Para Zarth, "A destruição da floresta pela agricultura foi sobretudo uma decisão de política pública deliberada. A ruptura com os sistemas anteriores e o forte impacto ambiental da agricultura no RS e no Planalto em particular, no final dos anos

380 WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil:* estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 16; 149.

381 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

382 CORREA, Sílvio M. S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promissão:* uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF, 2006. p. 132

oitocentos, foi decorrente de uma nova concepção de natureza e de política agrária".[383]

De uma agricultura e pecuária de subsistência, gradativamente os colonos passaram a produzir para o mercado urbano, especialmente no espaço próximo à capital Porto Alegre. Ao final daquele século o processo de colonização por imigrantes europeus e seus descendentes prosseguiu e se expandiu para o Planalto riograndense, especialmente sobre as áreas de floresta intercaladas com os campos (Figura 24). A população cabocla, vinculada às florestas e aos ervais, sofreu um processo de exclusão, pois a maioria dos projetos de colonização não estava preferencialmente voltados para ela.

Os imigrantes interagiram com esta população nas áreas de colonização e, conforme Daniel Schneider, não promoveram uma ruptura com o modo de vida caboclo e com suas técnicas agrícolas, mas acolheram, adaptaram conhecimentos e lentamente moldaram a paisagem colonial.[384] Esta interpretação, elaborada também por vários outros historiadores, difere muito daquela que se tornou a mais difundida durante o século XX, na qual os colonos foram retratados com desbravadores de um ambiente inculto. Um dos muitos exemplos possíveis da interpretação predominante é o texto de Luis Alberto de Boni, para quem:

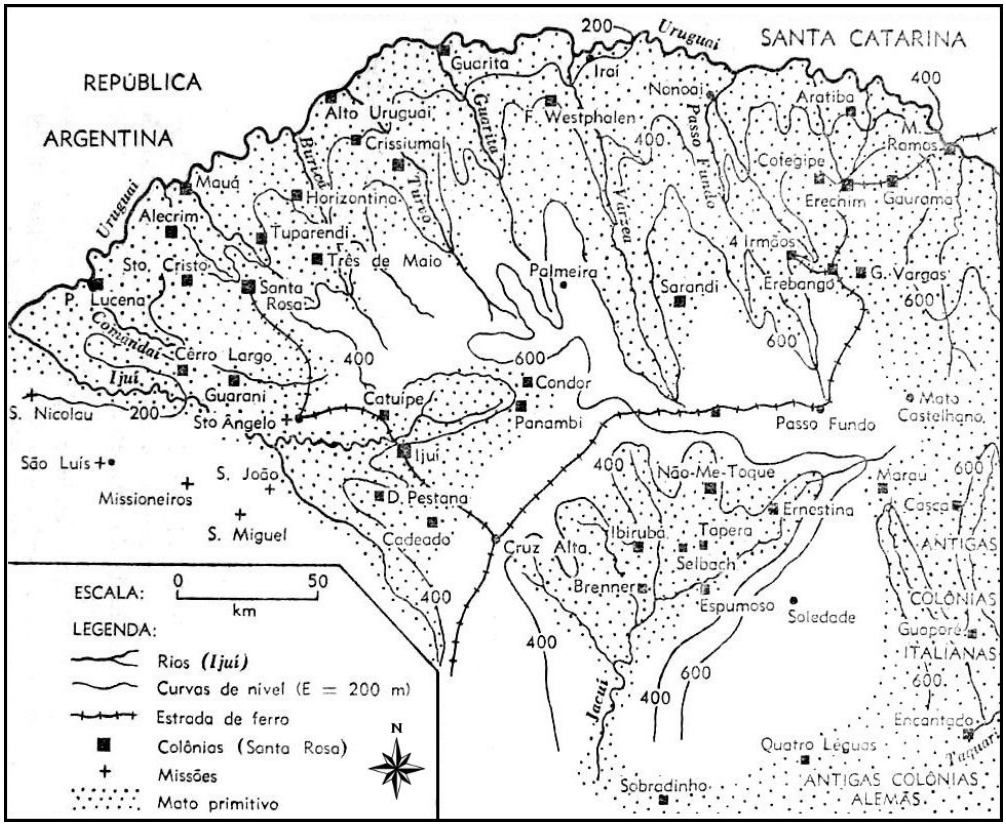
> Perdidos no meio da floresta, isolados da sociedade gaúcha, abandonados pelo poder público, carentes de recursos, os colonos corriam sério perigo de acaboclarem-se. Impossibilitados, pela pobreza, de tentar a viagem de retorno à pátria, restava-lhes apenas a opção entre o trabalho árduo para sobreviver e o desânimo.[385]

383 ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 67.

384 SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil*: o caso da Colônia Ijuí. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

385 BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 235. (Séria Documenta, 4).

Figura 24 – Áreas florestais e colônias de predominância germânica no Norte do Rio Grande do Sul: final do século XIX e início do XX



Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 128.

Diversos documentos indicam a importância do extrativismo da erva-mate silvestre e da bebida para as áreas de colonização, além da agricultura e da pecuária. O imigrante Josef Umann, um operário proveniente da Boêmia que se tornou colono no Brasil e residiu nas proximidades do atual município de Venâncio Aires a partir de 1877, registrou em sua auto-biografia que: "Em atenção à carteira vazia que nos primeiros anos não nos permitiu comprar bebidas caras, como cerveja e vinho, cedo nos habituamos ao chimarrão tão estimulante ao espírito".[386] A ideia do baixo custo do mate foi reforçada por Romario Martins, que argumentou ser o "mate a bebida alimentar mais barata do

386 UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Tradução e notas de Hilda Agnes H. Flores. Porto Alegre: EST; Nova Dimensão, 1997. p. 67.

mundo"[387], pois permite repetidas infusões. Auguste de Saint-Hilaire, muito antes de Umann e Martins, teve a mesma impressão e escreveu: "Quando o mate é de boa qualidade pode-se escaldá-lo até 10 ou 12 vezes sem renovar a erva".[388] O mate foi incorporado ao cotidiano de muitas famílias de colonos. João Weiss, imigrante europeu instalado na colônia Erechim na década de 1910, inicialmente considerou o mate "demasiado amargo", provou a bebida com açúcar e leite e, por fim, "tomavamos chimarrão em cúia com bomba de metal e fumávamos cigarros de fumo preto torcido em palha de milho".[389] O consumo do mate chegou a ser apresentado com exagero como "A bebida diária dos colonos na América do Sul".[390]

Para Emílio Willems houve uma assimilação, caracterizada pela aquisição de valores novos e a perda de valores culturais antigos, pois a

> "naturalidade" com que o teuto-brasileiro aceita a solidão da mata virgem, habita uma casa de madeira sem vidraças, anda descalço, cria filhos analfabetos, cura doenças à maneira cabocla, toma chimarrão, usa o cavalo de montaria, a enxada e o revólver, embriaga-se com cachaça, etc., essa "naturalidade" outra coisa não é senão uma mudança profunda de atitudes.[391]

Um estudo recente de Frederik Schulze concluiu que o mate foi acolhido de forma ambivalente pelos imigrantes alemães no Sul do Brasil: aceito por alguns como uma bebida saudável e, por outros, tratado com um problema de higiene, pois o uso coletivo da bomba implicava em risco de transmissão de doenças contagiosas.[392] Uma alternativa de consumo era o chá de erva-mate. Um anúncio no almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Anuário para os alemães no Brasil) de 1913, editado em língua alemã na cidade de São

387 MARTINS, Romario. *Ilex-Mate*: chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 210.
388 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul:* 1820-1821. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 159-160.
389 WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949. p. 30; 53; 74.
390 Der Deutsche Auswanderer, 1906, p. 42. (Tradução nossa).
391 WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil:* estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 148-149.
392 SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico. In: Martin Dreher et al. (Orgs.). *Anais do XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 730-742.

Leopoldo RS, estimulou o consumo deste chá entre os colonos argumentando que o produto fabricado por Frederico Brusius Netto "é o mais puro e saboroso", que "pode ser obtido em todas as melhores casas de comércio".[393]

Outras fontes de pesquisa consultadas permitem saber que em Caxias do Sul, colônia oficial fundada na província no final do século XIX em terras florestais, realizava-se a análise bromatológica em laboratório do vinho, do trigo, de outros produtos e também da erva-mate.[394] A empresa Rosas, Ribeiro & Company, estabelecida em Porto Alegre, anunciou em um jornal caxiense a compra de qualquer quantidade de erva barbaquá, "pagando os melhores preços da praça", o que correspondia a cerca de 3$500 réis por arroba.[395] No final da década de 1920 outro jornal de Caxias do Sul, o Staffeta Riograndense, transcreveu um artigo do Correio do Povo no qual anunciou, com euforia, que um morador da vizinha colônia Alfredo Chaves (hoje o município de Veranópolis), inventou um forno para secar erva-mate que reduziu de 24 horas para espantosos 24 minutos o tempo necessário para a preparação do produto. O curioso e eficiente invento era um aperfeiçoamento do barbaquá. Foi construído em metal, movido por um motor a vapor e realizava, em sucessão, o sapeco e a secagem da erva. Tinha dois grandes inconvenientes: exigia lubrificação e demandava três fontes de calor, todas geradas a partir da queima de lenha.[396]

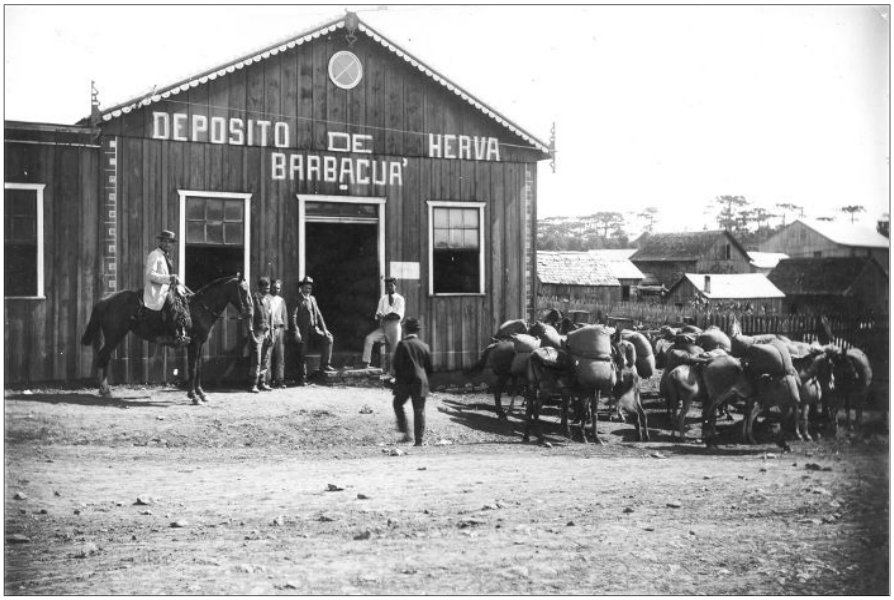
Em seu testemunho oral, o descendente de imigrantes e morador do município de Caxias do Sul, Julio Mauricio Sassi, afirmou que seu pai "adquiria grande quantidade de erva e essa erva-mate era exportada para a Argentina. Esse trabalho durou muitos anos. [...] A erva-mate extraída nessa região sempre foi nativa".[397] É evidente que a indústria do mate não predominava na economia desta região serrana, mas sua presença e importância podem ser consideradas. Adelino Sassi, o pai do entrevistado, recebeu uma medalha de prata e outra de ouro como prêmios pela qualidade da erva-mate mostrada na Exposição Municipal durante a comemoração do Cinquentenário da Colonização Italiana realizada em 1925. Na ocasião, também o produtor Nelson Miller e a

393 Kalender für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo; Cruz Alta: Rotermund, 1913. p. 224. (Tradução nossa).
394 Anais da Assembleia Legislativa, 1905. AHRS.
395 Il Colono Italiano, 27 jul. 1916 e 30 nov. 1916. (Tradução nossa). Museu dos Capuchinhos.
396 Staffetta Riograndense, 10 out. 1928. Museu dos Capuchinhos.
397 Entrevista com Julio Mauricio Sassi, 1996. Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul RS (AHJSA).

empresa De Carli & Pagannelli receberam prêmios por sua erva-mate. O mesmo relatório, ligado à Exposição Municipal comemorativa, informou a exportação de mais de 430.000 quilogramas de mate naquele ano, no valor de cerca de 450 contos de réis. Comparando este com o valor exportado em vinho (12.297 contos), em madeira (3.779 contos) e em trigo (1.953 contos) no mesmo período,[398] se pode ter uma ideia do lugar e da importância da extração da erva-mate na economia de Caxias do Sul: não era um dos produtos principais porque a Floresta Ombrófila Mista que predominava na região não abrigava grandes ervais, mas precisa ser considerada como uma atividade presente naquele contexto colonial.

A Figura 25 representa o depósito de erva-mate de propriedade da família Sassi. A denominação barbacuá ou barbaquá, com se explicou antes, identificava um processo de preparo mais elaborado do que o carijo. Na imagem se pode ver ainda uma expressiva quantidade de mulas carregadas com bolsas de erva-mate, indicando um fluxo considerável do produto na colônia.

Figura 25 - Depósito de erva-mate



Fonte: MANCUSO, Domingos. Depósito de erva-mate barbacuá, 1919. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul RS.

398 Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal de Caxias do Sul pelo intendente Dr. Celeste Gobbato. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. p. 15 e 20. AHRS.

A professora Loraine Slomp Giron, em texto publicado no ano de 1979 sobre a modernização gerada por imigrantes italianos em Caxias do Sul RS, abordou a presença do mate na região e afirmou que "O crescimento da industria colonial se faz de modo intenso até 1925. De 1913 a 1925 surgem 4 indústrias metalúrgicas, fábricas de produtos químicos, de erva-mate, de velas, de chapéus, de cola, de tecidos e mesmo uma charqueada".[399] Aparentemente não houve posterior retomada e aprofundamento do estudo do tema pela autora.

Na colônia São Leopoldo, fundada em 1824 e ampliada depois, a "Linha do Herval" e o "Travessão do Herval" identificam lugares demarcados para ocupação por imigrantes. São um indício da presença da *Ilex paraguariensis*, embora fora das principais áreas de ocorrência e certamente em menor quantidade se comparada ao Planalto do Rio Grande do Sul. A planta se desenvolveu em terrenos que ultrapassavam os 300 metros de altitude, que correspondem aos atuais municípios de Santa Maria do Herval e Morro Reuter.[400] Nos poucos quadros disponíveis sobre a exportação da colônia São Leopoldo, organizadas pelo diretor Johann Daniel Hillebrand, a variedade de produtos impressiona e a presença da erva-mate é pequena, mas crescente. Foi de insignificantes oito arrobas em 1842 para 393 arrobas em 1845.[401] Em seu relatório de 1854, Hillebrand dedicou várias páginas ao assunto, afirmou que a colônia "possui mattos summamento ricos em herva matte, cuja arvore até o presente não tem sido ainda cultivada na Provincia [...]" e criticou o projeto de colonização do Estado:

> As mattas virgens indistentamente, que contenhão ou não herva matte, são entregues a agricultura, como sendo de terrenos mais proprios para esse fim; e como taes são derrubas e queimadas sem piedade, não sendo possivel a maior parte do tempo, ainda que com todo trabalho, livrar das chamas os pés de herva matte, que os derrubadores as veses deixão fiar em pé. Já que o Governo até agora tem seguido o systema errado de conceder gratuitamente terras para colonisar

399 GIRON, Loraine Slomp. O imigrante italiano: agente de modernização. In: *Anais do I e do II Forum de Estudos Ítalo-brasileiros*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 86.

400 MÜZELL, Ernst; JAHN, Adalbert. *Planta topográfica de uma parte do município de São Leopoldo*, 1870. APERS.

401 HILLEBRAND, Johann Daniel. Quadros da exportação da colônia São Leopoldo, 1842-1845. AHRS.

> que uma medida legislativa não tenha sido tomada para prevenir a destruição de tão util e tão importante planta, cuja falta já cada dia se faz sentir mais. [402]

Hillebrand propôs combinar o controle estatal sobre os ervais nativos com o cultivo da *Ilex* nas áreas de colonização por imigrantes. Ao final, ele transcreveu uma carta recebida de Bonpland em 1849. Um episódio ajuda a compreender aquela realidade: em 1853, nove colonos, entre eles o imigrante Joseph Gerhardt, solicitaram outros lotes rurais ao presidente da província argumentando principalmente que sofriam "continua invasão e assalto de bugres e tigres n'aqueles desertos lugares sem proteção senão a de Deus". O diretor Hillebrand escreveu para a mesma autoridade afirmando que o requerimento dos colonos continha "vergonhosas faltas de verdade" e argumentou que "quando vão fazer erva de matto, muito mais de huma legoa além de suas colonias, como que, essas circunstancias não os impede a permanecer semanas inteiras no sertão, naquele serviço?!" A expressão "erva de matto" possivelmente foi usada pelo diretor para se referir à erva-mate.[403] Roche, ao escrever sobre a colônia São Leopoldo, fez breve referência ao mate, classificando-o como "um produto que se colhe na floresta e que 'deveria ser plantada porque [é] de bom preço e [de] venda imediata'".[404]

Em Santa Cruz, um núcleo colonial criado na metade do século XIX, a imigração se dirigiu para áreas florestais onde a *Ilex* era abundante. A toponímia daquela colônia incluiu localidades rurais como "Herveiras", "Herval de Baixo", "Pinhal do Herval", "Herval de São João" e "Herval do Paredão".[405] No relatório apresentado ao presidente da província em 1873, o agente da colonização Luiz Kraemer V. Valter escreveu: "Constou a exportação de cerca de 10.000 saccos de feijão, 20.000 saccos de milho, 40.000 arrobas de fumo, 10.000 arrobas de banha e 30.000 arrobas de herva, além de um valor de 10 contos de réis

402 HILLEBRAND, Johann Daniel. Relatório da colônia São Leopoldo, 1854. AHRS.
403 HILLEBRAND, Johann Daniel. Correspondência dirigida a João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu em 6 de julho de 1853, p. 3-4. AHRS.
404 ROCHE, op. cit., p. 270.
405 Mapa organizado em observância ao Decreto-lei Nacional n. 311, de 2 de março de 1938. Escala 1:80.000. Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC). Livros de registro de batismo de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

em diversos artigos".[406] No cadastro do lote rural do casal de colonos Luiz e Margarida Bernhard, nascidos na Alemanha e instalados em Santa Cruz em 1855, constou a existência de um estabelecimento de socar erva. O lote de cerca de 56 hectares, avaliado em pouco mais de 350 mil réis, estava situado há três quilômetros de distância da sede da colônia e nele existiam benfeitorias que somavam oito contos de réis, dos quais dois contos correspondiam ao valor do engenho de erva.[407] A correspondência expedida pela câmara municipal de Santa Cruz inclui algumas listas informando sobre gêneros armazenados e exportados no ano de 1884, nas quais figuram exportadores de erva-mate com sobrenomes como Jungblut, Schuler e Appel. A fonte, apesar de sua fragilidade, é um possível indício do envolvimento de estrangeiros ou de descendentes destes, não agricultores, no comércio do mate no contexto da colonização.[408]

O jornal *Die Kolonie* (A Colônia), que circulou na região em idioma alemão do final do século XIX até o início do XX, publicou repetidas estatísticas de exportação e tabelas dos preços pagos ao produtor onde o mate figurou regularmente. Publicou também textos argumentando as propriedades salutares e as vantagens econômicas da extração e do cultivo do mate. Uma arroba de erva-mate chegou a valer - em Santa Cruz do Sul, no final do século XIX, no mercado voltado para a capital da província - cerca de 7.500 réis.[409] Este valor estava muito acima do preço histórico do mate (entre um e três mil réis por arroba),[410] superava o valor de um saco de feijão preto (6$500 réis) e valia o dobro de um saco de milho (3$500 réis). Este paralelo precisa ser feito com cuidado, pois o trabalho, a área e o tempo necessários para produzir erva-mate, feijão ou milho são diferentes e de difícil comparação, mas ele ajuda a compreender que a atividade ervateira era viável para o colono naquele ambiente florestal. A elevação dos preços do mate em 1894 e 1895 pode estar associada aos transtornos causados pela Revolução Federalista (1893-1895), com declínio dos preços nos anos seguintes, como se pode observar na Tabela 3, especialmente na coluna

406 Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo agente interprete da colonisação: 1873. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. p. 7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/>. Acesso em: 5 out. 2010.

407 Cadastro de colonos e prazos coloniais, Diretoria de Santa Cruz, Linha Estrada de Rio Pardinho, 1876-1880. AHRS.

408 Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Cruz, 1878-1889. AHRS.

409 Die Kolonie, 6 jul. 1895. CEDOC.

410 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*: 1850-1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

que os apresenta convertidos para pence de libra esterlina visando minimizar as distorções criadas pela inflação.[411] As variações de preço possivelmente influenciaram a opção individual de cada colono entre manter a erva-mate em seu lote ou aproveitar todo solo para a agricultura. Por outro lado, a produção de erva-mate teve a função de complementar a renda agrícola, pois era um bem florestal que podia ser rapidamente transformado em dinheiro.

Tabela 3 - Oscilação do preço da erva-mate em Santa Cruz [do Sul] RS

Ano	Preço da arroba em réis	Preço da arroba em pence de libra esterlina
1894	7$000	70,63
1895	7$500	74,47
1896	3$000	27,18
1897	4$500	34,74
1898	-	-
1899	-	-
1900	-	-
1901	-	-
1902	2$000	24,00
1903	2$500	30,00
1904	2$200	26,40
1905	2$400	38,16

Fonte: Marktpreise. *Die Kolonie*, 15 dez. 1894 a 1905. CEDOC.

Pode-se afirmar que os ervais nativos foram conservados e explorados regularmente em alguns lotes coloniais e foram, em outros, derrubados com a floresta para abrir espaço para a agricultura. Neste sentido Jean Roche registrou que, em Santa Cruz, a erva-mate "declinara regularmente, com as reservas florestais: 900 toneladas em 1881, 480 em 1906, 347 em 1910".[412] Eckert mostrou que, por meio de processos

411 Com base em IBGE. Curso do cambio na praça do Rio de Janeiro – 1822/1939. In: *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939/1940. (Separata: Quadros Retrospectivos).
412 ROCHE, op. cit., p. 275.

fraudulentos de legitimação de posse, importantes ervais de Santa Cruz foram apropriados e destinados aos projetos de colonização por imigrantes. Na interpretação de Eckert, o pouco interesse dos colonos pelo mate, cuja coleta foi uma atividade dos caboclos, também contribuiu para a destruição dos ervais nativos daquela região.[413]

Um pesquisador dedicado à história ambiental sabe que é preciso se afastar do determinismo geográfico e ecológico, neste caso evitando afirmar que os colonos se dedicaram ao mate por influência do meio. Mas também é necessário evitar "a dominância do enfoque flutuante", que em parte se "construiu como reação à forte presença do determinismo geográfico e biológico no pensamento social da passagem do século XIX para o XX".[414] As sociedades formadas nos núcleos coloniais não flutuavam sobre os ecossistemas e ambientes, eram por ele condicionadas e sobre ele exerciam suas ações. Em outras palavras, os humanos integravam o ambiente. A população imigrante que colonizou uma região ervateira dificilmente ficou isenta de sua condicionante ecológica ou alheia a importância econômica e ao significado cultural do mate.

As fontes de pesquisa podem informar mais: uma correspondência de 1883, expedida pela câmara municipal de Estrela comunicou ao governo da província que "A cultura da erva matte tem sido um ramo de commercio forte deste municipio porém tem soffrido alterações pela grande baixa no preço".[415] Esta correspondência é outro testemunho e exemplo da importância da atividade ervateira para uma região de colonização, ou seja, o vale do rio Taquari. Cristiano Christillino mostrou como terras cobertas por florestas, contendo ervais e localizadas naquela região, foram apropriadas por meio da grilagem, da legitimação de posse, da exclusão dos posseiros e foram vendidas em projetos de colonização.[416] O Gráfico 6 representa a evolução do número de socadores de erva-mate e de serrarias em Lajeado RS nas primeiras décadas do século XX, quando a região estava colonizada.

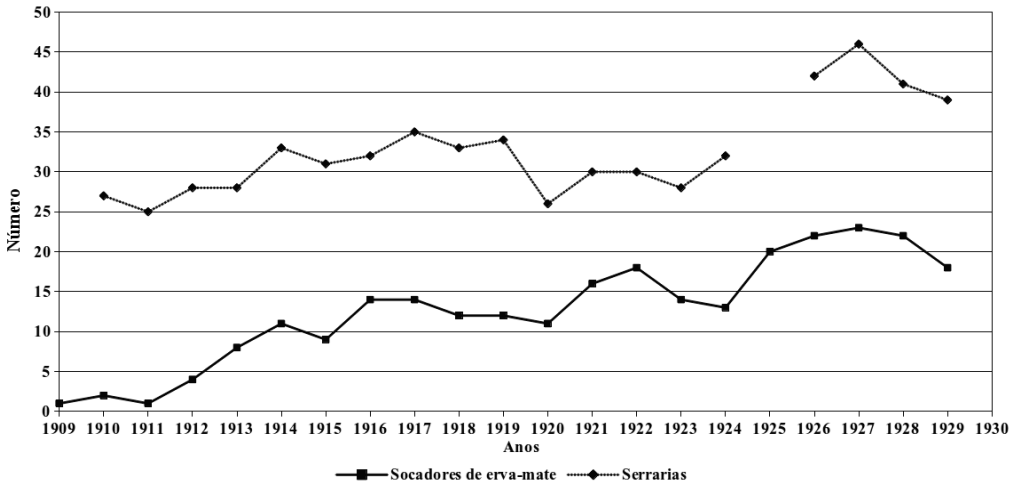
413 ECKERT, José Paulo. *O povo dos hervaes:* entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

414 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 92.

415 Correspondência de 21 mar 1883 dirigida ao Governo da Província. Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Estrela. 1882-1889. AHRS.

416 CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Estranhos em seu próprio chão*: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

Gráfico 6 - Evolução do número de socadores de erva-mate e de serrarias em Lajeado RS



Fonte: Relatórios apresentados pelos intendentes ao Conselho Municipal de Lajeado. 1909-1929. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado (AHL).

No período analisado se nota um aumento, com oscilações, do número de estabelecimentos nos dois ramos de atividade, acompanhado de uma coincidência na evolução, isto é, socadores de erva e serrarias tiveram uma evolução semelhante. Ambos estavam vinculados à floresta, entretanto, de maneiras divergentes: enquanto os primeiros precisam da floresta em pé para obter a matéria-prima, as serrarias se alimentavam de sua derrubada sistemática. Pelo menos quatro explicações podem ser propostas: uma considera que o desmatamento poupava as árvores de *Ilex*, visando sua exploração posterior. A outra cogita que, após a derrubada da floresta, parte dos terrenos foi cultivado com ervais. As duas explicações não são contraditórias, pois as árvores seletivamente poupadas na derrubada podiam ser o princípio de um erval adensado pelo cultivo de novas plantas. A terceira explicação sugere que desmatamento e a atividade ervateira aconteciam em lugares distintos, porque o extrativismo do mate estava adiante das serrarias, em uma frente de expansão. Por fim, a quarta e menos plausível explicação, considera que o número de estabelecimentos aumentou, mas que o volume de erva-mate extraída diminuiu com o desmatamento. Não existem informações suficientes nos documentos pesquisados para sustentar uma interpretação única das mudanças representadas no Gráfico 6, mas a importância econômica da erva-mate para aquela região, marcada pela imigração e pela colonização, pode ser claramente observada. Os dados organizados na Tabela 4 permitem perceber que o

rio Taquari, navegável até o passo do Corvo em Estrela RS, era essencial para transportar os produtos coloniais para Porto Alegre, inclusive erva-mate obtida em territórios ao norte dos portos comerciais.

Tabela 4 - Alguns produtos coloniais exportados pelos portos de Lajeado, São Gabriel, Arroio do Meio e Encantado RS

Produto	1908	1909	1910
Milho	4.183.360 kg	4.468.500 kg	4.898.160 kg
Banha	673.254 kg	798.585 kg	850.903 kg
Feijão	1.791.840 kg	1.916.000 kg	2.081.920 kg
Erva-mate	27.593 arrobas	26.180 arrobas	27.144 arrobas

Fonte: Relatorio apresentado pelo intendente João Baptista de Mello ao Conselho Municipal [de Lajeado] na sessão de 15 de outubro de 1911. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1911. AHML.

A Tabela 5, embora apresente dados parciais e irregulares, permite traçar um panorama superficial sobre a produção de erva-mate de diversos municípios e colônias. Destes, Venâncio Aires se sobressai por exportar erva-mate em quantidade muito superior aos demais lugares.

Tabela 5 – Exportação de erva-mate

Lugar	Período	Erva-mate (em arrobas)
São Leopoldo	1º semestre 1845	10
Lajeado	1893	7.800
Estrela	1912	1.989
Venâncio Aires	1910 a 1920	268.703 (média anual 24.427)
Montenegro	1917	100
São Sebastião do Caí	início do séc. XX	6.000

Fonte: PELLANDA, Ernesto. *Colonização germânica no Rio Grande do Sul:* centenário da imigração. sn. 1924.

O catálogo da Exposição Estadual realizada em Porto Alegre em 1901 enfatizou a presença da erva-mate, exposta inclusive por representantes de municípios caracterizados pela imigração de europeus no século XIX:

> Este sublime e poderoso rival do café e do chá da India, constitue uma das principais fontes da nossa riqueza, e acha-se representado por numerosos exemplares, vindos dos municípios de Santa Cruz, Passo Fundo, Rio Pardo, Dores de Camaquam, Santa Maria, S. Luiz, Palmeira, Lageado, Taquara, Venancio Ayres, Estrella e outros.[417]

O mesmo catálogo destacou como novidade o conhecimento do processo de germinação da semente da *Ilex paraguariensis*, desenvolvida por uma empresa de Santa Cruz. O padre Carlos Teschauer, entusiasmado com a ideia, transcreveu todo o parecer que justificou a premiação do empreendimento, do qual se salienta que:

> ...a Comissão encontrou um objecto digno de muita attenção e apreço. É elle uma planta de herva matte (Ilex paraguayensis), planta economica da nossa flora, com a idade 8 annos, obtida de semente e exposta pelos Srs. Schönwald & Deutrich, da Companhia Horticola da Sta. Cruz.
>
> Por si só o specimen exposto tem importancia por ter sido obtido de semente. Seu valor cresce de proporções considerando-se que esta planta foi tirada de um herval de 1.400 exemplares de plantas da mesma especie, idade e com o mesmo crescimento, todas obtidas de sementes, que os expositores formaram, parte em terreno de campo, parte em terreno de matto, e possuem no districto de Couto, junto ao Municipio de Santa Cruz...[418]

A Exposição de 1901 destacou ainda a iniciativa de "Carlos Jürgens, do Rio Pardo, que se dedica especialmente a essa cultura, tornando-a extensiva ás 7 colonias que possui".[419] O cultivo da erva-

417 Catálogo da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach e Becker, 1901. p. 145.
418 TESCHAUER, Carlos. *A herva-mate na historia e na atualidade*. Porto Alegre: Gundlach & Comp. 1907. p. 20.
419 Catálogo, op. cit., p. 145.

mate não é um processo simples e fácil. De acordo com o conhecimento agronômico contemporâneo é preciso manter a semente de quatro a sete meses em areia úmida para fazê-la germinar, depois aguardar de 10 a 11 meses pelo crescimento das mudas.[420] O envolvimento de teuto-brasileiros com a atividade ervateira e a disposição para fazer plantações ordenadas e controladas de *Ilex*, afastando-se a lógica heterogênea da floresta, aparece outras vezes nos documentos sobre Santa Cruz, como é o caso da oferta de mudas de erveira com um metro de altura, obtidas a partir de semente.[421] Em 1911, o governo riograndense premiou o colono Frederico Guilherme Rauber com 35 hectares de terras de mato pelo cultivo que fez de sete hectares de erva-mate no município de Venâncio Aires.[422]

A ideia de plantar a *Ilex*, contudo, apareceu em documentos muito anteriores. Em 1877 a câmara de Palmeira RS respondeu a um pedido do governo provincial, informando que "Emfelizmente não foi possivel obcter-se a semente de herva matte requisitada por V. Exa. por não haver mais e só no mes de março é que pode esta Comarca satisfazer essa requisição de V. Exa., nesse tempo estão maduras as sementes, e logo debulhão-se da erveira". O documento é revelador do desconhecimento do governo da província sobre a biologia e os ciclos da planta e transparece a submissão da câmara municipal que, cuidadosamente, disse não poder obedecer àquela autoridade.[423]

Em meados do século XIX, quando a colonização estava limitada a algumas regiões do Rio Grande do Sul, as autoridades da câmara municipal de Cruz Alta argumentaram junto ao Governo provincial:

> Quanto a terrenos, mattas proprias para Colonias, não as há melhores em parte alguma, sendo muito apropriadas para isso as mattas de Nonohay, no lugar da estrada projectada, e as de Santo Angelo em igual parte, matto Castelhano e outros muitos de que abunda o Municipio, onde todas as plantas vegetão como por encanto.[424]

420 LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras:* manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1. p. 31.
421 Die Kolonie, 6 jun. 1903.
422 Relatorio dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 150. AHRS.
423 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 26 mar. 1877. AHRS.
424 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 ago. 1852. AHCA.

O encanto estava, principalmente, na fertilidade dos solos florestais, mas ele não existia sem o desmatamento de grandes áreas. Nas colônias Guarani (fundada em 1891), Erechim (1908) e Santa Rosa (1915), no extremo Norte e Noroeste do estado, a presença da floresta e da *Ilex paraguariensis* não podem ser desprezadas. Conforme o relatório do engenheiro Miranda, antes citado, desde o século XIX extensos e produtivos ervais eram conhecidos e explorados na região do atual município de Santo Cristo.[425] Centenas de imigrantes e seus descendentes se estabeleceram como colonos naquelas terras florestais no início do século XX. Sobre a colônia Ijuhy, criada pelo Estado em 1890 e emancipada em 1912, os dados oficiais permitiram compor a Tabela 6. No período representado, o território não sofreu alteração em sua área e, apesar da ausência de informações em quatro anos seguidos, nela se pode notar uma crescente importância da erva-mate na economia municipal.

O padre Antoni Cuber, que acompanhou o início da colonização em Ijuí, referiu-se ao desmatamento e registrou em suas memórias que "...aqui, infelizmente, queimaram - sem qualquer aproveitamento – milhares de troncos. A princípio destruíam, também, a erva-mate. Ora, a erva-mate da região de Ijuí é uma das melhores e há muito tempo é considerada como a famosa 'erva missioneira'".[426]

425 MIRANDA, Francisco Nunes de. [Relatório] Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura, 1859. AHRS.

426 CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai:* 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. p. 36.

Tabela 6 - Produção da erva-mate em Ijuí RS

Ano	Erva-mate (arrobas)
1912	2.750
1913	2.408
1914	5.398
1915	7.754
1916	1.837
1917	2.016
1918	-
1919	-
1920	-
1921	-
1922	2.363
1923	12.065
1924	19.447
1925	16.858
1926	19.761
1927	20.516
1928	22.128
1929	29.175
1930	17.536

Fonte: Relatórios da Prefeitura Municipal de Ijuí, 1912 a 1930. Museu Antropológico Diretor Pestana.

O intendente e comerciante Antonio Soares de Barros registrou e elogiou, em seu relatório anual de 1920, o envolvimento de colonos no cultivo do mate:

> Agricultura: [...] Chamo tambem muito particularmente a attenção dos moradores do municipio para a plantação da herva matte, por ser muito compensadora e poder aproveitar-se as pequenas zonas de terras que já não se prestam para outras culturas. Tive o prazer de verificar pessoalmente a experiência feita pelos intelligentes Snrs. José Lange, Casimiro Bruno

> Kurtz e Pedro Thorstenberg, que ao que me consta foram iniciadores desta nova industria no municipio.[427]

Parte dos colonos dedicados à atividade ervateira se organizaram e criaram, em 1935, a Sociedade Cooperativa de Produção de Herva-Matte do Municipio de Ijuhy, que definiu em seus estatutos ter "...por fim a união de todos os agricultores-productores de herva-mate residentes no municipio de Ijuhy, para promoverem a producção, padronização, industrialização e venda da herva-matte".[428] Neste caso, a associação que fizeram das palavras "agricultores produtores" de erva-mate, empregou a mesma categoria que o intendente usou no relatório, isto é, a agricultura.

O envolvimento de colonos com a extração, o plantio e a produção do mate também pode ser percebida em testemunhos orais de descendentes de imigrantes sobre suas vidas. Felicida Mallmann e Benjamin Kunzler, que viveram de 1922 a 2001 e de 1920 a 2004 respectivamente e moraram no segundo distrito de Ijuí (Dr. Pestana na Figura 23), relataram com ênfase a dedicação de José Lange (1883-1967) ao cultivo da *Ilex*, que antes fora registrada pelo intendente Barros em seu relatório anual. Felicida, cuja família era pobre e numerosa, cresceu na casa do tio José - que a "pegou para criar" - e lembrou com desgosto da infância, quando suas tardes eram ocupadas pelo trabalho no engenho de erva.[429] Elizabetha Porazzi (nascida em 1915), descendente de imigrantes italianos que se fixaram na colônia Ijuí, descreveu com detalhes e entusiasmo o processo de preparo da erva realizado por seus familiares, especialmente a participação das crianças no cancheamento manual e o tempo noturno dedicado pelos irmãos mais velhos ao trabalho de secagem no carijo.[430] Conforme o pesquisador italiano Alessandro Portelli, "A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos..."

427 Relatório da Prefeitura Municipal de Ijuí, 1920. Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).
428 Título nominativo do socio: Sociedade Cooperativa de Produção de Herva-Matte do Municipio de Ijuhy. 1935. p. 8.
429 Entrevista com Felicida Mallmann e Benjamin Kunzler, por Marcos Gerhardt. 20 jun. 2000. (gravação, acervo da família).
430 Entrevista com Elizabetha Porazzi, por Marcos Gerhardt. 10 mar. 2001. (gravação, acervo da família).

Na composição do mosaico que é a história escrita das sociedades ligadas ao mate, entram testemunhos orais individuais, pois "cada pessoa reúne fragmentos de muitas recordações sociais diferentes em um todo inconfundivelmente pessoal", que se combinam com informações obtidas em várias outras fontes. Há, por vezes, lacunas neste mosaico ou buracos nesta colcha que não podem ser completados. A cada entrevista, estamos "tentando aprender um pouquinho" e criando um texto de "múltiplas vozes e múltiplas interpretações."[431]

A toponímia, que é uma memória social, também ajuda a compreender esta região do estado: na colônia Serra do Cadeado a principal estrada, em torno da qual se desenvolveu a vila, denominava-se originalmente "Pau de Herva",[432] que neste contexto significava a árvore da *Ilex paraguariensis*, a erveira. Não é por acaso que alguns lugares no Planalto riograndense receberam denominações como Floresta (Barão de Cotegipe), Erval Grande, Erval Seco, São José do Herval, Engenho Velho (Catuípe), Capão da Erva (Redentora), Alto Erval Novo (Três Passos) e Lajeado Ervas (Crissiumal). A importância socioambiental e econômica da erva-mate deixou marcas na identificação dos territórios e das paisagens.

O *Kalender der Serra-Post* (Anuário do Correio Serrano), um conhecido anuário impresso em idioma alemão que circulou nas colônias do Norte do Rio Grande do Sul no início do século XX, publicou no ano de 1925 o texto literário *O mate do João Cardozo*.[433] Nele são representadas práticas sociais ligadas à bebida, neste caso o mate que nunca chega depois de oferecido ao visitante é como uma promessa que não se cumpre.[434] Com o mesmo propósito, de informar e esclarecer os leitores, a edição de 1927 do *Kalender der Serra-Post* editou uma série de textos com o título "As novas virtudes e vícios de linguagem para o Rio Grande alemão" (Neues Sprachgut und Sprachunsitten bei den Deutschen Rio Grandes). Tratava-se de um glossário de termos riograndenses, no qual estavam palavras como mate, erva-mate, "fachinal", caboclo e capoeira. Nestes textos o mate é apresentado como uma bebida e também um alimento. O *Kalender der Serra-Post* de 1933 publicou ainda uma ilustração que denominou "O

431 PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997, p. 16; 24; 27.

432 Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924. (Tradução nossa).

433 Kalender der Serra-Post. Ijuhy: Livraria Serrana, 1925. (Tradução nossa). MADP.

434 LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do chimarrão*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

pequeno tomador de mate" (Der kleine Mate-Lutscher), reproduzida na Figura 26.[435]

Figura 26 - O pequeno tomador de mate

Fonte: *Kalender der Serra-Post*, 1933. MADP.

Esta fotografia seguramente é uma composição de pessoas adultas para agradar aos olhos de outros adultos. Ela foi enviada por Albino Krüger, da colônia Serro Azul (hoje município de Cerro Largo

435 Kalender der Serra-Post, 1927 e 1933. (Tradução nossa). MADP.

RS) e venceu o concurso promovido pelo *Kalender der Serra-Post* em 1932, que a ofereceu como brinde aos leitores. A imagem expressa a valorização do mate enquanto uma bebida incorporada ao cotidiano de uma parcela dos colonos.[436] Na mesma região, na colônia privada Neu-Württemberg, Rosane Neumann encontrou a erva-mate entre os produtos expostos por agricultores locais em sua Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria, realizada em 1930.[437]

No jornal Correio Serrano, impresso em alemão (*Die Serra-Post*) e depois também em língua portuguesa, que circulou por cerca de 70 anos no Norte riograndense, se pode encontrar anúncios de "Terras com Herval: Vende-se junto a villa Ijuhy 10 kilometros da estação da viação ferrea seis colonias de 25 ha com 12 a 15 mil pés de herva mate especial sendo oito mil pés em franca produção".[438] Nele encontra-se ainda a oferta de "5 ½ colonias: com matto e campo, situadas no melhor ponto do 3º distrito do Municipio de Ijuhy; com um bonito herval que rende até 1.000 arrobas de herva por colheita; tem tres bonitas cachoeiras sobre o rio Fachinal..."[439] No primeiro anúncio transcrito, possivelmente o erval ofertado era cultivado e não nativo. Deduz-se isso do procedimento de contagem das plantas (difícil de ser feito em meio à floresta, onde as árvores não têm a regularidade e a distribuição em linhas típicas do cultivo) e da informação de que parte delas não estava produzindo, talvez porque eram jovens e ainda não podiam ser cortadas.

A propaganda de terras em jornais geralmente eram dirigidas aos colonos que buscavam lotes agrícolas para os filhos que formavam novas famílias pelo casamento. A existência de ervais nativos era usada como atrativo em muitas delas. A Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. fez propaganda de suas colônias na forma de uma notícia de jornal, informando os "magníficos resultados" de uma exportação de madeiras de cedro, louro e pinho que desceram o rio Uruguai em 1919 rumo a Argentina. Na ocasião desceu ainda um barco carregado com seis mil arrobas erva-mate, que fora comprada ao preço de 4$200 e vendida por 12$000 réis cada arroba. Embora a notícia tivesse propósito publicitário, é absurda a informação sobre o lucro proporcionado pela erva. Logo a

436 Ibidem, 1933.

437 NEUMANN, Marcia Rosane. *Uma Alemanha em miniatura*: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 535

438 Correio Serrano, 21 fev. 1930, p. 3. MADP e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

439 Idem, 12 out. 1921.

seguir, na mesma página do jornal, a empresa anunciou 3.641 lotes de terra para a venda na colônia Barro (hoje Gaurama RS), de onde foram tiradas grande parte das madeiras exportadas.[440] Anúncios publicados em 1931 no jornal O Paladino de Estrela RS, uma das colônias velhas, ofereciam para venda "Terras boas e bem situadas", que eram baratas e continham "Mattos, pinhaes, hervaes, aguadas excellentes". Estas terras pertenciam à colônia Fachinal, hoje Coronel Bicaco RS, junto ao município de Palmeira das Missões RS. O anúncio enfatizou se tratar de uma zonal industrial, de exploração erva-mate e madeiras, apresentados como "Negocios coloniaes inexplorados".[441]

O valor da terra podia ser determinado por diversos fatores: o solo fértil que se tornava disponível com o desmatamento, a proximidade das vias de transporte, a existência de mato, de onde se obtinha madeira e outros materiais necessários à vida rural, a disponibilidade de água, mas também pela presença de erva-mate nativa no lote.

É plausível pensar que os colonos praticassem, inicialmente, um desmatamento seletivo, poupando as erveiras, mas não há informações suficientes para sustentar esta explicação. Um dos poucos testemunhos neste sentido pode ser encontrado no clássico *Cem anos de germanidade*, de 1924:

> Os primeiros alemães imigrantes não souberam, por longo tempo, estimar o valor da erva-mate. Como eles próprios contam, eliminavam os pés de erva-mate, inclusive o tronco e o toco, quando eles rebrotavam na roça após a queimada. Mas os tempos, felizmente, mudaram. Agora quando um colono derruba um pedaço de mato, então geralmente precisa derrubar também a erveira, mas então ele cobre cuidadosamente o toco com cerca de 20 centímetros de terra para que o fogo não destrua sua capacidade vegetativa. E como se alegra o colono quando a erveira rebrota poucas semanas depois da queimada da roça! Já após alguns anos ele pode se alegrar com a primeira colheita, cortando e secando os pequenos ramos com suas folhas.[442]

440 Staffetta Riograndense, 24 dez. 1919. p. 4. Museu dos Capuchinhos.
441 O Paladino, Estrela, 6 jun. 1931, p. 2. Acervo pessoal de Luiz Roque Schwertner.
442 AMSTAD, Theodor. *Hundertjahre*: Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924. Porto Alegre: 1924. p. 211. (Tradução nossa). AHRS.

Esta técnica de conservar a *Ilex* em meio ao desmatamento e a coivara, além de um raciocínio econômico, é um elaborado procedimento de manejo florestal que exige conhecimento sobre a dinâmica natural. A ideia de que os colonos desconheciam, inicialmente, o valor econômico da *Ilex* apareceu em outros documentos, como no relatório de 1858 do presidente Angelo Ferraz, para quem "Os colonos estragão os hervaes, e os derrubão, porque ainda não se compenetrárão da necessidade de os beneficiar. Na colonia de Santa Cruz, porém, como informa o seu director, já alguns colonos se dedicão ao trabalho de sua colheita e fabrico".[443]

Esta interpretação, formulada por Amstad e Ferraz, não se sustenta inteiramente. O desconhecimento inicial do novo ambiente podia ser rapidamente superado na interação com os caboclos e os colonos que viviam desde antes no local. No conto escrito pelo imigrante João Weiss, que habitou a floresta da colônia Boa Vista do Erechim entre 1912 e 1917, seus familiares encontraram uma "roça antiga onde viveram moradores", foram "procurados por caboclos, bugres mansos, que havia pela mata a dentro, em roças pequenas, onde criavam alguns porcos e galinhas, plantando um pouco de milho e feijão", caboclos que "também nos mostraram como fazer roça, isto é, a derrubada da mata", viram passar "rumo a Erechim, tropas com mulas carregadas de grandes cestos, socados de erva-mate" e procuraram "saber como se fazia o mate pois sabiamos que em nossa floresta havia, esparsas, dessas árvores que serviam para preparar o mate de nosso uso".[444] A narrativa de um descendente de imigrantes poloneses que se fixou em Boa Vista do Erechim na década de 1910 é igualmente reveladora das aprendizagens:

> meus avós naquele tempo começaram a fazer uma plantação de erva-mate, pois lá na colônia tinha bastante, aprenderam o cultivo com caboclos, que os ensinaram muito e trabalharam um bom tempo juntos. Pouco tempo depois, meu avô construiu um monjolo, que também aprendeu com os caboclos, movido a água, que lá tinha em abundância. Aprenderam a fazer no soque a erva-mate que vendiam aqui na cidade, plantavam

443 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, 1858. p. 33-34.
444 WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949. p. 44; 54; 77.

> também milho e feijão, assim como o leite que tiravam e vendiam na cidade.[445]

É pouco aceitável, portanto, pensar que os colonos ignoraram o valor do mate em lugares onde ele era importante na economia, como as regiões de Santa Cruz e Erechim. A derrubada de parte dos ervais nativos pelos colonos foi motivada, talvez, pela necessidade de terras para produzir alimentos, pois este era o foco oficial dos projetos de colonização.

4.3 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA EM SANTA CATARINA

A formação de núcleos coloniais oficiais para receber imigrantes europeus não ibéricos em Santa Catarina iniciou no século XIX e coincide, em grande parte, com a colonização no Rio Grande do Sul. A atenção das autoridades para o mate e para a colonização pode ser observada em documentos oficiais como o relatório de 1848, no qual o presidente Ferreira de Brito comentou a situação das colônias privadas Leopoldina, Piedade e Santa Izabel. Esta última

> he susceptivel estender indefinidamente, mas o que melhor convem he continuar a aposentar colonos, além da Boavista no novo caminho para o Trombudo, e a pouca distancia partindo da Boa-vista encontrão-se terras superiores para cultura, e creação de gado, e até muita herva matte.[446]

Passados quase 30 anos, o entusiasmo inicial deu lugar ao sentimento de frustração daquele projeto de colonização baseado na agricultura. A conservação das florestas e dos ervais e o extrativismo do mate possivelmente não foram considerados como uma alternativa aos cultivos agrícolas. Quando o então presidente da província de Santa Catarina visitou as ex-colônias Terezópolis e Santa Isabel, em 1876, ele considerou o local inadequado, com terrenos muito acidentados, que

445 Entrevista com Olimpio Leonardo Mokwa. 27 abr. 2008. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim RS (AHJMIF).
446 Relatório de Antero José Ferreira de Brito. Desterro, Typographia Provincial, 1848. p. 7.

poderiam ter sido férteis logo após o desmatamento, mas que ficaram estéreis e quase imprestáveis por causa da ação das chuvas torrenciais.[447]

No relatório de 1862, outro presidente da província registrou que a geada causou estragos consideráveis na colônia D. Francisca (fundada em 1851, tornando-se depois o município de Joinville SC) e cogitou a proposta do diretor da colônia, de substituir o café pelo mate, por castanheiras e outras culturas mais apropriadas ao clima.[448] A proposta do diretor fazia algum sentido, pois a *Ilex* é mais resistente à geada do que o exótico café. O cultivo no interior da colônia, em direção ao Planalto, possivelmente não foi implantado, mas Joinville se tornou um importante centro de beneficiamento, embalagem e exportação do mate nas décadas seguintes.[449]

A abertura da estrada Dona Francisca (Figura 27) facilitou o transporte da erva-mate coletada no Planalto Norte catarinense e no Planalto curitibano em direção ao litoral. Para Ernesto Francisco de Lima Santos, então o presidente de Santa Catarina, a "grande riqueza natural de herva-matte", disponível ainda no final do século XIX nas margens do rio Negro, era mal aproveitada pela falta de uma boa estrada até os portos do litoral. A solução que apontou, "sem quasi nenhum sacrificio para o Estado", era atrair imigrantes para povoar aquela região.[450] Neste contexto, o prolongamento da estrada Dona Francisca ampliou a extração da erva-mate e viabilizou a colonização das terras do vale do rio Negro. Em 1882 a estrada tinha a extensão de 94 Km e uma ampliação prevista de 50 Km para chegar à vila de rio Negro,[451] onde outros caminhos a ligavam com Ouro Verde (hoje Canoinhas SC), Porto União e a outras vilas e lugares de uma ampla região habitada por expressiva população cabocla, conectadas por uma rede informal de produção e comércio de erva-mate e de outros produtos, que circulavam com os tropeiros.[452]

447 Relatorio com que ao Exmo. Sr. Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, 1º vice-presidente, passou a administração da província de Santa Catarina o Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay em 2 de janeiro de 1877. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1877. p. 73.

448 Relatório apresentado ao Exm. 1º Vice Presidente da Província de Santa Catarina, o commendador João Francisco de Souza Coutinho pelo presidente o conselheiro Vicente Pires da Mota por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província: 1862.

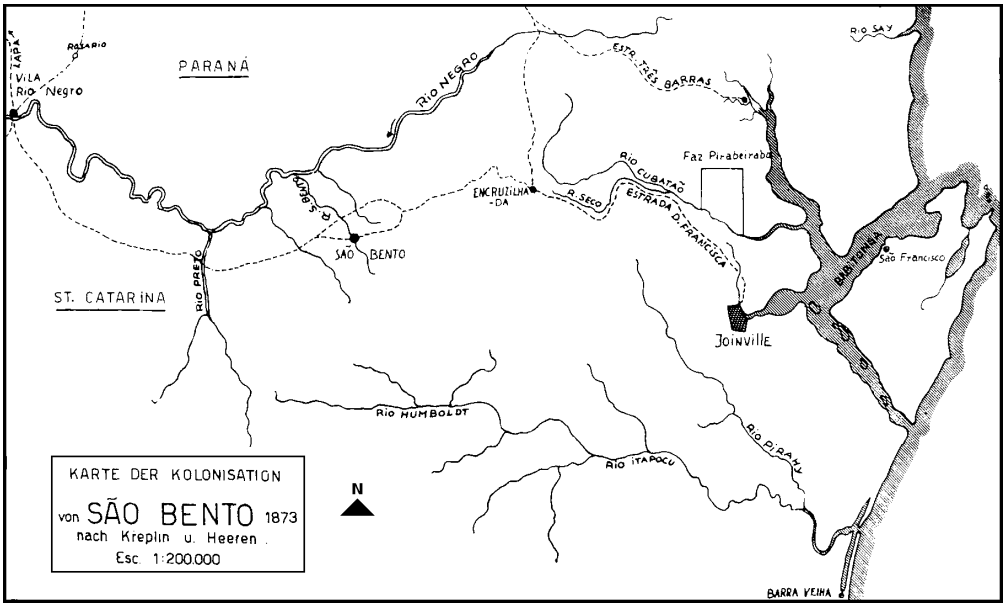
449 Gazeta de Joinville, 3 jan. 1883, p. 3 e 14 maio 1905, p. 9.

450 Exposição com que ao Exmo. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento, 3o vice-presidente, passou a administração da provincia o Exmo. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos em 30 de junho de 1882. Desterro: Gabinete Typographico, 1885. p. 88.

451 Relatório com que o Exm. snr. doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da vigessima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1883. Cidade do Desterro, Typ. do Caixeiro, 1883.

452 MACHADO, op. cit.

Figura 27 - Estrada Dona Francisca



Fonte: FICKER, Carlos. *São Bento do Sul*: subsídios para sua história. Joinville: sn. 1973.

Um caso ilustrativo do argumento defendido neste capítulo é o da colônia São Bento, privada, fundada no ano de 1873, situada em terras do Planalto então cobertas por Floresta Ombrófila Mista, onde o extrativismo do mate acontecia muito antes da colonização e era realizado por índios e caboclos vinculados principalmente aos ervateiros de Curitiba. A colônia São Bento recebeu imigrantes europeus, especialmente os de origem germânica e se tornou município em 1883. O significado da erva-mate para aquele lugar de imigração pode ser percebido em um ofício, enviado em 1890 pela intendência de São Bento ao governador provisório do estado, Lauro Severiano Müller, no qual informou-se que:

> Requerem José d'Azevedo e Silva e Tertuliano Ramos a incorporação de uma companhia com o capital de 10.000.000$000 de reis para explorarem exportação e cultura de herva matte, melhorar o benefício, etc. Sobre tal assumpto esta Intendência nada tem a dizer por ser esse um objecto de commercio, que desde muitos annos ja existe, explorado por diversos commerciantes e industriaes deste municipio e do de Joinville: o commercio deve ser livre; e com as ideias

> republicanas, hoje do Governo não pode o commercio nem deve admittir privilégios e ainda menos monopolios. Quanto porem aos favores que pedem os requerentes, deve esta Intendencia vos informar que são elles contrarios aos interesses de seus municipes como aos do Governo Federal...[453]

O ofício está sintonizado com o contexto liberal vivido na recém criada república brasileira e revela a atuação dos empresários do mate, que pediam o direito de uso das madeiras e de outros materiais florestais, a isenção dos impostos de importação para suas máquinas e trilhos, a cessão gratuita dos terrenos de marinha, a isenção dos impostos de exportação, a isenção do serviço militar para o pessoal empregado e outros privilégios como a "concessão, por 20 [anos], para a colheita de herva matte em 4 Estados da Confederação". Uma das contrapartidas oferecidas pelos empresários, que poderia interessar à colônia e agradar aos seus administradores, era a criação de uma escola para cada sexo nos municípios onde estabelecessem seus engenhos. A posição contrária da intendência de São Bento estava baseada no argumento de que existiam cinco engenhos sem privilégios fiscais em atividade no município, dois em construção e que havia risco de monopólio pela companhia.[454]

Silva e Ramos receberam, em setembro de 1890, permissão para explorar erva-mate durante 20 anos em ampla área do Paraná e, em novembro do mesmo ano, obtiveram autorização do Governo Federal para constituir a Companhia Commercio de Matte. A sociedade anônima visava explorar ervais nativos e pretendia ainda: comprar e estabelecer engenhos, comprar erva-mate, fabricar barricas, fazer o comércio internacional do produto e abrir novos mercados na Europa e na América do Norte.[455] Também os empresários Ernesto Canac, Abdon Batista e Procopio Gomes de Oliveira obtiveram, em 1891, concessão para explorar os ervais situados em terras devolutas de sete municípios

453 Copiador de ofícios da Câmara Municipal de São Bento, 21 ago. 1890, p. 9-10. Arquivo Histórico de São Bento do Sul (AHSBS).

454 Ibidem.

455 BRASIL. *Decreto n. 769 de 20 de setembro de 1890*, concede permissão a José de Azevedo Silva e Tertuliano Ramos para a exploração de herva matte no Estado do Paraná. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2011. BRASIL. *Decreto n. 962 de 7 de novembro de 1890*, concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Matte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2011.

do estado, inclusive São Bento, durante vinte anos. As cláusulas previam que os concessionários não poderiam "estorvar a criação de colonias ou núcleos", derrubar matas, nem "impedir a colheita da herva matte pelos moradores do territorio […] [por] já exercerem semelhantes industria e della tirarem exclusivamente os meios de subsistencia".[456] Obviamente Canac, Batista e Oliveira não tiveram condições operacionais para extrair erva-mate em toda a imensa área concedida, mas se tornaram importantes empresários ervateiros. Cabe ressaltar que o texto da concessão de 1891 ressaltou a separação entre o pequeno extrativista e o empresário, bem como entre a atividade ervateira e a colônia agrícola. Na prática estas fronteiras foram ultrapassadas: o extrativista vendeu erva ou trabalhou para o empresário e os colonos estabelecidos como agricultores se dedicaram à coleta nos ervais.

De acordo com o memorialista Carlos Ficker existiram muitos engenhos de erva-mate em São Bento, Campo Alegre e ao longo da estrada Dona Francisca no final do século XIX.[457] Em 1904 as taxas cobradas sobre o comércio do mate corresponderam a 9% do total arrecadado pela prefeitura de São Bento.[458] É possível que a atividade ervateira naquela região fosse predominantemente realizada por empresários luso-brasileiros e por trabalhadores caboclos. Entretanto, alguns documentos permitem reforçar a ideia de que houve o envolvimento de maior quantidade de moradores de São Bento, inclusive imigrantes, com o mate. Um deles é o ofício dirigido pela intendência ao inspetor da alfândega de São Francisco:

> Tendo esta Intendencia de fazer arrecadação do imposto sobre a exportação de herva matte deste municipio, vem no intuito de facilitar a referida arrecadação, pedir vos, que vos digneis mandar extrahir uma relação nominal das pessoas que exportarão herva matte durante o anno próximo findo, declarando o numero de arrobas exportadas por cada um. Saude e fraternidade.[459]

456 BRASIL. *Decreto n. 1.273 de 10 de janeiro de 1891*, concede permissão a Ernesto Canac e outros para explorarem herva matte no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 12 ago. 2011.

457 FICKER, Carlos. *São Bento do Sul:* subsídios para sua história. Joinville: sn. 1973.

458 Relatórios da gestão dos negocios do municipio de São Bento apresentados ao Conselho Municipal pelo superintendente Manoel Gomes Tavares, 1904. BPSC.

459 Copiador de ofícios da Câmara Municipal de São Bento, 28 mar. 1892, p. 22. AHSBS.

A necessidade de se obter uma lista e a desinformação das autoridades municipais sugerem a existência de um número não desprezível de ervateiros locais, possivelmente de várias etnias. Outros documentos são as fotografias guardadas no Arquivo Histórico de São Bento do Sul: A Figura 28 retrata o colono Alfredo Schlagenhaufer (à direita) e mais um trabalhador na atividade de corte dos galhos da *Ilex*. Nesta imagem, cuja data é desconhecida, não há evidências de trabalho realizado e se pode supôr que ela foi capturada no início da atividade ou a partir de uma simulação para o fotógrafo. O alinhamento das árvores e seu pequeno porte evidenciam que se tratava de um erval silvestre manejado ou de um erval cultivado. A Figura 29, sem data e sem identificação dos fotografados, chama a atenção pelo envolvimento de um grupo de pessoas, possivelmente uma família de colonos, no sapeco de ramos e folhas da *Ilex*. A fotografia "é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele", afirmou Boris Kossoy. Ela "apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e 'organizado' estética e ideologicamente"[460] e precisa ser conectada com outros documentos e interpretada em um contexto. A estrutura de troncos tramados em retângulo, feita para proteger o trabalhador do calor do fogo, aparece assim disposto em poucas imagens. A forma mais comum é o parapeito com um parede feita de troncos empilhados. O contexto florestal no qual aconteceu a atividade, entre araucárias e outras espécies arbóreas, permite acreditar que se tratava de um erval silvestre, mas intensamente manejado. Chama a atenção do historiador que os galhos das árvores de *Ilex* – vistas no primeiro plano da imagem - foram cortados muito próximo do tronco, revelando pouco cuidado com a conservação do erval.

460 KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. p. 72; 78.

188

Figura 28 - Corte da erva-mate

Fonte: Arquivo Histórico de São Bento do Sul SC.

Figura 29 - Sapeco da erva-mate

Fonte: Arquivo Histórico de São Bento do Sul SC.

Em 1899, o jornal Legalidade, editado em São Bento do Sul, dirigiu aos seus leitores a seguinte pergunta estampada na primeira página: “O imposto de 20 réis sobre a arroba de erva-mate beneficiada é

exorbitante?" Não! era a resposta imediata, seguida de extensa argumentação que revelou uma tensão política entre o conselho municipal de São Bento e os exportadores de mate. Relevante, contudo, é perceber que o jornal levantou a questão em idioma alemão (Ist der Zoll zu 20 Rs für die Arrobe gestampften Matte unerschwinglich?), voltando-se aos imigrantes germânicos e seus descendentes ligados ao mate, a quem o assunto poderia interessar. A edição de 25 de fevereiro trouxe a segunda parte do artigo.[461] A grande quantidade de erva-mate transportada serra abaixo por meio da estrada Dona Francisca, partindo ou passando por São Bento, pode ser inferida na leitura de uma resolução do conselho e do intendente municipal, Paulo Parucker:

> Art. 2. Que o peso maximo das condições das carroças não poderá passar de 2000 Kilos em cada carroça sob pena de 50$000 rs. de multa ao conductor como também ao exportador.
> Art. 3. Os conductores de carroças não poderão atrellar mais que 6 animaes em cada carroça sob pena de 25$000 rs. de multa ao infractor...[462]

Outros indícios da ligação dos imigrantes com o mate são: um anúncio redigido em idioma alemão oferecendo "Um bonito pedaço de terra na estrada Dona Francisca, situada entre os quilômetros 119 e 120, medindo 33¾ alqueires, com terra agricultável, erval e muita madeira útil, que está barata para venda..."[463] A Figura 30 reproduz o anúncio com o propósito de mostrar o destaque tipográfico que recebeu a palavra "herval". Outro anúncio, este do comerciante de ascendência alemã Wenzel Kahlhoffer, publicado no *Uhle's Kalender* de 1917, informou sobre sua atuação no distrito de Matto Preto nos ramos de serraria, exportação de madeira, comércio de produtos industrializados e compra de "qualquer quantidade de erva-mate".[464] O jornal Legalidade durou somente até 1901, mas em outro periódico local, o *Volks-Zeitung* (Jornal Popular), se pode encontrar anúncios de venda de terras com ervais do início da década de 1920.

Também na avaliação do professor José Kormann a atividade ervateira foi uma importante fonte de renda sazonal para os imigrantes

461 Legalidade, 18 fev. 1899; 25 fev. 1899. (Tradução nossa). AHSBS.
462 Idem, 11 jun. 1898, p. 3. (Tradução nossa).
463 Idem, 29 out. 1901, p. 4. (Tradução nossa).
464 Uhle's Kalender. Rio de Janeiro; Curitiba: 1917. p. 199. (Tradução nossa). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

que colonizaram o Planalto catarinense.[465] Possivelmente os colonos imigrantes se envolveram também nas atividades indiretamente ligadas ao mate, como a abertura e a conservação da estrada Dona Francisca, a fabricação de barricas de pinho para embalar a erva-mate a ser exportada e o transporte. A Figura 31 representa algumas das carroças que percorriam caminho entre o planalto e o litoral levando erva-mate e outras mercadorias. Conforme Kormann, a pessoa da esquerda é Michael Mühlbauer, um teuto descendente conhecido como "tropeiro loiro", que circulou pelos caminhos do mate no final do século XIX.

Figura 30 - Anúncio

Ein ſchönes Grundſtück,
an der Doña Franziskaſtraſſe zwiſchen
Kilometer 119 und 120 gelegen,
33 3/4 Alqueir groß, mit Pflanzland,
Herval,
und vielem Nutzhoz, ſteht billig zum
Verkauf.
Reflektanten, die ſich damit ein gutes Eigentum erwerben wollen, mögen ſich wenden an
José Henrique Dias,
Rio Preto.

Fonte: Legalidade, 29 out. 1901. AHSBS.

465 KORMANN, José. *A história da erva-mate e sua região, o Mercosul* (num enfoque geográfico, histórico, econômico, social, político e psicológico). Tese (Doutorado em História), Universidade de León, León, 2001.

Figura 31 - O tropeiro loiro

Fonte: Museu e Arquivo Municipal Carlos Lampe (MAMCL), Rio Negrinho SC.

Por fim, o texto do Almanach de Santa Catharina de 1910 é esclarecedor, pois informou existir uma população local de cerca de 5.706 habitantes em 1900 e explicou que:

> São Bento tem sua principal riqueza nas industrias de extractivas da madeira e da herva-matte, principalmente nesta ultima. Alem de outras, as especies florestaes mais abundantes e de maior valor commercial ahi existentes são o prinheiro, imbuya, cedro, cabriuva, tarumã e canella. Na exploração da industria da madeira trabalham doze serrarias, sendo uma a vapor e as restantes movidas a agua. O transporte das madeiras faz-se em carroções, [...]
> Toda a vida economica do municipio de São Bento gira em torno da industria da herva-matte. A extracção da herva, o seu preparo nos tres engenhos situados no Cruzeiro, no Lençol e em Oxford, dos quaes os dous primeiros a vapor e o ultimo a agua e o seu transporte para Joinville como que absorvem a energia e actividade da

> maioria da população. A producção annual de herva em São Bento orça por 4 milhões de kilogramas, no valor calculadamente de 1.200 contos de réis. Toda ella, e a maior quantidade em estado bruto, é enviada para Joinville, do mesmo modo que as madeiras, em carroções, dos quaes existem no município, 123. […].
> A agricultura, em São Bento, bem que adiantada em seus processos, todavia é modesta em sua producção, devido á carencia de braços, consequentemente da sua pouca população e de estarem os que nela se podiam applicar distrahidos com a industria hervateira.[466]

O Almanaque informou ainda que operavam em São Bento "14 barricarias para a herva-matte", diversos outros estabelecimentos industriais e comerciais e que se mandava "anualmente para Joinville taboinhas em número de 900 milheiros, destinadas ás barricas de que necessitam ahi os engenhos para o acondicionamento da herva". Este desenvolvimento econômico, mostrado talvez com algum exagero pelo Almanaque, era resultado "dos recursos naturaes e da indole progressista e laboriosa de seus habitantes", bem como da ação de uma "administração municipal esforçada".[467]

O caso de uma empresa é ilustrativo da importância que teve a extração de madeira e mate: Luiz Olsen & Cia., instalada no distrito de Rio Negrinho (emancipado São Bento em 1953) como "Casa de negocio, serrarias, fábrica de caixas, exportação de madeiras e herva-mate". Seu balancete do mês de março de 1923, por exemplo, indicou a movimentação de cerca de 42 contos de réis em erva-mate, de um total de 715 contos contabilizados naquele mês, obtendo um lucro de 1:496$650 réis com o mate. A madeira, no mesmo mês, rendeu mais de 11 contos.[468]

Voltando ao tema dos colonos ervateiros, cabe analisar o que a professora Maria Elita Soares escreveu em seu livro de história local: no começo da colonização, a "base econômica da Colônia Dona Francisca e São Bento, era a extração da erva-mate" e da madeira; a "agricultura de princípio era a de 'subsistência', tinham que procurar ganhar dinheiro e

466 Almanach de Santa Catharina, 1910. p. 204-205. BPSC.
467 Ibidem, p. 208.
468 Balanço geral da empresa Luiz Olsen & Cia., dez. 1930. Balancete da empresa Luiz Olsen & Cia., mar. 1923. MAMCL.

as árvores da erva 'nativa', [...] em abundância e havia a procura para o mercado consumidor, o que quer dizer que era só fazer o corte".[469] A autora apresenta o trabalho ervateiro como uma alternativa temporária, de menor importância social e enfatiza a agricultura em sua narrativa:

> Os primeiros tempos foram difíceis e árduos para todos quanto aqui chegaram, tomando este pedaço de mundo para sua nova Pátria. A terra que lhes fora destinada era virgem e agreste. Florestas densas, cheias de animais, pássaros e em alguma ocasião até bugres. Mas, o que não lhes faltava era coragem de ter o que se haviam determinado. Os campos arados foram semeados, as sementes germinaram.[470]

Soares percebeu com clareza o lugar que o mate ocupou nos anos iniciais da colonização, mas assumiu o discurso etnocêntrico e preconceituoso que considera virgens as terras e as florestas, repletas de animais, perigos e riquezas que aguardavam os corajosos colonizadores. Na compreensão da autora, os colonos estavam incumbidos de uma missão agrícola, na qual o mate foi simplesmente um meio.

O presidente catarinense Francisco José da Rocha lamentou, em seu relatório de 1886, o pouco uso que se fazia do arado, tido como um símbolo da modernidade agrícola e do aumento da produção. Relatou a prevalência do cultivo de mandioca, de algum arroz, milho e um pouco de cana-de-açúcar, fumo e café. Não incluiu a erva-mate porque, justificou, "essa por muito tempo ainda ha de ser colhida sem plantio nem cultivo". Na mesma situação estava a cochonilha, que também era simplesmente extraída. Interessou ao presidente tratar "somente da cultura, que depende de trabalho para havel-a, e não da que a Natureza espontaneamente offerece nos grandes matagaes e cardaes [...]".[471]

Também para Temístocles Linhares, na colonização de São Bento e de outras "zonas mais contagiadas pela imigração", o "mate exercia logo a sua atração e contribuía para maior abrandamento da colonização, no sentido de sua adaptação"[472], ou seja, o extrativismo do mate (e da

469 SOARES, Maria Elita. *São Bento do Sul*: sua história, seus documentos. São Bento do Sul: Prefeitura Municipal, 1992. p. 29.
470 Ibidem, p. 25.
471 Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina na 1a sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente, Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886. Desterro: Typ. do Conservador, 1886. p. 171.
472 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969. p. 200.

madeira) ajudou a sustentar e adaptar as famílias de colonos instaladas nas áreas florestais do Planalto catarinense. Na colônia São Bento o ecossistema foi essencial para sustentar inicialmente as famílias imigrantes, que viveram da extração e da venda de bens florestais. O mate viabilizou a colonização do Planalto Norte de Santa Catarina. Gradativamente os colonos criaram um sistema agroecológico, domesticado, no qual prevaleceu a agricultura. Mesmo tendo pouca documentação primária sobre o mate nesta colônia, se pode reafirmar o que foi dito para o Rio Grande do Sul: com o passar do tempo, em alguns lotes coloniais os ervais nativos foram conservados e explorados regularmente. Em outros foram derrubados com a floresta para abrir espaço para a agricultura. O aumento da densidade demográfica nas áreas de colonização foi um fator que também contribui para a profunda transformação dos ecossistemas florestais.

Outro caso que merece atenção é o da colônia Angelina, fundada pelo governo provincial em 1859, há cerca de 50 Km ao oeste do litoral, em lugar que excede os 400 metros de altitude. Ela foi criada para receber lavradores nacionais, mas acolheu também imigrantes europeus, especialmente alemães. No relatório de 1865, o presidente da província traçou um panorama da situação desta colônia, informando que seus 308 habitantes produziram farinha de mandioca, milho, feijão, batatas, arroz, fumo, trigo, alho, amendoim, algodão e também 23 arrobas e meia de erva-mate, das quais exportaram seis arrobas e meia, isto é, havia um expressivo consumo local. Disse ainda que a produção de erva mate, abundante nas florestas da colônia, não progrediu porque os colonos recebiam um diminuto preço por ela, talvez por não a fabricarem com todos os preceitos.[473] Outro relatório oficial, este de 1872, informou a produção de 200 arrobas de mate em Angelina, ao lado de uma produção predominante de farinha de mandioca, milho e feijão.[474] O historiador Walter Fernando Piazza, em sua tese sobre aquela colônia, citou diversos documentos nos quais o mate apareceu com importância, informou que o diretor da colônia, Carlos Othon Schlappal, obteve uma menção honrosa por sua erva-mate na 2ª Exposição Nacional de 1866, concluiu que a *Ilex* esteve presente somente nos primeiros anos e associou o desaparecimento da árvore ao desmatamento da região.

473 Relatório do presidente da provincia de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura. Santa Catharina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865. p. 32-33.

474 Relatorio do vice-presidente da provincia de Santa Catharina, dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 25 de março de 1872. Cidade do Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1872. p. 38-39.

Piazza transcreveu anotações individuais sobre os moradores de Angelina, feitas pelo diretor, nas quais figura a família de José Francisco Xavier, nascido em Minas Gerais e estabelecido na colônia em 1864, que cultivava milho, feijão e mandioca e era fabricante de erva-mate. Na ocasião principiava a instalação de uma olaria e foi considerado "bom trabalhador".[475] O mesmo historiador, em um livro que se tornou referência nos estudos sobre a colonização do estado de Santa Catarina, comentou a exportação de mate por Angelina, mas não aprofundou o tema.[476]

O padre Raulino Reitz, ao escrever sobre o núcleo colonial de Santa Bárbara, situado próximo da colônia São Pedro de Alcântara, elaborou um mapa representando o caminho de São José para Lages, bem como a serra e o rio das Congonhas. Para explicar o significado de serra das Congonhas (nome indígena para a erva-mate), Reitz citou um texto de Arcipreste Paiva de 1848:

> Na Vargem dos Pinheiros [nascente oeste daquela serra], três léguas acima do arraial, produz espontaneamente a verdadeira herva mate em grande quantidade; porém como os colonos não usam desta bebida e talvez ignorem o seu fabrico não tratam de admittil-a no seu mercado, a apenas algum nacional que alli reside costuma ir buscar, e depois de preparada levar em pequenos jacazes ao mercado da capital.[477]

Uma possibilidade sempre presente nas experiências de colonização por imigrantes é o convívio e a mútua aprendizagem de colonos e caboclos. O trabalho com o mate e o seu consumo foram, seguramente, aprendidos dos caboclos por colonos de todo o Sul do Brasil. Conforme Warren Dean, estes conhecimentos são uma herança dos diversos grupos indígenas, elaborados e preservados durante milhares de anos de interação com o ambiente.[478]

475 PIAZA, Walter Fernando. *Angelina*: um caso de colonização nacional. 1973. Tese (Livre Docência em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1973.
476 PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, sd.
477 REITZ, Raulino. *Santa Bárbara*: primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1991.
478 DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 83.

O mate na colônia Blumenau, fundada em 1852 por iniciativa privada, também merece estudo. Idaulo José Cunha registrou a exportação de 3.500 arrobas de mate em 1883, bem como a atuação da empresa Abdon Batista, Oscar Schneider & Cia. no município de Blumenau, em 1907.[479] O historiador Manoel dos Santos, com base nos relatórios da gestão municipal, apresentou dados do período posterior a emancipação, ocorrida em 1882, que estão expostos e convertidos em arrobas na Tabela 7.

Tabela 7 – Exportação de erva-mate de Blumenau

Ano	Exportação em toneladas	Exportação convertida em arrobas
1908	140,6	9.373
1915	411,5	27.433
1920	65	4.333
1925	171,6	11.440
1928	319,8	21.320

Fonte: SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. *O imigrante e a floresta*: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí - SC. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. p. 175.

A quantidade de mate exportada por Blumenau, embora oscile muito em cada período e seja expressiva, não pode ser considerada produção local. Isto porque seu território, situado cerca de 20 metros acima do nível do mar, não correspondia à área de ocorrência da *Ilex*. Os documentos pesquisados informam somente sobre eventuais iniciativas, como a remessa de algumas mudas de *Ilex* da colônia São Bento e da colônia Humboldt (hoje Corupá SC) para a Hansa Hammonia (atual Ibirama SC) ou abordam a viabilidade técnica e econômica do cultivo da planta por imigrantes.[480] Assume-se, neste caso, a interpretação de Manoel dos Santos sobre a colonização no vale do rio Itajaí:

> A erva mate, extraída dos ervais catarinenses, ganhou cada vez mais importância com a

479 CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 64; 94.
480 Der Hansabote, 1 set. 1906, p. 4; 21 dez. 1907, p . 4. (Tradução nossa). AHJFS.

> expansão de Blumenau em direção ao Alto Vale do Itajaí. Esta cultura tem sua prática muito ligada aos rurícolas nacionais - indígenas e caboclos - que há muito praticavam sua extração no planalto. O crescimento da produção e comercialização de erva mate não foi um fenômeno isolado de Blumenau. Neste mesmo intervalo analisado ela aparecia entre os principais produtos exportados por Santa Catarina. A grande quantidade de erva registrada nos dados estatísticos era em sua maioria oriunda de outras regiões e tinha Blumenau como "passagem".[481]

A ideia de passagem também pode explicar a presença da empresa Abdon Batista, Oscar Schneider & Cia. em Blumenau, onde fazia uma parte do beneficiamento e a conexão com a sede em Joinville, que era o centro de preparo para a exportação. Se os dados publicados na Revista Catharinense estiverem corretos, uma minúscula parte da erva-mate extraída no estado era exportada pelo porto de Itajaí, talvez a parcela correspondente àquela que passou por Blumenau.[482]

Considerando o valor, ainda em 1908 três produtos ocupavam o topo da lista das exportações de Santa Catarina: banha suína, erva-mate e manteiga, ou seja, o mate tinha importância econômica ao lado dos produtos coloniais.[483] Na segunda década do século XX, nos três núcleos coloniais fundados pelo Governo Federal em Santa Catarina, Anitápolis, Esteves Junior e Barão do Rio Branco, predominou a produção de milho, feijão, batata inglesa, fumo, abóbora e de outros cultivos agrícolas. A extração de erva-mate fez parte das atividades daquelas colônias, embora as 40 arrobas exportadas em 1913 sejam economicamente inexpressivas.[484]

Uma lei de 1913 autorizou o poder executivo estadual a fazer contratos com particulares, concedendo lotes de terras de faxinais, com até 60 hectares de extensão, para o plantio de erva-mate. Anualmente o

481 SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. *O imigrante e a floresta*: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí - SC. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 177.

482 Revista Catharinense. Rio de Janeiro, abr. 1900.

483 Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Joinville: Typ. Boehm, 1908.

484 Synopse apresentada pelo coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914.

contratante deveria plantar um mínimo de vinte árvores por hectare. Depois de cinco anos e em caso de cumprimento da exigência, ele receberia o título de propriedade da terra.[485] Desconhece-se a aplicação desta lei e seus efeitos práticos, mas a sua criação mostra a separação entre o extrativismo em espaços coletivos e o cultivo da erva-mate em terras privadas, bem como a distinção entre projetos de colonização voltados para a agricultura e o estímulo aos monocultivos de *Ilex*. Estes faziam parte das preocupações governamentais, pelo menos desde 1908, quando o Estado de Santa Catarina passou a investir na instalação de um viveiro de plantas na nova Estação Agronômica, onde planejou fazer sementeiras de *Eucalyptus* e de *Ilex*.[486] A Revista Agrícola, editada pela Sociedade Catharinense de Agricultura, divulgou o artigo de um agrônomo argentino detalhando os diversas métodos para se obter mudas da erveira. Este era o conhecimento necessário aos colonos ou aos empresários que desejassem se dedicar ao cultivo do mate. Para quebrar a dormência da semente se podia usar a estratificação, na qual as sementes eram dispostas em camadas cobertas de terra com umidade constante durante alguns meses; a incubação, que consistia em colocar as sementes sobre uma camada de esterco fresco em fermentação ou; a maceração, que empregava ácido clorídrico, potassa caustica ou ácido sulfúrico para diminuir a resistência do tegumento. Os métodos mais rápidos consistiam em formar uma nova muda por estaca e por mergulhia, nos quais se promove a formação raízes em um galho cortado ou conduzindo um ramo ainda ligado à árvore até o solo. Nestes dois últimos métodos se obtém clones da planta mãe.[487]

É necessário aprofundar os estudos sobre a ligação entre o extrativismo do mate e as experiências de colonização no Oeste de Santa Catarina, região pesquisada pela historiadora Eunice Sueli Nodari, onde uma "das táticas de publicidade estava diretamente relacionada às florestas, que eram exaltadas e usadas como chamariz para os colonos". Como exemplo, a autora citou "correspondências enviadas, inclusive para o exterior, pelo colonizador Ernesto Francisco Bertaso, nas quais descrevia a região pertencente a sua colonizadora no intuito de atrair

485 SANTA CATARINA. *Lei n. 960, de 14 de agosto de 1913:* autoriza o Poder Executivo a fazer contratos com particulares concedendo gratuitamente lotes de terras de fachinaes para o plantio de herva matte. CMALSC.

486 Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo, em 2 de agosto de 1908. Joinville: Typ. Boehm, 1908. p. 26.

487 Revista Agrícola. Santa Catarina, jan./mar. 1906. BPSC. p. 15-18.

novos moradores para o Oeste de Santa Catarina".[488] Usando a mesma estratégia de propaganda, a sociedade colonizadora Volksverein escreveu: "Banha, tabaco, mate são os principais produtos das velhas colônias nas velhas terras; Banha, tabaco, mate, açúcar, café, frutas tropicais são os principais produtos de Porto Novo na nova terra".[489] Embora naquela região existisse grande volume de espécies madeiráveis[490] e de erva-mate, sua colonização não se intensificou enquanto permaneciam as indefinições de limites, escapando do recorte temporal adotado nesta pesquisa. Para a antropóloga Arlene Renk, existiu uma divisão étnica do trabalho ervateiro no Oeste de Santa Catarina:

> Aos italianos cabe o espaço da lavoura (pequena propriedade e granja), do comércio e da indústria. Os grupos produtivos envolvidos na erva distribuem-se de modo similar: os donos são italianos; os produtores de erva-mate são colonos ou fazendeiros; e os extratores, invariavelmente, os caboclos. Neste caso, a extração é naturalizada como atividade de caboclos […] O corte da erva é "só com eles". "Eles só fazem isso e só sabem fazer isso", afirmam os italianos.[491]

Esta divisão étnica na "luta da erva" ou trabalho com a erva estudada por Renk, entretanto, se refere aos anos 1940 e décadas seguintes. Estava ligada, em boa medida, ao extrativismo do mate nos ervais nativos da região de Chapecó SC.

Na parte centro-sul de Santa Catarina, a empresa colonizadora Angelo de Carli, Irmão & Cia. anunciou, em 1928, a venda de duas mil colônias de terra na colônia Irany, no município de Cruzeiro, que depois passou a ser denominado Joaçaba SC. Os anúncios publicados em italiano no jornal Staffetta Riograndense para a população da região de Caxias do Sul RS enfatizavam a existência da ferrovia e de estradas, a legitimidade das propriedades e o clima semelhante ao do Rio Grande do Sul, mas o principal argumento destacou a qualidade e a fertilidade

488 NODARI, Eunice S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *História*: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 9, p. 134-148, 2009. p. 140.
489 St. Paulus Blatt. n. 9, set. 1929, p. 15. (Tradução nossa). Memorial Jesuíta Unisinos.
490 RUSCHEL, Ademir R.; NODARI, Eunice S.; GUERRA, Miguel P.; NODARI, Rubens O. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da Floresta Estacional Decidual do Alto-Uruguai. *Ciência Florestal*, Santa Maria - RS, v. 13, n. 1, p. 153-166, 2003.
491 RENK, Arlene. *A luta da erva:* um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006. p. 194.

da terra, coberta de mato branco (Floresta Estacional Decidual), com grandes ervais. Os anúncios de terras abundavam naquele jornal e seus textos, mesmo de empresas diferentes, não variavam radicalmente. A presença de ervais e de espécies florestais madeiráveis nas terras a serem colonizadas geralmente era enfatizada. Em 1929, com um anúncio escrito em primeira pessoa, o empresário José Petri ofereceu terras com floresta para a venda na região do atual município de Videira SC. Sobre elas comentou: "Trata-se de pinhaes e não de pinheirinhos!"[492]

4.4 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARANÁ

Conforme o historiador Valdir Gregory, no Paraná a "colonização com colonos estrangeiros foi bastante reduzida no Império, se for comparada aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A imigração em escala mais significativa só se processou já em fins do século XIX e durante o século XX", quando também ocorreu uma migração interna de riograndenses e catarinenses para aquele estado.[493] Houve uma experiência de colonização por imigrantes alemães em Rio Negro, iniciada em 1829 sob a direção do Barão de Antonina, mas nada se sabe sobre o envolvimento daqueles colonos com o mate, o que era muito possível, pois foram instalados em uma região de ocorrência de ervais. O *Guia do emigrante para o Imperio do Brazil*, publicação oficial de 1884, listou as principais colônias então existentes no Paraná: Assunguy, Argelina, Thomaz Coelho, D. Augusto, Rivierre, Orléans, Santo Ignacio, Lamenha, Santa Candida, Abranches, Pilarzinho, Muricy, Antonio Rebouças, Novo Tyrol, Alfredo Chaves, Inspector Carvalho, Senador Dantas, Dom Pedro e S. Venancio, todas fundadas na segunda metade do século XIX e muito próximas da capital ou situadas em um raio de 100 Km desta. Listou ainda outras nos municípios de Palmeira, Lapa, Ponta Grossa e Morretes. O guia informou a principal produção agrícola de cada colônia, mas não fez qualquer referência ao mate naquela província. A única menção à erva-mate estava na descrição da colônia catarinense Dona Francisca.[494] Parte dos colonos, contudo, perceberam a importância do mate na economia paranaense e se

492 Staffetta Riograndense, 10 out. 1928, p. 4; 24 jul 1929, p. 4. Museu dos Capuchinhos.
493 GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial:* migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 34.
494 VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. *Guia do emigrante para o Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 19-25. IAI.

envolveram com a atividade. O caso da colônia Dona Adelaide (Ipiranga PR) é ilustrativo, pois o governo se mostrou insatisfeito com os colonos que não se dedicavam à lavoura, plantavam alimentos apenas em pequenos quintais e ocupavam-se de fazer o comércio de mate, que compravam no "sertão".[495]

Para o governo do Paraná, em meados do século XIX, os caboclos se dedicavam exclusivamente à criação de animais e no trabalho de colher, secar e levar ao mercado a erva-mate que nascia e crescia espontaneamente nas matas, não se dedicando à agricultura. O mesmo governo se queixou da impossibilidade de executar as obras públicas planejadas. Os motivos eram vários e um deles era a falta de operários. Os moradores da província eram vistos como indolentes porque preferiam o trabalho fácil nos ervais na época da coleta.[496] As autoridades valorizaram a agricultura, comparando o cultivo do trigo, que exige trabalho e espera, com a extração do mate, cujos ervais silvestres estavam por toda parte, sem custarem trabalho humano, bastando coletar, secar, triturar e vender para o beneficiamento. Produzir mate era tão fácil, escreveu o presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, que não havia distinção de sexo e idade: mulheres, homens, velhos e meninos nela trabalhavam. Para ele um número excessivo de pessoas se dedicava ao mate, o que considerou um gérmen de ruína da agricultura. O desprezo pela profícua cultura tritícola não era motivado pela ferrugem, mas pela "herva que faz mal ao trigo".[497] Talvez movido por seu preconceito com os caboclos e com a atividade extrativista, o governante menosprezou as dificuldades de viver na floresta e de trabalhar como ervateiro.

Na visão dos dirigentes da província do Paraná, o problema da "applicação exclusiva de quasi todos os braços a produção da herva mate" poderia ser resolvido com a introdução de imigrantes europeus, "que se mostrão mais propensos á cultura dos cereaes e de outros

495 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo presidente da provincia, o Exmo. Snr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba: Typ. Perseverança, 1880. p. 63.

496 Relatorio do estado da provincia do Paraná apresentado ao vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro de Rezende, 1855. Curityba: Typ. Paranaense, 1854.

497 Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provinvial, em 15 de julho de 1854. Curityba: Typ. Paranaense, 1854.

generos alimenticios".[498] Dez anos depois, outro governante continuou sustentando que "O espirito rotineiro, a facilidade com que o homem obtem o necessario para viver", combinada com as dificuldades de mercado e preço, mantiveram a agricultura do Paraná restrita a uma mesquinha condição. A introdução de colonos "industriosos, activos e moralisados" prosseguia como a principal sugestão[499], pois eles não fariam a extração de bens disponíveis no ambiente, mas agricultura. As colônias até então fundadas eram o exemplo idealizado do sucesso e da viabilidade da proposta. Cultivar as terras da forma planejada nos projetos de colonização exigia, contudo, que a floresta fosse derrubada.

A posição das autoridades não era unânime, obviamente. O presidente Adolpho Lamenha Lins, em 1876, discordou daqueles que consideravam o mate um óbice ao desenvolvimento da agricultura e o considerou uma riqueza, pois nele o lavrador encontrava meios de prover suas necessidades enquanto esperava o resultado dos cultivos.[500] A ideia de superioridade da agricultura em relação ao extrativismo vegetal apareceu também em outros documentos e lugares. Alejo Peyret classificou a opção do ervateiro Gaspar Jones, pelo cultivo de cana-de-açúcar na província argentina de Misiones, como "um trabalho mais sério, dedicando-se à agricultura".[501]

Em 1919, a empresa colonizadora Petri, Meyer, Azambuja & Cia. colocou à venda dez mil lotes coloniais próximos ao rio Paraná, que correspondiam a área adquirida por compra do governo paranaense na região do atual município de Santa Helena PR, lugar de *obrages*. O fez por meio de um anúncio publicado na primeira página do jornal A Voz da Serra de Passo Fundo RS, oferecendo terras de várzea cobertas por "uma floresta luxuriante", cuja fertilidade era comparável aos solos do vale dos rios Taquari e Caí. Três ou quatro mil dos lotes anunciados tinham pinhais e ervais e estavam ligados aos portos fluviais paranaenses por estradas. A empresa garantia a imediata exportação de madeira - cuja exploração podia ser feita por terceiros - de erva-mate e

498 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857. p. 94.

499 Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da provincia do Paraná na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura pelo presidente, bacharel José Feliciano Horta de Araujo, no dia 15 de fevereiro de 1868. Curityba: Typ. de C. Martins Lopes, 1868. p. 43.

500 Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Provincia do Paraná: Typ. da Viuva Lopes, 1876. p. 113.

501 PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. p. 90. (Tradução nossa). AAHMP.

dos demais produtos coloniais para os mercados de Buenos Aires e Montevidéu. Por outro lado, prometia não monopolizar o comércio, podendo o colono vender diretamente para os mercados platinos.[502] O anúncio informativo, que era uma propaganda do projeto privado de colonização, continha ainda um discurso nacionalista que visou desestimular a migração de colonos para os países vizinhos:

> [...] todo brazileiro, italo, luso ou teuto brasileiro, que emigrar para o extrangeiro (Argentina ou Uruguay) negará o concurso de seus braços ao progresso da Patria, indo procurar terras inferiores ás nossas, em lugares, climas e costumes diversos quando temos milhares de colonias fertilissimas num Estado co-irmão a preço mais baixo, servidas por um rio navegável em todo tempo.[503]

Pela mudança de alguns sócios, a empresa alterou sua razão social para Petri, Meyer, Annes & Cia. e prosseguiu atuando naquela faixa de fronteira, onde o governo brasileiro desejava fixar população nacional. Do mesmo modo, a transcrição de um texto do Diário da Tarde, de Curitiba, no jornal Staffetta Rio-Grandense de 1920, pode ter funcionado como propaganda entre os colonos estabelecidos na região de Caxias do Sul RS. Nele, a Petri, Meyer, Annes & Cia. informou ter comprado 250 mil hectares de terras nas margens do alto rio Paraná e estar formando dez mil lotes agrícolas para venda preferencial a agricultores do Sul do Brasil. Nas terras florestais antes exploradas pela empresa Mate Laranjeira, o empreendimento colonizador anunciava a possibilidade de extrair madeira e erva-mate, cultivar o solo e criar animais, mercadorias para as quais garantia a compra e o pagamento em moeda corrente.[504]

Destaca-se destes dois anúncios que a existência de erva-mate nos lotes e de mercado para ela foi explicitamente empregada na propaganda do projeto de colonização. Conforme Wachowicz, esta colonizadora faliu em 1921, mas fez um lucrativo negócio: comprou a área ao preço de 4$500 réis por hectare e vendeu a massa falida para empresários paulistas por 250$000 réis o hectare.[505]

---

502 A Voz da Serra, 20 set. 1919, p. 1. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.
503 Ibidem.
504 Staffetta Rio-Grandense, 2 set. 1920, p. 1. Museu dos Capuchinhos.
505 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos:* história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 160.

4.5 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NA ARGENTINA

Na Argentina, especificamente na província setentrional de Misiones, também ocorreu uma aproximação entre a colonização por imigrantes e a atividade ervateira. Aquele país definiu em lei de 1876 as regras para a imigração de estrangeiros e para o estabelecimento de colônias, bem como regulamentou a colonização por empresas privadas. Embora o conceito de imigrante presente na lei fosse amplo e incluísse trabalhadores de qualquer ofício, ela oferecia vantagens àqueles que se dedicassem à agricultura.[506] As colônias oficiais de Candelaria e Santa Ana, as primeiras, foram demarcadas na década de 1880. Conforme o engenheiro Rafael Hernandez, havia erva-mate em seus territórios, mas não "em quantidade capaz de ser uma exploração, ainda que serão muito úteis ao proprietário e podem ser cultivadas com grande êxito. No interior de Misiones os ervais constituem uma riqueza pública suscetível de grande melhoramento [...]".[507]

No início de século XX vários argentinos estudaram o cultivo da erva-mate. Germán Ayala, ao se graduar em engenharia agronômica em 1918, escreveu sobre os procedimentos mecânicos e químicos para quebrar a dormência da semente de *Ilex*.[508] Carlos Spegazzinni, botânico e micólogo italo-argentino, estudou fungos e os insetos que interagiam com a *Ilex paraguariensis*, vistos pela *Sociedad Científica* Argentina e pelos ervateiros como agentes de enfermidades nos cultivos agrícolas e causadores de prejuízos econômicos.[509] O engenheiro agrônomo e diretor da Escola de Agricultura de Posadas, Arturo Oliveira, em publicação de 1922, apresentou um método para o "cultivo fácil e racional" da erva-mate, que visava auxiliar a produzir os 45 milhões de quilos de mate que a Argentina importava. Nela o autor detalhou os procedimentos de preparo da semente, organização dos viveiros, plantio, estruturação do erval, transplante, proteção da muda com o poncho de palha, capina, irrigação, replantio das mudas que não se desenvolveram e poda de condução. O método reproduziu, com adaptações técnicas, parte das condições encontradas na floresta. O erval artificial, expressão

506 ARGENTINA. Ley de inmigracion y colonizacion de la República Argentina, 1876. Buenos Aires: La Universidad, 1883. BNAR.

507 HERNANDEZ, Rafael. *Cartas misioneras:* reseña histórica, científica y descriptiva de las Misiones argentinas. Buenos Aires: Luz del Alma, 1887. p. XX. (Tradução nossa). BNAR.

508 AYALA, German. *El cultivo de la yerba mate em Misiones*. Tese (Graduação em Engenharia Agronômica), Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1918. BNAR.

509 SPEGAZZINI, Carlos. *Sobre algunas enfermedades y hongos que afectan las plantas de "agrios" en el Paraguay*. Buenos Aires: Coni, 1920. BNAR.

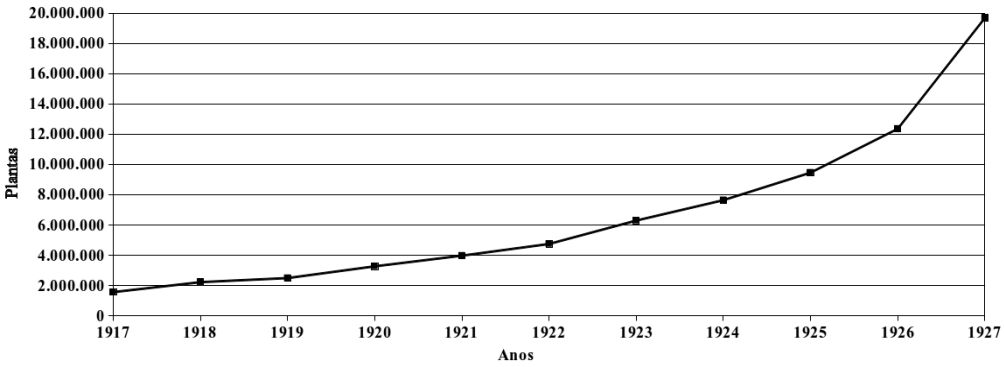
usada na época em oposição ao erval espontâneo ou natural, estava pronto para a primeira colheita em quatro anos.[510]

Em 1930 o engenheiro agrônomo Adolfo Furnus, contando com a contribuição de um entomólogo e de um engenheiro químico, escreveu que a terra vermelha com mais de três metros de profundidade é a única apropriada para o cultivo de erva-mate em Misiones. Terrenos altos, como a parte superior de morros, são igualmente favoráveis ao plantio. Ainda conforme o autor, quando plantada em terras de floresta, a *Ilex* rende o dobro de folhas e ramos em comparação a semelhante cultivo em terras de campo. No final de seu livro há uma propaganda da colônia Caraguatay oferecendo terras de floresta, "comprovadas como as melhores para a plantação de erva e demais cultivos sub-tropicais", que eram vendidas em lotes de 25 hectares, com prazo para pagamento e a promessa de entregar o título definitivo ao quitar a primeira parcela. O conhecimento acadêmico, elaborado também a partir do conhecimento popular, estava então a serviço de uma empresa colonizadora com sede em Buenos Aires, que possivelmente patrocinou a publicação.[511]

O Gráfico 7 representa a quantidade de plantas de *Ilex* cultivadas em Misiones a cada ano e revela um espantoso crescimento. Ele marca o final do extrativismo da erva-mate silvestre em algumas regiões daquela província e o início do cultivo em escala, do qual participaram também muitos imigrantes que se estabeleceram como colonos. Conforme o imigrante italiano Benito Zamboni, em um hectare de terra se podia cultivar mil mudas de erva-mate que, depois de seis anos, davam resultado econômico suficiente para recuperar o valor investido.[512]

510 OLIVEIRA, Arturo A. *Métodos prácticos para el cultivo de la yerba mate en el territorio de Misiones*. Buenos Aires: Ministério da Agricultura, 1922. (Tradução nossa). BNAR.
511 FURNUS, Adolfo C. *La yerba-mate en Misiones*. sl.: sn, 1930. p. 54-64. (Tradução nossa). BNAR.
512 ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999. p. 120.

Gráfico 7 - Introdução do cultivo de erva-mate em Misiones



Fonte: MUELLO, Alberto Carlos. *Misiones:* las cataratas del Iguazú, el alto Paraná y el cultivo de la yerba mate. Buenos Aires: Jacobo Peuser, sd. BNAR.

Na década de 1920 foram fundadas as colônias privadas Santo Pipó e Oro Verde, ambas no Oeste de Misiones, junto à margem esquerda do rio Paraná. Nelas se estabeleceram imigrantes suíços que se dedicaram ao cultivo de erva-mate. Nas narrativas e memórias de famílias imigrantes, compiladas por María Gallero, prevaleceu o discurso que enfatiza a floresta virgem e inóspita, o mar verde e impenetrável que elas encontraram. Johann Christian Theler migrou para a Argentina em 1893 e narrou sua posterior dedicação à criação de gado e ao cultivo de doze mil plantas de erva-mate. O imigrante François Machon registrou a existência, na Santo Pipó de 1925, de 300 hectares de ervais cultivados. A transcrição das cartas de Eugenio Lagier, enviadas de Misiones para a Europa na década de 1920, revela os cuidados intensos exigidos pelo cultivo da *Ilex* e a expectativa de ganhos econômicos. Além do mate, os colonos suíços cultivaram comercialmente milho, tabaco e tungue (*Aleurites fordii*). Das memórias de Bruno M. Urfer se sabe que alguns colonos também vendiam lenha para os barcos a vapor que transportavam erva-mate pelo rio Paraná.[513]

A história que se viveu nas décadas seguintes a de 1920 foi a da expansão dos projetos de colonização e dos ervais em direção ao Norte da província. Para o governador de Misiones, Eduardo N. Otaño, aquele era um

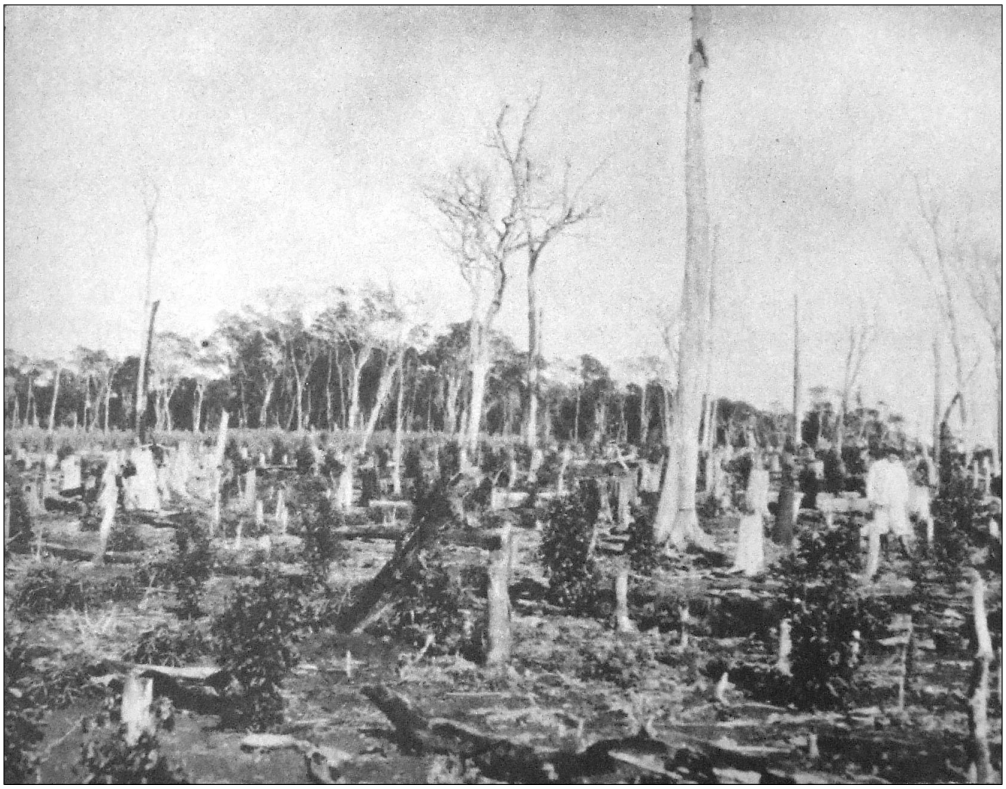
513 GALLERO, María Cecilia (Comp.). *El llamado del oro verde:* memorias de inmigrantes suizos en Misiones. Florida: Araucaria; Misiones: Consulado de Suiza, 2008.

> bonito pedaço de terra argentina, onde homens nativos, unidos aos que chegaram confiantes de todos os rincões do planeta [...] abriram picadas na selva virgem, cortaram os cipós e afugentaram as feras, que hoje são tênues lembranças da lenda; curvaram os gigantes seculares das florestas e trabalharam com afinco e fé a terra que nada lhes negou. Formaram extensas plantações de erva-mate, tungue, citros; cultivaram o tabaco, a juta, o rami, a mandioca e cem produtos mais [...]; lutaram e triunfaram.
> Misiones, "eldorado" maravilhoso [...], convertido hoje em oásis de trabalho, de paz e felicidade […].[514]

O discurso idealizado do governador reiterou o triunfo da civilização, marcada pela agricultura, sobre o selvagem, caracterizado pela presença da floresta e das feras. No mesmo álbum publicitário que estampou aquele discurso foram impressas diversas imagens, das quais se salientam duas: uma representa um lote de terra desmatada, onde tocos de arvores cortadas e queimadas dividem espaço com mudas de *Ilex* alinhadas e em crescimento (Figura 32). A segunda imagem, aérea, retratou um extenso monocultivo de erva-mate dividido em talhões, evidenciando sua escala agroindustrial (Figura 33). A erva-mate cultivada aparece como sinal de progresso, enquanto a erva-mate nativa estava ligada à selva que precisava ser vencida pelo trabalho humano.[515]

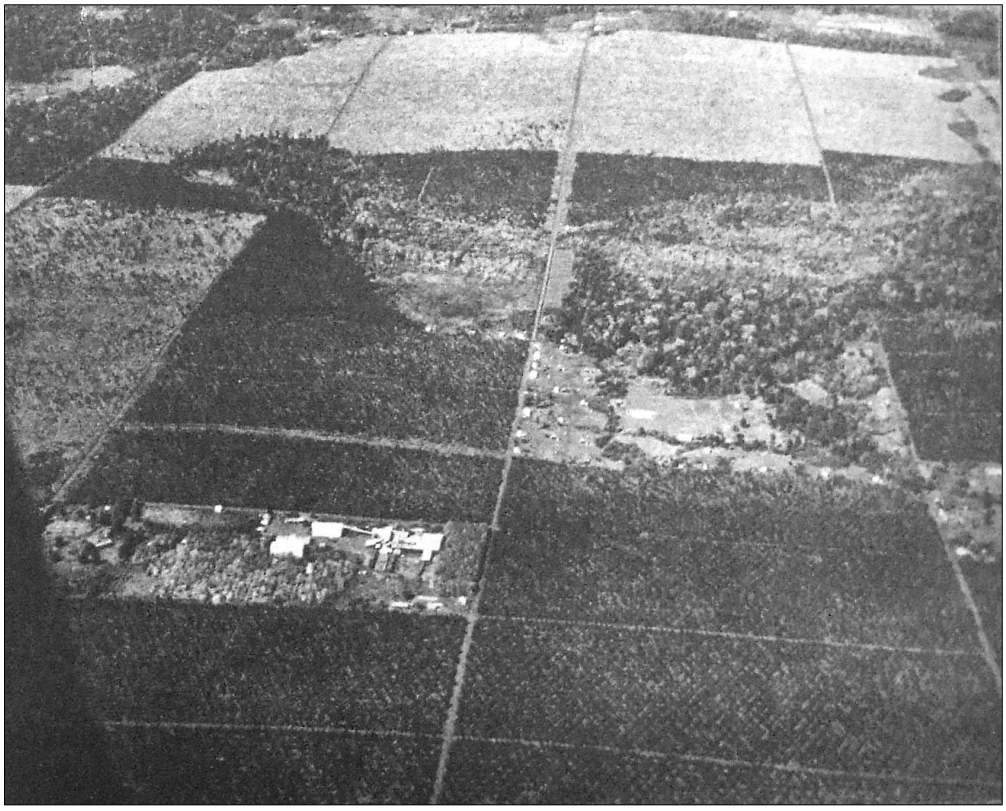
514 ASTRO. *Misiones:* oro verde. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. (Tradução nossa). BNAR.
515 Ibidem.

Figura 32 - Plantio de *Ilex paraguariensis*



Fonte: ASTRO. *Misiones:* oro verde. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. BNAR.

Figura 33 – Monocultivo da *Ilex paraguariensis*



Fonte: ASTRO. *Misiones:* oro verde. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. BNAR

Ainda na década de 1920, na margem esquerda do rio Paraná, foram instaladas as colônias Eldorado, Puerto Rico e Monte Carlo, para onde migraram também colonos provenientes do Rio Grande do Sul.[516] Um material informativo e publicitário da Compañía Eldorado, escrito em alemão, apresentou a erva-mate como um cultivo que produz resultados a partir do terceiro ano após o plantio, com aumento de produtividade nos anos seguintes. Cálculos simples, apresentados como exemplo, mostraram a possibilidade de obter compensadores ganhos. O mesmo material informou que o erval recém plantado tolerava culturas consorciadas, como a mandioca, a abóbora e o melão, oferecendo proteção às jovens mudas da *Ilex* contra o calor do sol e o frio. Na parte que tratou da exploração florestal em Misiones, a publicação se concentrou em quatro temas principais: a necessidade de desmatar e

516 HEWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. *A filha do pioneiro*. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

limpar uma área inicial para agricultura, o aproveitamento de madeiras para a construção ou para a venda, a possibilidade de extrair erva-mate nativa e a variedade de madeiras de boa qualidade disponíveis, inclusive a araucária.[517]

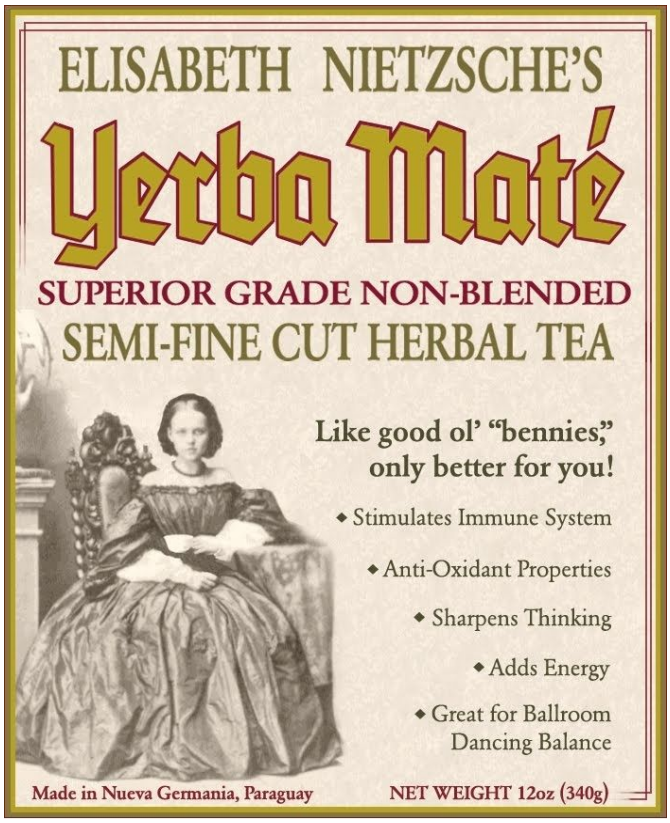
Os colonos estavam, entretanto, sujeitos ao mercado controlado por grandes empresários. O cronista Benito Zamboni escreveu, em 1933, sobre a ganância dos proprietários de engenhos de mate da Argentina, que compravam a erva cancheada a vinte centavos e a vendiam beneficiada ao preço de um peso por quilograma.[518]

517 COMPAÑÍA ELDORADO. *Die Eldorado-Kolonien:* Eldorado, Puerto Rico und Monte Carlo in dem argentinischen Territoruim - Misiones. Buenos Aires, 1925. IAI.
518 ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999. p. 171.

4.6 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARAGUAI

O ponto de partida desta parte do texto são as Figuras 34 e 35, que trazem a imagem e o nome de Elisabeth Nietzsche, irmã do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, impressos em embalagens contemporâneas de erva-mate.

Figura 34 - Erva-mate de Elisabeth



Fonte: Disponível em: <http://yoamolahistoria.blogspot.com/>. Acesso em: 12 jun. 2011.

Figura 35 - Erva-mate de Elisabeth

Fonte: Disponível em: <http://yoamolahistoria.blogspot.com/>. Acesso em: 12 jun. 2011.

Para compreender esta estranha ligação é necessário conhecer uma iniciativa de colonização por imigrantes feita no interior do Paraguai. Elisabeth Nietzsche (1846-1935) casou-se com Bernhard Förster (1843-1889), um professor adepto às ideias antissemitas que ganhavam força na Europa do século XIX. O casal migrou para o Paraguai em 1886 e fundou a colônia Nueva Germania, para a qual migraram outras famílias alemãs. O projeto incluiu estabelecer a pureza da raça ariana na colônia, mas a experiência não foi tão bem sucedida quanto o esperado e Bernhard se suicidou em 1889. Elisabeth permaneceu no Paraguai até 1893, voltou à Europa, passou a trabalhar com seu irmão que estava doente e escreveu sua biografia. Na década de 1920, parte da obra do filósofo Nietzsche foi vinculada ao projeto nazista, o que contou com a contribuição da irmã. Quando Elisabeth

faleceu, em 1935, foi homenageada pelo Partido Nazista alemão, que assumira o poder em 1933.[519]

Em um livro publicado na Alemanha em 1891, sem identificação de autoria, mas possivelmente organizado por Elisabeth em homenagem ao falecido esposo, foram transcritos variados textos, inclusive cartas privadas remetidas por colonos às famílias na Europa. Eurem M. Gündel relatou a sua mãe, em 1888, as diferenças entre a colônia e a paisagem europeia, com destaque para a presença de densa floresta, que também apareceu retratada em um mapa publicado naquele livro (Figura 37). Gündel escreveu ainda sobre os animais silvestres e gabou-se de ter abatido um gato selvagem e diversos outros animais, inclusive 14 macacos, cuja carne considerou saborosa. A abundância de carne foi apresentada como sinal de fartura e estabilidade econômica. Estava acompanhada de alimentos cultivados como a mandioca, cana-de-açúcar, arroz, café, cebolas e outros vegetais. Em resposta à pergunta da mãe, sobre a existência de "índios selvagens", o colono escreveu que antes havia, que foram praticamente extintos e que ele nunca os viu. Outro colono, Otto Schultz, incluiu em sua correspondência o relato do cultivo de tabaco, laranja, banana, limão, abacaxi, abóbora, pepino, melão e outras hortaliças, plantadas no solo vermelho da floresta derrubada. O cavalo era relativamente barato, disse Schultz, cada colono podia ter um. Música, dança e divertimentos não existiram inicialmente, mas sim trabalho, cujo rendimento se podia notar no primeiro ano. "Todo começo é sofrido", idealizou ele citando uma expressão conhecida na terra natal e repetida em outros textos sobre a colonização alemã.[520] É evidente que a transcrição das cartas no livro, certamente selecionadas, tiveram também a função de fazer propaganda da colônia e atrair novos imigrantes. Vale lembrar o que Débora Bendocchi Alves ressaltou ao estudar a correspondência de colonos europeus instalados no Rio de Janeiro: "as cartas publicadas devem ser tratadas pelos pesquisadores de forma mais cuidadosa do que aquelas não publicadas. As primeiras saem da esfera privada e passam para a esfera pública, desempenhando assim uma outra função".[521]

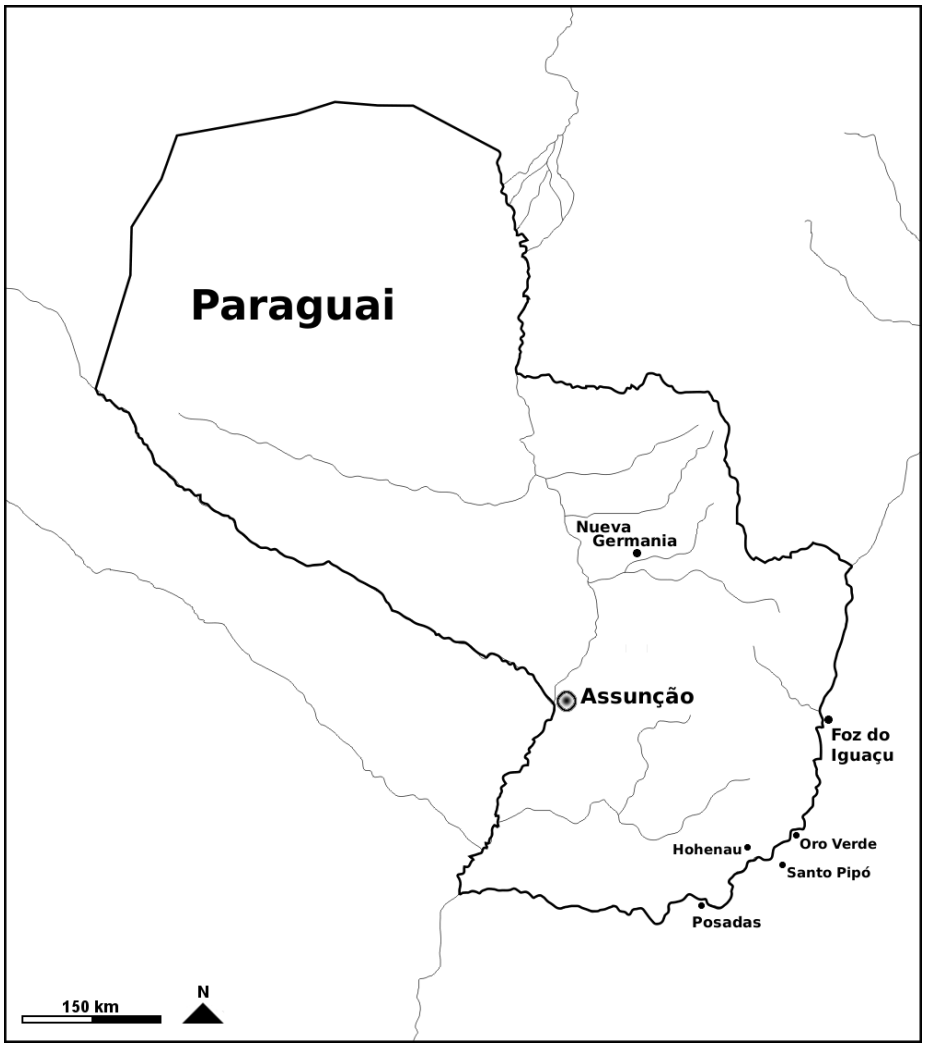
519 DIETHE, Carol. *Nietzsche's sister and the will to power*: a biography of Elisabeth Foerster-Nietzsche. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

520 DR. BERNHARD FÖRSTER'S KOLONIE NEU-GERMANIA IN PARAGUAY. Berlin: Commissions-Verlag der Actien-Gesellschaft "Pionier", 1891. p. 10-15. (Tradução nossa). IAI.

521 ALVES, Débora B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro-Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 163, 2003.

A colônia Nueva Germania estava situada em uma região florestal entre dois pequenos rios, o Aguaray-guazu e o Aguaray-mi (possivelmente Aguaray-mini em guarani), afluentes do rio Jeyui e integrantes da bacia dos rios Paraguai e Paraná. Conforme os textos, que diferem do mapa reproduzido na Figura 37, ela tinha cerca de 22 mil hectares de superfície, ou seja, possuía uma área considerável que estava geográfica e economicamente conectada a cidade de San Pedro, ao leste, por meio de estradas e de uma linha de barco a vapor (Figuras 36 e 37).[522]

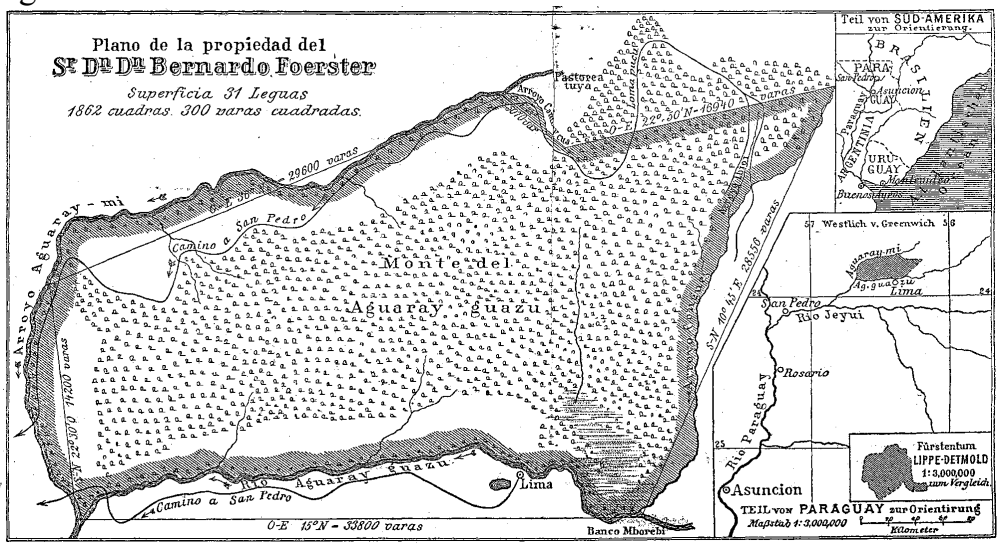
Figura 36 - Localização de Nueva Germania



Fonte: Elaborado a partir de: <http://maps.google.com/>. Acesso em: 12 jun. 2011.

522 Ibidem.

Figura 37 - Planta das terras de Nueva Germania



Fonte: DR. BERNHARD FÖRSTER'S KOLONIE NEU-GERMANIA IN PARAGUAY. Berlin: Commissions-Verlag der Actien-Gesellschaft "Pionier", 1891. IAI.

Do mesmo livro de 1891 cabe destaque para o texto “Um domingo em Nueva Germania”, escrito em 1889 e assinado por “Eli Förster, nascida Nietzsche”. Nele o cotidiano da colônia foi descrito em detalhes, iniciando pela observação do comportamento de peões paraguaios, lá acampados, que bebiam mate. A descrição prosseguiu em várias páginas e se completou com uma longa argumentação em defesa do antissemitismo. O fechamento do texto trouxe versos do hino nacional alemão para o contexto da floresta paraguaia: “Alemanha, Alemanha acima de tudo, acima de tudo no mundo”,[523] que pode ser entendida como uma expressão do nacionalismo e do imperialismo alemães. Outro texto, assinado com as iniciais “E. F.”, partiu da pergunta “Devo eu emigrar para Nueva Germania?”. As respostas trouxeram informações econômicas, agrícolas, climáticas, ecológicas, geográficas e sociais que formaram convincentes argumentos a favor da colônia. Ao final, o texto relatou que nela residiam somente alemães, que o alemão era o único idioma falado e que inclusive os peões paraguaios iniciavam a aprendizagem do idioma alemão![524] Os textos seguintes, com estilo semelhante e mesma autoria, visavam orientar o emigrante sobre “O que e como se deve trazer na bagagem” e “A

523 Ibidem, p. 30-52.
524 Ibidem, p. 111-122.

viagem e a chegada". Este conjunto de escritos permite acreditar que Elisabeth não abandonou o projeto de colonização logo após o falecimento do esposo e tentou viabilizá-lo apesar de estarem vendidas, até então, menos da metade das terras disponíveis.[525]

Existem poucas referências ao extrativismo da erva-mate neste livro. Uma carta privada informou sobre a circulação do produto pelo rio Aguaray-guazu em direção a San Pedro. O texto "Devo eu emigrar para Nueva Germania?", antes analisado e tão detalhado que chegou a abordar o problema do bicho-de-pé (*Tunga penetrans*) na colônia, não citou a erva-mate, certamente porque ela não era central na economia e na cultura local. Elisabeth, por fim, fez uma sutil referência à erva-mate no texto "Propostas e desejos", listando-a entre os "produtos maravilhosos", ao lado do café, algodão, cana-de-açúcar, rami e mamão. As principais informações sobre seu extrativismo foram registradas pelo próprio Bernhard Förster e publicadas como anexos no livro. Disse ele que Nueva Germania estava situada junto a um rio navegável, no qual cerca de 80 mil arrobas de erva-mate circulavam anualmente, ou seja, sua localização permitia o transporte dos produtos da agricultura colonial para os mercados consumidores, inclusive para Assunção. No "Chamado", de 1886, Bernhard escreveu sobre as madeiras úteis que podiam ser extraídas, transportadas pelo rio e vendidas por um preço compensador, a facilidade de encontrar admiráveis fontes de água, a possibilidade de cultivar alimentos básicos, alguns a serem colhidos depois de apenas quatro ou cinco meses, bem como sobre a preferência da população local, indígena, pela pecuária e pela atividade ervateira.[526]

Outra fonte importante são as cartas que Elisabeth trocou com Friedrich Nietzsche em 1888, enquanto ainda estava no Paraguai. Nelas se percebe o entusiasmo inicial com a colonização, ao ponto de sugerir um investimento ao irmão:

> Ora, tu sabes que nós gostaríamos tanto de prover algo para tua velhice e assim queremos adquirir para ti um belo pedaço de terra, que talvez um dia valerá um bom dinheiro. Enviaremos a ti com a próxima correspondência um contrato de compra que te dará todos os detalhes […] Como te escreverei de novo em breve, quero parar hoje por

525 Ibidem, p. 123-131.
526 Ibidem, p. 19-20; 111-122; 137-143; 150-151; 164-167.

> aqui, pois temos tanto para fazer com o registro de terra e a preparação dos anúncios de venda.[527]

Friedrich respondeu as cartas da irmã recusando a oferta de terras, reiterando seu desprezo pelas propostas antissemitas e manifestando seu desgosto com a apropriação de ideias de seus livros que grupos racistas europeus estavam fazendo. No final de 1888, ele escreveu a um amigo: "Arrisco ainda relatar que a situação no Paraguai é a pior possível. Os alemães que foram atraídos para lá estão indignados e exigem o dinheiro deles de volta – ninguém tem nada. Já ocorreram violências; temo pelo pior".[528]

As dificuldades para renegociar as dívidas com o governo do Paraguai e a pouca venda de lotes rurais possivelmente foram os principais problemas que afetaram o empreendimento colonizador. Os princípios racistas que orientaram sua criação possivelmente valeram mais para os discursos do que para as práticas. No cotidiano de trabalho na América, os colonos conviveram e aprenderam com a populações locais. A partir do final do século XIX a sustentação econômica da colônia dependeu, em boa medida, do êxito do cultivo da *Ilex*, cujas técnicas de germinação e plantio foram desenvolvidas pelo imigrante Federico Neumann. Estas técnicas, para quebrar a dormência da semente, produzir mudas e iniciar cultivos expostos ao sol, eram conhecidas das populações indígenas no período das missões jesuítas. Além da ocorrência silvestre da planta, os colonos da Nueva Germania viabilizaram o cultivo e o preparo de um produto valorizado no mercado platino daquela época. Este conhecimento não era uma exclusividade daqueles colonos, pois em vários outros lugares aconteciam experiências com plantações de *Ilex*. Um livro publicado em Stuttgart, em 1903, sob o título *O chá do Paraguai: erva-mate*, tratou do tema com viés informativo e destacou a novidade dos cultivos feitos em Nueva Germania e em Rio Pardo, no Brasil. A experiência do colono Neumann foi apresentada como um exemplo de rentabilidade, pois ele obteve um ganho de 150% após seis anos iniciais de cultivo.[529]

---

527 Transcrita por TORRIANI, Tristan. Fritz-do-meu-coração: o triunfo do feminino na crítica de Elisabeth Nietzsche à estratégia autopromocional de seu irmão. *Kalagatos*, Fortaleza, v. 3, n. 6, 2006, p. 165-166.

528 Ibidem, p. 162; 172-174.

529 NEGER, Frantz Wilhelm; VANINO, Ludwig. *Der Paraguay-Tee (Yerba mate):* sein Vorkommen, seine Gewinnung, seine Eigensschaften und seine Bedeutung als Genussmittel. Stuttgart: Fr. Grub Verlag, 1903. IAI.

Uma publicação do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, em língua francesa, destinada a fazer propaganda da erva-mate, assim apresentou o tema em 1914:

> As plantações artificiais desapareceram, mas nos últimos tempos voltamos à exploração racional, isto é, nos ocupamos novamente do cultivo do mate. Hoje há grandes plantios artificiais de erveira nas colônias do Paraguai. A Colônia Nueva Germania, alemã, possui mais de 500.000 plantas de erveira em pleno desenvolvimento. Também na Colônia Hohenau, na Industrial Paraguaya etc. existem grandes plantações de mate.[530]

O texto prossegue fazendo cálculos de produtividade e das possibilidades de ganho e, ao fechar a argumentação, pergunta: "Queremos uma cultura mais vantajosa?"A resposta foi, obviamente, não![531] Nueva Germania hoje é uma pequeno município situado 300 Km distante de Assunção (Figura 36). A indústria ervateira local usou a memória sobre Elisabeth Nietzsche para valorizar, atualmente, seu produto no mercado internacional. O uso desta memória na embalagem está desligado de sua opção política racista e foi associada ao prestígio acadêmico do irmão. A imagem foi alterada, tornado-a uma consumidora de chá de erva-mate quando jovem. A comparação entre a fotografia original (Figura 38) e aquela usada na embalagem (Figura 39) evidencia a mudança de posição da mão esquerda e a inclusão de uma xícara na imagem.

530 Le maté ou thé du Paraguay. Asuncíon: Ministerio de Relaciones Exteriores; Ariel, 1914. p. 18-19. (Tradução nossa). Biblioteca Nacional del Paraguay (BNPY).
531 Ibidem, p. 20.

Figura 38 - Alteração da imagem

Fonte: Disponível em: <http://yoamolahistoria.blogspot.com/>. Acesso em: 12 jun. 2011 e DIETHE, Carol. *Nietzsche's sister and the will to power*: a biography of Elisabeth Foerster-Nietzsche. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

Figura 39 - Alteração da imagem

Fonte: Disponível em: <http://yoamolahistoria.blogspot.com/>. Acesso em: 12 jun. 2011 e DIETHE, Carol. *Nietzsche's sister and the will to power*: a biography of Elisabeth Foerster-Nietzsche. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

Permitir a formação de colônias por europeus foi uma opção do governo paraguaio. Imigrantes ligados à Igreja Menonita colonizaram amplas áreas na região central daquele país e formaram comunidades menores em outras províncias.[532] No Sul do Paraguai, com acesso às margens do rio Paraná, uma população imigrante vinda da Alemanha fundou a colônia Hohenau em 1900. Posteriormente também migraram para lá colonos de ascendência alemã oriundos do Rio Grande do Sul.

532 STOESZ, Egar; STACKLEY, Muriel T. *El chaco paraguayo*: tierra de refugio, patria adquirida. Tradução de Norma B. Vuyk de Ferreiro. Assunção: Asociación Evangélica Mennonita del Paraguay, 2000. BNPY.

Ela estava situada em território florestal que pertenceu as missões jesuíticas, especificamente às reduções de Jesús e Trinidad. Quem visita o lugar agora encontra uma paisagem muito semelhante a do Noroeste do Rio Grande do Sul, construída por meio do desmatamento e do trabalho agrícola. Hohenau está situado muito próximo da colônia Santo Pipó, no lado argentino do rio Paraná, onde a erva-mate também teve importante presença.

Um livro da década de 1920, ilustrado com 24 imagens, retratou colonos de Hohenau ao lado de suas plantações de *Ilex*, barbaquás e trituradores de erva-mate, assim como em poses diante de suas casas, moinhos e prensas de cana-de-açúcar. O livro informou um aumento impressionante de 6.749 para 299.450 árvores de erva-mate plantadas na colônia entre 1909 e 1924. Em comparação, no mesmo período, o número de suínos passou de 1.041 para 2.916 animais. A produção de erva, enviada ao mercado regional sob as marcas "El Colono" e "Estrella", era apresentada com um negócio rentável. Uma plantação com três anos de idade produzia cerca de 0,85 Kg de erva-mate por árvore, enquanto um cultivo com oito ou dez anos de idade era capaz de produzir até 3,16 Kg de erva por árvore a cada ano.[533]

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando especificamente as ligações entre colonização por imigrantes e a atividade ervateira no Brasil meridional é preciso concordar com as conclusões de Linhares:

> A imigração estrangeira que convergiu para os três Estados produtores na segunda metade do século passado, justamente quando a erva se firmou como produto de exportação, muito contribuiu para que a sua organização se estabelecesse de preferência em moldes familiais […].
> De qualquer forma, graças aos imigrantes, as coletas do produto aumentaram nas três regiões sulinas, já que em Mato Grosso elas se iniciavam apenas, se bem que na base empresarial mais desumana, mas em grande escala também.
> Os imigrantes, sim, ajudaram o mate a desenvolver-se e, em compensação, na maioria dos casos, o mate os ajudou a atingir mais

533 STRUVE, Jacob. *Die Kolonie Hohenau in Paraguay:* Zum 25-jährigen Bestehen der Kolonie. Buenos Aires: Mercur, sd. IAI.

> depressa o ideal que os fizera atravessar o oceano [...]: o de encontrar uma nova pátria. Na realidade, êles eram homens que precisavam trabalhar para viver e o mate lhes deu êsse trabalho.[534]

Não se pode poupar Linhares das críticas de não ter aprofundado o estudo sobre a colonização e o mate em sua obra e de ter generalizado o motivo da imigração no fragmento aqui transcrito. Além disso, ele se referiu indistintamente aos projetos de colonização de três estados brasileiros, com base nas colônias dos Planaltos catarinense e paranaense. Contudo, a contextualização econômica e social que fez é clara e sua conclusão estabelece fortes vínculos entre imigração, colonização e a produção de erva-mate. Ela reforça os argumentos apresentados nesta pesquisa, isto é, houve uma expressiva atividade ervateira nas colônias formadas por imigrantes europeus na América Meridional, que inclusive contribuiu para a adaptação dos colonos ao novo ambiente e para o êxito econômico dos projetos de colonização. A erva-mate ocupou, muitas vezes, a condição de produto complementar à renda obtida nos lotes rurais e alguns imigrantes ou seus descendentes foram além e se tornaram empresários do mate, seguindo um caminho que o contexto econômico favorável abrira.

Como os colonos repovoaram áreas florestais com ocorrência de *Ilex*, antes habitadas por caboclos ou indígenas, a convivência destes grupos significou aprendizagens mútuas, especialmente para os imigrantes que aprenderam como viver junto à floresta nos tempos iniciais, reconhecer plantas, obter alimento, extrair e preparar a erva-mate. Waibel criticou esta aproximação, que transformava os colonos em caboclos.[535] A relativa ausência do mate na historiografia brasileira que trata da colonização pode ser atribuída ao pouco significado que ele teve para a economia dos colonos, permanecendo a atividade nas mãos de caboclos, empresários luso-brasileiros ou hispano-americanos. Mas esta lacuna historiográfica também pode ser explicada por um olhar dos pesquisadores voltado preferencialmente ao cultivo da terra e à produção agrícola. Quando Jean Roche tratou do artesanato de transformação e analisou os 689 artigos expostos por colonos alemães na Exposição de 1881, realizada em Porto Alegre, excluiu "30 amostras de madeira e 6 de erva-mate, frutos de uma atividade de colheita não

534 LINHARES, op. cit., p. 243-244.
535 WAIBEL, op. cit., p. 181.

agrícola".[536] O extrativismo de bens ambientais não estava no foco da análise de Roche, Waibel e Willems, que viam na agricultura e na domesticação dos ecossistemas as metas da colonização. O seu modelo teórico de análise da colonização estava fortemente marcado pela valorização da agricultura e pela oposição entre "paisagem natural" e "paisagem cultural", conceitos empregados por Waibel.

Com a colonização se intensificou a transformação do ecossistema natural, que é "um subgrupo da economia global da natureza – um sistema local ou regional de plantas e animais que trabalham em conjunto para criar os meios de sobrevivência" em um sistema agroecológico, que é "um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas – um ecossistema domesticado", ou seja, "é um rearranjo, não uma anulação dos processos naturais".[537] Em muitas propriedades a *Ilex* deixou de ser, após alguns anos, uma espécie florestal abundante e, em outras, foi transformada em um monocultivo agrícola, civilizador da natureza, sinal de progresso e criador de paisagens coloniais.

Existem relevantes semelhanças nas experiências de colonização dos três países americanos estudados. Neles, a imigração, o grande aumento populacional e a colonização voltada preferencialmente para a agricultura, motivaram um intenso desmatamento, que também eliminou muitos dos ervais silvestres. O domínio das técnicas de germinação e de formação de novos ervais, isto é, a possibilidade de cultivar a *Ilex*, contribuiu para diminuir os esforços de conservação dos ervais nativos.

536 ROCHE, op. cit., p. 484.

537 WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade,* v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003, p. 29-30.

224

5 QUEM BEBE MATE TEM VIDA LONGA

> Por um phenomeno singular, na apparencia paradoxal, diminue a sensação da fome sem supprimir o prazer de comer, parecendo não anesthesiar a mucosa gastrica mas apenas mascarar ao systhema nervoso as perdas materiaes geradoras da necessidade de reparação traduzida pela fome. Lenglet.[538]

O capítulo que encerra o texto traz ao debate os usos e significados que as bebidas preparadas com a *Ilex paraguariensis* tiveram para as sociedades que as conheceram. No foco está a propaganda da erva-mate, realizada principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América com o objetivo de criar novos mercados consumidores para produtos anunciados como saudáveis, nutritivos e baratos. A base para os argumentos comerciais vieram, em parte, das numerosas pesquisas científicas realizadas para conhecer as características químicas do mate e suas qualidades terapêuticas.

5.1 TOMAR MATE

A infusão em água quente de folhas e ramos secos e triturados de *Ilex paraguariensis*, preparada na cuia e sorvida por meio da bomba, era denominada mate. Foi a principal forma da bebida no Sul da América nos séculos XIX e XX. A denominação aparece em diversos documentos: ao falecer, em 1838, Maria Josefa Barreto Pereira Pinto deixou de herança, entre outros bens, “huma bomba de prata para tomar

538 Lenglet, presidente da Liga Internacional do Alimento Puro, citado por MARTINS, Romario. *Ilex-mate:* chá sul-americano. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. p. 150.

matte, no valor de quinhentos réis".[539] A mesma expressão foi usada no inventário *post-mortem* de José Feliciano Hochmoeller, que devia 7$720 réis a Frederico Neu pelo feitio de uma "cuia para matte com prata" e apareceu ainda na lista de bens do Barão de Ibicuhy, rico fazendeiro de Cruz Alta RS falecido em 1879, que tinha uma cuia prateada e bombas para mate.[540] Fidelles de Almeida Lára, proprietário de escravos e de muito gado, cujo inventário *post-mortem* foi registrado na comarca de Curitibanos SC em 1877, legou "Uma cuia de matte aparelhada com prata" e uma bomba de prata que, juntas, valiam de 5$500 réis.[541] A palavra chimarrão, utilizada hoje, é uma simplificação de mate-chimarrão. É um adjetivo para o termo principal, significando a bebida na forma original, amarga, sem adição de açúcar. Ela tem origem no termo espanhol *cimarrón*, empregado para qualificar aquilo que não é ou deixou de ser doméstico, inclusive bovinos e cães. Demersay o traduziu como selvagem e escreveu que os habitantes do campo, os peões, os homens em geral, preferiam beber o *Maté cimarron*.[542] O padre Manuel Aires de Casal escreveu, em 1817, que "um cavaleiro corre risco no campo" quando os cães chimarrões andam famintos.[543] Saint-Hilaire foi convidado diversas vezes para tomar mate nas residências visitadas e viu cães chimarrões apanhados por soldados nos campos riograndenses.[544] Este botânico francês registrou ainda suas impressões sobre o sabor do mate: "A primeira vez que provei essa bebida, achei-a muito sem graça, mas logo me acostumei a ela e atualmente tomo vários mates, de enfiada, com prazer, até mesmo sem açúcar. Acho no mate um ligeiro perfume, misto de amargor, que não é desagradável".[545]

Ainda hoje o consumo do mate continua sendo cultural e economicamente muito importante na América Meridional. Existem outras formas de preparo de bebidas a partir da *Ilex*, como o chá quente de erva-mate ou chá mate (o *mate cocido* em territórios americanos de

539 Inventário *post-mortem* de Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, Comarca de São Borja, 1838. APERS.

540 Inventário *post-mortem* de José Feliciano Hochmoeller, Comarca de Cruz Alta, 1866. Inventário *post-mortem* do Barão de Ibucuhy, Comarca de Cruz Alta, 1879. APERS.

541 Inventário *post-mortem* de Fidelles de Almeida Lára, 1877, Comarca de Curitibanos, 1877, caixa 11G. Museu do Judiciário Catarinense (MJC).

542 DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard-Huzard, 1867. p. 24.

543 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. p. 71.

544 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul:* 1820-1821. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 97.

545 Ibidem, p. 83.

língua espanhola) e o tereré, versão que combina erva-mate e água fria ou gelada e, por vezes, suco de limão e outras ervas. O processo de beneficiamento industrial a partir de monocultivos da planta tem, hoje, importância econômica em diversas regiões, mas em outras a produção agroflorestal de erva-mate ainda é predominante. Andréa G. Mattos localizou importantes remanescentes de ervais no Planalto Norte do estado de Santa Catarina, estudou as formas de uso destes, classificando-os em unidades de paisagem e constatou a permanência de práticas tradicionais de manejo florestal.[546] Mattos observou também a permanência da caíva, um sistema produtivo tradicional conceituado por Ana Lúcia Hanisch e coautores como a "combinação do pastejo do estrato herbáceo formado por espécies nativas ou introduzidas há décadas com a extração de erva-mate e de lenha do estrato arbóreo".[547] Refrigerante, cerveja, chá gelado enlatado, suplementos alimentares e diversos cosméticos são inovações da indústria que trouxeram outros usos para a *Ilex paraguariensis*.

Embora existisse a prática de "matear sozinho", beber mate tem uma dimensão marcadamente coletiva e ligada à sociabilidade. Oferecer um mate continua sendo, no Sul do Brasil, sinônimo de receber com cordialidade o visitante. "A primeira coisa que se oferece, em qualquer casa, seja rica ou pobre, é o mate chimarrão", registrou Beschoren no final do século XIX.[548] Muito antes dele, Saint-Hilaire percebeu que "Toma-se ao levantar da cama e depois várias vezes ao dia. A chaleira de água quente está sempre ao fogo e logo que um estranho entre na casa se lhe oferece o mate".[549] Versos, expressões e casos reunidos pelo folclorista Barbosa Lessa revelam partes dessa sociabilidade: "Toma mais um mate", por exemplo, significou não vá embora, é cedo ainda. Não tem "nem pra erva" indicava o grau de pobreza de alguém que não podia comprar este indispensável produto.[550] Tomar mate em cuia

546 MATTOS, Andréa Gabriela. *Caracterização das práticas de manejo e das populações de erva-mate (Ilex paraguariensis A. Sant. Hil) nativa em exploração no planalto norte catarinense*. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

547 HANISCH, Ana Lúcia; BONA, Luis Cláudio; MARQUES, Anésio da Cunha. Melhoramento de caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jun. 2011. p. 6.

548 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 21.

549 SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 83.

550 LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do chimarrão*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1986. p. 77-110.

aparelhada de prata ou com bomba de prata podia indicar a boa condição socioeconômica do anfitrião. Na falta de avios sofisticados, tomava-se mate em cuia de porongo (*Lagenaria vulgaris*) sem adornos e com bomba de alpaca, uma liga metálica de cobre, níquel e zinco. Possivelmente o canudo feito de taquara, chamado tacuapi, continuou em uso pelas famílias caboclas nos séculos XIX e XX.

5.2 A PROPAGANDA DO MATE

Ocorreram diversas tentativas de ampliar o consumo do mate por meio da abertura de novos mercados consumidores das bebidas, principalmente na Europa. É essencial notar que a infraestrutura necessária ao beneficiamento, acondicionamento em barricas e transporte do mate foi modernizada e ampliada na segunda metade do século XIX, a partir de investimentos públicos e de grandes empresas. Ela permitiu aumentar a escala de produção de erva-mate e pensar na exportação para novos mercados. Um dos recursos empregados por empresários ervateiros e governantes foi a propaganda.

O Brasil levou erva-mate para a Exposição de Londres de 1862, visando iniciar sua venda aos europeus, mas encontrou pouco interesse imediato.[551] Em 1875 publicou-se um livreto com 19 páginas, cujos textos estavam simultaneamente redigidos em quatro idiomas: português, francês, inglês e alemão. Tratava-se de uma monografia de Macedo Soares, de Campo Largo PR e se destinava à Exposição Nacional daquele ano. O livreto apresentou o mate como uma "bebida alimentar de primeira ordem", não uma novidade, mas "substancia conhecida, usada pelas populações". Em comparação ao café (*Coffea arabica*) ou ao chá preto (*Camellia sinensis*), mostrava-se uma "bebida barata por excellencia", pois "Uma arroba de mate [...] dá para beber *seis mezes*, bebendo *tres vezes* por dia" (grifos no original). As opiniões dos doutores Peckolt, Caminhoá, Schnepp e Lankaster, "sábios" apresentados como autoridades no assunto, vieram a seguir para reforçar a ideia de uma bebida saudável e nutritiva.[552] Para Schnepp, inspetor de águas francês citado no livreto,

> A *herva* dá uma bebida aromática e de bom sabor, que mitiga a sêde, illude a fome e repara as forças

551 Relatório do presidente da província do Paraná, o doutor André Augusto de Padua Fleury, na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura, em 21 de março de 1865. Curitiba: Candido Martins Lopes, 1865. p. 50-51.

552 O mate do Paraná. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875. p. 2-10. IAI.

> sem fadiga nem excitação. Tomada com leite e assucar é tão alimenticia como o chá da China e o café, com a vantagem, porém, de estimular brandamente o systema nervoso sem produzir insomnia.
> Só, independente de outro qualquer alimento, a infusão do *mate* sustenta as forças e o vigor durante dias inteiros Seria de grande vantagem para os nossos colonos de Argel... (grifos no original).[553]

Ao final do livreto, com evidente exagero, Macedo Soares voltou a argumentar que o mate é um "alimento popular", pois é barato e sua "excessiva barateza é garantia da genuinidade do producto. Não vale a pena falsifical-o". A descrição das formas de preparo da bebida, que fechou a publicação, é indicativa de que ela se destinava ao possível consumidor estrangeiro, que desconhecia as práticas.[554]

A pedido do Ministério da Agricultura e do Comércio brasileiro, o francês Louis Couty fez um estudo detalhado e concluiu, em 1880, que a erva-mate tinha possibilidade de ser aceita e consumida no mercado europeu.[555] Outro material de divulgação produzido no Brasil para circular na Europa, possivelmente da primeira década do século XX, foi o folheto editado em alemão pela Missão para Expansão Econômica Brasileira (Mission für wirtschaftliche Ausbreitung Brasiliens). Sucedendo a parte que tratou do café, o folheto continha o texto "O mate brasileiro", no qual seus autores explicaram o que era o chá mate, prescreveram o preparo da infusão para ser servido em taças, valorizaram suas qualidades e sugeriram seu salutar consumo. Conforme o texto:

> As folhas destas árvores são secadas e, por infusão, é preparada um excelente bebida, que no Brasil e nas demais repúblicas sul-americanas é muito popular e, de certo modo, é a "bebida nacional".
> Também na Europa o **mate** está iniciando, se torna conhecido em outros círculos graças às recomendações de numerosos médicos e por meio

553 Ibidem, p. 10.
554 Ibidem, p. 16.
555 COUTY, Louis. *Le maté et les conserves de viande:* rapport à son excellence, monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce, sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les êtats du sud. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

> dos antigos colonos brasileiros, que após seu regresso para a pátria não quiseram abandonar esta bebida, cujos resultados benéficos puderam conhecer e aprender a apreciar durante sua permanência no Brasil (grifo no original).[556]

No folheto a palavra mate apareceu repetidamente, sempre grifada em negrito. Cada página continha a fotografia de uma paisagem do Rio de Janeiro, talvez como um convite ao turismo, mas sem ligação direta com o mate. Na argumentação em defesa do consumo da bebida, o testemunho de vários médicos e especialistas foi transcrito, como o parecer do doutor Monin, secretário geral da Sociedade Francesa de Higiene: "Nós dispomos aqui de um produto que, assim que for introduzido adequadamente, principalmente nas grandes cidades, pode ser imensuravelmente útil, tanto por suas propriedades para a higiene, como principalmente por sua excepcional produção barata".[557] Nenhuma referência foi feita no folheto da Missão para Expansão Econômica Brasileira, entretanto, ao consumo do mate sorvido com bomba e cuia.

Existiram algumas estratégias além da propaganda. Uma foi a abertura alfandegária de novos mercados, como é o caso da Alemanha que, em 1914, isentou da cobrança de impostos a importação de erva-mate brasileira para aquele país e suas colônias.[558] Um decreto de 1908, do governo do Paraná, isentou a erva-mate destinada à exportação para a Europa do pagamento do imposto de exportação.[559] Outra foi a inovação nos produtos. O escritor paranaense Nestor Vítor comentou uma invenção do início do século XX destinada a "universalizar o uso do mate": tabletes de erva-mate, compostos basicamente de extrato da planta e açúcar de cana, que muito facilitavam o preparo da bebida, bastando colocar alguns tabletes em uma xícara e adicionar água quente para se obter um "chá limpo, aromático, convenientemente adoçado e muito saboroso". Esse alimento, escreveu Vítor, "em casos especiais até

556 Der brasilianische Maté: herausgegeben von der Mission für wirtschaftliche Ausbreitung Brasiliens. sn. sd. p. 5. (Tradução nossa). IAI.
557 Ibidem, p. 8.
558 Relatorio da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 49-50. AHRS.
559 PARANÁ. *Decreto n. 479*, isenta de impostos a erva-mate exportada para a Europa, apud HEINZE, op. cit., p. 100.

pode se deglutido como bombons ou tomado como refresco".[560] Outro produto incomum era o licor de erva-mate. Conforme João Klug, ele foi apresentado pela província do Paraná na Quarta Exposição Nacional do Rio de Janeiro, realizada em 1875, na qual o olhar estava voltado para a Exposição da Filadélfia do ano seguinte. O evento integrou "a 'onda modernizadora', da qual o imperador D. Pedro II era adepto" e o produto foi classificado como resultado do interesse científico sobre a planta e parte do esforço para torná-la conhecida na Europa.[561]

O testemunho exagerado do general brasileiro Francisco da Rocha Callado, combatente na Guerra do Paraguai ou da *Triple Alianza* (1865-1870), foi reproduzido como reforço ao argumento de que o mate também era um alimento:

> Durante um período de 22 dias fui testemunha de como o nosso exército quase exclusivamente se nutriu do Mate, quando estávamos em um cenário de "ervais" (que são matas de árvores de Mate) colhendo, e na verdade, a falta de alimentos nessa ocasião não nos permitia aguardar.[562]

Uma lei de 1927, elaborada pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, autorizou "a defesa e a propaganda da erva-mate dentro e fora do Brasil". Para cobrir as despesas criou-se uma taxa extra sobre a erva-mate exportada.[563] O Serviço de Propaganda do Instituto do Mate de Santa Catarina, com sede em Joinville, editou um folheto de cerca de 14 páginas. A data da publicação é desconhecida, mas seguramente é posterior a 1927, ano de fundação do Instituto no estado. Em idioma alemão argumentava-se que:

> Atletas, militares, trabalhadores de qualquer indústria, mineiros, comerciantes, cientistas, mulheres e crianças precisam tomar "Mate" e suas forças serão sempre mantidas […].
> Mate é muito recomendado por médicos como

560 VÍTOR, Nestor. *A terra do futuro:* impressões do Paraná. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996. p. 104-105.

561 KLUG, João. A Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1875) e os seus impactos na produção agropecuária e nas ciências naturais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 141-143.

562 Ibidem, p. 10.

563 SANTA CATARINA. *Lei 1573/27:* autoriza a defesa e a propaganda da erva-mate dentro e fora do Brasil. Leis de 1927, p. 12. CMALSC. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do estado de Santa Catarina. p. 92.

> uma benéfica bebida para diabéticos, doentes do pulmão, bem como para doenças reumáticas e arteriosclerose, também para pessoas nervosas e com prolemas no estômago e intestinos.
> Mate é rico em vitaminas.[564]

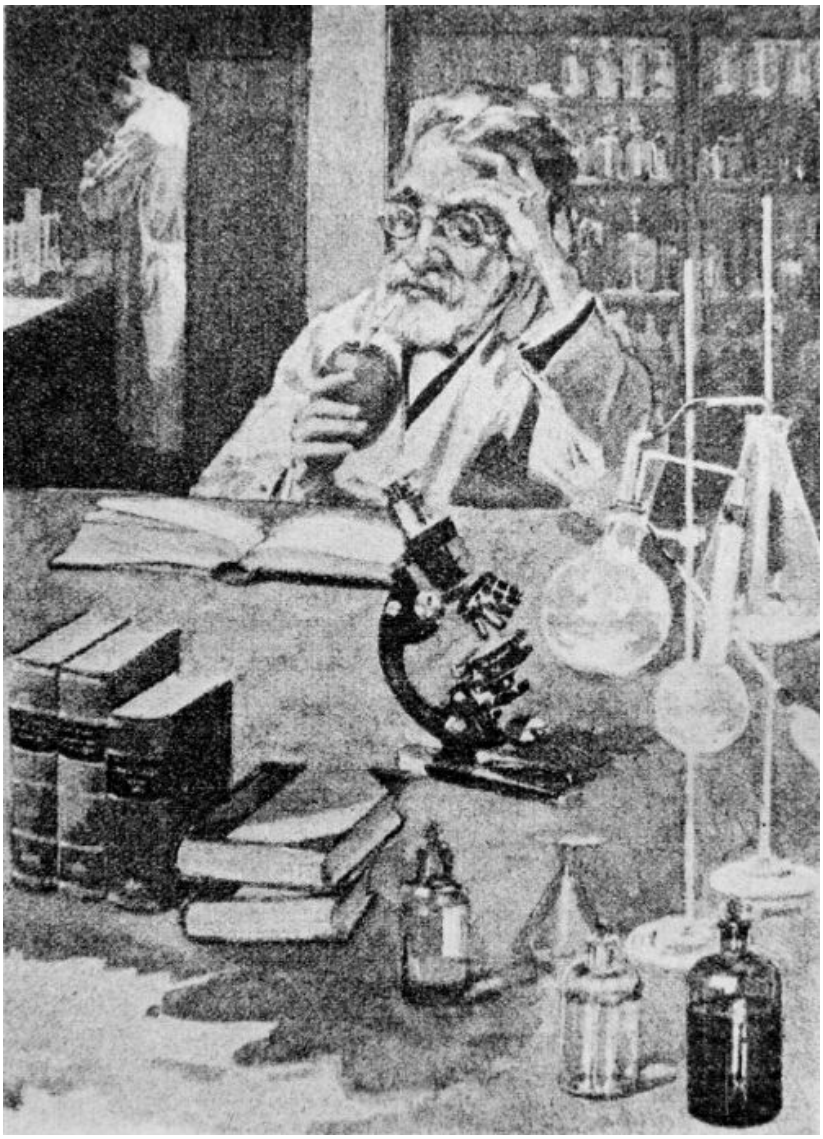
A características químicas do mate foram listadas em detalhe no folheto catarinense, a partir de análise feita pelo Instituto Pasteur em Paris. Além de informar os supostos benefícios para as pessoas saudáveis e as propriedades curativas do mate, o texto o apresentou como superior a outras bebidas conhecidas dos europeus: "O mate é muito mais saudável que o chá chinês, pois ele contém muito menos óleo etéreo e também é mais assimilável, já que a mateína, contida nele, é menos ativa do que a cafeína".[565] Argumentos socioeconômicos também foram empregados neste material de divulgação:

> Nosso dever agora é ampliar o consumo de chás brasileiros na Europa. Isso nós também podemos fazer com consciência tranquila e alegria, pois nós não oferecemos um bebida repugnante ou nociva, mas nosso desejo é proporcionar essa dádiva divina a todos:
> A abençoada e prodigiosa **erva-mate**, a bebida para pobres e ricos, é também um alimento. […].
> O mate ou chá brasileiro é muito mais barato do que o café, o cacau e o chá indiano (grifo no original).[566]

O folheto foi abundantemente ilustrado, contendo imagens da planta e de atletas, operários, mineiros, intelectuais, mulheres, crianças e homens de negócios bebendo mate ou chá de erva-mate. Destacam-se três imagens: a primeira (Figura 40) apresentou um cientista em seu laboratório, em atitude reflexiva, cercado de equipamentos ligados à pesquisa científica, diante de volumosos livros e bebendo mate. No texto associado à imagem se pode ler: "Os cientistas não devem deixar de tomar mate; o mate revigora as forças mentais consumidas".[567]

564 BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate:* Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8. (Tradução nossa). IAI.
565 Ibidem, p. 9.
566 Ibidem, p. 10.
567 Ibidem, p. 9.

Figura 40 - Propaganda da erva-mate



Fonte: BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate:* Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8; 11; 12. IAI.

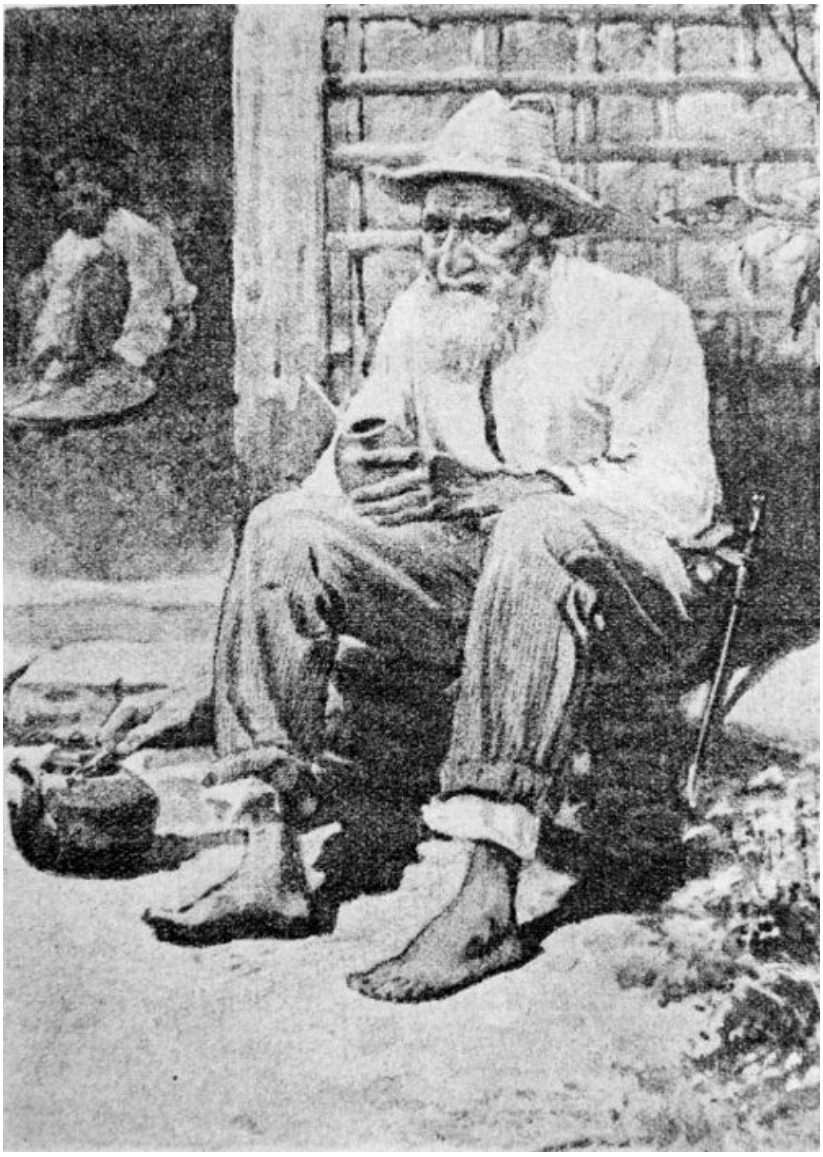
Figura 41 - Propaganda da erva-mate

Fonte: BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate:* Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8; 11; 12. IAI.

A segunda imagem escolhida (Figura 41) representou uma sorridente mãe alimentando uma criança de colo enquanto outra, maior, bebe mate de uma pequena cuia. Na nota explicativa seguiu o argumento: "A mulher que amamenta deve tomar mate; o mate aumenta o leite materno. Mães! Deem mate para suas crianças e elas se tornarão fortes". A terceira (Figura 42) destacou um velho caboclo, descalço,

sentado e bebendo mate diante do rancho, sob a qual se pode ler: “Quem bebe mate tem uma vida longa; o mate nos dá saúde”.[568]

Figura 42 - Propaganda da erva-mate



Fonte: BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate:* Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8; 11; 12. IAI.

568 Ibidem, p. 11-12.

As imagens, portanto, reforçavam o texto e os argumentos de que a erva-mate é saudável, melhora o desempenho físico e mental e pode ser consumida por pessoas de variadas idades, profissões e classes sociais. Diversas outras imagens reiteraram estes argumentos. A reprodução de um cartaz em português que continha o desenho de uma cuia de mate cercada de pessoas com diferentes características físicas e vestidas de formas muito diversas, reiterou a ideia de que o mate era "Uma bebida que também é um alimento". Por fim, a nota explicativa de umas das imagens, que reproduziu o contexto de uma guerra e o esforço dos soldados, merece uma referência em particular: "Cada soldado, se graduado ou raso, deve, em tempo de paz ou de guerra, tomar mate; o mate produz homens fortes".[569]

Em 1907, o Estado do Paraná firmou contrato com Jayme Ballão para a prestação do serviço de propaganda dentro e fora do país. Dele se destaca a obrigação do contratado de "promover, na cidade do Rio, o estabelecimento de um salão, onde o matte seja servido em chicaras, como o café"e a proibição de "vender herva-matte nos mercados do Rio da Prata".[570] Aquele governo manteve serviços de propaganda do mate na Europa e nos Estados Unidos, para onde enviou revistas, monografias, imagens e amostras de madeira e da erva-mate. O encarregado do escritório de propaganda na França relatou ter oferecido à direção da Cruz Vermelha de Paris toda a erva-mate disponível naquele momento, para ser distribuída aos hospitais de feridos. Uma nova remessa de amostras do produto destinou-se a outros hospitais, estabelecimentos de ensino e médicos, dos quais muitos "se declaram francamente convencidos, por experiencia propria, das vantagens do uso dessa bebida, recommendando-a sem reservas nas respectivas clínicas". O presidente paranaense planejou remeter, ainda em 1916, 15.000 kg de erva-mate para distribuir entre os exércitos da França e da Itália como forma de propaganda.[571]

Em 1921, o governo do Paraná, sintonizado com os empresários do mate daquele estado, argumentou a necessidade de vender o produto no mercado nacional, especialmente para o Norte do país. As razões eram várias: proximidade, ausência de impostos aduaneiros, que o mate

569 Ibidem, p. 14; 7.

570 Apud HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná:* sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 82. BPPR.

571 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado do Paraná, ao installar-se a 1ª sessão da 13ª legislatura, em 1 de fevereiro de 1916. Curityba: Typ. do Diario Official, 1916. p. 50-51.

"é o produto indicado para os climas quentes e de aguas más" e que a conquista do mercado interno fortaleceria as campanhas no exterior. Não ficou claro se o mate era indicado porque exigia o aquecimento ou a fervura das águas de má qualidade ou se acreditavam que a erva-mate era capaz de purificar a água contaminada. O governo e os empresários paranaenses planejaram as seguintes estratégias: dividir o Brasil em regiões de propaganda, anunciar o mate em jornais nacionais de grande tiragem, criar um selo de autenticidade e de garantia da qualidade do produto, proibir a venda de ervas de qualidade inferior e premiar os empresários que se destacassem na venda para o mercado interno. A mensagem oficial dirigida ao Congresso Legislativo em 1926 informou, entretanto, existirem dificuldades na execução do planejamento.[572] A propaganda interna usou argumentos semelhantes aos internacionais. No boletim do Instituto do Mate do Paraná, propunha-se: "Deixe de lado o seu classico chá da India! Exigindo sempre Chá de Matte do Paraná. O melhor chá que existe no mundo!".[573] Na mesma publicação, o Instituto elogiou a iniciativa de uma professora do Distrito Federal (Rio de Janeiro) que instituiu a "caneca do matte" e serviu a "preciosa infusão" aos seus alunos do curso noturno, pois notou que eles chegavam com fome na escola. O boletim transcreveu ainda o comentário do jornal A Tribuna, para quem "a melhor maneira de transformar o matte numa bebida de uso geral é, sem dúvida, essa de habituar a infancia a usal-a de vez em quando ou, pelo menos, uma vez durante o dia".[574]

Ainda na década de 1920, o agente contratado para fazer propaganda do mate paranaense nos Estados Unidos relatou suas frustradas tentativas de abrir aquele mercado:

> Não se tem a rapidez desejavel e nem sempre é bem succedida a propaganda sem a "catechese" e esta sem o produto á mão. O Matte é um daquelles tão bem dotados de justa fama, com literatura e documentação tão vigorosas, que não se comprehende como não tenha conseguido ainda, desde muitos annos, dominar o mercado americano [...] Ha aqui certa bebida, por exemplo,

572 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhos da Rocha, presidente do Estado, ao installar-se a 1ª sessão da 16ª legislatura. Curityba: sn. 1922. p. 44. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhos da Rocha, presidente do Estado, ao installar-se a 1ª sessão da 18ª legislatura. Curityba: sn. 1926. p. 71-72.

573 Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*, Curitiba, n. 6, fev. 1930. p. 16. MP.

574 Ibidem, p. 6.

> em que entra a cocaina. Essa bebida tem um enorme consumo e não vale nada, sendo até prejudicial.[575]

O agente comparou o mate com a Coca-Cola norte-americana, elogiando o primeiro e depreciando a segunda. Recomendou, por fim e diante das dificuldades, investir em propaganda e iniciar a campanha em Nova York e Nova Jersey. Em 1929, o governo paranaense relatou ter firmado contratos para a divulgação da erva-mate na Franca, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Suíça, Bálcãs, Alemanha e EUA, bem como nos estados do Norte do Brasil. A propaganda estava acompanhada de incentivos fiscais, de medidas para controlar a qualidade da erva e da padronização do produto.[576]

No relatório de 1929 o Instituto do Mate de Santa Catarina informou sobre uma tentativa frustrada de iniciar a propaganda na Europa oriental, especificamente a partir da Romênia. Informou igualmente sobre o andamento da propaganda na Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Estados Unidos, Egito e sobre os preparativos para participar da Exposição de Sevilha daquele ano. Para ir à Espanha o Instituto contou com representantes de três empresas ervateiras, preparou o envio de 9.000 pacotinhos de celofane contendo erva-mate e chá mate para distribuição gratuita e providenciou a impressão de 20.000 cartazes. Por último, o relatório tratou da necessidade de iniciar a propaganda nos estados do Norte brasileiro.[577]

No mesmo período, o início do século XX, os ervateiros argentinos também cogitaram fazer propaganda de sua erva-mate na Europa. O autor Carlos D. Girola, em publicação de 1931, comentou:

> A propaganda pode constituir um meio para resolver a crise ervateira em nosso país e nas regiões produtoras de erva-mate em geral? Não desconheço a grande influência que a propaganda pode exercer para propagar o uso e o consumo de qualquer produto ou artigo; não poderia estar

575 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado [do Paraná], ao installar-se a 2ª sessão da 18ª legislatura. Curityba, sn. 1927. p. 82.

576 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao installar-se a 2ª sessão da 19ª legislatura. Curityba: sn., 1929. p. 44.

577 Instituto do Mate de Santa Catarina. Relatorio da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. Museu do Judiciário Catarinense.

> excluída a erva-mate; contudo, é possível presumir que o procedimento será longo em seus efeitos no presente caso e não é o mais indicado, porque ao mesmo tempo se intensificaria a propaganda a favor do consumo do café e do chá, que já se faz, que são mais conhecidos e de uso mais corrente e que por terem propriedades análogas são rivais da erva-mate.[578]

O autor se mostrou pouco propenso a crer na eficácia da propaganda e, como estratégia para a abertura do mercado europeu ao mate argentino, sugeriu:

> A propaganda não deve ser esquecida, mas é preciso, antes de tudo, solicitar a redução dos direitos e que a erva-mate seja colocada na categoria que lhe corresponde, entre os pseudoalimentos e não entre os produtos medicinais.
> Não se pode contar com uma propagação rápida do consumo, porque a difusão dos conhecimentos sobre os benefícios do produto é obra do tempo, como tem se sucedido com com o café, o chá e outros da mesma classe, para cuja defesa redobrará a propaganda já muito bem organizada.[579]

Os direitos a que Girola se referiu eram as taxas cobradas por países europeus sobre a importação do mate, que chegavam a quatro vezes o valor do produto e limitavam a sua entrada naqueles mercados. O pouco entusiasmo do autor com a propaganda pode ser explicado também pela insuficiente produção de mate para atender o consumo interno, mesmo depois de iniciado o cultivo da planta em complemento à extração do mate nativo. A erva-mate importada pela Argentina, na década de 1930, procedia "a maior parte do Brasil, 90 por cento, e pouco mais de 10 por cento do Paraguai". O autor finalizou seu texto elogiando as qualidades da erva-mate e transcrevendo a opinião de um especialista,

578 GIROLA, Carlos D. *La yerba mate:* contribución al estudo de las cuestiones que interesan a los productores, molineros, comerciantes y consumidores. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1931. p. 9. (Tradução nossa). IAI.
579 Ibidem, p. 10.

num discurso semelhante ao da propaganda brasileira, acrescido do entusiasmo com o cultivo:

> Plantemos pois erva-mate em nosso território nacional de Misiones e na limítrofe província de Corrientes, de onde não se pode senão crescer, que alegrará e contribuirá para estabelecer numerosas granjas e explorações agrícolas, com árvores que são belas e úteis, que proporcionam um produto saudável que constitui parte da alimentação e, por conseguinte, constitui um artigo de primeira necessidade, dotado inclusive de propriedades tonificantes que tornam muito recomendável seu uso, sob todos os climas e a todas as idades, que aumentará a população e a arraigará ao solo, que dará bem-estar, o sentido de beleza e o desejo de gozar das satisfações inesgotáveis da vida.[580]

Os autores argentinos Leonor Slavsky e Gladis Ceresole comentaram a existência de programas oficiais de incentivo ao cultivo da planta e localizaram dois períodos de expansão da produção ervateira. O primeiro de 1903 a 1930, envolvendo a colonização por imigrantes europeus e o segundo durante a década de 1950. Decorreu destes programas o aumento da produção, a saturação do mercado argentino, a redução da importação de mate brasileiro e a criação do *Comité de Propaganda del Consumo de la Yerba Mate*, que realizou "uma intensa campanha para lograr a colocação do produto no exterior", obtendo como principais consumidores a Síria, o Chile e o Líbano e "sendo compradores menores numerosos países como França, Espanha, Israel, Bolívia, Uruguai..."[581]

Ainda no século XIX e antes do Brasil, o Paraguai fez propaganda de sua erva-mate na Europa. Conforme a historiadora Vera Blinn Reber:

> Ambos, Carlos Antonio López e Francisco Solano López, buscaram expandir a exportação de erva para a Europa. No início de setembro de 1857, *J. & A. Blythe and Company of Limehouse*, de Londres, informou que a erva recebeu franquia

580 Ibidem, p. 26.

581 SLAVSKY, Leonor; CERESOLE, Gladis. História de yerba y mate. In: CARRERA, Nicolás Iñigo et al. *El campo y sus habitantes*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986. p. 14-17. (Tradução nossa).

> como um remédio, mas foi muito cedo para saber se ela se tornará popular na Inglaterra. Alfred Du Graty, a quem foi paga uma comissão para apresentar a erva-mate ao mercado continental, publicou artigos sobre a erva-mate nos jornais alemães e belgas e orgulhosamente relatou que a erva estava sendo introduzida entre as tropas prussianas.[582]

A *Revista de Agronomia y Ciencias Aplicadas*, dirigida por Moisés Bertoni no Paraguai, transcreveu pequenos textos sobre o mate, publicados originalmente na Inglaterra e igualmente caracterizados pelos elogios ao produto. Os argumentos do Dr. Andrew Wilson, estampados no *Ilustrated London News,* eram os mais exagerados: "Provei o chá mate e encontrei um gosto perfeitamente agradável. Parece ser universalmente reconhecido como uma bebida refrescante e estimulante. Com ele os trabalhadores são capazes de seguir seus trabalhos, e os viajantes suas viagens, por longos períodos sem comer".[583]

No início dos anos 1900 o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai publicou e distribui um pequeno caderno, escrito em francês, no qual fez uma narrativa da história do mate, apresentou sua composição química e suas propriedades fisiológicas, destacou a presença de um alcaloide exclusivo, a mateína e tratou das vantagens econômicas do produto, bem como da possibilidade de cultivo da planta.[584] A estrutura da publicação e os argumentos usados pouco diferiram dos materiais editados no Brasil. A principal diferença estava na inclusão de uma história do mate que se reportava ao século XVI.

5.3 AS BASES CIENTÍFICAS DA PROPAGANDA

Os argumentos usados nas propagandas eram recorrentes e reiteraram principalmente: a) as qualidades nutricionais da bebida; b) as propriedades terapêuticas e estimulantes do mate; c) o baixo preço do produto em comparação a outras bebidas estimulantes, tornando-o

582 REBER, Vera Blinn. Commerce and industry in nineteenth century Paraguay: the example of yerba mate. *The Americas:* a quarterly rewiew of inter-american cultural history, Maryland, v. XLII, n. 1, july 1985. p. 50. (Tradução nossa).

583 Revista de Agronomia y Ciencias Aplicadas, Asuncion, n. 1, abr. 1897. p. 40. (Tradução nossa). BNPY.

584 Le maté ou thé du Paraguay. Asuncíon: Ministerio de Relaciones Exteriores; Ariel, 1914. BNPY.

acessível aos trabalhadores; Os dois primeiros tipos de argumentos tiveram como base numerosos estudos de especialistas. O francês Louis Couty, ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, afirmou em seu relatório de 1880 que o mate

> É um tonico poderoso, de grande alcance, que convém principalmente ás pessoas que se entregam a trabalhos peniveis do corpo e do espirito, aos doentes e a todos que procuram resolver o problema de uma boa alimentação com uma despeza módica. O mate é desalterante por excellencia e um grande reparador de forças. Convem aos homens de estudo, aos quaes o uso do café é nocivo, pois que proporciona os mesmos effeitos sem excitar o systema nervoso.[585]

Em tese sobre o mate apresentada à Faculdade de Medicina de Paris em 1885, Doublet afirmou, entre outras conclusões, que "O mate permite, durante um jejum prolongado, um trabalho igual ao que se produziria se nos alimentasse-mos; mantém a energia physyca e moral e torna o homem capaz de supporttar as mais pesadas fadigas". Concluiu ainda que "a principal propriedade do mate consiste em duplicar a actividade sob todas as suas formas: intellectual, motora e vegetativa, produzindo facilidade para o trabalho mental, elasticidade e agilidade physicas, sensação de força e de bem estar. Superabundia (sic) de vida, é a forma em que podemos resumir as sensações produzidas pelo mate".[586]

Ernest Monin, ligado à Sociedade Francesa de Higiene, em seu livro *A higiene do estômago,* publicado em 1889, escreveu:

> Obtive com o mate resultados maravilhosos no tratamento da diabetes. Numerosas observações, juntamento com experiências physiologicas bem encaminhadas, provaram, além disso, que o mate excita a força muscular, augmenta os movimentos do coração e da respiração, produz uma sensação de bem estar, de vigor e de lucidez intellectual muito apreciável.

585 COUTY, Louis. *Exposição ao Ministerio da Agricultura sobre a Herva Mate,* 1880 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 153.

586 DOUBLET, R. N. A. *Le maté:* thèse pour le doctorat en médicine, présentée et soutenue. Paris: A. Parent, 1885 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 153-154.

> Póde, pois, realmente, attenuar a fadiga do calor dos tropicos e dar ao organismo enfraquecido a vida e a maleabilidade que lhe faltem. A sua acção excitante é, no entretanto, menor que a do café, porque não causa insomnia nem as palpitações, nem a agitação nervosa que esta ultima substancia produz, e tão pouco essa extranha sensação de angustia, analoga á dôr moral, e que nós consideramos como a característica da acção do café tomado em demasia. [...]. Na realidade, é um alimento poupante, um comburente precioso para a machina animal, um antidesperdiçador, em summa: é condimento que modera as fermentações nutritivas em que entra o movimento de assimilador, equilibrando ás mil maravilhas o vigor organico. Póde-se mesmo dizer que é o alimento que mais actúa como excitante da força muscular. Esta propriedade, unica, torna-o precioso para classes laboriosas, para o cultivador e para o soldado (grifos no original).[587]

Cientistas brasileiros também se interessaram pela erva-mate e formularam suas explicações sobre o produto. Para o médico e botânico Joaquim Monteiro Caminhoá, professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX,

> O mate contém menos óleo essencial, é pois menos excitante que o café, o chá preto e o chá verde. Com efeito, a experiência confirma que o mate convem mais ás pessoas nervosas, ás mulheres e ás crianças. O mate contém mais resina que o café, menos que o chá verde e muito menos que o chá preto: é pois mais diuretico que o café e como estimulante rivaliza com o chá verde.[588]

587 MONIN, Ernest. *A Hygiene do estomago* (guia pratico da alimentação). sn: Aillaud, Guillard et Cie, 1889 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 149-150.

588 CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 159. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 23 nov. 2012.

O farmacêutico e botânico alemão Theodor Peckolt migrou para o Brasil em 1847, possivelmente a convite de Karl von Martius. Além de pesquisar e publicar muitos textos, escreveu a obra *História das plantas medicinaes e uteis do Brazil*, publicada em oito volumes entre 1888 e 1914 com a participação do filho Gustavo Peckolt, também farmacêutico. Gustavo, então uma autoridade em farmacologia, se referindo ao mate, escreveu:

> A sua infusão representa uma solução de varias substancias azotadas nutritivas, e de alguns productos aromaticos que estimulam energicamente o systema nervoso e todo o organismo. É bebida conveniente ás refeições porque activa a digestão e torna mais completa a assimilação dos alimentos, reparando-os na qualidade e quantidade. Por este motivo o seu uso é preferido e generalizado durante as refeições, para corrigir o excesso alimentar, favorecer a digestão e supprir, também, a insufficiencia da alimentação, pois que o mate é um alimento.[589]

As análises químicas da *Ilex paraguariensis* feitas por Theodor e Gustavo Peckolt indicaram a presença de diversas substâncias, com destaque para celulose, água, resina, goma e sais inorgânicos, clorofila, cera, cafeína, compostos fenólicos e o que chamaram de "acido matetannico". Os mesmos cientistas analisaram a composição química de outras espécies americanas do gênero *Ilex*, como *I. theezans, I. Affinis, I. glazoviana, I. pubiflora e I. conocarpa*, nas quais encontraram diferentes concentrações dos mesmos compostos.[590] Dezenas de outras análises químicas da erva-mate foram feitas antes e depois dos Peckolt. Os resultados foram muito variados, assim como os métodos empregados e as interpretações. O principal método da época se baseava no uso de solventes, de reagentes e na destilação sucessiva, visando separar e identificar elementos e compostos. Uma publicação argentina

589 PECKOLT, Gustavo. *Herva-Mate* apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 166-167. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz . *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 23 nov. 2012. SANTOS, Nadia P. dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 515-533, maio-ago. 2005.

590 PECKOLT, Gustavo; PECKOLT, Theodor apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 69-80.

de 1879, possivelmente escrita pelo médico Domingo Parodi, assegurou: "A erva-mate, por seu princípio ativo mateína, exerce uma ação excitante sobre o coração muito mais intensa que a produzida pelo chá e o café, mas menor que a da coca".[591]

A existência de um alcaloide próprio da erva-mate, a mateína, foi levantada por Henri Byasson em 1878, mas o principal defensor da ideia foi o francês Jacques-Joseph Moreau, ligado ao Instituto Pasteur de Paris, para quem cafeína e mateína eram substâncias diferentes. Mais do que isso, ele afirmou que a mateína "tem as differentes propriedades da cafeina, sem participar dos seus inconvenientes". Também Jayme Reis, membro da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em monografia apresentada no 2º Congresso Nacional de Agricultura em 1908, enfatizou "a existência de um alcaloide especial, a mateina (um pouco differente da cafeina, com a qual foi até mui pouco confundida)".[592] Os estudos do químico brasileiro Carlos E. J. Lohmann, publicados no início do século XX, contestaram a afirmação de Moreau e concluíram que o principal alcaloide presente na erva-mate é a cafeína. Lohmann encontrou variações em sua quantidade, de acordo com a parte da planta analisada e a procedência geográfica. Ele considerou a presença de outros alcaloides no mate, mas classificou como insustentável a existência da mateína.[593]

As afirmações dos cientistas da época sobre o mate podem ser classificadas como exageradas, mas não parece ter havido uma tentativa de falsificar ou acentuar os resultados das pesquisas para promover um aumento no consumo do produto. É essencial considerar os limites técnicos e científicos do contexto em que viveram aqueles pesquisadores, aos quais se somava algum entusiasmo com uma bebida que parecia oferecer benefícios reconhecidos e extraordinários para a saúde dos consumidores. É necessário considerar ainda a provisoriedade das conclusões científicas, quase sempre sujeitas a revisões e reformulações. A voz impregnada de autoridade que provinha das

591 Apuntes sobre la yerba-mate: recopilacion y resumen de los trabaljos conocidos hasta la fecha; novas investigaciones de Domingo Parodi. Buenos Aires: M. Biedma, 1879. p. 18. (Tradução nossa).

592 BYASSON, Henri. *Note sur le maté (thé du Paraguay, Ilex Paraguayensis)*. sn: G. Masson, 1878 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate:* chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 88. MOREAU, Jacques-Joseph. *Le Maté:* Etud histoire, chimique et phisiologique. Paris, 1904 apud MARTINS, op. cit., p. 161. REIS, Jayme. *Memória sobre a herva-matte*. Curytiba: Typ. da Livraria Economica, 1909. p. 5.

593 LOHMANN, Carlos E. J. *Cafeina ou mateina?* estudo experimental sobre o alcaloide principal do mate ou chá do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1914. IAI.

faculdades, universidades e institutos de pesquisa, contudo, foi usada na propaganda organizada por autoridades e comerciantes que desejaram abrir novos mercados consumidores de mate. Um caso interessante é o impresso publicitário compilado em Santa Catarina por J. A. Dias Barreto e pelo Instituto do Mate, antes citado. Nele, as conclusões de Lohmann de 1914 foram ignoradas e a existência da mateína serviu para reforçar a ideia de superioridade do mate em relação ao café e ao chá. O empresário ervateiro e bacharel em Direito, Ermelino Agostinho de Leão transcreveu sem crítica as conclusões do doutor Moreau:

> O matte não é um medicamento como [a] folha de coca ou a noz de kola: é um producto alimentar, cuja superioridade não pode ser contestada por ninguém: seu principio activo age directamente sobre os musculos, sem passar primeiramente pele centro nervoso. [594]

Sua publicação estava repleta de pequenas frases rimadas, mas pouco verdadeiras, como: “Bébe o matte e não temas que o mal te mate!”, “Se queres que a fadiga não te mate; Uses, sempre, o nosso chá de matte”, “A diabete foge do combate contra quem consome o matte” e “Usae o chá do Paraná e a molestia fugirá”. [595] Romario Martins, um entusiasta do mate paranaense, transcreveu as pesquisas e as conclusões dos cientistas contemporâneos em seu livro de 1926, também sem formular qualquer crítica. No máximo, expôs a divergência nas conclusões dos pesquisadores, como aquelas que existiram entre Moreau e Lohmann. O mesmo fez Temístocles Linhares em sua obra de 1969. Uma exceção foi Heinze, cônsul do Império Alemão no Brasil, pois ele criticou uma publicação de 1904 de Jacques-Joseph Moreau por suas exposições terem perdido, “de vez em quando, a apparencia de neutralidade e tomassem a de reclame commercial”.[596]

Os riscos do consumo de mate para a saúde humana não eram completamente desconhecidos dos especialistas no século XIX. Demersay relatou os estudos do francês Bouisson sobre o câncer bucal - resultado do uso do cachimbo e do cigarro - e considerou a possibilidade de associar o risco de desenvolver a doença à alta temperatura da água

594 LEÃO, Ermelino Agostinho de. *O chá do Paraná ou herva matte do Brasil*. Curityba: 1931. p. 25. BPPR.

595 Ibidem, p. 5-31.

596 HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná:* sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 6. BPPR.

do mate.[597] Em uma publicação argentina apócrifa de 1879, se contestou que o açúcar do mate doce e a temperatura da água pudessem ser uma causa da cárie dentária, problema endêmico naquele país na época.[598] Um texto de 1907, cujo autor é desconhecido, louvou as qualidades do mate para depois escrever: "si do uso passamos ao abuso, então as virtudes desapparecem e entram em scena os inconvenientes do matte". Na campanha riograndense observou-se "um conjuncto de perturbações que constituem o matismo", entre elas "certas formas de dyspepsia e dilatação de estomago, uma dor epigastrica persistente, diminuição do paladar, sêde, fastio, vomitos, dores de cabeça, prisão de ventre, entre outras" que compunham o quadro de sintomas.[599]

Novos recursos e métodos de investigação, disponíveis nas últimas décadas, confirmam ou desmentem as conclusões de cientistas do século XIX e início do XX e indicam a presença de diversos outros compostos na *Ilex paraguariensis*. A cromatografia líquida de alta eficiência, empregada atualmente na análise química, confirmou a presença de compostos fenólicos (antioxidantes) como a rutina, o ácido 5-cafeoilquínico e o ácido cafeico. A cafeína - o principal, mas não único alcaloide da erva-mate - pode ser encontrada em teores que variam de 1,74 a 3,01% da matéria seca, ratificando parcialmente os resultados obtidos por Lohmann em 1914 (1,07 a 1,74%). Geraldo Coelho e outros, que também usaram a cromatografia para avaliar as concentrações de teobromina e cafeína, concluíram que a *Ilex paraguariensis* é caracterizada por uma ampla variação nos teores destas substâncias.[600] Além de estar presente no café e na erva-mate, a cafeína pode ser encontrada, com importante concentração, no chá preto ou

597 DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard-Huzard, 1867. p. 30.

598 Apuntes sobre la yerba-mate: recopilacion y resumen de los trabaljos conocidos hasta la fecha; novas investigaciones de Domingo Parodi. Buenos Aires: M. Biedma, 1879. p. 13-14.

599 Apud HEINZE, op. cit., p. 85-86.

600 DUTRA, Fabiana L. Goularte; HOFFMANN-RIBANI, Rosemary; RIBANI, Marcelo. Determinação de compostos fenólicos por cromatografia líquida de alta eficiência isocrática durante estacionamento da erva-mate. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 119-123, 2010. RIVELLI, Diogo Pineda et al. Determinação simultânea de ácido clorogênico, ácido caféico e cafeína, no extrato aquoso e hidroalcoólico de *Ilex paraguariensis* por CLAE e correlação com a capacidade antioxidante dos extratos por redução do DPPH. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 43, n. 2, apr./jun. 2007. COELHO, Geraldo Ceni; ATHAYDE, Margareth Linde; SCHENKEL, Eloir Paulo Schenkel. Methylxanthines of *Ilex paraguariensis* A. St.-Hil. var. vestita Loes. and var. paraguariensis. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 153-158, maio/ago. 2001.

verde (*Camilla sinensis*), no cacau (*Theobroma cocoa*), no guaraná (*Paullinia cupana*), na cola (*Cola sp.*) e em muitos outros vegetais, nos quais a concentração é menor. Hoje está suficientemente claro que a cafeína age no sistema nervoso central humano, produzindo um aumento da capacidade de alerta e a redução da fadiga. Conforme Ricardo Guerra et al. existem ainda outros efeitos, como o estímulo à diurese, a taquicardia, a broncodilatação e o estimulo à secreção gástrica. Com doses maiores pode haver excitação, ansiedade e insônia. Em consumidores habituais a interrupção do uso produz uma síndrome de abstinência.[601] Também Rosângela Jacques confirmou, por meio da cromatografia, da espectrometria e de outros métodos contemporâneos de análise, a presença de dezenas de compostos na erva-mate, com destaque para a vitamina E e o esqualeno, um bactericida, bem como dos minerais potássio, cálcio, manganês e magnésio. Importantes variações na concentração dos compostos foram observadas, de acordo com a mudança das condições ambientais e agronômicas, especialmente a incidência de sol, a adubação em cultivos e a idade das folhas.[602]

Nesta perspectiva, as bebidas preparadas com a *Ilex paraguariensis* podem ser consideradas um alimento ou um suplemento alimentar. Não foi, entretanto, este o sentido usado na propaganda, pois nela se ofertou um produto com propriedades fantásticas, capaz de compensar a falta do alimento. A ação benéfica da cafeína e dos demais alcaloides, conhecida no século XIX e melhor compreendida agora, foi empregada como argumento central na propaganda, sem cogitar-se eventuais efeitos indesejáveis sobre a saúde humana. Ao contrário, nos argumentos publicados o mate estaria isento dos efeitos desagradáveis notados pelos consumidores de café e chá, pois se tratava de uma bebida de superior qualidade.

Desde a década de 1980, diversos estudos tentaram estabelecer uma relação entre o mate e problemas de saúde daqueles que o bebem. Um dos primeiros foi publicado em 1985 por Alberto Vassallo e outros pesquisadores, ligando os muitos casos de câncer de esôfago constatados

601 MARIA, Carlos A. B. de; MOREIRA, Ricardo F. A. Cafeína: revisão sobre métodos de análise. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 1, fev. 2007. GUERRA, Ricardo O.; BERNARDO, Gerlane C.; GUTIERREZ, Carmen V. Cafeína e esporte. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 6, n. 2, abr. 2000.

602 JACQUES, Rosângela Assis. *Caracterização química da erva-mate (Ilex paraguariensis):* aplicação de diferentes processos de extração e influência das condições de plantio sobre a composição química. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

no Uruguai com o tabagismo, o consumo de bebida alcoólica e de mate.[603] Sérgio Barros *et al*. observaram que 70% do grupo observado em Taquara RS tomavam mate diariamente, ingerindo cerca de um litro de água em temperatura acima dos 60 ºC. O volume e o sobreaquecimento da água foram considerados fatores de risco para desenvolver o câncer.[604] Um estudo de laboratório realizado em 2006 pelo médico Geraldo Pereira Jotz e outros concluiu que, mesmo bebido frio, o mate tem substâncias que podem produzir alterações nos tecidos do trato aerodigestivo.[605] Uma destas substâncias é o benzopireno, um hidrocarboneto aromático policíclico que é formado durante a combustão de materiais orgânicos como a lenha usada no sapeco e na secagem do mate. As atuais técnicas industriais de beneficiamento da erva-mate (cilindro ou esteira de secagem) reduziram muito o contato das folhas com a fumaça, mas não o eliminaram completamente ou não têm um controle de temperatura adequado, que impeça a queima parcial das folhas de erva-mate e a geração destes hidrocarbonetos. A pesquisa recente de Farin Kamangar e colaboradores revelou a presença de níveis elevados de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, inclusive do benzopireno, em oito marcas comerciais de erva-mate produzidas em Santa Maria RS.[606] Pode-se supor que a erva-mate processada no carijo - com acentuado odor e sabor de fumaça - ou no barbaquá, com separação parcial entre calor e fumaça, continha quantidades ainda maiores de benzopireno.

Rosalyne Lang analisou amostras de 14 marcas de erva-mate comercializadas no estado de Santa Catarina e constatou a existência de fungos acima do limite tolerado em quatro delas. Havia um baixo percentual de fungos toxigênicos e a presença de aflatoxinas ou de outras toxinas não foi detectada.[607] Estudo semelhante encontrou 24

603 VASSALLO, Alberto et al. Esophageal cancer in Uruguay: a case-control study. *Journal of the Cancer Institute*, Oxford University, v. 75, n. 6, p. 1005-1009, 1985.

604 BARROS, Sérgio Gabriel Silva de et al. Mate (chimarrão) é consumido em alta temperatura por população sob risco para o carcinoma epidermóide de esôfago. *Arquivos de Gastroenterologia*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 25-30, 2000.

605 JOTZ, Geraldo Pereira et al. Estudo experimental da erva mate (Ilex paraguariensis) como agente etiológico de neoplasia do trato aéro-digestivo. *Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 306-311, 2006.

606 KAMANGAR, Farin et al. High levels of carcinogenic Polycyclic Aromatic Hydrocarbons in mate drinks. *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*, Bethesda, v. 17, n. 5, p. 1262-1268, maio 2008.

607 LANG, Rosalyne Marcele. *Ocorrência de fungos toxigênicos e micotoxinas em erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil. var. paraguariensis) comercializada em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

gêneros de mofos na erva-mate comercializada na cidade argentina de Posadas, inclusive gêneros toxigênicos. Este estudo, embora não tenha investigado a presença de toxinas, apontou a necessidade de fazê-lo, pois elas apresentam riscos para os consumidores.[608]

No outro extremo, diversos estudos contemporâneos se concentraram nos benefícios da bebida para a saúde humana. Um exemplo de estudo recente é o de Aliny Stefanuto, que observou uma importante redução da lipoproteína de baixa densidade (colesterol LDL) em pessoas dislipidêmicas que consumiram chá mate, isto é, indivíduos com aumento da concentração de colesterol no sangue que participaram do estudo. A redução foi explicada pela presença de saponinas e compostos fenólicos na erva-mate e sua ação inibidora da absorção de colesterol no intestino. A pesquisa constatou ainda um aumento da lipoproteína de alta densidade (HDL) no grupo estudado, implicando na redução no risco de doença arterial coronariana. A pesquisadora obteve melhores resultados com as pessoas que receberam, simultaneamente, orientação nutricional e medicação para controle do colesterol sanguíneo, as estatinas.[609] Brunna Boaventura e Elenise Fernandes também trataram pessoas dislipidêmicas com chá mate e concluíram ainda que a bebida apresenta potencial antioxidante, ratificando pesquisas anteriores.[610] Por fim, recente estudo publicado nos Estados Unidos sugere que substâncias presentes na erva-mate têm potencial ação no tratamento do câncer de cólon e como anti-inflamatório.[611]

608 JERKE, Gladis; HORIANSKI, Marta A.; SALVATIERRA, Karina A. Evaluación de géneros micotoxigénicos en yerba mate elaborada. *Revista Ciência & Tecnologia*, n. 12a, 2010.

609 STEFANUTO, Aliny. *Efeito hipocolesterolêmico da erva-mate (Ilex paraguariensis), associada ou não ao aconselhamento nutricional, em indivíduos dislipidêmicos em uso ou não de estatinas*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

610 BOAVENTURA, Brunna Cristina Bremer. *Avaliação do efeito antioxidante da erva mate (Ilex paraguariensis) em indivíduos com dislipidemia*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. FERNANDES, Elenise Stuker. *Efeito da erva-mate (Ilex paraguariensis, St. Hill.) na modulação gênica e na atividade da enzima paroxonase:* estudos *in vitro* e *in vivo*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

611 PUANGPRAPHANT, Sirima et al. Dicaffeoylquinic acids in Yerba mate (Ilex paraguariensis St. Hilaire) inhibit NF-κB nucleus translocation in macrophages and induce apoptosis by activating caspases-8 and -3 in human colon cancer cells. *Molecular Nutrition & Food Research*, v. 55, n. 10, p. 1509-1522, Oct. 2011.

5.4 OS RESULTADOS

Os relatórios ou mensagens dos presidentes de província ou dos governadores de estado tinham, também, a função de criar a imagem de uma administração competente junto ao poder legislativo. É de se esperar, portanto, que não fossem muito críticos na avaliação das ações com resultados insatisfatórios. Talvez isso explique a quase ausência de informações sobre os resultados da propaganda do mate na Europa e na América do Norte, isto é, se pode inferir que as campanhas não corresponderam a um grande aumento da exportação e do consumo dos produtos fora da América Meridional. O relato das dificuldades feito pelo agente encarregado de introduzir o mate nos Estados Unidos, antes citado, é um dos poucos documentos oficiais onde o tema apareceu. O governo do Paraná classificou como insignificante o consumo de erva-mate nos estados do Norte do Brasil até 1928. Como resultado da propaganda relatou a exportação de cerca de vinte mil arrobas de mate em 1929, a maior parte para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.[612]

Outro indício da dificuldade de abrir novos mercados no período pesquisado é a continuação da propaganda nas décadas seguintes. Em 1940, o Instituto Nacional do Mate partiu do estereótipo de que os Estado Unidos não tinham "uma bebida típica e característica do país" e viu a possibilidade de conquistar o "mercado norte-americano para o mate brasileiro, sem que isso represente nenhuma concorrência ao nosso principal produto", o café. O poder político que ainda tinham os cafeicultores brasileiros era respeitado na publicidade dos empresários do mate. No discurso do Instituto, os brasileiros ofereciam uma nova dádiva, pois "Um produto alimentar, que se apresente aos Estados Unidos como novidade, deve constituir para seus consumidores como um elemento de saúde, um agente de bem estar […]. Ora, o mate oferece a esse respeito condições insuperaveis".[613]

Nestor Vítor acreditou, em 1912, que a abertura do mercado europeu para a "folha de ouro" era "coisa tão possível, até tão segura" e apostou que o mercado nacional garantiria um "largo campo de consumo".[614] Sua primeira avaliação foi classificada por Linhares como

612 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo em 1 de fevereiro de 1930. Curityba: sn. 1930. p. 102.
613 Instituto Nacional do Mate. *Boletim,* n. 2, dez. 1940. p. 17-18. AHSBS.
614 VÍTOR, Nestor. *A terra do futuro:* impressões do Paraná. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996, p. 100.

um “sonho utópico” e o consumo nacional de erva-mate não se ampliou como o esperado.[615]

Os supostos problemas higiênicos decorrentes do uso coletivo da bomba, com temidos riscos de transmissão de doenças apresentados por médicos que atuavam entre os imigrantes alemães do Sul do Brasil,[616] também podem ter dificultado a aceitação da bebida entre os Europeus. Uma revista redigida em alemão, com circulação nas áreas coloniais do Sul do Brasil, chegou a anunciar uma bomba higiênica com bocal móvel e individual.[617] O consumo de chá era uma alternativa ao problema. Heinze acreditava que o chá de erva-mate estava “predestinado a occupar uma posição saliente nas grandes camadas das populações europeas e a restringir essencialmente o alcoolismo, um dos maiores flagellos dos nossos tempos, nas classes sociaes baixas e médias, uma vez tornado conhecido e popular na Europa”. Ele via, entretanto, uma “differença fundamental entre a bebida abominavel, amarga e turvada, que o gaúcho, á maneira primitiva, prepara de ruins productos, e uma taça da verdadeira bebida, topasio-clara, ou verde pallida, transparente e aromática, que por um processo adequado se obtem do Matte de 1ª classe”.[618]

Os poucos dados disponíveis sobre a exportação de erva-mate para chá com destino à Europa e Estados Unidos estão reunidos na Tabela 8. Eles revelam que pequenas quantidades foram exportadas pelo Paraná no primeiro semestre de 1930. A Alemanha se evidencia como compradora do produto, em quantidade que supera muito o consumo dos demais países.

615 LINHARES, op. cit., p. 270.
616 SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico. In: DREHER, Martin Norberto; KUNS, Jaqueline Anschau; MÜGGE, Miquéias Henrique. (Orgs.). *Anais do XVII Seminário Internacional sobre Imigração e Relações Interétnicas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
617 St. Paulus Blatt, n. 1, jan. 1938. Memorial Jesuíta Unisinos.
618 HEINZE, op. cit., p. 31.

Tabela 8 – Exportação de erva-mate para a Europa e EUA, 1º semestre de 1930

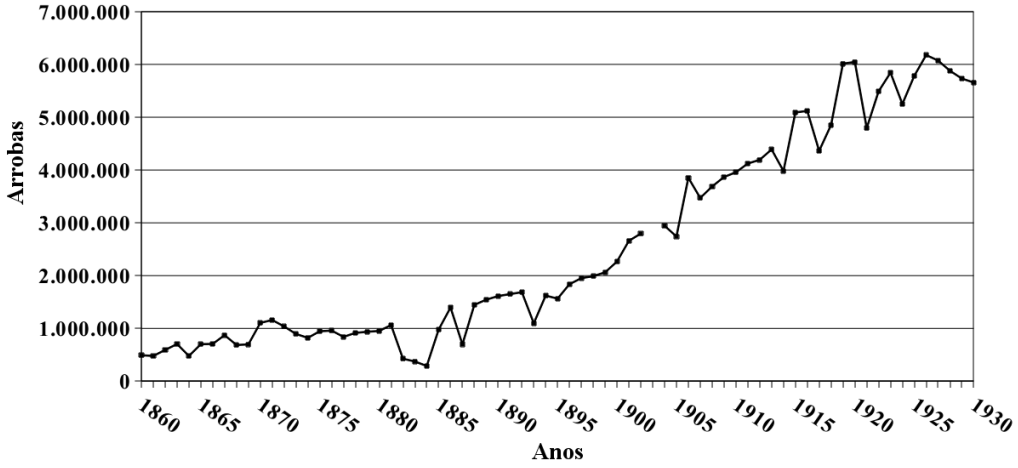
Destino	Quantidade em arrobas
Alemanha	5.176
Inglaterra	404
França	351
Holanda	278
Suécia	157
Bélgica	135
Dinamarca	25
Estados Unidos	11
Total	6.537

Fonte: Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*, Curitiba, n. 9 e 10, maio/jun. 1930. p. 27. MP.

As informações sobre a exportação do estado de Santa Catarina para a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Suécia, Holanda e Áustria, também escassas, apresentam pequenas quantidades em 1928 e 1929.[619] Os dados disponíveis sobre a exportação de mate pelo Brasil no período estudado estão representados no Gráfico 8. De um modo geral, eles coincidem com os números do Gráfico 2, merecem credibilidade e informam um enorme crescimento da exportação a partir das décadas finais do século XIX. Se este crescimento não pode ser explicado somente pelas vendas para fora da América do Sul, então ele se deveu também ao aumento do consumo de mate nos tradicionais mercados brasileiros, os países platinos e o Chile.

619 Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do estado de Santa Catarina. p. 36. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, em 22 de julho de 1930, pelo General Dr, Antonio Vicente Bulcão Vianna, presidente da mesma Assembléa, no exercício do cargo de presidente do estado de Santa Catarina. p. 34-35.

Gráfico 8 - Exportação brasileira de erva-mate



Fonte: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx>. Acesso em: 21 nov. 2012.

O Instituto do Mate do Paraná publicou um quadro comparando a produção e a importação de erva-mate pela Argentina entre 1920 e 1929. A primeira passou de cerca de 54 mil arrobas para um milhão e meio de arrobas. A importação do produto do Brasil e do Paraguai teve um pequeno crescimento e o consumo total de erva-mate pelos argentinos aumentou muito no período.[620] O extrativismo de erva certamente se intensificou e a conservação dos ervais nativos foi duramente prejudicada.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existiu e continua existindo um grande interesse da ciência na *Ilex paraguariensis*, cujos efeitos sobre a saúde humana ainda não foram completamente estudados e esclarecidos. Há uma evidente complexidade da planta do ponto de vista da Química, assim como sob o olhar da Botânica e da Ecologia. A propaganda de produtos derivados da *Ilex*, visando ampliar seu alcance comercial, foi intensa no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, promovida por empresários do mate associados aos respectivos governos. Os argumentos empregados nas campanhas publicitárias foram, principalmente, as qualidades nutricionais, as propriedades terapêuticas e estimulantes do mate e seu baixo preço em comparação a outras

620 Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte,* Curitiba, n. 9 e 10, maio/jun. 1930. MP.

bebidas, especificamente o café e o chá. Grande parte destes argumentos teve como base as conclusões de renomados cientistas da época, nos quais houve um exagero dos efeitos benéficos do mate para a saúde humana. Os limites técnicos e científicos das pesquisas da época podem ser avaliados em comparação com as pesquisas mais recentes. Coerente com seu tempo, o argumento de que as bebidas preparadas com a *Ilex paraguariensis* têm origem natural não foi encontrado, com ênfase, nos documentos pesquisados. A publicação *O Matte* foi um dos poucos lugares em que ele apareceu, visando contrapor o produto paranaense, natural, ao mate argentino, cultivado.[621] A construção desta ideia aconteceu em período posterior ao estudado.

Os resultados da propaganda que visou a abertura de novos mercados para o mate possivelmente ficaram aquém do esperado pelas autoridades e pelos empresários. Contudo, um grande aumento da exportação de erva-mate brasileira para os mercado tradicionais, acontecido no final do século XIX e início dos anos novecentos, pode ter intensificado a exploração dos ervais nativos e prejudicado, de forma decisiva, a sua conservação.

621 Ibidem, n. 1, set. 1929. p. 29. MP.

256

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa focou as mudanças ocorridas nas florestas da América Meridional, especialmente nos ervais nativos, durante o século XIX e nas três décadas iniciais do XX, empregando a abordagem da história ambiental. A erva-mate teve, neste período, grande importância ecológica, social e econômica, pois integrou complexos ecossistemas florestais, ajudou a sustentar incontáveis famílias de indígenas, de caboclos extrativistas e de colonos e contribuiu decisivamente para mover a economia de diversas províncias e municípios. A Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista, nas quais a *Ilex paraguariensis* é endêmica, ocuparam parcela expressiva do território do Sul da América. Sua formação e dinâmica de renovação não estiveram isentas da ação humana, de tal modo que o conceito de floresta virgem, utilizado na lógica etnocêntrica, não é adequado para se escrever uma história ambiental das sociedades envolvidas com a erva-mate. A floresta virgem, intocada pelos humanos, não existiu.

No longo período estudado aconteceram profundas mudanças nas paisagens, nos ambientes e nas sociedades americanas. Elas decorreram de uma combinação complexa de motivos, com destaque para a legislação que restringiu o acesso à posse da terra, a apropriação fraudulenta de terras, os projetos oficiais e privados de colonização, a imigração estrangeira, o aumento populacional, as migrações internas, a pressão do mercado ervateiro e madeireiro, as estiagens e as políticas dos Estados para promover a conservação de ervais e de florestas. O aspecto mais visível das mudanças certamente foi o desmatamento de grandes áreas florestais. Embora pudesse ser visto pela maioria dos sul-americanos como um sinal do progresso, ele foi denunciado por alguns poucos escritores como a perda lastimável de uma riqueza ambiental. Com a derrubada da floresta foram prejudicadas as formas de vida silvestre que dela dependiam, mas também sofreram prejuízo os próprios caboclos e suas as práticas socioculturais, que há muito tempo viviam do extrativismo do mate e de atividades agrícolas e pecuárias fortemente ligadas às condições ambientais. O modo de vida caboclo dependia da floresta, dos ervais, dos faxinais, da terra, dos espaços de uso comum e da possibilidade de mover-se periodicamente.

Existiu uma semelhança na forma como os governos das províncias ou estados brasileiros, da Argentina e do Paraguai trataram a conservação dos ervais nativos. Todos eles criaram leis e normas para controlar o acesso aos ervais, regular a sua exploração e aplicar punições aos infratores. Recriaram a legislação muitas vezes, acompanhando as mudanças na conjuntura socioeconômica ou cedendo às pressões dos grupos sociais e das empresas envolvidas com o mate.

A colonização por imigrantes europeus e seus descentes, onde ela ocorreu, reforçou outra lógica de uso dos bens ambientais e do solo. A agricultura e a propriedade privada da terra foram marcantes no cotidiano e nos valores familiares. Na convivência de colonos e caboclos ocorreram aprendizagens mútuas e diversos colonos aprenderam a ser sul-americanos, isto é, se tornaram caboclos ou assimilaram aspectos do seu modo de vida, inclusive o extrativismo da erva-mate. Outros transformaram a *Ilex paraguariensis* em um cultivo agrícola, ordenado e controlado. Existiram ainda casos de imigrantes, não necessariamente agricultores, que se tornaram empresários do mate, atuando nas etapas de beneficiamento e comércio do produto. O mate foi importante para a adaptação dos colonos ao novo ambiente e para a sustentação econômica de diversos projetos de colonização.

A relativa ausência do mate na historiografia brasileira que trata da imigração e da colonização pode ser explicada pelo predomínio de caboclos e de empresários luso-brasileiros ou hispano-americanos na atividade. A lacuna historiográfica, contudo, também pode ser decorrente do olhar seletivo dos pesquisadores, geralmente voltado para o cultivo da terra e para a produção agrícola. A imigração e a colonização comprometeram a conservação das florestas e dos ervais nativos porque aumentaram acentuada e rapidamente a população das províncias onde aconteceram. O domínio das técnicas de germinação das sementes de *Ilex*, da formação de viveiros de mudas e dos monocultivos pode ter diminuído os esforços para conservação dos ervais nativos.

A propaganda da erva-mate coincidiu, no tempo e nos propósitos, com o interesse da ciência pela *Ilex paraguariensis*, vista e apresentada então como uma planta e um produto com fantásticas propriedades terapêuticas e alimentares. As estruturas de beneficiamento, envase e transporte do mate, montadas na segunda metade do século XIX com base em investimentos públicos e de grandes empresas, permitiram ampliar a escala de produção e pensar na exportação para novos mercados, como os Estados Unidos da América e a Europa. A propaganda teve resultados limitados, menores do que os esperados por

seus promotores. A exportação do mate brasileiro para os tradicionais mercados da América, contudo, aumentou muito nas décadas finais do século XIX e no início do XX e, possivelmente, intensificou a exploração dos ervais nativos e prejudicou sua conservação.

O empenho dos governos municipais e provinciais para a conservação dos ervais existiu, com intensidade, nos níveis da legislação e do discurso. Na prática, o Estado nos três países sulinos estudados se mostrou tolerante e incapaz de impedir a exploração descontrolada dos bens florestais. Mesmo assim, diversos ervais nativos foram conservados até hoje, especialmente no Paraná e em Santa Catarina. Uma outra parte deles existiu até as décadas de 1960 e 70, quando a onda de modernização agropecuária, marcada pela industrialização e pela introdução da soja, desencadeou a derrubada de remanescentes florestais e de ervais até então conservados.

260

REFERÊNCIAS

ABINZANO, Roberto Carlos. *Procesos de integraciòn en una sociedad multietnica*: la provincia argentina de Misiones (1895-1985). Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Sevilha, Sevilha, 1985.

ALCARAZ, Alberto. *Domingo Barthe:* la gestación de una "elite" propietaria de tierras en el Territorio Nacional de Misiones entre 1870-1920 y la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.

ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro -Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de Históri*a, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.

AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989.

ANAIS do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais: silvicultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis*, St. Hil.). Curitiba: Embrapa, 1985

ARANHA, Luiz Fernando de Souza. *O mercado ervateiro*. 1967. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

ARBOLES Nativos. Disponível em: <http://arbolesnativos.org.ar>. Acesso em: 23 ago. 2012.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. A questão da terra na ocupação do norte: caboclos, ervateiros e coronéis. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; ATX, Gunter (Dirs.). *República*: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 3).

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis:* luta e resistência em Palmeira das Missões. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Eduel, 1997.

ARRUDA, Gilmar. Natureza: uma nova "sala de aula" para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa;

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). *Ensino de história:* múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008.

BARROS, Sérgio Gabriel Silva de et al. Mate (chimarrão) é consumido em alta temperatura por população sob risco para o carcinoma epidermóide de esôfago. *Arquivos de Gastroenterologia*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 25-30, 2000.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição D. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2000.

BOAVENTURA, Brunna Cristina Bremer. *Avaliação do efeito antioxidante da erva mate (Ilex paraguariensis) em indivíduos com dislipidemia*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate:* o alimento e suas representações. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Séria Documenta, 4).

BORGES, Larissa R.; LÁZZARI, Sonia Maria Noemberg; LÁZZARI, Flávio Antonio. Comparação dos sistemas de cultivo nativo e adensado de erva mate, *Ilex paraguariensis* St. Hil., quanto à ocorrência e flutuação populacional de insetos. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 47, n. 4, dez. 2003.

BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil:* abordagem histórico-socioespacial. Florianópolis: UFSC, 2011.

CARON, Márcia dos Santos. *Mapear, demarcar, vender:* a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. no Alto Uruguai gaúcho, 1915/1930. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

CARPANEZZI, Antonio A. et al. Queda anormal de folhas de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) em 1983. *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais:* silvicultura da erva-mate. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta*: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CHANG, Man Yu. Faxinais no Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 3, n. 3, 1985.

CHIARADIA, L. A.; MILANEZ, J. M. *Pragas da erva-mate no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2007. (Boletim Técnico, 134).

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Estranhos em seu próprio chão*: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano. Mata virgem. In: MOTA, Marcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COELHO, Geraldo Ceni; ATHAYDE, Margareth Linde; SCHENKEL, Eloir Paulo Schenkel. Methylxanthines of *Ilex paraguariensis* A. St.-Hil. var. *vestita* Loes. and var. *paraguariensis*. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 153-158, maio/ago. 2001.

COELHO, Geraldo Ceni. *Teores de metilxantinas e saponinas e morfologia foliar de erva-mate (Ilex paraguariensis* A. St.-Hil*.) sob a influência de diferentes fatores ambientais e em diferentes variedades e populações.* Tese (Doutorado em Bioquímica), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CONVENÇÃO sobre Diversidade Biológica (CDB). 1992. Disponível em: <http://www.cdb.gov.br/cdb>. Acesso em: 9 jun. 2011.

CORRÊA FILHO. Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.

CORREA, Sílvio M. S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promissão:* uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF, 2006.

CUQUEL, F. L.; CARVALHO, M. L. M. de; CHAMMA, H. M. C. P. Avaliação de métodos de estratificação para a quebra de dormência de sementes de erva-mate. *Scientia Agricola*, Piracicaba, v. 51, n. 3, p. 415-421, set./dez. 1994.

DALLA SANTA, Herta Stutz; SOUSA, Nilton José; PITTNER, Elaine; DALLA SANTA, Osmar Roberto; SOCCOL, Carlos Ricardo. Controle biológico em pragas de *Ilex paraguariensis* (A. St.- Hil.) com fungo *Beauveria* sp. *Floresta*, Curitiba, v. 39, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2009.

DEAN, Warfren. *A ferro e fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo (Orgs.). *História, espaço e meio ambiente.* Maringá: ANPUH-PR, 2000.

DUTRA, Fabiana L. Goularte; HOFFMANN-RIBANI, Rosemary; RIBANI, Marcelo. Determinação de compostos fenólicos por cromatografia líquida de alta eficiência isocrática durante estacionamento da erva-mate. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 119-123, 2010.

DUTRA, Fabiana L. Goularte. *Compostos fenólicos e metilxantinas em erva-mate armazenada em sistemas de estacionamento natural e acelerado*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ECKERT, José Paulo. *O povo dos hervaes:* entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ESPINDOLA, Marcos A.; NODARI, Eunice S. Desastres ambientais e políticas públicas em Santa Catarina. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-12.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. *GEOgraphia*, Niterói, n. 4, 2000.

FAGUNDES, Glênio. *Cevando mate*. 6 ed. Porto Alegre: Querência, 1983.

FERNANDES, Elenise Stuker. *Efeito da erva-mate (Ilex paraguariensis, St. Hill.) na modulação gênica e na atividade da enzima paroxonase:* estudos *in vitro* e *in vivo*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:* o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FICKER, Carlos. A erva-mate e a industrialização de Joinville. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, p. 37-40, fev. 1963.

FICKER, Carlos. *São Bento do Sul:* subsídios para sua história. Joinville: sn. 1973.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 23 nov. 2012.

FLORA digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ fitoecologia/ florars/>. Acesso em: 4 jun. 2011.

FOWLER, A. J. P.; BIANCHETTI, A. *Dormência em sementes florestais*. Colombo: Embrapa Florestas, 2000. (Série Documentos, 40).

FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré:* a erva-mate no Paraguai colonial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GALLERO, María Cecilia (Comp.). *El llamado del oro verde:* memorias de inmigrantes suizos en Misiones. Florida: Araucaria; Misiones: Consulado de Suiza, 2008.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economia colonial*: tres siglos de historia de la yerba mate. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. O imigrante italiano: agente de modernização. In: *Anais do I e do II Forum de Estudos Ítalo-brasileiros*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

GÓMEZ, Silvia B. "Ocupación, posesión y propiedad de las tierras misioneras. Misiones y la Enfiteusis correntina": proyecto de investigación y recopilación de antecedentes documentales históricos sobre la división y uso del suelo en la ciudad de Posadas y la provincia de Misiones, 1860-1920. *XI Congreso de Historia de Corrientes*, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. In: *Anais do V Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Brasília*: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2010. Disponível em: <http://scientia.cliomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/index>. Acesso em: 15 set. 2011.

GRAF, Vinalto; MARZAGAO, Márcia Ribeiro. Ocorrência do parasitóide *Labena fiorii* sp.n. (Hymenoptera, Ichneumonidae) em larvas de *Hedypathes betulinus* (Klug), broca da erva-mate e em *Chydarteres striatus* (Fabricius), broca da aroeira, (Coleoptera, Cerambycidae). *Revista Brasileira de Zoologia*, v. 16, n. 1, p. 185-190, 1999.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial:* migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUEDES, Jerson Vanderlei Carús; D'AVILA, Márcia; DORNELLES, Sylvio Henrique Bidel. Comportamento de *Hedypathes betulinus* (Klug, 1825) em erva-mate em campo. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 30, n. 6, nov./dez. 2000.

GUERRA, Ricardo O.; BERNARDO, Gerlane C.; GUTIERREZ, Carmen V. Cafeína e esporte. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 6, n. 2, abr. 2000.

GUNDERSON, Lance H. Ecological resilience: in theory and application. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 31, p. 425-439, 2000.

HANISCH, Ana Lúcia; BONA, Luis Cláudio; MARQUES, Anésio da Cunha. Melhoramento de caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jun. 2011. p. 6.

HARDIN, Garrett J. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 13 out. 2012.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, p. 1-23, 1973.

IBAMA. *Portaria normativa n. 118-N*, de 12 de novembro de 1992. Disponível em: <www.ibama.gov.br/flora/portarias/118_92.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

IBGE. Curso do cambio na praça do Rio de Janeiro – 1822/1939. In: *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939/1940.

IBGE. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx>. Acesso em: 21 nov. 2012.

IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. *Mapa da área de aplicação da Lei n. 11.428 de 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2011.

IBGE. *Mapa de biomas do Brasil*. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2011.

IEDE, Edson Tadeu; MACHADO, Débora C. Pragas da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) e seu controle. *Boletim de Pesquisa Florestal*, Colombo, EMBRAPA, n. 18/19, p. 51-60, jun./dez. 1989.

INOUE, Mario Takao; RODERJAN, Carlos V.; KUNIYOSCHI, Yoshiko S. *Projeto madeira do Paraná*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. *Coletânea de mapas históricos do Paraná*. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/>. Acesso em: 25 out. 2010.

INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986.

INVENTÁRIO Florístico Florestal do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.iff.sc.gov.br/>. Acesso em: 4 jun. 2011.

JACQUES, Rosângela Assis. *Caracterização química da erva-mate (Ilex paraguariensis):* aplicação de diferentes processos de extração e influência das condições de plantio sobre a composição química. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JERKE, Gladis; HORIANSKI, Marta A.; SALVATIERRA, Karina A. Evaluación de géneros micotoxigénicos en yerba mate elaborada. *Revista Ciência & Tecnologia*, n. 12a, 2010.

JOTZ, Geraldo Pereira et al. Estudo experimental da erva mate (Ilex paraguariensis) como agente etiológico de neoplasia do trato aéro-digestivo. *Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 306-311, 2006.

KAMANGAR, Farin et al. High levels of carcinogenic Polycyclic Aromatic Hydrocarbons in mate drinks. *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*, Bethesda, v. 17, n. 5, p. 1262-1268, maio 2008.

KERN, A. Origens da ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul na transição do pleistoceno-holoceno. In: KERN, Arno (Org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KLEIN, Roberto M. Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí. *Sellowia*, Itajaí, v. 32, n. 32, p. 164-369, 1980.

KLUG, João. Imigração alemã, agricultura e meio ambiente no sul do Brasil no século XX. In: MUGGE, Miquéias; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria (Orgs.). *Construindo diálogos*: história, educação e ecumenismo: Homenagem a Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 301-312.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 199-231.

KORMANN, José. *A história da erva-mate e sua região, o Mercosul* (num enfoque geográfico, histórico, econômico, social, político e psicológico). Tese (Doutorado em História), Universidade de León, León, 2001.

LAGIER, Jerónimo. *La aventura de la yerba mate:* más de cuatro siglos de historia. Buenos Aires: sn. 2008.

LANG, Rosalyne Marcele. *Ocorrência de fungos toxigênicos e micotoxinas em erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil. var. paraguariensis) comercializada em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, n. 10, 2002. p. 117.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Maria Silvia Pereira; ZANOL, Keti Maria; IEDE, Edson Tadeu; PENTEADO, Susete do Rocio Chiarello. Flutuação populacional de *Gyropsylla spegazziniana* (Lizer y Trelles) (Hemiptera, Psyllidae) e de seus inimigos naturais em erva-mate no município de São Mateus do Sul, PR, Brasil. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 51, n. 4, out./dez. 2007.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do chimarrão*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969.

LISTA de espécies da flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2011.

LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras:* manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUGON, Clovis. *A república "comunista" cristã dos guaranis:* 1610-1768. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Daiane Vaiz. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana*: David Carneiro. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos ervais*: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do vale do rio Negro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

MARIA, Carlos A. B. de; MOREIRA, Ricardo F. A. Cafeína: revisão sobre métodos de análise. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 1, fev. 2007.

MARIATH, Jorge Ernesto de Araújo et al. Aspectos anatômicos e embriológicos em espécies do gênero *Ilex*. In: WINGE, Helga et al. (Orgs.). *Erva-mate:* biologia e cultura no Cone Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

MATTOS, Andréa Gabriela. *Caracterização das práticas de manejo e das populações de erva-mate (Ilex paraguariensis A. Sant. Hil) nativa em exploração no planalto norte catarinense*. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimento de la historia ecologica. In: *História e meio ambiente:* o impacto da expansão europeia - Actas do Seminário Internacional. Madeira, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *Ferrovia*: patrimônio cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

NASCIMENTO, Antônio Roberto. Os ervateiros de Joinville. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 11-12, nov.-dez. 1993, p. 381-390.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. Terra de servidão coletiva no Alto Uruguai, da província do Rio Grande do Sul. *História:* Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 55-76, 2009.

NEUMANN, Marcia Rosane. *Uma Alemanha em miniatura*: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

NODARI, Eunice S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, p. 134-148, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motossera na elteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas*: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Marisa Correia. A política ervateira em Santa Catarina e no Paraná. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, p. 61-75, fev. 1976.

OLIVEIRA, Yeda Maria Malheiros; ROTTA, Emilio. Área de distribuição natural de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais:* silvicultura da erva-mate. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985.

ORTIZ, Helen S. *O banquete dos ausentes:* a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição:* pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1876-18880). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, sd.

PIAZZA, Walter Fernando. *Angelina*: um caso de colonização nacional. Tese (livre docência em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1973.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, p. 151-165, 1991.

PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo:* a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

PUANGPRAPHANT, Sirima et al. Dicaffeoylquinic acids in Yerba mate (Ilex paraguariensis St. Hilaire) inhibit NF-κB nucleus translocation in macrophages and induce apoptosis by activating caspases-8 and -3 in human colon cancer cells. *Molecular Nutrition & Food Research*, v. 55, n. 10, p. 1509–1522, oct. 2011.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, jan./jun. 2010.

RAVEN, Peter; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia vegetal*. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

REBER, Vera Blinn. Commerce and industry in nineteenth century Paraguay: the example of yerba mate. *The Americas:* a quarterly rewiew of inter-american cultural history, Maryland, v. XLII, n. 1, jul. 1985.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir (Coord.). *Projeto madeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SUDESUL, 1988.

REITZ, Raulino. *Santa Bárbara*: primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1991.

RENK, Arlene. *A luta da erva*: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RIVELLI, Diogo Pineda et al. Determinação simultânea de ácido clorogênico, ácido caféico e cafeína, no extrato aquoso e hidroalcoólico de *Ilex paraguariensis* por CLAE e correlação com a capacidade antioxidante dos extratos por redução do DPPH. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 43, n. 2, abr./jun. 2007.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUSCHEL, Ademir R.; NODARI, Eunice S.; GUERRA, Miguel P.; NODARI, Rubens O. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da Floresta Estacional Decidual do Alto-Uruguai. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 153-166, 2003.

SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. *O imigrante e a floresta*: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí - SC. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Nadia P. dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. História, *Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 515-533, maio/ago. 2005.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil*: o caso da Colônia Ijuí. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico. In: DREHER, Martin et al. (Orgs.). *Anais do XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 730-742.

SILVA, Aristóteles G. d'Araújo e et al. *Quarto catálogo dos insetos que vivem nas plantas do Brasil*: seus parasitos e predadores. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968. 3 v.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo:* povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011.

SIMINSKI, Alexandre et al. Secondary Forest Succession in the Mata Atlantica, Brazil: Floristic and Phytosociological Trends. International Scholarly Research Network: *Ecology*, p. 1-19, 2011.

SIMINSKI, Alexandre. *A floresta do futuro*: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no Estado de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SLAVSKY, Leonor; CERESOLE, Gladis. História de yerba y mate. In: CARRERA, Nicolás Iñigo et al. *El campo y sus habitantes*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986. IAI.

SOUZA, Adriano Martinho de. *Dos ervais ao mate:* possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação de erva-mate no planalto norte catarinense. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SPEIGHT, Martin R.; HUNTER, Mark D.; WATT, Allan D. *Ecology of insects:* concepts and applications. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

STEFANUTO, Aliny. *Efeito hipocolesterolêmico da erva-mate (Ilex paraguariensis), associada ou não ao aconselhamento nutricional, em indivíduos dislipidêmicos em uso ou não de estatinas*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

THE INTERNATIONAL Plant Names Index. Disponível em: <http://www.ipni.org/>. Acesso em: 13 nov. 2011.

THIAGO, Raquel de S. A oligarquia do mate. *A Notícia*, Joinville, 12 dez. 1984. AHJ.

THIAGO, Raquel de S. *Coronelismo urbano em Joinville:* o caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988. (Projeto Memória Pública de Santa Catarina; Historiografia, 1).

THIAGO, Raquel de S.; PIAZZA, Walter. *Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville:* Abdon Baptista, 1884-1922. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Entre o patrão e o coronel: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 20 dez. 2012.

VALDUGA, Eunice et al. Caracterização química da folha de Ilex paraguariensis St. Hil. (erva-mate) e de outras espécies utilizadas na adulteração do mate. *Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos* (CEPPA), Curitiba, v. 15, n. 1, p. 25-36, jan./jun. 1997.

VASSALLO, Alberto et al. Esophageal cancer in Uruguay: a case-control study. *Journal of the Cancer Institute*, Oxford University, v. 75, n. 6, p. 1005-1009, 1985.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL Filho, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

VIEIRA, Manoela Alano. *Análise de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) nas etapas do processamento da erva-mate (Ilex paraguariensis) e caracterização química dos resíduos da trituração para o desenvolvimento de produto*. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VÍTOR, Nestor. *A terra do futuro:* impressões do Paraná. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1972.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos*: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr./jun. 1949.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira:* região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950. Passo Fundo: UPF, 2004.

WERNECK, Ruy M. da R. *Legislação ervateira*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1962.

WHITMORE, Timothy Charles. *An introduction to tropical rain forests*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil:* estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos peraus do rio das Antas*. Tradução de Alberto Victor Stawinski. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003.

ZANON, Ayrton. *Produção de sementes de erva-mate*. Curitiba: Embrapa, 1988. (Circular Técnica, 16).

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno:* o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho*: 1850-1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 54-76.

FONTES

A VOZ DA SERRA [jornal], Passo Fundo, 1916-1920. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

AÇÃO ordinária na qual é autor Evaristo Teixeira do Amaral e réus Ubaldino de Oliveira Machado e outro, Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1892. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

AMBROSETTI, Juan B. *Viaje á las Misiones argentinas e brasileiras por el alto Uruguay*. La Plata: Publicaciones del Museo, 1892. Biblioteca Nacional da Argentina (BNAR).

AMSTAD, Theodor. *Hundertjahre:* Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924. Porto Alegre: 1924. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

ANAIS da Assembleia Legislativa, 1905. AHRS.

APUNTES sobre la yerba-mate: recopilacion y resumen de los trabaljos conocidos hasta la fecha; novas investigaciones de Domingo Parodi. Buenos Aires: M. Biedma, 1879. BNAR.

ARGENTINA. Decreto de 27 de marzo de 1896. ARGENTINA. Ley n. 4167 de 8 de enero de 1903, Ley de Tierras. ARGENTINA. Decreto de 18 de diciembre de 1903. ARGENTINA. Decreto de 1906. ARGENTINA. Reglamento de 6 de setiembre de 1907. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 150-178.

ARGENTINA. *Ley de bosques y yerbales*: proyecto, 1915. Buenos Aires: Talles Gráficos del Ministério de Agricultura de la Nación, 1915. BNAR.

ARGENTINA. *Ley de inmigracion y colonizacion de la República Argentina*, 1876. Buenos Aires: La Universidad, 1883. BNAR.

ARGENTINA. Ley de venta de tierras y division de los territorios nacionales, 1882. ARGENTINA. Decreto prohibindo la venta de terrenos de yerbales, poniendo en vigencia el reglamento de 1876 y

pasando al Ministerio de Hacienda el conocimiento de los assuntos relativos á yerbales, 1894. ARGENTINA. Decreto reglamentando la elaboración (sic) de los yerbales y creando su inspección, 1894. MISIONES. Reglamentando de yerbales, 1894. In: *La tierra pública e su colonización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso, 1894. BNAR.

ARGENTINA. *Ley n. 4157 de enero 8 de 1903*: Ley de tierras. Archivo Administrativo Histórico Municipal de Posadas (AAHMP).

ARGENTINA. Reglamento para la administracion de los pueblos de Misiones, 1810. Transcrito por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. BNAR.

ASTRO. *Misiones:* oro verde. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. BNAR.

AUTOS da investigação policial no engenho São Lourenço, 1905. Museu da Justiça do Estado do Paraná (MJPR).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul:* 1858. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo:* 1858. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AYALA, German. *El cultivo de la yerba mate em Misiones*. Tese (Graduação em Engenharia Agronômica), Universidad de Buenos Aires, 1918. BNAR.

BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate:* Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8. Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin (IAI).

BARRETT, Rafael. *O que são os ervais*. Tradução de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012.

BELGRANO, Manuel. *Regulamento para el régimen político y administrativo y reforma de los pueblos de Misiones*. 1810. AAHMP.

BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. Diário de uma excursão eleitoral feita pelo interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul -

1856. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 79, p. 5-49, set. 1940.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul:* 1875-1887. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil:* three years of forest and prairie life in the province of Paraná. Londres: John Murray, 1878.

BRASIL. *Decreto n. 1.273/1891 de 10 de janeiro de 1891*, concede permissão a Ernesto Canac e outros para explorarem herva matte no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 12 ago. 2011.

BRASIL. *Decreto n. 1318 de 31 de janeiro de 1854*: regulamenta a execução da Lei n. 601/1850. Disponível em: <www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. *Decreto n. 769 de 20 de setembro de 1890*, concede permissão a José de Azevedo Silva e Tertuliano Ramos para a exploração de herva matte no Estado do Paraná. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2011.

BRASIL. *Decreto n. 8799 de 9 de dezembro de 1882*. Concede permissão a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na Província de Mato Grosso. Citado por: ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986. p. 195-310.

BRASIL. *Decreto n. 962 de 7 de novembro de 1890*, concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Matte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2011

BRASIL. *Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850*: dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CAMARA, Antonio de Arruda. *O mate*: porque devemos tomal-o e como preparal-o para o consumo. Rio de Janeiro: Typ. do Ministério da Agricultura, 1928.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descriptiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CATÁLOGO da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach e Becker, 1901.

COMPAÑÍA ELDORADO. *Die Eldorado-Kolonien:* Eldorado, Puerto Rico und Monte Carlo in dem argentinischen Territoruim - Misiones. Buenos Aires, 1925. IAI.

Correspondência da Câmara Municipal de Campo Largo. Arquivo Público do Paraná (APPR).

Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta. AHCA.

Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Santa Cruz. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Santo Antonio da Palmeira. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Soledade. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Taquari. AHRS.

Correspondências da Câmara Municipal de Curitiba. APPR.

CORRIENTES. Ley de 29 de octubre de 1832. CORRIENTES. Reglamento para los yerbales de las Misiones de 7 de enero de 1864. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 57-64.

COUTY, Louis. *Le maté et les conserves de viande:* rapport à son excellence, monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce, sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les êtats du sud. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*. 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975.

D'ALESSIO, Vito. *Claro Jansson:* o fotografo viajante. São Paulo: Dialeto Latin American Documetary, 2003.

DAUMAS, Ernesto. *El problema de la yerba mate*. Buenos Aires: Asociación Argentina de Plantadores de Yerba Mate; Compañia Impresora Argentina, 1930. BNPY.

DECLARAÇÕES visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard -Huzard, 1867.

DER BRASILIANISCHE MATÉ: herausgegeben von der Mission für wirtschaftliche Ausbreitung Brasiliens. sn. sd. IAI.

DER DEUTSCHE AUSWANDERER, 1906.

DER HANSABOTE [jornal], Blumenau, 1905-1910. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

DIE KOLONIE [jornal], Santa Cruz do Sul, 1891-1904. Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC).

DR. BERNHARD FÖRSTER'S KOLONIE NEU-GERMANIA IN PARAGUAY. Berlin: Commissions-Verlag der Actien-Gesellschaft "Pionier", 1891. IAI

DREYS, Nicolau. *Notícia descriptiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EdiPUCRS, 1990.

ENTREVISTA com Elizabetha Porazzi, por Marcos Gerhardt. 10 mar. 2001. (gravação, acervo da família).

ENTREVISTA com Felicida Mallmann e Benjamin Kunzler, por Marcos Gerhardt. 20 jun. 2000. (gravação, acervo da família).

ENTREVISTA com Julio Mauricio Sassi, 1996. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Caxias do Sul RS.

ENTREVISTA com Olimpio Leonardo Mokwa. 27 abr. 2008. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (AHJMIF).

EXPLORAÇÃO do Rio Turvo [Relatório da]. 1859. AHRS.

FESTSCHRIFT zur Jahrhundertfeier der ersten Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924.

FURNUS, Adolfo C. *La yerba-mate en Misiones*. sl.: sn, 1930. p. 54-64. BNAR.

GAZETA DE JOINVILLE [jornal], 1878-1905. Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

GIROLA, Carlos D. *La yerba mate:* contribución al estudo de las cuestiones que interesan a los productores, molineros, comerciantes y consumidores. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1931. IAI.

HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná*: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. Biblioteca Pública do Paraná (BPPR).

HERNANDEZ, Rafael. *Cartas misioneras:* reseña histórica, científica y descriptiva de las Misiones argentinas. Buenos Aires: Luz del Alma, 1887. BNAR.

HEWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. *A filha do pioneiro*. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

HILLEBRAND, Johann Daniel. Correspondência dirigida a João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu em 6 de julho de 1853. AHRS.

HILLEBRAND, Johann Daniel. Quadros da exportação da colônia São Leopoldo, 1842-1845. AHRS.

HILLEBRAND, Johann Daniel. Relatório da colônia São Leopoldo, 1854. AHRS.

IL COLONO ITALIANO [jornal], Caxias do Sul, 1910-1917. Museu dos Capuchinhos (MC).

INSTITUTO do Mate de Santa Catarina. Relatorio da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. MJC.

INSTITUTO do Matte do Estado do Paraná. *Estatutos*. Curityba: Livraria Universal, 1928. AHJ.

INSTITUTO do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*. Curitiba: 1929-1930. MP.

INSTITUTO Nacional do Mate. *Boletim*. n. 2, dez. 1940. AHSBS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Anacleto Ferreira Baptista, Comarca de Cruz Alta, 1867. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Antonio Pereira Borges, Comarca de Cruz Alta, 1864. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Feliciano Roiz da Silva, Comarca de Cruz Alta, 1863. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Fidelles de Almeida Lára, 1877, Comarca de Curitibanos, 1877, caixa 11G. MJC.

INVENTÁRIO *post-mortem* de José Feliciano Hochmoeller, Comarca de Cruz Alta, 1866. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Luiz Perié, Comarca de Cruz Alta, 1851. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, Comarca de São Borja, 1838. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Theresa Maria de Jesus, Comarca de Cruz Alta, 1869. APERS.

INVENTÁRIO post-mortem de Vicencia de Almeida Leite, Comarca de Cutitibanos, 1876, caixa 11G. MJC.

INVENTÁRIO *post-mortem* do Barão de Ibucuhy, Comarca de Cruz Alta, 1879. APERS.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodemiro Tostes. Brasília: Senado Federal, 2006.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul:* 1933-1834. Tradução de Dante de Laytano. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KALENDER DER SERRA-POST. Ijuhy: Livraria Serrana, 1925. Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

KALENDER FÜR DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN. São Leopoldo; Cruz Alta: Rotermund, 1913.

KOLONIE ZEITUNG [jornal], Joinville: 1877. AHJ.

LA LIBERTÁ [jornal], Caxias do Sul, 1909-1910. MC.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *O chá do Paraná ou herva matte do Brasil*. Curityba: 1931. BPPR.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil, 2).

LIVROS de registro de batismo de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

LOHMANN, Carlos E. J. *Cafeina ou mateina?* estudo experimental sobre o alcaloide principal do mate ou chá do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1914. IAI.

MAPA organizado em observância ao Decreto-lei Nacional n. 311, de 2 de março de 1938. Escala 1:80.000. CEDOC.

MARTIN & CIA. LTDA. *Que es la yerba mate?* Rosario: Emilio Fenner, sd. BNAR.

MARTINS, Romario. *Ilex-mate:* chá sul-americano. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926.

MIRANDA, Francisco Nunes de. Descripção do projecto da ponte do Ijuhy-Grande na estrada dos Hervaes para o Rincão dos Povos. 1859. AHRS.

MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura. 1859. AHRS.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual:* feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOUSSY, Martin de. *Description géographique et statistique de la Confédération Argentine.* Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1860. Disponível em: <http://www.culturaapicola.com.ar/apuntes/libros/>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MOUSSY, Martin de. *Memoria historica sobre la decadência y ruina de las misiones jesuiticas en el seno del Plata:* su estado en 1856. Parana: Imprenta del Nacional Argentino, 1857. AAHMP.

MUELLO, Alberto Carlos. *Misiones:* las cataratas del Iguazú, el alto Paraná y el cultivo de la yerba mate. Buenos Aires: Jacobo Peuser, sd. BNAR.

NEGER, Frantz Wilhelm; VANINO, Ludwig. *Der Paraguay-Tee (Yerba mate)*: sein Vorkommen, seine Gewinnung, seine Eigensschaften und seine Bedeutung als Genussmittel. Stuttgart: Fr. Grub Verlag, 1903. IAI.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO [jornal], Curitiba:1854-1865. MP.

O MATE DO PARANÁ. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875. IAI.

O NACIONAL [jornal], Passo Fundo, 1925-1931. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

O PALADINO [jornal], Estrela: 1921-1933. Acervo pessoal de Luiz Roque Schwertner.

OLIVEIRA, Arturo A. *Métodos prácticos para el cultivo de la yerba mate en el territorio de Misiones*. Buenos Aires: Ministério da Agricultura, 1922. BNAR.

PARAGUAY. *Código rural de la República del Paraguay*: 1877. Asuncion: La Democracia, 1885. Biblioteca Nacional del Paraguay (BNPY).

PARAGUAY. *Código rural vigente en la República del Paraguay:* 1877. Asuncion: La Tribuna, 1900. BNPY.

PARAGUAY. Leyes y decretos vigentes sobre tierras, montes y yerbales fiscales. Asuncion: Talleres Gráficos del Estado, 1919. BNPY.

PARANÁ. *Codigo da Herva-mate:* projecto do deputado Romario Martins. 1925. MP.

PARANÁ. *Decreto n. 479*, isenta de impostos a erva-mate exportada para a Europa, apud HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná*: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 100. BPPR.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. AAHMP.

PROCESSO crime no qual são réus Salvador Luiz Fernandes, Fermino Luiz Fernandes, João Francisco e Julio Antonio Francisco. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1890. APERS.

PROCESSO por agressão no qual são partes Antonio Auersvald e Jeronimo Antonio dos Santos. Distrito de Santa Cruz de Canoinhas, 1911. Comarca de Curitibanos. MJC.

RAVE, Francisco. *Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858*. AHRS.

REIS, Jayme. *Memória sobre a herva-matte*. Curytiba: Typ. da Livraria Economica, 1909.

RELATÓRIO correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal de Caxias do Sul pelo intendente Dr. Celeste Gobbato. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. AHRS.

RELATÓRIO da Prefeitura Municipal de Ijuí, 1920. MADP.

RELATÓRIOS apresentados pelos intendentes ao Conselho Municipal de Lajeado. 1909-1929. AHMJ.

RELATÓRIOS da gestão dos negócios do municipio de São Bento apresentados ao Conselho Municipal pelo superintendente Manoel Gomes Tavares, 1904; 1908; 1909. BPSC.

RELATÓRIOS dos Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio do Grande do Sul. Porto Alegre: 1894-1929. AHRS.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província de Santa Catarina. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província de São Paulo. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província do Paraná. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província do Rio Grande do Sul. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>. Acesso em: 15 abr. 2012.

REVISTA AGRÍCOLA. Santa Catarina, jan./mar. 1906. BPSC.

REVISTA CATHARINENSE. Rio de Janeiro, abr. 1900. BPSC.

REVISTA DE AGRONOMIA Y CIENCIAS APLICADAS, Asuncion, n. 1, abr. 1897. BNPY.

REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, n. 8, dez. 1922. APERS.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 550 de 20 de maio de 1863. In: *Coleção das leis e resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. Tradução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. (coleção Reconquista do Brasil, 9).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul:* 1820-1821. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul:* 1820-1821. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTA CATARINA. *Decreto n. 29 de 27 de abril de 1927*: regulamenta a Lei 1487/1925 e cria o Regulamento para a colheita da herva mate. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. AHJ.

SANTA CATARINA. *Lei 1573/27:* autoriza a defesa e a propaganda da erva-mate dentro e fora do Brasil. Leis de 1927, p. 12. CMALSC.

SANTA CATARINA. *Lei n. 1487 de 17 de agosto de 1925:* autoriza a regulamentação da colheita da herva matte. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. AHJ.

SANTA CATARINA. *Lei n. 700 de 27 out. 1906:* regulamenta o corte da erva-mate no Estado de Santa Catarina e define as formas de fiscalização. CMALSC.

SANTA CATARINA. *Lei n. 960 de 14 de agosto de 1913:* autoriza o Poder Executivo a fazer contratos com particulares concedendo

gratuitamente lotes de terras de fachinaes para o plantio de herva matte. CMALSC.

SCHUTEL, Henrique Ambauer. *Itinerário de Cruz Alta ao Campo Novo*. 1867.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve e Comp., 1860.

SOCIEDADE Nacional de Agricultura. *Distribuição da herva matte no Brazil*. São Paulo: 1908. 1 mapa. AHRS.

SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914.

SPEGAZZINI, Carlos. *Sobre algunas enfermedades y hongos que afectan las plantas de "agrios" en el Paraguay*. Buenos Aires: Coni, 1920. BNAR.

ST. PAULUS BLATT [revista], Porto Alegre: 1925-1939. Memorial Jesuíta Unisinos (MJU).

STAFFETTA RIOGRANDENSE [jornal], Caxias do Sul, 1917-1930. Museu dos Capuchinhos.

STRUVE, Jacob. *Die Kolonie Hohenau in Paraguay:* Zum 25-jährigen Bestehen der Kolonie. Buenos Aires: Mercur, sd. IAI.

TESCHAUER, Carlos. *A herva-mate na historia e na atualidade*. Porto Alegre: Gundlach & Comp. 1907.

TÍTULO nominativo do socio: Sociedade Cooperativa de Produção de Herva-Matte do Municipio de Ijuhy. 1935.

TRATADO de Amistad, Auxilio y Comercio entre Paraguay e Argentina, que se firmó a 12 de octubre de 1811. AAHMP.

UHLE'S KALENDER: Jahrbuch für das Deutschtum in Brasilien. Rio de Janeiro; Curitiba: 1916-1920. AHJFS.

UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Tradução e notas de Hilda Agnes H. Flores. Porto Alegre: EST; Nova Dimensão, 1997.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. *Guia do emigrante para o Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. IAI.

VOLKS-ZEITUNG [jornal]. São Bento do Sul SC. AHSBS.

WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949.

ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999.

ZIMPE, Heinrich. *In den deutscchen Urwaldschneisen*. Hamburg: St. Raphaelsverein, 1925.

ZIPPERER, Josef. *São Bento no passado:* reminiscências de época da fundação e povoação do município. sn., 1951. MAMCL.

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo Científico
O processo de patrimonialização e a cibercultura: mobilização no ciberespaço através de grupos na rede social Facebook
Autores: Renata Ovenhausen Albernaz e Marina Gowert dos Reis

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Não existe vinculo imediato com a instrução e processo de patrimonialização de bem natural e cultural da esfera estadual.

DESCRIÇÃO:
RESUMO:
O presente artigo busca observar as questões em torno da institucionalização do patrimônio cultural em um contexto de pós-modernidade, com ênfase no fenômeno da cibercultura. Toma-se por base as contribuições de Llorenç Prats acerca dos agentes que podem vir a institucionalizar o patrimônio cultural, considerando tal categoria como um poder político. Observa-se que a partir do advento do ciberespaço os indivíduos obtêm diferentes possibilidades de organização e mobilização para reinvindicar seus direitos de preservação patrimonial. Essa situação de "tomada de poder" pode ser observada em grupos organizados na rede social Facebook, onde a comunidade tem a possibilidade de juntar-se em torno de causas patrimoniais, construindo ações que podem efetivar a preservação, o que inclui novas questões na enumeração de Prats.
Palavras-chave: Preservação patrimonial. Cibercultura. Mobilização no ciberespaço. Rede social Facebook

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA -

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

MODELO DE AÇÃO DE SALVAGUARDA APLICAVEL AO PCI

PROGRAMA GAÚCHO PARA A QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DA ERVA-MATE

O Programa Gaúcho para a Qualidade e a Valorização da Erva-mate é um programa de estado e de governo coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do estado do Rio Grande do Sul e executado pela Emater/RS-Ascar,.

O objetivo do Programa é o de contribuir para a qualificação da matéria prima oferecida pelos agricultores familiares à indústria ervateira, de forma a alcançar a valorização da produção e melhorar a renda das famílias, bem como qualificar a produção através de ações de ATERS em Boas Práticas Agrícolas e Boas Práticas de Fabricação, através de eventos de qualificação para agricultores e trabalhadores da indústria.

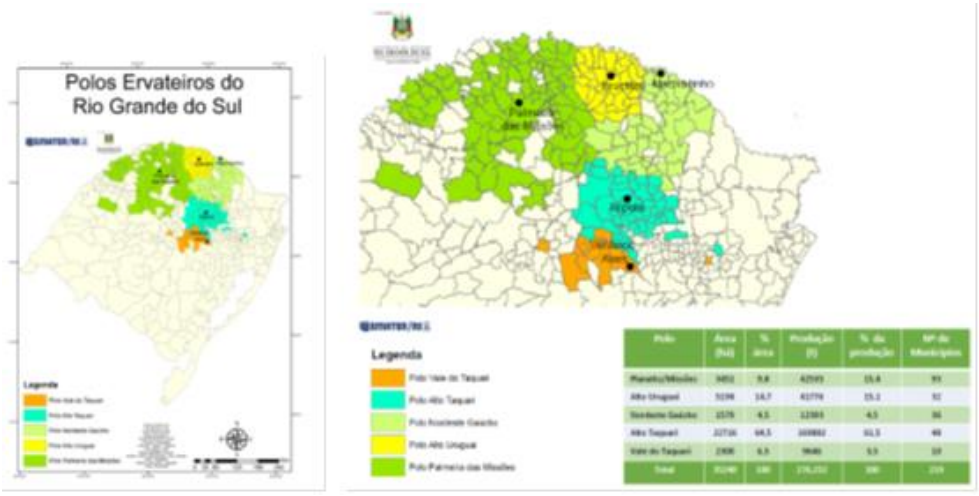
Também através do Programa, a Emater/RS-Ascar, contribui para a Certificação da Qualidade da Erva-mate, através de processo de auditoria e certificação do processo industrial de produção da Erva-mate, o que habilita as indústrias beneficiárias a estampar o Selo de Qualidade Emater/RS nas embalagens dos produtos.

O Programa Gaúcho para a Qualidade e a Valorização da Erva-mate tem como estratégia de ação o estabelecimento de parcerias sólidas com as Associações de Produtores de Erva-mate nas diferentes regiões produtoras do estado, bem com as entidades representativas da indústria, como o SINDIMATE, e os agentes públicos relacionados a cadeia produtiva da erva-mate como a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e a Secretaria da Agricultura Pecuária e Irrigação e as Secretarias de Agricultura dos municípios dos cinco (05) Polos Ervateiros do estado do Rio Grande do Sul.

A produção de erva-mate no Estado gaúcho ocorre em 219 municípios, dos quais alguns são muito expressivos, outros com menor produção. Os municípios produtores de erva-mate encontram-se localizados na metade Norte do Estado e estão agrupados nos chamados polos ervateiros.

Os cinco polos foram criados em 2009 em reunião estadual do setor ervateiro gaúcho para facilitar a gestão da cadeia produtiva ervateira e valorizar detalhes restritos a determinados pontos de produção de erva-mate, como rastreabilidade, identificação geográfica e certificação.

Figura 1- Cinco Polos Ervateiros do estado do Rio Grande do Sul



Através da implementação do Programa Gaúcho de Valorização e Qualidade da Erva-mate a Emater/RS-Ascar busca articular com as instituições parceiras da cadeia produtiva e dos órgãos estatais, nas esferas federal, estadual e municipal os esforços técnicos, financeiros e de recursos humanos para apoiar a qualificação e a expansão desta cadeia produtiva, encaminhando as seguintes estratégias:

- Capacitação dos técnicos da ATERS oficial, dos municípios, das secretarias estaduais em boas práticas de produção agrícola e boas práticas de fabricação de erva-mate;
- Capacitação técnica de agricultores, viveiristas e tarefeiros em boas práticas de produção agrícola;
- Capacitação técnica de responsáveis técnicos de agroindústrias ervateiras em boas práticas de fabricação;
- Realização de ações de ATERS (implantação de Unidades de Referência Tecnológica e Social – URTS, dias de campo, visitas para assistência técnica e troca de experiências);

- Incrementar a certificação de indústrias ervateiras mediante ações da Gerência de Classificação e Certificação;
- Capacitar técnicos em associativismo e cooperativismo para apoiar a qualificação de grupos formais e informais de agricultores produtores de erva-mate;
- Implementar ações para o resgate, multiplicação e conservação dos materiais genéticos dos ervais nativos.

Fonte/Responsáveis pelas Informações:

Eng. Florestal Antonio Carlos Leite de Borba

Emater/RS-Ascar

PARTE 3 – Relatório para IPHAN

Produção industrial da erva mate:

"OS ERVAIS E OS PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE"

NÚCLEO DE CULTURA DE VENÂNCIO AIRES - RS - BRASIL

Rua Osvaldo Aranha, 1021 - Fone/Fax: 0xx51 3741-5713 - CEP 95800-000 - Venâncio Aires - RS - Brasil - e-mail: museuva@viavale.com.br

1

OS ERVAIS E OS PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE

1.1 Introdução

O enfoque deste trabalho é descrever de forma concisa uma narrativa do percurso da erva-mate desde o cultivo até a confecção de seu produto final, que é a base do preparo do Chimarrão. Assim, buscamos discorrer inúmeros aspectos acerca dos ervais, seus trabalhadores e suas diferentes formas de organização, a tecnologia utilizada, até a importância da regulamentação do setor, além de tratarmos sobre a área de abrangência da erva-mate e alguns de seus dados econômicos referentes ao Rio Grande do Sul, tendo em vista que a economia ervateira não é recente, e que vem contribuindo para o setor agrícola e deixando "[...] de ser coadjuvante para desempenhar um papel de sustentação" (DINIZ, 2005, p.14).

1.2 Beneficiamento da erva-mate

A erva-mate está entre as espécies arbóreas do Sul do Brasil, e sua extração, cultivo e preparo sistemático nos remete aproximadamente ao período que circunda o início do século XVII. Do gênero *Ilex*, no Brasil, estima-se que ocorram cerca de 600 espécies, mas menos de cinco são passíveis de subsidiar o fabrico da erva-mate beneficiada para o consumo sob forma de chimarrão (KASPARY, 1991, p. 6).

A *Ilex Paraguariensis* ou erva-mate é a mais cultivada para a feitura do chimarrão. A classificação botânica feita pelo naturalista francês Saint-Hilaire[1] é de nome científico polêmico, pois se acredita que o exemplar tipo tenha sido

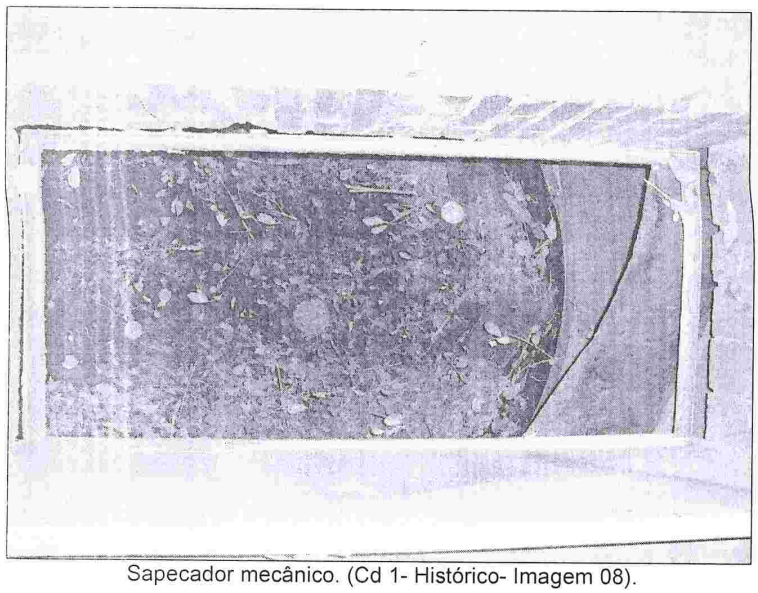
[1] Auguste de Saint-Hilaire (Augustin François César Prouvensal de Saint-Hilaire) nasceu em Orléans, a 4 de outubro de 1779, em família nobre, que possuía vários feudos e uma considerável fortuna.(LIMA, 2002, p.25).

coletado no Paraná e não no Paraguai, por isso não poderia ser "*Paraguariensis*". Inclusive sua denominação popular, erva-mate é discrepante, pois se entende por erva as plantas com caule herbáceo, ou seja, não lenhoso e de pequeno porte. Outra definição seria a de planta venenosa que ocorre em pastagens e se ingerida por animais, pode causar-lhes a morte. Entretanto, segundo Neumann (1999, p. 58), a erva-mate não se enquadra em nenhum desses conceitos.

A erva-mate influenciou a economia e a cultura do sul do Brasil transformando-se em um forte laço identitário entre as pessoas que vieram a formar o então Estado do Rio Grande do Sul. Assim, esta planta tem um enorme valor cultural e comercial, sendo de suma importância para o Estado do Rio Grande do Sul, que a elegeu como "Árvore Símbolo", instituída pela lei estadual nº 7.439/80.

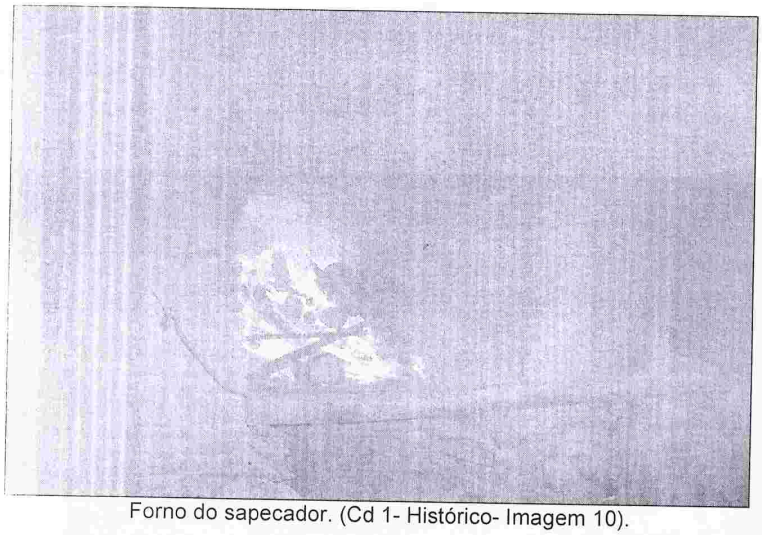
A *Ilex Paraguariensis* passa por várias etapas até transforma-se em erva-mate destinada à feitura do chimarrão. Seu processo primitivo era realizado por mãos indígenas, segundo relatos do século XVI. Mais adiante o europeu entra em contato com a erva-mate, passando para o conhecimento de espanhóis e jesuítas, estes últimos considerados os aperfeiçoadores das técnicas de beneficiamento e cultivo.

Ao observarmos, nos dias de hoje, em meio a automatização de quase todo o processo de beneficiamento da erva-mate, este pouco remete ao seu método primitivo, exceto pela fase denominada sapeco, que ainda tem no fogueista, ou seja, no homem que controla o fogo, um processo no qual a mão de obra e o saber humano são os únicos e indispensáveis instrumentos utilizados.



Sapecador mecânico. (Cd 1- Histórico- Imagem 08).

O foguista é o profissional responsável por manter o nível do fogo do sapeco. (Cd 1- Histórico- Imagem 09).



Forno do sapecador. (Cd 1- Histórico- Imagem 10).

No estado do Rio Grande do Sul, os índios das diversas tribos que viviam ao longo dos rios Uruguai, Ijuí, Jacuí, Camaquã, Passo Fundo e Várzea possuíam o hábito de consumir mate. Em 1820, Saint-Hilaire já falava no uso generalizado da bebida no Rio Grande. Tomada ao levantar da cama e depois várias vezes ao dia, a chaleira de água sempre no fogo, ao alcance de qualquer estranho em visita. Além do desenvolvimento comercial:

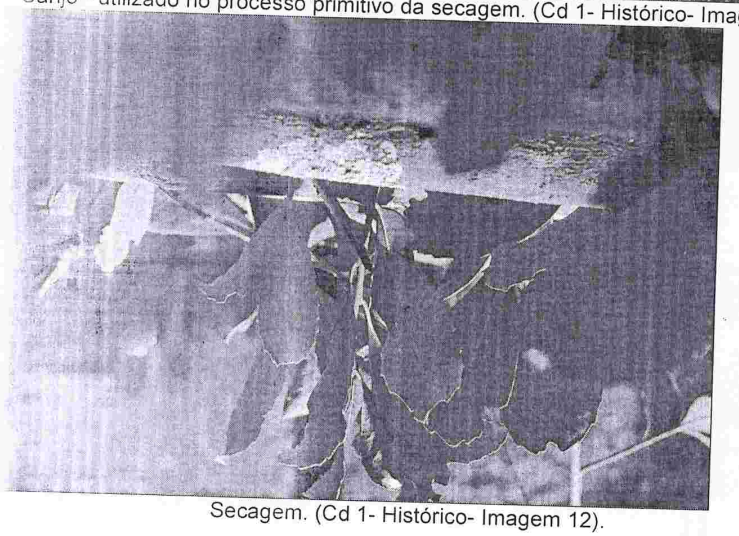
> [...] cabe não esquecer a sua influência social, exercida sobretudo no esfôrço colonizador pôsto em prática na ocasião, na abertura de novas estradas e melhores comunicações entre as zonas produtoras, na expansão para o Oeste que serviu ao intercurso com os demais povos do país, embora de outra casta. (LINHARES, 1969, p.113).

O processo de extração, ou seja, a colheita da erva-mate permanece praticamente o mesmo até os dias atuais. A poda é realizada com facão, sendo esse o método mais comum da colheita.

Já os processos de secagem, cancheamento e transporte foram sofrendo mudanças para melhorar seu rendimento. No processo de secagem, várias invenções e melhorias foram sendo testadas, entre elas no carijo, um invento tipicamente das missões rio-grandenses. Este era construído a partir de quatro varas roliças e verdes de madeira de lei fincadas ao solo, com uma

altura aproximada de 1,60 metros, possuindo forquilhas na extremidade (BERKA; BRAGA, 2000).

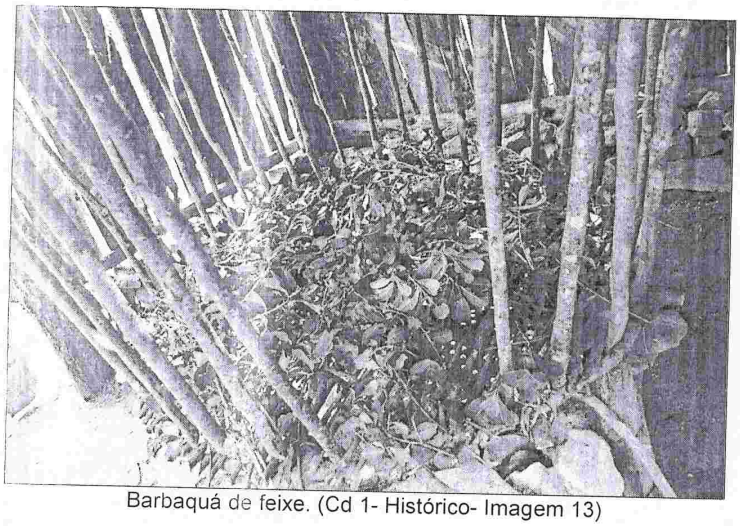
Carijo - utilizado no processo primitivo da secagem. (Cd 1- Histórico- Imagem 11).



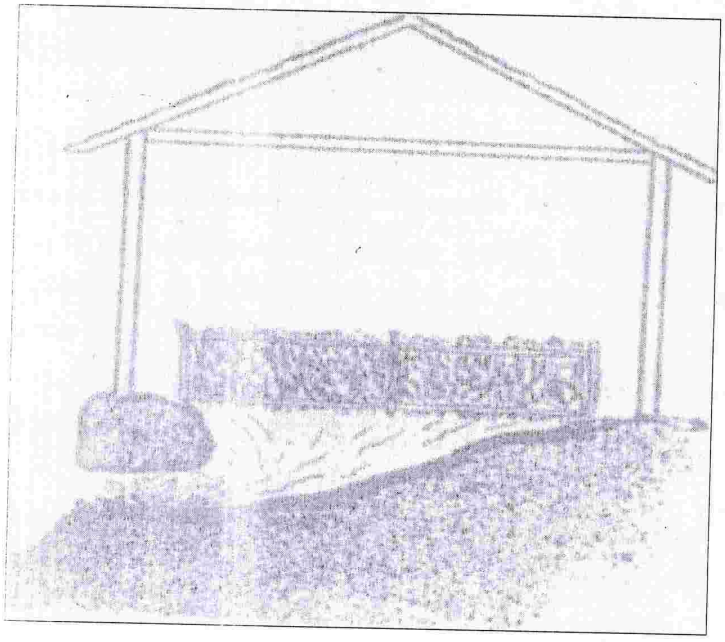
Secagem. (Cd 1- Histórico- Imagem 12).

Desta maneira, em cima das varas de travessa depositava-se a erva para secagem, com o pé do galho para baixo. Com o carijo podia-se controlar melhor o fogo, evitando as queimas, e secar uma quantidade maior de erva-mate. Era possível também usar ervas aromáticas que melhoravam o sabor, ficando sua coloração mais verde. A secagem era realizada somente com bom tempo. Em caso de chuva inesperada, cobria-se o carijo com couro cru, para evitar perdas no produto (KASPARY, 1991).

Outro modo de secagem considerado uma evolução foi o barbaquá de feixe. Ele possui uma estrutura retangular onde a erva é depositada. Embora pareça com o carijo, a diferença é que, neste modo de secagem, o fogo não atinge diretamente a erva, portanto a secagem ocorre apenas através do calor que chega até ela por meio de dutos, sendo que o fogo é feito em um local muito próximo, cerca de 5 metros. Como não há entrada de fumaça neste processo, a erva vai sendo torrada imune ao seu cheiro (VOGT, 2004).



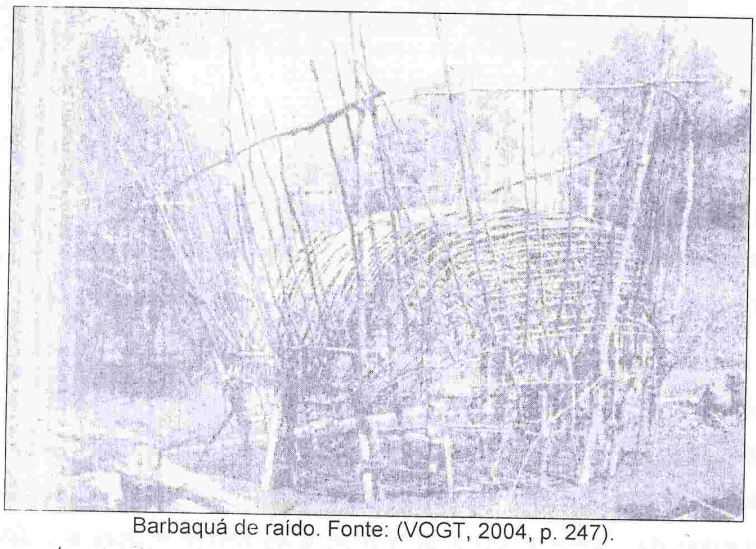
Barbaquá de feixe. (Cd 1- Histórico- Imagem 13)



Esquema do barbaquá de feixe. Fonte: (VOGT, 2004, p. 246).

1.2.1 Barbaquá de raído

Esta outra forma de secagem dá-se a partir do armazenamento de erva em um local de formato ovalado, em volta de um duto, onde acima é estendido um pedaço de couro com função de distribuição de calor. Segundo Vogt e Eckert (2004), esta é a melhor forma de controlar a torrefação das folhas, possibilitando uma secagem mais uniforme e em maior quantidade, o que faz do sistema de Barbaquá muito vantajoso.



Barbaquá de raído. Fonte: (VOGT, 2004, p. 247).

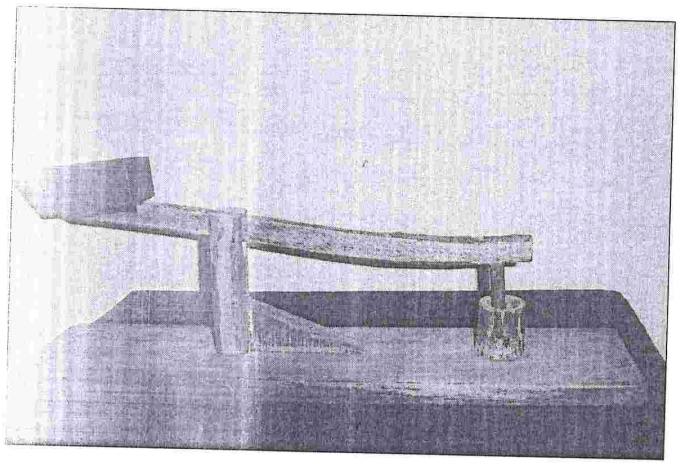
O processo de cancheamento da erva-mate foi consideravelmente aprimorado a partir da substituição do facão de madeira por um cilindro de tração animal, interligado ao barbaquá, que conduzia a erva seca para dentro de uma cancha em forma circular, e que continha um poste em forma de cone denteado em seu interior, sendo então a erva-mate cancheada através dos movimentos circulares produzidos pelos animais (VALDUGA, 2003).

Fornalha em forma circular no Parque do Ibama. (Cd1- Histórico- Imagem 14).

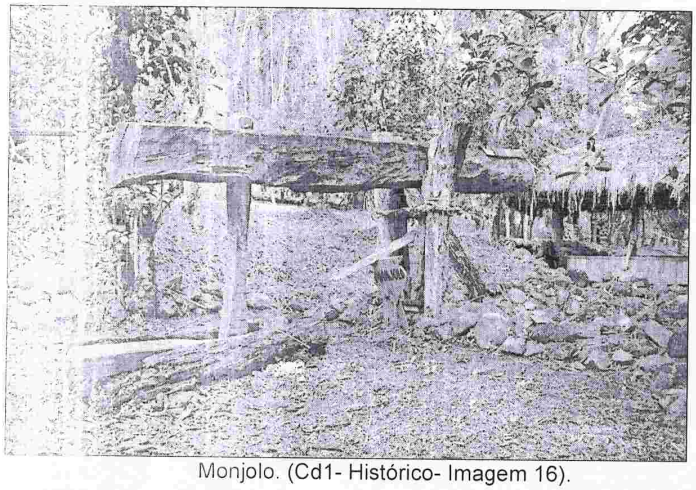
4.2.2 Monjolo

O invento facilitou, em muito, o soque (trituração) da erva-mate, pois não empregava força braçal. O monjolo era construído à beira de um arroio ou similar com água corrente e utilizava apenas a força da água, que trabalhava automaticamente nas 24 horas do dia.

O monjolo era construído em madeira nobre (ipê, angico, cabriúva, entre outras), com grande resistência. Este equipamento não servia apenas para o soque da erva; em outras regiões do Brasil era utilizado como soque de canjica de milho e trigo e servia para beneficiar arroz, porém com outra mão mais leve e arredondada (BERKAI; BRAGA, 2000).



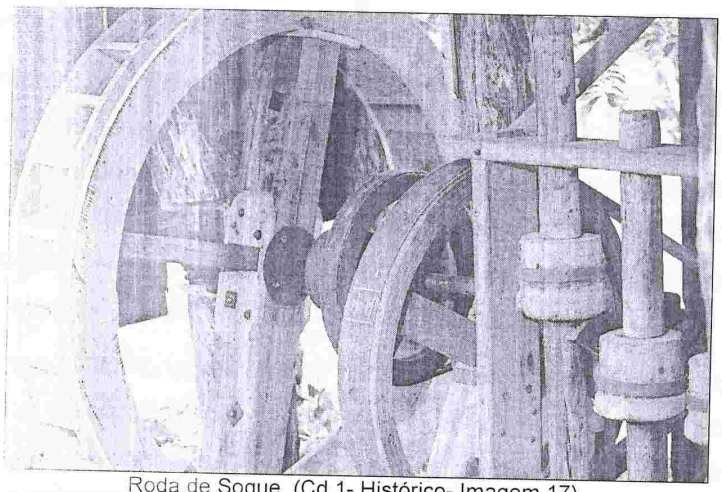
Mini réplica de Monjolo. (Cd1- Histórico- Imagem 15).



Monjolo. (Cd1- Histórico- Imagem 16).

1.2.3 Soque da roda d'água

Soque foi uma invenção posterior ao cilindro de cancheamento, pois com o aumento da produtividade, o monjolo já não conseguia acompanhar a quantidade produzida. Cria-se o soque de roda d'água, com até vinte e quatro mãos de pilão, dependendo da força da água, sendo que o menor possuía um numero mínimo de quatro mãos. Seu coxo era esculpido em toras, com diâmetro de até um metro, o que possibilitava o aumento da produção. Finalizada esta etapa da trituração, o beneficiamento da erva-mate estava concluído (BERKAI; BRAGA, 2000).



Roda de Soque. (Cd 1- Histórico- Imagem 17).

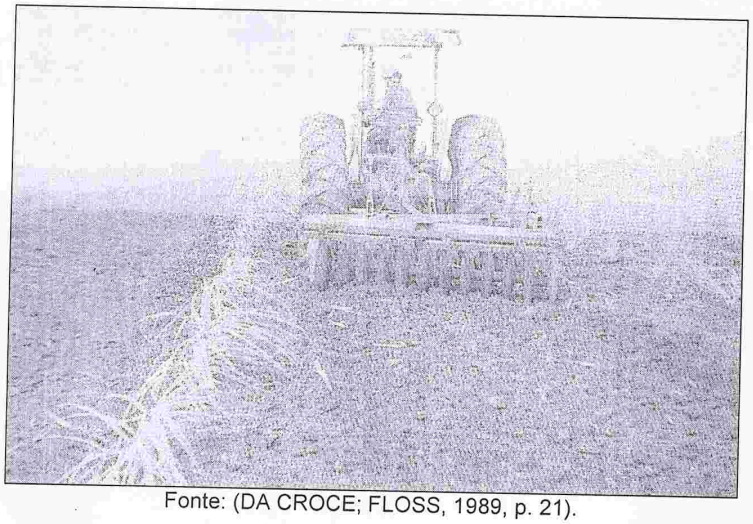
Socador. (Cd1 - Histórico - Imagem 18).

Socador. (Cd1- Histórico - Imagem 19).

2.3 Os Cuidados com o Erval

Atualmente, o processo ao qual os ervateiros denominam "fazer erva", difere-se do que os indígenas e também os jesuítas nos séculos passados faziam. A diferença básica é a forma de exploração e extração da matéria prima, que se dá a partir de ervais plantados especificamente para o fim comercial de beneficiamento da erva-mate, enquanto as sociedades indígenas e bem como as jesuíticas inicialmente exploravam somente ervais nativos.

Para uma satisfatória colheita de erva-mate, são fundamentais alguns aspectos, com o preparo do solo para o plantio, as roçadas e a limpeza da semente, que são de responsabilidade do tarefeiro, ou seja, dentre tantos outros esses se desenvolvem ainda junto à plantação. Desta forma, estes são procedimentos que antecedem a chegada da matéria-prima às ervateiras, ficando sob os cuidados e controle apenas do produtor (DA CROCE; FLOSS, 1989).



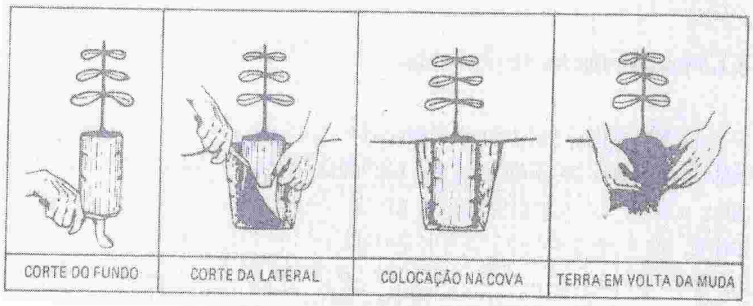
Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 21).

Para a escolha do terreno são indicados os solos profundos, preferencialmente avermelhados, com bom teor de umidade, drenado e fértil. A erva-mate requer solos descompactados e arejados. O solo pode ser preparado por meio de aração e gradagem para o plantio das mudas. A época do preparo do mesmo vai depender do período em que o produtor pretende

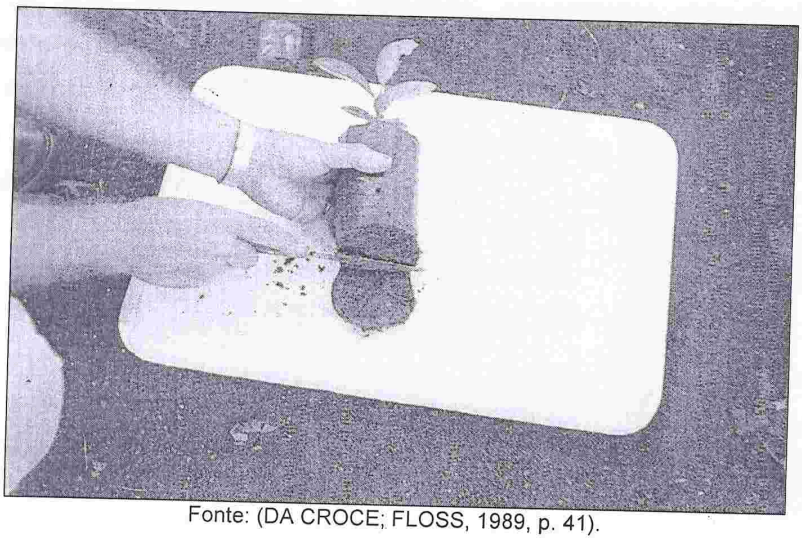
fazer a sua plantação, que normalmente é feita de abril a setembro, com exceção dos plantios de adensamento (erva-mate plantada em sub-bosque de ervais nativos), quando o cultivo pode ser feito durante o ano todo (DA CROCE; FLOSS, 1989).

Qual a relação ervais nativos/plantados?

As covas para o plantio das mudas devem ter trinta centímetros de largura por trinta centímetros de profundidade, colocando-se terra solta no fundo das covas com o propósito de que a parte superior do recipiente fique no nível do terreno. Imediatamente, antes do plantio, deve-se realizar o preparo das mudas, que consiste do corte da base do recipiente (invólucro de plástico) e retirada das mesmas, bem como a limpeza de eventuais raízes enroladas ao redor da muda (MAZUCHOWKI, 1989).

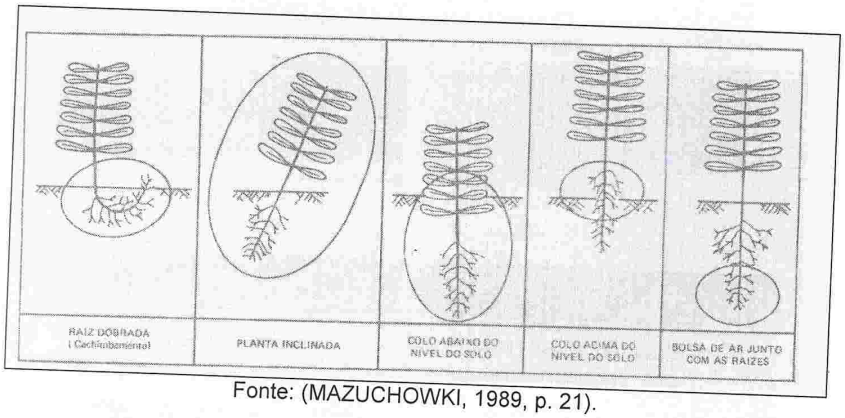


Fonte: (MAZUCHOWKI, 1989, p. 21).



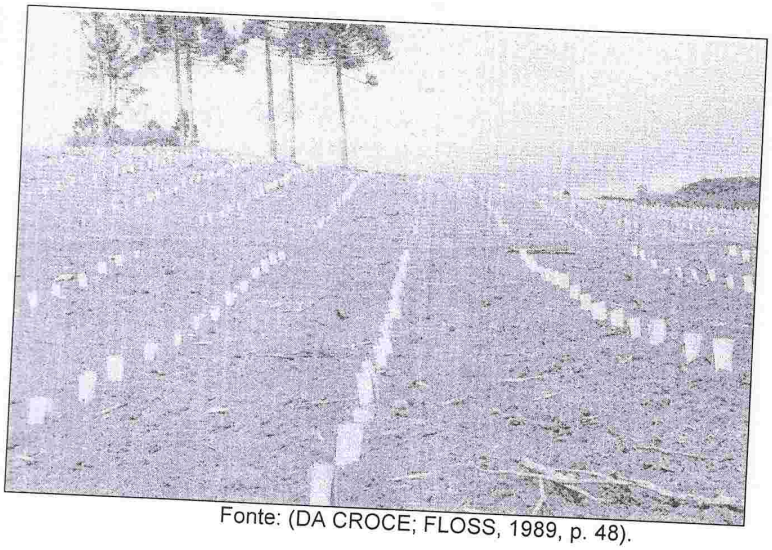
Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 41).

O plantio das mudas é realizado quando as mesmas atingirem de quinze a vinte e cinco centímetros de altura. Para planta chegar a este nível é necessários aproximadamente dezoito meses após colheita das sementes. "Para o cultivo, o período mais adequado seria o final do outono e no inverno devido à umidade do solo. Na cova, a planta deve ser colocada com as raízes bem distribuídas" (MAZUCHOWKI, 1989, p. 20).

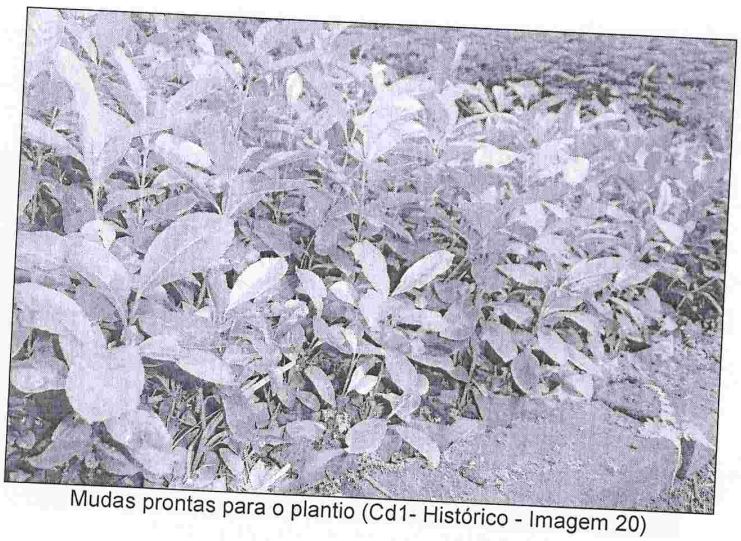


Fonte: (MAZUCHOWKI, 1989, p. 21).

Em relação a espaçamento entre plantas recomenda-se um metro e cinquenta entre linhas. Mas é necessário o produtor trabalhar em conjunto a um técnico, pois, dependendo da topografia, equipamento, mão-de-obra disponível na propriedade e o modo de cultivo que se pretende, podendo ser somente este de erva-mate ou conjuntamente com outras culturas (ou seja, cultivo de culturas agrícolas com a erva-mate) será feita uma análise para cada caso separadamente (DA CROCE; FLOSS, 1989).

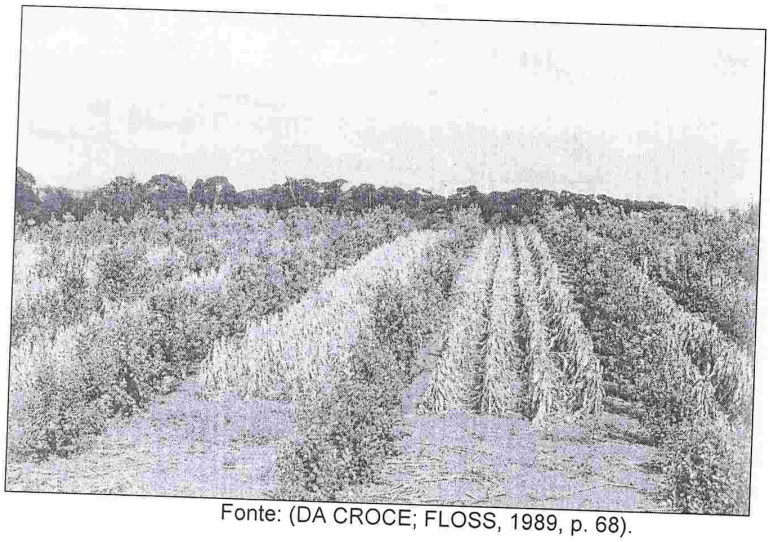


Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 48).

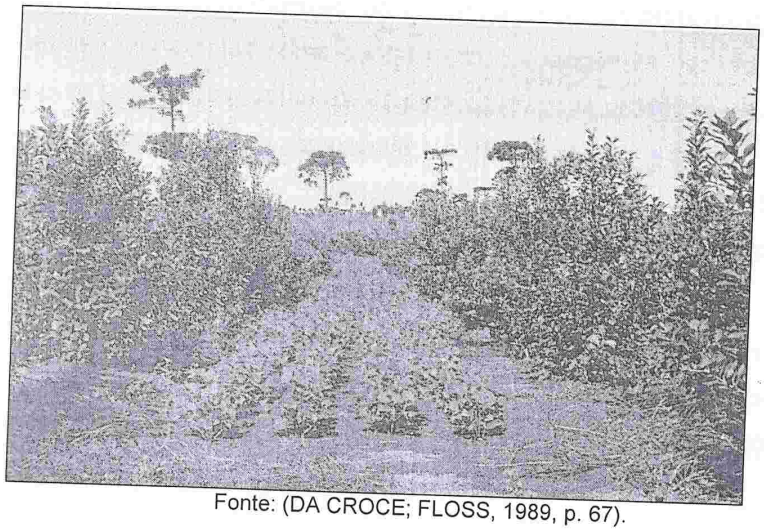


Mudas prontas para o plantio (Cd1- Histórico - Imagem 20)

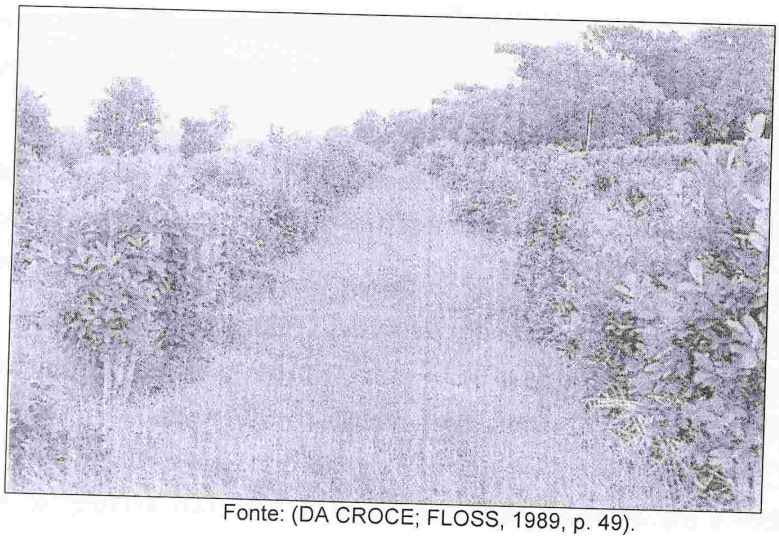
Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – encontrou-se as seguintes sugestões, em relação ao espaçamento para plantio em sistemas agroflorestais (no caso abaixo o plantio de erva-mate conjuntamente com o plantio de milho), sendo então a erva-mate explorada na forma natural com plantio intercalar de culturas anuais como feijão, mandioca, milho e soja, dentre outros.



Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 68).



Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 67).



Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 49).

Para plantios agroflorestais da erva-mate é recomendável o uso de espaçamentos mais amplos, como quatro metros e cinquenta por um metro e cinquenta para pequenos produtores. Já para os grandes produtores, em que o cultivo é unicamente o da erva-mate, e denomina-se sistema solteiro, recomenda-se um metro e cinquenta nas linhas de erva-mate com espaçamento entre linhas a depender do maquinário a ser utilizado no plantio e na colheita da cultura agrícola (MAZUCHOWKI, 1989).

Trabalhos de pesquisa realizados pela Embrapa Florestas, em vários anos, em regiões de concentração da produção comprovam que a exploração da erva-mate em sistemas agroflorestais apresenta como principais vantagens:

- a melhor utilização da terra e mão-de-obra;
- a produção simultânea de erva-mate e alimentos;
- a antecipação do pagamento do custo de implantação do erval;
- o aumento do emprego, da produção e da renda da propriedade rural.

Quanto à prática de adubação será necessária uma análise do solo para verificar sua fertilidade para depois ser feita a recomendação. Essa adubação pode ser química ou orgânica, sendo que ambas apresentam excelente resultado. Existem também empresas de beneficiamento de erva que dispõem dos resíduos não aproveitados da erva para adubagem, elas

costumam disponibilizar esse recurso aos seus fornecedores de matéria-prima (DA CROCE; FLOSS, 1989).

Para cada situação há um tipo de adubação a ser seguida. A adubação pode acontecer do terceiro ano em diante quando as plantas devem entrar em produção comercial. Recomenda-se fazer análise de solo e recorrer aos agrônomos ou engenheiros florestais do serviço de extensão rural.

Conforme Valduga (2003), durante o processo de produção da erva-mate recomenda-se que o produtor utilize plantas verdes (como aveia e nabo) para cobertura do solo durante o inverno. Este processo auxilia no controle da erosão e na reposição de nutrientes. Também é necessário que se faça o controle das plantas invasoras de maior ocorrência na primavera e verão. Em suma, o erval não deve estar coberto pelo mato e nem completamente limpo. O controle de plantas daninhas deve ser uma atividade permanente.

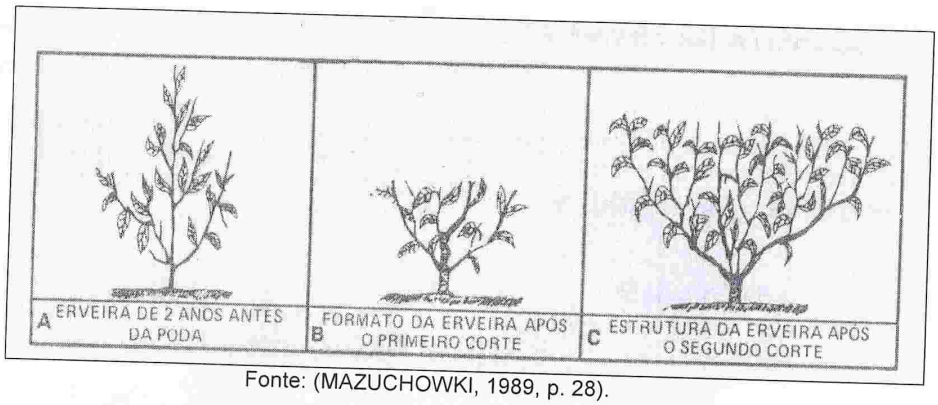
A erva-mate e as gramíneas são inimigas, portanto, assim que houver o aparecimento das ervas daninhas, que concorram com a erva-mate, é necessária a limpeza manual, capina, ou mecânica, com o uso de roçadeiras, bem como é possível o uso de pequenos tratores, o que tem sido considerado adequado. Porém os métodos mecânicos, se não forem ajustados, podem provocar perdas de solo. O uso indiscriminado de grades puxadas com tratores pesados e em épocas inapropriadas (logo após a chuva) tem sido um dos maiores fatores de diminuição da produtividade da erva-mate, segundo Embrapa. Destaca-se que pelo fato de não haver um método de averiguação para o uso de produtos químicos, no que tange ao controle de plantas invasoras, essa prática é legalmente proibida para a erva-mate (VALDUGA, 2003).

Erval em Vila Palanque – Venâncio Aires. (Cd1- Histórico - Imagem 21).

Erval em Vila Palanque – Venâncio Aires. (Cd 1 histórico - Imagem 22).

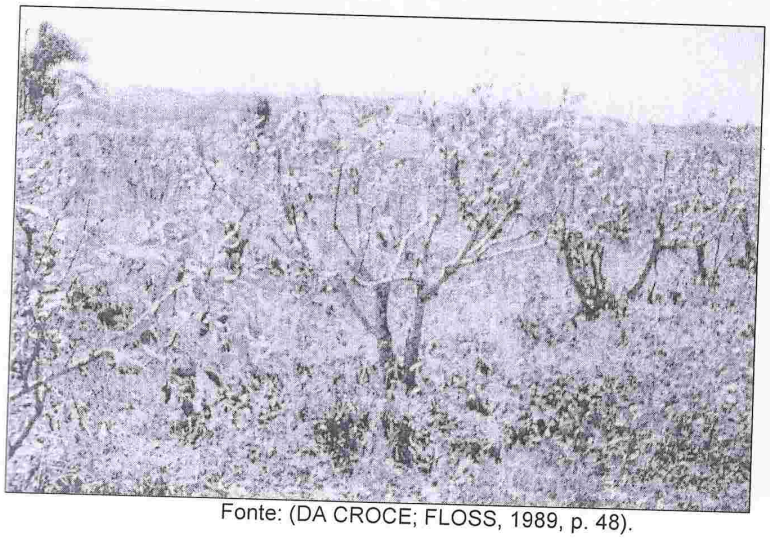
Outro aspecto importante da cultura da erva-mate é a poda, que é o corte sistêmico de ramos advindos dos galhos, onde estão presas as folhas, utilizada em três momentos:

1-Poda de Formação: após doze meses de implantadas ao campo e, quando a planta já está adaptada ao seu novo ambiente, poda-se a uma altura de dez a trinta centímetros do solo, objetivando a bifurcação do caule e uma forma mais adequada para a erveira.



Fonte: (MAZUCHOWKI, 1989, p. 28).

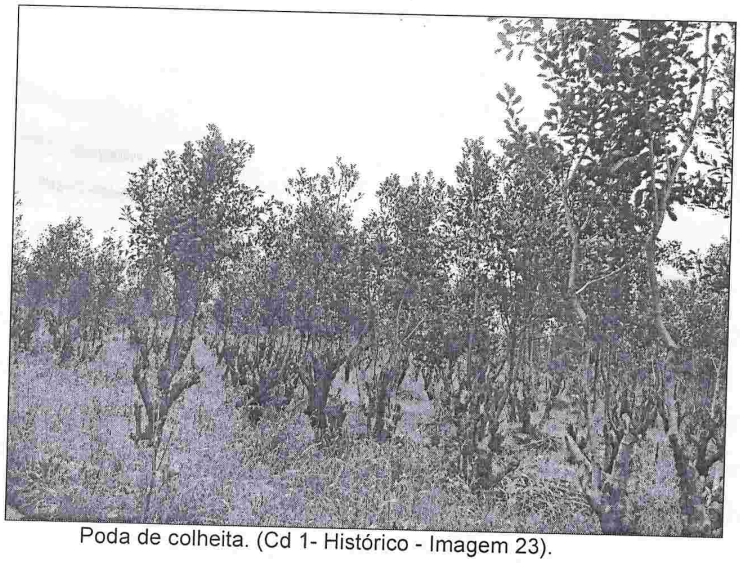
2-Poda de Rebaixamento: esta poda de ser feita somente se a planta estiver produzindo pouco; seria uma maneira de renovar as plantas decadentes que foram exploradas inadequadamente durantes anos. Neste processo, o corte varia de dez a vinte centímetros, ou total, que é um procedimento em que a erveira fica apenas com seu tronco e galhos maiores, sendo necessário tomar vários cuidados na proteção do tronco, e entre eles a proteção dos cortes com substância impermeabilizante para evitar o ataque por fungos e insetos. Nestes casos, depois de um ano da poda total aplica à poda de formação novamente.



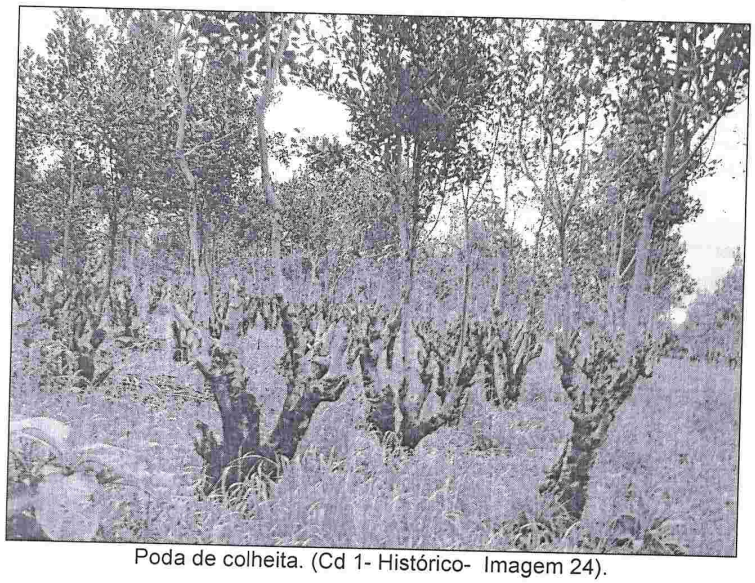
Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 48).

3-Poda de Colheita: geralmente depois de três anos de implantação do erval, é quando se retira cerca de 70% da planta para a produção comercial de

erva-mate. Os ramos a cortar são aqueles que se apresentam com a casca de cor marrom acinzentada (MAZUCHOWKI, 1989, p. 28).



Poda de colheita. (Cd 1- Histórico - Imagem 23).



Poda de colheita. (Cd 1- Histórico- Imagem 24).

2.4 O tarefeiro: trabalhador da cultura da erva-mate

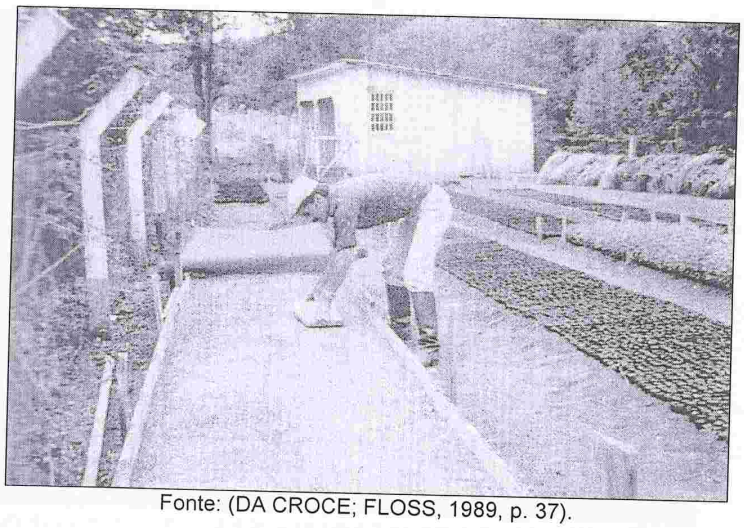
O Ministério do Trabalho e do Emprego-MTE[2] criou uma classificação brasileira de ocupações, onde os tarefeiros da erva-mate estão classificados como trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes, de código 6226, juntamente com a cultura de cacau, chá, café, fumo e guaraná.

O código 6226-15, mais especificamente, traz as seguintes designações para o trabalhador da cultura de erva-mate: colhedor de erva-mate, plantador da matecultura, podador de erva-mate, tarefeiro na cultura de erva-mate, sendo esta última a denominação mais conhecida. Este código do Ministério do Trabalho e do Emprego faz sumariamente a descrição das atribuições funcionais práticas e condições gerais do trabalhador da cultura da erva-mate. Exemplificando: colher folha e fruto da planta; plantar erva-mate; produzir mudas; beneficiar frutos e folhas de planta e acondicionar colheita; organizar instalações e equipamentos agrícolas e preparar solo para plantio. As condições gerais de exercício desta função estão voltadas para o trabalho diretamente no campo, no cultivo de espécies vegetais, em pequenas, médias e grandes propriedades agrícolas.

[2] Ministério do Trabalho e Emprego – Portal do Trabalho e Emprego. (fonte: http://www.mte.gov.br).

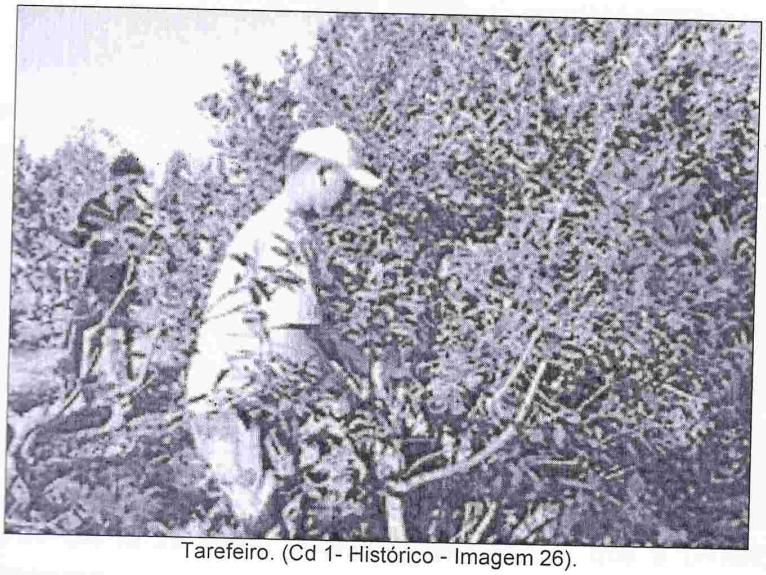
Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 32).

Primeira fase da muda de erva mate. (Cd 1- Histórico - Imagem 25).



Fonte: (DA CROCE; FLOSS, 1989, p. 37).

Estes são, em geral, assalariados com registro em carteira ou porcenteiros em esquema de produção familiar, com participação das mulheres e dos mais jovens na colheita, separação e embalagem. Há ainda os trabalhadores temporários, que são contratados na época da safra. As atividades se desenvolvem no horário diurno e os trabalhadores estão expostos às condições climáticas do trabalho a céu aberto (MAZUCHOWKI, 1989).



Tarefeiro. (Cd 1- Histórico - Imagem 26).

Logo após a poda, a erva é levada para a ervateira pelo tarefeiro. (Cd 1- Histórico Imagem 27).

Quanto à formação e experiência, segundo o MTE, o acesso ao trabalho é livre e o nível de escolaridade heterogêneo. O aprendizado se dá, geralmente, na prática e o desempenho pleno da atividade ocorre, aproximadamente, com um ano de exercício profissional. O conhecimento técnico especializado é transmitido por trabalhadores experientes e por gerações mais velhas de uma mesma família.

O MTE cita que os materiais mais utilizados pelos tarefeiros são a enxada e enxadão[3], maquinários de implementos agrícolas e trator, instrumentos de facão, insumos (adubos e sementes), equipamento de proteção individual (EPI), podão[4], pedaços de tecido (que servem para auxiliar no transporte de pequenas quantidades de erva-mate coletada pelo trabalhador) e tesoura.

2.5 A indústria ervateira atual: produção e distribuição

Hoje, para chegar até o consumidor, a erva-mate utilizada para o preparo do chimarrão passa pela indústria ervateira que a beneficia e a

[3] Enxadão: Espécie de enxada mais longa e mais estreita do que as comuns, e que se destina antes a cavar sulcos do que a capinar.

[4] Podão: Instrumento de lâmina recurvada maior que o cabo, para cortar madeira, podar árvores etc.

distribui. Todo esse processo inicia-se na colheita, passando em seguida para recepção, sapeco, secagem, trituração, classificação, armazenagem, moagem, mistura, embalagem e expedição.

2.5.1 Colheita

Para a colheita da erva-mate, a ferramenta mais utilizada é o facão, também usa-se a tesoura, o podão ou similar, porém o tarefeiro leva mais tempo para fazer o corte, se observadas as considerações de manejo adequado. Conforme o engenheiro agrônomo Mazuchowski (1989, p.30), quando utilizado o facão para poda, "deve-se fazer o corte transversalmente, de baixo para cima, a fim de que a parte exposta da incisão fique protegida naturalmente contra geada e os raios solares, e também para que se evite lascar o ramo podado".

Corte para a poda. (Cd 1- Histórico - Imagem 28).

O método utilizado para a colheita visa eliminar os ramos que possam embaraçar o trabalho, atrapalhando o desenvolvimento dos galhos. O ervateiro sobe na árvore e inicia o corte dos galhos e dos ramos grossos, por meio de grandes tesouras de aço, foice ou facões. Ao findar esta operação, encontra-se a erveira completamente despida, apresentando apenas a silhueta dos galhos principais (LINHARES, 1969).

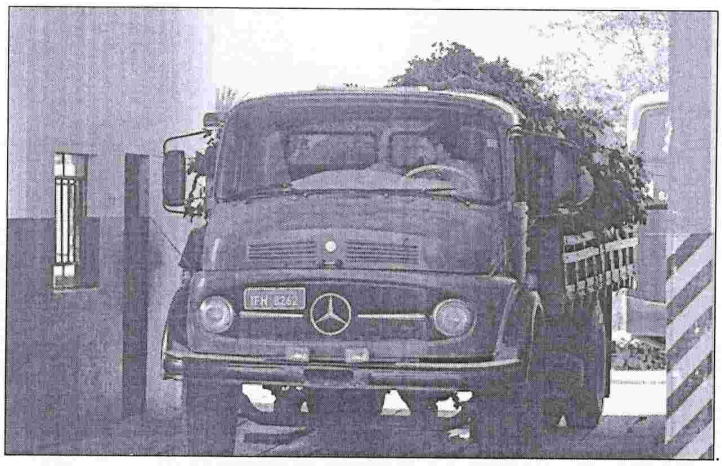
A colheita do produto é feita geralmente em um intervalo de doze, dezoito e vinte quatro meses, tradicionalmente efetuada no período de inverno, chamado de safra, podendo ser realizada em qualquer mês do ano, desde que com a poda adequada para aquele período. Este processo é realizado com mão-de-obra da família, por agroindústria ou de forma terceirizada (MAZUCHOWKI, 1989).

2.5.2 Transporte

O transporte deve ser efetuado do campo para a indústria, no mesmo dia da colheita, e geralmente é feito em caminhões. A forma mais adequada de transportar a erva é enfardada e protegida com sombrite (uma tela para sombreamento muito comum em de hortas e estufas); no entanto, Valduga (2003) coloca que a erva é transportada em carrocerias de caminhões abertos, sem proteção e sem higienização, em sua maior parte.

Conforme Valduga (2003), ainda, a produtividade dos ervais brasileiros varia de menos de 300 arrobas/há até 2.500 arrobas por hectare. Estes números possuem tão grande variável devido a itens como tecnologia empregada, manejo, idade do erval, fatores que influenciam na quantidade produzida.

Erva mate levada em carro de bois. (Cd 1- Histórico - Imagem 29).



Trasporte. (Cd 1- Histórico - Imagem 30).

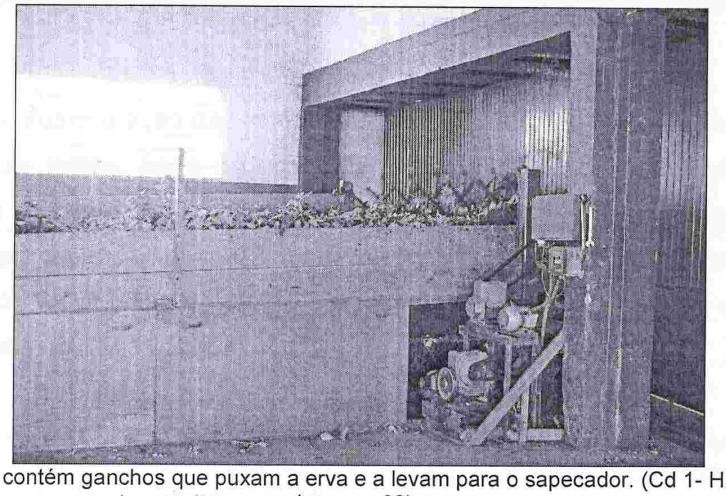
2.5.3 Sapeco

O sapeco deve ser feito logo após a colheita, pois é deste processo que depende o sabor e aspecto da erva. Esta etapa é preliminar à secagem, em que ocorre a retirada da umidade superficial e inativação do complexo enzimático das folhas, assim evitando que estas se tornem escuras e de sabor desagradável (VALDUGA, 2003).

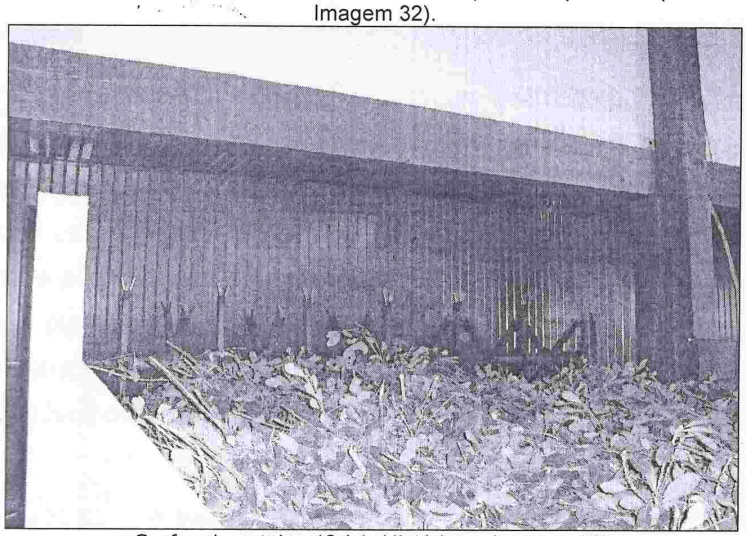
Os ramos são dispostos sobre uma esteira que os conduz até o sapecador. A operação promove o contato das folhas de erva-mate com a chama direta da queima de lenha da fornalha. Os ramos deslocam-se em queda-livre de uma altura de cerca de um metro, cruzando com as labaredas em um processo que dura cerca de dois segundos. As folhas então seguem através do interior de um cilindro rotativo, ainda fazendo parte da etapa do sapeco, onde:

> [...] as folhas são elevadas por aletas dispostas na parede do cilindro até determinada altura e depois escoam em cascata, enquanto gradativamente avançam axialmente no interior do cilindro, pela ação da força de arraste dos gases de combustão e direcionamento pela inclinação das aletas, propiciando o avanço das folhas.(VALDUGA, 2003, p. 08).

Tarefeiro pondo erva-mate na esteira. (Cd 1- Histórico - Imagem 31).

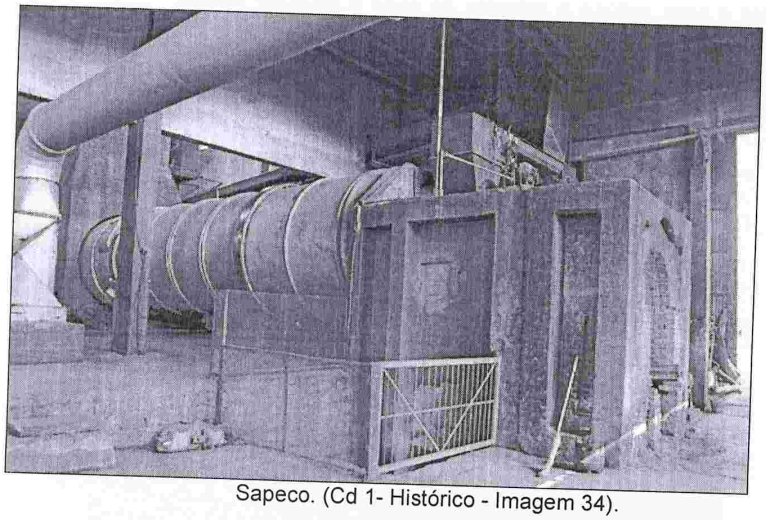


A esteira contém ganchos que puxam a erva e a levam para o sapecador. (Cd 1- Histórico - Imagem 32).



Garfos da esteira. (Cd 1- Histórico – imagem 33)

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681



Sapeco. (Cd 1- Histórico - Imagem 34).

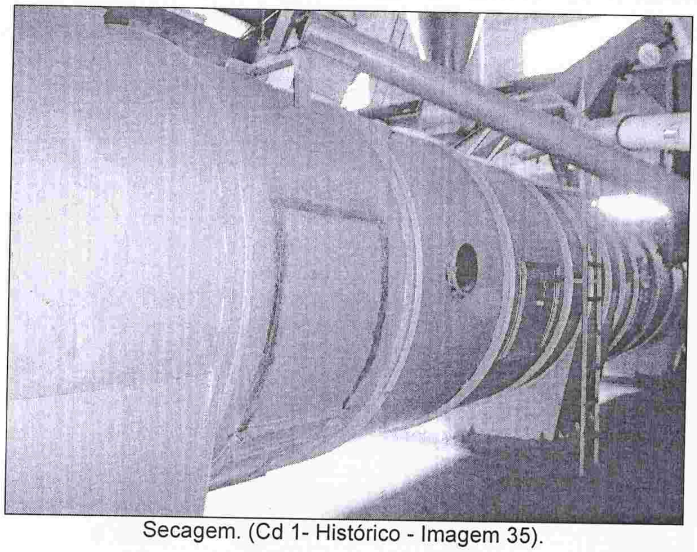
Ao sofrer a ação das labaredas, há perda de certa quantidade de água contida nas folhas. Se o sapeco for imperfeito, a erva terá alterada a sua qualidade visto que as folhas podem ficar muito úmidas ou demasiadamente secas, sem alcançar o equilíbrio desejado através da ação. Quando bem executado, as folhas tornam-se de coloração uniforme, sabor e aroma agradáveis (VALDUGA, 2003).

2.5.4 Secagem

No processamento industrial, a secagem acontece por convenção com gases oriundos da combustão de lenha em uma fornalha e, dependendo das condições operacionais do secador, pode durar até quatro horas. Depois desta operação a umidade das folhas situa-se em torno de 5%, base úmida que representa a porcentagem de água em relação à massa total erva-mate seca. Portanto, a planta perde água para o ambiente em forma de vapor, ou seja, ocorre a transpiração, e ocasionalmente em pequena quantidade na forma líquida. Valduga descreve o processo da seguinte forma:

> A água originalmente situada no interior das células escoa através das paredes das mesmas e fica limitada pelos espaços intercelulares.

> Nestes espaços a água se vaporiza e escapa para o exterior pelo aparato estomático. Os fatores externos influenciam a transpiração na medida em que alteram a diferença de pressão parcial do vapor, [...], a transpiração intensifica-se com a diminuição da umidade relativa e com o aumento da temperatura do ar. (VALDUGA, 2003, p.42)



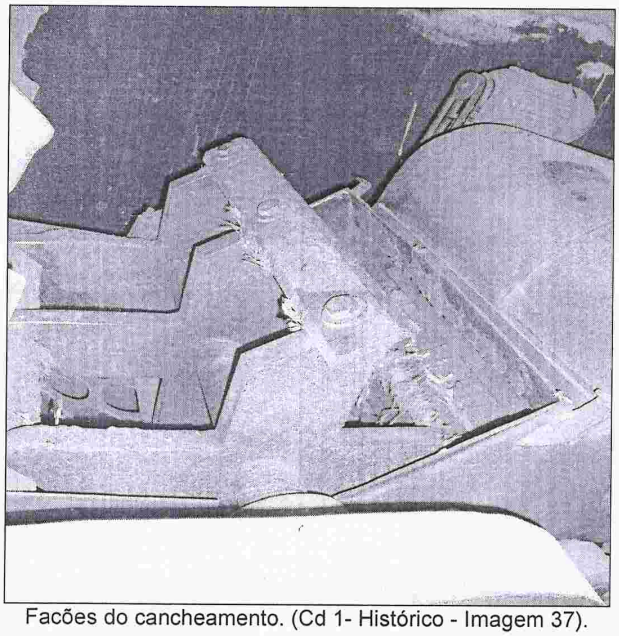
Secagem. (Cd 1- Histórico - Imagem 35).

2.5.5 Trituração

Quando se utiliza o sapecador rotativo, a trituração ocorre após a etapa do sapeco. No entanto, quando a secagem é realizada com secador de esteira, a trituração ocorre após este processo.

Esteira que leva ao cancheamento. (Cd 1- Histórico - Imagem 36).

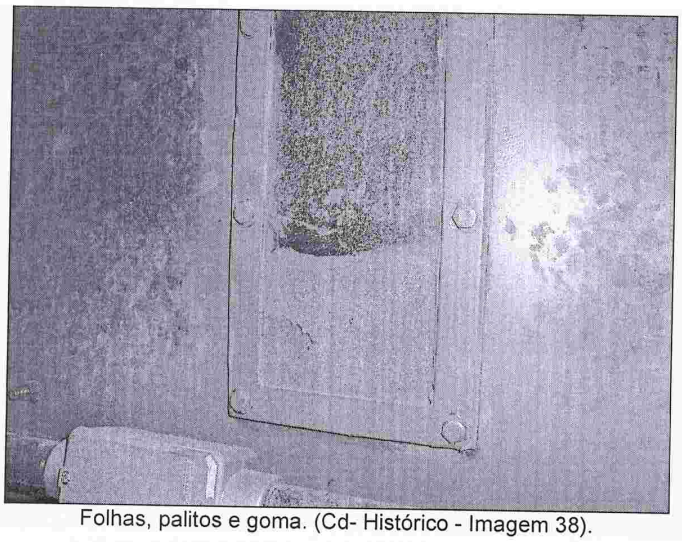
Na presente etapa, quando a erva-mate já está seca e triturada, passa a denominar-se cancheada, constituindo-se um subproduto da indústria de beneficiamento, estando pronta para a preparação do tipo a ser comercializado, seja na forma de chá ou no formato de erva-mate para o preparo do chimarrão.



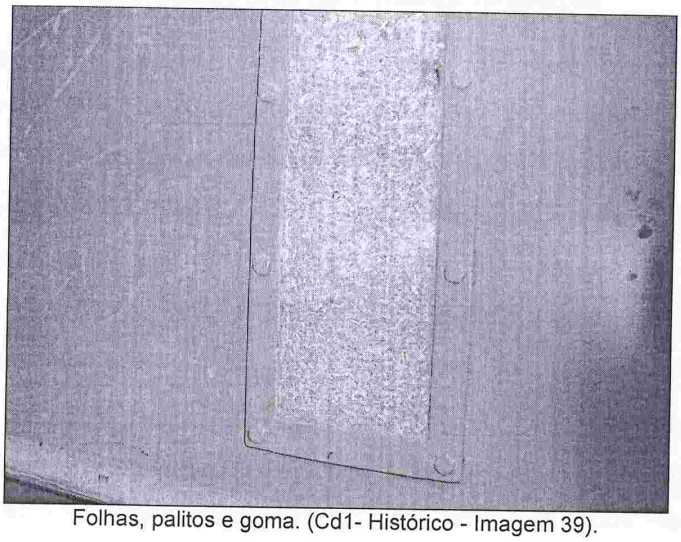
Facões do cancheamento. (Cd 1- Histórico - Imagem 37).

2.5.6 Armazenagem, Moagem e Empacotamento

Cancheada, a erva é armazenada em sacos, tulhas ou a granel. Se o destino do produto for mercado interno, o tempo de armazenagem é de três a quinze dias, sendo então peneirada, para separar as folhas, palitos e goma. Conforme o tipo de produto final pretendido, é feita a mistura destas três partes (folhas, palitos e goma) nas proporções adequadas, respeitando a legislação vigente, conforme Valduga (2003).



Folhas, palitos e goma. (Cd- Histórico - Imagem 38).



Folhas, palitos e goma. (Cd1- Histórico - Imagem 39).

Folhas, palitos e goma (Cd 1- Histórico – Imagem 40).

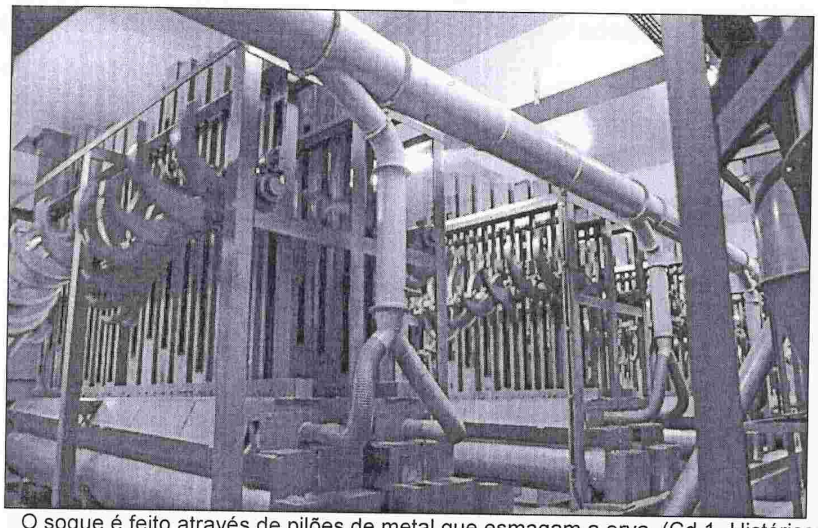
Em relação ao padrão de erva-mate chimarrão, assim como para o tererê, a Portaria nº 234, de 25 de março de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, define os seguintes padrões:

Padrão Nacional 1 (PN1) – mínimo de 70% de folhas e máximo de 30% de outras partes do ramo;

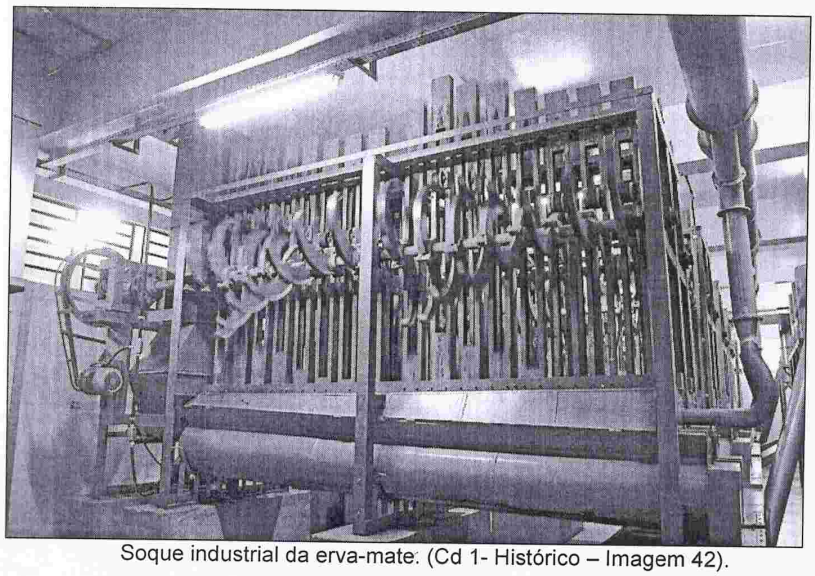
Padrão Nacional 2 – 60% e 40% respectivamente; PN3 – 50% e 50%, respectivamente. Com mais folhas, a erva torna-se mais forte, (Neumann, 1999).

Na embalagem comercial deve conter a identificação do fabricante, o número de registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e a menção do nome, tipo e padrão do produto.

Na produção de erva-mate para chimarrão efetua-se a moagem do material, utilizando moinho de facas ou soque que esmaga as partículas misturadas ou não com palitos.



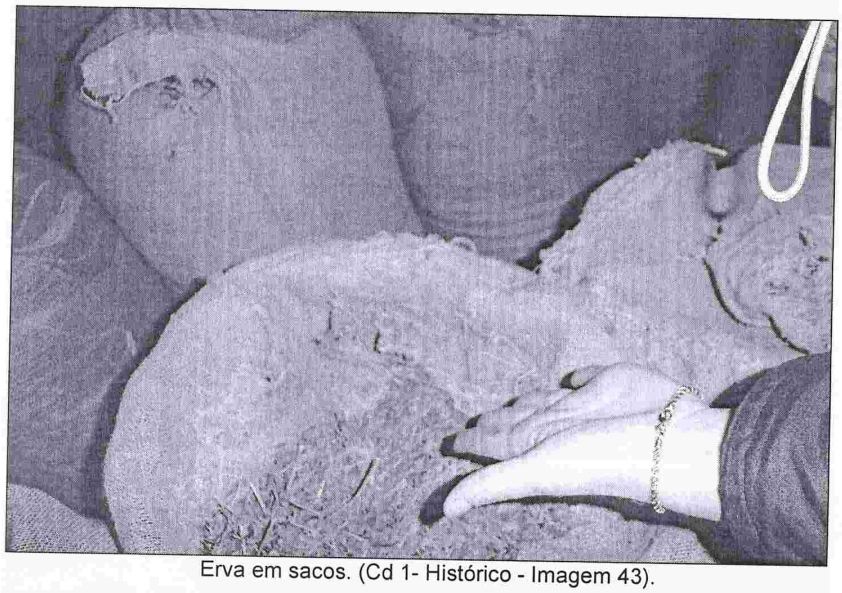
O soque é feito através de pilões de metal que esmagam a erva. (Cd 1- Histórico – Imagem 41).



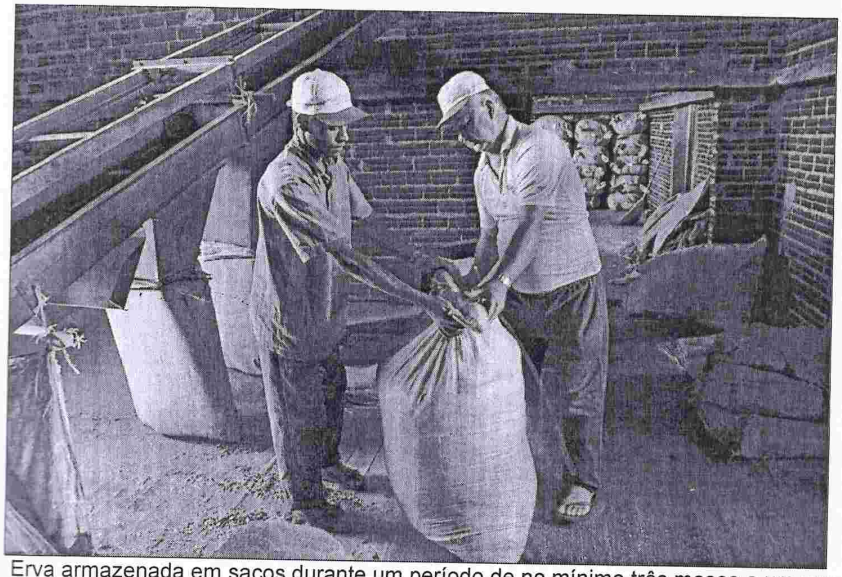
Soque industrial da erva-mate: (Cd 1- Histórico – Imagem 42).

Após a mistura das partes nas proporções escolhidas pelo já supracitado parâmetro, a erva-mate é moída e empacotada. Mas, conforme Valduga (2003), quando o produto é destinado para o mercado externo, a erva cancheada é depositada em sacos e armazenada durante um período de no mínimo três meses a um ano, isso para que o produto adquira cor amarelada e

o sabor especial da erva-mate para exportação, assim adequando-se ao gosto do mercado em foco.

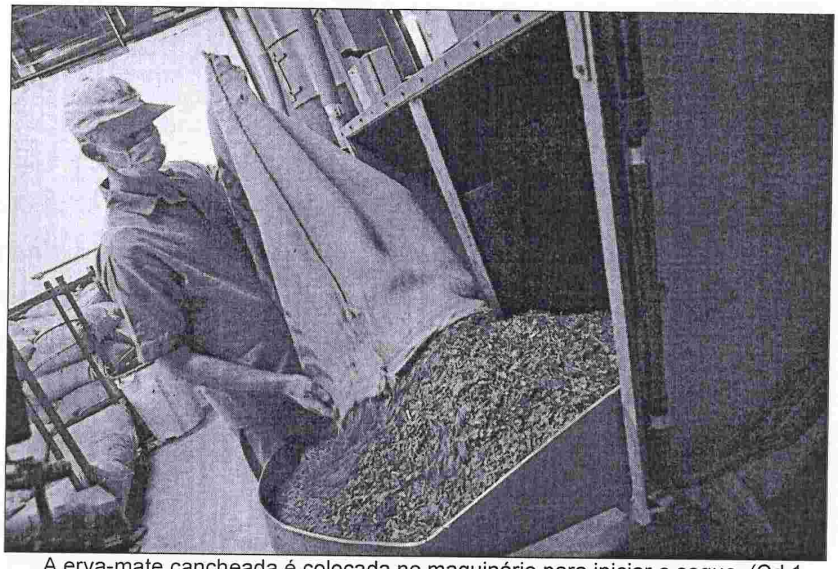


Erva em sacos. (Cd 1- Histórico - Imagem 43).



Erva armazenada em sacos durante um período de no mínimo três meses a um ano. (Cd 1- Histórico - Imagem 44).

Depósito de erva-mate cancheada. (Cd 1- Histórico - Imagem 45).

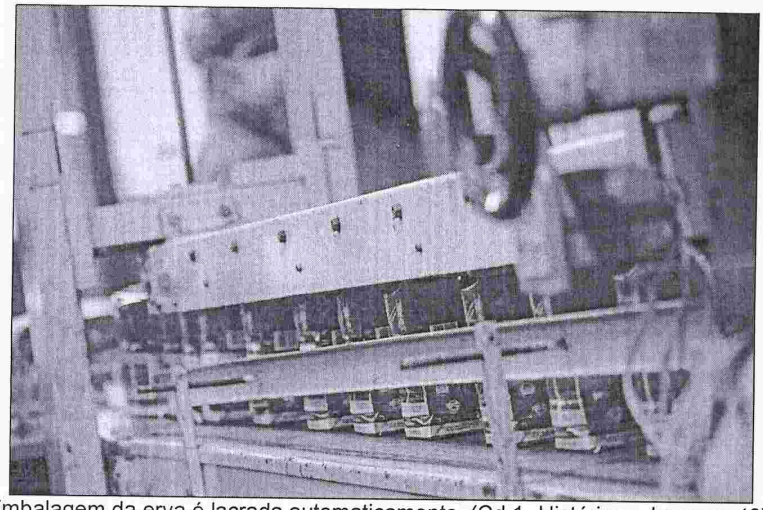


A erva-mate cancheada é colocada no maquinário para iniciar o soque. (Cd 1- Histórico - Imagem 46).

A seguir o fluxograma do processo de fabricação da erva-mate para chimarrão.

São estas as etapas desenvolvidas pela indústria ervateira mecanizada e é importante salientar que nem todas as indústrias possuem o processo inteiramente automatizado, havendo, portanto, uma variação no beneficiamento da erva-mate. Da expedição, a erva-mate segue para as prateleiras dos supermercados, estando embalada e pronta para o consumo.

Erva-mate pronta para consumo é colocada em pacotes. (Cd 1- Histórico Imagem 47).



Embalagem da erva é lacrada automaticamente. (Cd 1- Histórico - Imagem 48).

Pacotes são colocados em fardos. (Cd 1- Histórico - Imagem 49).

Empacotamento erva-mate pronta para o consumo. (Cd 1- Histórico – Imagem 50).

2.6 A Indústria e a Tecnologia Ervateira

A indústria ervateira processa sua matéria-prima, erva-mate, daí que seu resultado final é destinado ao feitio do chimarrão. Inicialmente a erva-mate era produzida em indústrias artesanais. Atualmente estas estão sendo substituídas pelo sistema industrial mecanizado, porém esse não apresentou a mesma evolução da agroindústria alimentícia, por exemplo.

Com relação à estrutura agroindustrial ervateira, Antoni (1999) dispõe que, como em qualquer outro sistema, o ervateiro no Rio Grande do Sul também possui diferentes sistemas de gerenciamento a começar pelo porte das empresas que definem o desenvolvimento estratégico. As empresas de grande e médio porte, geralmente, adotam uma postura baseada na fixação da marca, na qualificação do processo de industrialização e na estrutura de distribuição. Enquanto que as empresas de menor porte, micro e pequenas, adotam estruturas de custos menos onerosas.

Entretanto, independentemente do porte da empresa e da estratégia escolhida, todas devem elaborar um produto com o mesmo padrão de qualidade, no caso do chimarrão, ligado muito mais ao "sabor". Isso dependerá diretamente da qualidade da matéria-prima, de ter o domínio do processo de industrialização, que, de certo modo, é semelhante para todas, diminuindo,

assim, a capacidade de diferenciação do artigo. Em vista disso, permanecer na indústria, "vai depender do domínio de um processo que permita a elaboração rápida do produto, desde a obtenção de uma matéria-prima de qualidade até seu beneficiamento e, ainda, uma adequada composição do produto para o gosto do mercado" (ANTONI, 1999, p. 62). A indústria ervateira não encontra muitas barreiras para entrar no mercado:

> [...] de maneira genérica, a necessidade de capital para entrar no setor é baixa, justamente por ser uma indústria de baixa tecnologia, quase artesanal, o que permite um fácil acesso, principalmente para entrantes que optam por competir com uma estrutura de pequena empresa. (ANTONI, 1999, p.62).

O que se torna um obstáculo para as novas empresas ou as já participantes, mas de menor porte, é a competição por grandes mercados consumidores, pois empresas compradoras demandam maior capacidade e constância de suprimento, ou seja, uma produção estável e de melhor qualidade, sendo este o momento em que as grandes empresas ervateiras barram a concorrência, na diferenciação da oferta (LINHARES, 1969).

Outro forte obstáculo para a entrada na indústria são os fornecedores de matéria-prima. O industrial de pequeno porte deve estabelecer metas de mercado e produção para, a partir disso, procurar fornecedores dispostos a vender a matéria-prima (erva *in natura*), na quantidade que ele necessita.

Como já mencionado por outros autores, Antoni (1999) também destaca que a indústria ervateira no Rio Grande do Sul apresenta uma estrutura muito fragmentada, sendo que 70% das empresas são de micro e pequeno porte, em que estas competem quanto ao acesso às fontes de matéria-prima, domínio do processo de industrialização, no conhecimento do hábito dos consumidores e estrutura de distribuição. Valduga (2003), destaca que a maioria das pequenas indústrias apresentam:

> [...] características familiares, processando praticamente um único produto com marcas não padronizadas. Recebe matéria-prima heterogênea, em seleção previa, o que acarreta desuniformidade do produto. Muitas etapas do processo não são automatizadas. (VALDUGA, 2003, p. 14).

2.6.1 Regulamentação

.62.57

A regulamentação da atividade ervateira, até o inicio de 1990, foi feita pelo Estado. Em 13 de abril de 1938 foi criado o Instituto Nacional do Mate que regulamentava o setor ervateiro nacional, esse foi extinto em 1962 e anexado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Na década de 90, uniram-se ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (NEUMANN, 1999).

Conforme Werneck (1962), antes da criação do Instituto Nacional do Mate observava-se tentativas regionais de resolver isoladamente o problema econômico. Tais tentativas não lograram êxito, pois as dificuldades eram de um todo e não apenas de uma parcela.

Com relação à regulamentação, Valduga (2003), afirma que consistia basicamente em estabelecer o período da extração das folhas dos ervais, um intervalo mínimo entre as colheitas e a normas de processamento e classificação do produto. O período da colheita denominado de "safra" compreendia os meses de junho, julho e agosto e a "safrinha" os meses de janeiro e fevereiro.

Em 1992, houve a desregulamentação do setor, pois a norma provocava a oferta concentrada de produto que desestimulava o produtor devido ao baixo preço pago pela arroba, sem contar que a indústria também encontrava dificuldades, pois a estocagem provocava perda de qualidade de produto. Portanto com a desregulamentação do sistema ervateiro, o ambiente torna-se mais competitivo e os fluxos de informações, produtos, recursos passam a ter uma fundamental importância (WERNECK,1962).

Já na década de 1990, com a criação do MERCOSUL, Valduga (2003) afirma haver um aumento da produção brasileira e argentina que acirrou a concorrência na disputa pelo mercado interno e externo, quando as empresas ervateiras iniciaram estratégias para se diferenciarem no mercado. Foram lançados novos produtos compostos de erva-mate com a utilização de açúcar e chá para suavizar o sabor.

A questão do açúcar é tratada por outro ponto de vista nos Anais do I Congresso Sul-Americano de Erva-mate (1997), o qual expõe que esta medida

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

terá um efeito apenas imediato e poderá agravar a situação do sistema agroflorestal da erva-mate. Assim:

> A médio e longo prazo, a situação tende a piorar em função da autorização dada pelo governo, a algumas empresas, para que possam, misturar até 3% de açúcar, na erva-mate vendida como chimarrão. Está medida poderá proporcionar facilidades imediatas, para alguns grupos, mas poderá vir a ter reflexos na volta às misturas inconvenientes, ao aumento dos problemas com micotoxinas e, ainda, desqualificar o produto frente a mercados potenciais, associado ao uso de agrotóxicos para combate às principais pragas. (Congresso Sul-Americano da Erva-mate, 1997). [5]

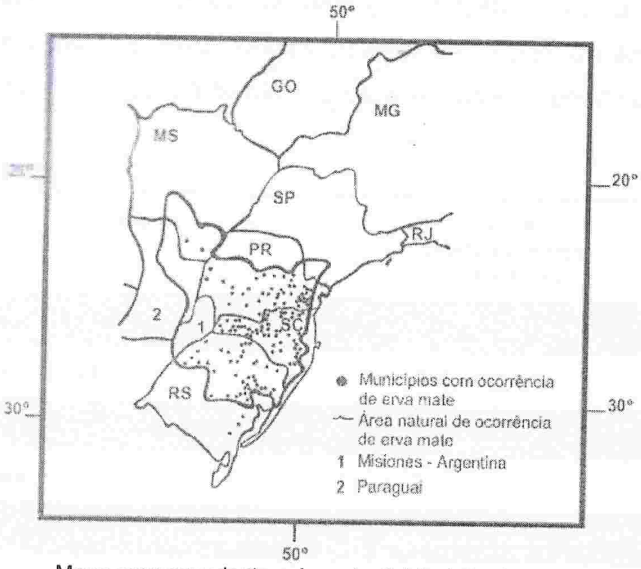
A concorrência estimulou a criação de novos produtos, havendo então mudanças tecnológicas no processo de fabricação, em especial na secagem e embalagem. Dos produtores também foi exigido novos padrões de matéria-prima (MAZUCHOWKI, 1989). Pode-se dizer que as exigências do consumidor, as leis e as imposições do mercado acarretaram uma mudança na organização de todas as etapas de processamento do sistema ervateiro. Lembrando ainda que, além da legislação nacional, se a erva-mate for exportada, deverá obedecer às leis do comércio internacional.

2.7 Localização e economia da erva-mate

Será abordado aqui, inicialmente, o processo de distribuição geográfica e abrangência no território brasileiro da *Ilex Paraguariensis*, conhecida popularmente por "erva-mate". "Sua área de dispersão abrange aproximadamente 540.000 Km² que formam a fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai" (NEUMANN,1999, p. 08). Sobre a distribuição geográfica, a Embrapa nos traz os seguintes dados de abrangência:

> [...] no Brasil, os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, na Argentina a Província de Misiones, parte da Província de Corrientes e pequena parte da Província de Tucumã e no Paraguai a área entre os rios Paraná e Paraguai. Esta região localiza-se entre as latitudes de 22º S e 30º S e longitudes 48º 30´ W e 56º 10´ W, com altitudes que variam entre 500 m a 1500 m sobre o nível do mar. No Brasil corresponde a 450.000 km², representando cerca de 5% do território nacional. Na América do Sul corresponde a 3% da área (MINISTÉRIO da AGRICULTURA).

[5] Congresso Sul-Americano da Erva-mate, 1.;Reunião Técnica do Cone Sul Sobre a Cultura da Erva-mate,2.,1997, Curitiba. Prefácio.



Mapa correspondente a área de distribuição da erva-mate.
Fonte: (MAZUCHOWSHI apud VALDUGA, 2003, p. 07).

No Rio Grande do Sul, Alves Costa destaca que:

> A zona hervateira deste estado está situada ao Norte, na região "Serrana", a não ser um ou outro município, como por exemplo Venancio Ayres, que esta situado abaixo da serra. Com a cultura, porém, a herva-mate vae lentamente descendo. Assim é que encontramos uma plantação de 27.000 arvores em Santo Antonio, districto de São Borja, da qual não tinham noticias a Directoria de Agricultura do Estado e o Syndicato Riograndense de Mate. (COSTA, 1935, p.21).[6]

Como já citado, o sistema agroindustrial da erva-mate no Brasil, atualmente, está representado de forma significativa em âmbito federal, estadual e municipal. Segundo Diniz (2004), os primeiros relatos de comercialização ou escambo ocorreram em 1541, mas foi no século XVIII com o esgotamento do ciclo do ouro, e mais tarde do café que a economia ervateira surge como uma necessidade, atingindo seu período áureo entre 1850 e 1870, observando que grande parte foi no sul do Brasil.

[6] Considerando-se que as informações acima derivam do período de 1920.

Segundo o autor de "O Mate (exploração, indústria e exportação)", consta um censo de 1920 com as cidades produtoras de erva-mate no Rio Grande do Sul, totalizando 38 municípios, elencados a seguir na tabela.

	Municípios	Nº de estabelecimentos produtores	Produção em Kilos
1-	Alfredo Chaves	749	1.815.900
2-	Antonio Prado	215	131.500
3-	Cangussú	24	5.500
4-	Caxias	210	133.600
5-	Cruz Alta	5	4.000
6-	Dom Pedrito	1	200
7-	Dores de Camaquan	6	3.100
8-	Encantado	374	413.500
9-	Encruzilhada	2	700
10-	Erechim	269	495.000
11-	Estrella	105	196.500
12-	Guaporé	1.306	1.471.500
13-	Ijuhy	292	239.300
14-	Julio De Castilhos	4	200
15-	Lageado	165	194.700
16-	Lagoa Vermelha	54	56.200
17-	Palmeira	351	2.888.200
18-	Passo Fundo	108	111.800
19-	Pelotas	18	6.900
20-	Porto Alegre	7	2.100
21-	Rio Pardo	6	2.400
22-	Santa Cruz	218	369.200
23-	Santo Amaro	1	200

24-	Santo Ângelo	144	202.200
25-	São Francisco de Paula de Cima da Serra	18	19.300
26-	São Jeronymo	29	1.029.300
27-	São João Baptista de Camaquan	54	9.000
28-	São João de Montenegro	94	56.000
29-	São Leopoldo	480	164.400
30-	São Luiz Gonzaga	52	35.800
31-	São Sebastião do Cahy	22	13.800
32-	São Thiago do Boqueirão	1	1.000
33-	São Vicente	2	1.400
34-	Soledade	158	496.800
35-	Taquara do Mundo Novo	52	40.100
36-	Taquary	52	40.100
37-	Vaccaria	4	51.800
38-	Venancio Ayres	377	1.035.100
TOTAL		6.134	11.916.000

Fonte: (COSTA, 1935, p.32).

Nos estudos de Mosele (apud VALDUGA, 2003), o setor ervateiro no Brasil está distribuído em cerca de 450 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. São em torno de 750 indústrias e mais de 700.000 trabalhadores diretos, representando uma função sócioeconômica muito importante. Mas é na região sul do Brasil onde se encontra 98% da produção da erva-mate e 80% dos ervais nativos existentes em toda a América do Sul.

Ao analisar os dados fornecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes ao ano de 2007, fica evidente que o Estado do Rio Grande do Sul desponta entre os demais. O Mato Grosso do Sul

destaca-se apenas na questão do rendimento médio, 13.649 Kg/ha. O restante dos números é praticamente insignificante se comparados a região meridional do país. O Rio Grande do Sul produz 60% da erva-mate, 68% do valor da produção está no estado. Em hectares plantados há uma proximidade entre o Rio Grande do Sul com 44% e o Paraná com 43% e o restante 13% fica em Santa Catarina. Já 45% da área colhida pertence ao Paraná, enquanto o Rio Grande do Sul possui 41%.

Números da erva-mate em 2007:

	PR	SC	RS	MS
Quantidade produzida (t)	136.266	37.909	259.317	4.982
Valor produção (Mil Reais)	37.699	8.090	97.268	556
Área plantada (ha)	38.380	11.349	39.623	522
Área colhida (ha)	33.573	10.213	30.375	365
Rendimento médio (Kg/ha)	4.058	3.711	8.537	13.649

Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE 2007).

É válido lembrar que há diferenças nos processos de extração e de produção entre os estados, o que faz com que cada um deles conserve certas peculiaridades em seus processos de industrialização.

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: TESE;

Título: Carijos e Barbaquás No Rio Grande Do Sul: Resistencia Camponesa e Conservação Ambiental No âmbito da Fabricação Artesanal de Erva-Mate
Moisés da Luz.
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Ciências Econômicas
Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Trata-se de um dos trabalhos interessantes e importantes sobre o processo de fabricação artesanal da erva mate, relacionado com produção proveniente dos povos indígenas e de agricultores familiares.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Material diretamente ligado com o processo de instrução e registro da erva mate.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Por trás do hábito de tomar mate ou chimarrão existe um universo de conhecimento, que está ameaçado de se perder. O processo de fabricação artesanal de erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. St.-Hil.) é uma prática antiga, provinda dos povos indígenas das bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, como os Guaranis e Kaingangs, que ainda existe na região sul da América, porém a partir dos anos 1960 vêm passando por um processo de abandono, tendo como principais fatores a modernização da agricultura e a industrialização da cadeia produtiva da erva-mate. O objetivo da pesquisa foi o de analisar o processo de resistência dos agricultores familiares da metade norte do Rio Grande do Sul, que praticam a fabricação artesanal de erva- mate, frente à agricultura moderna (empresarial e capitalista), assim como a relação da resistência com a conservação ambiental. A partir disso, sete famílias de camponeses passaram por uma pesquisa qualitativa de enfoque etnográfico, aplicando-se entrevistas e observação participante. A resistência camponesa foi analisada como sendo a expressão de um estilo de agricultura ou de um modo de vida, a camponesa, em contraposição ao modelo dominante, representado pela agricultura empresarial e capitalista. Os elementos determinantes nas famílias, para a continuidade da fabricação artesanal de erva-mate e coincidentemente com o modo de vida camponês, são a sucessão familiar; os incentivos (assistência técnica, crédito, políticas públicas); a mão-de-obra disponível; a tradição, a economia ligada à busca de alternativas de mercado; o apreço em qualidade e a saúde, identificados na erva-mate artesanal; e as dificuldades dos trabalhos manuais, que motivam o desenvolvimento de habilidades e novidades . Outro elemento fundamental para a continuidade da agricultura camponesa, é a coprodução exercida com a natureza (a base de recursos), como os ecossistemas e as espécies nativas, em especial a erva-mate. Descobriu-se que entre esses agricultores a sua prosperidade está intimamente ligada à conservação ambiental. A degradação e supressão das matas, e a perda de diversidade e qualidade na base de recursos, são incoerentes com a perspectiva de continuidade da agricultura camponesa. Os elementos característicos das famílias se contrapõem à lógica da modernização na agricultura, que segue uma lógica de domínio capitalista no campo, ou seja, o avanço das transnacionais ou impérios no domínio

das cadeias produtivas, de beneficiamento e comercialização de alimentos. Portanto os elementos citados caracterizam uma resistência camponesa, que está se processando através do comércio informal, do cooperativismo, da reciprocidade e da pluriatividade, aliada às especificidades autóctones, como as ecológicas e as culturais. Assim, a continuidade da agricultura camponesa e a conservação ambiental são interdependentes. Graças à conservação da base de recursos, os camponeses podem resistir ao modelo dominante, podem dar respostas locais, que podem servir de modelo ideal a um desenvolvimento (rural) sustentável.

PALAVRAS CHAVE: Resistência camponesa. Erva-mate artesanal. Agricultura familiar. Sustentabilidade. Carijo. Barbaquá.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação (X)Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: Território e Desenvolvimento Sustentável: Indicação geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil.
Autor: Valdir Roque Dallabrida

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Estudo potente da paisagem natural do Planalo Norte Catarinense e do Centro Sul do Paraná, que abrigam as espécies vegetais da erva mate e da araucária, na medida em que investe em análise que evidencia a tendência de certos lugares "a buscar potencializar seus recursos naturais, sociais e culturais como propulsores de estratégias de desenvolvimento ancoradas na criação, preservação, ou reconstrução de sua própria identidade, de forma sustentável ambientalmente".

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Existente.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: No atual momento histórico, tudo parece tender à globalização. No entanto, algumas transformações contemporâneas apontam novas tendências, a valorização dos ativos dos territórios. Esta tendência desafia alguns lugares a buscar potencializar seus recursos naturais, sociais e culturais como propulsores de estratégias de desenvolvimento ancoradas na criação, preservação, ou reconstrução de sua própria identidade, de forma sustentável ambientalmente. Neste artigo, faz-se referência a um recorte territorial do Brasil, localizado no Planalto Norte Catarinense e no Centro-Sul do Estado do Paraná, que, em sua paisagem natural, abrigou duas espécies vegetais que se transformaram em riqueza para a região, a araucária e a erva-mate. Contextualiza-se a realidade e apontam-se algumas potencialidades e desafios para o desenvolvimento sustentável da região em referência, centrando o foco na possibilidade de se efetivar a Indicação Geográfica da erva-mate produzida a partir de ervais nativos. Resgatam-se registros da literatura sobre o tema, além de contemplar a pesquisa documental e entrevistas com representantes de instituições regionais, a partir do que realiza-se uma análise e questões propositivas.
PALAVRAS CHAVE: Território; Identidade Territorial; Desenvolvimento Territorial; Identificação Geográfica; Erva-mate; Ativos Territoriais

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: UMA BREVE HISTÓRIA (INDÍGENA) DA ERVA-MATE NA REGIÃO PLATINA: DA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ AO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO
Autores; JORGE Eremites de Oliveira e Paulo Marcos Esselin

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Foco do estudo na Bacia Platina é importante, pois existe a intenção de patrimonialização do sistema da Erva mate em âmbito do Mercosul.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Existente.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Neste artigo, os autores analisam a exploração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) na bacia platina. O estudo se estende desde a Província do Guairá, no período colonial, até a incorporação do antigo sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, ao território brasileiro. Esta última situação ocorreu no século XIX, após o fim da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870) e com a implantação, na década de 1880, da Companhia Matte Laranjeira na região. A empresa explorou durante décadas os ervais nativos, o território e o trabalho de comunidades guarani e kaiowá. Também explorou a mão de obra de trabalhadores não índios de origem paraguaia e brasileira, dentre outros. A economia ervateira é, pois, o fio condutor para uma análise mais ampla sobre um longo processo histórico e sociocultural.

PALAVRAS CHAVE: história da erva-mate; história de Mato Grosso do Sul; história indígena

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;

Título: Análise da Cultura da Erva-Mate como Alternativa Social, Econômica e Ambiental para Comunidades Rurais
Autores: Marli Salete Antoniazzi, Lisiane Dörr Rocha, Eduardo Lorensi Souza, Divanilde Guerra, Danni Maisa Da Silva, Marciel Redin

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Trata-se de ação de extensão que tranquilamente pode ser enquadrada no trabalho e nas ações de educação ambiental e patrimonial em torno da importância econômica e social da erva mate e seu cultivo, com vistas à propiciar bem estar e contribuir para manter os jovens no meio rural do município de Três Passos.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A erva-mate (*Ilex paraguariensis)* é uma planta típica do Rio Grande do Sul, faz parte da história e tem possibilidade de ser cultivada em pequenas propriedades rurais, com retorno econômico, social, bem como para preservação do meio ambiente. O presente trabalho teve por objetivo através de ação de extensão com palestras e questionários, analisar a percepção do cultivo da erva-mate como alternativa para recuperação de áreas degradadas no meio rural e, sua importância econômica e social para estudantes do ensino fundamental de quatro comunidades rurais do município de Três Passos – RS. Antes do início da palestra em cada comunidade foi aplicado um questionário para diagnóstico sobre o conhecimento dos estudantes em relação a erva-mate, desde o seu cultivo, benefícios, até a preocupação com áreas degradadas. Os resultados obtidos mostraram pouco conhecimento em relação ao cultivo e benefícios da erva-mate, embora seja encontrada no município. Ainda, os estudantes relatam grande preocupação com áreas degradadas e interesse no cultivo da erva-mate. Assim, o cultivo da erva-mate poderá ser uma alternativa a ser buscada para os futuros produtores das comunidades rurais que enfrentam dificuldades em obter soluções de ampliação e diversificação de renda em suas propriedades rurais. Aliado a isso, de uma forma simples, mas que vem ao encontro de soluções que levem em conta os impactos sociais e ambientais, o cultivo da erva-mate pode garantir o bem-estar e a permanência dos jovens no campo do município de Três Passos - RS.

PALAVRAS CHAVE:*Ilex paraguariensis*, sustentabilidade, ação de extensão, meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA
Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI – **SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS**
DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Autoria Coletiva Título: MOÁ REGUA – ERVAS MEDICINAIS NHEMONGARAI – BATISMO DAS ERVAS. Trabalho coletivo de participantes da equipe ASIE SC na Tekoá Piraí – Araquari/SC. organizadores: Adilson da Silva, Alcineide Mutschaewski de Souza, Cézar Timóteo, Mônica Carvalho da Silva, Regina Gabriel Costa e Sergio Moreira
CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS Potencialidade da erva mate como uso medicinal por grupo/coletividade indígena no estado de Santa Catarina.
IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: EVIDENCIA POSSIBILIDADES DE AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA
DESCRIÇÃO: RESUMO: Este projeto teve como objetivo estabelecer o cultivo de plantas medicinais na escola dentro do manejo, levando o aluno a disponibilizar à comunidade orientações sobre o cultivo, coleta, preparação de medicamentos caseiros, com propriedades terapêuticas. Aprofundar o conhecimento da forca da espiritualidade nas cerimônias dentro da tekoá em coletividade indígena guarani Mbya. PALAVRAS CHAVE: Plantas Medicinais, propriedades terapêuticas, Guarani Mbya

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA
Áudio:_____
Documento Oficial: _____ Tipo _____
Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional (X) Outro - Cartilha_____
Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico (X) Digital
Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro
Transcrição:_____
Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: Área de Distribuição Natural de Erva-Mate (Ilex paraguariensis ST Hil.)
Autorxs: Yeda Maria Malheiros de Oliveira e Emilio Rotta

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Importante o material informativo por conta do interesse nacional do IPHAN em implementar registro no âmbito do MERCOSUL.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Trata-se de material que traz informações técnicas sobre a área de distribuição da ilex *paraguariensis* na América de Sul, mais precisamente no sul do Brasil, Argentina e Paraguai.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A área de distribuição natural da erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.) foi delimitada pela união dos pontos extremos de dispersão da espécie, obtidos através de várias fontes de informação. Esta delimitação abrange uma área de aproximadamente 540.000 km2, compreendendo territórios do Brasil, Argentina e Paraguai, situados entre as latitudes de 210S e 300S e longitudes de 4803O'W e 56010'W, com altitudes variáveis entre 500 e 1.000m. A espécie pode ocorrer, não obstante, em pontos isolados, fora destes limites. Só no Brasil estão situados 450.000 km2 daquele total, abrangendo a região centro-norte do Rio Grande do Sul, quase todo o Estado de Santa Catarina, centro-sul e sudoeste do Paraná, sul de Mato Grosso, e reduzidos nichos de ocorrência de Araucaria augustifolia, em Minas Gerais e São Paulo. A área de erva-mate abrange 5% do território brasileiro; em relação ao da América do Sul, esta proporção se reduz a 3%. O clima predominante é o Cfb de Koeppen, ou seja, temperado sem estação seca, com temperatura do mês mais quente inferior a 1220C. A espécie, entretanto, também é encontrada no 'tipo climático Cta e Cwa. A precipitação média anual está em torno de 1.500 mm. A presença de erva-mate é mais frequente em solos com baixo teor de nutrientes trocáveis e alto de alumínio.
PALAVRAS CHAVE: Erva mate, distribuição natural, dispersão da *ilex paraguariensis*, América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: A ATIVIDADE ERVATEIRA NO PLANALTO NORTE CATARINENSE: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ALTERNATIVA PARA A (RE)VALORIZAÇÃO DO PRODUTO ERVA MATE.
Autores: Gilcimar Adriano Vogt, Gilberto Neppel e Adriano Martinho de Souza

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Potencial da atividade ervateira na região do Planalto Norte Catarinense.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Trata-se do mesmo bem cultural em processo de instrução no âmbito estadual.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O Planalto Norte de Santa Catarina tem sua história ligada à atividade ervateira, tendo a exploração dos ervais nativos e os processos de produção regionais como elementos centrais na manutenção da notoriedade e reputação em produzir erva-mate, diferenciada e de qualidade. O objetivo deste artigo é analisar a cadeia produtiva da erva-mate na região do Planalto Norte de Santa Catarina a partir da interpretação estatística de variáveis relacionadas à produção e extração do produto. A maioria da erva-mate processada na região (83%) é oriunda da extração de folhas em formações e remanescentes florestais da Floresta Ombrófila Mista, caracterizando-se como uma atividade econômica ligada à utilização sustentável da mata nativa. Portanto, o trabalho no desenvolvimento de ações para (re)valorização do produto regional, através de selos distintivos como: a Indicação Geográfica (IG), a produção e certificação orgânica ou outro selo com apelo socioambiental, apresentam grande importância no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do território. O projeto "Ações de apoio à estruturação da Indicação Geográfica Planalto Norte Catarinense para produtos da Erva-mate" busca não apenas a formalização e a conquista do certificado de registro de uma IG, mas a participação efetiva dos atores da cadeia produtiva na sensibilização, na tomada de decisões, na viabilização de políticas públicas territoriais, na resolução de gargalos técnicos e estruturais e na construção de acordos coletivos.
PALAVRAS CHAVE: Ilex paraguariensis. Signo distintivo. Indicação Geográfica.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: A Produção da Erva-Mate na Perspectiva da História Ambiental:
Autores: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli.
GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. A Produção da Erva-Mate na Perspectiva da História Ambiental. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 2, dec. 2009. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/8746>.
Acesso em: 20 mar. 2020.

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Artigo focaliza as práticas extrativas e de produção da erva mate nativa, assim como de manejo agroflorestal empregada pelos povos e comunidades tradicionais no Brasil Meridional, no período recoberto pela segunda metade do século XIX e começo do século XX.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Trata-se do mesmo bem cultural - a *ilex paraguariensis* - , em processo de instrução no âmbito estadual, contudo com incidência em outras unidades da federação e espaços socioambientais e geográficos, neste caso, a região Sul do Brasil.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A pesquisa visa estudar as práticas de extração e produção de erva-mate nativa e de manejo agroflorestal empregadas pelas populações tradicionais do sul do Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX. Utiliza a abordagem e a metodologia da História Ambiental, especificamente a interpretação de documentos oficiais e de testemunhos redigidos por cronistas e viajantes e dialoga com diversas áreas do conhecimento como a botânica, a agronomia e a geografia. Os resultados parciais apontam para a existência de um intenso extrativismo vegetal do mate, combinado com a pequena agricultura, a pecuária, a caça, a pesca e a coleta, bem como para a formação de complexas relações sociais e culturais. O extrativismo praticado por populações tradicionais do sul do Brasil se aproxima, portanto, dos princípios contemporâneos da agroecologia e do conceito de agro ecossistemas.
PALAVRAS-CHAVE: História ambiental; Erva mate, Povos e comunidades tradicionais; Região Sul do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Capitulo de Livro;

Título: O Rio Grande do Sul e o gaúcho In LUVIZOTTO, Carolina Kraus. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2.

Autora: Caroline Kraus Luvizotto

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Traz de forma concisa elementos históricos, sociais e econômicos sobre a constituição do Rio Grande do Sul e a figura do gaúcho.

DESCRIÇÃO:

RESUMO: Conforme a autora " a história da ocupação e do povoamento do estado do Rio Grande do Sul está demarcada pela questão fronteiriça. Região-limite entre dois impérios – o espanhol, com sede em Buenos Aires no Rio da Prata, e o português, com sede no Rio de Janeiro –, o chamado Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde o século XVII, foi permanentemente disputado pelas duas coroas ibéricas."

PALAVRAS CHAVE: Rio Grande do Sul, gaúcho, região de fronteira, colonização.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional (X) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese (X) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Dissertação;

Título: AVALIAÇÃO QUÍMICA E TÉRMICA DE ERVA-MATE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA RESERVA INDÍGENA KAIOWÁ E GUARANI, CAARAPÓ,MS
Autor Gessiel Newton Scheidt,
Eduardo José de Arruda (Orientador). Universidade Católica Dom Bosco -Centro de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão - Cppge Curso De Pós-Graduação em Desenvolvimento Local Campo Grande - MS

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Evidencia potencia de autossutentabilidade potencial da espécie *ilex para paraguariensis* em contexto localista de povos indígenas.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Existente

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O presente trabalho objetivou a avaliação térmica (TG/DTG e DSC), quantificação dos elementos minerais por absorção atômica e teor de cafeína das progênies nativas de erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.), para permitir o monitoramento e complementar à avaliação genética dessas progênies em campo, a fim de permitir a seleção do material genético mais produtiva e adequada aos propósitos da exploração sustentável do recurso natural pela comunidade indígena. Os resultados a partir da análise termogravimétrica permitem sugerir a técnica como uma ferramenta importante para a investigação da variabilidade genética, as progênies com maior concentração de minerais são 5, 6, 4, 2, 3, 1 e 7 consecutivamente. A concentração do teor de cafeína variou na faixa de 6,566 mg/g a 13,630 mg/g, com destaque aos blocos I e IV, não houve desvio significativo da linearidade entre os tratamentos, encontrando-se r= 0,9945 entre 0,002 a 0,007 mg/g., o que valoriza o potencial energético da espécie. E os resultados experimentais, realizados em triplicata, permitem sugerir, que as disposições das diferentes progênies distribuídas nos blocos ao acaso, resultam em variações apreciáveis nos teores de minerais e cafeína obtidos das diferentes progênies nativas. A comunidade indígena kaiowá e Guarani apresenta diversas potencialidades, muito delas ainda latentes, por causa de sua resistência sócio-cultural. Porém cabe ressaltar, o envolvimento de novas alternativas sustentáveis, como a determinação do teor energético de cafeína das progênies nativas de erva-mate ampliam o leque de opções e agregação de novos conhecimentos ao uso e manufatura da erva-mate. Esse conhecimento gerado pode vir a ser divulgado, permitindo o resgate cultural e proporcionando bem-estar a toda comunidade.

PALAVRAS CHAVE: Comunidade indígena, Desenvolvimento Local, Ilex paraguariensis, Potencialidades, Teor de cafeína.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico (X)Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

DOCUMENTOS ANEXOS AO PROCESSO DE INSTRUÇÃO DA ERVA MATE/*ILEX PARAGUARIENSIS*

VIDEOS E FILMES SOBRE ERVA MATE

https://www.youtube.com/watch?v=QdugD5ob5hUb

*Processo Histórico da Erva Mate –

https://www.youtube.com/watch?v=j5mDW3IvKA4

*Erva mate – Brasilidade

https://www.youtube.com/watch?v=T0Dnkw8pBx8

*Engenho mantém a tradição de produção da erva-mate
https://www.youtube.com/watch?v=Dzp2ZPfbN_0

*kaa – a força da erva – filme

https://www.youtube.com/watch?v=3mbjJPnM7KQ

*Ka'a'i - O ritual da erva-mate

https://www.youtube.com/watch?v=XtuADwenf0Y

*Barbaquá

https://www.youtube.com/watch?v=9XQ9Cw7AImY

*Carijada Guarani

https://www.youtube.com/watch?v=DwppJQji-W0

*Do campo ao chimarrão: a produção e benefícios da erva mate
https://www.youtube.com/watch?v=B6eYnbNQV5o&feature=emb_title

*Carijo o filme –

* Ritual do Carijó – Waldomiro Maicá –

*Mitologia Guarani sobre Erva mate (min. 05 a 05:50 seg.)

*Fala Do referente Guarani Mbya Santiago Franco

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;
Título: A educação para a sustentabilidade no contexto da exploração dos recursos culturais e naturais no entorno da produção e comercialização da erva- mate (Ilex paraguariensis)
Autores: Ricardo Gomes Luiz e Maclovia Corrêa da Silva

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Material relaciona ampliação de mercado da erva mate com ampliação de potenciais conhecimentos medicinais da espécie vegetal *ilex paraguariensis*.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Existente. Aspectos levantados constituem parte do processo de instrução.

DESCRIÇÃO: SISTEMAS DE PRODUÇÃO TRADICIONAIS DA ERVA MATE: MEMÓRIAS DOS AGRICULTORES DE BITURUNA/ PR

RESUMO: A produção de erva-mate (Ilex paraguariensis), planta nativa de ecossistemas do sul da América do Sul, como a Floresta com Araucária, tem sido objeto de prospecções para desenvolvimento de seu mercado, bem como de estudos científicos para ampliar o conhecimento acerca de seus efeitos na saúde e bem-estar humanos. Assistiu-se recentemente à ampliação de colheita da planta e estima- se que há espaço para crescimento do número de consumidores e formas de uso da erva como matéria-prima na alimentação, medicina, cosméticos e produtos de limpeza, além das bebidas tradicionais como chás, chimarrão e tererê. Ao mesmo tempo que se assume perspectiva otimista para o futuro, o contexto da produção da erva-mate tem forte diálogo com o passado. A planta teve papel protagonista na economia entre os séculos XIX e XX, propiciando a geração de receitas e consolidação de oligarquias. A erva-mate também enseja um riqueza histórico-cultural em outros aspectos, envolvendo povos indígenas, jesuítas, agricultores, comerciantes e industriais. As atividades desses atores trazem, ainda hoje, elementos relevantes para a construção de saberes. É um conjunto de conhecimento que se conecta com o desenvolvimento de artefatos vinculados aos modos de consumo, com técnicas e tecnologias para cultivo, colheita, beneficiamento da planta e manutenção de tradições e do meio natural que sustenta boa parte da produção da planta no sul do Brasil. Com base neste contexto, o presente trabalho discute a educação para a sustentabilidade no entorno do que se propõe como desenvolvimento do mercado da erva-mate. O percurso metodológico envolve a revisão bibliográfica, a análise documental e a observação do exercício de atores que atuam no cultivo e processamento da planta nos dias atuais. Aportam-se os estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade como embasamento teórico para favorecer o entendimento do circuito entre erva-mate, atores, passado, presente e futuro. Revelam-se conflitos e contradições acerca das relações ambientais e nas associações e dissociações entre os saberes tradicionais com as pesquisas científica atuais.
PALAVRAS CHAVE: Erva-mate; Estudos CTS; Educação; Sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro
_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Tese de Doutorado
Título: OS GAÚCHOS E A GLOBALIZAÇÃO – Vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil. Autora: LITRE, Gabriela. Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável/Université Sourbonne Nouvelle – Paris 3.

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Trabalho que não está diretamente vinculado aos propósitos de instrução em curso, mas possui o mérito de trazer dados e informações sociais históricas e econômicas que vinculam os espaços territoriais do pampa com processos de globalização.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Trata-se de estudo com incidência em Estados Nacionais do Mercosul que fazem fronteira com o Brasil e o Rio Grande do Sul, neste caso respectivamente Argentina e Uruguai, e que comungam da tradição e do hábito secular de produzir e cultivar a erva mate em seus espaços territoriais.

DESCRIÇÃO: OS GAÚCHOS E A GLOBALIZAÇÃO – Vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil.
RESUMO:

O Estudo sobre pecuária familiar gaúcha, uma categoria especial dentro da agricultura familiar, tem sido longamente ignorada pelo meio acadêmico e pelos tomadores de decisões. O cenário onde a pecuária familiar gaúcha se desenvolve - o Pampa - constitui um bioma em profunda transformação e que, apesar de sua riqueza, possui o menor percentual de área legalmente protegida do mundo, além de passivos ambientais de difícil reversibilidade. Essa desvalorização está na origem da falta de políticas de apoio ao setor e do êxodo massivo de pecuaristas familiares que, marginalizados ou obrigados a criar animais em confinamento (feedlot), optam por arrendar ou vender suas terras a grandes companhias multinacionais de soja ou eucalipto. Os serviços fornecidos pelo Pampa (ambientais, culturais, e estéticos) também estão ameaçados. Nesse trabalho analisaremos as percepções e as estratégias de adaptação dos bovinocultores familiares de corte do bioma Pampa da Argentina, do Uruguai e do Brasil face à concorrência entre a pecuária tradicional e a lavoura em grande escala. Utilizamos os conceitos de vulnerabilidade, resiliência, adaptação e do marco da dupla exposição aos riscos climáticos e socioeconômicos como a explicação teórica mais consistente para a realidade encontrada. Como dados primários, foram entrevistadas 75 famílias de pecuaristas (25 por cada país) com questionários semi-estruturados que procuram identificar as suas trajetórias, organização do trabalho, comercialização, redes de diálogo, posição frente ao risco, motivação e visão do futuro por meio de análise temática. Especial atenção foi dada ao papel das mulheres e dos jovens. De maneira paralela, foram realizadas visitas de campo e entrevistas com acadêmicos, extensionistas rurais, órgãos governamentais e representantes dos pecuaristas. Em segundo lugar, foram analisadas políticas públicas de certificação ambiental para a pecuária familiar em cada país, as marcas geográficas e a rastreabilidade do gado. Estas informações foram obtidas por meio da imprensa local, de censos e de documentos oficiais. Concluímos que a pecuária familiar gaúcha constitui um elo importante entre emprego, produção,

sustentabilidade e contenção social. Também, que a bovinocultura de corte é muito mais do que uma fonte de renda econômica: os pecuaristas e as suas famílias resistem aos obstáculos, cada vez maiores, pois enxergam a atividade como um modo de vida e atrelam sua identidade à natureza. Mesmo se resultam frequentemente desvalorizados, os serviços ecológicos do Pampa já têm começado a adquirir valor econômico e comercial, como acontece com o agroturismo e o ecoturismo pampiano, o sequestro de carbono atmosférico e a certificação ecológica de produtos e processos de produção, como o "boi verde" ou a carne do bioma Pampa.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação (X)Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

ATLAS

RIO GRANDE DO SUL

Erva-Mate

O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de folha verde de erva-mate

A erva-mate, espécie nativa da América do Sul subtropical, tem produção no Brasil nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Na Argentina, ocorre na Província de Misiones, parte da Província de Corrientes e em pequena parte da Província de Tucumã. No Paraguai, ocorre na área situada entre os rios Paraná e Paraguai, segundo a EMBRAPA. O produto, consumido na forma de infusão, era utilizado originalmente pelos nativos antes da chegada dos colonizadores e faz parte, ainda hoje, dos hábitos de grande parte da população dos países do chamado Cone Sul. Atualmente a erva-mate é considerada um importante fitoterápico por suas propriedades medicinais. Variados produtos alimentícios, farmacológicos, cosméticos, entre outros, derivados da erva-mate já se encontram nos mercados brasileiro e de outros países.

O Brasil é o maior produtor desta cultura permanente que assume importância particular nos três estados da região sul do Brasil a partir das iniciativas de melhoramento dos cultivares nas pequenas e médias propriedades rurais, com o desenvolvimento de técnicas silviculturais e com a introdução de mecanização

em parte do processo de produção do setor ervateiro[1]. Mais recentemente, a EMATER/RS criou a Certificação da Qualidade da erva-mate que é pioneira no Brasil. No processo de certificação, são auditados aproximadamente 150 itens que buscam garantir a adoção de boas práticas agrícolas e de fabricação, além de atender a outras normas e legislações visando qualificar, diferenciar e valorizar o produto-símbolo do estado do Rio Grande do Sul no mercado nacional. Constitui também uma das estratégias para conquista do mercado externo.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de folha verde de erva-mate com uma produção média de 278.044 toneladas/ano no período de 2013-2015 - 48% da produção nacional, seguido do Paraná com 212.777 toneladas/ano, Santa Catarina com 80.228 toneladas/ano e Mato Grosso do sul com 2.587 toneladas/ano. Os municípios maiores produtores são: Ilópolis com 55.000 toneladas; Arvorezinha com 61.000 toneladas e Palmeira das Missões com 21.000 toneladas/ano em média no triênio 2013-2015.

[1]A parceria da EMBRAPA Florestas com Universidades, Organizações Estaduais de Pesquisa e Extensão Rural, produtores e empresas do setor ervateiro, vem permitindo o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção e de materiais genéticos mais produtivos e com características de interesse comercial. (EMBRAPA Florestas: Sistemas de Produção, 1 - 2ª edição. ISSN 1678-8281 - Versão Eletrônica. Ago/2010)

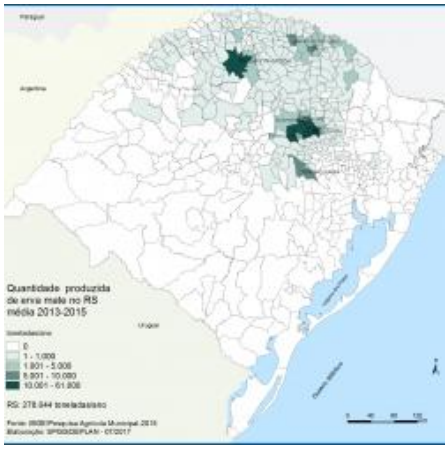
Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de erva-mate 2013-2015 - BR e RS

Ano	Brasil		RS	
	Área destinada à colheita (ha)	Quantidade produzida (t)	Área destinada à colheita (ha)	Quantidade produzida (t)
2000	81.794	522.019	38.773	244.477
2001	96.903	645.965	40.045	252.045
2002	95.872	513.526	44.910	240.252
2003	106.653	501.702	42.688	238.949
2004	85.537	403.281	27.579	222.884
2005	98.804	429.730	40.812	218.982
2006	91.178	434.483	39.787	229.569
2007	89.874	438.474	39.623	259.317
2008	86.996	434.727	38.741	256.352
2009	83.628	443.126	36.876	258.651
2010	71.391	430.305	30.678	260.413
2011	71.344	443.635	30.840	272.719
2012	82.945	513.256	35.000	260.866
2013	74.421	515.451	34.909	265.515
2014	77.645	602.559	35.240	276.232
2015	98.709	602.899	33.137	292.386

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

Quantidade produzida de erva-mate, média 2013-2015 - BR

Quantidade produzida de erva-mate, média 2013-2015 - RS



Anexos

Ficha Catalográfica

Referências e Sites

Notas Técnicas

Ficha Técnica

Mais Anexos

ISBN: 978-85-89443-22-7

Edição: 4ª ed.

Data de atualização: 15 de fevereiro de 2019

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 21º andar - Porto Alegre - RS. Mapa

CEP: 90119-900 - Fone: (51)3288-1545

Desenvolvido pela PROCERGS

Termos de Uso

Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;

Título: A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NA REGIÃO SUL
Autor. CONTO, A. J. Pesquisador- Embrapa PR.

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Trata-se de material apresentado no âmbito do II Congresso sul-americano da erva mate e da III reunião Técnica da Erva Mate. Interessante na medida em que traz dados estatísticos comparáveis dos três estados sulistas sobre ervais nativos e ervais cultivados.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Trata-se de espécie vegetal – *ilex paraguariensis* - que está em processo de instrução no âmbito estadual.

DESCRIÇÃO:

RESUMO: O artigo tem como objetivo fazer uma análise agregada das estruturas produtivas de erva-mate nos três estados da Região Sul, tendo como base os dados do Censo Agropecuário de 1995/96. A análise busca caracterizar os sistemas de cultivo de erva-mate e de extrativismo (ervais nativos) quanto à área, atividade econômica predominante nos estabelecimentos, destino da produção, e tamanho dos estabelecimentos. Somente para os sistemas de cultivo tem-se ainda: uso de insumos, número de pés de erva-mate em produção e plantados no ano, área do plantio com erva-mate. Com isso, pretende-se evidenciar características do sistema produtivo e as diferenças entre os estados.

PALAVRAS CHAVE: Erva mate, sistema produtivo, estados da região sul

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico
Título: SISTEMAS DE PRODUÇÃO TRADICIONAIS DA ERVA MATE: MEMÓRIAS DOS AGRICULTORES DE BITURUNA/ PR Brenda Carolina Busato Rotter (PROVIC), Alessandra Izabel de Carvalho (Orientador), e-mail: ale.marumbi@gmail.com. Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de História.

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Trata-se de sub projeto, vinculado ao projeto "Uso e conservação da araucária na agricultura familiar Fase 2: o papel da erva mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária".

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Trata-se de bem cultural de natureza similar a *ilex paraguariensis* , com incidência em outra unidade da federação, neste caso, o Paraná atualmente um dos principais produtores da erva mate.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Este projeto teve como objetivo identificar saberes culturais e locais da dinâmica que envolve a agricultura familiar e a produção de erva mate, utilizando-se da metodologia história oral nas pesquisas a campo. Tal experiência, junto a produtores tradicionais de erva-mate no Estado do Paraná, permite perceber seus cotidianos e demandas sociais percebendo as subjetividades presentes em cada trecho de narrativa, é essencial no processo de transcrição das entrevistas, para melhor conduzir a escrita e trazer fidelidade da memória narrada à fala transcrita.
PALAVRAS CHAVE: Erva mate, História oral ambiental, produtores tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico (X)Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Relatório (Parte 3)

Título: Produção Industrial da erva mate: "Os Ervais e os Processos de Beneficiamento da Erva-Mate" - PARTE 3 – Relatório Complementar encaminhado à Superintendência IPHAN/RS;
Autor: Equipe Núcleo e Cultura de Venâncio Aires

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Trata-se da parte 3, apresentada como complementação de dados e informação ao IPHAN/RS, no processo aberto de registro e patrimonialização do chimarrão como patrimônio cultural de natureza imaterial nacional.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Merece aprofundamento e delimitação sociocultural e patrimonial precisa como bem cultural de referência brasileira e regional.

DESCRIÇÃO:

RESUMO: Narrativa do percurso da erva mate desde o processo de cultivo até a confecção de seu produto final, o qual é a base do preparo do Chimarrão. Assim, a equipe que produziu o texto buscou discorrer sobre aspectos dos ervais, seus trabalhadores e suas diferentes formas de organização, a tecnologia utilizada, até a importância da regulamentação do setor e a área de abrangência da erva-mate e alguns dados económicos referentes ao Rio Grande do Sul.

PALAVRAS CHAVE: Chimarrão, erva mate, produtores tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____Relatório _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional (X) Outro _ Relatório

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;

Título: AS PAISAGENS DA ERVA-MATE: Uso das Florestas e Conservação Socioambiental

Autores: Anésio Da Cunha Marques Maurício Sedrez Dos Reis e Valdir Frigo Denardin

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Estudo abre a possibilidade de diálogo com as noções de paisagens naturais e culturais a partir da incidência da espécie vegetal da erva mate nativa no Estado.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Aponta aspectos conservacionistas da atividade ervateira na esfera socioambiental.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A erva-mate (*Ilex paraguariensis* St Hil.) é uma espécie arbórea nativa da Floresta com Araucária, de significativa importância econômica e social para grande parte da região sul do Brasil. O objetivo deste trabalho foi estudar as diferentes paisagens dos ervais do Planalto Norte Catarinense (PNC) – principal região produtora de erva-mate nativa de Santa Catarina – e sua relação com a conservação socioambiental, no âmbito da agricultura familiar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e avaliação de ervais, com base em roteiro específico. Foi possível identificar 13 tipos de unidades de paisagens dos ervais que constituem uma base diagnóstica para a gestão sustentável dos ervais e florestas. Concluiu-se que a atividade ervateira apresenta grande importância para a conservação socioambiental no PNC.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura familiar; Conservação socioambiental; Erva-mate nativa; Paisagem Cultural.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro _____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Tese;
Título: HISTÓRIA AMBIENTAL DA ERVA-MATE
Autor: Marcos Gerhardt
Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.
Co-orientador: Prof. Dr. João Klug.

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS

Trabalho relevante, na medida que procura entender a importância da erva mate em sua área de abrangência na região sul americana, a partir da História Ambiental.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Trabalho de natureza multidisciplinar que contém informações significativas para o processo de instrução da erva mate em âmbito estadual.

DESCRIÇÃO:

RESUMO: A pesquisa trata da história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e das sociedades humanas da América Meridional que se envolveram com seu extrativismo, cultivo, comércio e consumo durante o século XIX e nas três primeiras décadas do XX. Utiliza a abordagem da história ambiental e faz um recorte fitogeográfico, isto é, considera a área de ocorrência endêmica da erva-mate, que se concentrava no território de quatro províncias ou estados brasileiros, bem como em parte do território da Argentina e do Paraguai. Objetiva estudar a conservação dos ervais nativos e as mudanças socioambientais que estes sofreram durante o período abordado, as ligações da atividade ervateira com os projetos de colonização e as iniciativas de expansão do mercado do mate por meio da propaganda baseada no conhecimento científico da época. Interpreta e confronta informações obtidas em variada documentação, consultada em diversos arquivos, museus e bibliotecas. Estabelece um diálogo e compartilha conceitos com outras ciências, como a Geografia, a Biologia, a Química e a Ecologia. Conclui que houve profundas mudanças socioambientais nas florestas e nos ervais e que elas decorreram de uma complexa combinação de motivos, especialmente as alterações na legislação, a imigração, os projetos de colonização, o aumento populacional, a pressão do mercado ervateiro, a ação do Estado e as modificações tecnológicas.

PALAVRAS CHAVE: Erva-mate. *Ilex paraguariensis*. História Ambiental.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação (X)Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÀFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico;

Título: A Tríade "Guerra do Paraguai-Erva Mate-Território": a contribuição da *Ilex paraguariensis* para a formação da fronteira do território brasileiro pós-guerra -
Autores: Rubens Silvestrinius , Alisolete Weingartner e Luã Tachibana

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Importância da erva mate na consolidação das fronteiras nacionais na América do Sul.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:
Bem natural e cultural com presença no Mato Grosso e na fronteira de Brasil e Paraguai.

DESCRIÇÃO:

RESUMO: O artigo versa a respeito da presença da erva-mate nativa em solo do antigo estado do Mato Grosso somada às condições sociais encontradas na antiga porção pertencente ao Paraguai. A existência da espécie *Ilex paraguariensis* contribuiu para a consolidação fronteiriça e a nacionalização brasileira na referida área paraguaia. A situação hipotética delineada para este artigo é que a exploração econômica da erva mate nativa na antiga porção territorial outrora pertencente ao Paraguai permitiu a consolidação dos limites fronteiriços entre o Brasil e o Paraguai. O objetivo principal deste trabalho é engendrar uma correlação da influência econômica que a erva-mate nativa simbolizava com os interesses brasileiros para a determinação da fronteira no Pós-Guerra do Paraguai. O método de pesquisa utilizado segue um modelo materialista dialético e os instrumentos de coleta de dados escolhidos foram a pesquisa bibliográfica, entrevistas e a pesquisa eletrônica. A principal conclusão deste trabalho considera que a formação geográfica atual do estado de Mato Grosso do Sul possui uma correlação direta com a erva mate nativa em detrimento de uma ocupação Pós-Guerra do Paraguai

PALAVRAS CHAVE: estudo fronteiriço, conflitos, Companhia Matte Laranjeira, migrações, territorialidade, divisão

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Walmir Pereira Revisão:

Ao Diretor do IPHAE/RS,

Arquiteto Renato Savoldi

Serve o presente expediente para informar que o trabalho técnico preliminar até o momento realizado, conquanto não exaustivo, indica a pertinência da proposição de extensão do instrumento do registro de bem imaterial, em consonância com dispositivos legais vigentes na esfera estadual (Decretos 13.678 e 54.763), ao sistema e às práticas culturais e socioambientais em torno da erva mate concebidas como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Ressalto, também, que o conjunto de materiais já consultados – artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, relatórios técnicos, filmes, vídeos, inclusive, e a existência de ações e projetos de salvaguarda apresenta elementos consistentes que constituem a etapa inicial de identificação e mapeamento - a partir das pesquisas em bases documentais e na extensa bibliografia de referência existente, cobrindo diferentes áreas de conhecimento, sobre o tema e suas múltiplas interfaces. Ademais, inseri no PROA junto com o este expediente alguns materiais em PDF, os quais evidenciam e exemplificam os diferentes tipos de materiais que estão sendo manuseados no movimento de instrução, para alimentação do Processo Nº 20/1100-0000368-1.

Nesses termos, me manifesto pela continuidade do processo de instrução, com vistas ao registro das práticas culturais e socioambientais da erva mate como patrimônio imaterial estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, encaminho o presente expediente para consideração,

Cordialmente,

Walmir da Silva Pereira
SEDAC - Mat. 168863401

AO
Sociólogo Dr. Walmir Pereira

Em atenção ao trabalho realizado até a presente data na instrução do Pedido para Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do RS (titulação utilizada como identificação do processo até o presente momento, podendo ser sugerido outra titulação se entendido de acordo) ,demandado por este IPHAE/SEDAC, informamos que os encaminhamentos estão de acordo e sugerimos a continuidade das análises para composição do Inventário Cultural e demais procedimentos.

Sugerimos ainda que, em relação a ótima qualidade do trabalho apresentado, seja disponibilizado para os demais técnicos do Grupo Patrimônio Cultural Imaterial/ Educação Patrimonial os modelos e procedimentos adotados.

Atte.

Carlos Renato Savoldi
Diretor IPHAE/RS
SEDAC - Mat. 26582161

Documento PROA Assinado

Nome do documento: PEDIDO DE REGISTRO SISTEMA CULTURAL DA ERVA MATE.htm

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Carlos Renato Savoldi	SEDAC / IPHAE / 26582161	04/09/2020 14:53:01

Documento PROA Assinado

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Ensaio Teórico

Título: **Resistência camponesa no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate, Rio Grande do Sul, Brasil**

Autores: LUZ, Moisés da; DAL SOGLIO, Fábio Kessler; KUBO, Rumi Regina. Resistência camponesa no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, mar. 2017. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16068>. Acesso em: 01 oct. 2020.

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

O ensaio teórico remonta a ameaça do desaparecimento da tradição do modo artesanal de fazer erva-mate, em decorrência da modernização da agricultura e da industrialização de sua cadeia produtiva, e a resistência desse saber tradicional através dos grupos sociais do meio rural do RS (camponeses), que seguem praticando-o, unindo conhecimentos tradicionais com elementos modernos.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, sob a ótica dos detentores culturais - camponeses sul-riograndenses - que praticam o modo de fazer erva-mate artesanal (carijo, barbaquá).

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A fabricação artesanal de erva-mate (Ilex paraguariensis A. St.-Hil.) para chimarrão compreende um universo de conhecimento, que apesar da ameaça de desaparecimento, provocada pela modernização da agricultura e a industrialização da cadeia produtiva da erva-mate, segue sendo praticada entre as populações camponesas do sul do Brasil. Em vista disso, agricultores familiares residentes no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, que processam a erva-mate de maneira artesanal, foram o objeto de uma pesquisa, analisando-se a resistência do estilo camponês de agricultura, em contraposição ao modelo dominante de agricultura empresarial e capitalista. Os fatores determinantes para a continuidade desta tradição, e também do modo de vida camponês, são a sucessão familiar, os incentivos (assistência técnica, crédito, políticas públicas), a mão-de-obra

disponível, o rendimento econômico aliado à busca de mercados, o apreço em qualidade e saúde e as dificuldades do trabalho artesanal. Os mecanismos de resistência foram identificados como sendo o comércio informal, a cooperação, a reciprocidade, os quais se aliam à coprodução com a natureza, que se traduz na manutenção e no incremento da base de recursos.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (x) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Larhyssa Dutra Revisão: Walmir Pereira

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo de Jornal

Título: Caminho quilombola; relatos sobre a existência de quilombos no barro vermelho e outras histórias.
Disponível em: <https://folhadomate.com/exclusivo-assinantes/caminho-quilombola-relatos-sobre-a-existencia-de-quilombos-no-barro-vermelho-e-outras-historias/ >. Acesso em: 02 oct. 2020.

Autores: Débora Kist

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

O artigo enfoca na relação entre uma região de cultivo de erva-mate (nos limites de Mato Leitão -RS) e a historicidade negra local, no contexto de meados do séc.

XIX e XX. Remonta a questão do patrimônio na perspectiva étnica.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, vista sob o viés da historicidade negra da região de Mato Leitão, Venâncio Aires, Passo do Sobrado e Vale Verde (RS) em meados do séc. XIX e XX. Segundo o artigo, relatos asseguram a forte possibilidade da existência de quilombos nas regiões de plantio de erva-mate, onde muitos negros trabalhavam (alguns em condição de escravização). Conta-se, nos relatos, que as condições de trabalho e recompensa no erval - bem como a relação entre patrão e empregado - tinham tão boa reputação pelos arredores que outros negros escravizados fugiram da região do Rio Pardo para começarem a se acolocar ali; daí o início dos rumores acerca dos quilombos.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O artigo resgata a historicidade negra da região entre Venâncio Aires, Mato Leitão, Passo do Sobrado e Vale Verde (RS), através de relatos de memória coletiva que testemunham a favor da existência de quilombos no barro vermelho (situado nos limites de Mato Leitão). A história chave que desenrola o artigo é a da família e descendentes de Randolfo Rodrigues Chaves (1850-1930); seu bisneto (Nilson Rodrigues Chaves, 71 anos) é quem transmite o que ouviu de seu pai sobre seu bisavô. Conta a história que Randolfo já adulto veio de Passo Fundo, trazendo e plantando a erva-mate no barro vermelho. A época era pouco antes da abolição, nos fins do Brasil Império. Foi na atual região de Mato Leitão, onde se formou a Vila Santo Antônio, que Chaves construiu sua casa e morou com sua esposa e filhos. O homem chegou a ter escravos, comprados em POA, e mantinha negros e brancos trabalhando enquanto agregados, para ajudar nas lavouras de erva-mate. Testemunha-se nos relatos a boa relação entre patrão e empregados, pois, para aqueles que trabalhassem bem, depois de um tempo, Randolfo dava um pedaço de terra. Não era reconhecido nos arredores como homem mau, mesmo antes de 1888 e sempre procurou recompensar quem trabalhava. Essa fama correu tanto território afora que daí surgiu a ideia de que, por esta razão, vários escravos, fugindo do vasto território de Rio Pardo, se refugiaram por ali. E por terem sido acolhidos, surge a dúvida da possibilidade de, naquelas redondezas, ter-se formado um quilombo. A história contada no artigo é relatada na pesquisa do professor de história Jair Luiz Pereira, feita no fim dos anos 90, achada nos livros “Abrindo o baú de memórias” e “Buscando raízes”, que reafirma que os possíveis quilombolas fugiram da região que fica entre os atuais limites de Venâncio, Passo do Sobrado e Vale Verde; vinham cruzando mato até uma fazenda em Santo Antônio, até encontrarem refúgio nas terras onde plantavam erva. Como vieram fugidos, procuravam apagar vestígios da sua

existência, por isso muito do material que se tem é suposição e confiança em memórias. Segundo o professor, a possibilidade de um quilombo em Mato Leitão ajuda a explicar a grande presença de negros em Santo Antônio, que era ainda mais forte até meados do séc. XX. Ademais se diz sobre Vila Santa Emília, também região de barro vermelho de cultivo de erva-mate, que se situa nos limites com Mato Leitão, rumores de que tenha havido um quilombo. Se sabia que, nas proximidades do Cemitério dos Machado, havia um local chamado “quilombo”, onde negros se reuniam, praticavam seu culto e faziam festas, mas sem terem fugido dos donos.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( ) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro (x) Artigo de Jornal

Transcrição:_____

Elaboração: __Larhyssa Dutra _____ Revisão: Walmir Pereira_____

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo de Jornal

Título: Comunidade Quilombola Correa: Inventário Turístico de Giruá
Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/880/comunidade-quilombola-correa.html >. Acesso em: 02 oct. 2020.

Autores: Portal das Missões

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

Artigo sintetizado sobre as agro atividades em ação no Quilombo Corrêa em Giruá, com ênfase no feitio artesanal de carijo, praticado pelos quilombolas. Bom material de referência dos grupos étnicos da atualidade que seguem praticando os modos de fazer carijo.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, sob a perspectiva étnica dos quilombolas do Quilombo Corrêa (Giruá-RS) - detentores culturais do saber fazer carijo; modo artesanal de preparo para consumo de erva-mate enquanto bebida -.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Se localiza no Distrito de São Paulo das Tunas, no interior do Município de Giruá. Está situada entre morros, têm área bastante pedregosa e cortada por um pequeno riacho. O quilombo existe há mais de 50 anos e, atualmente, 8 famílias afros residem nele, compartilhando uma área de 6 hectares de terra, onde cultivam diversos alimentos (milho, trigo, feijão, amendoim, mandioca, batata, cana-de-açúcar, soja, ervas medicinais) criam animais como galinhas, bovinos e cavalos. A atividade de destaque da comunidade, no entanto, é a produção de erva-mate de carijó, feita de forma artesanal. O carijó é uma espécie de girau (cama feita de cipós) em grade, feito de madeira descascada com amarrações de cipó. Em cima dessa grade colocam-se os fardos das folhas de erva-mate para secar com o calor do fogo que é ateado embaixo.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( ) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro (x) Artigo de Jornal

Transcrição:_____

Elaboração: _Larhyssa Dutra_____ Revisão: _Walmir Pereira_____

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo científico

Título: Relações Sociais e a Erva-Mate em Terra Indígena Kaiowá e Guarani

Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/668 >. Acesso em: 02 oct. 2020.

Autores: Raul Alffonso Rodrigues Roa; Reginaldo Brito da Costa; Antonio Jacó Brand; Josemar de Campos Maciel; Wagner José Martins

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

O artigo objetivou entender as relações dos Kaiowa e Guarani com o extrativismo da erva-mate, que gerou grande desenvolvimento econômico dentro de Mato Grosso do Sul, especialmente na região de concentração de ervais nativos (sul de MS). Com a passagem do tempo e novas disposições sociais e territoriais, as florestas nativas passaram a ser suprimidas e a Terra Indígena de Caarapó (MS) também foi um caso de região com grande redução de ervais nativos; alguns remanescentes de vegetação ainda permanecem neste território com indivíduos que tomam responsabilidade de fazer a manutenção para a sobrevivência da erva-mate. o artigo visa compreender, em um ambiente de constantes mudanças do entorno de suas áreas, como estão as relações da etnia com a erva-mate e suas implicações na organização social (dentro da Terra Indígena de Caarapó), levando em conta que os Guarani Kaiowá possuem relações cosmológicas com a planta. As questões que orientaram as entrevistas foram: a importância da erva-mate dentro da etnia, como e porque ocorreu o desaparecimento da erva-mate na aldeia e, por fim, quais os prejuízos mais observados em decorrência da ausência da espécie.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, sob perspectiva da historicidade e cosmologia dos Guarani Kaiowá de Caarapó (MS). O artigo explora a complexa relação da territorialidade dos ervais nativos de erva-mate da região sul do MS; o extrativismo que resultou no cercamento do homem branco em volta da reserva indígena da etnia e, consequentemente, na interação entre os Guarani Kaiowá e os brancos. Em decorrência dessa maior interação, os significados da planta para a etnia

começaram a sofrer alterações ao passar do tempo, até o ponto em que se iniciou o processo de desaparecimento da erva-mate na região da aldeia e, logo, a perda dos conhecimentos ancestrais da etnia, em relação a planta e seus usos, pelas gerações mais novas desta comunidade.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O presente estudo objetivou entender como estão as relações dos Kaiowá e Guarani com a erva-mate e as implicações na organização social,na Terra Indígena de Caarapó,MS, em um ambiente em constantes mudanças do entorno de suas áreas, o que implica uma breve consideração da percepção tipicamente indígena da territorialidade. Abordam-se, neste contexto, aspectos da organização social e territorialidade indígena, com base na literatura e em relatos de informantes raros da comunidade indígena. Os resultados da pesquisa demonstraram que a sustentabilidade dos Kaiowá e Guarani passa necessariamente pelo fortalecimento da organização social, a partir das famílias e das relações de parentesco que são produzidas e reproduzidas nos territórios, permitindo a manifestação de territorialidades específicas.O estudo da erva-mate dentro da Reserva Indígena, em Caarapó, torna-se importante enquanto confere alternativa concreta no sentido de apontar estratégias que serão discutidas e aplicadas ao longo do tempo. A interlocução com os atores do processo é relevante, pois valoriza o conhecimento tradicional e contribui para a exequibilidade de ações futuras voltadas para a sustentabilidade interna

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (x) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro

Elaboração: Larhyssa Dutra Revisão: Walmir Pereira_____

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI – SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS
DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo de Jornal Título: Rio Grande Indígena Disponível em: <https://jornaldomercado.com.br/rio-grande-indigena/ >. Acesso em: 02 oct. 2020. Autores: Letícia Garcia - Jornal do Mercado
CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS: O artigo serve como bom texto sintético e introdutório para falar dos casos indígenas específicos do RS acerca de sua historicidade, introduzindo um apanhado geral do que se sabe das etnias que entraram em contato com a erva-mate e passaram a tecer relações cosmológicas com esta e seus usos.
IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, sob a perspectiva histórica sintetizada das etnias indígenas nativas do Rio Grande do Sul. No artigo, depois de feito um apanhado geral histórico de algumas etnias, fala-se que, em decorrência das Missões Jesuíticas e de suas relações políticas e comerciais, a região do RS era responsável pela produção de fumo, erva-mate e charque, ligadas ao processo colonial de exploração pelos espanhóis. Em função da interferência dos povos colonizadores neste período, diferentes povos indígenas passaram a interagir: os Guarani foram levados a criar gado no território dos Xokleng e a plantar erva-mate em terras Kaingang; trazendo, assim, evidência histórica do contato dos Guarani no cultivo de erva-mate em terras de outras etnias.
DESCRIÇÃO: RESUMO: Bem como diz o título, o artigo do Jornal do Mercado busca trazer mais sobre a historicidade indígena - no RS - buscando levar em conta a diversidade cultural e étnica presente no estado, uma vez que algumas histórias ganham mais visibilidade do que outras; a história dos imigrantes europeus é amplamente difundida, enquanto pouco se ouve sobre a historicidade cultural dos povos indígenas nativos do RS. Focaliza-se então em tratar, de forma resumida, da história das cinco matrizes indígenas que compõem o legado do RS: os Charrua, Guaranis, Kaingangs, Minuanos e Xoklengs. Participam do artigo, enquanto compositores de muitas da referências tratadas, o coordenador institucional do

Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi) Rodrigo Venzon e o historiador, pesquisador e professor de História Cláudio Knierim.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( ) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro (x) Artigo de Jornal

Transcrição:_____

Elaboração: Larhyssa Dutra _____ Revisão: Walmir Pereira____

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo de Jornal

Título: Alimentação dos Kaingang, ontem e hoje
Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/Alimentacao_Kaingang.pdf >.
Acesso em: 02 oct. 2020.

Autores: Wilmar D'Angelis e Juracilda Veiga - Portal Kaingang

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

Artigo sintetizado realizado pelo Portal Kaingang: composto pela antropóloga indigenista Juracilda Veiga e pelo linguista indigenistsa Wilmar D'Angelis. Ambos atuam com as comunidades Kaigang entre outras etnias. *Documento interessante para se ter referência de comunidades Kaingangs da atualidade que ainda mantém contato com o cultivo de erva-mate em suas práticas socioculturais*.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, sob a perspectiva dos Kaingangs e de sua história alimentar. O artigo traz que o costume do chimarrão é multissecular entre os Kaingang, e muitas vezes está apenas associado aos Guarani, porque os espanhóis tomaram conhecimento da bebida através desta etnia indígena. No entanto, segundo a matéria, o chimarrão é uma invenção dos Kaingang, que são muito anteriores aos Guarani na região sul do Brasil. Antigamente, os Kaingang coletavam sua própria erva-mate dos pés; no entanto, não se sabe muito sobre os modos de preparo tradicionais (sapeco e secagem). Atualmente,segundo o artigo, são raras as terras Kaingang que ainda possuem pés de erva-mate dentro de seu perímetro.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O artigo trata sobre as quatro fontes importantes de alimento no passado dos Kaingang - a coleta, a caça, a pesca e a agricultura - e faz uma análise sintetizada de como a situação atual dessas fontes de alimento na maioria das aldeias se encontram profundamente escassas em decorrência da destruição da flora (e consequentemente da fauna) por parte do governo e outras iniciativas. Acabou sendo introduzido, como consequência destes processos, as criações de porco e galinha em algumas aldeias, além de se tornar comum que a maioria dos Kaingang consumam hoje muitos produtos industrializados, que vem de fora das aldeias (refrigerantes entre outros produtos que geram problemas com descarte de embalagens plásticas). Alguns hábitos alimentares do passado ainda permaneceram, como a base da alimentação sendo feijão acompanhado de arroz ou receitas tradicionais de cangica de milho; outros mudaram, como a compra de carne de gado na maioria das aldeias, coisa que há cerca de 50, 60 anos não era comum. Em razão das mudanças de hábitos alimentares em que os Kaingang foram submetidos, por consequência das novas dinâmicas territoriais que não respeitam suas terras e arredores, o artigo finaliza trazendo a crítica de que, em função disso, hoje a obesidade, a hipertensão e o diabetes são problemas de saúde comuns entre as comunidades da etnia.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( ) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro (x)

Artigo de Jornal

Transcrição:_____

Elaboração: Larhyssa Dutra _____ Revisão: __Walmir Pereira_____

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo de Jornal

Título: Erva-mate: a historicidade cultural ka'a na formação regional

Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/colunistas/yhuldes-giovani/erva-mate-a-historicidade-cultural-kaa-na-formacao-regional >. Acesso em: 02 oct. 2020.

Autores: Yhuldes Giovani - Jornal Ponta Porã (MS)

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

O artigo mira nos diferentes significados socioculturais que a erva-mate adquiriu ao longo de sua trajetória histórica, por diferentes povos. Nele -artigo- a temática da erva-mate abrange os territórios do Brasil (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), Argentina, Paraguai e comenta aspectos seculares da presença de vestígios de material de erva-mate, moída com outros objetos em oferendas funerárias, encontrados nas sepulturas de povos do Peru, tendo sido consumida também pelos ameríndios Incas e Quíchuas.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, sob perspectiva histórica e territorial de seus usos, história e significados socioculturais ao longo do tempo.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O artigo buscou produzir um estudo, através de seu referencial teórico, sobre a influência da erva-mate nativa, dentro do desenvolvimento regional de sua exploração e produção, para compreender sua historicidade, seu papel ao longo dos séculos. Remonta seus usos ancestrais pelos diferentes povos indígenas,

muito antes da chegada dos colonizadores, e traz o mitos cosmológico Guarani acerca da erva. Segue a linha cronológica da invasão territorial europeia, que ocasionou a exploração em maior escala dos ervais e, consequentemente, mudou a relação dos indígenas locais com a planta, criando o costume de consumi-la com mais frequência na rotina. Daí segue-se a sucessão temporal até chegar nos termos atuais e populares a que nos referimos a bebida originada da erva-mate: chimarrão, e do aporte industrial que se criou em volta dela. Em suma, o estudo busca, através de uma linha temporal, compreender quais sentidos socioculturais permearam a erva-mate através de seu contato com diferentes povos.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Documento Oficial: _____ Tipo: _____

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( ) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro (x) Artigo de Jornal

Transcrição:_____

Elaboração: Larhyssa Dutra_____ Revisão: Walmir Pereira_____

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL EM PRÁTICAS DA ERVA MATE
FONTES DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICAS E IMAGÉTICAS

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo de Jornal (? perguntar Walmir) *(projeto da UFRGS)*

Título: ERVA-MATE: histórias, produtos e processamento

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alimentus1/objetos/erva-mate/#/apresentacao.html >. Acesso em: 02 oct. 2020.

Autores: Fabiana Perini, sob orientação de Julio Alberto Nitzke

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS:

O projeto está fixado no site da UFRGS em página própria e é organizado de acordo com os tópicos relacionados a erva-mate. É um material extremamente didático e acessível; Trata dos aspectos biológicos e químicos do cultivo e da própria erva-mate, das regiões de ocorrência dos ervais nativos, das etapas de processamento industrial da erva (com menção breve aos métodos tradicionais de secagem da planta), traz as normas técnicas estabelecidas desde a colheita até a obtenção do produto final da produção do chimarrão. É um bom material didático para se compreender o que se passa na produção industrial da erva-mate em cada etapa de processamento.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO:

Trata-se do mesmo bem cultural - a ilex paraguariensis - , em processo de instrução no âmbito estadual, na perspectiva de um projeto didático que fornece diversos conteúdos relacionados a cultura da erva-mate, própria do sul do Brasil: da agricultura ao processamento, produtos originados da planta e características atreladas a ela (composição, lendas, etc).

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A Querência da Erva-mate é um projeto de aprendizagem que se propõe a apresentar didaticamente diversos conteúdos relacionados a esta cultura tão importante para o sul do Brasil. As informações estão agrupadas em quatro pagos: Agricultura (informações sobre o plantio da erva-mate), Processamento (todas as etapas necessárias para transformar a erva-mate em erva para chimarrão), Produtos (principais formas de consumir a erva-mate) e Características (lendas, composição, como fazer chimarrão, etc); em cada um destes, no futuro, tem-se um jogo que ajuda verificar o quanto os conteúdos foram apreendidos.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( ) Artigo Científico ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Livro (x) Artigo de Jornal
Elaboração: _Larhyssa Dutra_____ Revisão: _Walmir Pereira_____

-

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SEDAC 168863401 IPHAE
SUBSTITUÍDO
GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA CULTURA
16/11/2021 17:59:47

Informação Técnica Nº 216 Porto Alegre 24 de outubro de 2021

PROA: 21/1100-0000368-1

Assunto: Bases Legais e Orientativas à realização da Etapa do Inventário Cultural da Erva Mate no RS; Demanda de Recursos Humanos e Prazos de Execução do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural.

A presente Informação Técnica tem como finalidade a elaboração de orientações com vistas à realização da etapa do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento no processo em curso de instrução do registro da erva mate como patrimônio cultural na esfera estadual.

1.INTRODUÇÃO:

> 1.Inventário é por definição rol completo: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a exaustividade;
>
> 2. Para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituí-lo. (...)
>
> 3. Inventariar, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial. (Antônio Augusto Arantes, p.28-2000)

Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar Porto Alegre RS 90119-900 Fone/Fax: (51) 3288-7532 iphae@sedac.rs.gov.br www.iphae.rs.gov.br

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

A experiencia societal brasileira contemporânea, no que respeita à arena de estruturação das políticas públicas no campo do patrimônio cultural, corrobora como marco jurídico constitucional referencial as normativas e prerrogativas alicerçadas na **Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988**.

Por sua vez nos domínios territoriais do Rio Grande do Sul, os bens culturais e as manifestações de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha - os saberes e fazeres da cultura popular e dos povos indígenas originários e das coletividades tradicionais, as festas, as celebrações e as religiosidades, as danças e as musicalidades, os rituais, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura de tradição oral — estão protegidos sob a égide do decreto lei nº **13.678, de 17 de janeiro de 2011**, o qual dispõe sobre o patrimônio cultural imaterial entendendo-o como "o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciados no cotidiano das comunidades." (Art. 1o, & 1o – Lei 13.678, atualizado pela **Lei nº 14.155 de 20 de dezembro de 2012** e pelo **Decreto Nº 54.763, de 17 de agosto 2019,** que regulamentou a Lei Nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011).

Considerando as normativas e preceitos legais vigentes no Decreto Nº 54.763 e na **Instrução Normativa SEDAC/IPHAE Nº 01, de 10 de agosto de 2021**, a qual estabelece os procedimentos administrativos, técnicos e a documentação necessária para instrução dos processos de Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências, o incremento de uma política patrimonial direcionada à esfera imaterial aparece como uma forma de reconhecimento dessas expressões culturais e como efetivo movimento de sua valorização e de fomentar o compromisso dos agentes e agências de Estado em identificar, documentar, inventariar, registrar e estabelecer ações de salvaguardas que contribuam para continuidade dos bens culturais imateriais em âmbito da esfera estadual sul-rio-grandense.

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 17:59:47

Considerando esta abreviada introdução e os dispositivos técnicos de segurança jurídica vigentes supracitados, assim como a imperiosa ampliação deste arcabouço administrativo legal com a impostergável consolidação do **Programa Estadual do Patrimonio Imaterial (PEPI/RS**) e da **Câmara Temática do Patrimonio Cultural Imaterial (CTPCI)**, evidenciam-se a seguir passos necessários para contextualização e realização da Etapa do Inventario de Identificação e Produção de Conhecimento sobre o bem cultural erva mate, concebido enquanto foco de ação patrimonial estadual.

2.ETAPA DO INVENTÁRIO CULTURAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO CONTINUIDADE DE INSTRUÇÃO AO PROCESSO DE REGISTRO DO SISTEMA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DA ERVA MATE

2.1.SOBRE O INVENTÁRIO de identificação e produção de conhecimento dos bens culturais de natureza imaterial: O instrumento inventário cultural consiste em uma ampla pesquisa de campo, documental e de natureza bibliográfica. Em termos objetivos, a materialização do processo de inventariação a partir da elaboração de um roteiro básico de coleta de dados etnográficos, espaciais, territoriais, sócios históricos, e outras informações virtualmente relevantes ao processo de patrimonialização de bens imateriais, é constituído por um conjunto determinado de fases e de fichas técnicas adaptado ao bem cultural em pauta, conforme detalhamento a seguir.

2.2.SOBRE O INSTRUMENTO METODOLOGICO E SUA APLICAÇÃO

Em se tratando da experiência piloto de instrução ao processo de registro do bem cultural erva mate como patrimônio cultural sul riograndense, o procedimento sistemático de ajustamento das fichas do instrumento de inventariação cognominado **Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE** deverá ser realizado em diálogo entre a equipe técnica integrante da área do patrimônio imaterial do IPHAE/SEDAC e a equipe executora do inventário, com o objetivo de construir um caminho metodológico consistente que resulte na coleta de dados e informações dilatadas e detalhadas sobre o bem cultural em situação de instrução técnica com vistas ao futuro registro na esfera estadual.

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 17:59:47

Neste caso específico da instrução em curso do registro do Sistema Socioambiental e Cultural da Erva Mate–, em conformidade com documentação apensa ao **PROA: 21/1100-0000368-1,** o corpo técnico institucional da agência proponente e os agentes integrantes da equipe de execução terão as seguintes atribuições ao longo da etapa de inventariação:

Atribuições da Equipe Técnica da Área do Patrimônio Imaterial do IPHAE/RS: Organizar e encaminhar os procedimentos de instrução do processo de registro de bem cultural, realizar qualificação da demanda e executar a pesquisa documental e bibliográfica e de fundamentação e identificação do bem de natureza imaterial e dos potenciais detentores deste bem cultural para fins de instrução do processo de registro; Disponibilizar como suporte metodológico o Sistema de Rastreamento Cultural - para realização do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do bem cultural erva mate; Assessorar e instrumentalizar, a partir da realização de reuniões e trabalhos de campo junto aos grupos sociais, comunidades, coletivos e/ou pessoas detentorxs do bem cultural em apreciação/instrução, a equipe técnica responsável pela execução do inventario de campo; Promover e realizar a capacitação da equipe de pesquisadores responsáveis pela execução da etapa de inventariação.

Atribuições da Equipe Executora de Etapa e das Fases do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural Imaterial: Em princípio, a equipe executora necessitará ser contratada pela SEDAC/IPHAE, com o objetivo de realização da etapa do inventário de campo; Dentre os pesquisadores integrantes da equipe executora desta etapa deverá estar contemplada presença com participação ativa, em particular na execução do trabalho de campo e nas reuniões in loco nos espaços territoriais de incidência do bem cultural erva mate, dos referentes culturais e detentores mapeados e identificados a priori pela instituição proponente . Nesta etapa do inventário cultural acontecerão as atividades de pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo (envolvendo mapeamento, entrevistas com

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO

roteiro flexível, captação de imagens fotográficas, gravações de áudio e vídeo) sobre o bem cultural em processo de Registro na esfera estadual.

Observância das Fases e Aplicação das Fichas do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate: O adequado emprego, compilação e análise das Fichas na concretização do Inventário Cultural, tendo como referência básica a adoção da metodologia do Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE, deverá observar a existência e articulação de 3 fases. Na medida em que o preenchimento das Fichas correspondentes a cada uma das Fases seja finalizado, essas fichas deverão ser encaminhadas à equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE para conhecimento e avaliação técnica. Após manifestação técnica com o aval do IPHAE para prosseguimento dos trabalhos da Etapa de Inventariação, a equipe executora poderá dar início a Fase subsequente do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate.

A seguir, uma ilustração objetiva com a indicação sobre as Fases e Fichas a serem instrumentalizadas no processo de inventariação cultural do bem cultural erva mate:

Fase 1 – Mapeamento: Nesta fase inicial compete à equipe executora a ser contratada para realização da etapa de inventariação, em diálogo e consenso com a equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE, apresentar um Plano de Trabalho com prazos e objetivos plausíveis e bem delineados. Dentre esses objetivos deverão estar indicadas e justificadas as localidades em que a equipe contratada pretende realizar a pesquisa de campo e quem serão os referentes socioculturais detentores da bem cultural erva mate que integrarão a equipe de inventariação, assim como deverão estar indicados os referentes que essa equipe pretende entrevistar durante o período de execução do inventario cultural. Para cumprimento da Fase 1 – Mapeamento -, os pesquisadores da equipe contratada deverão preencher a Ficha 1.

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO

Ficha 1 – Mapeamento: A Ficha 1 tem a finalidade básica de planejamento, na medida em que deverá indicar as Localidades a serem inventariadas e as pessoas reconhecidas como portadores de referência cultural a serem entrevistadas, assim como deverá apresentar os dados demográficos, econômicos, geográficos, históricos, socioculturais; político-administrativos; socioambientais; etc. dos territórios em que presentemente encontra-se localizado o bem cultural erva mate. Necessário indicar que a Ficha 1 tem também a função de possibilitar às equipes técnicas, tanto da área do Patrimonio Imaterial do IPHAE como da organização contratada, ter uma visão amplificada da dimensão do espaço territorial e administrativo abrangido pela Etapa do Inventário Cultural, pois, junto com o preenchimento da Ficha 1, deverá ser entregue pelos pesquisadores de campo o Anexo I – composto de Mapas e de Fichas Bibliográficas.

Anexo I – Mapas: o Anexo I – Mapas consiste na disponibilização de um conjunto de mapas político-administrativos com marcações precisas e indicação da localização de cada um/a dos/das detentores/as do bem cultural em apreciação entrevistados/as.

Fichas Bibliográficas: contêm sinopses e breves resenhas que explicitam a relevância de cada referência bibliográfica indicada para a pesquisa de inventariação da bem cultural erva mate.

Fase 2 – Entrevistas

Roteiros de Entrevistas: Consiste na elaboração, de modo participativo entre equipe técnica do IPHAE e equipe contratada para execução da Etapa de Inventariação, de roteiros específicos para entrevistar os diferentes referentes identitários, socioculturais, étnicos, raciais e culturais que se relacionam diretamente com o bem cultural em processo de instrução no âmbito do IPHAE. As entrevistas, como parte da produção do inventário de identificação e produção de conhecimento, serão realizadas pela equipe contratada com

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

assessoria e apoio do corpo técnico do IPHAE e da instituição proponente. Durante o processo de realização das entrevistas pela equipe de inventariação cultual contratada, deverá ocorrer a captura e posterior processamento de imagens fotográficas e sons (vídeos; gravações; etc.)

Fase 3 – Identificação

Ficha 2 – Identificação: tem como objetivo precípuo produzir conhecimento sobre o Bem Cultural a partir do cruzamento de informações coletadas ao longo da pesquisa de campo com as informações levantadas durante a pesquisa bibliográfica. No momento de preenchimento em campo da Ficha 2 é importante realizar a **descrição detalhada dos itens integrantes** da mesma e, além disso, realizar a **análise e interpretação** dos **dados coletados em campo** durante a pesquisa in loco com os detentores. A ficha 2 deverá finalizar com a apresentação pelos pesquisadores da equipe contratada de um conjunto de Recomendações, de natureza propositiva e exequível, que viabilizem no curto e no médio prazo o estabelecimento de um Plano de Salvaguarda para o bem cultural em processo de inventariação.

2.3. RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOVLVEIMENTO DA FASE DO INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIEMNTO DO BEM CULTURAL ERVA MATE

* Necessário conhecimento prévio e assimilação do conjunto das informações técnicas e documentos apensos, até o presente momento, ao PROA de Nº 21/1100-0000368-1;

*Salientar durante produção da escrita e entrega do Relatório Final, com fundamento nas pesquisas de campo, documental e bibliográfica, que o circuito socioambiental e cultural de produção, distribuição e consumo da erva-mate existe para além do espaço geográfico do Rio Grande do Sul, estando presente na região sul e no estado de Mato Grosso do Sul na região Centro Oeste. Importante registrar sua presença, também, na esfera socioambiental e geocultural do MERCOSUL, ainda que esse domínio cultural e territorial não seja a esfera privilegiada de atuação e jurisdição das ações patrimoniais do

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

IPHAE/RS. Esse aspecto merece atenção, pois abre espaço para possibilidades de ações patrimoniais futuras em parceria entre múltiplos agentes e agencias patrimoniais regionais, nacionais e supranacionais, envolvendo o bem cultural erva mate em escala continental;

*Arquitetar ao longo da execução do inventário de identificação e produção de conhecimento, e em seu Relatório Final, a ênfase no processo de salvaguarda: evidenciando o que já foi realizado a nível de proteção jurídica (leis, decretos, projetos/trabalhos/ações da Embrapa e da Emater, etc.), buscando ressaltar, para além do que já existe enquanto instrumentos protetivos, quais ações patrimoniais constituem prioridades na salvaguarda do bem cultural e na valorização e reconhecimento de seus detentores tradicionais, durante e a posteriori ao processo de registro;

*Considerar que entre os avanços substantivos da legislação patrimonial estadual no campo dos bens culturais imateriais, apesar de inconclusiva dado que as pendências de oficialização do PEPI e da CTPCI permanecem, merece destaque a imperativa presença e participação das comunidades, coletivos identitários, étnicos e agentes patrimoniais locais detentores no processo de a identificação, atribuição de valor e reconhecimento de seus bens culturais, o que autoriza a realização de experiências inovadoras em relação a constituição de inventários participativos e na formatação de propostas direcionadas para contemplar ações de proteção e salvaguarda na área de educação patrimonial, principalmente na educação básica mas igualmente na educação superior, assim como abre caminho para o reconhecimento e acolhimento das demandas patrimoniais dos diversos e diferentes povos, coletivos étnicos, grupos sociais e identitários existentes no território sul riograndense.

SEDAC 168863401 IPHAE
SOBRESTRUÍDO
16/11/2021 17:59:47

3.FORMULAÇÃO,EXPLICITAÇÃO DA DEMANDA E RECURSOS HUMANOS PARA CONTINUIDADE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE – ETAPA DO INVENTARIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O BEM CULTURAL ERVA MATE

INSTRUÇÃO TÉCNICA DO PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL – IPHAE/RS

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL
DA ERVA MATE NO RIO GRANDE DO SUL

DESCRIÇÃO DE DEMANDAS PARA CONTINUIDADE DO
PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Inventário do Patrimonio Cultural Imaterial

BEM CULTURAL EM DESTAQUE: Erva Mate

NATUREZA DO BEM CULTURAL: Patrimonio Cultural Imaterial

TIPO DE DOCUMENTO E ENTREGA FINAL À IPHAE/SEDAC:

Relatório de Pesquisa Etnográfica e Histórica do bem cultural erva mate, a ser produzida a partir de estudos e pesquisas circunstanciados, os quais, também, sejam capazes de mapear e identificar bens culturais conexos ao bem cultural em processo de instrução de registro na esfera estadual.

TEMPO DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 06 meses (01/11/21 a 30/04/2022)

TIPO DE AÇÃO: A ação consistirá no cumprimento da etapa técnica do Inventário Cultural com vistas à inserir subsídios ao PROA N º , **20/1100-0000368-1** ,aberto com a finalidade de instrução do processo de registro estadual do bem cultural erva mate.

ETAPAS E DATAS DE ENTREGA DA AÇÃO PREVISTA:

Etapa 1. Capacitação e Equipe – 20 de novembro de 2021

Etapa 2. Relatório Parcial - 31 de dezembro de 2021

Etapa 3: Relatório Final - 30 de abril de 2022

DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NO PROCESO DE REGISTRO E VALORIZAÇÃO DO BEM CULTURAL ERVA MATE NO ÂMBITO ESTADUAL

*Publicização, para o conjunto da sociedade gaúcha em geral, das etapas e do processo de patrimonialização do bem cultural de natureza imaterial erva mate;

*Mediação e participação ativa dos agentes e agencias patrimoniais das esferas

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

pública e privada, estatal e da sociedade civil no processo de patrimonialização da erva mate;

*Reconhecimento e valorização das expressões culturais e identitárias, manifestações e performances vinculadas aos povos e coletividades tradicionais, em particular povos indígenas e quilombolas territorializados no espaço territorial do Rio Grande do Sul;

DEMANDAS DE RECURSOS HUMANOS

***Formação de Equipe de natureza Interdisciplinar** coordenada por antropólogx social, com participação e presença ativa dos detentores tradicionais do bem cultural em destaque, objeto do presente processo de instrução técnica de registro.

***Participantes da equipe**: 02 antropólogxs, 01, geografx, 01 sociológx, 01 museologx; 02 cientistas sociais (sendo 01 bolsista de graduação e 01 graduadx);

03 referentes socioculturais indígenas habitantes em Terras indígenas no Estado, em área territorial (aldeia/Terra Indígena) atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;

01 referente sociocultural quilombola, habitante em comunidade no estado do Rio Grande do Sul em área territorial atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;

03 referentes socioculturais de agricultores tradicionais habitantes no Rio Grande do Sul em área de incidência atual com práticas e cultivo de erva mate tradicional.

Capacitação e Treinamento de Equipe: Os recursos humanos contratados pelo período de 06 meses receberão capacitação prévia (etapa 01) para a execução das etapas 02 e 03 necessárias para produção da ação prevista, sobretudo em termos metodológicos e nos aspectos legais/formais a serem observados. A capacitação em questão será realizada pela área técnica do Patrimonio Cultural Imaterial do IPHAE/RS, durante o mês de outubro.

ETAPAS/PERÍODOS DA AÇÃO DE INVENTÁRIO CULTURAL

1. Constituição de Equipe Técnica: contratação (ou instrumento similar) de 14

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/21 17:59:47

pessoas, conforme abaixo: (outubro/novembro/Etapa 01)

2. Contratação de 07 técnicos de nível superior, em conformidade com especificação supramencionada. (outubro/novembro/Etapa 01)

3.Contratação de 07 detentores socioculturais referentes de práticas culturais associadas ao bem cultural erva mate tradicional. (janeiro – abril de 2022); (outubro/novembro/Etapa 01

4. Capacitação para realização da Ação proposta; (outubro/novembro/Etapa 01)

5. Realização de Etapa Documental (novembro/Etapa 02)

6. Realização da Etapa de Pesquisa de Campo (dezembro a março de 2022/Etapa 03)

7. Formatação e Entrega de Relatório Final (abril de 2022/Etapa 03).

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

4.ANEXOS - FICHAS 1 (MAPEAMENTO); FICHA 2 (IDENTIFICAÇÃO) - BENS IMATERIAIS - SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL DO IPHAE/RS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M BENS IMATERIAIS

FICHA 1 - MAPEAMENTO

Ficha Nº

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL:

IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

Denominações do Sítio (quais os nomes conhecidos da área territorial onde se encontra disseminado o bem cultural?):

Listar os municípios de incidência do bem cultural:

Descrição e justificativa da localização da área inventariada (descrever as características geográficas da área inventariada, como relevo, clima, fauna, flora, etc. e qual a relação destas características com o modo de fazer):

Descrever e narrar o processo socioantropológico e histórico de constituição do território onde se encontra disseminado o bem cultural, apresentando dados socioculturais; econômicos; político-administrativos; demográficos; socioambientais; etc.

LOCALIDADES INVENTARIADAS

No quadro abaixo, listar quais as localidades serão inventariadas ao longo da pesquisa de campo:

Município(s):	Localidades a serem inventariadas (vilas, povoados, distritos, bairros, etc.):

SEDAC
168863401
IPHAE
SUBSTITUÍDO
16/11/2021
17:59:47

LISTA DE CONTATOS PARA ENTREVISTA

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data:_____

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M **BENS IMATERIAIS**

FICHA 2 – IDENTIFICAÇÃO

Ficha Nº

IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

Denominações do Bem Cultural:	
Período de Ocorrência:	

Orientações sobre o preenchimento da tabela abaixo: marcar com X todos os itens em que o bem cultural se encaixe (outros itens podem ser incluídos nas áreas em branco).

Dimensões do Bem Cultural		Função Econômica		Classes de Idade dos Sujeitos Envolvidos com o Bem Cultural		Contexto do Bem Cultural	
	Material		Doação		0-12 anos		Rural
	Imaterial		Troca		12-18 anos		Urbano
	Musical		Venda		19-59 anos		
	Alimentar		Subsistência		60 anos ou mais		
	Religioso		Consumo				
	Artesanal						
	Ofício						
	Arqueológico						
	Paleontológico						
	Quilombola						
	Indígena						
	Imigrante						

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO 16/11/2021 17:59:47

DESCRIÇÃO DETALHADA DO BEM CULTURAL

Técnicas e Saberes (descrever e contextualizar o conjunto de técnicas e saberes e fazeres associados, e utilizadas presentemente pelos detentores do bem cultural para a realização deste modo de fazer e quais os saberes que servem de base para essas técnicas;

Significados (descrever o que significa este modo de fazer para os diferentes grupos sociais que tem contato com este modo de fazer):

Tradições Associadas (descrever os valores, costumes e tradições que estão relacionados à existência sociocultural e permanecia histórica do bem cultural, como, por exemplo, técnicas ancestrais, celebrações, práticas rituais ; entre outros):

Divisão do trabalho (descrever como se divide o trabalho dentro deste modo de fazer; quais são as fases do processo produtivo; quem desempenha cada função e por quê):

Grupos Sociais Envolvidos e os Papéis Sociais dos Diferentes Sujeitos

Descrever as relações de gênero, ou seja, descrever como os homens e como as mulheres participam desse modo de fazer:

Descrever como são experienciadas as relações étnicas, raciais e socioculturais e a presença e a participação das pessoas negras, indígenas, amarelas e brancas nesse modo de fazer:

Descrever as relações interétnicas, ou seja, explicar se este bem cultural está relacionado a povos, grupos étnicos e coletivos específicos, como, por exemplo, quilombolas, Kaingang, Guaranis, poloneses, portugueses; italianos, entre outros:

Matérias-primas (descrever todos os materiais utilizados pelos diferentes detentores para produzir e consumir o bem cultural em análise e outros bens conexos, por exemplo o chimarrão e chás medicinais, indicando potenciais

SEDAC 168863401 IPHAE SUBSTITUÍDO

afinidades e distinções de práticas simbólicas e de uso material entre diferentes detentores do bem cultural):

Espaços Físicos e Sociais (descrever os espaços físicos e sociais nos quais incidem as diferentes fases do modo de produção, circulação e consumo próprio do bem cultural)

Peculiaridades do Bem Cultural em cada Localidade do Rio Grande do Sul

Outros dados e informações considerados relevantes e dignas de comentário:

REFERÊNCIA CULTURAL

Descrever e narrar a história do bem cultural e explicitar como e por que o referido bem constitui referência cultural importante para diferentes povos, grupos sociais e pessoas em escala local e para o próprio estado do Rio Grande do Sul. A respeito dos detentores do bem cultural, importante identificar suas relações com o território; dados demográficos; socioculturais; econômicos; socioambientais; etc.:

LEGISLAÇÃO

Listar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes na área inventariada relacionados com o bem cultural e com a preservação ambiental e patrimonial

RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA

Listar recomendações de possíveis ações e medidas a serem implantadas com o objetivo de proteger este bem cultural:

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data:_____

SEDAC
168863401
IPHAE
SUBSTITUÍDO
16/11/2021
17:59:47

Eis a Informação Técnica requerida à continuidade da instrução de registro do bem cultural erva mate, concebido como patrimônio cultural imaterial esatdual.

Walmir Pereira – ID 1688634

Analista em Antropologia

De acordo,

Em / /

Lizandra Weiler

Diretora em Exercício do IPHAE

-

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Informação Técnica Nº 216 Porto Alegre 24 de outubro de 2021

PROA: 21/1100-0000368-1

Assunto: Bases Legais e Orientativas à realização da Etapa do Inventário Cultural da Erva Mate no RS; Demanda de Recursos Humanos e Prazos de Execução do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural.

A presente Informação Técnica tem como finalidade a elaboração de orientações com vistas à realização da etapa do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento no processo em curso de instrução do registro da erva mate como patrimônio cultural na esfera estadual.

1.INTRODUÇÃO:

> 1.Inventário é por definição rol completo: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a exaustividade;
>
> 2. Para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituí-lo. (...)
>
> 3. Inventariar, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial. (Antônio Augusto Arantes, p.28-2000)

A experiencia societal brasileira contemporânea, no que respeita à arena de estruturação das políticas públicas no campo do patrimônio cultural, corrobora como marco jurídico constitucional referencial as normativas e prerrogativas alicerçadas na **Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988**.

Por sua vez nos domínios territoriais do Rio Grande do Sul, os bens culturais e as manifestações de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha - os saberes e fazeres da cultura popular e dos povos indígenas originários e das coletividades tradicionais, as festas, as celebrações e as religiosidades, as danças e as musicalidades, os rituais, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura de tradição oral — estão protegidos sob a égide do decreto lei nº **13.678, de 17 de janeiro de 2011**, o qual dispõe sobre o patrimônio cultural imaterial entendendo-o como "o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciados no cotidiano das comunidades." (Art. 1o, & 1o – Lei 13.678, atualizado pela **Lei nº 14.155 de 20 de dezembro de 2012** e pelo **Decreto Nº 54.763, de 17 de agosto 2019,** que regulamentou a Lei Nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011).

Considerando as normativas e preceitos legais vigentes no Decreto Nº 54.763 e na **Instrução Normativa SEDAC/IPHAE Nº 01, de 10 de agosto de 2021**, a qual estabelece os procedimentos administrativos, técnicos e a documentação necessária para instrução dos processos de Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências, o incremento de uma política patrimonial direcionada à esfera imaterial aparece como uma forma de reconhecimento dessas expressões culturais e como efetivo movimento de sua valorização e de fomentar o compromisso dos agentes e agências de Estado em identificar, documentar, inventariar, registrar e estabelecer ações de salvaguardas que contribuam para continuidade dos bens culturais imateriais em âmbito da esfera estadual sul-rio-grandense.

Considerando esta abreviada introdução e os dispositivos técnicos de segurança jurídica vigentes supracitados, assim como a imperiosa ampliação deste arcabouço administrativo legal com a impostergável consolidação do **Programa Estadual do Patrimonio Imaterial (PEPI/RS**) e da **Câmara Temática do Patrimonio Cultural Imaterial (CTPCI)**, evidenciam-se a seguir passos necessários para contextualização e realização da Etapa do Inventario de Identificação e Produção de Conhecimento sobre o bem cultural erva mate, concebido enquanto foco de ação patrimonial estadual.

2.ETAPA DO INVENTÁRIO CULTURAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO CONTINUIDADE DE INSTRUÇÃO AO PROCESSO DE REGISTRO DO SISTEMA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DA ERVA MATE

2.1.SOBRE O INVENTÁRIO de identificação e produção de conhecimento dos bens culturais de natureza imaterial: O instrumento inventário cultural consiste em uma ampla pesquisa de campo, documental e de natureza bibliográfica. Em termos objetivos, a materialização do processo de inventariação a partir da elaboração de um roteiro básico de coleta de dados etnográficos, espaciais, territoriais, sócios históricos, e outras informações virtualmente relevantes ao processo de patrimonialização de bens imateriais, é constituído por um conjunto determinado de fases e de fichas técnicas adaptado ao bem cultural em pauta, conforme detalhamento a seguir.

2.2.SOBRE O INSTRUMENTO METODOLÓGICO E SUA APLICAÇÃO

Em se tratando da experiência piloto de instrução ao processo de registro do bem cultural erva mate como patrimônio cultural sul riograndense, o procedimento sistemático de ajustamento das fichas do instrumento de inventariação cognominado **Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE** deverá ser realizado em diálogo entre a equipe técnica integrante da área do patrimônio imaterial do IPHAE/SEDAC e a equipe executora do inventário, com o objetivo de construir um caminho metodológico consistente que resulte na coleta de dados e informações dilatadas e detalhadas sobre o bem cultural em situação de instrução técnica com vistas ao futuro registro na esfera estadual.

Neste caso específico da instrução em curso do registro do Sistema Socioambiental e Cultural da Erva Mate–, em conformidade com documentação apensa ao **PROA: 21/1100-0000368-1,** o corpo técnico institucional da agência proponente e os agentes integrantes da equipe de execução terão as seguintes atribuições ao longo da etapa de inventariação:

Atribuições da Equipe Técnica da Área do Patrimônio Imaterial do IPHAE/RS: Organizar e encaminhar os procedimentos de instrução do processo de registro de bem cultural, realizar qualificação da demanda e executar a pesquisa documental e bibliográfica e de fundamentação e identificação do bem de natureza imaterial e dos potenciais detentores deste bem cultural para fins de instrução do processo de registro; Disponibilizar como suporte metodológico o Sistema de Rastreamento Cultural - para realização do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do bem cultural erva mate; Assessorar e instrumentalizar, a partir da realização de reuniões e trabalhos de campo junto aos grupos sociais, comunidades, coletivos e/ou pessoas detentorxs do bem cultural em apreciação/instrução, a equipe técnica responsável pela execução do inventario de campo; Promover e realizar a capacitação da equipe de pesquisadores responsáveis pela execução da etapa de inventariação.

Atribuições da Equipe Executora de Etapa e das Fases do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural Imaterial: Em princípio, a equipe executora necessitará ser contratada pela SEDAC/IPHAE, com o objetivo de realização da etapa do inventário de campo; Dentre os pesquisadores integrantes da equipe executora desta etapa deverá estar contemplada presença com participação ativa, em particular na execução do trabalho de campo e nas reuniões in loco nos espaços territoriais de incidência do bem cultural erva mate, dos referentes culturais e detentores mapeados e identificados a priori pela instituição proponente . Nesta etapa do inventário cultural acontecerão as atividades de pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo (envolvendo mapeamento, entrevistas com

roteiro flexível, captação de imagens fotográficas, gravações de áudio e vídeo) sobre o bem cultural em processo de Registro na esfera estadual.

Observância das Fases e Aplicação das Fichas do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate: O adequado emprego, compilação e análise das Fichas na concretização do Inventário Cultural, tendo como referência básica a adoção da metodologia do Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE, deverá observar a existência e articulação de 3 fases. Na medida em que o preenchimento das Fichas correspondentes a cada uma das Fases seja finalizado, essas fichas deverão ser encaminhadas à equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE para conhecimento e avaliação técnica. Após manifestação técnica com o aval do IPHAE para prosseguimento dos trabalhos da Etapa de Inventariação, a equipe executora poderá dar início a Fase subsequente do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate.

A seguir, uma ilustração objetiva com a indicação sobre as Fases e Fichas a serem instrumentalizadas no processo de inventariação cultural do bem cultural erva mate:

Fase 1 – Mapeamento: Nesta fase inicial compete à equipe executora a ser contratada para realização da etapa de inventariação, em diálogo e consenso com a equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE, apresentar um Plano de Trabalho com prazos e objetivos plausíveis e bem delineados. Dentre esses objetivos deverão estar indicadas e justificadas as localidades em que a equipe contratada pretende realizar a pesquisa de campo e quem serão os referentes socioculturais detentores da bem cultural erva mate que integrarão a equipe de inventariação, assim como deverão estar indicados os referentes que essa equipe pretende entrevistar durante o período de execução do inventario cultural. Para cumprimento da Fase 1 – Mapeamento -, os pesquisadores da equipe contratada deverão preencher a Ficha 1.

Ficha 1 – Mapeamento: A Ficha 1 tem a finalidade básica de planejamento, na medida em que deverá indicar as Localidades a serem inventariadas e as pessoas reconhecidas como portadores de referência cultural a serem entrevistadas, assim como deverá apresentar os dados demográficos, econômicos, geográficos, históricos, socioculturais; político-administrativos; socioambientais; etc. dos territórios em que presentemente encontra-se localizado o bem cultural erva mate. Necessário indicar que a Ficha 1 tem também a função de possibilitar às equipes técnicas, tanto da área do Patrimonio Imaterial do IPHAE como da organização contratada, ter uma visão amplificada da dimensão do espaço territorial e administrativo abrangido pela Etapa do Inventário Cultural, pois, junto com o preenchimento da Ficha 1, deverá ser entregue pelos pesquisadores de campo o Anexo I – composto de Mapas e de Fichas Bibliográficas.

Anexo I – Mapas: o Anexo I – Mapas consiste na disponibilização de um conjunto de mapas político-administrativos com marcações precisas e indicação da localização de cada um/a dos/das detentores/as do bem cultural em apreciação entrevistados/as.

Fichas Bibliográficas: contêm sinopses e breves resenhas que explicitam a relevância de cada referência bibliográfica indicada para a pesquisa de inventariação da bem cultural erva mate.

Fase 2 – Entrevistas

Roteiros de Entrevistas: Consiste na elaboração, de modo participativo entre equipe técnica do IPHAE e equipe contratada para execução da Etapa de Inventariação, de roteiros específicos para entrevistar os diferentes referentes identitários, socioculturais, étnicos, raciais e culturais que se relacionam diretamente com o bem cultural em processo de instrução no âmbito do IPHAE. As entrevistas, como parte da produção do inventário de identificação e produção de conhecimento, serão realizadas pela equipe contratada com

assessoria e apoio do corpo técnico do IPHAE e da instituição proponente. Durante o processo de realização das entrevistas pela equipe de inventariação cultual contratada, deverá ocorrer a captura e posterior processamento de imagens fotográficas e sons (vídeos; gravações; etc.)

Fase 3 – Identificação

Ficha 2 – Identificação: tem como objetivo precípuo produzir conhecimento sobre o Bem Cultural a partir do cruzamento de informações coletadas ao longo da pesquisa de campo com as informações levantadas durante a pesquisa bibliográfica. No momento de preenchimento em campo da Ficha 2 é importante realizar a **descrição detalhada dos itens integrantes** da mesma e, além disso, realizar a **análise e interpretação** dos **dados coletados em campo** durante a pesquisa in loco com os detentores. A ficha 2 deverá finalizar com a apresentação pelos pesquisadores da equipe contratada de um conjunto de Recomendações, de natureza propositiva e exequível, que viabilizem no curto e no médio prazo o estabelecimento de um Plano de Salvaguarda para o bem cultural em processo de inventariação.

2.3. RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA FASE DO INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO BEM CULTURAL ERVA MATE

* Necessário conhecimento prévio e assimilação do conjunto das informações técnicas e documentos apensos, até o presente momento, ao PROA de Nº 21/1100-0000368-1;

*Salientar durante produção da escrita e entrega do Relatório Final, com fundamento nas pesquisas de campo, documental e bibliográfica, que o circuito socioambiental e cultural de produção, distribuição e consumo da erva-mate existe para além do espaço geográfico do Rio Grande do Sul, estando presente na região sul e no estado de Mato Grosso do Sul na região Centro Oeste. Importante registrar sua presença, também, na esfera socioambiental e geocultural do MERCOSUL, ainda que esse domínio cultural e territorial não seja a esfera privilegiada de atuação e jurisdição das ações patrimoniais do

IPHAE/RS. Esse aspecto merece atenção, pois abre espaço para possibilidades de ações patrimoniais futuras em parceria entre múltiplos agentes e agencias patrimoniais regionais, nacionais e supranacionais, envolvendo o bem cultural erva mate em escala continental;

*Arquitetar ao longo da execução do inventário de identificação e produção de conhecimento, e em seu Relatório Final, a ênfase no processo de salvaguarda: evidenciando o que já foi realizado a nível de proteção jurídica (leis, decretos, projetos/trabalhos/ações da Embrapa e da Emater, etc.), buscando ressaltar, para além do que já existe enquanto instrumentos protetivos, quais ações patrimoniais constituem prioridades na salvaguarda do bem cultural e na valorização e reconhecimento de seus detentores tradicionais, durante e a posteriori ao processo de registro;

*Considerar que entre os avanços substantivos da legislação patrimonial estadual no campo dos bens culturais imateriais, apesar de inconclusiva dado que as pendências de oficialização do PEPI e da CTPCI permanecem, merece destaque a imperativa presença e participação das comunidades, coletivos identitários, étnicos e agentes patrimoniais locais detentores no processo de a identificação, atribuição de valor e reconhecimento de seus bens culturais, o que autoriza a realização de experiências inovadoras em relação a constituição de inventários participativos e na formatação de propostas direcionadas para contemplar ações de proteção e salvaguarda na área de educação patrimonial, principalmente na educação básica mas igualmente na educação superior, assim como abre caminho para o reconhecimento e acolhimento das demandas patrimoniais dos diversos e diferentes povos, coletivos étnicos, grupos sociais e identitários existentes no território sul riograndense.

3.FORMULAÇÃO, EXPLICITAÇÃO DA DEMANDA E RECURSOS HUMANOS PARA CONTINUIDADE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE – ETAPA DO INVENTARIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O BEM CULTURAL ERVA MATE

INSTRUÇÃO TÉCNICA DO PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL – IPHAE/RS

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL
DA ERVA MATE NO RIO GRANDE DO SUL

DESCRIÇÃO DE DEMANDAS PARA CONTINUIDADE DO
PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Inventário do Patrimonio Cultural Imaterial

BEM CULTURAL EM DESTAQUE: Erva Mate

NATUREZA DO BEM CULTURAL: Patrimonio Cultural Imaterial

TIPO DE DOCUMENTO E ENTREGA FINAL À IPHAE/SEDAC:

Relatório de Pesquisa Etnográfica e Histórica do bem cultural erva mate, a ser produzida a partir de estudos e pesquisas circunstanciados, os quais, também, sejam capazes de mapear e identificar bens culturais conexos ao bem cultural em processo de instrução de registro na esfera estadual.

TEMPO DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 06 meses (01/11/21 a 30/04/2022)

TIPO DE AÇÃO: A ação consistirá no cumprimento da etapa técnica do Inventário Cultural com vistas à inserir subsídios ao PROA N º , **20/1100-0000368-1** ,aberto com a finalidade de instrução do processo de registro estadual do bem cultural erva mate.

ETAPAS E DATAS DE ENTREGA DA AÇÃO PREVISTA:

Etapa 1. Capacitação e Equipe – 20 de novembro de 2021

Etapa 2. Relatório Parcial - 31 de dezembro de 2021

Etapa 3: Relatório Final - 30 de abril de 2022

DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NO PROCESO DE REGISTRO E VALORIZAÇÃO DO BEM CULTURAL ERVA MATE NO ÂMBITO ESTADUAL

*Publicização, para o conjunto da sociedade gaúcha em geral, das etapas e do processo de patrimonialização do bem cultural de natureza imaterial erva mate;

*Mediação e participação ativa dos agentes e agencias patrimoniais das esferas

pública e privada, estatal e da sociedade civil no processo de patrimonialização da erva mate;

*Reconhecimento e valorização das expressões culturais e identitárias, manifestações e performances vinculadas aos povos e coletividades tradicionais, em particular povos indígenas e quilombolas territorializados no espaço territorial do Rio Grande do Sul;

DEMANDAS DE RECURSOS HUMANOS

***Formação de Equipe de natureza Interdisciplinar** coordenada por antropólogx social, com participação e presença ativa dos detentores tradicionais do bem cultural em destaque, objeto do presente processo de instrução técnica de registro.

***Participantes da equipe**: 02 antropólogxs, 01, geografx, 01 sociológx, 01 museologx; 02 cientistas sociais (sendo 01 bolsista de graduação e 01 bolsista graduadx);

03 referentes socioculturais indígenas habitantes em Terras indígenas no Estado, em área territorial (aldeia/Terra Indígena) atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;

01 referente sociocultural quilombola, habitante em comunidade no estado do Rio Grande do Sul em área territorial atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;

03 referentes socioculturais de agricultores tradicionais habitantes no Rio Grande do Sul em área de incidência atual com práticas e cultivo de erva mate tradicional.

Capacitação e Treinamento de Equipe: Os recursos humanos contratados pelo período de 06 meses receberão capacitação prévia (etapa 01) para a execução das etapas 02 e 03 necessárias para produção da ação prevista, sobretudo em termos metodológicos e nos aspectos legais/formais a serem observados. A capacitação em questão será realizada pela área técnica do Patrimonio Cultural Imaterial do IPHAE/RS, durante o mês de outubro.

ETAPAS/PERÍODOS DA AÇÃO DE INVENTÁRIO CULTURAL

1. Constituição de Equipe Técnica: contratação (ou instrumento similar) de 14

pessoas, conforme abaixo: (outubro/novembro/Etapa 01)

2. Contratação de 07 técnicos de nível superior, em conformidade com especificação supramencionada. (outubro/novembro/Etapa 01)

3.Contratação de 07 detentores socioculturais referentes de práticas culturais associadas ao bem cultural erva mate tradicional. (janeiro – abril de 2022); (outubro/novembro/Etapa 01

4. Capacitação para realização da Ação proposta; (outubro/novembro/Etapa 01)

5. Realização de Etapa Documental (novembro/Etapa 02)

6. Realização da Etapa de Pesquisa de Campo (dezembro a março de 2022/Etapa 03)

7. Formatação e Entrega de Relatório Final (abril de 2022/Etapa 03).

4.ANEXOS - FICHAS 1 (MAPEAMENTO); FICHA 2 (IDENTIFICAÇÃO) - BENS IMATERIAIS - SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL DO IPHAE/RS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M BENS IMATERIAIS

FICHA 1 - MAPEAMENTO

Ficha Nº

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL:

IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

Denominações do Sítio (quais os nomes conhecidos da área territorial onde se encontra disseminado o bem cultural?):

Listar os municípios de incidência do bem cultural:

Descrição e justificativa da localização da área inventariada (descrever as características geográficas da área inventariada, como relevo, clima, fauna, flora, etc. e qual a relação destas características com o modo de fazer):

Descrever e narrar o processo socioantropológico e histórico de constituição do território onde se encontra disseminado o bem cultural, apresentando dados socioculturais; econômicos; político-administrativos; demográficos; socioambientais; etc.

LOCALIDADES INVENTARIADAS

No quadro abaixo, listar quais as localidades serão inventariadas ao longo da pesquisa de campo:

Município(s):	Localidades a serem inventariadas (vilas, povoados, distritos, bairros, etc.):

LISTA DE CONTATOS PARA ENTREVISTA

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data:_____

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M **BENS IMATERIAIS**

FICHA 2 – IDENTIFICAÇÃO

Ficha Nº

IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

Denominações do Bem Cultural:	
Período de Ocorrência:	

Orientações sobre o preenchimento da tabela abaixo: marcar com X todos os itens em que o bem cultural se encaixe (outros itens podem ser incluídos nas áreas em branco).

	Dimensões do Bem Cultural		Função Econômica		Classes de Idade dos Sujeitos Envolvidos com o Bem Cultural			Contexto do Bem Cultural
	Material		Doação		0-12 anos			Rural
	Imaterial		Troca		12-18 anos			Urbano
	Musical		Venda		19-59 anos			
	Alimentar		Subsistência		60 anos ou mais			
	Religioso		Consumo					
	Artesanal							
	Ofício							
	Arqueológico							
	Paleontológico							
	Quilombola							
	Indígena							
	Imigrante							

DESCRIÇÃO DETALHADA DO BEM CULTURAL

Técnicas e Saberes (descrever e contextualizar o conjunto de técnicas e saberes e fazeres associados, e utilizadas presentemente pelos detentores do bem cultural para a realização deste modo de fazer e quais os saberes que servem de base para essas técnicas;

Significados (descrever o que significa este modo de fazer para os diferentes grupos sociais que tem contato com este modo de fazer):

Tradições Associadas (descrever os valores, costumes e tradições que estão relacionados à existência sociocultural e permanecia histórica do bem cultural, como, por exemplo, técnicas ancestrais, celebrações, práticas rituais ; entre outros):

Divisão do trabalho (descrever como se divide o trabalho dentro deste modo de fazer; quais são as fases do processo produtivo; quem desempenha cada função e por quê):

Grupos Sociais Envolvidos e os Papéis Sociais dos Diferentes Sujeitos

Descrever as relações de gênero, ou seja, descrever como os homens e como as mulheres participam desse modo de fazer:

Descrever como são experienciadas as relações étnicas, raciais e socioculturais e a presença e a participação das pessoas negras, indígenas, amarelas e brancas nesse modo de fazer:

Descrever as relações interétnicas, ou seja, explicar se este bem cultural está relacionado a povos, grupos étnicos e coletivos específicos, como, por exemplo, quilombolas, Kaingang, Guaranis, poloneses, portugueses; italianos, entre outros:

Matérias-primas (descrever todos os materiais utilizados pelos diferentes detentores para produzir e consumir o bem cultural em análise e outros bens conexos, por exemplo o chimarrão e chás medicinais, indicando potenciais

afinidades e distinções de práticas simbólicas e de uso material entre diferentes detentores do bem cultural):

Espaços Físicos e Sociais (descrever os espaços físicos e sociais nos quais incidem as diferentes fases do modo de produção, circulação e consumo próprio do bem cultural)

Peculiaridades do Bem Cultural em cada Localidade do Rio Grande do Sul

Outros dados e informações considerados relevantes e dignas de comentário:

REFERÊNCIA CULTURAL

Descrever e narrar a história do bem cultural e explicitar como e por que o referido bem constitui referência cultural importante para diferentes povos, grupos sociais e pessoas em escala local e para o próprio estado do Rio Grande do Sul. A respeito dos detentores do bem cultural, importante identificar suas relações com o território; dados demográficos; socioculturais; econômicos; socioambientais; etc.:

LEGISLAÇÃO

Listar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes na área inventariada relacionados com o bem cultural e com a preservação ambiental e patrimonial

RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA

Listar recomendações de possíveis ações e medidas a serem implantadas com o objetivo de proteger este bem cultural:

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data:_____

Eis a Informação Técnica requerida à continuidade da instrução de registro do bem cultural erva mate, concebido como patrimônio cultural imaterial estadual.

Walmir Pereira – ID 1688634
Analista em Antropologia

De acordo,
Em / /

Lisandra Weiler
Diretora em Exercício do IPHAE

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

-

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Informação Técnica Nº 216 Porto Alegre 24 de outubro de 2021

PROA: 21/1100-0000368-1

Assunto: Bases Legais e Orientativas à realização da Etapa do Inventário Cultural da Erva Mate no RS; Demanda de Recursos Humanos e Prazos de Execução do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural.

A presente Informação Técnica tem como finalidade a elaboração de orientações com vistas à realização da etapa do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento no processo em curso de instrução do registro da erva mate como patrimônio cultural na esfera estadual.

1. INTRODUÇÃO:

> 1. Inventário é por definição rol completo: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a exaustividade;
>
> 2. Para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituí-lo. (...)
>
> 3. Inventariar, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial. (Antônio Augusto Arantes, p.28-2000)

Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar Porto Alegre RS 90119-900 Fone/Fax: (51) 3288-7532 iphae@sedac.rs.gov.br www.iphae.rs.gov.br

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

A experiencia societal brasileira contemporânea, no que respeita à arena de estruturação das políticas públicas no campo do patrimônio cultural, corrobora como marco jurídico constitucional referencial as normativas e prerrogativas alicerçadas na **Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988**.

Por sua vez nos domínios territoriais do Rio Grande do Sul, os bens culturais e as manifestações de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha - os saberes e fazeres da cultura popular e dos povos indígenas originários e das coletividades tradicionais, as festas, as celebrações e as religiosidades, as danças e as musicalidades, os rituais, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura de tradição oral — estão protegidos sob a égide do decreto lei nº **13.678, de 17 de janeiro de 2011**, o qual dispõe sobre o patrimônio cultural imaterial entendendo-o como "o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciados no cotidiano das comunidades." (Art. 1o, & 1o – Lei 13.678, atualizado pela **Lei nº 14.155 de 20 de dezembro de 2012** e pelo **Decreto Nº 54.763, de 17 de agosto 2019,** que regulamentou a Lei Nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011).

Considerando as normativas e preceitos legais vigentes no Decreto Nº 54.763 e na **Instrução Normativa SEDAC/IPHAE Nº 01, de 10 de agosto de 2021**, a qual estabelece os procedimentos administrativos, técnicos e a documentação necessária para instrução dos processos de Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências, o incremento de uma política patrimonial direcionada à esfera imaterial aparece como uma forma de reconhecimento dessas expressões culturais e como efetivo movimento de sua valorização e de fomentar o compromisso dos agentes e agências de Estado em identificar, documentar, inventariar, registrar e estabelecer ações de salvaguardas que contribuam para continuidade dos bens culturais imateriais em âmbito da esfera estadual sul-rio-grandense.

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Considerando esta abreviada introdução e os dispositivos técnicos de segurança jurídica vigentes supracitados, assim como a imperiosa ampliação deste arcabouço administrativo legal com a impostergável consolidação do **Programa Estadual do Patrimonio Imaterial (PEPI/RS)** e da **Câmara Temática do Patrimonio Cultural ImateriaI (CTPCI)**, evidenciam-se a seguir passos necessários para contextualização e realização da Etapa do Inventario de Identificação e Produção de Conhecimento sobre o bem cultural erva mate, concebido enquanto foco de ação patrimonial estadual.

2. ETAPA DO INVENTÁRIO CULTURAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO CONTINUIDADE DE INSTRUÇÃO AO PROCESSO DE REGISTRO DO SISTEMA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DA ERVA MATE

2.1. SOBRE O INVENTÁRIO de identificação e produção de conhecimento dos bens culturais de natureza imaterial: O instrumento inventário cultural consiste em uma ampla pesquisa de campo, documental e de natureza bibliográfica. Em termos objetivos, a materialização do processo de inventariação a partir da elaboração de um roteiro básico de coleta de dados etnográficos, espaciais, territoriais, sócios históricos, e outras informações virtualmente relevantes ao processo de patrimonialização de bens imateriais, é constituído por um conjunto determinado de fases e de fichas técnicas adaptado ao bem cultural em pauta, conforme detalhamento a seguir.

2.2. SOBRE O INSTRUMENTO METODOLÓGICO E SUA APLICAÇÃO

Em se tratando da experiência piloto de instrução ao processo de registro do bem cultural erva mate como patrimônio cultural sul riograndense, o procedimento sistemático de ajustamento das fichas do instrumento de inventariação cognominado **Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE** deverá ser realizado em diálogo entre a equipe técnica integrante da área do patrimônio imaterial do IPHAE/SEDAC e a equipe executora do inventário, com o objetivo de construir um caminho metodológico consistente que resulte na coleta de dados e informações dilatadas e detalhadas sobre o bem cultural em situação de instrução técnica com vistas ao futuro registro na esfera estadual.

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Neste caso específico da instrução em curso do registro do Sistema Socioambiental e Cultural da Erva Mate–, em conformidade com documentação apensa ao **PROA: 21/1100-0000368-1,** o corpo técnico institucional da agência proponente e os agentes integrantes da equipe de execução terão as seguintes atribuições ao longo da etapa de inventariação:

Atribuições da Equipe Técnica da Área do Patrimônio Imaterial do IPHAE/RS: Organizar e encaminhar os procedimentos de instrução do processo de registro de bem cultural, realizar qualificação da demanda e executar a pesquisa documental e bibliográfica e de fundamentação e identificação do bem de natureza imaterial e dos potenciais detentores deste bem cultural para fins de instrução do processo de registro; Disponibilizar como suporte metodológico o Sistema de Rastreamento Cultural - para realização do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do bem cultural erva mate; Assessorar e instrumentalizar, a partir da realização de reuniões e trabalhos de campo junto aos grupos sociais, comunidades, coletivos e/ou pessoas detentorxs do bem cultural em apreciação/instrução, a equipe técnica responsável pela execução do inventario de campo; Promover e realizar a capacitação da equipe de pesquisadores responsáveis pela execução da etapa de inventariação.

Atribuições da Equipe Executora de Etapa e das Fases do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural Imaterial: Em princípio, a equipe executora necessitará ser contratada pela SEDAC/IPHAE, com o objetivo de realização da etapa do inventário de campo; Dentre os pesquisadores integrantes da equipe executora desta etapa deverá estar contemplada presença com participação ativa, em particular na execução do trabalho de campo e nas reuniões in loco nos espaços territoriais de incidência do bem cultural erva mate, dos referentes culturais e detentores mapeados e identificados a priori pela instituição proponente . Nesta etapa do inventário cultural acontecerão as atividades de pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo (envolvendo mapeamento, entrevistas com

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

roteiro flexível, captação de imagens fotográficas, gravações de áudio e vídeo) sobre o bem cultural em processo de Registro na esfera estadual.

Observância das Fases e Aplicação das Fichas do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate: O adequado emprego, compilação e análise das Fichas na concretização do Inventário Cultural, tendo como referência básica a adoção da metodologia do Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE, deverá observar a existência e articulação de 3 fases. Na medida em que o preenchimento das Fichas correspondentes a cada uma das Fases seja finalizado, essas fichas deverão ser encaminhadas à equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE para conhecimento e avaliação técnica. Após manifestação técnica com o aval do IPHAE para prosseguimento dos trabalhos da Etapa de Inventariação, a equipe executora poderá dar início a Fase subsequente do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate.

A seguir, uma ilustração objetiva com a indicação sobre as Fases e Fichas a serem instrumentalizadas no processo de inventariação cultural do bem cultural erva mate:

Fase 1 – Mapeamento: Nesta fase inicial compete à equipe executora a ser contratada para realização da etapa de inventariação, em diálogo e consenso com a equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE, apresentar um Plano de Trabalho com prazos e objetivos plausíveis e bem delineados. Dentre esses objetivos deverão estar indicadas e justificadas as localidades em que a equipe contratada pretende realizar a pesquisa de campo e quem serão os referentes socioculturais detentores da bem cultural erva mate que integrarão a equipe de inventariação, assim como deverão estar indicados os referentes que essa equipe pretende entrevistar durante o período de execução do inventario cultural. Para cumprimento da Fase 1 – Mapeamento -, os pesquisadores da equipe contratada deverão preencher a Ficha 1.

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Ficha 1 – Mapeamento: A Ficha 1 tem a finalidade básica de planejamento, na medida em que deverá indicar as Localidades a serem inventariadas e as pessoas reconhecidas como portadores de referência cultural a serem entrevistadas, assim como deverá apresentar os dados demográficos, econômicos, geográficos, históricos, socioculturais; político-administrativos; socioambientais; etc. dos territórios em que presentemente encontra-se localizado o bem cultural erva mate. Necessário indicar que a Ficha 1 tem também a função de possibilitar às equipes técnicas, tanto da área do Patrimonio Imaterial do IPHAE como da organização contratada, ter uma visão amplificada da dimensão do espaço territorial e administrativo abrangido pela Etapa do Inventário Cultural, pois, junto com o preenchimento da Ficha 1, deverá ser entregue pelos pesquisadores de campo o Anexo I – composto de Mapas e de Fichas Bibliográficas.

Anexo I – Mapas: o Anexo I – Mapas consiste na disponibilização de um conjunto de mapas político-administrativos com marcações precisas e indicação da localização de cada um/a dos/das detentores/as do bem cultural em apreciação entrevistados/as.

Fichas Bibliográficas: contêm sinopses e breves resenhas que explicitam a relevância de cada referência bibliográfica indicada para a pesquisa de inventariação da bem cultural erva mate.

Fase 2 – Entrevistas

Roteiros de Entrevistas: Consiste na elaboração, de modo participativo entre equipe técnica do IPHAE e equipe contratada para execução da Etapa de Inventariação, de roteiros específicos para entrevistar os diferentes referentes identitários, socioculturais, étnicos, raciais e culturais que se relacionam diretamente com o bem cultural em processo de instrução no âmbito do IPHAE. As entrevistas, como parte da produção do inventário de identificação e produção de conhecimento, serão realizadas pela equipe contratada com

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

assessoria e apoio do corpo técnico do IPHAE e da instituição proponente. Durante o processo de realização das entrevistas pela equipe de inventariação cultual contratada, deverá ocorrer a captura e posterior processamento de imagens fotográficas e sons (vídeos; gravações; etc.)

Fase 3 – Identificação

Ficha 2 – Identificação: tem como objetivo precípuo produzir conhecimento sobre o Bem Cultural a partir do cruzamento de informações coletadas ao longo da pesquisa de campo com as informações levantadas durante a pesquisa bibliográfica. No momento de preenchimento em campo da Ficha 2 é importante realizar a **descrição detalhada dos itens integrantes** da mesma e, além disso, realizar a **análise e interpretação** dos **dados coletados em campo** durante a pesquisa in loco com os detentores. A ficha 2 deverá finalizar com a apresentação pelos pesquisadores da equipe contratada de um conjunto de Recomendações, de natureza propositiva e exequível, que viabilizem no curto e no médio prazo o estabelecimento de um Plano de Salvaguarda para o bem cultural em processo de inventariação.

2.3. RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA FASE DO INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO BEM CULTURAL ERVA MATE

* Necessário conhecimento prévio e assimilação do conjunto das informações técnicas e documentos apensos, até o presente momento, ao PROA de Nº 21/1100-0000368-1;

*Salientar durante produção da escrita e entrega do Relatório Final, com fundamento nas pesquisas de campo, documental e bibliográfica, que o circuito socioambiental e cultural de produção, distribuição e consumo da erva-mate existe para além do espaço geográfico do Rio Grande do Sul, estando presente na região sul e no estado de Mato Grosso do Sul na região Centro Oeste. Importante registrar sua presença, também, na esfera socioambiental e geocultural do MERCOSUL, ainda que esse domínio cultural e territorial não seja a esfera privilegiada de atuação e jurisdição das ações patrimoniais do

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

IPHAE/RS. Esse aspecto merece atenção, pois abre espaço para possibilidades de ações patrimoniais futuras em parceria entre múltiplos agentes e agencias patrimoniais regionais, nacionais e supranacionais, envolvendo o bem cultural erva mate em escala continental;

*Arquitetar ao longo da execução do inventário de identificação e produção de conhecimento, e em seu Relatório Final, a ênfase no processo de salvaguarda: evidenciando o que já foi realizado a nível de proteção jurídica (leis, decretos, projetos/trabalhos/ações da Embrapa e da Emater, etc.), buscando ressaltar, para além do que já existe enquanto instrumentos protetivos, quais ações patrimoniais constituem prioridades na salvaguarda do bem cultural e na valorização e reconhecimento de seus detentores tradicionais, durante e a posteriori ao processo de registro;

*Considerar que entre os avanços substantivos da legislação patrimonial estadual no campo dos bens culturais imateriais, apesar de inconclusiva dado que as pendências de oficialização do PEPI e da CTPCI permanecem, merece destaque a imperativa presença e participação das comunidades, coletivos identitários, étnicos e agentes patrimoniais locais detentores no processo de a identificação, atribuição de valor e reconhecimento de seus bens culturais, o que autoriza a realização de experiências inovadoras em relação a constituição de inventários participativos e na formatação de propostas direcionadas para contemplar ações de proteção e salvaguarda na área de educação patrimonial, principalmente na educação básica mas igualmente na educação superior, assim como abre caminho para o reconhecimento e acolhimento das demandas patrimoniais dos diversos e diferentes povos, coletivos étnicos, grupos sociais e identitários existentes no território sul riograndense.

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

3. FORMULAÇÃO, EXPLICITAÇÃO DA DEMANDA E RECURSOS HUMANOS PARA CONTINUIDADE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE – ETAPA DO INVENTARIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O BEM CULTURAL ERVA MATE

INSTRUÇÃO TÉCNICA DO PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL – IPHAE/RS **SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL DA ERVA MATE NO RIO GRANDE DO SUL** **DESCRIÇÃO DE DEMANDAS PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE**
DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Inventário do Patrimonio Cultural Imaterial **BEM CULTURAL EM DESTAQUE**: Erva Mate **NATUREZA DO BEM CULTURAL**: Patrimonio Cultural Imaterial **TIPO DE DOCUMENTO E ENTREGA FINAL À IPHAE/SEDAC:** Relatório de Pesquisa Etnográfica e Histórica do bem cultural erva mate, a ser produzida a partir de estudos e pesquisas circunstanciados, os quais, também, sejam capazes de mapear e identificar bens culturais conexos ao bem cultural em processo de instrução de registro na esfera estadual. **TEMPO DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE**: 06 meses (01/11/21 a 30/04/2022) **TIPO DE AÇÃO**: A ação consistirá no cumprimento da etapa técnica do Inventário Cultural com vistas à inserir subsídios ao PROA N º , **20/1100-0000368-1** ,aberto com a finalidade de instrução do processo de registro estadual do bem cultural erva mate. ETAPAS E DATAS DE ENTREGA DA AÇÃO PREVISTA: Etapa 1. Capacitação e Equipe – 20 de novembro de 2021 Etapa 2. Relatório Parcial - 31 de dezembro de 2021 Etapa 3: Relatório Final - 30 de abril de 2022
DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NO PROCESO DE REGISTRO E VALORIZAÇÃO DO BEM CULTURAL ERVA MATE NO ÂMBITO ESTADUAL *Publicização, para o conjunto da sociedade gaúcha em geral, das etapas e do processo de patrimonialização do bem cultural de natureza imaterial erva mate; *Mediação e participação ativa dos agentes e agencias patrimoniais das esferas

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

pública e privada, estatal e da sociedade civil no processo de patrimonialização da erva mate;
*Reconhecimento e valorização das expressões culturais e identitárias, manifestações e performances vinculadas aos povos e coletividades tradicionais, em particular povos indígenas e quilombolas territorializados no espaço territorial do Rio Grande do Sul;

DEMANDAS DE RECURSOS HUMANOS

*__Formação de Equipe de natureza Interdisciplinar__ coordenada por antropólogx social, com participação e presença ativa dos detentores tradicionais do bem cultural em destaque, objeto do presente processo de instrução técnica de registro.
*__Participantes da equipe__: 02 antropólogxs, 01, geografx, 01 sociológx, 01 museologx; 02 cientistas sociais (sendo 01 bolsista de graduação e 01 bolsista graduadx);
03 referentes socioculturais indígenas habitantes em Terras indígenas no Estado, em área territorial (aldeia/Terra Indígena) atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;
01 referente sociocultural quilombola, habitante em comunidade no estado do Rio Grande do Sul em área territorial atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;
03 referentes socioculturais de agricultores tradicionais habitantes no Rio Grande do Sul em área de incidência atual com práticas e cultivo de erva mate tradicional.
Capacitação e Treinamento de Equipe: Os recursos humanos contratados pelo período de 06 meses receberão capacitação prévia (etapa 01) para a execução das etapas 02 e 03 necessárias para produção da ação prevista, sobretudo em termos metodológicos e nos aspectos legais/formais a serem observados. A capacitação em questão será realizada pela área técnica do Patrimonio Cultural Imaterial do IPHAE/RS, durante o mês de outubro.

ETAPAS/PERÍODOS DA AÇÃO DE INVENTÁRIO CULTURAL

1. Constituição de Equipe Técnica: contratação (ou instrumento similar) de 14

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

pessoas, conforme abaixo: (outubro/novembro/Etapa 01)

2. Contratação de 07 técnicos de nível superior, em conformidade com especificação supramencionada. (outubro/novembro/Etapa 01)

3.Contratação de 07 detentores socioculturais referentes de práticas culturais associadas ao bem cultural erva mate tradicional. (janeiro – abril de 2022); (outubro/novembro/Etapa 01

4. Capacitação para realização da Ação proposta; (outubro/novembro/Etapa 01)

5. Realização de Etapa Documental (novembro/Etapa 02)

6. Realização da Etapa de Pesquisa de Campo (dezembro a março de 2022/Etapa 03)

7. Formatação e Entrega de Relatório Final (abril de 2022/Etapa 03).

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

4. ANEXOS - FICHAS 1 (MAPEAMENTO); FICHA 2 (IDENTIFICAÇÃO) - BENS IMATERIAIS - SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL DO IPHAE/RS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M **BENS IMATERIAIS**

FICHA 1 - MAPEAMENTO

Ficha Nº

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL:

IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

Denominações do Sítio (quais os nomes conhecidos da área territorial onde se encontra disseminado o bem cultural?):

Listar os municípios de incidência do bem cultural:

Descrição e justificativa da localização da área inventariada (descrever as características geográficas da área inventariada, como relevo, clima, fauna, flora, etc. e qual a relação destas características com o modo de fazer):

Descrever e narrar o processo socioantropológico e histórico de constituição do território onde se encontra disseminado o bem cultural, apresentando dados socioculturais; econômicos; político-administrativos; demográficos; socioambientais; etc.

LOCALIDADES INVENTARIADAS

No quadro abaixo, listar quais as localidades serão inventariadas ao longo da pesquisa de campo:

Município(s):	**Localidades a serem inventariadas (vilas, povoados, distritos, bairros, etc.):**

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

LISTA DE CONTATOS PARA ENTREVISTA

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data: _____

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M **BENS IMATERIAIS**

FICHA 2 – IDENTIFICAÇÃO

Ficha Nº

IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

Denominações do Bem Cultural:	
Período de Ocorrência:	

Orientações sobre o preenchimento da tabela abaixo: marcar com X todos os itens em que o bem cultural se encaixe (outros itens podem ser incluídos nas áreas em branco).

	Dimensões do Bem Cultural		Função Econômica		Classes de Idade dos Sujeitos Envolvidos com o Bem Cultural		Contexto do Bem Cultural	
	Material		Doação		0-12 anos		Rural	
	Imaterial		Troca		12-18 anos		Urbano	
	Musical		Venda		19-59 anos			
	Alimentar		Subsistência		60 anos ou mais			
	Religioso		Consumo					
	Artesanal							
	Ofício							
	Arqueológico							
	Paleontológico							
	Quilombola							
	Indígena							
	Imigrante							

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

DESCRIÇÃO DETALHADA DO BEM CULTURAL

Técnicas e Saberes (descrever e contextualizar o conjunto de técnicas e saberes e fazeres associados, e utilizadas presentemente pelos detentores do bem cultural para a realização deste modo de fazer e quais os saberes que servem de base para essas técnicas;

Significados (descrever o que significa este modo de fazer para os diferentes grupos sociais que tem contato com este modo de fazer):

Tradições Associadas (descrever os valores, costumes e tradições que estão relacionados à existência sociocultural e permanecia histórica do bem cultural, como, por exemplo, técnicas ancestrais, celebrações, práticas rituais ; entre outros):

Divisão do trabalho (descrever como se divide o trabalho dentro deste modo de fazer; quais são as fases do processo produtivo; quem desempenha cada função e por quê):

Grupos Sociais Envolvidos e os Papéis Sociais dos Diferentes Sujeitos

Descrever as relações de gênero, ou seja, descrever como os homens e como as mulheres participam desse modo de fazer:
Descrever como são experienciadas as relações étnicas, raciais e socioculturais e a presença e a participação das pessoas negras, indígenas, amarelas e brancas nesse modo de fazer:
Descrever as relações interétnicas, ou seja, explicar se este bem cultural está relacionado a povos, grupos étnicos e coletivos específicos, como, por exemplo, quilombolas, Kaingang, Guaranis, poloneses, portugueses; italianos, entre outros:

Matérias-primas (descrever todos os materiais utilizados pelos diferentes detentores para produzir e consumir o bem cultural em análise e outros bens conexos, por exemplo o chimarrão e chás medicinais, indicando potenciais

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

afinidades e distinções de práticas simbólicas e de uso material entre diferentes detentores do bem cultural):

Espaços Físicos e Sociais (descrever os espaços físicos e sociais nos quais incidem as diferentes fases do modo de produção, circulação e consumo próprio do bem cultural)

Peculiaridades do Bem Cultural em cada Localidade do Rio Grande do Sul

Outros dados e informações considerados relevantes e dignas de comentário:

REFERÊNCIA CULTURAL

Descrever e narrar a história do bem cultural e explicitar como e por que o referido bem constitui referência cultural importante para diferentes povos, grupos sociais e pessoas em escala local e para o próprio estado do Rio Grande do Sul. A respeito dos detentores do bem cultural, importante identificar suas relações com o território; dados demográficos; socioculturais; econômicos; socioambientais; etc.:

LEGISLAÇÃO

Listar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes na área inventariada relacionados com o bem cultural e com a preservação ambiental e patrimonial

RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA

Listar recomendações de possíveis ações e medidas a serem implantadas com o objetivo de proteger este bem cultural:

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data: _____

Documento PROA Assinado

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Eis a Informação Técnica requerida à continuidade da instrução de registro do bem cultural erva mate, concebido como patrimônio cultural imaterial estadual.

Walmir Pereira – ID 1688634
Analista em Antropologia

De acordo,
Em
16/11/21

Arq. Lisandra Weiler – IPHAE
CAU/RS A22331-0
ID 2615550

Diretora em Exercício do IPHAE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: NOTA_TECNICA_INVENTARIO_CULTURAL_ERVA_MATE_assinada.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Lisandra Bidone Barrios Weiler	SEDAC / IPHAE / 26155501	17/11/2021 10:18:07

Documento PROA Assinado

-

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA CULTURA

Informação Técnica Nº 039 de 2022. **Porto Alegre 18 de Fevereiro**

PROA: 21/1100-0000368-1

Assunto: ALTERAÇÃO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva-mate.

A presente Informação Técnica corrobora a Info. Técnica nº 216/2021 e acrescenta a alteração do cronograma de realização do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento, etapa necessária da instrução do registro da erva-mate como patrimônio cultural na esfera estadual.

1.INTRODUÇÃO:

> 1.Inventário é por definição rol completo: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a exaustividade;
>
> 2. Para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituí-lo. (...)
>
> 3. Inventariar, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial. (Antônio Augusto Arantes, p.28-2000)

Documento PROA Assinado

A experiencia societal brasileira contemporânea, no que respeita à arena de estruturação das políticas públicas no campo do patrimônio cultural, corrobora como marco jurídico constitucional referencial as normativas e prerrogativas alicerçadas na **Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988**.

Por sua vez nos domínios territoriais do Rio Grande do Sul, os bens culturais e as manifestações de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha - os saberes e fazeres da cultura popular e dos povos indígenas originários e das coletividades tradicionais, as festas, as celebrações e as religiosidades, as danças e as musicalidades, os rituais, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura de tradição oral — estão protegidos sob a égide do decreto lei nº **13.678, de 17 de janeiro de 2011**, o qual dispõe sobre o patrimônio cultural imaterial entendendo-o como "o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciados no cotidiano das comunidades." (Art. 1o, & 1o – Lei 13.678, atualizado pela **Lei nº 14.155 de 20 de dezembro de 2012** e pelo **Decreto Nº 54.763, de 17 de agosto 2019,** que regulamentou a Lei Nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011).

Considerando as normativas e preceitos legais vigentes no Decreto Nº 54.763 e na **Instrução Normativa SEDAC/IPHAE Nº 01, de 10 de agosto de 2021**, a qual estabelece os procedimentos administrativos, técnicos e a documentação necessária para instrução dos processos de Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências, o incremento de uma política patrimonial direcionada à esfera imaterial aparece como uma forma de

Documento PROA Assinado

reconhecimento dessas expressões culturais e como efetivo movimento de sua valorização e de fomentar o compromisso dos agentes e agências de Estado em identificar, documentar, inventariar, registrar e estabelecer ações de salvaguardas que contribuam para continuidade dos bens culturais imateriais em âmbito da esfera estadual sul-rio-grandense.

Considerando esta abreviada introdução e os dispositivos técnicos de segurança jurídica vigentes supracitados, assim como a imperiosa ampliação deste arcabouço administrativo legal com a impostergável consolidação do **Programa Estadual do Patrimonio Imaterial (PEPI/RS**) e da **Câmara Temática do Patrimonio Cultural Imaterial (CTPCI)**, evidenciam-se a seguir passos necessários para contextualização e realização da Etapa do Inventario de Identificação e Produção de Conhecimento sobre o bem cultural erva-mate, concebido enquanto foco de ação patrimonial estadual.

2.ETAPA DO INVENTÁRIO CULTURAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO CONTINUIDADE DE INSTRUÇÃO AO PROCESSO DE REGISTRO DO SISTEMA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DA ERVA-MATE

2.1.SOBRE O INVENTÁRIO de identificação e produção de conhecimento dos bens culturais de natureza imaterial: O instrumento inventário cultural consiste em uma ampla pesquisa de campo, documental e de natureza bibliográfica. Em termos objetivos, a materialização do processo de inventariação a partir da elaboração de um roteiro básico de coleta de dados etnográficos, espaciais, territoriais, sócios históricos, e outras informações virtualmente relevantes ao processo de patrimonialização de bens imateriais, é constituído por um conjunto determinado de fases e de fichas técnicas adaptado ao bem cultural em pauta, conforme detalhamento a seguir.

2.2.SOBRE O INSTRUMENTO METODOLÓGICO E SUA APLICAÇÃO

Documento PROA Assinado

Em se tratando da experiência piloto de instrução ao processo de registro do bem cultural erva mate como patrimônio cultural sul riograndense, o procedimento sistemático de ajustamento das fichas do instrumento de inventariação cognominado **Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE** deverá ser realizado em diálogo entre a equipe técnica integrante da área do patrimônio imaterial do IPHAE/SEDAC e a equipe executora do inventário, com o objetivo de construir um caminho metodológico consistente que resulte na coleta de dados e informações dilatadas e detalhadas sobre o bem cultural em situação de instrução técnica com vistas ao futuro registro na esfera estadual.

Neste caso específico da instrução em curso do registro do Sistema Socioambiental e Cultural da Erva-Mate–, em conformidade com documentação apensa ao **PROA: 21/1100-0000368-1,** o corpo técnico institucional da agência proponente e os agentes integrantes da equipe de execução terão as seguintes atribuições ao longo da etapa de inventariação:

Atribuições da Equipe Técnica da Área do Patrimônio Imaterial do IPHAE/RS: Organizar e encaminhar os procedimentos de instrução do processo de registro de bem cultural, realizar qualificação da demanda e executar a pesquisa documental e bibliográfica e de fundamentação e identificação do bem de natureza imaterial e dos potenciais detentores deste bem cultural para fins de instrução do processo de registro; Disponibilizar como suporte metodológico o Sistema de Rastreamento Cultural - para realização do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do bem cultural erva mate; Assessorar e instrumentalizar, a partir da realização de reuniões e trabalhos de campo junto aos grupos sociais, comunidades, coletivos e/ou pessoas detentorxs do bem cultural em apreciação/instrução, a equipe técnica responsável pela execução do inventario de campo; Promover e realizar a capacitação da equipe de

Documento PROA Assinado

pesquisadores responsáveis pela execução da etapa de inventariação.

Atribuições da Equipe Executora de Etapa e das Fases do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento sobre Bem Cultural Imaterial: Em princípio, a equipe executora necessitará ser contratada pela SEDAC/IPHAE, com o objetivo de realização da etapa do inventário de campo; Dentre os pesquisadores integrantes da equipe executora desta etapa deverá estar contemplada presença com participação ativa, em particular na execução do trabalho de campo e nas reuniões in loco nos espaços territoriais de incidência do bem cultural erva mate, dos referentes culturais e detentores mapeados e identificados a priori pela instituição proponente . Nesta etapa do inventário cultural acontecerão as atividades de pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo (envolvendo mapeamento, entrevistas com roteiro flexível, captação de imagens fotográficas, gravações de áudio e vídeo) sobre o bem cultural em processo de Registro na esfera estadual.

Observância das Fases e Aplicação das Fichas do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva Mate: O adequado emprego, compilação e análise das Fichas na concretização do Inventário Cultural, tendo como referência básica a adoção da metodologia do Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE, deverá observar a existência e articulação de 3 fases. Na medida em que o preenchimento das Fichas correspondentes a cada uma das Fases seja finalizado, essas fichas deverão ser encaminhadas à equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE para conhecimento e avaliação técnica. Após manifestação técnica com o aval do IPHAE para prosseguimento dos trabalhos da Etapa de Inventariação, a equipe executora poderá dar

Documento PROA Assinado

início a Fase subsequente do Inventário de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva-mate.

A seguir, uma ilustração objetiva com a indicação sobre as Fases e Fichas a serem instrumentalizadas no processo de inventariação cultural do bem cultural erva-mate:

Fase 1 – Mapeamento: Nesta fase inicial compete à equipe executora a ser contratada para realização da etapa de inventariação, em diálogo e consenso com a equipe da área do Patrimônio Imaterial do IPHAE, apresentar um Plano de Trabalho com prazos e objetivos plausíveis e adequadamente delineados. Dentre esses objetivos deverão estar indicadas e justificadas as localidades em que a equipe contratada pretende realizar a pesquisa de campo e quem serão os referentes socioculturais detentores do bem cultural erva-mate que integrarão a equipe de inventariação, assim como deverão estar indicados os referentes que essa equipe pretende entrevistar durante o período de execução do inventario cultural. Para cumprimento da Fase 1 – Mapeamento -, os pesquisadores da equipe contratada deverão preencher a Ficha 1.

Ficha 1 – Mapeamento: A Ficha 1 tem a finalidade básica de planejamento, na medida em que deverá indicar as Localidades a serem inventariadas e as pessoas e/ou coletivos sociais e étnicos reconhecidxs como portadores de referência cultural a serem entrevistadxs, assim como deverá apresentar os dados demográficos, econômicos, geográficos, históricos, socioculturais; político-administrativos; socioambientais; etc. dos territórios em que presentemente encontra-se localizado o bem cultural erva mate. Necessário indicar que a Ficha 1 tem também a função de possibilitar às equipes técnicas, tanto da área do Patrimonio Imaterial do IPHAE como da organização contratada, ter uma visão amplificada da dimensão do espaço territorial e administrativo abrangido pela Etapa do Inventário Cultural, pois, junto com o preenchimento da Ficha 1,

Documento PROA Assinado

deverá ser entregue pelos pesquisadores de campo o Anexo I – composto de Mapas e de Fichas Bibliográficas.

Anexo I – Mapas: o Anexo I – Mapas consiste na disponibilização de um conjunto de mapas político-administrativos com marcações precisas e indicação da localização de cada um/a dos/das detentores/as do bem cultural em apreciação entrevistados/as.

Fichas Bibliográficas: contêm sinopses e breves resenhas que explicitam a relevância de cada referência bibliográfica indicada para a pesquisa de inventariação do bem cultural erva-mate.

Fase 2 – Entrevistas

Roteiros de Entrevistas: Consiste na elaboração, de modo participativo entre equipe técnica do IPHAE e equipe contratada para execução da Etapa de Inventariação, de roteiros específicos para entrevistar os diferentes referentes identitários, socioculturais, étnicos, raciais e culturais que se relacionam diretamente com o bem cultural em processo de instrução no âmbito do IPHAE. As entrevistas, como parte da produção do inventário de identificação e produção de conhecimento, serão realizadas pela equipe contratada com assessoria e apoio do corpo técnico do IPHAE e da instituição proponente. Durante o processo de realização das entrevistas pela equipe de inventariação cultual contratada, deverá ocorrer a captura e posterior processamento de imagens fotográficas e sons (vídeos; gravações; etc.)

Fase 3 – Identificação

Ficha 2 – Identificação: tem como objetivo precípuo produzir conhecimento sobre o Bem Cultural a partir do cruzamento de informações coletadas ao longo da pesquisa de campo com as informações levantadas durante a pesquisa bibliográfica. No

Documento PROA Assinado

momento de preenchimento em campo da Ficha 2 é importante realizar a **descrição detalhada dos itens integrantes** da mesma e, além disso, realizar a **análise e interpretação dos dados coletados em campo** durante a pesquisa in loco com os detentores. A ficha 2 deverá finalizar com a apresentação pelos pesquisadores da equipe contratada de um conjunto de Recomendações, de natureza propositiva e exequível, que viabilizem no curto e no médio prazo o estabelecimento de um Plano de Salvaguarda para o bem cultural em processo de inventariação.

2.3. RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA FASE DO INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO BEM CULTURAL ERVA-MATE

* Necessário conhecimento prévio e assimilação do conjunto das informações técnicas e documentos apensos, até o presente momento, ao PROA de Nº 21/1100-0000368-1;

*Salientar durante produção da escrita e entrega do Relatório Final, com fundamento nas pesquisas de campo, documental e bibliográfica, que o circuito socioambiental e cultural de produção, distribuição e consumo da erva-mate existe para além do espaço geográfico do Rio Grande do Sul, estando presente na região sul e no estado de Mato Grosso do Sul na região Centro Oeste. Importante registrar sua presença, também, na esfera socioambiental e geocultural do MERCOSUL, ainda que esse domínio cultural e territorial não seja a esfera privilegiada de atuação e jurisdição das ações patrimoniais do IPHAE/RS. Esse aspecto merece atenção, pois abre espaço para possibilidades de ações patrimoniais futuras em parceria entre múltiplos agentes e agencias patrimoniais regionais, nacionais e supranacionais, envolvendo o bem cultural erva-mate em escala continental;

*Arquitetar ao longo da execução do inventário de identificação e produção de conhecimento, e em seu Relatório Final, a ênfase no processo de salvaguarda: evidenciando o que já foi realizado a nível

Documento PROA Assinado

de proteção jurídica (leis, decretos, projetos/trabalhos/ações da Embrapa e da Emater, etc.), buscando ressaltar, para além do que já existe enquanto instrumentos protetivos, quais ações patrimoniais constituem prioridades na salvaguarda do bem cultural e na valorização e reconhecimento de seus detentores tradicionais, durante e a posteriori ao processo de registro;

*Considerar que entre os avanços substantivos da legislação patrimonial estadual no campo dos bens culturais imateriais, apesar de inconclusiva dado que as pendências de oficialização do PEPI e da CTPCI permanecem, merece destaque a imperativa presença e participação das comunidades, coletivos identitários, étnicos e agentes patrimoniais locais detentores no processo de a identificação, atribuição de valor e reconhecimento de seus bens culturais, o que autoriza a realização de experiências inovadoras em relação a constituição de inventários participativos e na formatação de propostas direcionadas para contemplar ações de proteção e salvaguarda na área de educação patrimonial, principalmente na educação básica mas igualmente na educação superior, assim como abre caminho para o reconhecimento e acolhimento das demandas patrimoniais dos diversos e diferentes povos, coletivos étnicos, grupos sociais e identitários existentes no território sul riograndense.

Documento PROA Assinado

3.FORMULAÇÃO, EXPLICITAÇÃO DA DEMANDA E RECURSOS HUMANOS PARA CONTINUIDADE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA-MATE – ETAPA DO INVENTARIO DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O BEM CULTURAL ERVA-MATE

INSTRUÇÃO TÉCNICA DO PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL – IPHAE/RS

SISTEMA CULTURAL & SOCIOAMBIENTAL DA ERVA MATE NO RIO GRANDE DO SUL

DESCRIÇÃO DE DEMANDAS PARA CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REGISTRO DO BEM CULTURAL ERVA MATE

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Inventário do Patrimonio Cultural Imaterial

BEM CULTURAL EM DESTAQUE: Erva-mate

NATUREZA DO BEM CULTURAL: Patrimonio Cultural Imaterial

TIPO DE DOCUMENTO E ENTREGA FINAL À IPHAE/SEDAC:

Relatório de Pesquisa Etnográfica e Histórica do bem cultural erva-mate, a ser produzida a partir de estudos e pesquisas circunstanciados, os quais, também, sejam capazes de mapear e identificar bens culturais conexos ao bem cultural em processo de instrução de registro na esfera estadual.

TEMPO DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 05 meses (05/03/2022 a 05/08/2022)

TIPO DE AÇÃO: A ação consistirá no cumprimento da etapa técnica do Inventário Cultural com vistas à inserir subsídios ao PROA N º , **20/1100-0000368-1 ,**aberto com a finalidade de instrução do processo de registro estadual do bem cultural erva mate.

ETAPAS E DATAS DE ENTREGA DA AÇÃO PREVISTA:

Etapa 1. Capacitação e Equipe – março de 2022

Etapa 2. Relatório Parcial - junho de 2022

Etapa 3: Relatório Final - julho de 2022

DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NO PROCESO DE REGISTRO E VALORIZAÇÃO DO BEM CULTURAL ERVA MATE NO ÂMBITO ESTADUAL

*Publicização, para o conjunto da sociedade gaúcha em geral, das etapas e do processo de patrimonialização do bem cultural de

Documento PROA Assinado

natureza imaterial erva mate;
*Mediação e participação ativa dos agentes e agencias patrimoniais das esferas pública e privada, estatal e da sociedade civil no processo de patrimonialização da erva mate;
*Reconhecimento e valorização das expressões culturais e identitárias, manifestações e performances vinculadas aos povos e coletividades tradicionais, em particular povos indígenas e quilombolas territorializados no espaço territorial do Rio Grande do Sul;

DEMANDAS DE RECURSOS HUMANOS

*__Formação de Equipe de natureza Interdisciplinar__ coordenada por antropólogx social, com participação e presença ativa dos detentores tradicionais do bem cultural em destaque, objeto do presente processo de instrução técnica de registro.
*__Participantes da equipe__: 02 antropólogxs, 01, geografx, 01 sociológx, 01 museologx; 02 cientistas sociais (sendo 01 bolsista de graduação e 01 bolsista graduadx);
03 referentes socioculturais indígenas habitantes em Terras indígenas no Estado, em área territorial (aldeia/Terra Indígena) atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;
01 referente sociocultural quilombola, habitante em comunidade no estado do Rio Grande do Sul em área territorial atual com incidência de práticas e cultivo da erva mate tradicional;
03 referentes socioculturais de agricultores tradicionais habitantes no Rio Grande do Sul em área de incidência atual com práticas e cultivo de erva- mate tradicional.
Capacitação e Treinamento de Equipe: Os recursos humanos contratados pelo período de 06 meses receberão capacitação prévia (etapa 01) para a execução das etapas 02 e 03 necessárias para produção da ação prevista, sobretudo em termos metodológicos e nos aspectos legais/formais a serem observados. A capacitação em questão será realizada pela área técnica do Patrimonio Cultural Imaterial do IPHAE/RS.

ETAPAS/PERÍODOS DA AÇÃO DE INVENTÁRIO CULTURAL

Documento PROA Assinado

1. Constituição de Equipe Técnica: contratação (ou instrumento similar) de 14 pessoas, conforme abaixo: (Fevereiro/Etapa 01)
2. Contratação de 07 técnicos de nível superior, em conformidade com especificação supramencionada. (março/Etapa 01)

3.Contratação de 07 detentores socioculturais referentes de práticas culturais associadas ao bem cultural erva-mate tradicional. (março – junho de 2022); (março/Etapa 0)

4. Capacitação para realização da Ação proposta; (Março/ Etapa 01)

5. Realização de Etapa Documental (novembro/Etapa 02)

6. Realização da Etapa de Pesquisa de Campo (março de 2022 a junho/Etapa 03)

7. Produção de Relatório Final Inventário Cultural (junho/Julho 2022/Etapa3)

Formatação e Entrega de Relatório Final (julho de 2022/Etapa 03).

8. Encaminhamento para Câmara Temática do PCI (Agosto de 2022)

Documento PROA Assinado

4.ANEXOS - FICHAS 1 (MAPEAMENTO); FICHA 2 (IDENTIFICAÇÃO) - BENS IMATERIAIS - SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL DO IPHAE/RS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M BENS IMATERIAIS

FICHA 1 - MAPEAMENTO

Ficha Nº

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL:

IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

Denominações do Sítio (quais os nomes conhecidos da área territorial onde se encontra disseminado o bem cultural?):

Listar os municípios de incidência do bem cultural:

Descrição e justificativa da localização da área inventariada (descrever as características geográficas da área inventariada, como relevo, clima, fauna, flora, etc. e qual a relação destas características com o modo de fazer):

Descrever e narrar o processo socioantropológico e histórico de constituição do território onde se encontra disseminado o bem cultural, apresentando dados socioculturais; econômicos; político-administrativos; demográficos; socioambientais; etc.

LOCALIDADES INVENTARIADAS

No quadro abaixo, listar quais as localidades serão inventariadas ao longo da pesquisa de campo:

Município(s):	Localidades a serem inventariadas (vilas, povoados, distritos, bairros, etc.):

Documento PROA Assinado

LISTA DE CONTATOS PARA ENTREVISTA

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Nome:	
Ocupação:	
Município:	
Localidade:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por:

Data:_____

–

Documento PROA Assinado

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura **SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL**

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M **BENS IMATERIAIS**

FICHA 2 – IDENTIFICAÇÃO

Ficha Nº

IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

Denominações do Bem Cultural:	
Período de Ocorrência:	

Orientações sobre o preenchimento da tabela abaixo: marcar com X todos os itens em que o bem cultural se encaixe (outros itens podem ser incluídos nas áreas em branco).

	Dimensões do Bem Cultural		Função Econômica		Classes de Idade dos Sujeitos Envolvidos com o Bem Cultural		Contexto do Bem Cultural	
	Material		Doação		0-12 anos		Rural	
	Imaterial		Troca		12-18 anos		Urbano	
	Musical		Venda		19-59 anos			
	Alimentar		Subsistência		60 anos ou mais			
	Religioso		Consumo					
	Artesanal							
	Ofício							
	Arqueológico							
	Paleontológico							
	Quilombola							
	Indígena							
	Imigrante							

Documento PROA Assinado

DESCRIÇÃO DETALHADA DO BEM CULTURAL

Técnicas e Saberes (descrever e contextualizar o conjunto de técnicas e saberes e fazeres associados, e utilizadas presentemente pelos detentores do bem cultural para a realização deste modo de fazer e quais os saberes que servem de base para essas técnicas;

Significados (descrever o que significa este modo de fazer para os diferentes grupos sociais que tem contato com este modo de fazer):

Tradições Associadas (descrever os valores, costumes e tradições que estão relacionados à existência sociocultural e permanecia histórica do bem cultural, como, por exemplo, técnicas ancestrais, celebrações, práticas rituais ; entre outros):

Divisão do trabalho (descrever como se divide o trabalho dentro deste modo de fazer; quais são as fases do processo produtivo; quem desempenha cada função e por quê):

Grupos Sociais Envolvidos e os Papéis Sociais dos Diferentes Sujeitos

Descrever as relações de gênero, ou seja, descrever como os homens e como as mulheres participam desse modo de fazer:

Descrever como são experienciadas as relações étnicas, raciais e socioculturais e a presença e a participação das pessoas negras, indígenas, amarelas e brancas nesse modo de fazer:

Descrever as relações interétnicas, ou seja, explicar se este bem cultural está relacionado a povos, grupos étnicos e

Documento PROA Assinado

coletivos específicos, como, por exemplo, quilombolas, Kaingang, Guaranis, poloneses, portugueses; italianos, entre outros:

Matérias-primas (descrever todos os materiais utilizados pelos diferentes detentores para produzir e consumir o bem cultural em análise e outros bens conexos, por exemplo o chimarrão e chás medicinais, indicando potenciais afinidades e distinções de práticas simbólicas e de uso material entre diferentes detentores do bem cultural):

Espaços Físicos e Sociais (descrever os espaços físicos e sociais nos quais incidem as diferentes fases do modo de produção, circulação e consumo próprio do bem cultural)

Peculiaridades do Bem Cultural em cada Localidade do Rio Grande do Sul

Outros dados e informações considerados relevantes e dignas de comentário:

REFERÊNCIA CULTURAL

Descrever e narrar a história do bem cultural e explicitar como e por que o referido bem constitui referência cultural importante para diferentes povos, grupos sociais e pessoas em escala local e para o próprio estado do Rio Grande do Sul. A respeito dos detentores do bem cultural, importante identificar suas relações com o território; dados demográficos; socioculturais; econômicos; socioambientais; etc.:

LEGISLAÇÃO

Listar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes na área inventariada
relacionados com o bem cultural e com a preservação ambiental e patrimonial

RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA

Documento PROA Assinado

Listar recomendações de possíveis ações e medidas a serem implantadas com o objetivo de proteger este bem cultural:

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Pesquisadores:	
Supervisor:	
Responsável pelo inventário:	

Preenchido por: _____
Data:_____

Eis a Informação Técnica requerida, com cronograma refeito, à continuidade da instrução de registro do bem cultural erva-mate, concebido como patrimônio cultural imaterial estadual.

Walmir Pereira – ID 1688634
Analista em Antropologia

De acordo,
Em / /

Renato Savoldi
Diretor do IPHAE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: NOTA TECNICA ERVA MATE REVISAO CRONOGRAMA.doc

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Walmir da Silva Pereira	SEDAC / IPHAE / 168863401	21/02/2022 10:14:25

Documento PROA Assinado

-

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA CULTURA

Informação Técnica Nº 115 **Porto Alegre 29 de Abril de 2022.**

Assunto: Manifestação Técnica à Direção do IPHAE, referente a solicitação de nova orientação ao processo em curso de patrimonialização do Sistema Cultural SocioAmbiental da Erva Mate Tradicional - PROA: 21/1100-0000368-1

> "A constituição de patrimônios culturais deve "fazer sentido" e "ter valor" para outros sujeitos sociais - especialmente os que produzem ou mantém bens culturais - além dos representantes e especialistas do Estado aos quais essa constituição sempre esteve delegada. Ou seja, a construção do patrimônio cultural deve estar baseada em processo que inclua e considere a dinâmica de atribuição de valor e significado." (SANT'ANNA 2006),

Em resposta a solicitação do diretor do IPHAE ao assunto que enseja a escrita da presente Informação Técnica, a seguir apresento informações objetivas que foram observadas e consideradas para a nova readequação do cronograma de execução da continuidade do processo de instrução do registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva Mate Tradicional com Patrimonio Cultural Estadual.

1.Considerando publicização institucional de contato mantido no decorrer da primeira quinzena de abril pelo representante do Instituto Brasileiro da Erva Mate – IBRAMATE -, Sr. Ismael Rosseti, junto à Secretária de Cultura do Estado, Srª Beatriz Araújo-, comunicando a impossibilidade técnica, operacional e financeira para realização da etapa do Inventario Cultural de Produção de Conhecimento da Erva Mate no decorrer de prazo previamente consensuado entre as partes interessadas;

2.Considerando informação interna da direção do IPHAE, emitida em 27/04, segundo a qual a instituição supramencionada e indicada pela SEDAC/IPHAE como responsável pela etapa de inventariação cultural do processo de patrimonialização em curso, não participará das fases correspondentes ao Inventário Cultural de Produção de Conhecimento da Erva Mate;

3. Considerando o não atendimento da instituição IBRAMATE e de seus apoiadores das orientações básicas contidas no Plano de Trabalho e nos prazos indicados nas Informações Técnicas Nº 216, de 24 de outubro de 2021 e Nº 39, de 18

de fevereiro de 2022, bem como em atenção à solicitação da direção do IPHAE para encaminhamento de alternativa de continuidade do processo de Instrução do Registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva Mate Tradicional como Patrimônio Cultural Estadual;

Diante dos considerandos pontuados e do contexto firmado de inviabilização de efetivação do cumprimento da Etapa do Inventário Cultural nos prazos estipulados, segue abaixo a indicação de medidas técnicas para sequência da instrução do processo de registro de bem cultural, conforme PROA Nº PROA: 21/1100-0000368-1.

CRONOGRAMA DE CONTINUIDADE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DO SISTEMA CULTURAL E SOCIOAMBIENTAL DA ERVA MATE TRADICIONAL

Ações Qualificação do Inventário Cultural da Erva Mate	Maio	Junho	Julho	Agosto
Produção de Documento Parcial apresentando as bases documentais, bibliográficas, legais, históricas e socio antropológicas do bem cultural erva mate;	X	X		
Realização de 03 Seminários,[1] 01 com cada um dos três grupos étnicos e sociais preliminarmente mapeados e identificados em pesquisas documentais como detentores do bem cultural erva mate;		X	X	
Mapeamento e Identificação de Sítios e Localidades em que se encontra disseminado o bem cultural erva mate e Listagem dos municípios de incidência do bem cultural;		X	X	
Elaboração de Documento Final apresentando as bases documentais, bibliográficas, legais, históricas e socio antropológicas do bem cultural erva mate;		X	X	
Encaminhamento de Parecer Técnico referente a Qualificação do PROA de Instrução ao Registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva Mate Tradicional para a Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial (CTPCI);				X

Eis a Informação Técnica à apreciação da Direção do IPHAE.

Walmir Pereira – ID 1688634
Analista Sociólogo – IPHAE/SEDAC

De acordo,

Em / /

Renato Savoldi

Diretor do IPHAE/RS

[1] Imperioso destacar: a realização dos seminários, supra indicados, apresenta-se como de fundamental importância ao cumprimento da prerrogativa de anuência dos coletivos étnicos e sociais detentores do bem cultural potencialmente digno de registro como patrimônio cultural estadual. Juntamente com o consentimento formal a ser externado na figura da anuência dos detentores, os seminários contribuirão para o imprescindível fortalecimento da participação social dos detentores e de diversos atores integrantes do campo do patrimônio cultural gaúcho.

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

ATA REUNIÃO VIRTUAL

Porto Alegre, 03 de outubro de 2022.

Presentes:

Gustavo Mor Malossi – SEDAC/IPHAE
Rafael Filter Santos da Silva – SEDAC/IPHAE
Walmir da Silva Pereira – SEDAC/IPHAE
Yves Marcel Seraphin – SEDAC/IPHAE

Pauta: Saídas de campo relativas ao processo de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate.

- Walmir avisa que não haverá saída de campo no dia 04 de outubro, pois o carro foi reservado para saída de campo nos dias 06 e 07 de outubro com destino a Santa Maria.
- Por meio de diálogo, entendeu-se não necessária a obrigatoriedade de que as saídas de campo de contato preliminar (visitas aos grupos detentores do bem cultural de uma localidade específica para estabelecer uma primeira conversa sobre o processo de Registro) fossem compostas por mais de um técnico do IPHAE. Ou seja, a presença de mais de um técnico em saídas de campo de contato preliminar se dará conforme o planejamento técnico para cada viagem.
- Walmir se propôs a realizar a saída de campo para Santa Maria no dia 07 de outubro, indo e voltando no mesmo dia. Tentará fazer contato com a EMATER, para que algum de seus técnicos acompanhe a visita aos detentores locais do bem cultural.
- Em relação ao município de Giruá, será feito contato para realização de reunião online com os técnicos da EMATER; da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; e com representantes do Quilombo Corrêa, com os quais já se conversou na visita de campo realizada ao município anteriormente. A reunião online terá o objetivo de planejar o seminário com os detentores locais do bem cultural.
- Ficou decidido que, quinta-feira (06 de outubro) se realizará outra reunião interna para construção do cronograma das próximas saídas de campo relativas ao bem em questão.

Documento PROA Assinado

- Ficou decidido de se fazer atas quando ocorrerem reuniões internas (presencial ou online) sobre o Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate, tendo em vista manter informado a todos sobre o fluxo de trabalho.

Documento PROA assinado

Nome do documento: Erva-mate - Ata reuniao virtual 03102022.doc

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Walmir da Silva Pereira	SEDAC / IPHAE / 168863401	16/11/2022 15:46:56

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA CULTURA

PARECER Nº 001/2022 IPHAE **Porto Alegre, 17 de agosto de 2022.**

Assunto: Patrimonialização do Sistema Cultural Socioambiental da Erva-Mate Tradicional

Referência: PROA: 21/1100-0000368-1

I – Introdução

A noção de patrimônio cultural imaterial (PCI) constitui conceito operatório em inúmeros países e fóruns internacionais para formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda do patrimônio intangível, ela designa ´referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos étnicos e sociais, comunidades, povos e nações. (IPHAN, 2020).

Inicialmente, uma consideração incontornável: o instrumento sociocultural, técnico e jurídico do Registro requer a constituição de um processo de patrimonialização includente e participativo capaz de apreender a dinâmica de atribuição de valor e significado conferido por uma gama diversa de atores e agências patrimoniais, nomeadamente pelos detentores e produtores de determinado bem cultural de natureza imaterial.

Conforme indicado pela arquiteta Márcia Sant'ana (2006) do IPHAN, em estreita correspondência com concepções antropológicas contemporâneas, para além dos representantes e especialistas do Estado aos quais a chancela de patrimônios culturais esteve historicamente delegada, desde a edição do Decreto Lei Nº 26/37 que instituiu o instrumento jurídico do tombamento no Brasil, é necessário que o registro produza sentido para outros sujeitos, grupos e coletivos sociais, detentores e produtores que conservam e dinamizam os bens culturais ao longo do tempo.

Ademais, a instituição do patrimônio cultural enseja como condição *sine quan non* um movimento processual situado e contextualizado, experienciado em tempos e espaços determinados, de atribuição de valor aos sujeitos e grupos sociais e identitários implicados,

Documento PROA Assinado

em particular aqueles reconhecidos como detentores e produtores que mantém perenes as memorias, os costumes, as tradições, as cosmovisões e os bens culturais de comunidades, povos, regiões, sociedades e nações.

II – Base normativa do PCI e contextualização do processo de Registro

No Estado do Rio Grande do Sul o Decreto Lei nº 13.678/2011, alterado e atualizado pela Lei n.º 14.155/12 e regulamentado pelo Decreto Lei nº 54.763/2019, constitui instrumento legal para o reconhecimento, preservação e promoção dos bens culturais de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais e étnicos formadores da sociedade gaúcha.

Por conseguinte, na esfera estadual os bens culturais e as manifestações de natureza imaterial - os saberes e fazeres da cultura popular e dos povos indígenas originários e das comunidades tradicionais, as festas, as celebrações e a religiosidade, as danças e a musicalidade, os rituais, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral estão protegidos sob a égide do decreto inaugural da política patrimonial de bens intangíveis, o qual dispõe sobre o patrimônio imaterial entendendo-o como ´o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciados no cotidiano das comunidades. (Art. 1, & 1 – Lei 13.678).

Na esteira da publicação do Decreto nº 54.763, de 17 de agosto de 2019, que regulamenta a Lei nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Sul, foi aberto de ofício pela Secretaria de Estado da Cultura o processo administrativo para registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul. Tal ato procedimental jaz respaldado no conjunto normativo e técnico vigente, em especial no artigo 4, §1º, do Decreto 54.763:

> *Art. 4º O requerimento para a instauração do processo administrativo de registro será dirigido à Secretaria da Cultura e poderá ser apresentado pelos seguintes órgãos e instituições:*
> *I - Secretarias e Conselhos de Cultura dos Municípios, bem como órgãos e entidades municipais responsáveis pela área cultural;*
> *II - Organizações, associações da sociedade civil e representações de coletivos sociais, étnicos e identitários da sociedade sul-rio-grandense; e*
> *III - instituições de ensino e pesquisa com sede e funcionamento no Estado.*
> *§ 1º A Secretaria da Cultura, de ofício, poderá abrir processo administrativo para registro de Patrimônio Cultural Imaterial.*

Documento PROA Assinado

Diante da eclosão planetária da pandemia de COVID-19 e das subsequentes medidas de proteção colocadas em prática pelo Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pelo DECRETO Nº 55.240, DE 10 DE MAIO DE 2020, a instrução do processo de Registro com a consequente inventariação do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate enfocou as fases de instrução cujas atividades não determinavam a obrigatoriedade de viagens e trabalhos de campo de base cartográfica e etnográfica, respeitando, desse modo, a vida e a saúde tanto do corpo técnico institucional como dos detentores e produtores do bem cultural em procedimento de instrução para registro. Sendo assim, foi possível a consecução de um amplo levantamento de fontes documentais, imagéticas e bibliográficas, a fim de mapear e identificar potenciais sujeitos e grupos sociais detentores e produtores do bem cultural em tela visando a levantar dados acerca das manifestações culturais existentes em torno da erva-mate para se compreender o papel de referência cultural desempenhado pelo Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate na construção e consolidação das identidades e das memórias de diferentes coletividades e grupos étnico-raciais que compõem o atual Rio Grande do Sul.

No decorrer do levantamento bibliográfico, foi realizada a adaptação das fichas do Sistema de Rastreamento Cultural para o processo de inventariação desse bem cultural. As fichas foram desenvolvidas e aperfeiçoadas, dado que, anteriormente, a Ficha M-02 Bens Imateriais consistia somente em uma sondagem dos bens culturais imateriais das localidades, sem a pretensão de produzir conhecimento aprofundado sobre o bem, função essa que precisou ser modificada para a elaboração do inventário cultural. A partir deste movimento interno realizado pela área do patrimônio imaterial do IPHAE, as novas Fichas M-02 Bens Imateriais correspondem a um conjunto de fichas divididas em três fases: Mapeamento, Entrevistas, Identificação.

As informações coletadas durante o levantamento das fontes documentais e bibliográficas embasaram uma proposta de inventário que possibilita evidenciar a referencialidade cultural da erva-mate tradicional no plano estadual, bem como a diversidade étnico-racial e cultural de grupos sociais e identitários vinculados ao bem, com o objetivo de que o processo de patrimonialização resulte na construção de políticas públicas de salvaguardas culturais e socioambientais responsáveis, justas e inclusivas. A partir disso, teve início a fase de mapeamento das localidades a serem visitadas, e das pessoas e grupos sociais inicialmente identificados e reconhecidos como portadores de reconhecida referência cultural a serem entrevistados no processo de inventariação cultural.

Neste contexto normativo e de instrução do processo de registro do Sistema Cultural

Documento PROA Assinado

e socioambiental da Erva-Mate Tradicional, o incremento de uma política patrimonial direcionada à esfera imaterial aparece como uma forma de reconhecimento das expressões e bens culturais simbólicos, de fomentar sua valorização e de estabelecer, de modo efetivo, o compromisso do Estado em identificar, documentar, inventariar, registrar e estabelecer ações de salvaguardas que afiancem a continuidade desses bens em âmbito estadual.

III – Qualificação do bem cultural e detentores produtores da erva-mate tradicional

A solicitação para estudos e instrução, levada a efeito pelo corpo técnico do IPHAE, para fins de registro como patrimônio cultural imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, compreendido como configuração presentista de cosmovisões, tradições, agenciamentos e relações ambientais, espirituais, territoriais e socioculturais 1) dos povos indígenas originários Guarani e Kaingang, desde o final da década inicial do séc. XVII; 2) de comunidades quilombolas conformadas no decorrer dos sécs. XIX e XX; e 3) de grupos de agricultores familiares, os quais igualmente consolidaram relações de ordem socioambiental entre o final do sec. XIX e no decorrer do séc. XX.

Importante pontuar que o processo de patrimonialização em curso recai sobre as práticas culturais e de manejo socioambiental de detentores e produtores relacionadas com a erva-mate tradicional de base artesanal, diferenciando-se, assim, da modalidade de erva-mate processada industrialmente pelas ervateiras ligadas aos sistemas empresariais agrícolas do setor rural sul-rio-grandense.

O saber conexo ao processo de fabricação de erva-mate tradicional constitui atividade milenar e secular originada nas práticas ancestrais dos povos indígenas Guarani e Kaingang, ocupantes das macros bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Essas práticas, saberes fazeres e conhecimentos associados à erva-mate tradicional (r)existem ao longo do tempo com incidência espacial local, regional, nacional e continental no sul da América do Sul. Tais práticas apontam à permanência de sistema cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional, o qual persiste nos dias de hoje, em que pese a atual predominância dos sistemas agrícolas empresariais em que sobressai o monocultivo.

Contemporaneamente a erva-mate tem área de ocorrência associada a quatro estados nacionais na jurisdição do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em solo brasileiro, o espaço de incidência ambiental e territorial da erva-mate está circunscrito aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como abrange uma parte dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

“Caá indígena”, “ouro verde das coxilhas”, desde o período colonial brasileiro, com a

Documento PROA Assinado

configuração histórica de conformação das Missões Jesuíticas Guarani e o surgimento das reduções do Guairá em 1610, a erva-mate constituiu-se em um dos carros-chefes da atividade econômica na região Sul do Brasil. Por longo período, inclusive, esse bem cultural ostentou o título de principal produto de exportação do país.

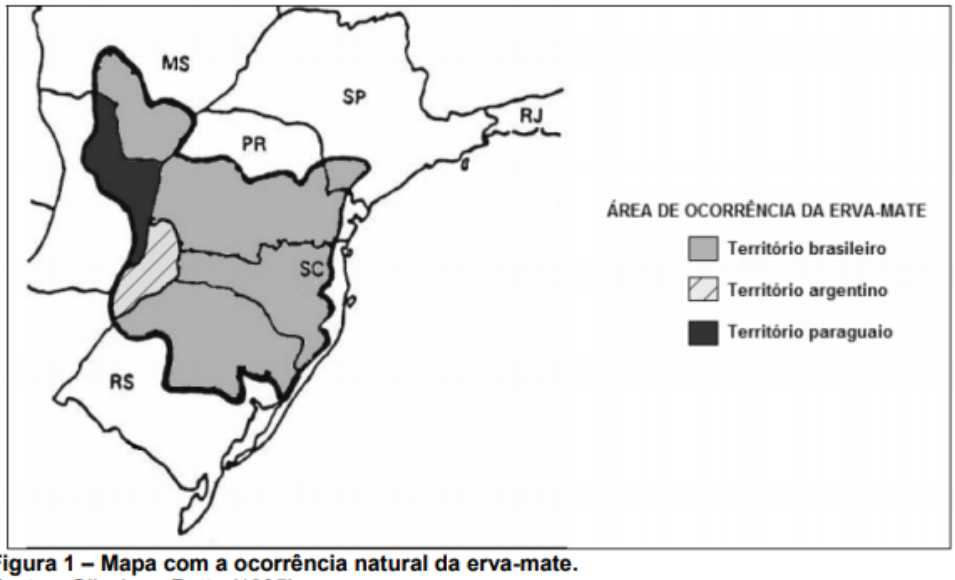


Figura 1 – Mapa com a ocorrência natural da erva-mate.
Fonte – Oliveira e Rotta (1985).

O consumo de erva-mate no Rio Grande do Sul permanece em grande medida identificado com o hábito de sorver o mate amargo, denominado pelos gaúchos como chimarrão. De modo geral, os gaúchos independentemente de classe social, grupo étnico-racial, gênero, religião, orientação sexual, entre outras classificações e distinções identitárias, mantém viva a tradição da ingestão cotidiana do chimarrão, hábito mantido e cultuado de geração para geração ao longo do tempo.

A partir da segunda metade do século XX, desde os anos 1960, fatores como a implementação da modernização da agricultura e a própria industrialização da cadeia produtiva da erva-mate contribuem de forma contínua para desestruturação do sistema socioambiental da erva-mate tradicional de fabricação artesanal no estado do Rio Grande do Sul.

Apresentamos a seguir uma caracterização básica dos grupos societais mapeados e identificados pelo Inventário de Produção de Conhecimento da Erva-mate Tradicional em curso.

Documento PROA Assinado

Grupo 1: Povos Indígenas milenarmente territorializados no RS

Os Guarani, muito antes da chegada dos grupos étnicos eurocentrados, já utilizavam as folhas de erva-mate, em língua indígena “ka’a”, “folha sagrada”, ou côgoi - que posteriormente foi incorporada e adaptada ao português como “congonha” - para preparar a bebida tradicional. Essa bebida denomina-se “ka’a y”, e traduz-se como “água de folha”. Em tempos idos os indígenas faziam o preparo colocando as folhas de erva-mate em uma cuia com água, e a bebida era tomada através de uma taquara, caniço ou osso - “tacuapi” - filtrado por um trançado de fibras vegetais. Os Guarani costumavam armazenar as folhas de erva-mate em cestas de taquara.

Atualmente no espaço social e geográfico do Rio Grande do Sul temos registros de pesquisas etnográficas, museológicas e históricas, entre outras áreas disciplinares, que apontam à existência de manifestações culturais, práticas de manejo e atividades de produção e consumo da erva-mate nos seguintes sítios e localidades:

Guarani de Camaquã

Tekoa Água Grande

Guarani de Santa Maria

Tekoa Guaraviraty Pora

Guarani de Barra do Ouro, Caraá e Maquine

Tekoa Campo Molhado

Grupo 2: Comunidades Quilombolas secularmente territorializados no RS

Quilombolas de Giruá

Quilombo Corrêa

A comunidade quilombola Corrêa fica localizada no distrito de São Paulo das Tunas, interior do município de Giruá na região missioneira gaúcha. A comunidade compõe-se por 08 famílias de ancestralidade afrodescendente que compartilham uma área territorial de 06 hectares de terra, espaço onde cultivam diversos alimentos tais como milho, feijão, amendoim, mandioca, batata, cana de açúcar e ervas medicinais. Os quilombolas possuem criação de animais domésticos, como bois, cavalos, patos, galinhas e perus.

Mais recentemente, até o final da década de 2010 a atividade de subsistência prioritária da comunidade quilombola constituiu-se na produção de erva-mate de carijo, realizada de forma tradicional. O carijó é uma espécie de girau, cama improvisada de cipós, em grade, feito de madeira descascada com amarrações de cipó. Em cima dessa grade colocam-se os fardos das folhas de erva-mate para secar com o calor do fogo que é ateado

Documento PROA Assinado

embaixo.

Popularmente conhecido como “Tigre, o quilombola José Corrêa, juntamente com seu núcleo familiar, aparece como detentor especialista do saber fazer da fabricação artesanal da erva-mate “tão especial que conquista com o sabor diferenciado, ocasionado pela maneira pela qual é feita a secagem das folhas.”[1]

Presentemente com a amenização da conjuntura de crise pandêmica, surgiu a possibilidade de começar os trabalhos de campo. Nesses termos, foi efetivada uma visita à Comunidade Quilombola Corrêa, localizada no distrito de São Paulo das Tunas, município de Giruá, na região missioneira, para conhecer sua situação e definir as pessoas a serem entrevistadas para o inventário. Devido a intempéries climáticas e ao uso de agrotóxicos pelos latifúndios do entorno, as estruturas para a realização do carijo no quilombo foram destruídas e restou apenas um pequeno pé de erva-mate vivo em seu território. Além disso, os dois senhores responsáveis pela feitura do carijo se encontram em condições de saúde delicadas, sendo que, segundo relatos dos quilombolas mais jovens, eles são os únicos detentores dos saberes e técnicas do carijo naquela comunidade. Esses problemas somados à pandemia afastaram os visitantes – os quilombolas relataram que escolas e universitários costumavam visitar o quilombo para conhecer o modo como produziam erva-mate por meio do carijo e, inclusive, comprar o produto.

Ao longo da visita ao quilombo Correa ampliou-se o contato com representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Giruá e da EMATER local, com o intuito de se estabelecer uma rede para a salvaguarda da bem cultural erva-mate (sustentabilidade, organização comunitária, promoção, capacitação, valorização dos sujeitos e do bem cultural etc.) que envolva diferentes instâncias institucionais e pessoas no processo.

Grupo 3: Agricultores Familiares

Considerando as informações bibliográficas geradas na fase de Mapeamento do Inventário Cultural e em dados disponibilizados em reuniões e troca de e-mail com o biólogo e mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS Moises Luz, incorporo a seguir, com sua anuência, uma caracterização o conjunto de famílias da agricultura familiar detentoras do saber-fazer em torno da fabricação artesanal de erva-mate tradicional:

[1] Informações contidas no Site Inventário Turístico de Giruá: Comunidade quilombola Corrêa. https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/880/comunidade-quilombola-correa.html. Acesso:17/08/22

Documento PROA Assinado

1. Comunidade de agricultores familiares em Bozano.

Um grupo de famílias, auto-organizadas a partir dos laços de vizinhança, jazem periodicamente mobilizadas a fim de processar a erva-mate tradicional para seu próprio consumo. Realizam o sapeco manualmente. Amarram os feixes de erva e a levam para secar no carijo, que está montado dentro de um fragmento florestal. A lenha usada para secar a erva é selecionada de espécies apropriadas. O cancheamento é realizado com trilhadeira. O soque é movido com roda d'água.

2. Grupo Familiar de Santo Cristo.

A família tem realizado o procedimento da Poda em áreas nas vizinhanças. Sapeco manual. Erva-mate secada no carijo com algumas estruturas adaptadas. Soque movido com motor a combustão.

3. Grupo familiar em Panambi.

Poda de erval próprio em sistema agroflorestal e agroecológico e de árvores das vizinhanças. Sapeco manual. Secagem no carijo. Cancheamento manual com facão de madeira. Soque com motor elétrico. Seleção de lenha de espécies preferenciais e apropriadas.

4. Grupo familiar em Erval Grande.

Manejo de erval em sistema agroflorestal e agroecológico e também poda das árvores da vizinhança. Sapeco manual. Secagem no carijo. Cancheamento manual com facão de madeira e soque com motor elétrico.

5. Grupo familiar em Humaitá.

Poda de erva-mate nas vizinhanças. Sapeco manual. Secagem em barbaquá adaptado chamado "forno". Cancheamento com facão de madeira. Soque movido com turbina d'água.

6. Grupo familiar de Seberi.

Manejo de erval em sistema agroflorestal. Também obtém das vizinhanças. Sapeco com cilindro giratório. Secagem no barbaquá. Cancheamento com máquina semelhante a trilhadeira. Soque com motor elétrico. Comércio nacional e internacional.

7. Grupo familiar em Ipê, RS.

Manejo de erval em sistema agroflorestal e nativa. Também obtém da região. Sapeco com cilindro giratório. Secagem sem fumaça em estrutura adaptada. Soque com motor elétrico. Comércio em feira ecológica.

8. Grupo familiar em Santo Antônio do Palma.

Manejo de erval próprio agroecológico, para consumo próprio. Sapeco com cilindro giratório. Secagem no barbaquá.

Além da listagem supramencionada, existem experiências em andamento no Estado,

Documento PROA Assinado

as quais também deverão ser descritas e contempladas pela etapa de Inventario Cultural de Produção de Conhecimento, com Grupos familiares dos municípios de Ibarama, Mato Castelhano e Marau, além de um Grupo familiar localizado na rota turística Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves.

IV - Ações de salvaguarda de curto prazo visando consecução do Registro

- Realização de 03 Seminários presenciais com os detentores e produtores do bem cultural em processo de instrução do Registro do Sistema Cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional nos territórios e grupos sociais e familiares até aqui mapeados e identificados;
- Estabelecimento da Anuência Prévia, Livre e Informada dos detentores e produtores indígenas, quilombolas e pequenos agricultores familiares da bem cultural erva-mate tradicional. Neste caso, além de o necessário cumprimento do aparato normativo e jurídico estadual[2] torna-se necessário adotar os passos estabelecidos pela Convenção 169 da OIT, que em seu art. 6º, 1, a evidência: "os governos deverão consultar os [...] interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente".
- Continuidade e finalização do processo de Registro, a partir do encaminhamento de construção do Inventario Cultural de Produção de Conhecimento do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional;
- Formulação e implementação de edital público, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura - SEDAC - e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE -, como instrumento de política cultural com a finalidade da implementação efetiva do Programa Estadual do Patrimônio Imaterial (PEPI), mecanismo necessário e estrutural para consolidação e continuidade de ações de salvaguarda na área do patrimônio imaterial;
- Publicização do processo de patrimonialização ora em curso para o conjunto dos atores da esfera pública - instituições e órgãos públicos dos âmbitos federal, estadual e municipal -, e da sociedade civil integrantes do campo cultural e patrimonial estadual

V – Salvaguardas de médio e longo prazo

Conservação, continuidade e fortalecimento do Sistema Cultural e Socioambiental da erva-

[2] § 1º A demanda de que trata o inciso I deste artigo deverá estar instruída com a declaração formal de representante da comunidade detentora da prática sociocultural, com a anuência de seus membros, expressando o interesse e a aprovação à instauração do inventário cultural de produção de Conhecimento do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional em escala estadual.

Documento PROA Assinado

mate Tradicional, a partir da consolidação de uma política pública sustentável, capaz de uma melhor distribuição, equitativa e justa, das compensações financeiras geradas pela erva-mate no Rio Grande do Sul;

- Promoção do reconhecimento e valorização dos aspectos culturais, históricos, socioambientais dos detentores e produtores da bem cultural erva-mate e dos seus territórios (localidades e sítios), além de ações contínuas e articuladas (programas e projetos) de pesquisa, extensão e sensibilização patrimonial.

- Estímulo a programas de turismo comunitário nas comunidades onde a erva-mate é produzida de modo tradicional, com o objetivo de gerar renda para as comunidades e grupos familiares, fazer a manutenção das estruturas essenciais à continuidade do bem cultural (carijos, barbaquás etc.) e estimular a preservação e salvaguarda dos saberes, fazeres e técnicas tradicionais entre as novas gerações de detentores, produtores e não-produtores.

- Estímulo aos municípios gaúchos a desenvolver programas educativos, para difundir o bem cultural e para que as novas gerações das comunidades locais criem algum tipo de vínculo com o bem, mesmo que não pertençam diretamente aos grupos detentores dos saberes e técnicas tradicionais.

- Fomento de parcerias junto a instituições técnicas específicas da área agrícola (sobretudo a EMATER) para ações de melhoria das condições de produção agrícola dos detentores e produtores indígenas e quilombolas da erva-mate tradicional. A título de exemplo para indicar projetos nessa direção, presentemente existe o Programa Gaúcho para a Qualidade e a Valorização da Erva-mate, que tem como objetivo contribuir para a qualificação da matéria-prima oferecida pelos agricultores familiares, de forma a alcançar a valorização da produção e melhorar a renda das famílias, bem como qualificar a produção através de ações de qualificação e capacitação para agricultores.

- Estímulo à adoção de medidas que protejam os bosques remanescentes das árvores de erva-mate tradicional e as comunidades e famílias quilombolas, indígenas e de pequenos agricultores detentores do bem cultural de práticas agrícolas nocivas e desequilibradas do ponto de vista socioambiental, sobretudo daquelas realizadas pelo uso contínuo de agrotóxicos em seus entornos.

VI - Considerações finais

O presente instrumento, considerando o conjunto documental constante no PROA **21/1100-0000368-1,** tem como finalidade precípua cumprir o rito processual da etapa de

Documento PROA Assinado

avaliação técnica para instrução do processo de Registro de bem cultural no âmbito do IPHAE, conforme previsto em Instrução Normativa interna da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC).

Nesse sentido, por ocasião da cessão inaugural de 19/08/22 da CTPCI, procedida da posse dos conselheiros nomeados das entidades governamentais e sociedade civil, consideramos pertinente a recomendação de continuidade do Inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva-Mate em movimento fundamental ao processo de Registro como Patrimônio Cultural de natureza imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.

Ademais, destaco que a materialização do inventário Cultural de Identificação e Produção de Conhecimento do Bem Cultural Erva-Mate, em sintonia fina com a perspectiva de valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial, linguística e cultural rio-grandense, possibilitará descortinar o significativo conjunto societal que (re)produz e vivência manifestações culturais em cujo cerne está a produção, circulação e o consumo da erva-mate tradicional. Esse circuito abarca desde coletivos e pessoas que experienciam a referencialidade cultural da erva-mate em âmbito cosmológico, neste caso os povos indígenas Guarani e Kaingang, até aqueles em que a relação com a erva-mate se dá no plano secular - quilombolas e pequenos agricultores familiares - e que se dedicam ao cultivo e beneficiamento da erva-mate de modo tradicional (carijos e barbaquás).

Eis o Parecer que encaminhamos à apreciação da Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial em seu ato inaugural de Instalação e funcionamento junto ao IPHAE.

Walmir Pereira – ID 1688634
Analista Sociólogo – IPHAE/SEDAC

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Parecer_001_2022_Erva_mate.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Walmir da Silva Pereira	SEDAC / IPHAE / 168863401	16/11/2022 15:48:25

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Porto Alegre, 21 de setembro 2022.

Expediente: continuidade processo de instrução “Registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-Mate"

Assunto: Insumos para a organização dos seminários pré-inventário

Este documento apresenta e examina as condições hoje dadas para a realização de seminário com comunidades vinculadas ao sistema cultural e socioambiental da erva-mate no Rio Grande do Sul. Com base na análise da atual situação, o texto fornece sugestões a propósito de como organizar a logística desses seminários e de como encaminhar face desdobramentos que visem o andamento adequado dos processos de registro do patrimônio cultural imaterial em pauta.

Andamento dos procedimentos

Uma vez que o processo do registro foi iniciado de ofício, há algumas especificidades não previstas que exigirão que o IPHAE estipule métodos e ações particulares para que o registro prossiga. No momento, dispomos do parecer de recomendação. Por sua vez, o inventário, etapa que normalmente antecederá o parecer, ainda não foi realizado. É essa mudança na ordem dos procedimentos que demanda atenção para que não se deixe de lado nenhuma das ações que constroem o quadro geral dos procedimentos de registro. Antes mesmo da atividade de documentação exaustiva que caracteriza um inventário é preciso dispor de documentos que comprovem a anuência prévia e informada por parte da comunidade de detentores em relação ao processo de patrimonialização. Ordinariamente, a anexação de documentos de anuência compete aos

Documento PROA Assinado

detentores, que os incluem no rol de requisitos necessários para a solicitação de registro, isto é, o rito que pretende instalar a patrimonialização, partindo da comunidade em direção ao Estado. No atual caso da erva-mate, a anuência ainda não se faz presente, porque o processo não foi aberto por iniciativa direta dos detentores.

Independentemente da sequência dos procedimentos, a documentação de anuência é necessária para a realização do inventário, para a efetivação do registro do bem cultural em um dos livros do patrimônio cultural imaterial e para a publicação dos dados produzidos. No entanto, obter a anuência dos sujeitos envolvidos não significa "colher" suas assinaturas para atestar que concordam participar dos processos de registro. Trata-se, isto sim, do fruto de uma interação mútua entre detentores e Estado. Nessa interface, cabe aos agentes do Estado se identificar e explicar quais seus propósitos em estabelecer esse diálogo íntimo com aquela comunidade em particular. No caso da patrimonialização estadual, cabe ao IPHAE se apresentar à comunidade, expondo didaticamente as categorias com as quais atua (patrimônio cultural imaterial, registro, inventário, salvaguarda etc.), discutindo o que seus usos estatais poderão implicar na prática e evidenciando o caráter de política pública imanente aos processos de registro. Presente em todo o diálogo dessa apresentação deve estar a mensagem de que todas as categorias e todos os processos só ganham corpo e sentido por meio da participação da comunidade de detentores, ou seja, que o registro só é efetivo na medida em que é participativo.

No entanto, para que um registro seja participativo é preciso, antes de mais nada, que a comunidade de detentores opte por participar e que materialize esse intento na forma de um documento. Aí entra a questão da anuência, que comprovará publicamente a vontade da comunidade em trabalhar junto dos agentes delegados pelo Estado no processo de registro de um bem cultural. Em resumo, a ordem dos procedimentos parece ser:

1) anuência ⟶ 2) inventário...

No entanto, como para o caso do registro da erva-mate o primeiro passo foi estabelecido de ofício, convém adicionar um procedimento prévio à anuência. Para que aceitem participar do inventário, e materializem essa aceitação, é preciso antes que estejam cientes do que é um inventário e que desdobramentos ele permitirá. Essa cientificação compõe a interação entre Estado e comunidade e, como tal, há de ser conduzida pelos agentes patrimoniais estatais, os mesmos que assessorarão o inventário (caso seja esse o desígnio comunitário), a saber, os técnicos do IPHAE. Nesse sentido, propõe-se a realização de seminários junto às comunidades de detentores, em que os agentes do IPHAE apresentarão o instituto, suas atribuições e, sobretudo, explicarão que tipo de atividades integram o processo de inventário, como se dá seu método de documentação,

Documento PROA Assinado

organização e análise de dados, e de que maneira a participação dos detentores ao longo desse trajeto pode contribuir para que eles mesmos, em diálogo constante com o IPHAE, ponderem e formulem quais são os fatores que hoje representam riscos para o sistema da erva-mate e, enfim, quais medidas podem contribuir para que as formas de fazer erva-mate se fortaleçam dentro dos critérios considerados eficazes por parte de cada parcela de detentores. Só depois, com o processo de registro elucidado e apropriando-se de suas categorias, é que os detentores optarão por materializar sua anuência e, portanto, dar prosseguimento ao inventário.

Isso significa redesenhar a ordem dos procedimentos, para o seguinte esquema:

1) seminário → 2) anuência → 3) inventário...

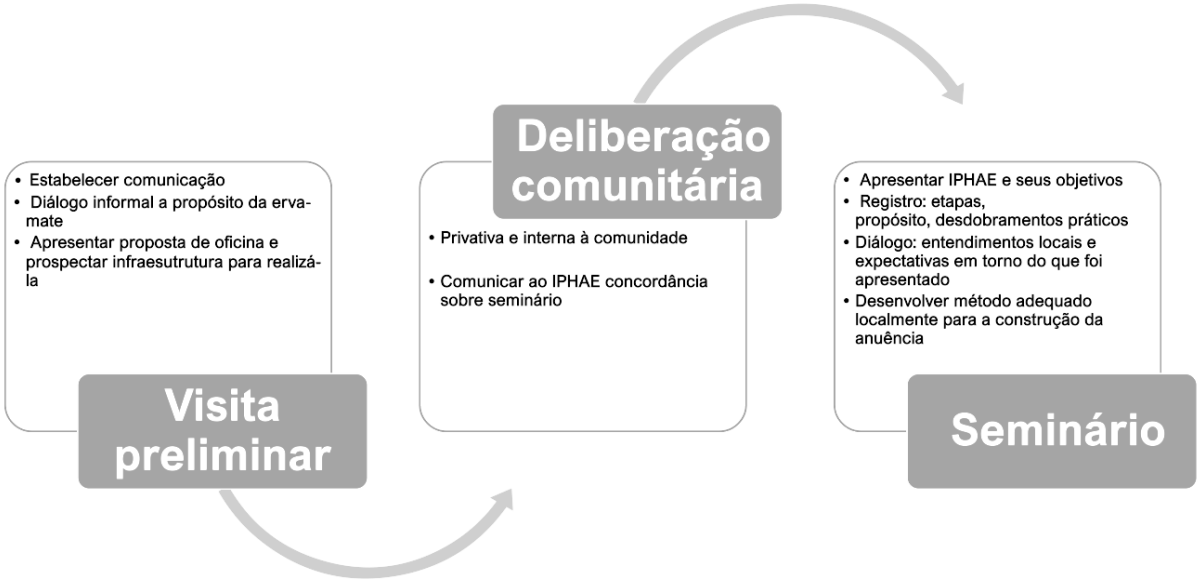
A primeira questão se torna, então, organizar os seminários. Para isso é preciso diferenciar algumas etapas, de modo a respeitar a privacidade decisorial e a autonomia dos detentores. Em primeiro lugar, cada segmento (pequenos agricultores, indígenas e quilombolas) terá seminários separados, planejados e executados de acordo com as especificidades sociais que apresentam em geral e no que tange à relação cultural e histórica com a erva-mate. Nesse sentido, é importante apontar que cada segmento implica organizações sociais distintas ao redor da erva-mate e que a distribuição de seminários à parte para cada um deles é, sobretudo, um ato metodológico que permitirá planejar conteúdos que ressoem com os modos particulares com que cada grupo se relaciona com a erva. Isso não impede outro passo importante no método de elaboração dos seminários, o destaque à diversidade de detentores, a fim de evidenciar que a produção artesanal de erva-mate não se concentra hoje nas mãos de um ou outro segmento social e que, em que pesem as diferenças, esses segmentos que produzem artesanalmente podem encontrar na patrimonialização um canal de comunicação para articular políticas públicas comuns de salvaguarda.

Em segundo lugar, é preciso que haja, para cada seminário em cada segmento, dois encontros temporalmente separados. Também essa sugestão se baseia metodologicamente, afinal, se parte central do método de patrimonialização é garantir a participação dos detentores, convém que eles tenham as condições éticas e organizacionais para participarem. Nesse caso, ter tais condições quer dizer dispor de um tempo privativo e internamente organizado para que, terminada a primeira visita, os detentores possam se reunir e discutir entre si, sem presença de agentes do Estado, o que acharam do que lhes foi exposto, decidindo, enfim, se pretendem ou não dar continuidade ao processo. Para garantir que essa decisão não seja demasiado demorada, pode-se

Documento PROA Assinado

estipular um prazo até o qual a comunidade deve expressar sua opção para o IPHAE, que, então, voltará à comunidade para então realizar o seminário

Abaixo o esquema geral dos próximos procedimentos rumo ao registro:



Equipes de campo

A composição das equipes de técnicos do IPHAE que irão a campo deve estar ancorada em pressupostos práticos cuja justificativa não deixa de ser metodológica. No momento, há cinco técnicos na área geral das ciências sociais e humanas. São três historiadores e dois antropólogos. Dos cinco, dois são recém ingressos no serviço público e no IPHAE e, muito embora conheçam os temas e participem integralmente das atividades de trabalho, convém que acompanhem um técnico mais experiente. Isso significa que as duplas, ao menos aquelas que incluírem os dois técnicos recentes, devem ser compostas por um técnico recente e um técnico experiente. Tal composição possui duas razões: 1)

Documento PROA Assinado

garantir que as interações em campo envolvam um agente versado em aspectos institucionais do IPHAE (tendo em vista que parte das visitas implica apresentar o instituto e sua atuação); 2) prover aos técnicos recentes contextos didáticos em que aprendem, na prática da interação com a sociedade civil, modos de apresentar o instituto e sua atuação.

Mapeamento de agentes patrimoniais

Tanto nas interações menos formalizadas da primeira visita, quanto no diálogo estruturado do seminário, convém que os técnicos do IPHAE percebam e anotem quaisquer menções a todo tipo de agente local que os detentores referenciem. Tem-se em mente aqui agentes locais que a comunidade de detentores já considere parceiros, tais como professores, acadêmicos, assistentes sociais, extensionistas rurais, entre outros. Será proveitoso organizar um levantamento desses agentes locais para que, em interações futuras (a exemplo de seminários ao longo do inventário), o processo de registro aja também, naquele lugar, como um catalisador de educação patrimonial, no sentido de formar agentes patrimoniais parceiros no interior da comunidade e também ao redor dela – isso, é claro, privilegiando aqueles agentes que a comunidade ache conveniente incluir. Trata-se, enfim, de tornar mais completa e robusta a rede de sujeitos vinculados ao processo e aos resultados do registro, seja ele levado a cabo ou não, a depender das circunstâncias e dos intentos que balizam o horizonte que uma comunidade estabelece para si no presente.

Além disso, fazer da cooperação com outras organizações, órgãos e entidades uma relação efetivamente *patrimonial,* algo que possivelmente ultrapassará a dimensão daquele processo de registro em que a relação com o IPHAE se iniciou. Se confirmado o potencial da relação, essa formação ampla e orgânica (porque feita dentro de processos já em andamento) de agentes patrimoniais no interior de diferentes setores da sociedade civil e das esferas públicas (notadamente municipal e estadual) poderá difundir e popularizar o que é o IPHAE, quais seus objetivos e, sobretudo, quais os meios pelo qual ele trabalha e como acioná-los. Dito de outro modo, a formação desses agentes na forma de agente patrimoniais significará, em casos bem-sucedidos, a formação de um contingente de parceiros que, cientes dos trâmites e das finalidades da patrimonialização, identificarão, em seus próprios cotidianos de trabalho com outras comunidades, referências culturais presentes na vida de sujeitos que talvez queiram as registrar. Os agentes patrimoniais podem ser bons mediadores especialmente para divulgar às comunidades o que é o

Documento PROA Assinado

patrimônio cultural imaterial e para auxiliá-las a organizar os documentos necessários à solicitação - duas dimensões dentro das quais o IPHAE precisa de parceiros espalhados no território do Rio Grande do Sul para instalar as políticas do patrimônio imaterial.

Por fim, vale deixar nítido que toda interação em seminários seja apenas com a comunidade de detentores, seja com a presença de outros agentes, implica uma incontornável situação de educação patrimonial – outra atribuição própria do IPHAE. Para ser mais exato, os seminários envolvem pelo menos dois fatores de relação com a atual construção dos técnicos do IPHAE face à educação patrimonial: 1) o planejamento dos seminários, em que se apresenta o instituto e se engaja em um diálogo com os detentores, deverá se pautar em métodos didáticos presentes na produção pedagógica a respeito de patrimônio, processos participativos em contextos não exclusivamente escolares; 2) as experiências ao longo da realização dos seminários servirão de insumo e material empírico para formular, mediante novos estudos, futuros métodos de abordagem que o IPHAE adotará em outros processos. Essas linhas atestam a consciência que os técnicos do IPHAE têm sobre a realização dos seminários abranger também parâmetros de educação patrimonial, o que significa que os trabalhos a serem feitos nessa direção respeitarão também reflexões dentro de uma chave pedagógica.

A construção da anuência

Como muitos textos de antropologia previnem, há tensões quanto ao que significa ser "detentor" de um "bem cultural" (ou de uma "cultura", assim objetificada como uma totalidade fechada). Mais particularmente, a questão se concentra ao redor do método de circunscrição de quem é e, portanto, ao mesmo tempo, de quem *não é* detentor. Carneiro da Cunha (2009)[1], a propósito de uma parceria entre UNESP e coletivos Krahô (indígenas do Brasil Central) em torno de pesquisas sobre plantas medicinais indígenas, destaca a dificuldade em produzir uma anuência efetiva, dado que enquanto certos coletivos krahô (compostos por determinados indivíduos de determinadas aldeias) aceitavam, outros coletivos ou setores da sociedade krahô, não trazidos à mesa das negociações, sentiam-se ignorados e afirmavam ser igualmente detentores das plantas, as quais só poderiam ser acessadas mediante um acordo geral. O problema está em definir, ou seja, delimitar o que é, enfim, "geral" ou "comum". Uma família? Um grupo especializado (ex: xamãs artesãos; produtores)? Um CNPJ? Uma aldeia? Um conjunto regional de aldeias? Uma etnia? É óbvio que algumas dessas dimensões são inalcançáveis porque não se materializam enquanto tal

[1] CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. 2009. "'Cultura' e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify. pp. 311-373.

Documento PROA Assinado

sem mediações que igualmente impliquem recortes dos agentes participativos (ex: comissões políticas interregionais, que elegem lideranças (diferença 1), que têm sede em determinado local (diferença 2), e assim por diante).

Com isso em mente, ainda que esse processo em particular seja de ofício e, portanto, não requeira que sua abertura seja realizada por um coletivo substanciado em um CNPJ, parece adequado que a anuência tente replicar um sistema coletivo de representação. Não só isso aproximará todo o processo dos demais que virão, como isso pode, ao menos em tese, prevenir situações de individualização do bem cultural (no caso de anuências individuais somadas). Nada impede que haja disputas em torno do bem, mas parece fazer sentido planejar o processo de modo que quaisquer discussões a seu propósito sejam construídas dentro de um ambiente coletivo, aquele da representação que assinou o termo de anuência. Assim, pode-se diminuir a impressão de que os anuentes tornados “detentores” sejam os setores privilegiados (ou mesmo, prejudicados, se assim julgarem os nativos) pela ação estatal dentro de uma comunidade. Não se supõe apagar essa possibilidade, senão trabalhar para que a outorga da noção de “detentores” seja realizada mediante entidades coletivas, cuja organização interna possa ser (ou costume ser) modificada de tempos em tempos (ex: eleições, subgrupos, reformulações no regimento etc.), ampliando, enfim, a gama de sujeitos locais que possam optar por se envolver com a interface estatal da patrimonialização.

Em resumo, uma anuência coletiva se assemelha ao planejado para outros registros e garante uma amplitude maior e uma diversidade maior de participantes, bem como insere a discussão nativa sobre o registro no plano político interno, onde mesmo aqueles que não agem como representantes diretos podem trazer demandas e debater a situação.

Yves Marcel Seraphim – ID 4817591
Analista em Assuntos Culturais –
Área Antropologia

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Insumos para Organizacao dos Seminarios Pre Inventario Erva Mate - PROA.docx

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Walmir da Silva Pereira	SEDAC / IPHAE / 168863401	16/11/2022 15:47:41

Relatórios “Sistema cultural e socioambiental da erva-mate"

Visita preliminar: 001 - Aldeia *Ka’amirindy,* Camaquã - RS.

Data da visita: 30 de setembro de 2022

Equipe técnica IPHAE: Walmir Pereira; Yves Marcel Seraphim

Outros órgãos ou entidades presentes: nenhum, mas há uma extensionista da EMATER local que trabalha com a aldeia (na área de serviço social).

A comunidade e a erva-mate

A aldeia *Ka’amirindy*, também conhecida como Reserva Indígena Água Grande, situada no interior do município de Camaquã foi estabelecida em 2000, quando o governo estadual, por meio do decreto 40.482, desapropriou o imóvel rural até então vigente, o qual foi então transformado em Reserva para usufruto dos indígenas Mbya-Guarani. Atualmente seu representante como cacique é Eduardo Timóteo, que acompanhou os técnicos do IPHAE na visita. Assim que chegaram ao local e foram conduzidos ao cacique, os técnicos explicaram que a atual visita era apenas preliminar, a fim de informar a comunidade do projeto de patrimonialização. Ressaltou-se que cabe aos membros da aldeia deliberarem entre si, sem a presença direta do IPHAE, se desejam ou não dar prosseguimento ao processo, isto é, se aceitam participar de uma nova visita para um seminário estruturado em que se dialogará mais detidamente sobre o significado e os propósitos do inventário.

Há duas circunstâncias notáveis a respeito da relação que esse espaço apresenta com a erva-mate. A terra, ou ao menos parte dela, pertencia ao folclorista Barbosa Lessa, cuja esposa, Nilza Lessa, produzia, também nesse local, erva-mate para consumo. Em segundo lugar, vale indicar, como ensinou Eduardo Timóteo que o nome guarani *Ka’amirindy* significa algo próximo de “erval” ou “erval das pequenas ervas”. Quanto às condições concretas da atual produção de erva-mate na aldeia, pode-se distinguir a situação em três frentes: 1) extração, plantio e cuidados com a planta; 2) tecnologias de processamento; 3) comercialização.

Documento PROA Assinado

1. As falas de Eduardo Timóteo denotam que há dois meios principais de obter a erva-mate, a saber, de um lado, as ervas *do mato,* as quais crescem espontaneamente na área florestal dos hectares da Reserva, e, do outro, as ervas *plantadas,* trazidas na forma de mudas por entidades parceiras. As ervas do mato podem ser retiradas de seu local de origem e transplantadas alhures, mas ainda assim são identificadas como *do mato*. Algumas das ervas plantadas (tanto aquelas originárias do mato quanto as obtidas na forma de mudas) estavam dispostas nas margens do caminho íngreme que atravessa a parte frontal da aldeia e que em cujas laterais ficam as casas. Há, nessas margens, ervas de diversas idades.

Uma preocupação expressa por Eduardo foi a imprevisibilidade dos plantios e das podas. Plantadas no verão e expostas diretamente ao sol (sem cobertura vegetal ao redor) muitas mudas morreram. Por sua vez, nas ações de poda, visando a manutenção da produtividade das ervas já desenvolvidas e antigas, há vezes em que os aparos realizados parecem não se recuperar ou mesmo matar a planta. Esses receios gerados de dificuldades no manejo da planta parecem ser parte da situação em que o trabalho com a erva-mate se apresenta na aldeia: a reemergência de certas práticas agrícolas. Isso é dizer, haja vista os relatos de Eduardo Timóteo, que, como ele, os Guarani da *Ka'amirindy* não produzem erva-mate ao longo de toda sua vida. Trata-se, na verdade, de um aprendizado recente e ainda instável. Faltam dados a respeito de como se estruturou, na história recente (menos de uma década), a relação produtiva entre a aldeia e a erva-mate. O que se sabe é que foram outros grupos Guarani que os ensinaram o trato agrícola com a planta.

2. Inclui-se, nesse aprendizado, a construção e a utilização de uma infraestrutura produtiva, notadamente, do carijo e de sua operação. No caminho percorrido na visita preliminar, pode-se observar de perto dois carijos. O primeiro deles apresentava, além da armação de varas (jirau) de madeira que suspendem a erva, um telhado duas águas. Não havia paredes nas laterais da edificação. A estrutura aproveitava a inclinação do terreno, de modo que uma de suas faces exibia troncos-pilares de

Documento PROA Assinado

sustentação (chão-telhado) mais curtos e apoiados na parte do chão em que o solo era mais alto, mantendo, apesar da diferença no comprimento dos troncos (uma face com troncos mais curtos do que as demais), uma altura uniforme para a edificação. Esse carijo ficava ao lado de uma clareira circular onde havia bancos e orquídeas e bromélias amarradas às árvores ali presentes, o que sugere um espaço, a uma só vez, de socialização e de produção.

O segundo carijo se diferencia do primeiro à medida que apresenta paredes de madeira que fecham as laterais da edificação, a qual é acessada, portanto, mediante uma porta, também de madeira. Anexo e atrás ao carijo havia uma edificação semelhante a uma casa de madeira, mas sem objetos dentro. O jirau desse carijo estava carregado de ervas já secas. Embaixo do jirau estavam cinzas claras e restos de lenha, a qual é obtida na área de Reserva.

Também o uso do carijo foi descrito como ensinado por outros grupos Guarani.

Há, por fim, um soque de erva-mate de seis braços, responsável por triturar as folhas e galhos da erva.

3. Segundo Eduardo Timóteo, a erva-mate tem encontrado bom escoamento comercial. A parte da produção que não é consumida localmente, é em parte levada pelo DNIT para a venda em Porto Alegre. Outra parte é comprada por indivíduos, notadamente, estudantes, que acessam a aldeia em projetos de pesquisa ou em outras visitas. Assim, a erva-mate representa hoje uma entrada de dinheiro na aldeia, ao passo que o artesanato, segundo destacou o cacique, não traz tais resultados. Na realidade, ao que parece, parte do artesanato, a exemplo das peças feitas com barro, não podem sequer ser feitas, uma vez que tal matéria-prima não está às mãos dos Guarani.

Comunicação estabelecida

Documento PROA Assinado

Os técnicos do IPHAE obtiveram o contato de telefone/Whatsapp do cacique Eduardo Timóteo, que identificou o Whatsapp como a forma de comunicação mais usual e acessível para ele e para a aldeia. Quanto à deliberação interna da comunidade, Eduardo disse que incluiria a pauta para as discussões da aldeia. Além disso, as conversas na visita incluíam referências a outros representantes Guarani, os quais participavam do atual interesse pela difusão das práticas relativas à erva-mate no interior das aldeias do estado. Tais nomes podem se tornar novos contatos e canais de comunicação no que tange à parcela Guarani do processo de inventário e registro do sistema cultural e socioambiental da erva-mate.

Observações

A situação empírica da produção ervateira na aldeia *Ka'amirindy* exige refinar o modo com o qual se pensa a tradicionalidade de uma prática cultural e socioambiental. Tendo em vista o caráter recente da relação agrícola e técnica entre os Guarani dessa aldeia e a erva-mate, é preciso entender as práticas não deixam de ser classificáveis como tradicionais ou étnicas porque são aprendidas por adultos, em vez de serem constituídas desde a infância. O que ocorre aqui é que, atualmente, em vez de ser uma geração superior que ensina uma geração inferior no seio de uma mesma aldeia ou comunidade, a aprendizagem é efetuada entre homens Guarani da mesma geração, mas que não convivem na mesma aldeia. Como é comum em pesquisas com os Guarani, é necessário observar a dimensão das redes entre aldeias (que são também relações de parentesco e políticas) para entender como circulam certas práticas e conhecimentos. Em outras palavras, e empregado o léxico político promovido pelas ações atuais dos indígenas brasileiros, seria adequado afirmar que as retomadas não se dão apenas na espacialidade da organização agrária, senão também - e assim efetivando essa primeira dimensão - nas técnicas agrícolas que materializam a presença humana em um dado espaço, permitindo ali sua reprodução social.

Documento PROA Assinado

Como em qualquer aprendizagem, há fatores mais e menos difíceis. e os Guarani não temem reconhecer dificuldades, porque prescindem da noção de “autenticidade” (de um conhecimento totalizante e desprovido de dúvidas ou incertezas) e se organizam de modo que a tradicionalidade, ou seja, a aprendizagem possa vir de fora, de outras aldeias ou em mesmo de parecerias com técnicos, pesquisadores e professores não indígenas. Ao que parece, há mais entraves na dimensão de cultivo e poda da erva do que na dimensão de seu processamento com o carijo. Talvez isso se explique pela amplitude que o uso do fogo (utilizado na sapecada da erva) apresenta na vida social guarani, desde a culinária até a religião, denotando uma grande elasticidade e eficácia pirotécnica.

Por fim, tendo em conta a possibilidade de realização do inventário com essa e outras comunidades Guarani, vale incluir (se os Guarani assim quiserem) na documentação precisamente o fenômeno atual de retomada das práticas agricolas relativas à erva-mate. Isso pode representar duas coisas. Primeiro, o fortalecimento do caráter participativo do processo, pois o procedimento de pesquisa que é o inventário entraria no atual procedimento de pesquisa Guarani quanto às técnicas de extração e cultivo da erva-mate. Segundo, o aproveitamento da oportunidade propiciada pelo tom público e coletivo de um inventário para colaborar não só com aldeias particulares, mas com a rede intercomunitária Mbya-Guarani.

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_Visita preliminar 001_Aldeia Kaamirindy - Camaqua.docx

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Walmir da Silva Pereira	SEDAC / IPHAE / 168863401	16/11/2022 15:46:43

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Informação Nº 138/2023/IPHAE/SEDAC/RS Porto Alegre, 25 de abril de 2023.
Ref.: PROA Nº 20/1100-0000368-1
Assunto: Patrimonialização do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva mate

Prezado Diretor,

Em atendimento a demanda interna deste instituto, referente ao trabalho técnico na área do Patrimonio Cultural Imaterial (PCI), encaminho a presente informação como forma de subsidiar a assessoria de comunicação social da SEDAC, com vistas a organização da cerimonia oficial de registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva mate Tradicional como patrimônio cultural imaterial do RS.

Trata-se de instrução do PROA 20/1100-0000368-1 levada a efeito pelo corpo técnico do IPHAE para fins de registro como patrimônio cultural imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate, compreendido como configuração contemporânea de cosmovisões, tradições, agenciamentos, práticas e relações ambientais, espirituais, territoriais e socioculturais

1) dos povos indígenas originários Guarani e Kaingang, desde o final da década inicial do século XVII;

2) de comunidades quilombolas conformadas no decorrer dos séculos XIX e XX;

3) de grupos de agricultores familiares, os quais igualmente consolidaram relações de ordem socioambiental entre o final do século XIX e no decorrer do século XX.

Os saberes conexos ao processo de fabricação de erva-mate tradicional constitui atividades milenares e secular originada nas práticas ancestrais dos povos indígenas Guarani e Kaingang, ocupantes das macros bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Essas práticas, saberes fazeres e conhecimentos associados à erva-mate tradicional (r)existem ao longo do tempo com incidência espacial local, regional, nacional e continental no sul da América do Sul. práticas apontam à permanência de sistema cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional, o qual persiste nos dias de hoje, em que pese a atual predominância dos sistemas agrícolas empresariais no Rio Grande do Sul.

Documento PROA Assinado

O consumo de erva-mate no Rio Grande do Sul permanece em grande medida identificado com o hábito de sorver o mate amargo, o tradicional chimarrão. De modo geral, independentemente de classe social, grupo étnico, gênero, religião, orientação sexual, entre outras classificações e distinções identitárias, o gaúcho mantém viva a tradição da ingestão cotidiana do chimarrão, hábito mantido e cultuado de geração para geração ao longo do tempo.

Ademais, ressalte-se que a partir da segunda metade do século XX, sobretudo desde os anos 1960, fatores como a implementação da modernização da agricultura e a industrialização da cadeia produtiva da erva-mate contribuem de forma continuada para desestruturação, em medida escalar parcial, do sistema cultural e socioambiental da erva-mate tradicional de fabricação artesanal no âmbito estadual.

Por fim, apresento a seguir listagem de documentos integrantes do PROA **Nº 20/1100-0000368-1,** igualmente disponibilizados para assessoria técnica da SEDAC, que complementam as informações básicas supramencionadas.

- Anuência Guarani tekoá Guaviraty (Santa Maria);
- Anuência Guarani tekoá Ca'a mirindy (município de Camaquã);
- Anuência Guarani tekoá Campo Molhado (municípios de Maquiné e Barra do Ouro);
- Anuência Quilombo Correa (município de Giruá);
- Anuência Agricultores familiares (município de Marau)
- Lei 7439 de 08 de dezembro de 1980 – Institui a erva mate (Ilex Paraguairensis) como árvore símbolo do Rio Grande do Sul;
- Notificação pela Secretária de Estado da Cultura de abertura de estudo com vistas ao Registro como Patrimônio Estadual de Natureza Imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate.

É a informação

Walmir Pereira – ID 1688634
Analista Antropólogo - IPHAE

De acordo,

Em / /

Renato Savoldi
Diretor do IPHAE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: INFO No 138 - PROA 201100-0000368-1.docx

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Walmir da Silva Pereira	SEDAC / IPHAE / 168863401	04/05/2023 12:24:12

AO

SEC. CTPCI

Para finalizar a instrução para assinatura do Registro do Bem imaterial.

Atenciosamente

Carlos Renato Savoldi
SEDAC - Mat. 26582161

Nome do documento: PROCESOS REGISTRO ERVA-MATE.htm

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Carlos Renato Savoldi	SEDAC / IPHAE / 26582161	05/05/2023 08:07:15

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Dissertação
TÍTULO: Vestígios do passado a escravidão no Planalto Médio Gaúcho (1850-1888)
AUTOR: BORTOLLI, Cristiane de Quadros de
ANO: 2003
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
https://www.upf.br/ppgh/dissertacoes-defendidas/2003
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Trata sobre a escravização no Planalto Médio Gaúcho, mais especificamente em Cruz Alta e Palmeira das Missões (município que se emancipa abrangendo território dos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo). O texto, através da análise de inventários de proprietários de terras, defende a ideia de um significativo uso de mão de obra escravizada na região, incluindo na exploração de erva-mate.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante, porque traz informações sobre a presença de negros e negros escravizados/as na produção de erva-mate à época do Brasil Império.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O presente estudo, de caráter histórico-regional, analisa a escravidão no Planalto Médio Gaúcho no período de 1850-1888. Busca-se elucidar os fatos referentes aos escravos dessa região, analisando a forte presença desses e seu valor econômico no contexto sociopolítico e na formação dos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões; demonstrando que os cativos não estiveram presentes somente na região charqueadora e em Porto Alegre, como até o momento foi apresentado pela historiografia. Também analisa a produção historiográfica identificando como essa apresenta e trata o escravo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Através de pesquisa empírica, revela a existência de movimentos abolicionistas nessa região, comparando-os com os de outras, as leis elaboradas nesse período, as quais permitiam o encaminhamento de ações de liberdade que culminaram na abolição. Através da análise de processos de inventários e testamentos, identifica e demonstra como essas ações transcorreram e permitiram a concessão de liberdade aos cativos. A pesquisa em livros de registros de batismos e óbito pertencentes à Igreja Matriz de Cruz Alta permitiu revelar a existência de batismo, compadrio e apadrinhamento de escravos, bem como os óbitos ocorridos nessa cidade e em Palmeira das Missões na segunda metade do século XIX. Através desses documentos o estudo descreve como se realizavam os atos sacramentais, quantifica o número de batismos e identifica quem eram os cativos, seus donos, seus padrinhos e onde esses atos ocorriam.
PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Planalto Médio Gaúcho; ervais.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Documento PROA Assinado

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico (X)Dissertação ( )Tese ( ) Livro
Transcrição:_____
Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Tese
TÍTULO: A erva-mate orgânica como estratégia de produção e reprodução social: o caso dos agricultores familiares de Ilópolis/RS
AUTOR: RABAIOLLI, Joel Albino
ANO: 2019
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19364
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Fala sobre a produção de erva-mate em Ilópolis/RS atualmente. Ilópolis é o município com maior produção de erva-mate no RS. Em segundo lugar está Arvorezinha. Um dos destaques é sobre a transição entre um produção convencional para uma orgânica, para fugir da concorrência através da venda de um bem de consumo respaldado em um selo de confiança.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importância intermediária, porque apresenta algumas informações sobre formas atuais de consumo e comercialização da erva-mate a partir do selo “Orgânico”.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O estado do Rio Grande do Sul possui uma cultura forte e marcante, sendo reconhecido pela figura típica do gaúcho e seus costumes. O chimarrão e outras bebidas derivadas da erva-mate identificam os povos sulinos, mas, além de ter importância cultural, esses elementos são responsáveis por inúmeros saberes que se reproduzem socialmente e se perpetuam por gerações. Localizado no Alto Vale do Taquari, o município de Ilópolis/RS e áreas adjacentes são os maiores produtores de erva-mate do RS, então cabe compreender a importância dessa atividade agrícola para os agricultores familiares, caracterizando o sistema produtivo, conhecendo o surgimento da produção e, por fim, analisando como a produção de erva-mate se reproduz socialmente. A partir de uma análise dialética busca-se compreender se a inserção da produção de erva-mate orgânica contribui para a produção e reprodução social da agricultura familiar em Ilópolis. A área do estudo sempre teve uma forte ligação com a produção de erva-mate, em função da ocorrência natural da planta, e, recentemente, passou a adotar novos modos de produção que vem ganhando espaço no mercado, como é o caso da produção orgânica de erva-mate. Retratar a organização do sistema de produção, as relações existentes e os processos produtivos é importante para possibilitar novos estudos a partir da erva-mate e dos agentes envolvidos na produção. Cabe a geografia o papel fundamental de tentar explicar de maneira abrangente os condicionantes relacionados a localização de fenômenos, ou seja, a ciência geográfica busca apresentar as razões pelas quais determinados elementos ocorrem na terra, suas interrelações e organização, como é o caso da erva-mate para a região de Ilópolis e Alto do Vale do Taquari. A produção de erva-mate orgânica é uma atividade recente, o que dificulta a identificação clara de sua influência na reprodução social na região. Mesmo assim, pode-se apontar que produzir de forma orgânica é uma alternativa de aproximação da produção com o consumo, atendendo as exigências do mercado e, consequentemente, permitindo a continuidade da produção.
PALAVRAS-CHAVE: Erva mate; Ilópolis; Orgânico

Documento PROA Assinado

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação (X)Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo;
TÍTULO: Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso
AUTOR: EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; ESSELIN, Paulo Marcos
ANO: 2015
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/54747
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Fala sobre a história da Companhia Matte LaranGeira e pensa os ervais como paisagens de origem antrópicas, humanizadas pelos indígenas tupi-guaranis.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante, pois traz informações sobre parte da história da produção de erva-mate no sul do Brasil, apresentando algumas informações sobre a sociabilidade e as representações em torno da erva-mate.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Neste artigo, os autores analisam a exploração da erva-mate (Ilex paraguariensis) na bacia platina. O estudo se estende desde a Província do Guairá, no período colonial, até a incorporação do antigo sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, ao território brasileiro. Esta última situação ocorreu no século XIX, após o fim da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870) e com a implantação, na década de 1880, da Companhia Matte Larangeira na região. A empresa explorou durante décadas os ervais nativos, o território e o trabalho de comunidades guarani e kaiowá. Também explorou a mão de obra de trabalhadores não índios de origem paraguaia e brasileira, dentre outros. A economia ervateira é, pois, o fio condutor para uma análise mais ampla sobre um longo processo histórico e sociocultural.
PALAVRAS CHAVE: Historia de la Yerba Mate; Historia de Mato Grosso do Sul; Historia Indígena

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Tese
TÍTULO: Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul.
AUTOR: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do
ANO: 2007
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2490/1/388943.pdf
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Apresenta informações sobre a apropriação das áreas de floresta da região do Alto Uruguai (foco em Santo Antônio da Palmeira, posteriormente Palmeira das Missões) pelos grandes posseiros após a Lei de Terras de 1850, o que leva a expulsão do camponês pobre mestiço – o caboclo – dessas áreas onde ele praticava uma economia de subsistência atrelada ao extrativismo, sobretudo da extração da erva-mate.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante, pois apresenta informações sobre as transformações da relação com a terra -- ervais explorados de forma comunal para propriedade privada – e o impacto sobre a vida das pessoas. Além disso, apresenta informações sobre os códigos de posturas municipais que envolviam a exploração dos ervais, assim como informações sobre a cultura cabocla surgida nas matas do Rio Grande do Sul.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A ampliação do povoamento e da apropriação do norte do Rio Grande do Sul esteve ligada diretamente às ações de intervenção e atuação do poder público. Agindo no território dos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões, do final do século XIX, influenciou no processo que acabou derrubando as florestas e plantando povoados. As regiões florestais foram tomadas e surgiram vários aglomerados populacionais sem, no entanto, conseguir evitar os inúmeros conflitos entre os diferentes grupos sociais e étnicos que disputavam a terra. Essa situação se deu porque o Estado condicionou a intervenção aos seus interesses, ou seja, migrações espontâneas, seguindo com projetos imperiais de colonização e redirecionados pelos republicanos riograndenses. Com a mudança do regime para República houve rupturas entre as ações governamentais, propiciando uma intervenção tardia do poder público, deixando livre a atuação das companhias particulares, que compraram e/ou se apropriaram de áreas e revenderam-nas aos imigrantes. Tais procedimentos foram executados tendo em vista garantir uma ocupação rendosa para os cofres públicos ou para as elites locais, com a comercialização das terras. Entretanto, no final do período estudado, na década de 1920, quando já havia sido estabelecida a base da estrutura agrária, com apossamento de quase todas as áreas florestais, desarticulação do sistema coletivo de coleta da erva-mate e expropriação das terras indígenas, o Estado procurou garantir o controle sobre a terra, com políticas estaduais bem definidas, entre elas, nova legislação agrária.
PALAVRAS CHAVE: Terra; Povoamento; Cruz Alta; Caboclos; Migrantes.

Documento PROA Assinado

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico ( )Dissertação (X)Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo
TÍTULO: Terra de servidão coletiva no alto Uruguai, da província do Rio Grande do Sul
AUTOR: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do
ANO: 2010
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5965787
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Apresenta informações sobre a apropriação das áreas de floresta da região do Alto Uruguai (foco em Santo Antônio da Palmeira, posteriormente Palmeira das Missões) pelos grandes posseiros após a Lei de Terras de 1850, o que leva a expulsão do camponês pobre mestiço – o caboclo – dessas áreas onde ele praticava uma economia de subsistência atrelada ao extrativismo, sobretudo da extração da erva-mate.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante, pois apresenta informações sobre as transformações da relação com a terra -- ervais explorados de forma comunal para propriedade privada – e o impacto sobre a vida das pessoas. Além disso, apresenta informações sobre os códigos de posturas municipais que envolviam a exploração dos ervais, assim como informações sobre a cultura cabocla surgida nas matas do Rio Grande do Sul.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: A utilização de terra para servir à coletividade foi uma prática que existiu no Rio Grande do Sul. Os ervais das florestas do Alto Uruguai tiveram alguns grupos que os cultivavam trabalhando de mão comum, ou seja, de forma coletiva, até o período imperial, quando essas foram apropriadas por particulares. As matas de erva-mate foram exemplos de terra de servidão coletiva, a qual era utilizada por grupos de coletores que a extraíam. A região do norte do Rio Grande do Sul, especificamente Santo Antonio da Palmeira, a qual era margeada pelo rio Uruguai, era coberta por uma densa floresta, que atingia, em média, 70 km de largura, acompanhando o leito do rio. Era ocupada por coletores de erva-mate e outras pessoas que se aventuravam em desbravar as matas. Contudo, a ação do poder público de proceder à ocupação, apropriação e ao povoamento desse território, ampliando a apropriação das regiões florestais, proporcionou o surgimento de vários núcleos populacionais, desestabilizando a prática tradicional do uso da terra para a servidão coletiva. .
PALAVRAS CHAVE: Ervais. Terras coletivas. Apropriação .

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Documento PROA Assinado

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo
TÍTULO: Erva mate em debate: Federico Borromeu, jesuítas e médicos
AUTOR: MASSIMI, Marina
ANO: 2018
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6272535.pdf
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
O artigo faz uma análise de trocas de correspondência entre liderança religiosa cristã e médico durante o período inicial da colonização da América pelos ibéricos, apresentando a representação mágico-religiosa atribuída à erva-mate tanto pelo médico quanto pelo cardeal.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante, porque apresenta um panorama sobre a mentalidade da época relacionando com o modo como a erva-mate foi recebida por uma parcela da população europeia.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O trabalho aborda o processo de circulação e transmissão de saberes acerca da erva mate, iniciado pela correspondência epistolar entre Federico Borromeu, Cardeal da cidade de Milão, o missionário jesuíta Diego de Torres Bollo e outros informantes da Companhia, e o médico milanês Iacopo Antonio Clerici. Focam-se diferentes modalidades de apropriação das informações recebidas da America Latina, em conformidade ao universo cultural e religioso dos receptores.
PALAVRAS-CHAVE: Erva mate; Federico Borromeu; Diego de Torres Bollo; Iacopo Antonio Clerici; transmissão e apropriação de saberes.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro
_____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Dissertação
TÍTULO: Mboroviré. A erva-mate no Paraguai Colonial
AUTOR: Paulo Cezar Vargas Freire
ANO: 2011
LOCALIZAÇÃO (física ou digital): http://repositorio.unb.br/handle/10482/11104
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Apresenta detalhada história factual envolvendo a erva-mate no Paraguai, concentrando-se mais em aspectos socioeconômicos e políticos. Ao longo da dissertação, há uma série de mapas interessantes para pensar a espacialização dos ervais nativos e das disputas políticas sobre eles.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importância intermediária, pois não enfoca o Rio Grande do Sul, mas possibilita um olhar abrangente sobre a geopolítica envolvendo as disputas territoriais em torno dos ervais nativos, contendo dados interessantes para a compreensão da história da erva-mate.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: Esta dissertação estuda o processo de formação de fronteiras na região em que predominou a produção ervateira, durante o período colonial do Paraguai (1534-1811). Analisa a sobreposição dessas fronteiras e dos domínios políticos, identificando-os no espaço geográfico e temporal. Investiga também a inter-relação entre a inserção social e econômica da atividade ervateira no mercado colonial e as mudanças ocorridas na apropriação do trabalho, em um contexto de migrações regionais e sociais. Por último, discute as consequências da pressão portuguesa sobre os conflitos de interesses na região.
PALAVRAS CHAVE: Paraguai colonial; história da erva-mate; fronteiras regionais.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico (X)Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Tese
TÍTULO: Simetrias e assimetrias de valores pessoais entre consumidores de erva-mate convencional e da orgânica
AUTOR: HARTMANN, Tarcísio
ANO: 2005
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7890
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Foca no comportamento do consumidor de erva-mate orgânica.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Pouca importância

DESCRIÇÃO:
RESUMO:
O presente trabalho refere-se ao comportamento do consumidor, que buscou dados e informações de semelhanças e diferenças
sobre consumidores de erva-mate orgânica e convencional, através da mensuração quantitativa, utilizando a escala de "Valores Pessoais de Rokeach". Os valores pessoais estão divididos em 18 modos de "Ser e Estar - Terminais" e 18 modos de "Conduta Social - Instrumentais". Com a aplicação da escala foi possível identificar as diferenças e as similaridades entre as duas amostras de consumidores, podendo assim agrupar, categorizar, distinguir os consumidores de ervamate convencional e orgânica, que até então pareciam ser homogêneos ou heterogêneos. Foi possível constatar que há diferenças e semelhanças em relação aos consumidores de erva-mate orgânica e convencional. As principais semelhanças em relação aos valores instrumentais mais importantes foram "honestidade, responsável e asseado", os menos importantes foram "obediente e ambicioso". Em relação aos valores terminais os mais importantes foram "harmonia interior e segurança familiar" e os menos importantes foram "uma vida excitante e salvação". As principais diferenças entre consumidores convencionais e orgânicos em relação aos valores instrumentais, os mais importantes para os convencionais: "polido" em 5º lugar e em 8º para os orgânicos. Os menos importantes para os convencionais: "liberal" em 17º lugar e para os orgânicos em 12º lugar. Em relação aos valores terminais, os mais importantes para os convencionais: "felicidade" em 5º lugar e para os orgânicos em 3º lugar. Os menos importantes para os convencionais: "um mundo de beleza" em 15º lugar e para os orgânicos em 12º lugar. Assim, verificou-se que através da Escala de Valores de Rokeach é possível conhecer os consumidores de erva-mate orgânica e convencional de forma detalhada, nas simetrias e assimetrias, permitindo interpretações e novos estudos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Erva mate; valores pessoais; Orgânico

Documento PROA Assinado

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: ( )Artigo Científico (X)Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTRUÇÃO TÉCNICA PCI –
FICHA BIBLIOGRÁFICA

DESCRIÇÃO TIPO DE DOC. IDENTIFICADO: Artigo
TÍTULO: A perda dos ervais dos povos de índios no Rio Grande do Sul. Antecedentes
AUTOR: GOLIN, Luiz Carlos Tau
ANO: 2019
LOCALIZAÇÃO (física ou digital):
http://www.estudioshistoricos.org/22/eh2202.pdf
DATA DA ÚLTIMA CONSULTA: 20/10/2020

CONSIDERAÇÕES/COMENTÁRIOS
Apresenta dados históricos sobre a ocupação das regiões de ervais no Rio Grande do Sul pelos colonizadores.

IDENTIFICAÇÃO/RELAÇÃO COM BEM CULTURAL EM PROCESSO DE INSTRUÇÃO: Importante, porque foca o impacto da colonização do Rio Grande do Sul sobre os ervais e os usos e sentidos atribuídos à erva-mate.

DESCRIÇÃO:
RESUMO: O Caamini era uma bebida cotidiana dos povos originários da América meridional. Provinha do beneficiamento das folhas e talos da árvore Caa, em Guarani, nominada cientificamente Ilex paraguariensis, pelo viajante e botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1820. À essa erva eram atribuídas propriedades medicinais e mágicas. A sua produção dependia de indígenas ervateiros, que dominavam o ofício do corte, sapeco, secagem, moagem e acondicionamento, nos ervais nativos existentes em territórios Guarani e Jê, em especial Kaingang, etnia que denomina o hábito de "tomar mate" de Ko'vu^nh. O Mate, por sua vez, deriva do quéchua para porongo, a cuia de cabaça, recipiente. Popularmente passou a significar a "bebida" e o processo de seu preparo. "Fazer mate"; "tomar mate"; "cevar um mate". Com a conquista ibérica da América, a erva-mate se universalizou como mercadoria. Nesse processo, transformou-se em produto de sustentação das Missões e Povos de Índios. Por consequência, o controle dos ervais se converteu em dramática questão geopolítica e comercial.
PALAVRAS-CHAVE: Ervais indígenas; guerras coloniais, conquista luso-brasileira das Missões.

CONSIDERAÇÕES FICHA TÉCNICA

Áudio:_____

Documento Oficial: _____ Tipo:

Filme : ( ) Etnográfico ( ) Histórico Ficcional ( ) Outro _____

Fotografia: ( ) P/B ( ) Colorida Tipo de Suporte: ( ) Analógico ( ) Digital

Referência Bibliográfica: (X)Artigo Científico ( )Dissertação ( )Tese ( ) Livro

Transcrição:_____

Elaboração: Rafael Filter Santos da Silva Revisão:

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Fichas Bibliograficas - Erva-mate.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	08/05/2023 14:16:17

Documento PROA Assinado

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DA CULTURA

DIVERSOS

Gabinete da Secretária

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Notificação
Expediente: 22/1100-0001667-9

Registro de Bem Cultural Imaterial - Erva Mate

A Secretária de Estado da Cultura TORNA PÚBLICO que foi aberto estudo com vistas ao Registro como Patrimônio Estadual de Natureza Imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate. O mesmo será apresentado à Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial para parecer indicativo de continuidade do Inventário do Bem Cultural " instrumento que respalda tecnicamente o processo de Registro. O inventário, conforme uma perspectiva de diversidade étnico-racial, busca coletar informações e produzir conhecimento sobre o amplo espectro populacional que vivencia manifestações culturais em cujo cerne está a erva-mate. Abarca desde pessoas que experienciam a referencialidade cultural da erva-mate em âmbito cosmológico, até aquelas em que a relação com a erva-mate se dá no plano secular, mas que se dedicam ao beneficiamento da erva-mate de modo tradicional (carijos, barbaquás, entre outros).

BEATRIZ HELENA MIRANDA ARAUJO
Av. Borges de Medeiros, 1501, 19º andar
Porto Alegre
BEATRIZ HELENA MIRANDA ARAUJO
Secretária da Cultura
Av. Borges de Medeiros, 1501, 19º andar
Porto Alegre
Fone: 5132887540

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 18 de Agosto de 2022

Protocolo: **2022000758697**

Publicado a partir da página: **150**

Documento Assinado Digitalmente

Documento PROA Assinado

Nome do arquivo: Materia_f23e7046-1677-4cc2-85b6-039113a1377a.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	08/05/2023 14:44:01 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nome do documento: DOE_18082022.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	08/05/2023 14:45:12

Relatórios “Sistema cultural e socioambiental da erva-mate"

Visita preliminar: 001 - Aldeia *Ka’amirindy,* Camaquã - RS.

Data da visita: 30 de setembro de 2022

Equipe técnica IPHAE: Walmir Pereira; Yves Marcel Seraphim

Outros órgãos ou entidades presentes: nenhum, mas há uma extensionista da EMATER local que trabalha com a aldeia (na área de serviço social).

A comunidade e a erva-mate

A aldeia *Ka’amirindy*, também conhecida como Reserva Indígena Água Grande, situada no interior do município de Camaquã foi estabelecida em 2000, quando o governo estadual, por meio do decreto 40.482, desapropriou o imóvel rural até então vigente, o qual foi então transformado em Reserva para usufruto dos indígenas Mbya-Guarani. Atualmente seu representante como cacique é Eduardo Timóteo, que acompanhou os técnicos do IPHAE na visita. Assim que chegaram ao local e foram conduzidos ao cacique, os técnicos explicaram que a atual visita era apenas preliminar, a fim de informar a comunidade do projeto de patrimonialização. Ressaltou-se que cabe aos membros da aldeia deliberarem entre si, sem a presença direta do IPHAE, se desejam ou não dar prosseguimento ao processo, isto é, se aceitam participar de uma nova visita para um seminário estruturado em que se dialogará mais detidamente sobre o significado e os propósitos do inventário.

Há duas circunstâncias notáveis a respeito da relação que esse espaço apresenta com a erva-mate. A terra, ou ao menos parte dela, pertencia ao folclorista Barbosa Lessa, cuja esposa, Nilza Lessa, produzia, também nesse local, erva-mate para consumo. Em segundo lugar, vale indicar, como ensinou Eduardo Timóteo que o nome guarani *Ka’amirindy* significa algo próximo de “erval” ou “erval das pequenas ervas”. Quanto às condições concretas da atual produção de erva-mate na aldeia, pode-se distinguir a situação em três frentes: 1) extração, plantio e cuidados com a planta; 2) tecnologias de processamento; 3) comercialização.

1. As falas de Eduardo Timóteo denotam que há dois meios principais de obter a erva-mate, a saber, de um lado, as ervas *do mato,* as quais crescem espontaneamente na área florestal dos hectares da Reserva, e, do outro, as ervas *plantadas,* trazidas na

Documento PROA Assinado

forma de mudas por entidades parceiras. As ervas do mato podem ser retiradas de seu local de origem e transplantadas alhures, mas ainda assim são identificadas como *do mato*. Algumas das ervas plantadas (tanto aquelas originárias do mato quanto as obtidas na forma de mudas) estavam dispostas nas margens do caminho íngreme que atravessa a parte frontal da aldeia e que em cujas laterais ficam as casas. Há, nessas margens, ervas de diversas idades.

Uma preocupação expressa por Eduardo foi a imprevisibilidade dos plantios e das podas. Plantadas no verão e expostas diretamente ao sol (sem cobertura vegetal ao redor) muitas mudas morreram. Por sua vez, nas ações de poda, visando a manutenção da produtividade das ervas já desenvolvidas e antigas, há vezes em que os aparos realizados parecem não se recuperar ou mesmo matar a planta. Esses receios gerados de dificuldades no manejo da planta parecem ser parte da situação em que o trabalho com a erva-mate se apresenta na aldeia: a reemergência de certas práticas agrícolas. Isso é dizer, haja vista os relatos de Eduardo Timóteo, que, como ele, os Guarani da *Ka'amirindy* não produzem erva-mate ao longo de toda sua vida. Trata-se, na verdade, de um aprendizado recente e ainda instável. Faltam dados a respeito de como se estruturou, na história recente (menos de uma década), a relação produtiva entre a aldeia e a erva-mate. O que se sabe é que foram outros grupos Guarani que os ensinaram o trato agrícola com a planta.

2. Inclui-se, nesse aprendizado, a construção e a utilização de uma infraestrutura produtiva, notadamente, do carijo e de sua operação. No caminho percorrido na visita preliminar, pode-se observar de perto dois carijos. O primeiro deles apresentava, além da armação de varas (jirau) de madeira que suspendem a erva, um telhado duas águas. Não havia paredes nas laterais da edificação. A estrutura aproveitava a inclinação do terreno, de modo que uma de suas faces exibia troncos-pilares de sustentação (chão-telhado) mais curtos e apoiados na parte do chão em que o solo era mais alto, mantendo, apesar da diferença no comprimento dos troncos (uma face com troncos mais curtos do que as demais), uma altura uniforme para a edificação. Esse carijo ficava ao lado de uma clareira circular onde havia bancos e orquídeas e bromélias amarradas às árvores ali presentes, o que sugere um espaço, a uma só vez, de socialização e de produção.

Documento PROA Assinado

O segundo carijo se diferencia do primeiro à medida que apresenta paredes de madeira que fecham as laterais da edificação, a qual é acessada, portanto, mediante uma porta, também de madeira. Anexo e atrás ao carijo havia uma edificação semelhante a uma casa de madeira, mas sem objetos dentro. O jirau desse carijo estava carregado de ervas já secas. Embaixo do jirau estavam cinzas claras e restos de lenha, a qual é obtida na área de Reserva.

Também o uso do carijo foi descrito como ensinado por outros grupos Guarani.

Há, por fim, um soque de erva-mate de seis braços, responsável por triturar as folhas e galhos da erva.

3. Segundo Eduardo Timóteo, a erva-mate tem encontrado bom escoamento comercial. A parte da produção que não é consumida localmente, é em parte levada pelo DNIT para a venda em Porto Alegre. Outra parte é comprada por indivíduos, notadamente, estudantes, que acessam a aldeia em projetos de pesquisa ou em outras visitas. Assim, a erva-mate representa hoje uma entrada de dinheiro na aldeia, ao passo que o artesanato, segundo destacou o cacique, não traz tais resultados. Na realidade, ao que parece, parte do artesanato, a exemplo das peças feitas com barro, não podem sequer ser feitas, uma vez que tal matéria-prima não está às mãos dos Guarani.

Comunicação estabelecida

Os técnicos do IPHAE obtiveram o contato de telefone/Whatsapp do cacique Eduardo Timóteo, que identificou o Whatsapp como a forma de comunicação mais usual e acessível para ele e para a aldeia. Quanto à deliberação interna da comunidade, Eduardo disse que incluiria a pauta para as discussões da aldeia. Além disso, as conversas na visita incluíam referências a outros representantes Guarani, os quais participavam do atual interesse pela difusão das práticas relativas à erva-mate no interior das aldeias do estado. Tais nomes podem se tornar novos contatos e canais de comunicação no que tange à parcela Guarani do processo de inventário e registro do sistema cultural e socioambiental da erva-mate.

Documento PROA Assinado

Observações

A situação empírica da produção ervateira na aldeia *Ka'amirindy* exige refinar o modo com o qual se pensa a tradicionalidade de uma prática cultural e socioambiental. Tendo em vista o caráter recente da relação agrícola e técnica entre os Guarani dessa aldeia e a erva-mate, é preciso entender as práticas não deixam de ser classificáveis como tradicionais ou étnicas porque são aprendidas por adultos, em vez de serem constituídas desde a infância. O que ocorre aqui é que, atualmente, em vez de ser uma geração superior que ensina uma geração inferior no seio de uma mesma aldeia ou comunidade, a aprendizagem é efetuada entre homens Guarani da mesma geração, mas que não convivem na mesma aldeia. Como é comum em pesquisas com os Guarani, é necessário observar a dimensão das redes entre aldeias (que são também relações de parentesco e políticas) para entender como circulam certas práticas e conhecimentos. Em outras palavras, e empregado o léxico político promovido pelas ações atuais dos indígenas brasileiros, seria adequado afirmar que as retomadas não se dão apenas na espacialidade da organização agrária, senão também - e assim efetivando essa primeira dimensão - nas técnicas agrícolas que materializam a presença humana em um dado espaço, permitindo ali sua reprodução social.

Como em qualquer aprendizagem, há fatores mais e menos difíceis. e os Guarani não temem reconhecer dificuldades, porque prescindem da noção de "autenticidade" (de um conhecimento totalizante e desprovido de dúvidas ou incertezas) e se organizam de modo que a tradicionalidade, ou seja, a aprendizagem possa vir de fora, de outras aldeias ou em mesmo de parecerias com técnicos, pesquisadores e professores não indígenas. Ao que parece, há mais entraves na dimensão de cultivo e poda da erva do que na dimensão de seu processamento com o carijo. Talvez isso se explique pela amplitude que o uso do fogo (utilizado na sapecada da erva) apresenta na vida social guarani, desde a culinária até a religião, denotando uma grande elasticidade e eficácia pirotécnica.

Documento PROA Assinado

Por fim, tendo em conta a possibilidade de realização do inventário com essa e outras comunidades Guarani, vale incluir (se os Guarani assim quiserem) na documentação precisamente o fenômeno atual de retomada das práticas agricolas relativas à erva-mate. Isso pode representar duas coisas. Primeiro, o fortalecimento do caráter participativo do processo, pois o procedimento de pesquisa que é o inventário entraria no atual procedimento de pesquisa Guarani quanto às técnicas de extração e cultivo da erva-mate. Segundo, o aproveitamento da oportunidade propiciada pelo tom público e coletivo de um inventário para colaborar não só com aldeias particulares, mas com a rede intercomunitária Mbya-Guarani.

Yves Marcel Seraphim – ID 4817591
Analista em Assuntos Culturais – Área Antropologia

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_001_Aldeia_Kaamirindy_Camaqua.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:34:02

Documento PROA Assinado

Continuidade de Instrução Registro do Sistema cultural e socioambiental da erva mate.
Visita preliminar: 002 - Aldeia Kuaray Rexë, Osório - RS.
Data da visita: 07 de novembro de 2022 - Equipe técnica IPHAE: Walmir Pereira
Órgãos ou entidades participantes: SEDAC/IPHAE

Em 07 de novembro realizei saída de campo para o litoral Norte com destino previamente previsto para os territórios guarani da aldeia (tekoá) Kuaray Rexë (Sol Nascente), localizada nas margens da rodovia Estrada do Mar (RS 389), município de Osório, e à Terra Indígena Barra do Ouro, circunscrita aos municípios de Caraá, Riozinho e Maquiné, aldeia Yvyty Porã (Campo Molhado). A finalidade da saída de campo justificou-se em função da continuidade da instrução técnica ao processo de Registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva Mate Tradicional.

Especificamente no caso da tekoá Kuaray Rexë, trata-se de uma área territorial em torno de 45 hectares, sendo presentemente ocupada por aproximadamente 15 famílias lideradas pelo referente político e espiritual Avelino Gimenez. A história de constituição da mesma está vinculada ao processo de ações mitigadoras do DNIT, órgão do governo federal encarregado do empreendimento de duplicação da BR 101 em solo gaúcho. Necessário registrar que atualmente a Kuaray Rexë abriga o grupo de parentesco organizado e liderado em torno do referente (neste acaso, cacique) Avelino Gimenez, o qual em décadas atrás esteve territorializado na área da Terra Indígena Barra do Ouro, na aldeia Yvyty Porã.

Por sua vez, a identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani Barra do Ouro levada a efeito por Grupo Técnico (GT) constituído pela Portaria nº 1.084/93 abrangeu uma superfície aproximada de 2.285 ha, e perímetro de 39 km. A proposição demarcatória, em vista de respeitar os parâmetros legais vigentes no arcabouço jurídico constitucional brasileiro, sobretudo o decreto ministerial 1775 e a Portaria 14 de 1996, buscou considerar as áreas habitadas em caráter permanente pelos indígenas Guarani Mbya e aquelas utilizadas para suas atividades produtivas, bem como aquelas áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessidades à sua reprodução física e cultural, em conformidade com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

No que concerne à aldeia Campo Molhado, em diálogo com Avelino Gimenez na aldeia Sol Na Nascente - reconhecido pelos próprios Guarani e no âmbito da Etnologia Indígena como representante de um dos grupos familiares guarani mbya que consolidou a reocupação e a auto demarcação da Terra Indígena Barra do Ouro durante as décadas de 1980 e 1990 do século passado - , ele nos contou sobre a existência de erva mate nativa e cultivada de modo tradicional na região da Barra do Ouro em quantidade considerável. Em nosso diálogo também indicou que o órgão indigenista oficial , a FUNAI/RS, em tempos atrás buscou inserir

Documento PROA Assinado

o cultivo de mudas de erva mate como uma alternativa de produção e consumo para subsistência dos indígenas do referido território indígena.

Em discurso proferido recentemente, agosto de 2021, o referente indígena Hélio Werá, no contexto de mobilização indígena contra a "tese" do marco temporal em Brasília no Acampamento Luta pela Vida, fez menção direta a esse processo de territorialização dos Guarani Mbya na Terra Indígena Barra do Ouro: "Hoje os indígenas e até os não indígenas estão beneficiados com aquela área. [...] Graças a nossa luta daquela época, hoje ainda existe água limpa, erva -mate, araucária, taquara, natureza, pé de erva-mate de 600 anos. Nós conseguimos salvar aquele pedaço de terra e ainda recuperar ela".

Por fim necessário o registro, no que concerne à saída de campo projetada para Barra do Ouro, em área da tekoá Yvyty Porã, que dadas as condições adversas de tempo na ocasião e a indisponibilidade de veículo com tração nas quatro rodas por parte do setor de transportes da Secretaria de Planejamento Gestão e Governança (SPGG) inviabilizou-se a visitação in loco (tekoá Yvyty Porã). Nesse sentido, aponto como necessário uma complementação da saída de campo para a TI Barra do Ouro a fim de solidificar o diálogo com os grupos familiares dos indígenas Guarani Mbya em torno de suas experiências com práticas socioambientais e culturais da erva mate. Essa outra/nova saída de campo, com a complementação de dados e informações de natureza interdisciplinar, contribuirá ao andamento da patrimonialização do Sistema cultural e socioambiental da erva mate tradicional levado a efeito pelo IPHAE em escala regional no Rio Grane do Sul.

Walmir Pereira
Analista Antropólogo
ID - 1688634

.

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_002_Aldeia_Kuaray_Rexe_Osorio.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:33:45

Documento PROA Assinado

RELATÓRIO: N° 006/2022 Porto Alegre, 24 de novembro de 2022.

Ao Diretor do IPHAE

Arq. Renato Savoldi

Assunto: Registro do Sistema cultural e socioambiental da erva-mate.

Visita ao Quilombo Correa Giruá - RS.

Data da visita: 17 de novembro de 2022

Equipe técnica IPHAE: Rafael Filter Santos da Silva e Gustavo Mor Malossi

Outros órgãos ou entidades presentes: Emater/Ascar-RS, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Giruá

A Comunidade Quilombola Corrêa localiza-se no interior do Município de Giruá, no Distrito de São Paulo das Tunas, a cerca de 20 km da cede do município. A comunidade reside no local há mais de 50 anos e seu território foi oficialmente titulado como terra quilombola em junho de 2010. O quilombo é habitado, majoritariamente, por pessoas idosas. Eles têm como meio de subsistência os produtos provenientes da propriedade rural, as aposentadorias, além de prestarem serviços e trabalhos manuais como diaristas para as terras no entorno.

O acesso ao local é exclusivamente via estrada de chão. O deslocamento dos técnicos do IPHAE até o quilombo foi efetivado com o apoio do escritório da Emater em Giruá. Na comunidade, o IPHAE foi recebido por 6 moradores, entre eles o Sr. José Corrêa, conhecido como “Tigre”, Cleuza Corrêa, Maria Corrêa e Gomersido Silvera. Nesse encontro, que contou com a participação do técnico extensionista da Emater, Charles Fernantes, sucedeu uma roda de chimarrão, em que os técnicos do IPHAE puderam, na oportunidade oferecida pela conversa informal, elucidar os objetivos da visita e aprender sobre o carijo.

Nessa troca, foram discutidos o conceito de patrimônio imaterial, o processo de registro do patrimônio cultural e a relação destes com as técnicas tradicionais de beneficiamento da

Documento PROA Assinado

erva-mate. O Sr. “Trigre”, por sua vez, compartilhou com a equipe sua história com o bem cultural, descrevendo as dificuldades do trabalho árduo com a erva-mate e detalhando como se costumava dividir as tarefas entre os membros da família: as mulheres cortavam e preparavam os ramos e os homens sapecavam a erva, lidavam com o fogo e o manejo da fumaça.

O Sr. “Tigre” também expôs seus planos de construir um novo carijo e dar prosseguimento com a produção da erva-mate caseira, processo que se encontrava interrompido nos últimos meses devido ao quadro de saúde que ele enfrentava. Afirmou que consegue vender a erva produzida em carijo, mas sempre em pequena escala. A erva-mate é extraída em terrenos vizinhos e os ervais estão cada vez mais escassos. Além disso, a “soca” da erva também precisa ser executada no moinho do vizinho, reforçando a dependência desses vínculos econômicos no processo de produção da erva-mate.

Ele também mencionou outros projetos que recentemente se mostraram interessados no estudo do carijo, narrou sua participação no documentário produzido pela produtora Catarse e citou a visita de duas professoras universitárias, Letícia e Patrícia.

A visita ao quilombo se encerrou com a assinatura, por parte de representante do Quilombo Corrêa, do Termo de Anuência dos Detetores do Bem Cultural em Relação à Instauração de Processo de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial.

Imagem 1 - Momento da entrega da anuência no território do Quilombo Corrêa

Fonte: Equipe do IPHAE

Documento PROA Assinado

Após a visita ao quilombo, Charles Fernantes, técnico da Emater, sugeriu que a equipe do IPHAE também se encontrasse com Sr. José Ribeiro Prestes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Giruá e proprietário das terras vizinhas ao quilombo. O encontro com o Sr. Prestes ocorreu na sede do sindicato, na companhia do Sr. Luiz Fernando Desbesell, vice-presidente do sindicato e vereador no município. Segundo o que foi relatado nessa conversa, os antepassados dos quilombolas trabalhavam nas terras do pai do Sr. Prestes e, segundo ele, foi com seu pai que a família Corrêa aprendeu a produzir a erva-mate de carijo.

Sr. Prestes relatou que, em outros tempos, também costumava trabalhar com o barbaquá. A propriedade possuía um moinho movido a turbina de água, que era empregado para socar a erva. Ele narrou que a erva-mate contribuiu muito para a economia da cidade e a região toda era tomada por ervais nativos. Em todos os lugares existiam pés de erva e butiazeiros. Entretanto, a chegada de um "novo sistema" promoveu a substituição da erva-mate pela monocultura de grãos - isto é, a soja, o trigo e o milho. Segundo o relato do Sr. Prestes, essa substituição teria se iniciado a aproximadamente 50 anos, nos anos 1970.

Com a produtividade e a rentabilidade desse "novo sistema" os ervais deixaram de ser economicamente atraentes. O ciclo de produção e manejo da erva era mais lento, caro e menos rentável do que o grão de soja. Segundo o produtor, a erva-mate demora três anos para maturar e ficar no ponto ideal para o corte. Uma vez que a erva é extraída, ainda precisa de meses no preparo para o consumo. A erva-mate é de trabalho muito intensivo, diferente da monocultura. Por esses motivos, existe pouco incentivo econômico para dar continuidade à produção artesanal da erva-mate.

Após a reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a equipe do IPHAE dirigiu-se para o Centro Cultural Adelina Dias, onde se realizou o seminário junto aos detentores dos saberes tradicionais do preparo da erva-mate e às autoridades municipais. O evento foi organizado pelo IPHAE em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Giruá. Falaram durante o seminário os técnicos historiógrafos do IPHAE, Rafael e Gustavo, o Sr. José "Tigre" Corrêa, e o Sr. José Cambri, produtor rural, e Carla Copetti, assistente cultural da SMEC.

Imagem 2 - Seminário sobre Patrimônio Imaterial no Centro Cultural Adelina Dias

Documento PROA Assinado

Fonte: Equipe do IPHAE

Cabe aqui destacar que o Sr. Tigre e o Sr. José Cambri compartilharam importantes informações sobre produção do carijo, as quais revelam os obstáculos existentes para a continuidade dessa atividade. Essas informações são valiosas para indicar caminhos a ser seguido por futuras políticas de salvaguarda. Entre os pontos mencionados, destacamos:

- A erva-mate de melhor qualidade se desenvolve na sombra da mata nativa, habitat que está em risco de desaparecimento.
- O ciclo econômico da erva-mate tradicional é muito longo, se comparado com outros cultivos: as ramas demoram 3 anos para atingir o ponto de corte, o qual é tradicionalmente feito apenas em duas épocas do ano, janeiro e agosto. Segundo relato dos detentores, na produção agroindustrial da erva-mate esse tempo não é respeitado. As ervateiras costumam fazer o corte em qualquer época do ano e antes das ramas alcancem a maturação adequado, o que prejudica a qualidade e o sabor da erva. Além disso, foi relatado que é comum que no processo industrial sejam misturadas no soque folhas de outras plantas.
- O trabalho no carijo é muito árduo. Entre os fatores de desgaste citados, destaca-se o contato prolongado com o calor e a fumaça.
- Em mais de um relato ficamos sabendo de casos de homens mais velhos que não podem trabalhar com o carijo por contraindicação de um médico.

Documento PROA Assinado

- Segundo José Cambri, as gerações mais novas não demonstram interesse em adotar as práticas de trabalho do carijo por conta da natureza desgastante da atividade em contraste com sua pouca rentabilidade.
- José Cambri também argumenta que o trabalho com a erva-mate não é rentável em escala artesanal.

Imagem 3 – Falas dos detentores José Cambri e José "Tigre" Correa durante o seminário

Fonte: Equipe do IPHAE

A atividade do seminário foi uma importante oportunidade de trocas de informações e conhecimentos sobre o bem cultural. A equipe do IPHAE produziu vídeos com as falas dos Sr. Tigre e Sr. José Cambri, os quais se encontram arquivados no seguinte caminho: *I:* \ IPHAE \ TECNICO \ PATRIMONIO IMATERIAL \ Registro Erva-Mate \ AUDIOVISUAL \ Registros Giruá - 17-11-2022 - Rafael e Gustavo.

Atenciosamente,

Gustavo Mor Malossi – ID 4817389
Analista Historiógrafo - SEDAC/IPHAE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_006_Quilombo_Correa_Girua.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:33:56

Documento PROA Assinado

RELATÓRIO: N° 001/2023 Porto Alegre, 31 de janeiro de 2023.

Ao Diretor do IPHAE

Arq. Renato Savoldi

Assunto: Registro do Sistema cultural e socioambiental da erva-mate.

Visita à aldeia Guarani Mbyá Tekoa Guaviraty Porã em Santa Maria

Data da visita: 25 de janeiro de 2023

Equipe técnica IPHAE: Walmir da Silva Pereira e Gustavo Mor Malossi

Outros órgãos ou entidades presentes: Emater/Ascar-RS

A aldeia Guarani Mbyá de nome Tekoa Guaviraty Porã localiza-se no interior do Município de Santa Maria, no Distrito Industrial, a cerca de 8 km da cede do município, 1 km da Penitenciária Estadual e 1,8 km do aterro sanitário da cidade. Abrange aproximadamente 77 hectares de terras Estaduais que abrigam em torno de 35 famílias. A aldeia foi inaugurada em junho de 2012. Antes disso, os Mbya Guarani estavam acampados às margens da BR-392, em condições bastante precárias.

O acesso à aldeia se dá exclusivamente via estrada de chão. O deslocamento dos técnicos do Iphae até o local foi efetivado com o apoio e condução do engenheiro florestal da Emater de Santa Maria, Marciano Loureiro Filho. A aldeia conta com uma escola de caráter misto, com professores indígenas e não indígenas. Entre os produtos cultivados para a subsistência, averiguou-se a presença de melancia, milho e porongo. Segundo informações coletadas pelo técnico da Emater, apenas uma família produz artesanato. Verificou-se que não há um *Karaí* (xamã ou líder espiritual) na comunidade, o que implica na ausência de uma *Opy* (casa de reza).

Documento PROA Assinado

Constatou-se um certo descompasso entre as expectativas da Emater sobre a produtividade dos cultivos propostos nos projetos desenvolvidos junto aos Guaranis e o sistema de trabalho observado na aldeia.

Na comunidade, a equipe do Iphae foi recebida por Jonata Benites, antigo cacique e líder na aldeia. Jonata foi um dos participantes no vídeo "Produção de erva-mate no sistema carijo pelos indígenas Guarani de Santa Maria". O vídeo em questão foi produzido na primavera de 2020 por Marciano Loureiro e Matias Loureiro, com o apoio do Centro de Pesquisa em Florestas de Santa Maria e o Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária. O material retrata todas as etapas do sistema de carijo, desde a coleta dos galhos até a conclusão do produto para o consumo. No vídeo é possível observar os integrantes da aldeia realizando o sapeco dos galhos, a construção do carijo e moagem das folhas (link para o vídeo no Youtube).

Na presença dos técnicos do Iphae -- Walmir Pereira e Gustavo Malossi -- e do engenheiro florestal da Emater - Marciano Loureiro - sucedeu uma roda de conversa com Jonata a respeito do cotidiano na aldeia e das práticas de consumo a erva-mate. Nessa oportunidade, Walmir tratou do processo patrimonialização do Sistema Cultural Socioambiental da Erva-Mate Tradicional e das consequências práticas que isso implica, tais como medidas de salvaguarda e projetos de apoio aos detentores.

O Jonata, por sua vez, compartilhou com a equipe um relato sobre as práticas de produção e consumo de erva-mate na aldeia. Explicitou que atualmente não se faz carijo na comunidade e que eles não têm acesso aos pés de erva-mate em estado adequado para a prática da coleta. As necessidades de consumo de erva-mate na aldeia são supridas pelas relações de troca com outros grupos Guarani, nomeadamente os parentes visitados na Argentina, ou pela compra da erva industrializada. Jonata reforçou que eles têm interesse de retomar as práticas tradicionais de produção da erva-mate.

Mencionou também que, recentemente, a aldeia reconsiderou sua adesão aos feriados dos brancos e foram descartados aqueles que não dizem respeito à cultura dos Guarani Mbya. Nessa mudança, o feriado Estadual do dia 20 de setembro foi reapropriado como um momento de rememorar a história e os mitos a erva-mate e refletir sobre sua importância para os Guarani Mbya.

Na conversa, constatou-se que qualquer medida de salvaguarda deste bem cultural envolveria facilitar o acesso das comunidades aos pés de erva-mate em maturidade e condições

Documento PROA Assinado

adequadas para a coleta. O engenheiro florestal Marciano mencionou a possibilidade de elaborar um projeto de distribuição de mudas de erva-mate, entretanto esse projeto não renderia resultados imediatos aos Guarani Mbya, já que o arbusto precisa de alguns anos para se desenvolver à idade adequada para a coleta. Outra medida de caráter mais imediato, aventada durante a conversa, seria possibilitar o acesso aos ervais já existentes no terreno da extinta Fepagro em Santa Maria.

A Fepagro é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria da Agricultura e em processo de extinção desde 2016. Era responsável por desenvolver pesquisas e inovação nas áreas da agricultura, pecuária, agroindústria e recursos naturais renováveis. A estação de pesquisa em Santa Maria conta com mais de 540 hectares e é rica em diversidade de espécies arbóreas, incluindo algumas em risco de extinção. Entre os bosques implantados, existe um erval em excelente estado com muitos espécimes antigos e de grande altitude, os quais são capazes de semear todo entorno e gerar novos arbustos que crescem abundantemente na sombra das outras árvores, tal como ocorre na mata nativa. Foi neste mesmo erval que os membros da comunidade coletaram os galhos da erva-mate para a produção do carijo retratado no vídeo que citamos anteriormente. A equipe do Iphae constatou que os membros da comunidade Tekoa Guaviraty Porã têm grande interesse em voltar a coletar as ervas desse terreno, pois essa atividade estaria mais próxima do modo de produção tradicional do carijo. Com essa informação, após a visita à aldeia, a equipe do Iphae deslocou-se aos ervais da Fepagro onde foi possível realizar algumas fotografias.

Imagem 1 – Erval presente na Fepagro

Documento PROA Assinado

Fonte: Equipe do IPHAE

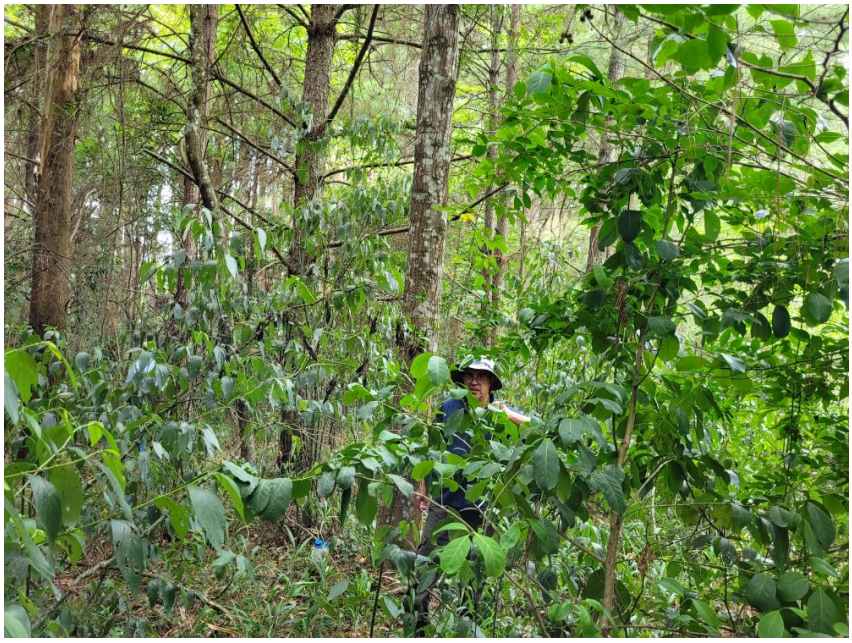
Imagem 2 - Antropólogo Walmir na Fepagro junto a um espécimen de erva-mate com grande altitude.

Documento PROA Assinado

Fonte: Equipe do IPHAE

Imagem 1 - Antropólogo Walmir junto aos arbustos de erva-mate na Fepagro

Documento PROA Assinado



Fonte: Equipe do IPHAE

No dia seguinte às visitas, Cesário Timóteo, antigo cacique e liderança respeitada na aldeia de Santa Maria, entrou em contato com Marciano Loureiro para se informar sobre o motivo da presença do Iphae na comunidade. Após se informar sobre o que foi conversado, demonstrou grande interesse em dar continuidade às conversas junto ao Iphae e desenvolver projetos de valorização da produção da erva-mate. A equipe do Iphae buscou nesse mesmo dia tratar com ele presencialmente, entretanto Cesário não se encontrava em Santa Maria pois viajara para Cachoeira do Sul em visita aos parentes. Uma vez que equipe do Iphae estava no trabalho de campo sem ter um carro, não foi possível ir ao encontro Cesário nessa oportunidade. Entretanto, essa troca de mensagens abriu mais um importante vínculo que pode ser fortalecido e retomado nas próximas viagens para Santa Maria. Esse é passo importante no processo de para aproximação do Iphae com a comunidade Tekoa Guaviraty Porã, o que é indispensável para a relação de confiança necessária para construir a anuência e consenso informado desses detentores em relação ao processo de Registro do Sistema cultural e socioambiental da erva-mate

Documento PROA Assinado

Atenciosamente,

Gustavo Mor Malossi – ID 4817389

Analista Historiógrafo - SEDAC/IPHAE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_001_2023_Visita Santa Maria.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:35:37

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

RELATÓRIO: N° 002/2023 Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2023.

Ao Diretor do IPHAE
Arq. Renato Savoldi

Assunto: Registro do sistema cultural e socioambiental da erva-mate.
Visita à aldeia Mbya Guarani - Tekoa Yvyty Porã, T.I. Barra do Ouro (municípios Maquiné, Riozinho, Caraá)
Data da visita: 01 de fevereiro de 2023
Equipe técnica Iphae: Walmir da Silva Pereira e Yves Marcel Seraphim

Este documento relata as observações realizadas em campo na viagem do dia 01 de fevereiro de 2023 à Terra Indígena (doravante T.I.) Barra do Ouro, situada em áreas de três municípios, a saber, Maquiné, Riozinho e Caraá. A *tekoa*, ou aldeia se chama hoje *Yvyty Porã*, mas até 2021 se chamava *Nhu'u Porã*. Também há referências à aldeia pelo nome de Campo Molhado. Trata-se de uma T.I. demarcada, homologada e registrada pela Funai em um processo que se iniciou nos anos oitenta e se concluiu efetivamente em 2001.

O texto está dividido em três seções. A primeira oferece o registro da breve presença dos técnicos do Iphae na aldeia Sol Nascente em Osório. A segunda seção trata das condições da estrada de acesso. Por fim, a terceira, e mais importante, seção descreve a visita à T.I. Barra do Ouro.

Aldeia Sol Nascente

A caminho de Maquiné, os técnicos pararam na aldeia Sol Nascente (*Kuaray Rexë*), próximo à Rodovia Estrada do Mar em Osório, onde uma antiga liderança Mbya Guarani, Avelino Gimenez, reside atualmente. Avelino participou ativamente do processo de demarcação da T.I. Barra do Ouro e lá viveu até meados dos anos 2010. Por essas razões, Avelino é conhecedor da relação entre os habitantes da T.I. e seu ambiente natural, o que

Documento PROA Assinado

inclui a erva-mate. No entanto, no momento da visita Avelino estava em consulta médica fora da aldeia.

Quem recebeu os técnicos foi o filho de Avelino, e professor da aldeia, Sergio Gimenez. Após explicarmos o processo de patrimonialização da erva-mate, Sergio comentou que as tentativas de cultivá-la ali mesmo na Sol Nascente foram malsucedidas. O solo arenoso se provou inadequado para esse plantio, mas frutífero para outras espécies, como abacaxi, mandioca, feijão, porongo e melancia.

Dessa visita, vale destacar a movimentação de habitantes das aldeias e a tentativa de cultivo da erva-mate, no caso, sem sucesso.

Estrada rumo à T.I.

Convém ilustrar as condições de viagem e acesso à T.I. para que fique demonstrada a necessidade de veículos equipados para tal tipo de caminho. Depois da estrada asfaltada e da estrada de chão batido do interior de Maquiné, alcança-se a subida da Serra Geral. A partir desse trecho, além de a condição do chão ser precária, com trechos desprovidos de pedras para a rodagem do veículo, o terreno era bastante inclinado. Não fosse a caminhonete de tração 4x4 requisitada pelos técnicos do Iphae, seria impraticável transpor diversos trechos da estrada. Para visitas a localidades no interior, o uso de veículos adequados provou-se, mais uma vez, uma condição de trabalho.

À entrada de um trajeto (de cerca de 14 km) que leva veículos até a T.I. os técnicos se depararam com porteiras que fechavam o caminho, acompanhadas de placas de “Entrada Proibida”. São duas propriedades subsequentes cujas placas, no mínimo, desorientam quem queira ir à T.I. Uma delas, a fazenda de terreno adjacente à T.I., pertence a um grande grupo empresarial que, durante a época da demarcação, entrou em violenta disputa fundiária com os Guarani, mediante o uso de ameaças e ações de destruição de infraestrutura dos indígenas por parte de peões contratados.

T.I. Barra do Ouro

A T.I. é composta por cerca de 2.200 hectares (a maior do Rio Grande do Sul para uma população exclusivamente Mbya Guarani) e se situa em altitudes que variam entre 850 e 900 metros de altura. Diferente de muitas terras Guarani, a altitude permite a formação de clima e vegetação temperadas, o que inclui um grande número de araucárias.

Documento PROA Assinado

O primeiro interlocutor na visita foi Ramón Brizoela, atual liderança política da comunidade. Os técnicos do Iphae lhe explicaram o motivo da visita, expondo o trabalho de patrimonialização e o horizonte de salvaguarda da erva-mate entre os Mbya Guarani e outras populações do estado. A propósito de possíveis medidas de salvaguarda, Ramón indagou que tipos de ações poderiam ser feitas para contribuir ao trabalho com a erva-mate, ao que os técnicos responderam que o objetivo daquele e de outros diálogos com as comunidades é que elas mesmas indiquem, de acordo com os problemas vividos e dentro de seus próprios parâmetros, linhas de atuação que seriam benéficas para a continuidade do bem cultural em questão. Tendo ouvido essa resposta, Ramón logo destacou o obstáculo que representa o difícil acesso de veículos à aldeia, o que, por sua vez, dificulta idas e vindas para a possível comercialização da erva-mate e do artesanato ali produzidos. Não é qualquer veículo que consegue vencer a estrada até a T.I. e é razoável supor que as porteiras colocadas pelas propriedades próximas contribuam para a dificuldade geral.

Atualmente, a produção de erva-mate beneficiada localmente, além de cumprir a função primeira do consumo interno e cotidiano da aldeia, é mobilizada para comercialização. No entanto, diferente do caso da aldeia *Ka'amirindy* em Camaquã (visitada previamente pelo Iphae), na T.I. Barra do Ouro, a erva-mate não é produzida em excedentes para ser comercializada quando, eventual ou programadamente, aparecer alguém disposto a comprá-la. A comercialização se organiza mediante um sistema de mutirão, chamado de "carijo" — o mesmo nome da infraestrutura de secagem, mas denotando a força produtiva em vez do meio de produção. Nos mutirões de carijo, outros Guarani e não indígenas conhecidos vão à T.I. e participam do processo técnico de produção da erva-mate seca e sua posterior pilagem manual, quando os feixes são transformados em erva moída. Dali, os presentes compram alguns quilos da erva moída. Na semana anterior à visita aqui relatada, foram produzidos cerca de quarenta quilos em um mutirão desse estilo. Segundo relatado, toda a produção foi vendida de imediato ao cabo do mutirão.

No dia da visita, Ramón preparava uma nova remessa para consumo próprio. O carijo (edificação) se assemelhava a um dos carijos observados anteriormente na aldeia *Ka'amirindy* em termos de uma estrutura com três vedações, duas laterais e uma terceira que se aproveita do aclive do terreno, o qual formava a parede traseira. Quanto ao material, contudo, as paredes laterais do carijo da T.I. eram feitas com alguma forma de barro, sem teto algum, enquanto ambos os carijos de *Ka'amirindy* eram feitos apenas de madeira e revestidos com alguma cobertura. Havia uma madeira específica para secar e defumar a erva-mate, que Ramón identificou apenas como madeira dura, cuja potência da chama representa a medida certa entre o forte e o fraco.

As comparações com a aldeia *Ka'amirindy* de Camaquã não são somente recursos de método para compreensão dos dados produzidos na T.I. Barra do Ouro, isso porque o

Documento PROA Assinado

próprio Ramón mencionou a outra comunidade. Ele disse que havia algum tempo que pretendia ir a Camaquã para conhecer a máquina de soca “oito-braços” — a mesma que é descrita no relatório do Iphae. No entanto, ainda não havia encontrado um bom momento para a viagem. De todo modo, fato é que as comunicações entre os Mbya Guarani de diferentes locais são bastante fortes e giram, entre outras tantas coisas, ao redor da erva-mate. Outro exemplo de como a erva-mate participa das comunicações entre as aldeias está na combinação de vendas e trocas entre Guaranis.

Depois da conversa com Ramón, os técnicos foram levados até uma casa onde estavam José Vera e sua esposa Beatriz Gimenez. A casa continha ferramentas e peças de artesanato que José e Beatriz vendiam. Havia instrumentos musicais/rituais, como *mbarakas* de diferentes tamanhos e sons, cestos *ajaka*, cestos menores, penas para emplumação, nós de pinho de araucária com o qual José confecciona cachimbos *petyngua*, e, por fim, esculturas zoomorfas de madeira — os conhecidos bichos ou bichinho guarani. Além do artesanato, José Verá é autor de um livro, publicado em 2021, com desenhos e textos míticos em formato bilíngue, em Guarani e em Português. Devido às condições da estrada, José não leva seu artesanato ou seu livro para vender nas cidades. Em vez disso, ele vende, ali mesmo, para os visitantes que chegarem. Além da comercialização direta, seu livro “*Nhemombaraete Reko Rã’i*: fortalecendo a sabedoria” está à venda *online* e em livrarias de Porto Alegre.

Ao lado dessa casa de ofício, há a casa onde dorme e, em construção, também capitaneada por José, no momento da visita, uma casa de reza, *opy*. Nela, usa o xaxim (extraído do mato, onde é mais denso do que o xaxim transplantado no pomar) para as paredes laterais, taquara-mansa aberta e dobrada em torno de varas para a cobertura, madeiras da mata local para vigas laterais e suportes do telhado. Tudo se consegue na mata dentro do território da T.I., o que promove um grau de autonomia que contrasta com a situação de áreas indígenas com poucos hectares ou muito concentradas em locais próximos ao terreno de terceiros. A construção utilizando xaxim é algo bastante particular a esta comunidade. Mais frequente, entre os Mbya Guarani, é o uso de palmeira e determinadas qualidades de barro, ambos sendo pouco presentes na área.

Ao redor das edificações de José está um pomar com ervas-mate de tamanho médio, plantadas há alguns anos por meio de mudas trazidas pela Petrobrás[1]. José disse que gostaria de plantar ainda mais. Mostra que há árvores de erva-mate com sementes aparecendo, mas diz não conseguir plantar com as sementes, apenas com as mudas (essas que foram trazidas por parcerias institucionais, sem aparente tentativa de transplantar mudas

[1] Trata-se de uma iniciativa do Programa Petrobrás Ambiental mediado, na relação com a aldeia, pelo Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM), algo realizado ao longo das duas últimas décadas. A prática de fornecer mudas ou sementes é um fato comum na execução de medidas compensatórias que empresas públicas ou privadas (em empreendimentos públicos) promovem em suas relações com povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

Documento PROA Assinado

a partir das matas para o pomar, como o faz com o xaxim) Há também flores, árvores frutíferas (desde plantas não americanas a plantas americanas nativas da Mata Atlântica (araçá e outras), xaxim transplantado das matas ao redor (em tamanho médio), taquarinhas (de mais de uma variedade), uma lavoura de milho, uma horta com cebola, alho e outros vegetais. A horta é cercada com alambrado baixo, para impedir a invasão de galinhas criadas na aldeia (junto de patos) que ciscam a terra e atrapalham o cultivo.

Em certo momento da conversa, José levou a uma moça jovem, possivelmente uma neta, um pilão de madeira e um feixe de erva-mate seca, o qual estava pendurado a partir do teto da casa onde dorme. A moça pilou as folhas até que se tornem a erva moída, pronta para o consumo. De fato, a literatura etnológica indica uma dupla correlação:

Homens : Erva em feixes :: Mulheres :: Erva moída

Não é difícil notar que tal correlação corresponde à divisão sexual na cadeia operatória que leva da extração da erva-mate até seu consumo na forma de chimarrão. São os homens que vão ao mato e cortam os galhos com as folhas, os quais são agrupados em feixes amarrados, colocados assim no carijo, onde passam pela transformação do fresco ao seco e defumado. As mulheres, por sua vez, recebem, no âmbito doméstico, os feixes defumados e, munidas do pilão (o mesmo com que moem o milho para fazer farinha), esfarelam a erva até o ponto de uso. A mesma correlação aparece em ritos centrados na erva-mate, como o *ka'a nhemongarai* (batismo/nomeação de erva-mate) em que, nas passagens entre *ara pyau* (Tempo Novo, primavera-verão) e *ara yma* (Tempo Velho, inverno-outono), os homens do grupo se fortalecem mediante a reza do *karai* (xamã) sobre cuias com erva-mate para cada pessoa.

A menção deste relatório ao *ka'a nhemongarai* é útil para entender que, embora tal rito seja importante e presente em várias aldeias e comunidades Mbya Guarani, a produção de erva-mate não está necessariamente vinculada a ele, o que exigiria a presença de uma *opy* e, pelo menos, um *karai*, conjunto comum, mas nem sempre presente em uma aldeia. Quando perguntado se os habitantes da T.I. e os demais Guarani que os visitam usam a erva para o *ka'a nhemongarai*, José respondeu que não. Por ser um assunto ritual, é possível que não seja adequado comentar com recém conhecidos — como os técnicos do Iphae, ao menos nessa primeira ocasião — e que a resposta negativa implique uma barreira compreensível para domínios íntimos da vida Guarani em relação aos *jurua*, os não indígenas. No entanto, a literatura mais ampla sobre os Mbya Guarani demonstra que existem diferentes versões de ritos de batismo/nomeação, todos de nome *nhemogarai*, mas com alimentos distintos, a saber, a erva-mate, o guembé, o mel e, o mais frequente, o milho. Assim, nem sempre a erva-mate ocupa um lugar ritual, mas, em contrapartida, parece difícil encontrar uma comunidade

Documento PROA Assinado

onde o mate deixe de ocupar um lugar cotidiano de consumo. Em suma, tanto pelo fato de o ritual de batismo poder prescindir unicamente da erva-mate, bem como pelo fato de a estrutura do ritual ser homóloga à estrutura da produção da erva, é razoável concluir que o uso do mate, embora frequentemente ligado a rituais específicos e sazonalmente marcados, não precisa estar vinculado a eles para que a extração e o beneficiamento sejam realizados. O consumo diário é o principal motor da produção, relacionado a uma dieta de controle da alimentação relacionada, por sua vez, à constituição de corpos saudáveis, leves e divinizados, aptos, quando morrerem, a flutuar até a terra imperecível de que falam os mitos e a religião guarani.

De volta ao relato descritivo, José levou os técnicos do Iphae até as trilhas na mata, não muito distante da área com as casas. Antes da entrada da trilha havia outra lavoura de milho, onde se encontrava também um pau leiteiro, árvore que fornece matéria-prima para as esculturas zoomorfas. Na beira da trilha que percorríamos, José apontava para as árvores de erva-mate, às vezes solitárias entre outras espécies, às vezes aproximadas em pares ou conjuntos mais numerosos. Além disso, ele mostrava os pés recentes de erva-mate que se criam por dispersão não humana de sementes, mas cuja existência não prescinde do cuidado humano, afinal José limpa as áreas em torno desses pés para incentivar seu crescimento, retirando outros vegetais que possam representar obstáculos para o desenvolvimento da erva-mate. Quando perguntado se as árvores da erva se concentravam nas beiras de trilhas, disse que não, que para dentro do mato há ainda mais árvores grandes. O que se pode imaginar, não obstante, é que nas trilhas, frequentadas cotidianamente, há, se em comparação com o resto da mata, uma maior possibilidade de despender atenção aos pequenos pés, o que contribui para seu bom desenvolvimento. Também segundo José, a erva extraída da mata, em comparação com a erva-mate plantada em pomares, possui um gosto ligeiramente melhor, mais amargo.

A visita permitiu perceber novamente que é preciso se aprofundar na relação entre erva-mate nativa, presente em matas, e erva-mate cultivada em pomares, geralmente por meio de mudas trazidas por parcerias com instituições externas. O que se sabe até aqui é: 1) extração e cultivo não são autoexcludentes; 2) as comunidades consultadas enunciam a vontade de dispor das duas formas de desenvolvimento; 3) ambas requerem cuidados por parte da ação humana, o que significa que o extrativismo é também resultado de percepções ambientais refinadas e técnicas de interação com o meio de crescimento da erva-mate. Uma hipótese possível para o favorecimento de ambas as formas de desenvolvimento vegetal é a capacidade aumentada que essa dupla permite de descanso e regeneração após o corte dos galhos. Essa situação ficou mais nítida na aldeia *Ka'amirindy*, de área muito menor à da T.I. Barra do Ouro, onde, portanto, receia-se que a erva-mate nativa seja pouca para manter um circuito de zonas ou indivíduos de corte, enquanto outras zonas ou indivíduos se recompõem.

Documento PROA Assinado

Nas visitas, o tempo referenciado para a regeneração é de, pelo menos, três anos. Inclusive, José Vera expressou a distinção entre o sistema guarani de produção da erva-mate e o sistema industrial justamente pelo maior tempo de descanso que os Mbya Guarani reservam às árvores recém cortadas.

Yves Marcel Seraphim – ID 4817591
Analista em Assuntos Culturais – Área Antropologia

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_002_2023_TI_Barra_do_Ouro_01022023.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:36:03

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

RELATÓRIO: N° 006/2023 Porto Alegre, 14 de março de 2023.

Ao Diretor do IPHAE
Arq. Renato Savoldi

Assunto: Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-Mate Tradicional
Visita à família de produtores de erva-mate em Marau
Data da visita: 09 e 10 de março de 2023
Equipe técnica Iphae: Yves Marcel Seraphim e Rafael Filter Santos da Silva

Este documento relata as observações e os diálogos realizados junto a uma família produtora de erva-mate no município de Marau.

Antes, porém, vale indicar que o veículo utilizado para a viagem apresentou, próximo a Marau, um problema com uma das portas traseiras (porta de correr), a qual não fechava adequadamente. Foi necessário improvisar um laco com o cinto de segurança para que a porta não se abrisse por completo constantemente.

Na tarde do dia 09 de março (quinta-feira), os técnicos do Iphae chegaram à propriedade da família Pagnussat, situada na localidade de São José da Mortandade, município de Marau. Lá conversaram com Adelar Pagnussat, atual responsável pela empresa familiar, e com seu pai, Vitorino Pagnussat.

A propriedade rural dos Pagnussat apresenta, além da infraestrutura para a produção da erva-mate – a ser descrita abaixo – infraestrutura para a realização de pequenos eventos, como festas. Há um pátio com brinquedos infantis e um salão com mesas, cadeiras, cozinha. Segundo Adelar, o trabalho com eventos é recente (cerca de dez anos) e representa apenas uma maneira de diversificar economicamente a renda da família, cujo centro produtivo permanece sendo a erva-mate. O espaço para eventos serve também como salão para, nos dias de inverno, receber visitantes que vão ao local para conhecer a produção da erva-mate, o que inclui turistas, clientes costumeiros e grupos escolares, especialmente de Passo Fundo, distante a cerca de 30 km de Marau. A propriedade dos Pagnussat, aliás, compõe a rota turística das Salamarias, um caminho na localidade de São José da Mortandade que reúne diferentes propriedades

Documento PROA Assinado

rurais com diferentes atividades econômicas de nível familiar, como a produção de erva-mate, cachaças, queijos, salames, entre outros. Além disso, a família Pagnussat trabalha com criação de suínos e com a produção de mel.

Já no pátio perto das edificações para eventos, estão diversas árvores nativas da Mata Atlântica, incluindo pés de erva-mate. Adelar explica que a família trabalha tanto com ervais nativos no interior da mata da propriedade quanto com ervas cultivadas, cujas mudas foram obtidas de diferentes maneiras: por meio da Emater, trazidas da Argentina ou de viveiros no Rio Grande do Sul. Entre os tipos de erva cultivada há variações de sabor, como no caso notável da erva-mate argentina, cuja folha é mais espessa e produz um sabor mais amargo. Os Pagnussat organizam seu calendário produtivo por meio de intervalos de três anos de intervalo para que as árvores de erva-mate se recuperem, o que significa que alternam áreas de corte. A família produz erva-mate desde 1916. Na época, estavam em outro terreno, pois o atual passou para os Pagnussat apenas após o casamento de Vitorino, por meio de sua esposa e da emigração dos demais familiares dela, que se mudaram para Gravataí, deixando seus lotes contíguos à venda, os quais foram comprados progressivamente, ao longo de décadas, por Vitorino.

Afirmam os Pagnussat que, na terra de outros agricultores do estado, muita erva-mate nativa foi derrubada para dar lugar a lavouras. Os locais onde o mate persiste são aqueles cujo relevo dificultou ou não permitiu a fácil abertura de roças, especialmente quando se trata de terrenos onde máquinas agrícolas não conseguiam operar. Nesse sentido da implementação de insumos agrícolas, vale notar que Vitorino ressaltou o fato de a erva-mate não requerer o uso de agrotóxicos.

Quanto à infraestrutura e à cadeia operatória relativas à produção da erva-mate, no local foram apresentados aos técnicos do Iphae os seguintes equipamentos e procedimentos. 1) Estrutura de sapeco indireto, por meio de uma sapecadeira com cilindro metálico giratório que atravessa uma espécie de forno. O cilindro é instalado de maneira inclinada para que a erva-mate colocada (a partir de um piso levemente superior) no cilindro sobre o fogo desça à medida que se gira (com uma manivela) o cilindro e caia no chão (no piso inferior). 2) Depois de rapidamente sapecada, a erva-mate é inserida no interior de uma estrutura de estufa, onde é disposta por cima de uma armação de madeira que, por sua vez, está fixada sobre um buraco por onde sai fumaça. Essa fumaça é resultado do fogo produzido a alguns metros de distância, na abertura de um forno que se conecta à estufa por meio de um túnel que conduz a fumaça até o buraco e a erva-mate ali posicionado. Essa estrutura de secagem lenta e defumação da

Documento PROA Assinado

erva-mate é o barbaquá. 3) Na parte da trás da estufa, há outras portas para seu interior e, ao lado delas, uma máquina mecânica (funcionando com o mesmo motor há quarenta anos) que serve para canchear, ou seja, para realizar uma primeira fragmentação dos galhos e folhas da erva. 4) A erva é então levada a uma edificação de madeira, a uma pequena casa de soque com cerca de cinquenta anos, onde um soque de madeira (à base de energia elétrica e construída pelos próprios Pagnussat)[1] mói a erva, restando, para o estado final de comercialização, uma peneiragem que reterá os galhos maiores e mais grossos que poderiam dificultar o consumo. 5) Em um galpão próximo à casa de soque a erva é empacotada, armazenada e disposta para o transporte.

Vitorino e Adelar relataram que em Marau há, pelo menos, mais três propriedades que produzem erva-mate no mesmo sistema que eles – alguns desses são seus parentes. Além disso, há agricultores que dispõem de alguns pés de erva-mate em sua propriedade, mas que não possuem a infraestrutura de beneficiamento e que, portanto, cortam e levam seus galhos de erva até os Pagnussat, onde os trocam por erva-mate já beneficiada. Contaram, ainda, que produtores de Bento Gonçalves visitaram sua propriedade para aprenderem como construir a infraestrutura no mesmo estilo e como produzir erva-mate com ela. Hoje a infraestrutura construída em Bento Gonçalves faz parte de uma rota turística no interior da cidade. Dito isso, cabe apontar que embora a infraestrutura exija diversas edificações, máquinas e ferramentas, a maioria delas foi construída e é, em boa parte, mantida somente com o trabalho familiar, prescindindo, assim, da compra direta com empresas.

Outra edificação presente no pátio da propriedade é uma pequena casa de vendas, onde os visitantes podem adquirir a erva-mate dos Pagnussat, bem como outros produtos feitos da erva-mate local (trufas, licores), além de produtos de outros agricultores presentes na rota turística das Salamarias. A respeito da elaboração da rota, Adelar considerou positivo o trabalho da prefeitura, que lhe forneceu peças de design para melhor qualificar e divulgar o produto e a propriedade. Segundo ele, a divulgação por meio da rota fez multiplicar o número de vendas. No entanto, não só das vendas locais vem o dinheiro obtido com a erva-mate, pois os Pagnussat a vendem e a enviam para outros municípios do estado e do país, para clientes que fazem questão de comprar a mesma erva há anos.

[1] Antigamente, antes da construção da atual casa de soque, a máquina de soque ficava em uma ediicação ao lado do rio e era ativada por meio da energia produzida com roda d'água.

Documento PROA Assinado

.

Dificuldades apontadas pelos detentores:

1) Segundo os Pagnussat, há um entrave no crescimento no trabalho (e da renda possível) com a erva, pois a mão de obra familiar é pequena e, atualmente, é suplementada por apenas um trabalhador extrafamiliar para o serviço de empacotamento e organização para o transporte da erva. Para eles, o pagamento para um horário integral de trabalho mensal exigiria o aumento da produção da erva, coisa impraticável sem dispor de ainda mais trabalhadores e tecnologia – problema de deseconomia de escala.

2) Atrelada à primeira dificuldade está a questão da sucessão familiar, uma vez que se houvesse mais familiares trabalhando nas várias etapas da produção, a taxa de produtividade poderia aumentar sem implicar necessariamente a contratação de um novo trabalhador à parte, haja visto que é comum, nas economias camponesas, que a unidade produtiva seja antes a casa, como um todo, do que os indivíduos separadamente. Vitorino e Adelar se lamentam que após 5 gerações dedicadas especialmente à erva-mate, a atual geração – com um só membro aliás – é composta por uma pessoa já graduada em curso superior que, ainda que contribua em tarefas de logística da família, não é parte constante da cadeia operatória que transforma a erva-mate até seu ponto de comercialização.

3) Por fim, Adelar, relatou uma situação recente em que a vigilância sanitária regional (com sede em Passo Fundo) solicita alterações na infraestrutura de produção da erva-mate. Entre outras adaptações, a estrutura da casa de soque terá que deixar de ser de madeira (como o é há 50 anos) e não poderá haver manuseio ao ar livro da erva já moída, manuseio que hoje ocorre no transporte da casa de soque até o galpão de empacotamento. Adelar não deixa de reconhecer a importância do trabalho da vigilância sanitária, que lhe deu o prazo de dois anos para as mudanças, mas lamenta esse horizonte de transformações

Documento PROA Assinado

sugeridas tanto pelo que considera uma descaracterização das edificações antigas com que trabalho quanto pelo alto montante monetário que terá que investir se não quiser ter sua produção interditada ao fim do prazo.

Ao fim do diálogo, tendo, desde antes, os técnicos do Iphae explicado a razão de sua visita no âmbito do mapeamento de detentores do bem cultural da Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-Mate Tradicional, foi perguntado a Adelar, responsável, em termos de CNPJ, pela empresa familiar, se ele gostaria de participar do atual esforço de patrimonialização. A resposta foi positiva e se materializou na forma da assinatura de anuência, cuja versão fotocopiada será ajuntada aos documentos do processo administrativo.

No dia posterior, 10 de março, os técnicos visitaram a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Marau para estabelecer contato com a administração pública local e explicar sobre o processo de Registro como Patrimônio Cultural Estadual do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.

Yves Marcel Seraphim – ID 4817591
Analista em Assuntos Culturais – Área Antropologia

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_006_2023_Marau_09_03_2023.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:35:44

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

RELATÓRIO: N° 008/2023 Porto Alegre, 21 de março de 2023.

Ao Diretor do IPHAE
Arq. Renato Savoldi

Assunto: Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-Mate Tradicional
Visita à Terra Indígena Barra do Ouro (Riozinho, Maquiné e Caraá)
Data da visita: 20 de março de 2023
Equipe técnica Iphae: Yves Marcel Seraphim e Walmir da Silva Pereira

Este documento relata as observações e os diálogos realizados junto a detentores Mbya Guarani da Terra Indígena Barra do Ouro (aldeia *Yvyty Porã*), situada nos municípios de Riozinho, Maquiné e Caraá.

Em primeiro lugar, a propósito dos procedimentos de deslocamento até a T.I., convém notar que, diferente da primeira viagem ao local, em fevereiro, dessa vez a estrada rural utilizada até a aldeia foi aquela por dentro de Riozinho, a qual, de fato, provou-se mais menos bifurcada e íngreme do que a estrada por dentro de Maquiné. Logo, o tempo de viagem foi otimizado. No entanto, mesmo em uma estrada em condições menos adversas, o emprego de um veículo de tipo caminhonete, com tração 4x4, permaneceu, e permanece, essencial, afinal o caminho sobe até cerca de 850 metros de altitude por trajetos de chão bastante rudes e aclivados, em que veículos comuns seriam ineficazes ou mesmo perigosos.

Chegando à T.I. os técnicos do Iphae se encontraram novamente com os dois interlocutores principais da visita prévia. Primeiro, conversaram com Ramón Brizoela, depois, com José Verá. No diálogo com Ramón, foram discutidas as tratativas de um encontro entre representantes de sua aldeia com representantes das outras aldeias contatadas pelo Iphae, a saber, *Ka'amirindy* (em Camaquã) e *Guaviraty Porã* (em Santa Maria). Ramón se demonstrou bastante interessado pela oportunidade de realizar um evento conjunto sobre a erva-mate em uma das comunidades, a princípio em Camaquã. Uma vez que atualmente Ramón ocupa a posição de liderança da aldeia, a ele foi apresentado o termo de anuência para que, caso considerasse adequado, assinasse.

Documento PROA Assinado

Os técnicos do Iphae ressaltaram que a participação dos Mbya Guarani no processo de patrimonialização é algo a ser trabalhado de modo que eles se tornem atores conjuntos na formulação de medidas de salvaguarda. Além disso, foi dito que, se os grupos Mbya Guarani assim quiserem, sua participação pode ser encerrada a qualquer momento. Concordando com o exposto, Ramón assinou o documento. Logo após, foi produzida uma fotografia do documento assinado, fotografia que foi imediatamente enviada a Ramón, para que ele dispusesse de uma cópia do termo de anuência.

Em seguida, Ramón apresentou o artesanato que sua família produz (cestos grandes e pequenos, *mbarakas*, colares, brincos, pequenos arcos e flechas), mas afirmou que recentemente não dispõe de meios frequentes para transportá-lo para a comercialização nas cidades, vide as condições de acesso à T.I. Dentro do que foi possível comercializar, Ramón mencionou apenas, para o ano de 2022, pontos de venda em Arroio do Sal e Capão da Canoa. Ainda nesse assunto, Ramón comentou que a aldeia dispunha de um veículo capaz de descer e subir o caminho da T.I., mas tal veículo está estragado há algum tempo.

Depois da conversa com Ramón, os técnicos do Iphae se dirigiram ao outro núcleo de moradias, onde encontraram José Verá construindo uma nova casa. Quando os técnicos mencionaram a ideia elaborada com Ramón a propósito de um encontro entre alguns representantes Mbya Guarani em torno da erva-mate, José se mostrou contente, afirmando que, de fato, gostaria de poder conversar com os Guarani mais jovens sobre a erva-mate. Inclusive, dispôs-se a ir até outra aldeia ou a receber pessoas de outras aldeias na T.I. Barra do Ouro, onde, segundo ele, há bastante espaço e mata para demonstrar os grandes pés de erva-mate que crescem, além das variedades taquaras – bastante utilizadas em seus artefatos e construções. No mais, os técnicos lhe relataram a assinatura obtida com Ramón.

Tendo também exposto a ambos, Ramón e José, a situação da requisição de veículo para viagens até as aldeias em Santa Maria e Camaquã, bem como do tempo administrativo exigido para o planejamento e o aceite orçamentário do mencionado encontro entre os Mbya Guarani, os técnicos se despediram, mantendo abertos os canais de comunicação entre Iphae e os Mbya.

Yves Marcel Seraphim – ID 4817591
Analista em Assuntos Culturais – Área Antropologia

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_008_2023_Terra_Indigena_Barra_do_Ouro_20_03_2023.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:35:50

Documento PROA Assinado

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

RELATÓRIO: N° 010/2023 Porto Alegre, 31 de março de 2023.

Ao Diretor do IPHAE
Arq. Renato Savoldi

Assunto: Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-Mate Tradicional
Visita à aldeia Guaviraty Porã em Santa Maria
Data da visita: 30 de março de 2023
Equipe técnica Iphae: Yves Marcel Seraphim

Este documento relata as observações e os diálogos realizados junto a detentores Mbya Guarani da aldeia Guaviraty Porã, situada no distrito industrial do município de Santa Maria.

O técnico do Iphae conversou com dois representantes dos Guarani. Cesario Timoteo, que na última ida a Santa Maria não estava presente na aldeia, conhecia o andamento do processo e se demonstrava interessado em participar das próximas etapas. Cesario contou que a vontade de implementar o cultivo de erva-mate dentro da aldeia era algo antigo, mas que em 2012, no início da instalação da comunidade na área onde hoje moram, as prioridades na interface com o poder público envolviam políticas de moradia e infraestrutura elétrica, hídrica, escolar e de saúde, coisas hoje já efetuadas e presentes no cotidiano interno da comunidade. Portanto, agora estão mais aptos a participar de outros trabalhos junto ao Estado, especialmente em encontros que reúnam distintas comunidades guarani para trocarem experiências e técnicas de cultivo, extração e processamento da erva-mate. Cesario comentou ainda que a Emater tem trabalhado regularmente com a aldeia. Por fim, para formalizar sua participação na patrimonialização, Cesario assinou o termo de anuência.

Depois, o segundo representante dos Guarani foi Jonata Benites, que atualmente trabalha na escola situada no interior da área indígena. Foi ele quem recebeu os técnicos do Iphae na visita prévia a Santa Maria. A ele foi reportada a conversa entretida com Cesario, além do objetivo do Iphae em consolidar o desejo de participação no processo do Registro. Recordando a última visita e mencionando a

Documento PROA Assinado

possibilidade de encontrar outros representantes Guarani nesse processo, Jonata também se prontificou a assinar o termo de anuência.

Tendo em vista a necessidade de realizar a viagem de ida e a viagem de volta, ambas no mesmo dia, a visite teve que ser breve. No mais, convém informar que após a assinatura dos termos de anuência, uma fotocópia foi feita na hora e enviada aos contatos de *WhatsApp* (meio de comunicação mais utilizada do que e-mails) de Cesario e Jonata, para que disponham de uma cópia consigo.

Yves Marcel Seraphim – ID 4817591
Analista em Assuntos Culturais – Área Antropologia

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Relatorio_010_2023_Guaviraty_Pora_Santa_Maria_30_03_2023.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:35:56

Documento PROA Assinado

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

TERMO DE ANUÊNCIA DOS DETENTORES DO BEM CULTURAL EM RELAÇÃO À INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Pelo presente instrumento, Clerisa Maria Corrêa, inscrita(o) no CPF sob o nº 912 280 69034 residente e domiciliada(o) no endereço São Paulo dos Tunos, representante do coletivo/grupo social Quilombo Corrêa, inscrito no CNPJ sob o nº 32.149.629/0001-94, sediado no município de Ginuá, no endereço São Paulo dos Tunos, declara estar de acordo com a instauração de Processo de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul referente ao bem cultural denominado Sistema Cultural Socio Ambiental da Erva mate.

Local e data: Ginuá, 17 de Novembro de 2022

CELISA Corrêa

Assinatura da(o) ANUENTE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Anuencia_Quilombo_Correa.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:49:40

Documento PROA Assinado

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

TERMO DE ANUÊNCIA DOS DETENTORES DO BEM CULTURAL EM RELAÇÃO À INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Pelo presente instrumento, cacique Ramon Brizola, inscrita(o) no CPF sob o nº 842765928020 residente e domiciliada(o) no endereço Tekoá (aldeia) Campo Molhado, representante do coletivo/grupo social Guarani Mbya, inscrito no CNPJ sob o nº _____, sediado no município de Rio Azinho, no endereço Terra Indígena Barra do Ouro, declara estar de acordo com a instauração de Processo de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul referente ao bem cultural denominado Sistema Cultural e Socioambiental da Erva Mate.

Local e data: TI Barra do Ouro, 20 de março de 2023

RAMON BRIZOLA

Assinatura da(o) ANUENTE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Anuencia_Guarani_Tekoa_Campo_Molhado.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:49:47

Documento PROA Assinado

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

TERMO DE ANUÊNCIA DOS DETENTORES DO BEM CULTURAL EM RELAÇÃO À INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Pelo presente instrumento, Sonia Benites, inscrita(o) no CPF sob o nº 006587118013 residente e domiciliada(o) no endereço Aldeia Guarani distrito industrial, representante do coletivo/grupo social Mbya Guarani, inscrito no CNPJ sob o nº _____, sediado no município de Santa Maria no endereço Distrito Industrial, declara estar de acordo com a instauração de Processo de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul referente ao bem cultural denominado ERVA-MATE.

Local e data: Santa Maria, 30 de Março de 2023

Sonia Benites

Assinatura da(o) ANUENTE

Documento PROA Assinado

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

TERMO DE ANUÊNCIA DOS DETENTORES DO BEM CULTURAL EM RELAÇÃO À INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Pelo presente instrumento, CESARIO TIMOTEO, inscrita(o) no CPF sob o nº 007.659.550-16 residente e domiciliada(o) no endereço ALDEIA GUARANI DISTRITO INDUSTRIAL, representante do coletivo/grupo social MBYA GUARANI, inscrito no CNPJ sob o nº _____, sediado no município de SANTA MARIA, no endereço DISTRITO INDUSTRIAL, declara estar de acordo com a instauração de Processo de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul referente ao bem cultural denominado ERVA-MATE.

Local e data: SANTA MARIA, 30 de MARÇO de 2023

Cesário Timoteo

Assinatura da(o) ANUENTE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Anuencia_Guarani_Santa_Maria.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:49:56

Documento PROA Assinado

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

TERMO DE ANUÊNCIA DOS DETENTORES DO BEM CULTURAL EM RELAÇÃO À INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Pelo presente instrumento, ADELAR ROBERTO PAGNUSSAT, inscrita(o) no CPF sob o nº 449.653.110-00 residente e domiciliada(o) no endereço SÃO LUIZ DA MORTANDADE (S/N), representante do coletivo/grupo social ERVA - MATÉ PAGNUSSAT, inscrito no CNPJ sob o nº 00949116 0071, sediado no município de MARAU, RS, no endereço SÃO LUIZ DA MORTANDADE (S/N) declara estar de acordo com a instauração de Processo de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul referente ao bem cultural denominado SISTEMA CULTURAL E SOCIOAMBIENTAL DA ERVA-MATÉ TRADICIONAL

Local e data: MARAU, RS, 09 de MARÇO de 2023

Assinatura da(o) ANUENTE

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Anuencia_Pequeno_Produtor_Familia_Pagnussat_Marau.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:50:02

Documento PROA Assinado

11/05/2023 12:07:04 SEDAC/IPHAE/4580427 REGISTRO BEM IMATERIAL ERVA-MATE 795

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

LISTA DE PRESENÇA – SEMINÁRIO SOBRE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Local e data: Giruá, 17/11/2022

Nome	Instituição	Email	Telefone	Assinatura
CELUSA Carreira	Quilombo Correa		55-996518690	CELUSA
Gomercindo - Silveira	Quilombo Correa		55-	gomercindo
José B. Correa	Quilombo Correa		55-	
Maria Correa	Quilombo Correa		55-	Maria
Graudi R Kruger	Assessora Cultura		(55)3361.4015	
Nelcio Sonda Zoltion	EMater		55 55 996172392	
Yonte Costa Roque	Prefeitura Giruá		991025373	Yonte Roque
Vera Lucia Heimann Kuhles	Diretora		996117898	Vera Lucia Kuhles
Charles Fernandes	Emater		996414310	
Carla R. W. Coppetti	SMEC		99613-4604	
Aline F. Knoerlein	Ernei Bruno Telz	alinepatricia@hotmail.com	991156125	
Luciano Dutra	Casa da Cultura	luan.du@hotmail.com	38466628	
[illegible]	SMPH	PARADOX[illegible]@hotmail.	999278924	
Patricia Fernandes	SMPH	bfgiua2@gmail.com	984176585	

Assinado Eletronicamente PROA

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

11/05/2023 12:07:04 SEDAC/IPHAE/4580427 REGISTRO BEM IMATERIAL ERVA-MATE 796

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

LISTA DE PRESENÇA – SEMINÁRIO SOBRE PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Local e data: Jiruá, 17/11/2022

Nome	Instituição	Email	Telefone	Assinatura
JAIR WATHIER	IMPRENSA/RÁDIO	Jwathier076@gmail.com	(55) 9.9623-9129	
Luiz F. Perbelli	Vereador	luizcapelli@hotmail.com	55 99914 7407	
Larina de Abreu Flores	SMEC	lari.th@hotmail.com	55 99930 0341	
José Carvalho			99085966	
Palmieri Rusche Willems	Smec	palmieru@hotmail.com	(55) 9.99719294	

Documento Assinado PROA

PROA Processos Administrativos e-Gov
20110000003681

Nome do documento: Lista_presenca_seminario_Girua.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:51:53

Gmail Iphae RS <iphaers@gmail.com>

CTPI - Parecer do Sist Erva-mate Tradicional

3 mensagens

Maria Helena Sant'Ana <maria.helena.sant.ana18@gmail.com> 12 de abril de 2023 às 16:22
Para: Iphae <iphaers@gmail.com>
Cc: Ana Helena Pailo Lux <ana-hvplaux@educar.rs.gov.br>, "Dr. Alessander Mario Kerber" <alekerber@yahoo.com.br>, "Dr. Éverton Quevedo" <evertonquevedo@gmail.com>, Eduardo Guedes Pacheco <eduardo-pacheco@uergs.edu.br>, Eliana Alvez Bicudo <eliana-bicudo@seduc.rs.gov.br>, Gustavo Mor <gustavo-malossi@sedac.rs.gov.br>, João Manuel Seixas Osório Trindade Silva <joao-trindade@sema.rs.gov.br>, Marcus Vinicius Jesus de Brito <viniciusbrito@famurs.com.br>, Maria Eunice Maciel <mariaeunicemaciel@gmail.com>, Mariane Rotter <mariane-rotter@uergs.edu.br>, Renel Prospere <renel-prospere@sema.rs.gov.br>, Rúbia Ana Mossi Frizzo <rubiamossifrizzo@gmail.com>, Viviane Barcelos <viviane@famurs.com.br>, rafael-silva@sedac.rs.gov.br, Renato savoldi <renato-savoldi@sedac.rs.gov.br>, walmir-pereira@sedac.rs.gov.br, valeskaconti.rs@gmail.com, yves <yves-seraphim@sedac.rs.gov.br>

Boa tarde, encaminho ao IPHAE e aos demais representantes da Câmara Temática do Patrimônio Imaterial meu parecer sobre o processo de Registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, no qual recomendo aprovação.

Atenciosamente,

Maria Helena Sant'Ana
Antropóloga - Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural

Parecer CTPI Erva Mate Tradicional.pdf
74K

Iphae <iphaers@gmail.com> 12 de abril de 2023 às 17:02
Para: Maria Helena Sant'Ana <maria.helena.sant.ana18@gmail.com>
Cc: Ana Helena Pailo Lux <ana-hvplaux@educar.rs.gov.br>, "Dr. Alessander Mario Kerber" <alekerber@yahoo.com.br>, "Dr. Éverton Quevedo" <evertonquevedo@gmail.com>, Eduardo Guedes Pacheco <eduardo-pacheco@uergs.edu.br>, Eliana Alvez Bicudo <eliana-bicudo@seduc.rs.gov.br>, Gustavo Mor <gustavo-malossi@sedac.rs.gov.br>, João Manuel Seixas Osório Trindade Silva <joao-trindade@sema.rs.gov.br>, Marcus Vinicius Jesus de Brito <viniciusbrito@famurs.com.br>, Maria Eunice Maciel <mariaeunicemaciel@gmail.com>, Mariane Rotter <mariane-rotter@uergs.edu.br>, Renel Prospere <renel-prospere@sema.rs.gov.br>, Rúbia Ana Mossi Frizzo <rubiamossifrizzo@gmail.com>, Viviane Barcelos <viviane@famurs.com.br>, rafael-silva@sedac.rs.gov.br, Renato savoldi <renato-savoldi@sedac.rs.gov.br>, walmir-pereira@sedac.rs.gov.br, valeskaconti.rs@gmail.com, yves <yves-seraphim@sedac.rs.gov.br>

Boa tarde, prezadas e prezados componentes da Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial - CTPCI.
Primeiramente, agradecemos pela escrita do parecer, Maria Helena.
Em segundo lugar, por gentileza, pedimos que os demais componentes da CTPCI enviem **resposta** a este email expressando concordância ou discordância em relação ao parecer **até dia 14/04 (sexta-feira)**.
Cordialmente,
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
IPHAE
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar
Porto Alegre/ RS CEP 90119-900
Fone: (51) 3288-5468
www.iphae.rs.gov.br

Documento PROA Assinado

Valeska Conti <valeskaconti.rs@gmail.com> 13 de abril de 2023 às 19:40
Para: Iphae <iphaers@gmail.com>

Boa noite!

Em resposta ao email, expresso minha concordância em relação ao parecer sobre o processo de Registro do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.
Atenciosamente,
Valeska Conti
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Documento PROA Assinado

Nome do documento: email_CTPCI_12042023_13042023.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	09/05/2023 10:47:03

Documento PROA Assinado

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAE/RS

Inventário: Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate com vistas à instrução do processo de Registro desse bem cultural como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Sul.

Termo Nº

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Eduardo Timóteo, inscrita(o) no CPF sob o nº 015 535 060 90 residente e domiciliada(o) no endereço Lerroa Rua Mirinha, neste ato denominada(o) **AUTORIZANTE,** outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam

(X) voz

(X) imagem

(X) informações

recolhida(as) no âmbito das atividades de pesquisa e documentação do referido inventário, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pela **Secretaria de Estado da Cultura – SEDAC/RS,** por meio do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE/RS.**

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:

2.1 (X) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada – em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior – por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema,

Documento PROA Assinado

rádio, teledifusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 (X) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) expostas;

2.2 ( ) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAE/RS, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

3. O **AUTORIZANTE** cede gratuitamente ao IPHAE/RS os direitos autorais para fins de promoção, divulgação e comercialização sem fins lucrativos; e o direito de uso e reprodução, sob qualquer forma, dos produtos e subprodutos resultantes do trabalho de instrução técnica.

4. O IPHAE/RS é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAE/RS, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

5. A presente autorização é firmada em **caráter gratuito**, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAE/RS ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

6. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
6.1 por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
6.2 por acordo entre as partes;
6.3 na superveniência de norma legal obstativa.

Local e data: Canoas, 22 de maio de 2023
TERRA INDÍGENAS

Eduardo Timotto

Assinatura da(o) AUTORIZANTE

Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar Porto Alegre RS 90119-900 Fone: (51) 3288-5468
iphae@sedac.rs.gov.br www.iphae.rs.gov.br

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Tekoa_Camaqua_Termo_de_ consentimento_IPHAE_Autorizacao_voz_imagem_informacoes.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	23/05/2023 10:03:05

Documento PROA Assinado

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL DO SISTEMA CULTURAL SOCIOAMBIENTAL DA ERVA-MATE TRADICIONAL

Maria Helena Sant'Ana [1]

Este Parecer tem como objeto de análise a proposta de Patrimonialização através do Inventário do Bem Cultural Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional com base na documentação referente ao Processo Administrativo Eletrônico (PROA/RS) 20/1100-0000368-1: **1**.Parecer Técnico Nº 001/2022 do IPHAE, elaborado por Walmir Pereira, de 17 de agosto de 2022; **2**. Documentação dos termos de anuências para o Registro como Patrimônio Imaterial dos seguintes detentores do bem cultural envolvidos nesta proposta: **2.1** Termo de Anuência do Quilombo Corrêa, município de Giruá, RS, de 17/11/2022; **2.2** Termo de Anuência do Tekoá Campo Molhado, comunidade Mbyá Guarani dos municípios de Riozinho e Barra do Ouro, RS, de 20/03/2023; **2.3** Termo de Anuência da Aldeia Guarani Distrito Industrial, do município de Santa Maria, de 30/03/2023; **2.4** Termo de Anuência de Pequeno Produtor Família Pagnussat, do município de Marau, RS, de 09/03/2023; **2.5** Termo de Anuência da Aldeia Tekoá Ka a Mirindy, do município de Camaquã, através de pronunciamento do Cacique Eduardo Timóteo em registro em vídeo, de 31/03/2023, seguindo a tradição oral M'Byá Guarani.

O Parecer Técnico elaborado no IPHAE por Walmir Pereira apresenta um estudo consistente para a identificação e o mapeamento do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional organizado em duas inserções metodológicas complementares para este reconhecimento, a saber: primeiramente, no levantamento de fontes documentais, imagéticas e estudos já realizados para o mapeamento histórico, social e territorial/ambiental das práticas milenares do manejo e do uso cultural da erva-mate de povos indígenas Guarani e Kaingang, que as introduziram antes da colonização e as mantiveram no pós colonização, resistentes na pressão de deslocamentos e nas tomadas de territórios (séculos XVIII, XIX, XX) até a contemporaneidade, configuradas na memória social e na identidade entre os Guarani de hoje. Assim como no mapeamento contemporâneo de grupos conformados em comunidades quilombolas (a partir do séc. XIX)

[1] Representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na Câmara Temática do Patrimônio Imaterial do IPHAE/RS. Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL/UnBorgogne) e antropóloga do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS).

Documento PROA Assinado

e de famílias de pequenos agricultores (a partir do séc. XIX), que em suas trajetórias sociais aprenderam o sistema tradicional indígena da erva-mate com o uso artesanal do carijo e cultivos da planta com suas técnicas de plantio e manejo ambiental, compondo em seus sistemas alimentares de produção e consumo de longa data, práticas que vêm sendo reproduzidas desde o século XIX, e que também conformam os encadeamentos imaginários e de referências culturais de um produto visto como símbolo de identificação do próprio estado do Rio Grande do Sul.

Na leitura do parecer elaborado, fica clara, pois, a composição enraizada de longa data deste sistema cultural e socioambiental da erva-mate tradicional em três grupos contemporâneos, cujos perfis sociais se configuram, pois, entre comunidades Guarani, comunidades quilombolas rurais e famílias de pequenos agricultores em cujos modos de vida tradicionais de reprodução social apreenderam, readequaram e reproduzem, ainda hoje, o sistema da erva-mate advindo das experiências originárias indígenas.

No segundo momento, o parecer é elaborado pelos levantamentos e observações etnográficas de comunidades visitadas pelo antropólogo e equipe do IPHAE: a Aldeia Guarani Distrito Industrial, de Santa Maria, o Tekoá Campo Molhado, de Riozinho, a Tekoá Ka a Mirindy, de Camaquã, o Quilombo Corrêa, de Giruá, e famílias de pequenos agricultores de Marau. Foram identificados entre comunidades tradicionais de quilombolas, famílias de pequenos agricultores e em aldeias indígenas Mbyá Guarani as práticas e os saberes que os fazem detentores deste bem cultural tradicional. Importante nessas visitas são as identificações tanto de referências de estruturação identitária como de modo de vida dos grupos como dos riscos e das ameaças vividas para a continuidade deste sistema tradicional da erva-mate pelas comunidades em suas interações com agentes/produtores externos e os usos de agrotóxicos por estes, pelos problemas de escoamento e comercio de produção, de forma geral das degradações ambientais provocadas externamente que ameaçam o sistema ambiental, o cultivo e a saúde dos que plantam e manejam artesanalmente a erva-mate. Em consequência, essa relação de diálogo com as comunidades visitadas foi fundamental para que a vivência e a referencialidade deste sistema para as comunidades detentoras do bem cultural **instruísse de fato** o processo de reconhecimento patrimonial como um todo, já que o retorno do Parecer Técnico em consulta e diálogo com as mesmas comunidades as colocaram como demandantes da realização do Inventário, através de seus Termos de Anuência, visando às consequências de salvaguardas e proteções possíveis, apontadas no mesmo parecer. Vale destacar o Termo de Anuência do Cacique Eduardo Timóteo da Tekoá Ka a Mirindy, do município de Camaquã, registrado segundo a tradição oral guarani, cuja referencialidade e compromisso da palavra oral marca simbolicamente nesta proposição de Registro de Patrimônio Imaterial

Documento PROA Assinado

o próprio sistema de referências em que a erva mate e seu sistema sócio ambiental está constituído para os M'byá Guarani. Assim, a defesa de direitos reconhecidos pelo Registro do bem cultural como Patrimônio Imaterial também promove ou ajuda a agenciar, visibilidades sociais e prestígio a grupos em situação de certa vulnerabilidade, e vantagens econômicas a grupos desfavorecidos economicamente, se tornada a valorização da erva-mate de produção tradicional como ativo vantajoso para a vida econômica dos grupos detentores deste bem cultural, e garantias para seus acessos a seus sistemas ambientais.

Deve-se bem observar que o Parecer Técnico aponta para outras comunidades indígenas, quilombolas e de famílias de pequenos agricultores mapeadas, ou a serem mapeadas, e que não foram ainda inseridas na dinâmica de reconhecimento patrimonial, como possíveis futuros beneficiários e detentores de bens culturais de Registro, caso os critérios de reconhecimento patrimonial previstos se enquadrem, caso a caso.

Considerando as aspirações das comunidades e das famílias envolvidas, que relaciona identidade e memórias coletivas, formas de vida e reprodução tradicional de seus modos de ser, saber e fazer, ressalto, para finalizar, a total adequação deste Parecer Técnico e do Processo que ele instruiu à legislação federal e estadual sobre o Patrimônio Imaterial, estando em conformidade com o Decreto Lei nº 13.678/2011, alterado e atualizado pela Lei n.º 14.155/12 e regulamentado pelo Decreto Lei nº 54.763/2019 do Estado do Rio Grande do Sul, e que estão em conformidade com a defesa do patrimônio cultural preconizada pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que expressa a necessária agência do Estado na defesa do patrimônio cultural por meio de inventários, tombamentos e demais formas de proteção patrimonial. Ressalto também, a conformidade com os preceitos teóricos, normativas e convenções da UNESCO acerca do Patrimônio Imaterial que embasam Parecer Técnico analisado e demais procedimentos do processo.

Dadas essas considerações, minha recomendação é que a Câmara Temática do Patrimônio Imaterial aprove este processo e a instauração do Inventário do Bem Cultural Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.

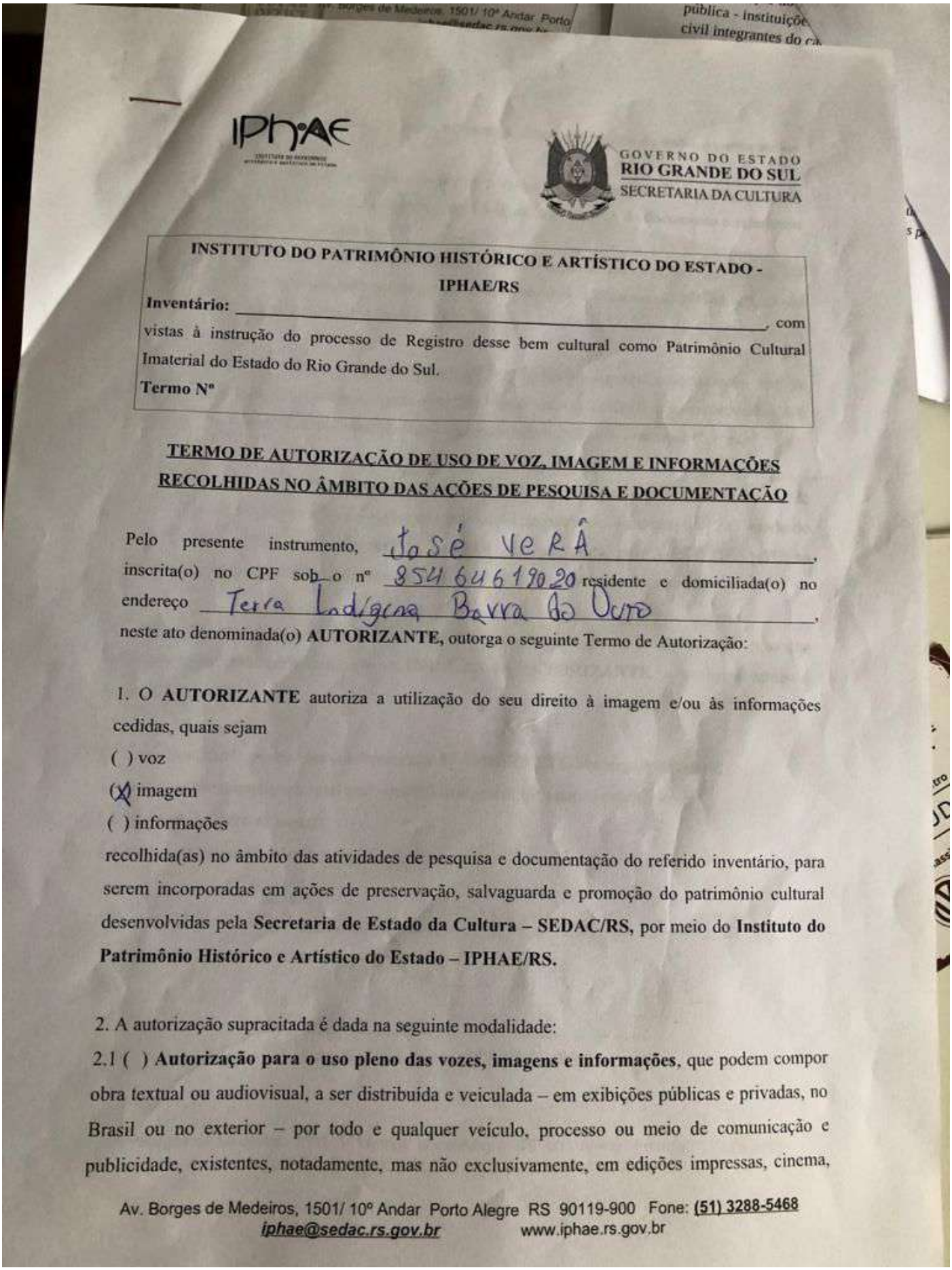
Porto Alegre, 12 de abril de 2023.

Documento PROA Assinado

Nome do documento: PARECER_CTPCI_REGISTRO_SISTEMA_CULTURAL_E_SOCIOAMBIENTAL_DA_ERVA-MATE_COMPLETO.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Rafael Filter Santos da Silva	SEDAC / IPHAE / 4580427	25/05/2023 09:55:47

Documento PROA Assinado



IPHAE

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAE/RS

Inventário: _____, com vistas à instrução do processo de Registro desse bem cultural como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Sul.

Termo Nº

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, José VERÁ, inscrita(o) no CPF sob o nº 854 646 190 20 residente e domiciliada(o) no endereço Terra Indígena Barra do Ouro, neste ato denominada(o) **AUTORIZANTE,** outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam

( ) voz

(X) imagem

( ) informações

recolhida(as) no âmbito das atividades de pesquisa e documentação do referido inventário, para serem incorporadas em ações de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural desenvolvidas pela **Secretaria de Estado da Cultura – SEDAC/RS,** por meio do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE/RS.**

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:

2.1 ( ) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada – em exibições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior – por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema,

Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar Porto Alegre RS 90119-900 Fone: (51) 3288-5468
iphae@sedac.rs.gov.br www.iphae.rs.gov.br

o, teledifusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios ie se fizerem necessários.

2.1.2 ( ) Autoriza também a copiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) expostas;

2.2 ( ) **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos do IPHAE/RS, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

3. O **AUTORIZANTE** cede gratuitamente ao IPHAE/RS os direitos autorais para fins de promoção, divulgação e comercialização sem fins lucrativos; e o direito de uso e reprodução, sob qualquer forma, dos produtos e subprodutos resultantes do trabalho de instrução técnica.

4. O IPHAE/RS é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo a elaboração de políticas públicas de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Os sons, imagens e informações cujo uso foi permitido pelo AUTORIZANTE ao IPHAE/RS, serão usados exclusivamente para atender às finalidades institucionais.

5. A presente autorização é firmada em **caráter gratuito**, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pelo IPHAE/RS ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

6. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:
6.1 por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
6.2 por acordo entre as partes;
6.3 na superveniência de norma legal obstativa.

Local e data: TI Braga Ovo, 23 de maio de 2023

José Verá

Assinatura da(o) AUTORIZANTE

Av. Borges de Medeiros, 1501/ 10º Andar Porto Alegre RS 90119-900 Fone: (51) 3288-5468
iphae@sedac.rs.gov.br www.iphae.rs.gov.br

A
SECCIONAL PGE/AJU

ATT. DRA IZABEL MOTTA

Encaminhamos o presente PROA para definição de numeração de portaria, bem como demanda de publicação no DOE/RS, informando que a cerimônia de assinatura do presente Registro ocorrerá no próximo dia 13/06, as 14h, em evento no Palácio Piratini.

No ato em questão, ocorrerá a assinatura no Livro dos Fazeres, pelo sr. Governando, Sra. Sec. de Estado da Cultura e Diretores do DMP e Iphae, como ato simbólico do primeiro registro de patrimônio cultural imaterial do estado.

A publicação no DOE, por ser ato desta Sedac, será assinado pela Secretária de Cultura.

Assim, após definido o número da portaria, este PROA deverá ser remetido ao Chefe de Gabinete desta Sedac, para trâmites junto ao cerimonial do Palácio Piratini.

Atenciosamente

Carlos Renato Savoldi
SEDAC - Mat. 26582161

Documento PROA Assinado

Nome do documento: REGISTRO SISTEMA ERVA_MATE.htm

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Carlos Renato Savoldi	SEDAC / IPHAE / 26582161	07/06/2023 14:24:46

Documento PROA Assinado

1. Texto que será manuscrito no Livro do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado:

REGISTRO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL ESTADUAL
Inscrição nº: 001

Processo de Registro nº 21/1100-0000368-1 - PROA
Portaria nº
Data do Registro: 13/06/2023
Publicado no DOE em:

Designação: Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional
Categoria: Saberes
Caráter da Inscrição: Registro de ofício

Descrição: O Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, compreendido como configuração presentista de cosmovisões, tradições, agenciamentos e relações ambientais, espirituais, territoriais e socioculturais 1) dos povos indígenas originários Guarani e Kaingang, desde o final da década inicial do séc. XVII; 2) de comunidades quilombolas conformadas no decorrer dos sécs. XIX e XX; e 3) de grupos de agricultores familiares, os quais igualmente consolidaram relações de ordem socioambiental entre o final do sec. XIX e no decorrer do séc. XX.

Importante pontuar que o processo de patrimonialização em curso recai sobre as práticas culturais e de manejo socioambiental de detentores e produtores relacionadas com a erva-mate tradicional de base artesanal, diferenciando-se, assim, da modalidade de erva-mate processada industrialmente pelas ervateiras ligadas aos sistemas empresariais agrícolas do setor rural sul-rio-grandense.

O saber conexo ao processo de fabricação de erva-mate tradicional constitui atividade milenar e secular originada nas práticas ancestrais dos povos indígenas Guarani e Kaingang, ocupantes das macros bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Essas práticas, saberes fazeres e conhecimentos associados à erva-mate tradicional (r)existem ao longo do tempo com incidência espacial local, regional, nacional e continental no sul da América do Sul. Tais práticas apontam à permanência de sistema cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional, o qual persiste nos dias de hoje, em que pese a atual predominância dos sistemas agrícolas empresariais em que sobressai o monocultivo.

Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo PROA nº 21/1100-0000368-1, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e imagéticos. O presente Registro está

de acordo com o Parecer Técnico do IPHAE nº 001/2022 e a decisão proferida pela Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial por meio do Parecer sobre a Proposta de Registro de Patrimônio Imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.

Eduardo Leite,
Governador do Estado

Beatriz Helena Miranda Araujo,
Secretária de Estado da Cultura

Eduardo Hahn,
Diretor do Departamento de Memória e Patrimônio

Carlos Renato Savoldi,
Diretor do Inst. do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - Iphae

1. Texto que será publicado no DOE/RS:

REGISTRO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL ESTADUAL
Inscrição nº: 001

Processo de Registro nº 21/1100-0000368-1 - PROA
Portaria nº
Data do Registro: 13/06/2023
Publicado no DOE em:

Designação: Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional
Categoria: Saberes
Caráter da Inscrição: Registro de ofício

Descrição: O Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, compreendido como configuração presentista de cosmovisões, tradições, agenciamentos e relações ambientais, espirituais, territoriais e socioculturais 1) dos povos indígenas originários Guarani e Kaingang, desde o final da década inicial do séc. XVII; 2) de comunidades quilombolas conformadas no decorrer dos sécs. XIX e XX; e 3) de grupos de agricultores familiares, os quais igualmente consolidaram relações de ordem socioambiental entre o final do sec. XIX e no decorrer do séc. XX.

Importante pontuar que o processo de patrimonialização em curso recai sobre as práticas culturais e de manejo socioambiental de detentores e produtores relacionadas com a erva-mate tradicional de base artesanal, diferenciando-se, assim, da modalidade de erva-mate processada industrialmente pelas ervateiras ligadas aos sistemas empresariais agrícolas do setor rural sul-rio-grandense.

O saber conexo ao processo de fabricação de erva-mate tradicional constitui atividade milenar e secular originada nas práticas ancestrais dos povos indígenas Guarani e Kaingang, ocupantes das macros bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Essas práticas, saberes fazeres e conhecimentos associados à erva-mate tradicional (r)existem ao longo do tempo com incidência espacial local, regional, nacional e continental no sul da América do Sul. Tais práticas apontam à permanência de sistema cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional, o qual persiste nos dias de hoje, em que pese a atual predominância dos sistemas agrícolas empresariais em que sobressai o monocultivo.

Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo PROA nº 21/1100-0000368-1, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e imagéticos. O presente Registro está de acordo com o Parecer Técnico do IPHAE nº 001/2022 e a decisão

proferida pela Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial por meio do Parecer sobre a Proposta de Registro de Patrimônio Imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.

Beatriz Helena Miranda Araujo,
Secretária de Estado da Cultura

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

PORTARIA SEDAC Nº 44/2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA no uso de suas atribuições legais previstas no art. 90, inciso III, artigo 221, inciso V, artigo 222 da Constituição do Estado, bem como considerando os termos da Lei Estadual nº 13.678/2011 e Decreto nº 54.763/2019 e Parecer Técnico 001/2022/IPHAE**,** corroborando com o disposto no Processo Administrativo nº 20/1100-0000368-1, **REGISTRA** como **PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO GANDE DO SUL** o **SISTEMA CULTURAL E SOCIOAMBIENTAL DA ERVA-MATE TRADICIONAL** na categoria **SABERES** do Registro de Ofício, conforme segue:

Descrição: O Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, compreendido como configuração presentista de cosmovisões, tradições, agenciamentos e relações ambientais, espirituais, territoriais e socioculturais 1) dos povos indígenas originários Guarani e Kaingang, desde o final da década inicial do séc. XVII; 2) de comunidades quilombolas conformadas no decorrer dos sécs. XIX e XX; e 3) de grupos de agricultores familiares, os quais igualmente consolidaram relações de ordem socioambiental entre o final do sec. XIX e no decorrer do séc. XX.

Importante pontuar que o processo de patrimonialização em curso recai sobre as práticas culturais e de manejo socioambiental de detentores e produtores relacionadas com a erva-mate tradicional de base artesanal, diferenciando-se, assim, da modalidade de erva-mate processada industrialmente pelas ervateiras ligadas aos sistemas empresariais agrícolas do setor rural sul-rio-grandense.

O saber conexo ao processo de fabricação de erva-mate tradicional constitui atividade milenar e secular originada nas práticas ancestrais dos povos indígenas Guarani e Kaingang, ocupantes das macros bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Essas práticas, saberes fazeres e conhecimentos associados à erva-mate tradicional (r)existem ao longo do tempo com incidência espacial local, regional, nacional e continental no sul da América do Sul. Tais práticas apontam à permanência de sistema cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional, o qual persiste nos dias de hoje, em que pese a atual predominância dos sistemas agrícolas empresariais em que sobressai o monocultivo.

Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo PROA nº 21/1100-0000368-1, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e imagéticos. O presente Registro está de acordo com o Parecer Técnico do IPHAE nº 001/2022 e a decisão proferida pela Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial por meio do Parecer sobre a Proposta de Registro de Patrimônio Imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional. Beatriz Helena Miranda Araujo, Secretária de Estado da Cultura

Beatriz Helena Miranda Araújo
Secretária de Estado da Cultura

Documento PROA Assinado

Nome do documento: PORTARIA n 44 de 2023 Registro Patrimonio Imaterial Erva Mate.doc

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Beatriz Helena Miranda Araujo	SEDAC / GAB / 4540662	12/06/2023 09:39:00

Documento PROA Assinado

contratado na entidade ou solicitação de cancelamento do plano, devidamente assinado.
Art. 7º - A concessão do benefício Auxílio Saúde fica condicionada à expressa autorização escrita para desconto do valor correspondente ao mesmo em benefício da entidade contratante, conforme *Termo de Adesão – Autorização de Desconto do Benefício Auxílio Saúde* , o qual deverá ser enviado a Divisão de Recursos Humanos – DIRHU até o 12º (décimo segundo) dia do mês de competência.
Parágrafo único : Caso não seja atendido o prazo acima estipulado, à inclusão em folha de pagamento se dará no próximo mês quando da concessão do Auxílio Saúde.
Art. 8º - O desconto previsto será considerado consignação compulsória, de modo que será efetivado desconto sempre que concedido o Auxílio Saúde. Não havendo autorização para desconto, não haverá a concessão do benefício.
Art. 9° - As datas de apuração do valor do Auxílio Saúde serão a data base da categoria (mês efetiva implantação do aumento em folha de pagamento) e a data de Reajuste do Plano de Saúde referencial da entidade contratante.
Art. 10° - O repasse dos recursos descontados na forma do Art. 3º à entidade consignatária será procedido até o 10º (décimo) dia útil.
Art. 11° - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2023.
Porto Alegre, 12 de junho de 2023.
Francisco José Soares Hörbe, Diretor-Superintendente. Cliver André Fiegenbaum, Diretor Administrativo e Financeiro. Francine Pedroso de Oliveira, Diretora de Gestão Territorial

SECRETARIA DA CULTURA

BEATRIZ HELENA MIRANDA ARAUJO
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 19º andar
Porto Alegre / RS / 90119-900

Gabinete da Secretária

BEATRIZ HELENA MIRANDA ARAUJO
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 19º andar
Porto Alegre / RS / 90119-900

Portarias

Protocolo: 2023000868631

PORTARIA SEDAC Nº 44/2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA no uso de suas atribuições legais previstas no art. 90, inciso IIIartigo 221, inciso V, artigo 222 da Constituição do Estado, bem como considerando os termos da Lei Estadual nº 13.678/2011 e Decreto nº 54.763/2019 e Parecer Técnico 001/2022/IPHAE **,** corroborando com o disposto no Processo Administrativo nº 20/1100-0000368-1, **REGISTRA** como **PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO GANDE DO SUL** o **SISTEMA CULTURAL E SOCIOAMBIENTAL DA ERVA-MATE TRADICIONAL** na categoria **SABERES** do Registro de Ofício, conforme segue:

Descrição: O Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, compreendido como configuração presentista de cosmovisões, tradições, agenciamentos e relações ambientais, espirituais, territoriais e socioculturais 1) dos povos indígenas originários Guarani e Kaingang, desde o final da década inicial do séc. XVII; 2) de comunidades quilombolas conformadas no decorrer dos sécs. XIX e XX; e 3) de grupos de agricultores familiares, os quais igualmente consolidaram relações de ordem socioambiental entre o final do sec. XIX e no decorrer do séc. XX.

Importante pontuar que o processo de patrimonialização em curso recai sobre as práticas culturais e de manejo socioambiental de detentores e produtores relacionadas com a erva-mate tradicional de base artesanal, diferenciando-se, assim, da modalidade de erva-mate processada industrialmente pelas ervateiras ligadas aos sistemas empresariais agrícolas do setor rural sul-rio-grandense.

O saber conexo ao processo de fabricação de erva-mate tradicional constitui atividade milenar e secular originada nas práticas ancestrais dos povos indígenas Guarani e Kaingang, ocupantes das macros bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Essas práticas, saberes fazeres e conhecimentos associados à erva-mate tradicional (r)existem ao longo do tempo com incidência espacial local, regional, nacional e continental no sul da América do Sul. Tais práticas apontam à permanência de sistema cultural e socioambiental da Erva-mate Tradicional, o qual persiste nos dias de hoje, em que pese a atual predominância dos sistemas agrícolas empresariais em que sobressai o monocultivo.

Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo PROA nº 21/1100-0000368-1, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e imagéticos. O presente Registro está de acordo com o Parecer Técnico do IPHAE nº 001/2022 e a decisão proferida pela Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial por meio do Parecer sobre a Proposta de Registro de Patrimônio Imaterial do Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional. Beatriz Helena Miranda Araujo, Secretária de Estado da Cultura

Beatriz Helena Miranda Araújo
Secretária de Estado da Cultura

A
CHEFIA DE GABINETE

Para encaminhar o presente PROA e Livro de Registro dos Fazeres/Saberes, para coleta da assinatura do Sr. Governando do Estado.

Atenciosamente

Carlos Renato Savoldi
SEDAC - Mat. 26582161

AO ANTROPÓLOGO
WALMIR PEREIRA

Para demais andamentos relacionados ao planejamento e encaminhamento das ações de salvaguarda, conforme definidas no Parecer de Registros e demais ações e encaminhamentos.

Carlos Renato Savoldi
SEDAC - Mat. 26582161

Documento PROA Assinado

Nome do documento: SISTEMA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DA ERVA-MATE TRADICIONAL SALVAGUARDA.htm

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Carlos Renato Savoldi	SEDAC / IPHAE / 26582161	22/06/2023 10:02:22